

Relatório da Comissão sobre a
Mensuração de Desempenho
Econômico e Progresso Social

Professor Joseph E. STIGLITZ,
Presidente da Comissão, Columbia University.

Professor Amartya SEN,
Conselheiro da Comissão, Harvard University.

Professor Jean-Paul FITOUSSI,
Coordenador da Comissão, IEP.

www.stiglitz-sen-fitoussi.fr

© 2012. SESI - Departamento Regional do Paraná

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Relatório da Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP

Presidente: Edson Luiz Campagnolo

SESI – Departamento Regional do Paraná

Diretor Superintendente SESI-PR: José Antônio Fares

SENAI – Departamento Regional do Paraná

Diretor Regional SENAI-PR: Marco Antônio Areias Secco

IEL – Núcleo Regional do Paraná

Superintendente IEL-PR: José Antônio Fares

Comunicação Institucional

Gestor de Comunicação Institucional: Luiz Henrique (Ike) Weber

Projeto de Tradução do “Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social”

Idealização

Carlos Artur Kruger Passos

Equipe Técnica

Marília de Souza

Sidarta Ruthes de Lima

Fernanda Pereira Lopes

Tradução

Aglaé Marcon

Revisão

Décio Estevão do Nascimento

Maria Elizabeth Lunardi

Projeto Gráfico e Diagramação

Antônio Carlos Cargini Luiz

SESI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba : SESI/PR, 2012.

Relatório da Comissão sobre a Medida de Desempenho Econômico e Progresso Social. SESI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba : SESI/PR, 2012.

Tradução de: Rapport de la Commission sur la mesure des performances économiques et du progrès social. STIGLITZ, Joseph E. SEN, Amartya FITOUSSI, Jean-Paul. (2009).

SESI. Departamento Regional do Paraná. – Curitiba: SESI/PR, 2012.

450 p; 21x28cm.

ISBN 978 85 61425 55 5

1. Desenvolvimento. 2. Economia. 3. Progresso.

I. SESI. Departamento Regional do Paraná. II. Título.

A medida do desenvolvimento

As graves crises financeiras internacionais atravessadas nos últimos tempos colocam em xeque algumas das principais economias do planeta e estimulam uma reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado pela maioria dos países. Percebemos que, por mais importante que sejam o crescimento econômico e o acúmulo de riquezas pelas nações, elas não podem se sobrepor ao bem-estar das pessoas.

Nesse contexto, expressamos um agradecimento público ao Governo da República da França, que conduziu os trabalhos da “Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social”, cujo trabalho empreendido foi o de promover uma reflexão sobre as fórmulas para medir o grau de desenvolvimento de um país, que levem em conta justamente a qualidade vida dos cidadãos.

Este trabalho reuniu renomados especialistas, sendo dois deles Prêmios Nobel de Economia, Professor Joseph Stiglitz e Professor Amartya Sen e também o Professor Jean-Paul Fitoussi como coordenador desta comissão, além de mobilizar mais de 30 outros prestigiosos membros e relatores de importantes universidades e institutos de pesquisa econômico-social.

Indicadores econômicos e sociais como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os mais utilizados atualmente, são importantes ferramentas para a elaboração de políticas públicas para o desenvolvimento e impactam na definição das estratégias dos empresários. Aprimorá-los é, sem dúvidas, uma medida que trará avanços no planejamento das ações dos setores público e privado.

É com o objetivo de fomentar esse debate que nós, do Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná, trazemos a público uma versão traduzida do Relatório Stiglitz/Sen/Fitoussi, elaborado pela Comissão sobre a Mensuração de Desempenho Econômico e Progresso Social.

O Sistema Fiep tem plena consciência de seu papel para o desenvolvimento do Paraná e do Brasil. Acreditamos que nosso crescimento passa, obrigatoriamente por melhorias significativas em dois aspectos: a educação e o desenvolvimento regional.

Temos buscado fazer a nossa parte. No que tange a educação, o Sistema Fiep, especialmente pela ação do Sesi e do Senai, atua fortemente para a formação de cidadãos e trabalhadores preparados e qualificados.

A medida do desenvolvimento

Em termos de desenvolvimento regional, temos como prioridade levar o crescimento a todas as regiões do Paraná, principalmente àquelas com baixos índices de desenvolvimento. Para isso, além de incentivar e dar apoio à geração de novos negócios, trabalhamos na articulação por melhores condições para o setor produtivo do Estado, no que se refere a questões de infraestrutura e logística, entre outras.

Dentro deste espírito de ação, não temos dúvidas de que com a tradução deste importante documento, estaremos colaborando com esta reflexão ao facilitar o acesso ao debate sobre a mensuração das atividades produtivas alinhadas a qualidade de vida das populações e do desenvolvimento sustentável.

Edson Campagnolo

Presidente da Federação das
Indústrias do Estado do Paraná

Relatório da Comissão sobre a
Mensuração de Desempenho
Econômico e Progresso Social

Professor Joseph E. STIGLITZ,
Presidente da Comissão, Columbia University.

Professor Amartya SEN,
Conselheiro da Comissão, Harvard University.

Professor Jean-Paul FITOUSSI,
Coordenador da Comissão, IEP.

www.stiglitz-sen-fitoussi.fr

Outros membros

Bina AGARWAL	Institute of Economic Growth, University of Delhi
Kenneth J. ARROW	Stanford University
Anthony B. ATKINSON	Warden of Nuffield College
François BOURGUIGNON	Paris School of Economics
Jean-Philippe COTIS	INSEE
Angus S. DEATON	Princeton University
Kemal DERVIS	UNPD
Marc FLEURBAEY	Université Paris 5
Nancy FOLBRE	University of Massachussets
Jean GADREY	Université Lille
Enrico GIOVANNINI	OECD
Roger GUESNERIE	Collège de France
James J. HECKMAN	Chicago University
Geoffrey HEAL	Columbia University
Claude HENRY	Sciences-Po/Columbia University
Daniel KAHNEMAN	Princeton University
Alan B. KRUEGER	Princeton University
Andrew J. OSWALD	University of Warwick
Robert D. PUTNAM	Harvard University
Nick STERN	London School of Economics
Cass SUNSTEIN	University of Chicago
Philippe WEIL	Sciences Po

Relatores

Jean-Etienne CHAPRON INSEE

Relator Geral

Didier BLANCHET INSEE

Jacques LE CACHEUX OFCE

Marco MIRA D'ERCOLE OCDE

Pierre-Alain PIONNIER INSEE

Laurence RIOUX INSEE/CREST

Paul SCHREYER OCDE

Xavier TIMBEAU OFCE

Vincent MARCUS INSEE

Sumário

SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES	9
-------------------------	---

I. EXPOSIÇÃO GERAL DO CONTEÚDO DO RELATÓRIO

Capítulo 1:	Questões clássicas relativas ao PIB	28
-------------	--	----

Capítulo 2:	Qualidade de vida	58
-------------	--------------------------	----

Capítulo 3:	Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	89
-------------	--	----

II. ANÁLISE DOS SISTEMAS DE MENSURAÇÃO E PROPOSTAS

Capítulo 1:	Questões clássicas relativas ao PIB	124
-------------	--	-----

Capítulo 2:	Qualidade de vida	209
-------------	--------------------------	-----

Capítulo 3:	Desenvolvimento sustentável e meio ambiente	341
-------------	--	-----

Por que este relatório?

1. Em fevereiro de 2008, o Sr. Nicolas Sarkozy, Presidente da República Francesa, insatisfeito com o estado atual das informações estatísticas sobre a economia e a sociedade, pediu aos Srs. Joseph Stiglitz (Presidente da Comissão), Amartya Sen (Conselheiro) e Jean- Paul Fitoussi (Coordenador) para criar uma comissão, que tomou o nome de Comissão para a Medida do Desempenho Econômico e Progresso Social (CMPEPS). Esta Comissão foi incumbida de determinar os limites do PIB enquanto indicador do desempenho econômico e do progresso social, reexaminar os problemas relativos à sua mensuração, identificar as informações complementares que poderiam ser necessárias para chegar aos indicadores de progresso social mais pertinentes, avaliar a exequibilidade de novos instrumentos de medida e discutir a apresentação adequada das informações estatísticas.
2. Os indicadores estatísticos são realmente importantes para a concepção e avaliação das políticas que visam a assegurar o progresso das sociedades, assim como avaliar o funcionamento dos mercados e influenciá-lo. O papel deles tem aumentado de maneira significativa no decorrer dos últimos vinte anos como resultado da elevação do nível de educação da população, da crescente complexidade das economias modernas e da ampla difusão da tecnologia da informação. No âmbito da “sociedade da informação”, o acesso aos dados, principalmente estatísticos, tornou-se bem mais fácil. Um número crescente de pessoas acessa estatísticas a fim de ficar mais bem informadas e tomar decisões. Para atender a essa crescente demanda por informações, a própria oferta de estatísticas tem aumentado consideravelmente e hoje abrange novas áreas e novos fenômenos.
3. Aquilo que se mede tem incidência sobre aquilo que se faz; ora, se as medidas forem defeituosas, as decisões podem ser inadequadas. A escolha entre aumentar o PIB e proteger o meio ambiente pode se revelar uma falsa escolha no momento em que a degradação do meio ambiente for levada em conta, de maneira apropriada, em nossas mensurações dos desempenhos econômicos. Da mesma forma, selecionamos frequentemente as boas políticas a serem adotadas com base em seu efeito positivo sobre o crescimento da economia; ora, se nossas mensurações de desempenho forem distorcidas, pode ocorrer o mesmo com as definições de política econômica que extrairmos delas.

4. Muitas vezes parece existir uma distância acentuada entre, de um lado, as medidas habituais de grandes variáveis socioeconômicas, como o crescimento, a inflação, o desemprego, etc., e, do outro lado, as percepções amplamente difundidas dessas realidades. As medidas usuais podem, por exemplo, levar ao entendimento de que a inflação é mínima ou o crescimento é mais forte do que sentem os indivíduos; esta distância é tão significativa e tão generalizada que não pode ser explicada unicamente com base na ilusão monetária ou na psicologia humana. Em certos países, esse fenômeno tem minado a confiança nas estatísticas oficiais (na França e na Grã-Bretanha, por exemplo, somente um terço dos cidadãos confia nos dados oficiais, e esses países não são exceções) e tem uma incidência manifesta sobre as modalidades do debate público sobre o estado da economia e as políticas a serem adotadas.
5. Essa distância entre a mensuração estatística das realidades socioeconômicas e a percepção dessas mesmas realidades pelos cidadãos pode ser explicada de várias maneiras:
 - É possível que os conceitos estatísticos sejam apropriados, mas que o processo de mensuração seja imperfeito.
 - Existe, além disso, um debate sobre a escolha dos conceitos pertinentes e o uso apropriado dos diferentes conceitos.
 - Na presença de mudanças de grande amplitude em matéria de desigualdade (e em geral na distribuição de renda), o produto interno bruto (PIB) ou qualquer outro agregado calculado *per capita* pode não fornecer uma avaliação apropriada da situação na qual a maior parte das pessoas se encontra. Se as desigualdades se aprofundam em relação ao crescimento médio do PIB *per capita*, muitas pessoas podem se encontrar em situação pior, apesar da renda média ter aumentado.
 - É possível que as estatísticas habitualmente utilizadas não expliquem certos fenômenos que têm um impacto cada vez maior sobre o bem-estar dos cidadãos. Se, por exemplo, os engarrafamentos do trânsito podem fazer crescer o PIB em razão do aumento do consumo de gasolina, é evidente que eles não têm o mesmo efeito sobre a qualidade de vida. Além disso, se os cidadãos estão preocupados com a qualidade do ar e a poluição do ar aumentar, as medidas estatísticas que o ignorarem fornecerão uma avaliação inadequada da

evolução do bem-estar das populações. É possível, igualmente, que a tendência a medir mudanças progressivas não seja capaz de considerar os riscos de deterioração súbita do meio ambiente, como no caso da mudança climática.

– Finalmente, a maneira pela qual as estatísticas são tornadas públicas ou utilizadas pode dar uma visão distorcida das tendências econômicas. Assim, coloca-se geralmente a ênfase no PIB, quando noções como aquela de produto nacional líquido (que leva em conta os efeitos da depreciação do capital) ou aquela da renda real das famílias (centrada sobre os rendimentos efetivos das famílias dentro da economia) podem ser mais pertinentes. Ora, pode haver entre esses valores diferenças acentuadas. O PIB não é, portanto, *errôneo em si*, mas utilizado de forma errônea. Temos, assim, necessidade de compreender melhor o uso apropriado de cada instrumento de mensuração.

6. Na verdade, a adequação dos instrumentos atuais de mensuração do desempenho econômico, principalmente daqueles que se baseiam unicamente no PIB, tem sido problemática há muito tempo. Essas preocupações são ainda mais acentuadas no que diz respeito à pertinência desses dados enquanto ferramentas de medida do bem-estar da sociedade. O fato de privilegiarem o aumento do número de bens de consumo inertes (medido, por exemplo, pelo PNB ou pelo PIB, que foram objeto de um número considerável de estudos do progresso econômico) só poderia, em última análise, se justificar — se é que pode — pelo que esses bens trazem à vida dos seres humanos, sobre a qual eles podem influir direta ou indiretamente. Por outro lado, estabeleceu-se de longa data que o PIB era uma ferramenta inadequada para avaliar o bem-estar ao longo do tempo, em particular em suas dimensões econômica, ambiental e social, aspectos que são frequentemente designados pelo termo *sustentabilidade*.

Qual é a importância deste relatório?

7. Entre o momento em que a Comissão iniciou seus trabalhos e aquele do término de seu relatório, o contexto econômico mudou radicalmente. Atravessamos atualmente uma das piores crises financeiras, econômicas e sociais do pós-guerra. As reformas dos instrumentos de mensuração recomendadas pela Comissão seriam desejáveis mesmo na ausência desta crise. Entretanto, certos membros da Comissão pensam que esta última lhes confere maior urgência. Avaliam que uma das razões pelas quais esta crise pegou numerosas pessoas de

surpresa é que nosso sistema de mensuração falhou e/ou que os agentes dos mercados e os responsáveis públicos não estavam ligados a bons indicadores estatísticos. A seus olhos, nem a contabilidade privada nem a contabilidade pública foram capazes de desempenhar um papel de alerta precoce: não puderam nos advertir a tempo de que os desempenhos *aparentemente* brilhantes da economia mundial, em termos de crescimento entre 2004 e 2007 poderiam estar sendo obtidos em detrimento do crescimento futuro. É claro, igualmente, que esses desempenhos foram em parte uma « miragem », lucros baseados em preços cuja alta era devida a uma bolha especulativa. Sem dúvida seria ir longe demais esperar que, se tivéssemos-nos provido de um melhor sistema estatístico, os governos teriam podido tomar, suficientemente cedo, medidas a fim de evitar, ou ao menos atenuar, as turbulências atuais. É possível, todavia, que se tivéssemos sido mais conscientes dos limites de mensurações clássicas como o PIB, a euforia ligada ao desempenho econômico dos anos que precederam a crise teria sido menor e que ferramentas de medições integrando avaliações da sustentabilidade (endividamento privado crescente, por exemplo) nos teriam dado uma visão mais prudente desses desempenhos. Dito isso, muitos países carecem de um conjunto completo e atualizado de contas de patrimônio — “balanços” da economia — capazes de fornecer um quadro global do ativo e do passivo dos grandes agentes econômicos.

8. Estamos igualmente diante da iminência de uma crise ambiental, particularmente em razão do aquecimento planetário. Os preços de mercado são falseados pelo fato de que nenhum imposto é cobrado pelas emissões de carbono, e as medições clássicas da renda nacional não levam em conta o custo dessas emissões. É claro que mensurações do desempenho econômico que viessem a considerar esses custos ambientais seriam sensivelmente diferentes das medições habituais.
9. Se os pontos de vista expressos nos dois parágrafos precedentes não forem necessariamente partilhados por todos os membros da Comissão, todavia estes últimos estão unanimemente convencidos de que a crise atual nos traz uma lição muito importante: aqueles que se esforçam para orientar nossas economias e nossas sociedades estão na mesma situação que aquela de pilotos que buscam manter um curso sem ter uma bússola confiável. As decisões que eles tomam (e que nós também tomamos a título individual) dependem daquilo que medimos, da qualidade de nossas medidas e da maior ou menor compre-

ensão delas. Quando os instrumentos de medida nos quais se baseia a ação são mal concebidos ou mal compreendidos, ficamos quase cegos. Sob vários aspectos, necessitamos de melhores. Tendo a pesquisa, felizmente, possibilitado, há alguns anos, seu aperfeiçoamento, é, portanto, hora de integrar alguns desses avanços a nossos sistemas de medida. Existe, igualmente, um consenso entre os membros da Comissão quanto à ideia de que melhores instrumentos de medida poderão nos possibilitar dirigir melhor nossas economias, tanto através das crises quanto para sair delas. Um bom número dos indicadores preconizados pelo relatório poderia servir para esse fim.

10. Nosso relatório trata dos sistemas de mensuração e não, das políticas; por esse motivo não discute a melhor maneira para nossas sociedades de progredir graças a ações coletivas vinculadas a diversos objetivos. Mas porque aquilo que se mede define aquilo que se procura coletivamente (e vice-versa), este relatório e sua aplicação são capazes de ter um impacto significativo sobre a maneira pela qual nossas sociedades se percebem e, por consequência, sobre a concepção, a implementação e a avaliação das políticas.
11. A Comissão notabiliza os progressos importantes realizados há anos em matéria de medida dos dados estatísticos e insta a que se persevere a fim de aperfeiçoar as bases de dados estatísticos de que dispomos e os indicadores elaborados a partir deles. Nosso relatório propõe instrumentos de medida diferentes ou complementares em diversos campos; esperamos que venha a ter influência sobre a ação futura em matéria de política estatística, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento, assim como sobre os trabalhos das organizações internacionais que desempenham um papel essencial no aperfeiçoamento de normas estatísticas em escala global.

Quem são os autores do relatório?

12. Este relatório foi redigido por economistas e por especialistas em ciências sociais. Os membros da Comissão representam um amplo leque de especializações que vai da contabilidade nacional à economia da mudança climática. Dirigiram trabalhos de pesquisa sobre o capital social, a felicidade, o bem-estar e a saúde mental. Estão convencidos de que é importante lançar pontes entre comunidades — entre produtores e usuários de informações estatísticas, qualquer que seja a disciplina deles — cujo distanciamento foi crescente no decorrer dos

últimos anos. Consideram sua contribuição como sendo complementar àquela de autores de relatórios sobre assuntos análogos, mas elaborados a partir de uma perspectiva diferente, por exemplo, por pesquisadores em “ciências duras” no que se refere à mudança climática ou por psicólogos no que diz respeito à saúde mental. Embora o núcleo do relatório seja antes de tudo técnico, os resumos de cada um dos capítulos foram redigidos recorrendo-se, na medida do possível, a uma linguagem acessível.

A quem se destina o relatório?

13. A Comissão espera que seu relatório encontre uma ampla audiência em quatro categorias de público diferentes; aliás, ele foi redigido nessa perspectiva. Ele se destina, primeiramente, aos responsáveis políticos. Nesta época de crises em que é necessário um discurso político novo para determinar em que sentido deverão evoluir nossas sociedades, ele preconiza deslocar o centro de gravidade de nosso aparelho estatístico de um sistema de mensuração que privilegia a produção para um sistema orientado para a mensuração do bem-estar das gerações atuais e vindouras, com a finalidade de culminar em medidas mais pertinentes do progresso social.
14. Em segundo lugar, o relatório se destina aos tomadores de decisão que desejam ter uma visão melhor dos indicadores disponíveis ou úteis a serem construídos, a fim de conceber, aplicar e avaliar as políticas destinadas a aumentar o bem-estar e a favorecer o progresso social. Ele lembra, ao mesmo tempo, a riqueza dos dados existentes e suas lacunas, mas igualmente o fato de que as informações quantitativas confiáveis não nascem por geração espontânea e que há, portanto, espaço para proceder a investimentos importantes para o aperfeiçoamento de estatísticas e indicadores, capazes de fornecer aos tomadores de decisão as informações de que necessitam para agir.
15. Em terceiro lugar, este relatório foi redigido para a comunidade acadêmica, para os profissionais da estatística e para aqueles que fazem amplo uso de estatísticas. Ele lhes lembra da dificuldade que pode estar ligada à produção de dados confiáveis e as numerosas hipóteses que subjazem a toda e qualquer série estatística. Esperamos que os universitários se mostrem mais prudentes quanto à confiança que depositam em certas estatísticas e que os especialistas dos serviços nacionais de estatística aí encontrem sugestões úteis para as áreas às quais soluções novas poderão ser particularmente bem-vindas.

16. Finalmente, nosso relatório foi redigido para organizações da sociedade civil ao mesmo tempo usuárias e produtoras de estatísticas e, mais amplamente, para o grande público, seja de países ricos ou pobres, seja de pessoas ricas ou pobres no interior de cada sociedade. Esperamos que, graças à melhor compreensão dos dados e indicadores estatísticos de que dispomos, de seus pontos fortes e de suas limitações, seja-lhes possível avaliar melhor os problemas que suas sociedades enfrentam. Esperamos igualmente que esse relatório seja útil à imprensa e às mídias, às quais incumbe a responsabilidade de possibilitar aos cidadãos apreender melhor o que se passa no seio na sociedade em que vivem. A informação é um bem público: quanto mais estivermos informados sobre o que se produz em nossa sociedade, tanto melhores serão as condições de funcionamento de nossas democracias.

Quais são as principais mensagens e recomendações do relatório?

17. O relatório estabelece uma distinção entre avaliação do *bem-estar presente* e avaliação de sua sustentabilidade, isto é, de sua capacidade para se manter no tempo. O bem-estar presente depende, ao mesmo tempo, dos recursos econômicos, como as rendas, e de características não econômicas da vida das pessoas: o que elas fazem e o que elas podem fazer, a apreciação delas sobre sua própria vida, seu meio ambiente natural. A sustentabilidade desses níveis de bem-estar depende da questão de saber se os estoques de capital importantes para nossa vida (capital natural, físico, humano, social) serão ou não transmitidos às gerações futuras.

A fim de organizar seus trabalhos, a Comissão se dividiu em três grupos, que se dedicaram respectivamente às questões clássicas de mensuração do PIB, à qualidade de vida e à sustentabilidade. As principais mensagens e recomendações que resultam do relatório são as seguintes:

Rumo a melhores ferramentas de medida do desempenho em uma economia complexa

18. Antes de ir para além do PIB e empenhar-se na tarefa mais complexa, que é a medida do bem-estar, convém perguntar a si mesmo em que as medidas existentes do desempenho econômico precisam ser aperfeiçoadas. Medir a produção, variável que determina, entre outros, o nível de emprego, é essencial à gestão da

atividade econômica. A primeira mensagem de nosso relatório é que chegou a hora de adaptar nosso sistema de medida da atividade econômica a fim de melhor refletir as mudanças estruturais que caracterizam a evolução das economias modernas. O volume crescente dos serviços e a produção de bens cada vez mais complexos tornam, com efeito, mais difícil que antes medir o volume de produção e o desempenho econômico. Existe atualmente um grande número de produtos cuja qualidade é complexa, multidimensional e sujeita a mudanças rápidas. Isso é evidente para bens como carros, computadores, máquinas de lavar e assim por diante; no entanto, é mais verdadeiro ainda para prestações de serviços, como os de saúde ou de ensino, as tecnologias da informação e da comunicação, as atividades de pesquisa ou os serviços financeiros. Em certos países e certos setores, o crescimento da « produção » se prende mais à melhoria qualitativa dos bens produzidos e consumidos do que à quantidade deles. Dar conta da mudança qualitativa representa um desafio formidável, mas é essencial para medir a renda e o consumo reais, fatores determinantes do bem-estar material das pessoas. Subestimar as melhorias qualitativas leva a superestimar a taxa de inflação, portanto, a subestimar o rendimento real. O inverso é verdadeiro se as melhorias qualitativas forem superestimadas.

19. Os poderes públicos desempenham um papel importante nas economias contemporâneas. Os serviços que oferecem são ou de natureza « coletiva », como a segurança, ou de natureza mais “individual”, como as prestações de serviço de saúde ou o ensino. A relação entre setor público e setor privado na prestação de serviços individuais é muito variável, tanto de um país para o outro, quanto no tempo. Além da contribuição dos serviços coletivos aos padrões de vida dos cidadãos, quase não há dúvida de que estes últimos percebem positivamente os serviços individuais, principalmente o ensino, os serviços médicos, a moradia social ou ainda os equipamentos esportivos. Esses serviços, que tendem a ser de grande amplitude e que têm aumentado consideravelmente desde a Segunda Guerra Mundial, permanecem, todavia, mal mensurados em numerosos casos. Tradicionalmente, as medidas se baseiam nas despesas empregadas para produzi-los (número de médicos, por exemplo), mais que nos resultados reais produzidos (como o número de prestações de serviço de saúde dispensados). É ainda mais difícil, nesta área, proceder aos ajustes necessários para levar em conta mudanças qualitativas. Em razão de supor-se que a produção de serviços segue a mesma evolução que as despesas necessárias para produzi-los, a evolução da

produtividade na prestação desses serviços é ignorada. Resulta que, no caso de evolução positiva (ou negativa) da produtividade do setor público, nossas medidas subestimam (ou superestimam) o crescimento da economia e das rendas reais. Para dispor de uma medida satisfatória dos desempenhos econômicos e dos padrões de vida, importa, portanto, empenhar-se no problema da medida do que é produzido pelo setor público. (Em nosso sistema atual de mensuração que se baseia nas despesas, e do qual se sabe que, por esta razão, é enviesado, a produção pública representa aproximadamente 20 % do PIB, em um grande número de países da OCDE, e o total das despesas públicas mais de 40 %).

20. Apesar de divergências metodológicas sobre a maneira de proceder às correções necessárias à consideração da qualidade, ou àquelas necessárias à mensuração da produção pública, existe um amplo consenso quanto à necessidade de proceder a esses ajustes, mesmo em relação aos princípios que deveriam prevalecer. As divergências que permanecem são relativas à aplicação prática desses princípios. A Comissão tratou em seu relatório, ao mesmo tempo, desses princípios e das dificuldades ligadas à sua aplicação.

Da produção ao bem-estar

21. Outra mensagem-chave, ao mesmo tempo em que tema unificador do relatório, é que é hora do nosso sistema estatístico *dar mais ênfase à mensuração do bem-estar da população do que à da produção econômica, e que convém, além disso*, que essas mensurações do bem-estar sejam realocadas em um contexto de sustentabilidade. Apesar das deficiências de nossas ferramentas de medida da produção, sabemos mais sobre a produção do que sobre o bem-estar. Deslocar a ênfase não significa desautorizar as medidas do PIB e da produção. Resultantes de preocupações com a produção comercial e o emprego, elas continuam a trazer respostas a numerosas questões importantes, como aquela da gestão da atividade econômica. Importa, entretanto, pôr ênfase no bem-estar, pois existe um distanciamento crescente entre as informações veiculadas pelos dados agregados do PIB e aquelas que importam verdadeiramente para o bem-estar dos indivíduos. É preciso, em outras palavras, empenhar-se em elaborar um sistema estatístico que complete as medidas da atividade comercial com dados relativos ao bem-estar das pessoas e medidas da sustentabilidade. Tal sistema deverá necessariamente ser de natureza plural, pois não existe medida única que possa resumir um fenômeno tão complexo quanto o bem-estar dos membros de uma

sociedade; nosso sistema de mensuração deverá, portanto, comportar toda uma série de indicadores diferentes. A questão de agregar diferentes dimensões do sistema (por exemplo, como adicionar uma mensuração da saúde e uma mensuração do consumo de bens usuais), ainda que seja importante, está subordinada ao estabelecimento de um sistema estatístico suficientemente amplo para levar em conta o maior número possível de dimensões pertinentes. Esse sistema não deverá unicamente mensurar os níveis *médios* de bem-estar no seio de uma dada comunidade e sua evolução no tempo, mas ainda dar conta da diversidade das experiências pessoais e das relações entre as diferentes dimensões da vida das pessoas. Em razão de existirem várias dimensões do bem-estar, é útil começar pela medida do bem-estar material ou dos padrões de vida.

Recomendação n°1: Na esfera da avaliação do bem-estar material, referir-se preferencialmente à renda e ao consumo do que à produção.

22. O PIB constitui o instrumento de medida da atividade econômica mais amplamente utilizado. Seu cálculo é regido por normas internacionais e um importante trabalho de reflexão foi empenhado na definição de suas bases estatísticas e conceituais. Nos parágrafos anteriores, destacamos certas áreas importantes para as quais era necessário aperfeiçoar os métodos de cálculo. Os profissionais da estatística e os economistas sabem muitíssimo bem que o PIB mede essencialmente a produção comercial (expressa em unidades monetárias) e que, como tal, tem sua utilidade. No entanto, ele foi muitas vezes usado como se fosse uma mensuração de bem-estar econômico. A confusão entre essas duas noções traz o risco de resultar em indicações enganosas quanto ao nível de satisfação da população e de provocar decisões políticas inadequadas. Os padrões de vida materiais estão mais estreitamente associados à medida da renda nacional real e àquelas da renda real e do consumo real das famílias: a produção pode crescer enquanto que os rendimentos decrescem, ou vice versa, considerando-se a depreciação, os fluxos de rendimentos destinados e provenientes do exterior, as diferenças entre os preços dos bens produzidos e os dos bens consumidos.

Recomendação n°2: Colocar a ênfase na perspectiva das famílias.

23. Se é interessante acompanhar a evolução do desempenho das economias no seu conjunto, o cálculo da renda e do consumo das famílias, por sua vez, permite acompanhar melhor a evolução do padrão de vida dos cidadãos. Os da-

dos disponíveis da contabilidade nacional mostram, com efeito, que, em vários países da OCDE, o crescimento da renda real das famílias foi muito diferente daquele do PIB real por habitante, e geralmente mais lento. A perspectiva das famílias supõe levar em conta as transferências entre setores, tais como os impostos recolhidos pelo Estado, as prestações sociais que ele paga, os juros sobre as tomadas de empréstimo das famílias pagos aos estabelecimentos financeiros. Para serem exaustivos, os rendimentos e o consumo das famílias devem incluir igualmente os serviços em espécie prestados pelo Estado, tais como os serviços subsidiados, especialmente de saúde e educação. Deverá também ser realizado um esforço importante para conciliar as fontes estatísticas, tendo por finalidade compreender por que certos dados, como a renda das famílias, evoluem diferentemente conforme as fontes estatísticas utilizadas.

Recomendação n°3: Levar em consideração o patrimônio juntamente com a renda e o consumo.

24. Se a renda e o consumo são essenciais para a avaliação dos padrões de vida, só podem, em última análise, servir de ferramenta de apreciação juntamente com as informações sobre o patrimônio. Uma família que gasta sua riqueza em bens de consumo aumenta seu bem-estar atual, mas em detrimento de seu bem-estar futuro. As consequências desse comportamento são rastreadas no balanço dessa família; o mesmo acontece para os outros agentes econômicos e para a economia em sua totalidade. Para elaborar balanços, é preciso poder dispor de demonstrações quantificadas completas do ativo e do passivo. A ideia de balanços para países não é nova em si, mas esses balanços só estão disponíveis para um pequeno número de países, e convém possibilitar sua generalização. As medidas da riqueza são essenciais para perceber a sustentabilidade. O que se transfere para o futuro deve necessariamente ser expresso em termos de estoques, quer se trate de capital físico, natural, humano ou social. A avaliação apropriada desses estoques desempenha um papel crucial, mesmo que seja muitas vezes problemática. É igualmente desejável submeter os balanços a « testes de resistência » (*stress tests*) segundo diferentes hipóteses de valorização onde não existam preços de mercado ou quando esses preços estiverem sujeitos a flutuações erráticas ou a bolhas especulativas. Certos indicadores não monetários, mais diretos, poderão ser preferíveis quando a avaliação monetária for muito incerta ou de difícil dedução.

Recomendação n°4: Atribuir maior importância à distribuição da renda, do consumo e das riquezas.

25. A renda média, o consumo médio e a riqueza média são dados estatísticos importantes, mas insuficientes para apreender de forma exaustiva os padrões de vida. Assim, um aumento da renda média pode ser desigualmente distribuído entre as categorias de pessoas, certas famílias beneficiando-se dele menos que outros. O cálculo das médias da renda, do consumo e das riquezas deve, portanto, ser acompanhado de indicadores que reflitam sua distribuição. A noção de consumo mediano (de renda mediana, de riqueza mediana) fornece uma melhor ferramenta de mensuração “representativa” da situação do indivíduo ou da família do que a de consumo médio, de renda média ou de riqueza média. Importa também, por numerosas razões, saber o que se passa na base da escala da distribuição da renda e da riqueza (tal como mostram as estatísticas da pobreza), ou ainda no alto desta escala. O ideal é que essas informações não devam estar isoladas, mas relacionadas entre elas, por exemplo, para saber como são subdivididas as famílias em relação às diferentes dimensões do padrão de vida material: rendimento, consumo e riquezas. Uma família de baixa renda que possua riqueza superior à média não é, no fundo, necessariamente mais desfavorecida que uma família de renda média que não possua nenhuma riqueza. (Voltaremos a tratar sobre a necessidade de dispor de informações sobre a « distribuição combinada » dessas dimensões do bem-estar material das pessoas nas recomendações a seguir, relativas à medida da qualidade de vida).

Recomendação n°5: Estender os indicadores de renda para as atividades não comerciais.

26. O modo de funcionamento das famílias e da sociedade tem mudado profundamente. Assim, numerosos serviços que eram antigamente prestados por outros membros da família são hoje comprados no mercado. Isso se traduz na contabilidade nacional por um aumento da renda e pode dar erroneamente a impressão de um aumento do padrão de vida, quando, na verdade, o fornecimento de serviços antigamente não comerciais cabe agora ao mercado. Por outro lado, numerosos serviços que as famílias produzem para elas mesmas não são levados em conta nos indicadores oficiais de renda e de produção, embora constituam um aspecto importante da atividade econômica. Se esta exclusão dos indicadores oficiais decorre mais de questões sobre a confiabilidade dos da-

dos que de dificuldades conceituais, foram realizados progressos nesse campo; convém, todavia, dedicar a isso trabalhos mais numerosos e mais sistemáticos, começando principalmente por informações sobre o uso do tempo das pessoas que sejam passíveis de comparação no tempo (de um ano para o outro) e no espaço (de um país para o outro). As atividades domésticas deveriam ser objeto, periodicamente e da forma mais exaustiva possível, de contas satélites em relação àquelas da contabilidade nacional básica. Nos países em desenvolvimento, a produção de bens pelas famílias (alimentação ou moradia, por exemplo) desempenha um papel importante: convém levar em conta a produção desses bens pelas famílias para avaliar seus padrões de consumo nesses países.

27. No momento em que nos concentrarmos nas atividades não comerciais, a questão dos lazeres não poderá ser evitada. Consumir a mesma cesta de bens e serviços, mas trabalhando 1.500 horas no ano em vez de 2.000 horas, implica um padrão de vida mais alto. Ainda que a valorização dos lazeres levante múltiplas dificuldades, é necessário levar em conta sua importância quantitativa para poder estabelecer comparações de padrões de vida no tempo e no espaço.

O bem-estar é multidimensional

28. Para entender o conceito de bem-estar, é necessário recorrer a uma definição multidimensional. A partir dos trabalhos de pesquisa existentes e do estudo de numerosas iniciativas concretas tomadas no mundo, a Comissão identificou as principais dimensões que convém considerar. Em princípio, pelo menos essas dimensões deverão ser apreendidas simultaneamente:

- i. as condições de vida materiais (rendimento, consumo e riqueza) ;
- ii. a saúde;
- iii. a educação;
- iv. as atividades pessoais, entre elas o trabalho;
- v. a participação na vida política e na governança;
- vi. os laços e relações sociais;
- vii. o meio ambiente (situação presente e futura);
- viii. a insegurança, tanto econômica quanto física.

Todas essas dimensões modelam o bem-estar de cada um; entretanto, muitas delas são ignoradas pelas ferramentas tradicionais de medição dos rendimentos.

Ambas as dimensões do bem-estar, a objetiva e a subjetiva, são importantes.

Recomendação n°6: A qualidade de vida depende das condições objetivas em que se encontram as pessoas e de suas “capacidades dinâmicas”. Seria conveniente melhorar as mensurações numéricas da saúde, da educação, das atividades pessoais e das condições ambientais. Além disso, deverá ser feito um esforço particular na concepção e na aplicação de ferramentas sólidas e confiáveis de mensuração das relações sociais, da participação na vida política e da insegurança, conjunto de elementos que pode se constituir em um bom prognóstico da satisfação que as pessoas extraem de suas vidas.

29. As informações que possibilitam avaliar a qualidade de vida vão além das declarações e das percepções das pessoas; incluem, igualmente, a medida de seus “funcionamentos” (o emprego de suas “capacidades”) e de suas liberdades. O que importa realmente, de fato, são as “capacidades” de que as pessoas dispõem, isto é, o conjunto das possibilidades que se oferecem a elas e a liberdade que têm de escolher, nesse conjunto, o tipo de vida ao qual atribuem valor. A escolha dos “funcionamentos” e das “capacidades” pertinentes para medir a qualidade de vida é mais um juízo de valor do que um exercício técnico. Todavia, mesmo se a lista correta desses aspectos se baseia inevitavelmente em juízos de valor, existe um consenso sobre o fato de que a qualidade de vida depende da saúde e da educação, das condições de vida quotidiana (entre as quais o direito a um emprego e a uma moradia decentes), da participação no processo político, dos ambientes social e natural das pessoas e dos fatores que definem sua segurança pessoal e econômica. A medida de todos esses elementos necessita de dados tanto objetivos quanto subjetivos. Nessas áreas, a dificuldade consiste em melhorar o que já foi realizado, em identificar as lacunas que as informações disponíveis apresentam e em destinar meios estatísticos às áreas (como a utilização do tempo) nas quais os indicadores disponíveis permanecem insuficientes.

Recomendação n°7: Os indicadores de qualidade de vida deverão, em todas as dimensões que abrangem, fornecer uma avaliação exaustiva e global das desigualdades.

30. As desigualdades de condições de vida constituem parte integrante de toda e qualquer avaliação da qualidade de vida, de sua comparabilidade entre países e de sua evolução no tempo. A maior parte das dimensões da qualidade de vida necessita de medições distintas das desigualdades, sem deixar de levar em conta, como já vimos no parágrafo 25, os laços e correlações entre estas dimensões. As desigualdades de qualidade de vida deverão ser avaliadas entre pessoas, categorias socioeconômicas, sexos e gerações, dando uma atenção particular às desigualdades de origem mais recente, como aquelas ligadas à imigração.

Recomendação n°8: Deverão ser concebidas enquetes para avaliar as ligações entre os diferentes aspectos da qualidade de vida de cada um, e as informações obtidas deverão ser utilizadas por ocasião da definição de políticas em diferentes áreas.

31. É essencial compreender como as evoluções em uma área da qualidade de vida afetam as outras áreas e como as evoluções dessas diferentes áreas estão ligadas aos rendimentos. A importância desse ponto provém do fato de que as consequências do acúmulo de desvantagens sobre a qualidade de vida ultrapassam amplamente a soma de seus efeitos separados. O desenvolvimento de mensurações desses efeitos acumulados impõe coletar informações sobre a « distribuição combinada » dos aspectos essenciais da qualidade de vida junto a toda a população de um país, por meio de enquetes específicas. Poderiam igualmente ser realizados progressos nesse sentido integrando-se ao conjunto das enquetes existentes perguntas-tipo que permitam classificar as pessoas interrogadas em função de um conjunto limitado de características. No contexto da concepção de políticas em áreas específicas, seus efeitos sobre os indicadores relativos às diferentes dimensões da qualidade de vida deverão ser considerados conjuntamente a fim de processar interações entre essas dimensões e apreender melhor as necessidades das pessoas desfavorecidas em várias áreas.

Recomendação n°9: Os institutos de estatísticas deveriam fornecer as informações necessárias para agregar as diferentes dimensões da qualidade de vida, permitindo, assim, a construção de diferentes índices.

32. Ainda que a estimativa da qualidade de vida exija uma pluralidade de indicadores, manifesta-se uma demanda urgente em favor do aperfeiçoamento de uma medida sintética única. Diferentes mensurações desse tipo são possíveis, em função das questões tratadas e da abordagem adotada. Algumas dessas men-

surações já são utilizadas, como por exemplo, a do nível médio de satisfação de vida em um país, ou ainda existem índices compostos agrupando médias em diferentes áreas objetivas, como o Índice de Desenvolvimento Humano. Outras mensurações poderiam ser empregadas se as autoridades estatísticas nacionais fizessem os investimentos necessários para coletar os dados necessários a seu cálculo. Trata-se, principalmente, de medições da proporção do tempo no decorrer do qual o sentimento expresso dominante é negativo, de medições baseadas na contagem das ocorrências e na avaliação da gravidade de diferentes aspectos objetivos da vida das pessoas, e de medidas (em rendimento equivalente) baseadas nos estados e preferências de cada um.

33. A Comissão estima que, além desses indicadores objetivos, seria conveniente proceder a medidas subjetivas da qualidade de vida.

Recomendação n°10: As medidas do bem-estar, tanto objetivo quanto subjetivo, fornecem informações essenciais sobre a qualidade de vida. Os institutos de estatística deveriam integrar às suas enquetes perguntas que visassem a conhecer a avaliação que cada um faz de sua vida, de suas experiências e prioridades.

34. A pesquisa mostrou que era possível coletar dados significativos e confiáveis sobre o bem-estar subjetivo, tanto quanto sobre o bem-estar objetivo. O bem-estar subjetivo compreende diferentes aspectos (avaliação cognitiva da vida, felicidade, satisfação, emoções positivas como a alegria ou o orgulho, emoções negativas como o sofrimento ou a inquietação): cada um desses aspectos deveria ser objeto de uma medição distinta a fim de extrair uma apreciação global da vida das pessoas. Os indicadores quantitativos desses aspectos subjetivos oferecem a possibilidade de chegar não apenas a uma boa medida da qualidade de vida em si, mas igualmente a uma melhor compreensão de seus determinantes, indo para além dos rendimentos e das condições materiais das pessoas. Apesar da persistência de várias questões não resolvidas, essas medidas subjetivas fornecem informações importantes sobre a qualidade de vida. Por esse motivo, os tipos de perguntas que se revelaram pertinentes no âmbito de enquetes não oficiais de menor escala deveriam ser integrados às enquetes de maior escala dirigidas pelos serviços estatísticos oficiais.

Por uma abordagem pragmática da medida de sustentabilidade

35. As questões de mensuração e de avaliação da sustentabilidade têm estado no centro das preocupações da Comissão. A sustentabilidade coloca a questão de saber se o padrão atual de bem-estar poderá ser, senão aumentado, pelo menos mantido, para as gerações futuras. Por natureza, a sustentabilidade diz respeito ao futuro, e sua avaliação implica um bom número de hipóteses e escolhas normativas. A questão é ainda mais difícil porque certos aspectos, pelo menos da sustentabilidade ambiental (de mudança climática, em particular), são afetados pelas interações entre os modelos socioeconômicos e ambientais adotados pelos diferentes países. A questão é, portanto, muito complexa, mais que aquelas, já penosas, da mensuração do bem-estar atual ou do desempenho.

Recomendação nº 11: A avaliação da sustentabilidade necessita de um conjunto de indicadores bem definido. Como traço distintivo, os componentes deste painel deverão poder ser interpretados como variações de certos “stocks” subjacentes. Um índice monetário de sustentabilidade tem seu lugar em tal painel; todavia, no estado atual dos conhecimentos, ele deveria mirar principalmente, nos aspectos econômicos da sustentabilidade.

36. A avaliação da sustentabilidade é complementar da questão do bem-estar atual ou do desempenho econômico e deve, portanto, ser examinada separadamente. Esta recomendação pode parecer trivial; entretanto, este ponto merece ser destacado, pois certas abordagens atuais não adotam esse princípio, o que resulta em mensagens geradoras de confusão. Tal é o caso, por exemplo, quando se tenta combinar bem-estar atual e sustentabilidade em um só indicador. Para empregar uma analogia, quando se dirige um carro, um contador que agregasse em um só valor a velocidade atual do veículo e o nível de combustível restante não ajudaria em nada o motorista. Essas duas informações são essenciais e devem ser mostradas em partes distintas, nitidamente visíveis, no painel.

37. Para medir a sustentabilidade, devemos, pelo menos, poder dispor de indicadores que nos informem sobre as mudanças ocorridas nas quantidades dos diferentes fatores importantes para o bem-estar futuro. Em outros termos, a sustentabilidade exige a preservação ou o aumento simultâneos de vários «stocks»: as quantidades e qualidades, não somente dos recursos naturais, mas também do capital humano, social e físico.

38. A abordagem da sustentabilidade em termos de «stocks» pode ser enunciada

em duas versões diferentes. A primeira considera separadamente as variações de cada « stock » e avalia se ele aumenta ou diminui, tendo em vista, especialmente, fazer o necessário para mantê-lo acima de um certo limiar considerado como crítico. A segunda versão converte todos esses ativos em um equivalente monetário, admitindo, portanto, implicitamente, que uma substituição entre os diferentes tipos de capital é possível, de sorte que, por exemplo, uma baixa do capital natural poderia ser compensada por uma alta suficiente do capital físico (por meio de uma ponderação adequada). Tal abordagem é potencialmente fecunda, mas ela comporta também várias limitações, sendo a principal a falta, em numerosos casos, de mercados nos quais poderia se basear a avaliação dos ativos. Mesmo quando existem valores de mercado, nada garante que eles reflitam corretamente a importância dos diferentes ativos que importam para o bem-estar futuro. A abordagem monetária necessita recorrer a imputações e a modelos, o que levanta dificuldades em termos de informações. Todas essas razões incitam a começar por uma abordagem mais modesta, a saber, colocar o foco da agregação monetária sobre elementos para os quais existam técnicas de avaliação racionais, como o capital físico, o capital humano e certos recursos naturais. Fazendo isso, deverá ser possível avaliar o componente « econômico » da sustentabilidade, isto é, avaliar se os países consomem ou não uma parte excessiva de sua riqueza econômica.

Indicadores físicos das pressões ambientais

Recomendação n°12: Os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento em separado que se baseie em uma bateria de indicadores físicos selecionados com cuidado. É necessário, em particular, que um deles indique claramente em que medida nós nos estamos aproximando de níveis perigosos de danos ao meio ambiente (em razão, por exemplo, da mudança climática ou do esgotamento dos recursos da pesca).

39. Pelas razões expostas acima, é muitas vezes difícil atribuir ao meio ambiente natural um valor monetário; conjuntos distintos de indicadores físicos serão, portanto, necessários para acompanhar sua evolução. Isso vale, especialmente, nos casos de danos irreversíveis e/ou descontínuos ao meio ambiente. Por essa razão, os membros da Comissão estimam, em particular, que é necessário poder dispor de um indicador claro dos aumentos da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, próximos dos níveis perigosos de mudança climática (ou

ainda níveis de emissões capazes de resultar, no futuro, em tais concentrações). A mudança climática (devida ao aumento da concentração de gás de efeito estufa na atmosfera) é igualmente particular no fato de que constitui um problema verdadeiramente planetário que não pode ser medido no âmbito das fronteiras nacionais. Indicadores físicos deste tipo só poderão ser definidos com a ajuda da comunidade científica. Felizmente um bom número de trabalhos já tem sido empreendido nessa área.

E de agora em diante?

40. A Comissão estima que, longe de encerrar o debate, seu relatório só faz abri-lo. Ele remete a questões que deverão ser tratadas no âmbito de trabalhos de pesquisa mais vastos. Outras entidades no nível nacional e no internacional deverão debater recomendações deste relatório, identificar seus limites e determinar como poderão contribuir da melhor forma para as ações aqui pretendidas, cada uma em sua própria área.
41. A Comissão estima que um debate de fundo sobre as questões levantadas por seu relatório e suas recomendações propiciará uma oportunidade importante para abordar os valores da sociedade aos quais atribuímos preço e para determinar em que medida agimos realmente em favor daquilo que importa.
42. Em nível nacional, será conveniente instalar mesas-redondas que associem diferentes partes interessadas, a fim de definir quais os indicadores que permitirão a todos ter uma mesma visão das modalidades do progresso social e de sua sustentabilidade no tempo, assim como estabelecer sua ordem de importância.
43. A Comissão espera que seu relatório não somente suscite este amplo debate, mas ainda que ele favoreça a pesquisa sobre o aperfeiçoamento de melhores instrumentos de medida, que nos permitirão avaliar melhor o desempenho econômico e o progresso social.

I. Exposição Geral do Conteúdo do Relatório

Capítulo 1: Questões Clássicas Relativas ao PIB



1. Introdução

1. O produto interno bruto ou PIB constitui o instrumento de medida da atividade econômica mais amplamente utilizado. Seu cálculo é regido por normas internacionais, e todo um trabalho de reflexão se concentrou em definir suas bases estatísticas e conceituais. Todavia, o PIB mede essencialmente a produção *comercial*, ainda que seja muitas vezes tratado como se fosse uma medida do bem-estar econômico. A confusão entre essas duas noções traz os riscos de chegar a indicações enganosas quanto ao nível de conforto da população e de induzir decisões políticas inadequadas.

2. Uma das razões pelas quais as medidas monetárias do desempenho econômico e dos níveis de vida vieram a desempenhar um papel tão importante em nossas sociedades reside no fato de que a avaliação monetária dos bens e serviços possibilita somar facilmente quantidades de natureza muito diferente. Se conhecermos os preços do suco de maçã e os preços dos leitores de DVD, podemos somar os valores e estabelecer demonstrações da produção e do consumo expressos em um só e mesmo número. Entretanto, os preços de mercado são mais que um simples instrumento contábil. A teoria econômica nos diz que, quando os mercados funcionam de maneira satisfatória, a relação entre um preço de mercado e outro reflete a apreciação relativa dos dois produtos por aqueles que os compram. Por outro lado, o PIB engloba a totalidade dos bens finais da economia, sejam eles consumidos pelas famílias, pelas empresas ou pelo Estado. Avaliá-los por meio de seus preços pareceria, portanto, ser um bom meio de explicar, sob a forma de um número único, o grau de bem-estar de uma sociedade em um momento dado. Além disso, fixar os preços em um determinado nível, observando como evoluem no tempo as quantidades de bens e serviços que constituem o PIB, pode parecer racional para estabelecer o estado da evolução dos níveis de vida de uma sociedade em termos reais.

3. Na realidade, as coisas são mais complexas. Em primeiro lugar, certos bens ou serviços podem não ter preço (por exemplo, se um seguro de saúde for oferecido gratuitamente pelo Estado ou ainda no caso dos cuidados dispensados às crianças por seus pais), o que coloca o problema do modo de avaliação desses serviços. Depois, mesmo quando existem preços de mercado, esses últimos podem diferir da avaliação subjacente feita pela sociedade. Especialmente, quando o consumo ou a produção de certos produtos diz respeito ao conjunto da sociedade, o preço pago pelos indivíduos em troca desses produtos é diferente do valor deles aos olhos da sociedade. Os danos ao meio ambiente causados pelas atividades de produção ou de consumo e não refletidos pelos preços de mercado oferecem um exemplo bem conhecido disso.

¹Evidence and references in support of the claims presented in this Summary are presented in a companion technical report.

4. A isso se soma outro problema. Se pode ser fácil raciocinar em termos de “preços” e de “quantidades”, é algo bem diferente definir e medir como esses últimos mudam na prática. Ora, com o passar do tempo, um bom número de produtos muda, ou desaparecem totalmente ou características novas lhes são acrescentadas. *A mudança qualitativa* pode ser muito rápida em áreas como a das tecnologias da informação e da comunicação. Existem também produtos cuja qualidade é complexa, multidimensional e difícil de medir, como os tratamentos médicos, os serviços ligados ao ensino, as atividades de pesquisa ou os serviços financeiros. A isso se somam dificuldades de coleta de dados em uma época em que uma parte crescente das vendas se opera na Internet, em leilões ou ainda em lojas de desconto. Resulta disso que dar conta de maneira apropriada da mudança qualitativa representa para os estatísticos um desafio formidável, principalmente porque este aspecto é essencial para a mensuração da renda real e do consumo real, dados que constituem elementos-chave do bem-estar da população. Subestimar os melhoramentos qualitativos equivale a superestimar a taxa de inflação, portanto, a subestimar os rendimentos reais. Em meados dos anos 1990, por exemplo, um relatório destinado à medida da inflação nos Estados Unidos (o relatório da Comissão Boskin) estimou que a consideração insuficiente dos melhoramentos qualitativos trazidos aos bens e serviços tinha resultado em superestimar a inflação em 0,6% ao ano. Em consequência, várias mudanças foram feitas no índice de preços ao consumidor utilizado nos Estados Unidos.

5. Na Europa, o debate é invertido: reprova-se nas estatísticas oficiais de preços de *subestimar* a inflação. Isso provém, em parte, de que a percepção da inflação pelo público difere das médias nacionais, como atesta o índice dos preços ao consumidor, assim como da impressão que os estatísticos focam demais nas melhorias qualitativas trazidas aos produtos e, por esse fato, chegam a uma visão otimista demais dos rendimentos reais dos indivíduos.

6. Para que os preços de mercado reflitam a apreciação dos bens e serviços pelos consumidores, é preciso também que estes últimos sejam livres para escolher e disponham das informações necessárias. Não é necessário usar muito a imaginação para afirmar que isso não é sempre o caso. O exemplo que a complexidade dos produtos financeiros oferece mostra que a ignorância dos consumidores impede os preços de mercado de desempenhar seu papel de portadores de sinais econômicos adequados. Outro exemplo típico é o dos pacotes de serviços propostos pelas companhias de telecomunicação, cuja complexidade e evolução permanente tornam difícil garantir a transparência dos sinais oferecidos pelos preços e de compará-los entre eles.

2. As imputações: exaustividade e/ou inteligibilidade?

7. Por todos esses motivos, os sinais constituídos pelos preços devem ser interpretados com prudência no âmbito de comparações no tempo e no espaço. Sob vários aspectos, eles não oferecem meio útil de acúmulo de quantidades. Isso não significa que o recurso aos preços de mercado para elaborar medidas de desempenho econômico seja em si inadequado, mas que convém ter prudência, particularmente em relação ao instrumento de medida invocado com mais frequência, que é o PIB.

8. O presente capítulo expõem cinco meios de atenuar certas lacunas do PIB enquanto indicador dos padrões de vida. Em primeiro lugar, dar ênfase a indicadores da contabilidade nacional bem estabelecidos diferentes do PIB. Em segundo lugar, melhorar a medição empírica das principais atividades de produção, particularmente a oferta de serviços de saúde e ensino. Em terceiro lugar, destacar a perspectiva das famílias, particularmente pertinente para o que diz respeito à apreensão dos níveis de vida. Em quarto lugar, acrescentar informações sobre a repartição da renda, do consumo e da riqueza aos dados relativos à evolução média desses elementos. Finalmente, estender o número de parâmetros medidos. Uma grande parte da atividade econômica, particularmente, opera-se fora dos mercados e, muitas vezes, não se reflete nas contabilidades nacionais existentes. Ora, quando não há mercado, não há preços de mercado, e a avaliação dessas atividades deve ser feita por meio de estimativas (ou “imputações”). Embora essas últimas tenham um sentido, elas apresentam também inconvenientes, aspectos que vamos examinar antes de passar às outras propostas.

2 – As imputações: exaustividade e/ou inteligibilidade?

9. A razão de ser das imputações deve-se a dois fatores interligados. O primeiro é a necessidade de levar tudo em consideração. Existem atividades produtivas e fluxos de rendimentos relativos a elas (não monetários, regra geral) que ocorrem fora dos mercados e dentre os quais alguns foram incorporados ao PIB. O tipo de imputação mais importante consiste em atribuir um valor de consumo aos serviços de que se beneficiam as famílias proprietárias, pelo fato de que elas vivem debaixo de seu próprio teto. Não há nem transação comercial nem pagamento, mas a contabilidade nacional trata essa situação como se os interessados pagassem a eles mesmos um aluguel. Admite-se, de forma geral, que se duas pessoas recebem o mesmo rendimento monetário, uma sendo proprietária de sua moradia e a outra sendo locatária, essas duas pessoas não se situam no mesmo padrão de conforto; de onde a estimativa, tendo em vista comparar melhor os rendimentos, seja no tempo, seja de um país para outro. Isso nos leva a segunda razão de ser das imputações, isto é, o *princípio da invariância*: o valor dos principais agregados contábeis não deve

As imputações: exaustividade e/ou inteligibilidade?

dependem das disposições institucionais em vigor em um país. Para exemplificar, se serviços médicos exatamente semelhantes forem oferecidos em um caso pelo setor público e em outro pelo setor privado, as medidas de conjunto da produção não devem ser afetadas pela passagem de um para outro desses quadros institucionais. A adoção do princípio da invariância oferece como principal vantagem que se pode operar melhor comparações no tempo e de um país para outro. Resulta, por exemplo, que as mensurações da “renda disponível ajustada” das famílias (ver mais abaixo) compreendem uma imputação a título de serviços dispensados diretamente aos particulares pelos poderes públicos.

10. As imputações podem ser mais ou menos importantes em função do país e do agregado de contabilidade nacional considerado. Na França e na Finlândia, por exemplo, as principais imputações se elevam a cerca de um terço da renda disponível ajustada das famílias, enquanto que elas mal ultrapassam 20% nos Estados Unidos. Na falta de imputações, os padrões de vida dos lares franceses e finlandeses seriam, portanto, subestimados em relação aos Estados Unidos.

11. Sendo assim, as imputações apresentam inconvenientes, primeiramente em termos de qualidade dos dados: os valores imputados são, em geral, menos confiáveis que os valores observados. Além disso, as imputações incidem sobre a inteligibilidade das contabilidades nacionais. Elas não são todas percebidas pelos cidadãos como equivalentes a rendas, de onde uma disparidade possível entre a evolução das rendas percebidas e aquela das rendas medidas. Este problema se torna mais difícil ainda se ampliarmos a extensão das atividades econômicas para aí incluir outros serviços não comerciais. As estimativas do trabalho doméstico que encontraremos mais abaixo correspondem a cerca de 30% do PIB tal como ele é medido habitualmente, a que se acrescentam ainda 80% mais ou menos se avaliarmos igualmente os lazeres. Não é desejável que dados que se apoiem em suposições incidam de forma tão importante sobre agregados de conjunto.

12. Nenhum meio permite resolver facilmente esse dilema entre exaustividade e inteligibilidade, se não for colocando os dois tipos de informação à disposição dos usuários e mantendo uma distinção entre contas essenciais e contas satélites. Se, por exemplo, um conjunto exaustivo de contas sobre as atividades domésticas pode não ter seu lugar no interior dos agregados de contabilidade nacional, em contrapartida, uma conta satélite que ofereça uma avaliação completa das diversas formas de produção doméstica constituiria uma melhora significativa.

3. O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

3 – O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

3.1 – Focar em agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

13. Um primeiro passo que permitiria atenuar certas insuficiências criticadas no PIB, enquanto ferramenta de medida dos padrões de vida, consiste em focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB, por exemplo, considerando a depreciação a fim de raciocinar preferencialmente em termos de *medidas líquidas* da atividade econômica em vez de *brutas*.

14. As medidas brutas não levam em consideração a depreciação dos bens de equipamento. Quando uma grande parte da produção deve ser posta de lado a fim de garantir a renovação das máquinas e de outros bens de equipamento, as possibilidades de consumo da sociedade são menores do que se tivéssemos podido constituir provisões menos elevadas. Se os economistas se apoiam até hoje mais no PIB do que no Produto Interno Líquido (PIL), é em parte porque a depreciação é difícil de estimar. Quando a estrutura da produção permanece a mesma, o PIB e o PIL evoluem em relação estreita. Entretanto, no decorrer dos últimos anos, a estrutura da produção mudou. Os bens que são da área das tecnologias da informação tiveram sua importância aumentada enquanto bens de equipamento; ora, os computadores e os *softwares* têm uma expectativa de vida menor que as siderúrgicas. Por esse fato, a diferença entre o PIB e o PIL pode ser levada a aumentar e, portanto, o PIL crescer, em volume, menos rapidamente que o PIB. Para exemplificar, o PIB real aumentou em cerca de 3% ao ano nos Estados Unidos, entre 1985 e 2007. No decorrer desse mesmo período, a depreciação aumentou em 4,4%. Resulta daí que o produto nacional líquido real aumentou mais lentamente que o PIB.

15. Um fator mais preocupante para certos países é que as medidas usuais da depreciação não levaram em consideração a degradação qualitativa do meio ambiente natural. Foram empreendidas diversas tentativas para ampliar a extensão da depreciação, a fim de levar em conta essa degradação (ou dos melhoramentos trazidos ao meio ambiente, se for o caso), mas sem grande sucesso, sendo a principal dificuldade a confiabilidade da medida das mudanças ocorridas na qualidade do meio ambiente e sua avaliação monetária.

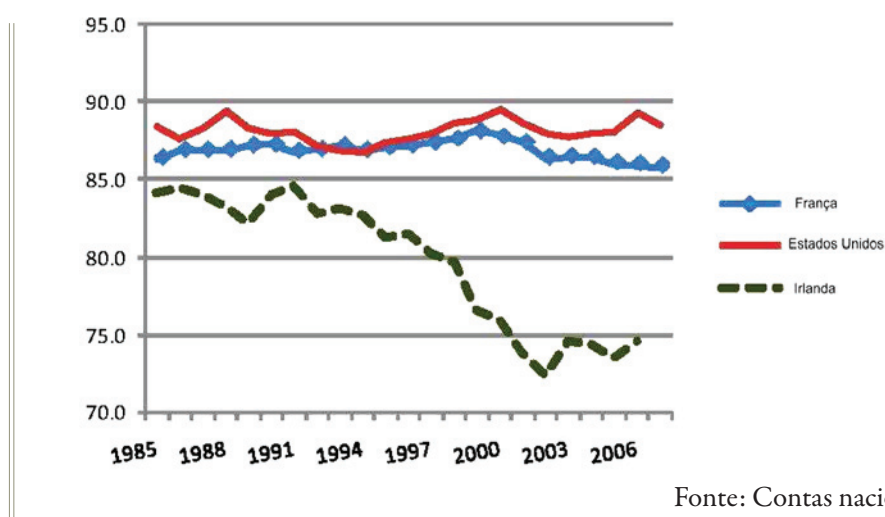
16. O caso do esgotamento dos recursos naturais é um pouco diferente, já que existe, pelo menos, um preço de mercado, mesmo se este último não refletir os danos ao meio ambiente imputáveis ao uso do recurso considerado. Esse esgotamento poderia ser levado em consideração excluindo-se do valor da produção de setores, como as minas ou a exploração madeireira, o valor dos recursos naturais retirados

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

previamente. A produção desses setores se comporia então unicamente de atividades de extração ou de exploração madeireira, de onde uma baixa correspondente do PIB. Outra possibilidade consistiria em levar em consideração o esgotamento do recurso nas medidas de depreciação. Neste caso, o PIB permaneceria sem modificação, mas o PIL ficaria menor.

17. Em um contexto de globalização, pode haver grandes diferenças entre os *rendimentos* dos habitantes de um país e as medidas da *produção* nacional, sendo os primeiros, com toda evidência, mais adequados para medir o bem-estar da população. Teremos a oportunidade de mostrar que o setor das famílias deve ser particularmente considerado em nossas análises, e que, para as famílias, é muito mais apropriado compreender as coisas em termos de rendimentos do que em termos de medidas da produção. Uma parte dos rendimentos gerados pelas atividades dos estrangeiros residentes no país é enviada para o exterior, enquanto que certos estrangeiros residentes no país recebem rendimentos do exterior. Esses fluxos são levados em consideração pela noção de *rendimento disponível nacional líquido*, agregado que já se encontra nos sistemas de contabilidade nacional. O gráfico 1.1, abaixo, mostra a baixa dos rendimentos da Irlanda em relação ao PIB do país, traduzindo o fato de que uma parte crescente dos lucros é repatriada pelos investidores estrangeiros. Esses lucros estão incluídos no PIB, mas não aumentam o poder de compra dos irlandeses. Para um país pobre em desenvolvimento, ouvir dizer que seu PIB aumentou apresenta pouco interesse: o que este país quer saber é se o padrão de vida de seus habitantes aumentou. As medidas da renda nacional são mais adequadas neste caso que o PIB.

Gráfico 1.1 Renda nacional disponível líquida em porcentagem do Produto Interno Bruto

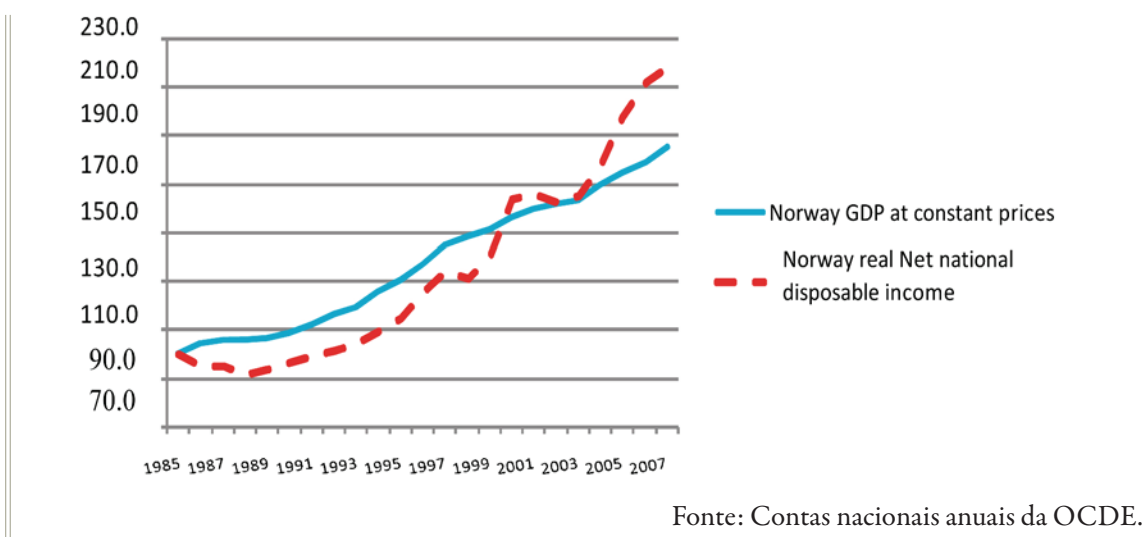


Fonte: Contas nacionais anuais da OCDE.

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

18. Por outro lado, a evolução dos preços das importações é muito diferente daquela dos preços das exportações, e essas mudanças nos preços relativos devem ser levadas em consideração na avaliação dos padrões de vida. O gráfico abaixo ilustra a divergência entre o rendimento real e a produção na Noruega, país da OCDE rico em petróleo, cujo rendimento real cresceu mais rápido que o PIB em período de alta dos preços do petróleo. Em numerosos países em desenvolvimento, nos quais os preços das exportações tiveram tendência a cair em relação àqueles das importações, ocorrerá o inverso.

Gráfico 1.2 PIB e rendimento disponível na Noruega



3.2 – Medir melhor os serviços em geral

19. Nas economias contemporâneas, os serviços representam até dois terços da produção total e do emprego total; ora, é mais difícil medir seus preços e seus volumes do que os dos bens. Os serviços de venda no varejo constituem um caso típico. Em princípio, numerosos aspectos deveriam ser levados em consideração para medir os serviços oferecidos: o volume dos bens vendidos, mas também a qualidade do serviço (acessibilidade da loja, nível geral das prestações de serviço oferecidas pelo pessoal, escolha e apresentação dos produtos e assim por diante). A própria definição desses serviços é difícil, mais ainda sua medição. Regra geral, os serviços

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

de estatísticas se servem dos dados sobre o volume das vendas como indicadores do volume dos serviços comerciais, método que deixa de lado a maior parte das mudanças qualitativas ocorridas nos serviços comerciais oferecidos. O que é verdadeiro para o comércio no varejo vale igualmente para muitas outras atividades de serviços, inclusive serviços muitas vezes dispensados pelos poderes públicos, como a saúde ou o ensino. Será importante empenhar-se melhor em dar conta do volume e da qualidade dos serviços nas economias modernas.

3.3 – Medir melhor, particularmente, os serviços prestados pelos poderes públicos

20. Os poderes públicos desempenham um papel importante nas economias contemporâneas. Os serviços que oferecem são, *grosso modo*, de dois tipos: serviços de natureza « coletiva », como a segurança, e serviços de natureza “individual”, como as prestações de serviço de saúde ou ensino. Isso não significa que os poderes públicos sejam os únicos a oferecer esses serviços e, realmente, as partes respectivas do setor público e do setor privado na oferta de serviços individuais variam amplamente de um país para o outro. Se podemos debater a questão de saber em que medida os serviços coletivos contribuem para o padrão de vida da população, em contrapartida não há nenhuma dúvida de que os cidadãos atribuem um valor positivo aos serviços individuais, em particular o ensino, a saúde, os equipamentos esportivos públicos. Esses serviços ocupam, em geral, um lugar importante na economia, mas não são bem medidos. Tradicionalmente, para os serviços não comerciais dispensados pelos poderes públicos, as medidas se baseiam nos insumos utilizados para produzir esses serviços mais do que no que é efetivamente produzido. Essa maneira de proceder tem por consequência direta que a evolução da produtividade nos serviços oferecidos pelos poderes públicos é ignorada, a produção sendo suposta evoluir no mesmo ritmo que os insumos. Daí resulta que, se a produtividade aumenta no setor público, nossas medidas vão subestimar o crescimento.

21. Em numerosos países, foram empreendidos trabalhos a fim de aperfeiçoar, para esses serviços dispensados pelos poderes públicos, avaliações da produção que não se baseiam nos insumos. Em suma, a tarefa é gigantesca. Tomemos um exemplo: em matéria de saúde pública, as despesas por habitante são mais altas nos Estados Unidos que na maior parte dos países da Europa; entretanto, à vista dos indicadores usuais, os resultados são piores. Isso quer dizer que os norte-americanos se beneficiam menos das prestações de serviços de saúde, que seu sistema de saúde pública é mais caro e/ou menos eficaz, ou ainda que os resultados dependem também de

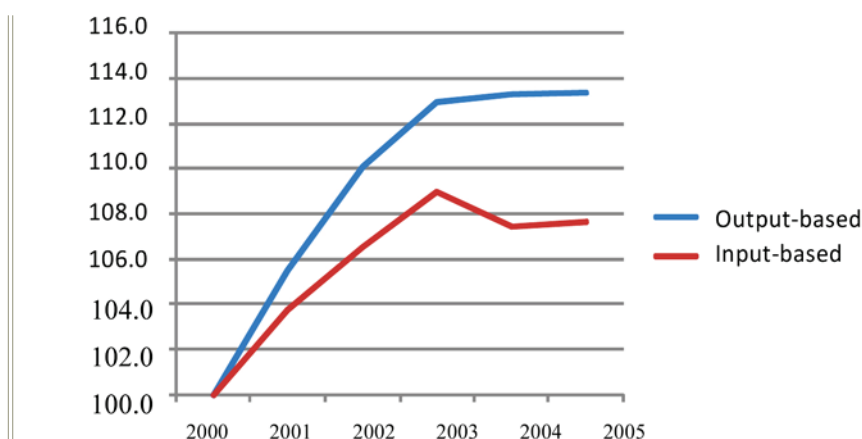
O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

outros fatores, diferentes daqueles das despesas de saúde, específicos da sociedade norte-americana? A evolução das despesas de saúde deve poder ser avaliada entre impacto em termos de preço e impacto em termos de resultados. Dito isso, quais volumes buscamos medir? É tentador medi-las tendo em vista o estado de saúde da população, só que o vínculo entre este último e as despesas de saúde pública é, entretanto, tênue: as despesas se referem aos meios concedidos aos estabelecimentos que dispensam serviços de saúde, enquanto que o estado de saúde da população é função de fatores múltiplos, e o mesmo acontece com o ensino. O modo de vida, por exemplo, afeta o estado de saúde; igualmente, o tempo que os pais passam junto a seus filhos, afeta as notas desses últimos nos exames. Atribuindo-se somente aos estabelecimentos hospitalares ou escolares, e às verbas que lhes são destinadas, o mérito das mudanças em matéria de saúde ou de ensino, desprezam-se todos esses fatores e distorce-se a perspectiva.

22. O objetivo buscado consiste em medir, de maneira mais precisa, o crescimento em volume dos serviços públicos. Vários países da Europa, da mesma forma que a Austrália e a Nova Zelândia, elaboraram métodos de medida dos principais serviços dispensados pelos poderes públicos em função dos resultados. Uma das grandes dificuldades consiste, lá também, em dar conta das mudanças qualitativas. Na falta de um bom instrumento de medida da qualidade (ou, o que dá no mesmo, na falta de uma boa estimativa dos ganhos de produtividade), é impossível estabelecer se as medidas usuais baseadas nos insumos subestimam o crescimento ou o superestimam. Recorrendo a medidas quantitativas indiferenciadas (número total de estudantes ou de pacientes, por exemplo), corre-se o risco de deixar de lado a evolução da composição e a qualidade dos resultados. É preciso, entretanto, começar por algum lugar e, dada a importância dos montantes em jogo, a questão não pode ser ignorada. Assim, por exemplo, o crescimento médio anual da economia britânica entre 1995 e 2003 foi de 2,75 % quando o medimos em termos de *outputs*, por exemplo, enquanto que mantidos os métodos convencionais, esta taxa é de 3% (Atkinson 2005). Efeitos análogos poderiam ser observados no caso da França. Na Dinamarca, ao contrário, um estudo mostrou que a produção dos serviços de saúde cresceu mais depressa que a produção medida com base nos insumos (ver o Gráfico 1.3).

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

Gráfico 1.3 Evolução em volume dos serviços de saúde na Dinamarca



Fonte: Deveci, Heurlén, Sørensen (2008), "Non-Market Health Care Service in Denmark – Empirical Studies of A, B and C Methods"; comunicação à reunião, na Eslovênia, da Associação Internacional de Pesquisas sobre os Rendimentos e a Riqueza.

23. Para que as medidas baseadas no *output* sejam confiáveis, importa que se baseiem em observações suficientemente pormenorizadas para evitar toda e qualquer confusão entre evolução efetiva em volume e efeitos de composição. Pode-se buscar saber quantas pessoas cursam o ensino superior e limitar-se a contar o número de alunos. Se as despesas por estudante aumentam, poderíamos concluir que o custo unitário dos serviços de ensino aumentou. Ora, isso pode nos induzir a erro se o aumento dos custos se deve ao fato de que os cursos foram dispensados a grupos mais reduzidos ou ainda se há mais pessoas que empreendem estudos de engenharia, mais caros. O erro de medida ocorre porque o número de estudantes é em si uma medida muito indiferenciada para ser significativa, de sorte que é necessário dispor de um quadro mais pormenorizado. Seria útil, por exemplo, tratar diferentemente uma hora de aula ministrada a um aluno de um Curso de Engenharia em conclusão de estudos e uma hora de aula ministrada a um estudante de primeiro ano da Faculdade de Letras, o que permitiria dar conta das diferenças de qualidade e de composição. O mesmo raciocínio vale igualmente em matéria de saúde: os tratamentos aplicados a doenças diferentes devem ser considerados como serviços médicos diferentes. Constata-se que os sistemas de saúde de certos países fornecem realmente os dados administrativos requeridos para obter essas informações pormenorizadas. Concluimos daí que, apesar da amplitude da tarefa,

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

é essencial medir melhor os serviços individuais oferecidos pelos poderes públicos se quisermos poder avaliar melhor os padrões de vida. A exploração de novas fontes de dados administrativos constitui um dos meios de progredir nessa direção. Para serem ideais, as informações deveriam igualmente dar conta da qualidade dos serviços, por exemplo, as modalidades de hospitalização dos pacientes ou o tempo que lhes é concedido pelo pessoal médico, apesar de que esse tipo de dados possa ser difícil de coletar. Nesse caso, poderá ser necessário recorrer a novas fontes de dados primários, tais como as enquetes.

24. A melhora das medidas do volume daquilo que é produzido não dispensa a necessidade de melhorar as medidas do volume dos insumos (e de publicá-las). É somente se uns e outros são bem levados em conta na produção de serviços que será possível estimar a evolução da produtividade e proceder a comparações desta última de um país para outro.

3.4 – Considerar o conceito de despesas “defensivas”

25. As despesas necessárias para manter os níveis de consumo ou o funcionamento da sociedade podem ser consideradas como uma espécie de insumo intermediário: não há benefício direto e, neste sentido, elas não resultam em um bem ou serviço final. Em seu artigo de 1973, que serve de fundamento, por exemplo, Nordhaus e Tobin qualificam como “defensivas” as atividades que “com toda a evidência, não são diretamente em si fonte de utilidade, mas são, de maneira lamentável, aportes necessários a atividades capazes de ter uma utilidade”. Em particular, eles ajustam os rendimentos na baixa a título de despesas devidas à urbanização e à complexidade dos modos de vida modernos. Bom número dessas “despesas defensivas” cabe ao Estado, outras ao setor privado. Para exemplificar, as despesas destinadas às prisões podem ser consideradas como despesas defensivas realizadas pelos poderes públicos, enquanto que as despesas de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho são despesas defensivas realizadas pelos particulares. Vários autores propuseram que essas despesas sejam tratadas como produtos intermediários em vez de produtos finais. Resulta daí que elas não deveriam fazer parte do PIB.

26. Ao mesmo tempo, numerosas dificuldades surgem assim que se trata de identificar quais despesas são “defensivas” e quais despesas não o são. A criação de um novo parque, por exemplo, constitui uma despesa defensiva diante dos aborrecimentos da vida urbana ou um serviço não defensivo da área dos lazeres? O que se pode fazer para ir mais longe? Existem várias possibilidades:

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

Primeiramente, focar mais no consumo das famílias que no consumo final total. A primeira dessas noções é, sob muitos aspectos, mais significativa. Além disso, as despesas de consumo coletivo feitas pelos poderes públicos (prisões, despesas militares, conserto dos danos causados pelos derramamentos de óleos nas águas e assim por diante) se acham automaticamente excluídas.

Em segundo lugar, utilizar um conceito amplo de ativos. Não é raro que despesas defensivas compreendam elementos de *investimento* e bens de *equipamento*. Nesses casos, elas deveriam ser tratadas em grande parte como são as despesas de manutenção contínua, no caso da produção clássica. As despesas de saúde, por exemplo, poderiam ser consideradas como um investimento em capital humano em vez de como um consumo final. Se existe uma medida da qualidade do meio ambiente considerada como um capital, as despesas feitas para melhorá-la ou mantê-la poderiam, elas também, ser consideradas como um investimento. Inversamente, os efeitos da atividade econômica que causam dano a este elemento do ativo poderiam ser considerados no âmbito de um sistema ampliado de medida da depreciação ou do esgotamento dos recursos, de tal sorte que a medida *líquida* dos rendimentos ou da produção seja, em consequência, reduzida. Vimos acima que são as medidas líquidas, ao invés das medidas brutas, que deveriam ser nossas referências em matéria de padrões de vida.

Em terceiro lugar, ampliar o campo da produção das famílias. Certas despesas “defensivas” não podem de forma razoável ser tratadas como investimentos. Tome-mos o caso dos trajetos entre domicílio e local de trabalho: as famílias produzem serviços de transporte destinando seu tempo (despesa de trabalho) e seu dinheiro (passagens de transporte coletivo) para este fim. Desconsiderando a compra pelo consumidor de uma passagem de trem, que conta como consumo final, nenhum desses fluxos entra nas medidas da produção e dos rendimentos. Poderíamos remediar isso levando em consideração a produção de serviços de transporte pelas famílias, que seria considerada como um fornecimento não retribuído de insumos intermediários às empresas, assim “subsidiadas” pelos lares privados. Ainda que essa maneira de proceder nada mude no PIB total, ela faria aparecer uma contribuição à produção mais importante da parte das famílias e menor da parte das empresas.

27. O principal obstáculo a essa abordagem reside em sua aplicação. Como determinar precisamente a extensão das despesas defensivas? Que valor atribuir a esses novos ativos e aos fluxos em espécie? A isso se acrescenta naturalmente o fato de que essa ampliação da noção de ativos e das medições da produção está associada a mais imputações.

O que se pode fazer no âmbito do sistema de mensuração existente?

3.5 – Considerar conjuntamente a renda, a riqueza e o consumo

28. Se os fluxos de rendimentos constituem um meio importante de apreciar os padrões de vida, são, em última análise, o consumo e as possibilidades de consumir *no tempo* que importam. A dimensão temporal conduz à noção de riqueza. Uma família com poucos rendimentos, mas dotada de riqueza acima da média, está em melhor situação que uma outra família com poucos rendimentos mas sem riqueza. A existência de um patrimônio é também uma das razões que explicam por que rendimentos e consumos não estão necessariamente em igualdade; para um dado rendimento, o consumo pode ser aumentado com diminuição do patrimônio ou se endividando, ou reduzido por meio de poupança e aumento do patrimônio. A riqueza é, portanto, um indicador importante da sustentabilidade do consumo.

29. O mesmo ocorre para o conjunto da economia. Para estabelecer o balanço de uma economia, é preciso poder dispor de demonstrações numéricas completas de seu ativo (capital físico mais, segundo toda probabilidade, capital humano, natural e social) e de seu passivo (o que é devido aos outros países). Para saber o que se produz nesta economia, é preciso poder estabelecer as mudanças ocorridas em sua riqueza. Em certos casos, poderá ser mais fácil levar em consideração a evolução desta última do que estimar seu valor total. Essas mudanças se traduzem por investimentos brutos (em capital físico, natural, humano e social) dos quais devem ser deduzidos a depreciação e o esgotamento desses mesmos recursos.

30. Mesmo se for, em princípio, possível extrair dos demonstrativos da contabilidade nacional informações sobre certos aspectos essenciais da riqueza das famílias, essas informações são muitas vezes incompletas. Além disso, certos elementos do ativo não são reconhecidos como tais na contabilidade clássica, o capital humano em primeiro lugar. Estudos destinados à estimativa monetária dos estoques de capital humano estabeleceram que este último representava de longe a maior parte (80%, e mesmo mais) da riqueza total. Sob vários aspectos, a mensuração sistemática do estoque de capital humano apresenta interesse. Ela faz parte integrante de um sistema ampliado de mensuração da produção das famílias (ver abaixo), contribuindo para a elaboração de indicadores de sustentabilidade.

31. A estimativa do valor dos estoques coloca, todavia, um problema de fundo. Quando existem mercados para bens, os preços pelos quais estes últimos são comprados e vendidos servem para avaliar o conjunto do estoque. Entretanto, pode não haver mercado para certos ativos ou ainda não haver transações nos mercados, como foi o caso recentemente para certos haveres financeiros, o que coloca a questão de seu modo de avaliação. Mesmo quando existem preços de mercado, as

4. Salientar a perspectiva das famílias

transações não correspondem senão a uma pequena parte do estoque existente, e sua volatilidade pode ser tal que ela ponha de novo em discussão a possibilidade de interpretar os balanços. Posto isto, as informações básicas sobre o ativo e o passivo são essenciais para poder avaliar o estado de saúde econômico dos diferentes setores e os riscos financeiros aos quais eles se acham expostos.

4 – Salientar a perspectiva das famílias

32. A renda pode ser calculada para as famílias e para toda a economia. Uma parte da renda dos cidadãos é retirada sob a forma de impostos e não está, portanto, disponível. Mas o Estado retira este dinheiro com um objetivo: fornecer bens e serviços públicos, investir nas infraestruturas, por exemplo, e transferir rendimentos a outras pessoas (que, em princípio, têm mais necessidade deles). Um método de cálculo da renda das famílias correntemente empregado acrescenta e subtrai essas transferências. Do indicador resultante espera-se uma avaliação da renda disponível das famílias. Entretanto, a renda disponível só leva em conta transferências monetárias entre as famílias e o Estado, e não, serviços em espécie fornecidos pelo Estado.

4.1 – Corrigir a avaliação da renda das famílias para levar em conta serviços em espécie fornecidos pelo Estado

33. Já mencionamos mais acima o princípio de invariabilidade, segundo o qual *a transferência de uma atividade do setor público para o setor privado, ou inversamente, não deveria modificar nossa medida do desempenho, salvo se essa transferência afetar a qualidade ou a acessibilidade dessa atividade*. É aí que o método de cálculo da renda que se baseia unicamente no mercado encontra seus limites, e que um indicador que corrige diferenças resultantes de aspectos institucionais pode ser aperfeiçoado para garantir as comparações no tempo e entre os países. *A renda disponível ajustada* é um indicador da contabilidade nacional que leva parcialmente em consideração o princípio da invariabilidade, pelo menos no que diz respeito às “transferências sociais em espécie” realizadas pelo Estado.

34. O significado da renda disponível ajustada surge claramente do exemplo da tabela 1.1. Suponhamos que, na economia considerada, a renda do trabalho se eleve a 100 e que as pessoas presentes no mercado de trabalho contratem um seguro-saúde privado. Essas pessoas pagam todo ano uma cotização de seguro igual a 10, que pode ser decomposta em 8 unidades de prêmio de seguro (valor atuarial de um pagamento de 8) e 2 unidades de consumo de serviços de seguro. Paralelamente, as pessoas doentes recebem 8 unidades a título de reembolso de suas despesas de saúde. Neste caso (caso A), nenhum imposto é pago, os prêmios de seguro e os

Salientar a perspectiva das famílias

reembolsos se compensam, se bem que a renda disponível das seja igual a 100. Consideremos agora que o Estado decida fornecer a mesma cobertura de seguro-saúde a todos, financiada por um imposto de 10 unidades. Nada mudou, salvo que é de agora em diante o Estado que coleta as cotizações e distribui os reembolsos (caso B). Entretanto, segundo as convenções do sistema de contabilidade nacional, a renda disponível da família caiu para 90 unidades monetárias. A comparação da renda disponível é, portanto, falseada. Se acrescentarmos as transferências sociais em espécie que as famílias recebem do Estado no caso B (8 unidades correspondentes ao reembolso das despesas de saúde e duas unidades correspondentes às despesas de gestão do seguro), a renda disponível ajustada das famílias faz aparecer bem uma igualdade entre os dois casos.

35. Todavia, o exemplo acima, não leva em consideração nem eventuais diferenças na eficácia da gestão do regime de seguros, nem lucros que as companhias de seguros privadas poderiam realizar; ele simplesmente considerou que os serviços privados e públicos de seguro equivalem a duas unidades monetárias. Na prática, não é certamente o caso, mesmo se for difícil enunciar uma observação geral sobre a eficácia relativa desses regimes. Se a indústria dos serviços de seguro não é perfeitamente concorrencial (hipótese razoável na maior parte dos países), a transferência de responsabilidade do setor privado para o setor público se traduzirá por uma baixa dos lucros e dos preços do seguro. Mesmo se os lucros são redistribuídos às famílias sob a forma de dividendos, a passagem do setor privado para o setor público pode aumentar a acessibilidade dos serviços de seguro. A possibilidade de fazer seguro contra certos tipos de riscos incide positivamente sobre o bem-estar das populações pouco dispostas a correr riscos.

Tabela 1.1 Regimes de seguro privado e público

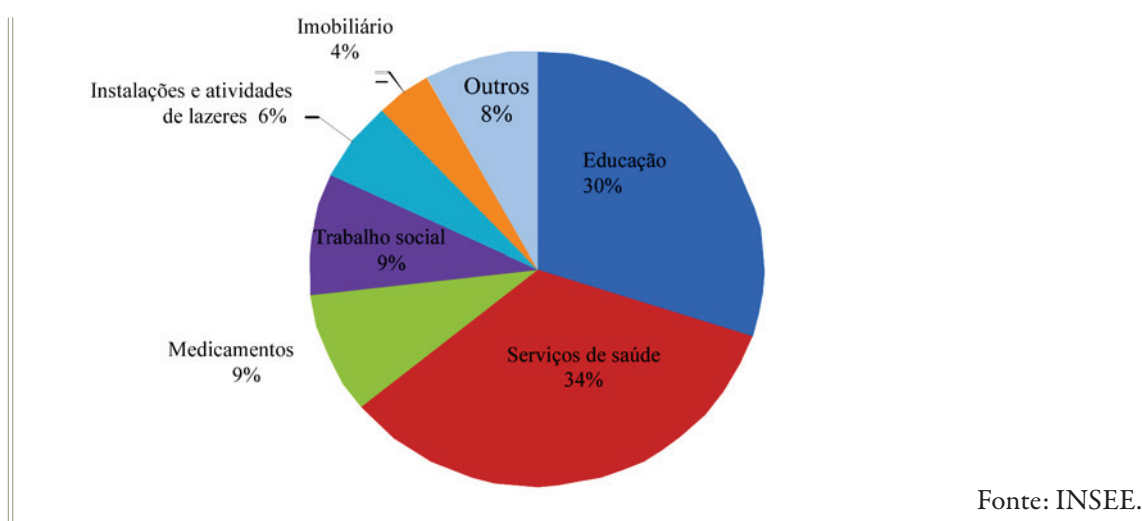
	Regime de seguro privado (Caso A)	Regime de seguro público (Caso B)
Rendimentos do trabalho	100	100
Impostos	0	- 10
Prêmios de seguro (com exclusão dos serviços de seguro)	- 8	0
Reembolsos do seguro	+ 8	0
Rendimento disponível dos lares	100	90
Transferências sociais em espécie:		+ 10
- reembolsos		+ 8
- custos de funcionamento do seguro	0	+ 2
Rendimento disponível ajustado dos lares	100	100

Salientar a perspectiva das famílias

36. Se a não consideração do valor dos serviços de seguro fornecidos constitui uma das causas de distorção da realidade, essa distorção resulta igualmente do fato de que o valor de certas transferências sociais em espécie (que correspondem aos custos de gestão do seguro no exemplo acima mencionado) é calculado com base no custo de produção desses serviços. Em certos países, em particular em certos países em desenvolvimento, pode acontecer que o custo desses serviços exceda muito amplamente seu valor para as famílias, esses últimos recebendo muito pouco, e mesmo nada. Nesse contexto, a utilização da renda ajustada das famílias determinaria uma superestimação muito grande do nível dos rendimentos e do consumo das famílias. É possível remediar em parte essa situação recorrendo a indicadores de volume baseados na produção para os serviços de saúde e de educação fornecidos pelo Estado. É também provável que os diferentes segmentos da população se beneficiem de maneira desigual das transferências sociais em espécie fornecidas pelo Estado. Existe, portanto, um aspecto distributivo importante.

37. As transferências sociais em espécie dizem respeito essencialmente aos serviços de saúde e educação, à moradia subsidiada, às instalações esportivas e de lazeres, e a todas as outras prestações de serviço fornecidas às populações a um baixo custo ou gratuitamente. Na França, o Estado fornece a quase totalidade desses serviços, que custaram em 2007 cerca de 290 bilhões de euros. Os serviços de saúde e educação representam cada um cerca de 1/3 do total das transferências em espécie, a moradia e as atividades de lazer e culturais (museus, jardins públicos, etc.) cerca de 10% (Gráfico 1.4).

Gráfico 1.4 Transferências sociais em espécie do Estado, França 2007



Salientar a perspectiva das famílias

4.2 – Medianas e médias – Distribuição de renda, do consumo e da riqueza

38. Medidas tais como a renda média ou a riqueza média, por habitante, não dão nenhuma indicação sobre a maneira pela qual os recursos disponíveis são distribuídos por pessoa e por lar. Igualmente, o consumo médio não dá nenhuma indicação sobre a maneira pela qual cada um se beneficia efetivamente desses recursos. Por exemplo, a renda *média* por habitante pode permanecer inalterada, enquanto que a distribuição da renda se torna mais desigual. É, portanto, necessário considerar as informações sobre a renda disponível, o consumo e a riqueza em função das diferentes categorias de pessoas. Um modo intelectualmente simples de considerar as questões de distribuição consiste em calcular a renda *mediana*, que é tal que a renda da metade da população lhe é superior e inferior a renda da outra metade, o consumo mediano e a riqueza mediana. A pessoa “mediana” é, de algum modo, o indivíduo “representativo” da sociedade. Se as desigualdades aumentam, é possível que a diferença entre a mediana e a média se acentue; concentrar sua atenção na média não permite obter uma ideia precisa do bem-estar econômico do indivíduo “representativo” da sociedade. Se, por exemplo, todos os aumentos da renda da sociedade beneficiam com 10% os mais abastados, é possível que a renda mediana permaneça inalterada, enquanto que a renda média, quanto a ela, aumente. No decorrer dos últimos vinte anos, o esquema dominante nos países da OCDE foi um aumento muito conseqüente das desigualdades da renda, mais particularmente na Finlândia, na Noruega e na Suécia (que partiam de desigualdades reduzidas) e na Alemanha, na Itália, na Nova Zelândia e nos Estados Unidos (que partiam de desigualdades significativas). Nesses casos, os dados medianos e médios forneceriam uma imagem diferente do que ocorre na realidade para o bem-estar social. Outra possibilidade consiste em acompanhar as mudanças que ocorrem na renda disponível das diferentes categorias de rendimentos. Poderíamos, assim, determinar o número de pessoas abaixo de um nível de renda crítico, ou a renda média das pessoas que se encontrassem no decil superior ou inferior. Cálculos similares seriam úteis para o consumo e para a riqueza. A pesquisa empírica, em geral, tem mostrado que a distribuição do consumo pode ser muito diferente daquela das rendas. Realmente, as mensurações mais pertinentes da distribuição dos padrões de vida material são provavelmente aquelas que levam em consideração, *simultaneamente*, a renda, o consumo e a riqueza das famílias ou dos indivíduos.

Salientar a perspectiva das famílias

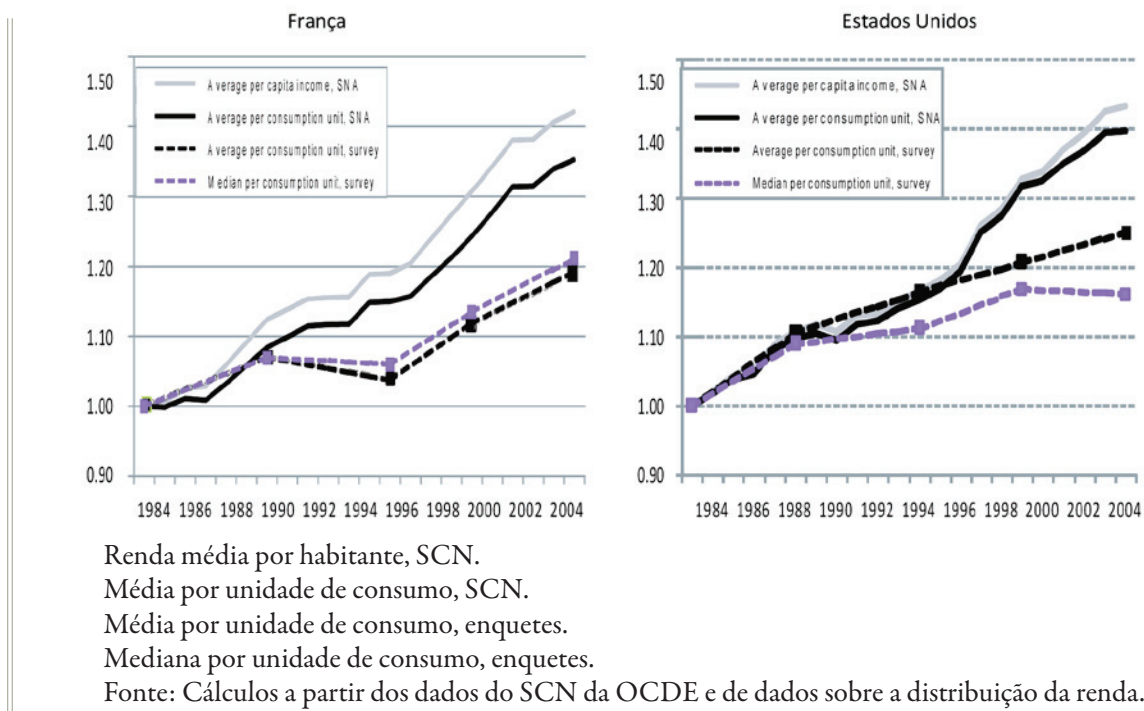
39. Na prática, passar das médias para as medianas é mais difícil do que parece. A média se obtém dividindo o total pelo número de pessoas. Para levar em consideração fatores distributivos, é preciso mobilizar informações microeconômicas sobre as famílias ou sobre categorias de famílias. As medidas microeconômicas dizem respeito às pessoas que vivem em lares comuns e são geralmente extraídas dos estudos sobre as rendas das famílias, enquanto que as medidas macroeconômicas da contabilidade nacional se baseiam em um amplo leque de fontes e dizem respeito igualmente às pessoas que vivem em lares coletivos (prisões e estabelecimentos de tratamento de saúde de longo prazo, por exemplo).

40. A escolha da unidade de mensuração é igualmente importante. As estimativas macroeconômicas trabalham com totais para um país ou para um setor inteiro, enquanto que os dados microeconômicos consideram o lar (ou a família) como a unidade no seio da qual os recursos são postos em comum e partilhados, e ajustam a renda segundo as “necessidades”. Existem, por exemplo, custos fixos para fazer funcionar um lar, o que permite às famílias numerosas, que dispõem do mesmo rendimento por habitante, ter um padrão de vida mais alto. Outra maneira de levar em consideração a demografia e aspectos distributivos, por ocasião do cálculo do rendimento, consiste em avaliar a renda disponível por unidade de consumo em vez de por pessoa. As unidades de consumo são as famílias cujo tamanho é ajustado para levar em consideração economias de escala para a moradia e os outros custos. Este ajustamento se reveste de uma importância crescente à medida que o tamanho da família diminui.

41. Neste contexto, podemos estudar a evolução das rendas média e mediana das famílias em vários países. O Gráfico 1.5 ilustra essas diferenças entre a França e os Estados Unidos. A renda média por habitante e a renda média por unidade de consumo divergem, traduzindo a tendência à redução do tamanho das famílias. As rendas extraídas das enquetes permitem comparar a renda média e a renda mediana. No caso da França, esses dois indicadores progredem paralelamente. Sob esse ângulo pelo menos, não há nenhum sinal de uma ampliação da distribuição de renda. Ocorre diferentemente para os Estados Unidos, onde as rendas médias, por habitante e por unidade de consumo, aumentam no mesmo ritmo, por outro lado aumenta a diferença entre a renda mediana e a renda média, sinal de uma distribuição mais desigual da renda.

Salientar a perspectiva das famílias

Gráfico 1.5 Evoluções de diferentes medidas da renda disponível das famílias



42. Diversos aspectos podem incidir sobre o que se disse acima. Levar em consideração ou não rendimentos da propriedade, imputados ou não, constitui uma fonte de divergência entre as estimativas microeconômicas e macroeconômicas. Se esse elemento de renda não for bem considerado nas estimativas microeconômicas, isso poderia explicar por que as rendas média e mediana progridem paralelamente na França, onde as desigualdades salariais são menos fortes que as desigualdades em matéria de rendimentos do patrimônio. Além disso, é possível que os titulares de altos rendimentos estejam sub-representados nas enquetes sobre a renda das famílias. Enfim, a comparabilidade internacional entre as enquetes sobre as famílias está longe de ser perfeita.

43. No que diz respeito aos padrões de vida, o importante é que a distribuição da renda, do consumo e da riqueza determina quem tem acesso aos bens e serviços produzidos no seio de uma sociedade. Então, é importante que os serviços de estatísticas públicas forneçam, em complemento ao indicador da renda média, indicações sobre a distribuição. Idealmente, essas indicações distributivas deveriam fornecer dados coerentes com os indicadores médios provenientes da contabilidade nacional.

Salientar a perspectiva das famílias

44. Igualmente, a distribuição do volume de consumo tem sua importância. O mesmo dólar pode comprar uma cesta de produtos diferentes segundo a categoria de renda à qual pertence o adquirente. Passar da renda nominal à renda real e do valor ao volume de consumo equivale a aplicar um índice de preços, o que levanta a questão de saber *qual índice de preços* estamos medindo. As discussões teóricas sobre os índices de preços são muitas vezes conduzidas como se só existisse um único tipo de consumidor representativo. Os serviços de estatísticas calculam a alta dos preços baseando-se em quanto custa comprar uma cesta média de produtos. O problema é que cada um compra uma cesta de produtos diferente: assim, por exemplo, os pobres gastam uma parte mais significativa de seu orçamento em alimentação, os ricos em lazeres. Cada um compra também produtos e serviços em diferentes categorias de lojas, que vendem produtos “similares” a preços muito diferentes. Quando todos os preços evoluem da mesma maneira, o fato de ter vários índices em função das categorias de população não é necessariamente útil. Mais recentemente, em razão da alta dos preços do petróleo e dos gêneros alimentícios, as diferenças se acentuaram. As pessoas mais pobres viram sua renda real mais atingida do que os mais ricos.

45. É necessário dispor de um índice de preços ao consumidor privado (real) diferente para cada uma das principais categorias da sociedade (por idade, nível de rendimento, meio rural/urbano), se quisermos apreciar a situação econômica dessas últimas. Uma das recomendações da *Comissão para a medida do poder de compra das famílias* (2008) na França, foi de aperfeiçoar índices de preços ao consumidor para os proprietários de sua própria moradia, para as famílias que alugam sua moradia e para aqueles que estão para adquiri-la. Entretanto, o aperfeiçoamento de índices de preços diferentes segundo as categorias socioeconômicas supõe que preços diferentes sejam coletados para diferentes segmentos da população de maneira a levar em consideração os aspectos socioeconômicos na coleta de dados. Seria provavelmente uma operação difícil e custosa que deve constituir um objetivo de pesquisa no médio prazo; uma recomendação similar foi feita, em 2002, pelo *Panel on Conceptual, Measurement and other Statistical Issues in Developing Cost-of-Living Indices* (Grupo para a concepção, a medida e outros aspectos estatísticos da elaboração de índices de custo de vida) nos Estados Unidos. Esses trabalhos não somente aumentariam a qualidade dos procedimentos pelos quais se calculam os volumes, mas permitiriam também aos cidadãos comparar mais facilmente sua situação pessoal em função de certos dados publicados pelos serviços de estatística sobre os rendimentos e os preços.

Salientar a perspectiva das famílias

4.3 – Indicadores mais amplos da atividade econômica das famílias

46. O modo de funcionamento das famílias e da sociedade mudou profundamente. Assim, muitos serviços que eram antigamente prestados por membros da família são hoje comprados no mercado. Isso se traduz na contabilidade nacional por um aumento do rendimento e dá a falsa impressão de um aumento do padrão de vida, quando, na verdade, o fornecimento de serviços antigamente não comerciais cabe agora ao mercado. Estimamos mais acima que a passagem do fornecimento de um bem ou de um serviço particular do setor privado para o setor público ou vice-versa não deveria afetar a medida da produção, e o mesmo acontece para a passagem da produção dos lares para o mercado ou vice-versa. Observamos acima que, na prática, a renda avaliada segundo as convenções atuais muda nos dois casos.

47. Tomemos uma família constituída de pai, mãe e dois filhos, dispendo de uma renda de 50.000 unidades monetárias por ano, no qual um só dos genitores ocupa um emprego remunerado em tempo integral e o outro se especializa na produção de casa. O pai ou a mãe que fica em casa se encarrega de todas as compras, cozinha todas as refeições, faz todo o serviço doméstico e cuida sozinho dos filhos. Este lar não tem, portanto, necessidade de destinar uma parte qualquer da sua renda comercial à compra desses serviços. Tomemos agora um lar constituído de pai, mãe e dois filhos, no qual *os dois*, pai e mãe, têm um emprego remunerado pelo mesmo montante total (50.000 por ano) e nenhum dos pais tem tempo para assegurar a produção do lar ou cuidar dos filhos. Este lar tem que pagar pela totalidade das compras, da alimentação, da limpeza e do cuidado das crianças. Sua renda disponível é, portanto, reduzida. Os modos de cálculo tradicionais consideram que essas duas famílias têm o mesmo padrão de vida, o que não é manifestamente o caso. Focalizando-se na produção comercial, esses modos de cálculo dão uma imagem enviesada dos padrões de vida: uma parte do aumento da produção comercial que se mede, reflete, na verdade, uma *mudança* de lugar de produção, que passa do lar para o mercado.

48. Para compreender quanto a produção doméstica é importante no plano econômico, é preciso começar por estudar a maneira pela qual as pessoas utilizam seu tempo. O Gráfico 1.6 apresenta uma comparação do tempo destinado a diferentes atividades por família e por dia. A produção doméstica compreende o tempo passado a fazer os trabalhos caseiros, a comprar bens e serviços, a responsabilizar-se por outras pessoas e ajudá-las, sejam membros da família ou não, a realizar atividades

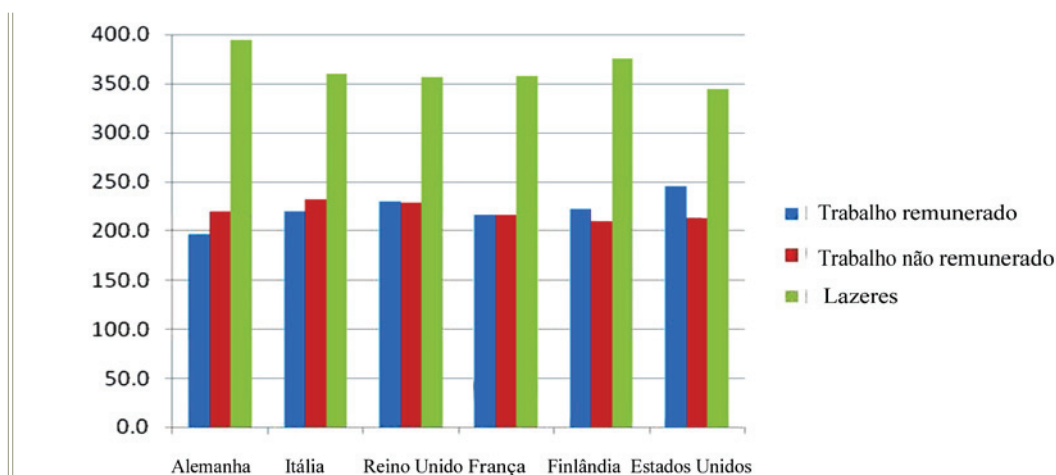
Salientar a perspectiva das famílias

de voluntariado, a passar comunicações telefônicas, escrever cartas e e-mails, e o tempo de transporte para todas essas atividades. A expressão “atividades pessoais» equivale essencialmente a dormir, comer e beber, enquanto que os lazeres compreendem o esporte, as atividades religiosas e espirituais e as outras atividades de lazer.

49. Com base nessas definições, destina-se mais tempo à produção doméstica nos países europeus do que nos Estados Unidos, e aos lazeres, mais na Alemanha, na Finlândia, na França, na Itália e no Reino Unido do que nos Estados Unidos (Gráfico 1.6). Convém notar que certas categorias são ambíguas, e que os resultados devem, portanto, ser considerados com precaução. Por exemplo, o tempo passado a comer e beber está incluído na definição das atividades pessoais, enquanto que é evidente que uma parte dessas atividades diz respeito ao tempo de lazer. O tempo passado a comer mudaria igualmente se fosse atribuído a uma categoria diferente. Deduzimos daí que a distribuição de certas atividades nas categorias de tempo, assim como sua comparação internacional, poderiam ser melhoradas e harmonizadas.

Gráfico 1.6. Trabalho doméstico, trabalho remunerado e lazeres

Número de minutos por dia e por pessoa, último ano disponível



Nota: Utilizando séries-padrão para as atividades pessoais; Estados Unidos 2005, Finlândia 1998, França 1999, Alemanha 2002, Itália 2003, Reino Unido 2001.

Fonte: OCDE (2009), *Crescimento e desigualdades: Distribuição da renda e pobreza nos países da OCDE*, Paris.

Salientar a perspectiva das famílias

50. Ignorando esses problemas, é possível, a título de ilustração, calcular concretamente o valor da produção doméstica dos lares na França, na Finlândia e nos Estados Unidos. A abordagem escolhida aqui é simples: o valor da produção dos serviços para os lares é avaliado com base em seu custo. O valor do trabalho é estimado multiplicando-se o salário-hora de um empregado doméstico generalista pelo número de horas destinadas ao trabalho no lar. A metodologia é importante aqui, e os resultados podem variar sensivelmente segundo as hipóteses escolhidas para a valorização do trabalho e do capital. Também não se dispõe de estimativa das variações da produtividade na produção doméstica.

51. Entretanto, nossas estimativas apresentam ordens de grandeza. Surge claramente, e isso não é espantoso considerando-se os estudos precedentes, que a parte da produção pessoal nos serviços nos lares é importante em todos os países. A produção doméstica representa o equivalente a aproximadamente 35% do PIB da França, calculado segundo os métodos tradicionais (média 1995-2006), 40% na Finlândia e 30% nos Estados Unidos durante o mesmo período.

52. Pensar na renda não comercial leva naturalmente a pensar nos lazeres. Em virtude do tempo que destinamos a produzir renda (comerciais ou não), compramos ou produzimos bens e serviços para satisfazer a nossas necessidades ou por simples prazer. O tempo disponível para os lazeres é um importante determinante do bem-estar. A evolução do tempo destinado aos lazeres e as diferenças entre os países são um dos aspectos mais importantes para o bem-estar. O fato de só considerar os bens e os serviços pode, portanto, distorcer as medidas comparativas do padrão de vida. Este ponto é particularmente importante na hora em que o mundo começa a se interessar pelas restrições ambientais. Não é sem dúvida possível aumentar indefinidamente a produção, principalmente de bens, em razão dos danos que isso causaria ao meio ambiente. Impostos e regulamentações podem ser aplicados para desencorajar a produção. Seria, todavia, um erro deduzir daí que o padrão de vida baixou enquanto que o tempo de lazer (e a qualidade do meio ambiente) aumentou. Com os progressos da sociedade, não é irracional supor que cada um vai querer tirar proveito de uma parte desses progressos sob a forma de lazer. Cada sociedade reage diferentemente a uma elevação dos padrões de vida, e não desejamos que os julgamentos feitos com base nas avaliações que recomendamos sejam distorcidos *em detrimento* das sociedades que decidam dispor de mais lazeres.

53. A avaliação dos lazeres se opera igualmente com base nos dados de utilização do tempo. Multiplicamos o tempo de lazer médio diário pelo número de pessoas

Salientar a perspectiva das famílias

em idade de trabalhar, em seguida pelo salário médio do país em questão. Este procedimento suscita, ele também, certo número de questões, mas o objetivo aqui é mostrar que é possível realizar estimativas e chegar a comparações significativas entre países. Para os três países referidos, o valor dos lazes dobra *grosso modo* o rendimento disponível líquido dos lares em termos nominais. Mais interessante que se conhecer o nível dos rendimentos nominais é saber como a consideração dos lazes influi na taxa de crescimento medida da renda *real* e nas comparações entre países. Este é o objetivo do Quadro 1.2, que mostra a evolução da renda das famílias após ajuste (considerando as tarefas domésticas para a parte superior do quadro, as tarefas domésticas e os lazes para a parte inferior). Para todos os países, os novos números da renda real aumentam mais lentamente do que os dados que resultam dos métodos tradicionais de cálculo do renda. A taxa de crescimento da renda dos três países é muito semelhante quando é expressa por unidade de consumo (isto é, por família, após ajuste em função de seu tamanho).

Quadro 1.2 Renda das famílias em termos reais

Evolução anual em porcentagem, 1995-2006

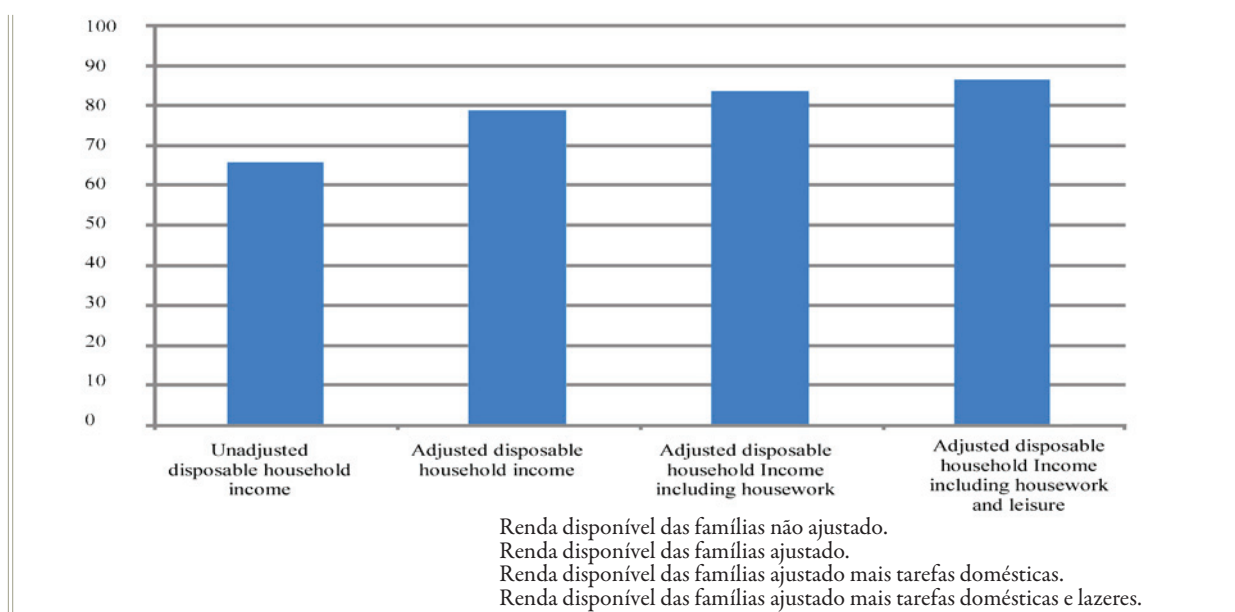
	France	United States	Finland
<i>Adjusted disposable income plus housework</i>			
Total	1,9%	2,9%	2,0%
Per consumption unit	1,1%	1,7%	1,6%
<i>Adjusted disposable income plus housework and leisure</i>			
Total	1,4%	2,3%	1,4%
Per consumption unit	0,7%	1,0%	0,9%

54. A falta de precisão das estimativas acima deve ser lembrada aqui. São, na melhor das hipóteses, ordens de grandeza que não devem ser supervalorizadas. Entretanto, é claro que uma melhor consideração dos indicadores de atividade econômica e de lazes modifica sensivelmente as comparações no tempo e entre países. É preciso, portanto, destinar esforços suplementares para experimentar metodologias, identificar os parâmetros mais importantes e testar a robustez desses métodos. Só a esse preço se poderá atribuir a esses métodos confiança suficiente para que sejam adotados.

Salientar a perspectiva das famílias

55. Em vez de estimar o ritmo de evolução do rendimento real, é mais instrutivo determinar como a produção doméstica e os lazeres influem na comparação do nível de renda entre os países. Os níveis de renda devem ser comparados em termos reais; por isso que utilizamos conversores de moedas, as « *paridade dos poderes de compra* » (PPA) que possibilitam a comparação da renda « total » (inclusive as tarefas domésticas e os lazeres) entre países. O Gráfico 1.7 compara a situação da França com a dos Estados Unidos, segundo a avaliação habitual da renda disponível das famílias e segundo três outras medidas corrigidas, dentre as quais as duas correções para os rendimentos totais acima.

Gráfico 1.7. Renda real por habitante na França comparado com os Estados Unidos, 2005 Estados Unidos = 100



A primeira comparação utiliza o modo de cálculo usual da renda disponível, e a renda por habitante na França é aqui igual a 66% da renda comparável dos Estados Unidos. Se acrescentarmos os serviços fornecidos pelo Estado, tais como a saúde e a educação, a diferença se reduz, passando esse número a 79%. Se acrescentarmos, além disso, as tarefas domésticas, a renda disponível total francesa atinge 83% do nível dos Estados Unidos, e, com os lazeres, o resultado é um rendimento relativo de 87%.

4.4 – Distribuição da renda total

56. Indicou-se anteriormente que o cálculo da renda média deve ser acompanhado de medidas que forneçam informações sobre sua distribuição. O que vale para a distribuição das rendas comerciais vale igualmente para os indicadores mais amplos, tais como a renda total. A consideração da produção doméstica dos serviços e dos lazeres influi na avaliação dos agregados de renda e de produção; mas ela pode também modificar a visão que se tem habitualmente da distribuição da renda.

57. O aperfeiçoamento de indicadores da distribuição da renda total não é, entretanto, coisa fácil. A grande dificuldade é atribuir às diferentes categorias de pessoas os fluxos de renda estimados ao nível macroeconômico por ocasião da elaboração de indicadores gerais da renda, por exemplo, os aluguéis estimados no caso de ocupação do domicílio do qual a pessoa é proprietária. As outras imputações dos serviços pessoais produzidos pelas famílias dizem respeito igualmente a essa categoria, assim como os efeitos distributivos dos serviços do Estado fornecidos em espécie.

58. Aí ainda, a dificuldade da avaliação não deve nos fazer parar na elaboração de uma representação mais completa da distribuição da renda e das riquezas. A distribuição da renda total deve ser inscrita entre as prioridades do programa de pesquisa.

4.5 – Principais mensagens e recomendações

Recomendação 1: Olhar para a renda e para o consumo em vez de olhar para a produção

59. O PIB constitui o instrumento de mensuração da atividade econômica mais amplamente utilizado. Seu cálculo é regido por normas internacionais, e todo um trabalho de reflexão foi feito para definir suas bases estatísticas e conceituais. Todavia, o PIB mede essencialmente a produção comercial, ainda que seja frequentemente tratado como se fosse uma medida do bem-estar econômico. A confusão entre essas duas noções ameaça resultar em indicações enganosas quanto ao nível de bem-estar da população e determinar decisões políticas inadequadas. Os padrões de vida materiais estão mais estreitamente associados às medidas das rendas reais e do consumo real: a produção pode crescer enquanto as rendas decrescem, ou vice-versa, quando se considera a depreciação, os fluxos de rendas destinados ao exterior e provenientes dele, e diferenças entre os preços dos bens produzidos e os preços dos bens de consumo.

Salientar a perspectiva das famílias

Recomendação 2: Levar em consideração a riqueza ao mesmo tempo que a renda e o consumo

60. Se a renda e o consumo são essenciais para a avaliação dos padrões de vida, só podem, em última análise, servir de ferramenta de apreciação conjuntamente com informações sobre a riqueza. O balanço de uma empresa constitui um indicador vital do estado de suas finanças; o mesmo acontece para a economia em seu conjunto. Para estabelecer o balanço de uma economia, é preciso poder dispor de demonstrações numéricas completas de seu ativo (capital físico, e mesmo, segundo toda probabilidade, capital humano, natural e social) e de seu passivo (aquilo que é devido aos outros países). Se a ideia de balanços para países não é nova em si, esses balanços não estão disponíveis senão em pequeno número, e convém favorecer sua realização. É igualmente desejável submetê-los a « testes de resistência » (« *stress tests* ») com diferentes hipóteses de valorização, onde não existem preços de mercado ou quando esses preços estiverem sujeitos a flutuações erráticas ou a bolhas especulativas. As medidas da riqueza são também essenciais para medir a sustentabilidade. O que é transferido para o futuro deve necessariamente ser expresso em termos de estoques, quer se trate de capital físico, natural, humano ou social. Aqui ainda, a avaliação adequada desses estoques desempenha um papel crucial.

Recomendação 3: Focar na perspectiva das famílias

61. Se é interessante acompanhar a evolução do desempenho das economias em seu conjunto, o cálculo da renda e do consumo das famílias permite, quanto a ele, acompanhar a evolução do padrão de vida dos cidadãos. Os dados disponíveis da contabilidade nacional mostram, efetivamente, que, em vários países da OCDE, a renda real das famílias aumentou de maneira muito diferente do PIB e, em geral, em um ritmo mais lento. A perspectiva das famílias supõe levar em consideração os pagamentos entre setores, tais como os impostos recolhidos pelo Estado, as prestações sociais que ele paga, os juros sobre os empréstimos das famílias pagos aos estabelecimentos financeiros. Se forem bem definidos, a renda e o consumo das famílias devem igualmente levar em consideração o valor dos serviços em espécie fornecidos pelo Estado, tais como os serviços de saúde e de educação subsidiados.

Salientar a perspectiva das famílias

Recomendação 4: Atribuir mais importância à distribuição da renda, do consumo e das riquezas

62. A renda média, o consumo médio e a riqueza média são dados estatísticos importantes, mas insuficientes para ter uma imagem completa dos padrões de vida. Assim, um aumento do padrão médio pode estar desigualmente distribuído entre as categorias de pessoas, certas famílias se beneficiando dele menos que outros. O cálculo da média da renda, do consumo e das riquezas deve ser acompanhado de indicadores que reflitam sua distribuição. De maneira ideal, essas informações não devem estar isoladas, mas ligadas entre elas, por exemplo, para saber como as famílias estão dotadas no que diz respeito às três dimensões do padrão de vida material: rendimento, consumo e riquezas. Afinal de contas, um lar com baixa renda que possua riquezas superiores à média não está necessariamente em pior situação do que um lar de baixa renda que não possua nenhuma riqueza. A necessidade de dispor de informações sobre a « distribuição combinada » dessas dimensões será encontrada na Recomendação 3 do capítulo sobre a Qualidade de Vida.

Recomendação 5: Estender os indicadores de rendas às atividades não comerciais

63. O modo de funcionamento das famílias e da sociedade mudou profundamente. Assim, numerosos serviços que eram antigamente prestados por outros membros da família são hoje comprados no mercado. Isso se traduz na contabilidade nacional por um aumento da renda e pode dar a falsa impressão de um aumento do padrão de vida, quando, na verdade, o fornecimento de serviços antigamente não comerciais cabe agora ao mercado. Numerosos serviços que as famílias produzem para elas mesmas não são considerados nos indicadores oficiais de renda e de produção, enquanto que eles constituem um aspecto importante da atividade econômica. Se essa exclusão dos indicadores oficiais decorre mais das interrogações sobre os dados do que da vontade deliberada de excluí-los, convém empreender trabalhos sempre mais sistemáticos nessa área, começando principalmente por informações sobre a maneira como as pessoas passam seu tempo que sejam comparáveis de ano para ano e de um país para outro. A isso devemos acrescentar a consideração global e periódica das atividades domésticas, como contas satélites da contabilidade nacional básica.

I. Exposição Geral do
Conteúdo do Relatório
Capítulo 2: Qualidade de Vida



1. Introdução

65. O conceito de qualidade de vida é mais amplo do que os de produção econômica ou de padrão de vida. Compreende toda uma série de fatores que influem no que tem importância em nossa vida, sem se limitar ao aspecto puramente material. Se certos ramos da contabilidade econômica (tratada no Capítulo 1) incluem elementos que definem a qualidade de vida segundo os modos de cálculo clássicos do bem-estar econômico, todas as abordagens baseadas nos recursos (ou no domínio dos bens materiais pela população) continuam extremamente limitadas. Primeiramente, porque todos os recursos não são senão meios cuja transformação em bem-estar varia de uma pessoa para a outra: as pessoas mais inclinadas a apreciar as coisas ou que gozam de uma melhor aptidão para o sucesso nas áreas que elas valorizam, podem estar em melhor situação mesmo se elas dispuserem de menores recursos econômicos. Depois, porque numerosos recursos não são passíveis de permuta nos mercados e, mesmo quando é o caso, seu preço varia segundo as pessoas, o que complica a comparação interpessoal dos rendimentos reais. Finalmente, porque inúmeros que determinam o bem-estar de uma pessoa dependem das circunstâncias nas quais ela vive. Esses elementos não podem, portanto, ser descritos como recursos que têm um preço determinado mesmo se cada um deve realmente escolher dentre eles. Bastam apenas esses argumentos para dizer que os recursos não são um indicador satisfatório para medir a qualidade de vida. A escolha de outros parâmetros que possam servir para avaliar a qualidade de vida depende da perspectiva filosófica escolhida.

66. Enquanto o pensamento filosófico tem pensado há muito tempo na questão do que determina a qualidade de vida, os recentes progressos da pesquisa chegaram a mensurações ao mesmo tempo novas e confiáveis. Essas pesquisas mostram que a necessidade de ir além da mensuração dos recursos econômicos não está limitada aos países em desenvolvimento (abordagem tradicionalmente escolhida por numerosos trabalhos sobre o « desenvolvimento humano »), mas que é ainda mais pronunciada nos países industrializados e ricos. Mesmo que elas não *substituam* os indicadores econômicos tradicionais, essas medidas são uma oportunidade de enriquecer as discussões e de conhecer a opinião das populações sobre as condições de vida das comunidades às quais pertencem. Mais importante ainda, essas novas mensurações podem hoje passar da pesquisa para a prática estatística clássica. Se certas delas refletem condições estruturais relativamente pouco mutantes no tempo, mas variando segundo os países, outras são mais sensíveis às políticas empregadas e podem, portanto, ser acompanhadas para analisar a evolução cobrindo períodos de tempo mais curtos. Os dois tipos de indicadores desempenham um papel essencial na avaliação da qualidade de vida.

¹Os elementos empíricos e as referências que embasam as opiniões expressas no presente resumo são objeto de um relatório técnico, que é seu complemento.

2. Abordagens conceituais da mensuração da qualidade de vida

2 – Abordagens conceituais da mensuração da qualidade de vida

67. A Comissão escolheu três abordagens conceituais consideradas úteis para determinar de que maneira medir a qualidade de vida.

- A primeira abordagem, desenvolvida em ligação estreita com as pesquisas em psicologia, tem por base a noção de *bem-estar subjetivo*. Uma longa tradição filosófica considera que são os indivíduos que estão em melhores condições de julgar sua própria situação. Esta abordagem está estreitamente ligada à tradição utilitarista, mas tem uma ressonância mais ampla, levando em conta a forte presunção, difundida em numerosas correntes da cultura antiga e moderna, de que a finalidade universal da existência humana é dar a cada um a possibilidade de ser “feliz” e de estar “satisfeito” na vida.
- A segunda abordagem está solidamente fixada na noção de *capacidades*. Segundo esta abordagem, a vida de uma pessoa é considerada como uma combinação de diversos « estados e ações » (funcionamentos) e da liberdade dessa pessoa fazer uma escolha dentre esses funcionamentos (capacidades). Certas dessas capacidades são relativamente elementares, como o fato de ter uma alimentação suficiente e de escapar a uma morte prematura. Outras são mais complexas, por exemplo, ter um nível de educação suficiente para se envolver ativamente na vida política. Os fundamentos da abordagem pelas capacidades, profundamente enraizada nas noções filosóficas de justiça social, refletem os seguintes elementos: a concentração nas finalidades humanas e no respeito às aptidões da pessoa em perseguir e atingir os objetivos que ela estima importantes; a rejeição do modelo econômico no qual as pessoas agem unicamente na busca de seu próprio interesse sem se importarem com suas relações nem com suas emoções; a ênfase colocada nas complementaridades entre as diversas capacidades; o reconhecimento da diversidade humana, o que obriga a considerar o papel desempenhado pelos princípios éticos na concepção que se tem de uma “boa” sociedade.
- A terceira abordagem desenvolvida na tradição econômica se baseia na noção de *alocações equitativas*. A ideia básica, que é bastante difundida na economia do bem-estar, reside na escolha de uma ponderação dos diferentes aspectos não monetários da qualidade de vida (além dos bens e serviços que são permutados nos mercados) que respeita as preferências das pessoas. Esta abordagem implica a escolha de uma referência particular para cada uma das dimensões não monetárias

3. Medidas subjetivas da qualidade de vida

e a obtenção de informações sobre a situação atual dos indivíduos e sobre suas preferências relativas a essas referências. Insistindo sobre a igualdade entre todos os membros da sociedade, ela evita cair na armadilha de uma avaliação baseada na quantia “média” que cada um está pronto a desembolsar e que poderia refletir de maneira desproporcionada as preferências das categorias mais abastadas.

68. Apesar de diferenças evidentes, essas abordagens têm também certo número de pontos em comum. Por exemplo, os adeptos do bem-estar subjetivo pretendem às vezes que esta noção englobe todas as capacidades, na medida em que estas últimas fazem referência a atributos e a liberdades que as pessoas *valorizam* (subentendendo-se que o reforço das capacidades melhorará os estados subjetivos de cada um). Entretanto, os partidários da abordagem que enfoca as capacidades destacam igualmente que os estados subjetivos não são os únicos elementos em jogo e que a ampliação das oportunidades individuais é importante nela mesma, mesmo se não trazer realmente um maior bem-estar subjetivo. Igualmente, as abordagens baseadas nas capacidades e nas alocações equitativas se fundamentam em informações referentes às características objetivas de cada um, diferenciando-se na maneira pela qual essas características são ponderadas e agregadas. Se a escolha entre essas abordagens é finalmente uma decisão normativa, essas últimas põem toda a ênfase na importância de certo número de elementos que vão além do domínio dos recursos. Para medir esses elementos, recorre-se a diferentes tipos de dados (tais como as respostas a questionários ou a observação dos estados pessoais não ligados ao mercado) que não se traduzem em transações nos mercados.

3 – Medidas subjetivas da qualidade de vida

69. Os economistas, por muito tempo, supuseram que bastava observar as escolhas das pessoas para extrair delas informações referentes a seu bem-estar, e que suas escolhas se conformavam a um conjunto padrão de hipóteses. Entretanto, recentemente, numerosas pesquisas se debruçaram sobre elementos aos quais as pessoas dão importância e sobre a maneira pela qual elas agem em suas vidas, o que pôs a claro uma defasagem sensível entre as hipóteses clássicas da teoria econômica e os fenômenos que se observam no mundo real. Uma parte importante dessas pesquisas foi conduzida por psicólogos e economistas a partir de dados subjetivos referentes ao bem-estar que as pessoas dizem sentir ou sentem.

Medidas subjetivas da qualidade de vida

70. As medidas subjetivas sempre fizeram parte das ferramentas tradicionalmente utilizadas pelos economistas e pelos estatísticos, considerando que numerosas características de nossa economia e de nossa sociedade são medidas a partir das respostas que cada um traz a uma série de questões-padrão (por exemplo, o “desemprego”: é geralmente medido graças a respostas de pessoas interrogadas sobre vários pontos, principalmente se elas não trabalharam durante uma semana de referência, se elas procederam a uma busca ativa de emprego e se elas estariam disponíveis para começar um trabalho em um futuro próximo). A especificidade das medidas subjetivas da qualidade de vida aqui lembradas reside no fato de que não existe nenhum equivalente objetivo manifesto ao que as pessoas declaram sobre a situação delas: se é possível comparar a inflação “percebida” e a inflação “real”, por exemplo, só os respondentes podem dar informações sobre seus estados subjetivos e seus valores. Apesar disso, numerosos trabalhos que tratam dessas medidas subjetivas chegam à conclusão de que elas contribuem para prever os comportamentos (por exemplo, os trabalhadores que se dizem menos satisfeitos com seus empregos são mais inclinados a demitir-se) e que elas se comprovam por outras informações (por exemplo, as pessoas que se dizem “felizes”, têm tendência a sorrir com mais frequência e a serem classificadas na categoria de pessoas felizes pelos que as rodeiam; essas declarações subjetivas são, igualmente, correlacionadas com os impulsos elétricos medidos no cérebro).

71. As abordagens subjetivas estabelecem uma distinção entre as *dimensões* da qualidade de vida e os *fatores* objetivos que determinam essas dimensões. As dimensões subjetivas da qualidade de vida englobam, portanto, vários aspectos. O primeiro é representado pela avaliação que cada um faz de sua vida em sua totalidade ou nas diferentes áreas que a compõem, como a família, o trabalho e a situação financeira. Essas avaliações demandam um exercício cognitivo da parte de cada pessoa e um esforço para fazer um balanço e sintetizar o conjunto dos elementos que têm valor para ela (por exemplo, seu objetivo na vida, a execução de seus objetivos e a maneira pela qual ela é percebida pelos outros). O segundo aspecto diz respeito a seus sentimentos reais, tais como o sofrimento, a inquietação e a raiva, ou então o prazer, o orgulho e o respeito. Na medida em que esses sentimentos são apreciados em tempo real, eles correm menos risco de apresentarem um viés pela lembrança ou por uma pressão social que ditaria o que é considerado como “bem” na sociedade. No interior dessa vasta categoria que constituem os sentimentos humanos, a

Medidas subjetivas da qualidade de vida

busca pelo bem-estar subjetivo distingue os estados afetivos positivos e negativos que caracterizam a experiência de cada um.

72. Para obter uma apreciação satisfatória da vida de cada um, todos esses aspectos do bem-estar subjetivo (avaliações cognitivas, sentimentos afetivos positivos e negativos) deveriam ser medidos separadamente. Qual desses aspectos é o mais importante e com que finalidade? A questão permanece aberta. Numerosos índices sugerem que as pessoas agem com a finalidade de satisfazer suas escolhas, e que estas últimas estão baseadas em lembranças e avaliações. As lembranças e as avaliações podem, entretanto, resultar em más escolhas; paralelamente, certas escolhas se fazem preferentemente de maneira inconsciente do que após terem sido pesados os prós e os contras.

73. As declarações subjetivas sobre a avaliação da vida e dos estados afetivos fornecem medidas da qualidade de vida passíveis de serem acompanhadas no tempo. Certas medidas dessas podem igualmente ser objeto de uma comparação confiável entre países. Precisão sem dúvida mais importante, essas medidas fornecem informações sobre os determinantes da qualidade de vida no nível de *cada pessoa*. Esses determinantes que compreendem, ao mesmo tempo, as características do ambiente em que vivem as pessoas e suas condições pessoais, variam em função do aspecto considerado. Por exemplo, atividades como o trajeto domicílio-local de trabalho, o trabalho ou o fato de estabelecer relações, podem se revelar mais importantes em termos de estados afetivos, enquanto que condições como o fato de ser casado ou de ocupar um emprego gratificante podem ser mais importantes na avaliação da vida. Nos dois casos, contudo, essas medidas dão informações que vão além daquelas que a renda fornece. Por exemplo, na maioria dos países desenvolvidos, as classes mais jovens e as mais idosas se dizem mais satisfeitas com sua vida do que as pessoas provenientes de classes de idade ativa, o que contrasta fortemente com os níveis de renda desses mesmos grupos.

74. As diferentes medidas subjetivas do bem-estar convergem, em todo caso, para um ponto: os custos muito altos do desemprego em termos de qualidade de vida dos indivíduos que são vítimas dele. As pessoas que se acham desempregadas se declaram menos satisfeitas com suas vidas, ainda que se elimine o efeito da baixa da renda; elas não se habituem, praticamente, com o tempo; os desempregados se declaram igualmente com mais frequência sujeitos a diversos estados afetivos negativos

4. Características objetivas que determinam a qualidade de vida

(tristeza, estresse e sofrimento) e com menos frequência, a estados afetivos positivos (alegria). Essas medidas subjetivas levam a pensar que os custos do desemprego ultrapassam a perda da renda sofrida por aqueles que perdem seu emprego, refletindo, por um lado, a existência de efeitos não pecuniários entre os desempregados e, por outro lado, medos e ansiedades devidos ao desemprego no resto da sociedade.

75. Apesar de importantes progressos realizados na medida do bem-estar subjetivo em virtude das iniciativas de pesquisadores isolados e das empresas que realizam as enquetes, as informações permanecem limitadas quanto às conclusões estatísticas que possibilitam extrair. Os sistemas estatísticos nacionais deveriam capitalizar esses esforços e integrar, em suas enquetes-padrão, perguntas sobre os diversos aspectos do bem-estar subjetivo. Deveriam também desenvolver estudos longitudinais capazes de chegar a conclusões mais confiáveis sobre a importância relativa dos diversos fatores que entram em jogo.

4 – Características objetivas que determinam a qualidade de vida

76. A abordagem pelas capacidades, exatamente como aquela baseada na alocação equitativa, põe ênfase nas condições objetivas das pessoas e nas possibilidades que se oferecem a elas. As duas abordagens divergem, entretanto, sobre a maneira pela qual essas características são avaliadas e classificadas. Se essas características objetivas podem também ter um valor instrumental para o bem-estar subjetivo, essas duas abordagens conceituais consideram o desenvolvimento das oportunidades nessas áreas como intrinsecamente importante na vida de cada um.

77. O leque das características objetivas a serem consideradas em toda e qualquer hipótese sobre a qualidade de vida dependerá do objetivo pretendido: a meta é avaliar a mudança das condições ocorridas nas jurisdições nacionais ou comparar essas condições entre países que se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento? Certas características podem se revelar preciosas para descrever os estados das pessoas (por exemplo, a saúde), quando outras refletem de preferência a liberdade inerente a cada um de perseguir os objetivos que julga importante (por exemplo, a representação política). Se a questão de saber quais elementos devem figurar na lista das características objetivas se baseia decididamente em juízos de valor, na prática a maior parte desses elementos é comum aos diferentes países e circunscrições, e observa-se uma forte coerência entre as diversas experiências que se empenham

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

em medir o “bem-estar” e as noções associadas.² Em geral, as medidas de todas essas características objetivas destacam que a maneira pela qual as sociedades são organizadas tem um impacto sobre a vida das pessoas e que suas influências não são todas levadas em conta pelas medidas tradicionais dos recursos econômicos.

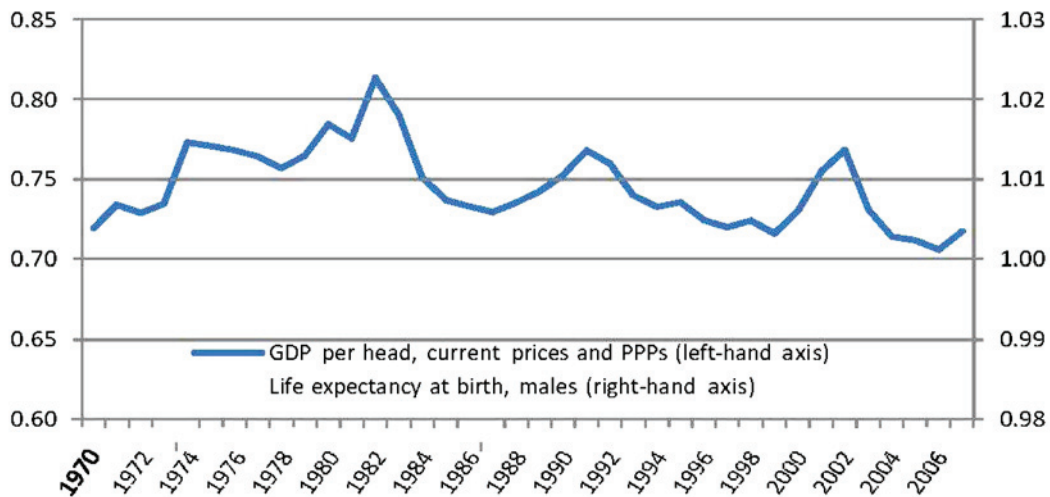
4.1 – A saúde

78. A *saúde* é um elemento básico que determina, ao mesmo tempo, a duração e a qualidade de vida. Para avaliá-la, é necessário dispor previamente de mensurações confiáveis da mortalidade e da morbidade. Ora, faltam numerosos dados para esses dois índices. As estatísticas que dizem respeito à mortalidade em função da idade e do sexo, informam sobre o risco de mortalidade que enfrentam as pessoas e são utilizadas para calcular a expectativa de vida. Esses indicadores estão hoje disponíveis em todos os países desenvolvidos, mas os dados numéricos permanecem ainda insuficientes em um bom número de países em desenvolvimento, principalmente para os adultos, o que impede de acompanhar os avanços na realização dos Objetivos do Milênio para o desenvolvimento das Nações Unidas. Além disso, as estatísticas da mortalidade por idade são vetores: para obter uma medida escalar da duração da vida, é preciso agregá-las de forma apropriada e padronizá-las por causa das diferenças na estrutura por idade segundo os países e as variações no tempo. Existem várias fórmulas para a construção dos agregados, assim como diferentes métodos de padronização, que conduzem a resultados e a classificações diferentes quando se comparam os países com as curvas de sobrevivência (por idade) que se entrecortam. Isso sugere que uma série de medidas da mortalidade deveria ser compilada e acompanhada regularmente. Entretanto, é claro que as mensurações não monetárias da saúde das pessoas podem ser sensivelmente diferentes das mensurações econômicas tradicionais. Por exemplo, a França tem um PIB por habitante inferior àquele dos Estados Unidos e a expectativa de vida dos franceses ao nascer é superior a dos americanos. Essa tendência se confirmou (passando de menos de 6 meses, em 1960, a quase dois anos, em 2006) apesar da baixa relativa do PIB francês por habitante em relação ao dos Estados Unidos (Gráfico 2.1).

²Ver, por exemplo, a taxonomia proposta pela OCDE, no âmbito do Projeto Global sobre a Medida do Progresso das Sociedades (www.oecd.org/progress/taxonomy)

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

Gráfico 2.1 Diferença entre o PIB por habitante e a expectativa de vida no nascimento nos Estados Unidos e na França



PIB por habitante, preços correntes e PPA (eixo da esquerda).

Expectativa de vida dos homens ao nascer (eixo da direita)

Nota: Relação dos valores franceses em comparação com os valores dos Estados Unidos (valores superiores a 1 indicam melhores condições na França que nos Estados Unidos). Por exemplo, em 2006, o PIB por habitante na França representava 0,82 de seu equivalente nos Estados Unidos, enquanto que a expectativa de vida dos homens na França era 1,025 vezes superior àquela dos homens nos Estados Unidos.

Fonte: OCDE

79. Os progressos são muito mais limitados para as estatísticas sobre a morbidade. Essa situação gerou divergências persistentes sobre a questão de saber se a baixa da mortalidade se acompanha do declínio paralelo da morbidade. As mensurações da morbidade disponíveis se baseiam em uma série de dados: curvas do tamanho e do peso das pessoas; diagnósticos dos profissionais da saúde; registros consignando as doenças específicas; declarações pessoais extraídas dos recenseamentos e enquetes. Algumas dessas mensurações estão ligadas à prevalência de doenças ou ferimentos, enquanto que outras traduzem as consequências destes últimos sobre o funcionamento da pessoa portadora (que depende também da qualidade do tratamento). As variações nas mensurações e os dados básicos são inevitáveis considerando o número significativo de manifestações de má saúde, mas essa diversidade constitui um sério obstáculo às comparações entre países e ao acompanhamento da evolução da morbidade nas pessoas, no tempo. As mensurações são ainda mais raras quando se passa dos problemas físicos aos problemas mentais, apesar da prova de que esses

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

últimos atingem (pelos menos em suas formas benignas) uma grande parte da população mundial; que a maior parte desses problemas não é tratada, e que sejam encontrados cada vez com mais frequência em certos países.

80. Os diversos aspectos da saúde das pessoas deram lugar a várias tentativas para definir uma mensuração que combinasse ao mesmo tempo a mortalidade e a morbidade. Entretanto, os diferentes índices compostos da saúde das pessoas que existem atualmente nunca foram objeto de um reconhecimento universal. Além disso, baseiam-se todos inevitavelmente em juízo éticos controversos e em coeficientes de ponderação para as diferentes condições médicas cuja legitimidade nem sempre é atestada.

81. As dificuldades causadas por essa diversidade de mensurações da saúde não se limitam às comparações entre países, mas dizem respeito também às comparações em escala nacional. Pesquisas recentes dirigidas sobre as desigualdades quanto à situação sanitária deixaram aparecer vários problemas. Inicialmente, as pessoas provenientes das categorias socioeconômicas menos altas, tendo o mais baixo nível de educação e de renda, morrem mais jovens e, no decorrer de sua existência menos longa, apresentam uma prevalência dos problemas de saúde mais alta. Em seguida, essas diferenças nas condições de saúde não se limitam simplesmente a resultados piores para as pessoas que se encontram na parte inferior da escala socioeconômica, mas se estendem a todas as categorias, refletindo um “gradiente social”: por exemplo, a expectativa de vida no Reino Unido aumenta quando se passa da observação dos trabalhadores manuais não qualificados para os qualificados, dos trabalhadores manuais aos não manuais, dos empregados de escritório subalternos aos executivos de alto nível. Enquanto as questões de desigualdades na área da saúde têm uma importância manifesta para avaliar a qualidade de vida, as mensurações existentes não permitem proceder a comparações entre países sobre a amplitude dessas desigualdades por causa das diferenças de resultados nas mensurações de saúde utilizadas, nas características individuais consideradas (educação, rendimento, pertença étnica), assim como na população de referência e na cobertura geográfica escolhida nos diferentes estudos nacionais.³

4.2 – A educação

82. Os estudos econômicos têm, desde há muito tempo, destacado a importância da educação no aporte das competências e do *know-how* indispensáveis à produção econômica. Mas a educação é importante para a qualidade de vida independente-

³ Convém, todavia, notar que estão em andamento pesquisas para medir de maneira padronizada as desigualdades socioeconômicas em matéria de saúde; ver, por exemplo, os trabalhos do Grupo de Trabalho da União Europeia sobre as Desigualdades Econômicas de Saúde.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

mente de seus efeitos sobre a renda ou sobre a produtividade de cada um. A educação está estreitamente ligada à avaliação que cada um faz de sua vida, mesmo fazendo abstração da renda mais alta que ela pode gerar. Além disso, as pessoas que têm um nível de educação alto se beneficiam, em geral, de um melhor estado de saúde, padecem menos de desemprego, estabelecem mais relações sociais e são mais engajadas na vida cívica e política. As informações disponíveis nem sempre possibilitam tirar conclusões sobre o sentido da causalidade entre a educação e essas outras dimensões da qualidade de vida (por exemplo, uma criança com uma saúde pior terá tendência a faltar à aula com mais frequência). Uma ideia *faz*, contudo, consenso, a de que a educação traz uma série de vantagens (monetárias ou não), que beneficiam ao mesmo tempo a pessoa que investe em educação e a comunidade na qual ela vive. Avaliar o impacto dos benefícios mais amplos que a educação pode trazer constitui uma das prioridades da pesquisa para a qual o progresso passa por mensurações mais precisas das características de cada um em numerosas áreas e por enquetes que fazem o acompanhamento de uma mesma pessoa no tempo.

83. Os indicadores educacionais abrangem numerosas áreas. Certos deles dizem respeito aos insumos (escolarização, despesas ligadas à educação, recursos dos estabelecimentos escolares). Outros dizem respeito às capacidades e aos resultados (porcentagem de obtenção de diploma, número de anos de escolarização, testes-padrão que servem para medir o nível de alfabetização atingido por cada um – aprendizagem básica em leitura-escrita e cálculo). A pertinência desses indicadores depende do estágio de desenvolvimento de cada país, assim como do objetivo buscado. Os indicadores disponíveis deixam aparecer importantes diferenças de um país para o outro, certos indicadores educacionais revelando às vezes contrastes nas situações. Em certos países, por exemplo, a excelência de certos estudantes que chegam à universidade coabita com os fracos desempenhos de um bom número de jovens, principalmente provindos de famílias situadas na parte inferior da escala socioeconômica. Essas diferenças desaparecem nas medidas globais da educação (por exemplo, a escolarização média), mas têm sua importância na avaliação da qualidade de vida. Na escala nacional, as medidas de desigualdade dos conhecimentos adquiridos são particularmente importantes entre os jovens provenientes da parte inferior da escala de realização pessoal, os quais correm o risco, na idade adulta, de se encontrar em situação de pobreza ou de exclusão em relação às classes favorecidas e que ocupam um emprego gratificante. Sendo a educação um elemento essencial para prever numerosos aspectos da vida, as enquetes deveriam sistematicamente incluir perguntas referentes ao nível de aprendizagem do respondente e de seus pais, assim como outras características que determinam a qualidade de sua vida.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

84. As competências constam entre os indicadores mais pertinentes para avaliar o impacto da educação sobre a qualidade de vida. Várias ferramentas, que apresentam, entretanto, ainda sérias limitações, foram elaboradas nestes últimos anos a fim de medir essas competências de maneira padrão. Inicialmente, parece evidente que hoje todos os países não procedem a este tipo de enquetes. Depois, muitas dessas ferramentas não foram elaboradas com a ideia de medir as capacidades das pessoas, no sentido amplo do termo, mas com o propósito de avaliar as políticas educativas que, em geral, requeriam concentrar-se sobre um menor número de competências mensuráveis. Finalmente, as ferramentas de mensuração existentes têm, com muita frequência, abrangência restrita, na medida em que a escola só representa um dos meios de trazer o saber, o desenvolvimento das competências e o melhoramento da qualidade de vida. Os dados sobre as experiências e as competências « moles » adquiridas pela criança nos primeiros anos de vida permanecem limitados, apesar da presença de um número crescente de elementos mostrando que as experiências adquiridas durante a primeira infância têm uma importância notória para a aprendizagem e a qualidade de vida futura. As ferramentas de mensuração permanecem também limitadas em matéria de comparações das competências dos estudantes no ensino superior e de avaliação das experiências dos trabalhadores em termos de educação de adultos (mesmo se uma mudança for esperada assim que sejam feitas novas enquetes sobre as competências na idade adulta). No que diz respeito às outras características da qualidade de vida, nessa área o principal problema dos indicadores não é a falta de dados pormenorizados sobre a educação enquanto tal, mas antes, a falta de enquetes para medir, ao mesmo tempo, a educação e os outros resultados que têm um impacto positivo sobre a qualidade de vida no nível individual.

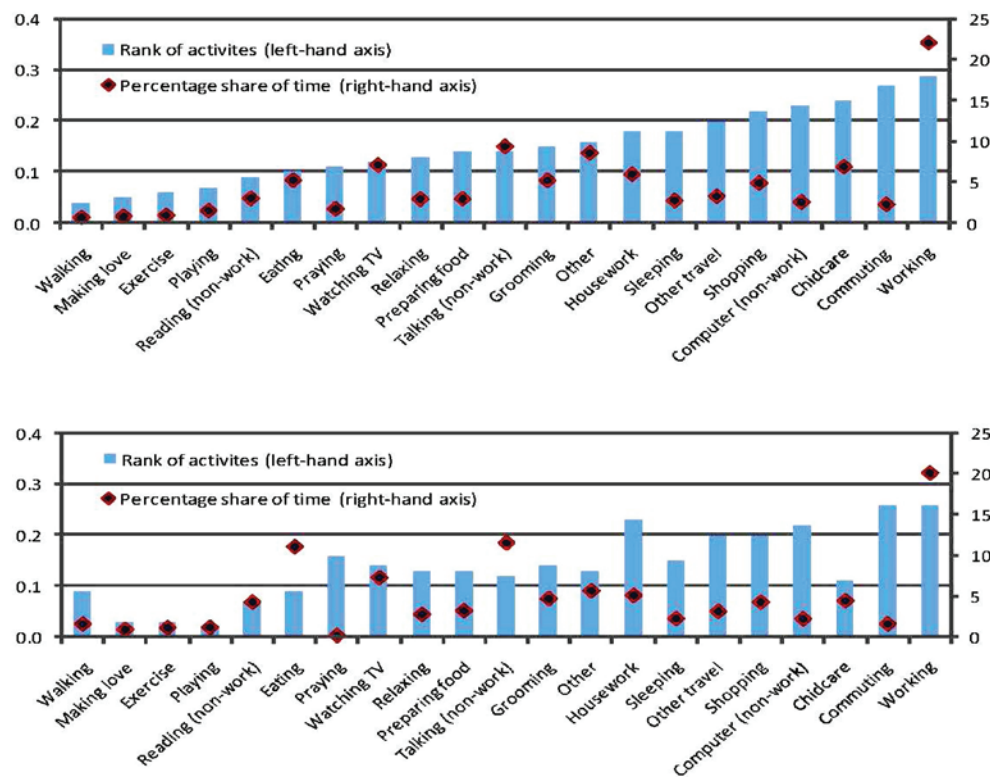
4.3 – Atividades pessoais

85. A maneira pela qual as pessoas passam seu tempo assim como a natureza de suas atividades têm um impacto sobre sua qualidade de vida, independentemente do rendimento proporcionado por essas atividades. As atividades às quais as pessoas se dedicam têm um efeito sobre seu bem-estar subjetivo, quer se trate do que sentem (Gráfico 2.2) ou de suas avaliações subjetivas. Em geral, as pessoas não “escolhem” sempre entre essas atividades da mesma maneira que elas repartem seu orçamento entre diversos produtos, em razão de falta de reais alternativas. Além disso, essas escolhas têm habitualmente um impacto sobre os outros membros da família ou da comunidade, algumas dessas atividades pessoais representando efetivamente um custo indireto para a produção (por exemplo, os trajetos domicílio-trabalho), antes que o consumo.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

Gráfico 2.2 Classificação das atividades pessoais baseadas no que as mulheres sentem e sobre o tempo passado em cada uma das atividades nas cidades selecionadas nos Estados Unidos e na França

Atividades classificadas por ordem decrescente em termos de prazer obtido, nos Estados Unidos



Estados Unidos

Classificação das atividades (eixo da esquerda) Porcentagem de tempo (eixo da direita)

Caminhada/ Relações sexuais / Exercício físico/ Jogo / Leitura (fora do trabalho) / Comer / Prece/ Televisão / Relaxamento / Preparação das refeições / Conversação (fora do trabalho) / Cuidados pessoais / Outras / Tarefas domésticas / Sono/ Viagem / Compras/ Computador (fora do trabalho) / Cuidar dos filhos/ Trajetos domicílio-trabalho/ Trabalho (idem para a França)

Nota: A classificação das atividades se baseia na proporção de períodos de 15 minutos durante os quais o sentimento de estresse, tristeza ou dor superou o de felicidade. Os dados dizem respeito a uma amostra de mulheres de Columbus (Ohio, Estados Unidos, e de Rennes (França), interrogadas em 2006, no âmbito do Estudo de Princeton sobre os Estados Afetivos e o Tempo.)

Fonte: Krueger, A.B., D. Kahneman, D. Schkade, N. Schwarz and A. Stone (2008), "National Time Accounting: The Currency of Life", NBER, forthcoming in A. B. Krueger (ed.), *Measuring the Subjective Well-being of Nations: National Accounts of Time Use and Well-Being*, University of Chicago Press, Chicago.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

86. Em razão, ao mesmo tempo, das exigências políticas e da viabilidade de mensurações concretas e passíveis de comparação, as principais atividades discutidas pela Comissão foram o trabalho remunerado, o trabalho não remunerado, os deslocamentos domicílio-trabalho e o tempo destinado aos lazeres. A moradia, embora não represente uma atividade em si, estava também entre os assuntos discutidos, porque fornece o contexto de muitas atividades pessoais.

- O trabalho remunerado é importante para a qualidade de vida principalmente porque confere uma identidade e dá oportunidades de estabelecer relações sociais. Entretanto, todos os empregos não apresentam o mesmo interesse sob esse aspecto. Isso destaca a importância de recolher mais informações sistemáticas sobre a *qualidade* do trabalho remunerado, como fazem inúmeras organizações internacionais no âmbito de seus estudos em andamento sobre o “trabalho adequado”. Certos estudos nacionais fornecem informações sobre numerosos aspectos do conceito de trabalho adequado, tais como o emprego não padrão, as desigualdades ligadas ao gênero referentes ao emprego e aos salários, a discriminação no local de trabalho, as oportunidades de formação ao longo da vida, o acesso ao emprego para os deficientes, o tempo de trabalho e os “horários atípicos”, o equilíbrio entre trabalho e vida particular, os acidentes de trabalho e os riscos físicos, a intensidade do trabalho, o diálogo social e a autonomia dos trabalhadores. Sua utilidade prática é, todavia, limitada em razão do tamanho reduzido das amostras e das diferenças entre os países no nível da enquete.
- O trabalho doméstico não remunerado, tal como as compras e o cuidado dos filhos e de outros membros da família, é importante do ponto de vista da avaliação da carga total de trabalho doméstico e da maneira pela qual são repartidas as tarefas familiares entre homens e mulheres.
- O tempo de trajeto domicílio - trabalho é igualmente um elemento essencial da qualidade do trabalho e, para estudá-lo de maneira contínua, é preciso informar-se sobre o número de horas passado em trajetos de ida e volta durante um período determinado, assim como sobre a acessibilidade e o custo dos transportes.
- Os estudos realizados sobre o assunto há muito tempo têm destacado a importância das horas de lazer para a qualidade de vida. Esses trabalhos mostram que é importante aperfeiçoar indicadores tanto da quantidade dos lazeres (número de horas) quanto da qualidade destes últimos (número de episódios, onde

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

ocorreram, presença de terceiros), e também de medir a participação em eventos culturais e o “lazer pobre” (como as crianças que não saíram de férias no ano precedente).

- Finalmente, apesar da importância da moradia para um grande número de repercussões sociais (como a educação dos filhos), nenhum conjunto de indicadores fundamentais existe atualmente para as comparações internacionais. Para remediar essa situação, conviria sermos mais bem informados sobre o número de sem-teto ou de pessoas que vivem nos centros de alojamento de urgência, assim como sobre a qualidade da moradia (por exemplo, em termos de serviços locais disponíveis e de superpopulação).

87. Às vezes, já existem indicadores confiáveis nessas áreas diversas, e o objetivo consiste em melhorar as realizações do passado. Entretanto, em outras áreas, as mensurações existentes permanecem seriamente insuficientes e é necessário investir em novas capacidades estatísticas para poder progredir. Um exemplo típico, além de todas as atividades pessoais descritas acima, é a apreciação da maneira pela qual as pessoas passam seu tempo. O tempo é a unidade de medida natural para comparar as atividades pessoais e (como exposto no Capítulo 1) uma contribuição essencial à constituição de contas satélites domésticas. Seria preciso, prioritariamente, aperfeiçoar instrumentos de mensuração baseados em definições claras e em enquetes dotadas de um dispositivo coerente, que fossem representativas de esquemas abrangendo um ano inteiro, realizadas com bastante regularidade, todos esses critérios sendo raramente satisfeitos. Idealmente, essas enquetes deveriam se interessar, simultaneamente, pelo tempo passado em diversas atividades e nos sentimentos que elas fazem nascer. Este aspecto é importante, pois a mesma atividade pode originar diferentes sentimentos em função da situação pessoal das pessoas (por exemplo, se elas estão ou não desempregadas); essa informação é igualmente útil para avaliar as desigualdades entre diferentes grupos no seio da sociedade (por exemplo, desigualdades ligadas ao gênero). Apesar de ser verdade que esses investimentos nas capacidades estatísticas são custosos e entram em concorrência com outras prioridades, seu benefício para as análises sobre a qualidade de vida é potencialmente considerável.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

4.4 – Representação política e governança

88. A representação política é parte integrante da qualidade de vida. Intrinsecamente, a possibilidade de participar plenamente na qualidade de cidadãos, de ter um papel na elaboração das políticas, de se opor sem temor e de se exprimir contra o que julga errado, são liberdades fundamentais. No plano prático, a representação política pode servir de corretivo para a política dos poderes públicos: pode obrigar os dirigentes e as instituições públicas a prestarem conta de seus atos, revelar as necessidades das pessoas e aquilo a que dão valor, e chamar a atenção para carências importantes. A representação política reduz, além disso, os riscos de conflito e favorece o reforço do consenso em questões-chave, tendo consequências positivas sobre a eficiência econômica, a equidade social e a participação do maior número de pessoas na vida pública.

89. As possibilidades de representação política e o grau de reatividade do sistema político dependem das características institucionais de cada país, tais como a presença de uma democracia que funcione, o sufrágio universal, mídias livres e organizações da sociedade civil. Elas dependem também de certos aspectos cruciais da governança, tais como as garantias legislativas e o estado de direito. As garantias legislativas incluem, ao mesmo tempo, os direitos constitucionais e os direitos conferidos pela legislação geral que melhoram a qualidade de vida de todos os residentes e refletem o consenso social que prevalece em diferentes países, em diferentes épocas. A estrutura das leis pode igualmente influir no clima de investimento de um país e ter, assim, um impacto sobre o funcionamento dos mercados, o crescimento econômico, a criação de empregos e o bem-estar material. Entretanto, para realizar seu potencial, as garantias legais necessitam de uma aplicação efetiva e de uma justiça operacional que dependem da maneira pela qual funcionam diversas instituições (a polícia, o poder judiciário e certos serviços administrativos), e da medida em que elas estão livres de corrupção, de ingerência política e de preconceitos sociais, e podem a ser obrigadas a prestar contas de suas decisões.

90. As comparações baseadas nos indicadores existentes de representação política e de governança mostram grandes disparidades entre os países, em particular, entre aqueles que têm uma longa tradição de funcionamento democrático e aqueles que passaram mais recentemente de um regime autoritário para um regime democrático e que ainda não instauraram a gama completa das liberdades e dos direitos. Entretanto, mesmo nos países desenvolvidos, a falta de confiança nas instituições públicas e o declínio da participação política testemunham uma diferença cres-

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

cente entre a maneira pela qual os cidadãos e aquela pela qual as elites políticas percebem o funcionamento das instituições democráticas. Existem igualmente diferenças sistemáticas na maneira como diferentes grupos exercem seu direito à representação política e, no que diz respeito aos direitos fundamentais e às possibilidades de participação cívica nesses países, em particular entre os cidadãos e os imigrantes cada vez mais numerosos.

91. Indicadores de representação política e de governança deveriam permitir avaliar o funcionamento da democracia multipartidária e do sufrágio universal, o grau de participação nas decisões públicas em nível local, e a existência de mídias livres e de diversas liberdades (por exemplo, de constituir organizações civis, sindicatos e associações profissionais e de aderir a elas ou de participar de atividades cívicas e sociais). Indicadores pertinentes devem abranger os direitos consagrados nas constituições, as leis (por exemplo, aquelas que defendem a justiça civil e penal, a igualdade, a solidariedade, a responsabilidade e a discriminação positiva), os protocolos internacionais relativos aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, assim como o funcionamento do sistema judiciário (a ausência de corrupção em seu interior e sua independência de influências políticas, a rapidez com a qual administra a justiça e sua acessibilidade tanto para os cidadãos quanto para os estrangeiros residentes no país). Muitos desses indicadores são normalmente compilados por organismos externos aos sistemas estatísticos nacionais e são baseados essencialmente na opinião de especialistas. É preciso que esses indicadores sejam completados e, em certos casos, substituídos, por enquetes sobre a maneira como os cidadãos percebem a qualidade do funcionamento das instituições políticas, jurídicas e executivas, as dificuldades que eles têm para ter acesso a elas e a confiança que têm nelas. Este tipo de enquete deve igualmente apreender as desigualdades entre os diferentes grupos socioeconômicos no que diz respeito ao acesso a essas instituições.

4.5 – Vínculos sociais

92. Os vínculos sociais melhoram a qualidade de vida de diversas maneiras. As pessoas que se beneficiam de vínculos sociais numerosos avaliam positivamente sua vida, pois, entre as atividades pessoais mais agradáveis, numerosas são aquelas que envolvem relações sociais. As vantagens dos vínculos sociais se estendem à saúde e à probabilidade de encontrar um emprego, assim como a certas características do âmbito da vida (por exemplo, a taxa de criminalidade e a qualidade das escolas de bairro). Esses vínculos sociais são, às vezes, denominados “capital social” a fim de pôr ênfase nos benefícios (diretos e indiretos) que conferem. Como para outros

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

tipos de capital, os efeitos externos provenientes do capital social, podem, às vezes, ser negativos: por exemplo, pertencer a um grupo pode reforçar um sentimento de identidade pessoal específico que mantém um clima de violência e de enfrentamento com outros grupos. Isto destaca, todavia, a necessidade de analisar melhor a *natureza* desses vínculos sociais e a *amplitude* de seus efeitos, antes do que subestimar a importância deles. Os dados de que dispomos mostram que as relações sociais favorecem a aqueles que fazem parte de redes, e que os efeitos sobre aqueles que não fazem parte delas dependem, ao mesmo tempo, da natureza do grupo e dos efeitos em questão.

93. Os motores da mudança nas relações sociais não são sempre bem compreendidos. Os vínculos sociais fornecem serviços (por exemplo, seguros, segurança), e o desenvolvimento dos mercados e dos programas públicos talvez tenham enfraquecido os vínculos entre os indivíduos e sua comunidade em decorrência de disposições alternativas. É claro que o declínio desses vínculos pode ter um impacto negativo sobre a vida das pessoas, mesmo quando são substituídos em suas funções por iniciativas privadas ou públicas que aumentam o nível de atividade econômica (como quando a vigilância informal realizada pelos moradores do bairro é garantida por vigias assalariados). Para evitar que a avaliação do bem-estar humano seja falseada, instrumentos de mensuração dos vínculos sociais são indispensáveis.

94. Os estudos sobre os vínculos sociais são tradicionalmente baseados em critérios aproximados, tais como o número de associações das quais o indivíduo é membro, ou a frequência de atividades supostamente resultantes de vínculos sociais (por exemplo, comportamento altruísta e participação eleitoral). Entretanto, hoje se admite que esses não são bons critérios para medir os vínculos sociais e que, para ter uma avaliação confiável, é preciso fazer enquetes sobre os comportamentos e as atividades das pessoas. Nos últimos anos, vários institutos de estatística (no Reino Unido, na Austrália, no Canadá, na Irlanda, na Holanda e, mais recentemente nos Estados Unidos) lançaram enquetes para avaliar diferentes formas de vínculos sociais. Por exemplo, módulos específicos da enquete sobre a população ativa nos Estados Unidos interrogam pessoas sobre seu engajamento cívico e político, sua adesão a certas organizações e o trabalho de voluntariado que realizam, suas relações com seus vizinhos e membros de sua família e sobre sua maneira de se informar. Enquetes similares deveriam ser realizadas em outros lugares, com base em questões e protocolos que possibilitem comparações válidas entre os países e no tempo. É igualmente importante avaliar melhor outras dimensões dos vínculos sociais (tais como a confiança no outro, o isolamento social, a existência de ajuda não

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

institucional no caso de necessidade, o envolvimento no trabalho e nas atividades religiosas, a amizade sem consideração de raça, religião ou classe social) baseando-se na experiência acumulada por certos países nessas áreas.

4.6 – Condições ambientais

95. As condições ambientais são importantes não somente para a sustentabilidade, mas igualmente em razão de seu impacto imediato sobre a qualidade de vida das pessoas. Primeiramente, elas afetam a saúde humana, tanto diretamente (pela poluição do ar e da água, pelas substâncias perigosas e pelo ruído) quanto indiretamente (pela mudança climática, pelas transformações dos ciclos do carbono e da água, pela perda da biodiversidade e pelas catástrofes naturais que são nocivas a saúde dos ecossistemas). Em segundo lugar, as pessoas se beneficiam de serviços ambientais, tais como o acesso à água limpa e a áreas de lazer, e seus direitos nesta área (principalmente, direitos de acesso à informação ambiental) são cada vez mais amplamente reconhecidos. Em terceiro lugar, as pessoas valorizam os deleites ou os transtornos ambientais, e essas avaliações influem em suas escolhas (por exemplo, do seu lugar de habitação). Finalmente, as condições ambientais podem ocasionar variações climáticas e catástrofes naturais, como a seca e as inundações, que causam danos tanto aos bens quanto à vida das populações atingidas.

96. Medir os efeitos das condições ambientais sobre a vida das pessoas é, entretanto, uma tarefa complexa. Esses efeitos se manifestam em lapsos de tempos diferentes, e seu impacto varia em função das características de cada um (por exemplo, o local onde vive e onde trabalha, seu metabolismo). Além disso, em razão do caráter limitado, tanto da compreensão científica atual quanto da medida na qual vários fatores ambientais têm sido objeto de estudos sistêmicos, a intensidade dessas relações é muitas vezes subestimada.

97. Foram feitos grandes progressos nos últimos vinte anos para avaliar as condições ambientais (em virtude de melhores dados ambientais, do acompanhamento regular dos indicadores e de instrumentos contábeis), para compreender seus impactos (por exemplo, a avaliação da morbidade e da mortalidade relacionadas a elas, da produtividade da mão de obra, dos objetivos econômicos ligados à mudança climática, da mudança da biodiversidade, dos estragos provocados pelas catástrofes) e para estabelecer o direito de acesso à informação ambiental. Pode-se utilizar de toda uma bateria de indicadores para medir a pressão exercida pelo homem sobre o ambiente, as respostas trazidas pelos governos, empresas e famílias para a degradação do meio ambiente e a verdadeira situação da qualidade do meio ambiente.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

98. Todavia, em termos de qualidade de vida, os indicadores existentes continuam limitados sob muitos aspectos. Por exemplo, os indicadores de emissões se referem principalmente às quantidades globais de diversos poluentes, pouco à parte da população exposta a doses perigosas. Os indicadores existentes devem, portanto, ser completados de várias maneiras, principalmente pelo acompanhamento regular do número de óbitos prematuros em razão da exposição à poluição do ar, do número de pessoas privadas de acesso aos serviços ligados à água e à natureza, ou que estejam expostas a níveis perigosos de ruído e poluição, e dos estragos ocasionados pelas catástrofes ambientais. Importa, igualmente, realizar enquetes para medir como as pessoas sentem e avaliam, elas próprias, as condições ambientais do local onde vivem. Já que os efeitos das condições ambientais sobre a qualidade de vida diferem muitas vezes segundo as pessoas, esses indicadores devem se referir a pessoas agrupadas conforme diversos critérios de classificação.

4.7 – Insegurança das pessoas

99. A insegurança das pessoas designa os fatores externos que põem em perigo a integridade física de uma pessoa: a criminalidade, os acidentes e as catástrofes naturais⁴ constam entre os fatores mais evidentes. Nos casos extremos, esses fatores podem levar à morte da pessoa envolvida. Ainda que esses elementos só estejam na origem de uma minoria da totalidade dos óbitos e que sejam levados em consideração nas estatísticas de mortalidade, uma das razões para dispor de medidas específicas de sua frequência é que seu efeito sobre a vida emocional das pessoas é muito diferente daquele dos óbitos ligados ao estado de saúde, como mostra o forte impacto do luto sobre o bem-estar subjetivo das pessoas.

100. Manifestações menos extremas de insegurança, tais como a criminalidade, afetam a qualidade de vida de um número muito importante de pessoas, e um número ainda mais importante teme ser vítima de uma agressão física. É notável constatar que o medo subjetivo da criminalidade está muito pouco ligado à experiência de ser vítima: os países em que o número de pessoas declarando temer a criminalidade é o mais elevado, não fazem o recenseamento do número de vítimas no país, as populações mais idosas e as mais ricas se sentem menos em segurança que as populações mais jovens e menos ricas, mesmo se são menos passíveis de serem vítimas de uma agressão.

101. Esses esquemas mostram que é importante aperfeiçoar medidas mais regulares e mais confiáveis da segurança das pessoas para orientar o debate público.

⁴ Esta última forma de falta de segurança é tratada acima e não será desenvolvida nesta parte.

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

As enquetes sobre vítimas são uma ferramenta essencial para avaliar a frequência da criminalidade e o medo que ela gera. Convém, além disso, recorrer a outras ferramentas para avaliar outras ameaças à segurança das pessoas, como a violência doméstica e a violência nos países devastados pelos conflitos e pela guerra.

4.8 – Insegurança econômica

102. A incerteza quanto às condições materiais futuras reflete a existência de certo número de riscos, como o desemprego, a doença ou a velhice. A concretização desses riscos tem efeitos negativos sobre a qualidade de vida, em função da gravidade do choque, de sua duração, do estigma que está associado, da aversão de cada pessoa ao risco e das implicações financeiras.

103. A perda de um emprego pode levar à insegurança econômica no caso de desemprego recorrente ou persistente, quando a indenização do desemprego é baixa em relação aos rendimentos anteriores ou quando os ativos devem aceitar reduções significativas em termos de remuneração e / ou de tempo de trabalho para ter acesso a um novo emprego. As consequências da insegurança do emprego são ao mesmo tempo imediatas (considerando que a renda substituta é geralmente mais baixa que a remuneração proveniente do emprego precedente) e no longo prazo (em razão das perdas potenciais de remuneração quando uma pessoa encontra outro emprego). Mesmo que indicadores dessas consequências estejam disponíveis, as comparações entre os países se revelam difíceis, o que mostra que são necessários investimentos particulares nesses pontos. A insegurança do emprego pode igualmente ser medida pedindo aos assalariados para avaliarem a segurança de seu emprego atual ou o risco de perder seu emprego em um futuro próximo. O temor de perder o emprego pode ter efeitos negativos sobre a qualidade de vida dos assalariados (por exemplo, doenças físicas ou mentais, tensões na vida familiar), assim como sobre as empresas (por exemplo, efeito negativo sobre a motivação e a produtividade dos assalariados, menor identificação com os objetivos da empresa), e sobre a sociedade no seu todo.

104. A doença pode estar na origem de uma insegurança econômica, direta ou indiretamente. Para as pessoas que não possuem cobertura de seguro de saúde ou que só dispõem de um seguro de saúde parcial, as despesas médicas podem revelar-se esmagadoras, levando-as a endividar-se, a vender sua moradia e seus bens ou a renunciar a certos tratamentos, com o risco de ter seu estado de saúde agravado no futuro. A porcentagem de pessoas que não dispõem de um seguro de saúde constitui um indicador de insegurança econômica ligada à saúde. Todavia, o seguro de

Características objetivas que determinam a qualidade de vida

saúde pode cobrir diversas contingências e, mesmo as pessoas seguradas, podem ter despesas de saúde suplementares elevadas no caso de doença. Essas despesas de saúde suplementares devem ser acrescentadas à perda do rendimento que acontece quando a pessoa para de trabalhar e quando o seguro de saúde ou outro não fornece rendimento de substituição.

105. A velhice não é em si um fator de risco, mas pode estar na origem de uma insegurança econômica em razão da incerteza quanto às necessidades e aos recursos, após a saída do mercado de trabalho. Dois tipos de risco são particularmente importantes. Trata-se, primeiramente, do risco de recursos inadequados durante a aposentadoria, em razão de indenizações de aposentarias insuficientes ou de necessidades mais significativas associadas à doença ou à deficiência. O segundo tipo de risco é a volatilidade dos pagamentos de aposentadoria: se todos os sistemas de seguro de aposentadoria se expõem a certos tipos de risco, o papel cada vez mais importante do setor privado no financiamento das pensões de velhice (sob a forma de prestações de aposentadoria ou de poupança pessoal) possibilitou ampliar a cobertura dos regimes de pensão em numerosos países, ao preço de uma transferência do risco dos poderes públicos e das empresas para os indivíduos, aumentando mais a insegurança deles.

106. Os inúmeros fatores que participam da insegurança econômica se refletem na grande diversidade de abordagens utilizadas para medi-los. Certas abordagens consistem em quantificar a frequência de riscos específicos, enquanto que outras permitem estudar as consequências de riscos que se materializam e os meios de que dispõem as pessoas para se proteger desses riscos, principalmente os recursos fornecidos pelos programas de seguridade social. Idealmente, a medida da insegurança econômica deveria, para ser exaustiva, integrar ao mesmo tempo a frequência de cada risco e suas consequências, e certas tentativas nesse sentido foram feitas. Uma dificuldade suplementar reside na agregação dos diferentes riscos que estão na base da insegurança econômica, considerando que os indicadores que descrevem esses riscos não são medidos da mesma maneira, especialmente quanto à gravidade deles. Finalmente, é ainda mais problemático avaliar as consequências no longo prazo, para a qualidade de vida, das diferentes medidas empregadas para limitar a insegurança econômica (através de seus efeitos sobre o desemprego e a participação dos ativos).

5 – Questões transversais

107. A maior parte das dificuldades evocadas anteriormente referentes às medidas é específica para cada dimensão da qualidade de vida, e a Comissão não se contentou em fazer alusão a uma parte do trabalho exigido, deixando o cuidado às instituições especializadas em cada área de detalhar planos de ação concretos. Em contraposição, certas dificuldades são transversais e não podem ser tratadas por iniciativas tomadas de maneira separada em cada área.⁵ Três dentre elas requerem uma atenção particular.

5.1 – Desigualdades em matéria de qualidade de vida

108. O primeiro objetivo transversal ligado aos indicadores da qualidade de vida consiste em pormenorizar as *desigualdades* entre as situações individuais em função das diferentes dimensões da vida, em vez de simplesmente considerar as situações *médias* em cada país. Em certa medida, o fato de não dar conta dessas desigualdades explica a diferença crescente, identificada pela Presidência francesa por ocasião da criação da Comissão, entre as estatísticas agregadas que dominam as discussões sobre as ações a serem conduzidas e a percepção que cada um tem de sua própria situação.

109. Se metodologias e fontes estabelecidas podem ser utilizadas de maneira suficientemente confiável para medir as desigualdades na distribuição dos recursos econômicos, a situação é muito menos satisfatória no que diz respeito aos aspectos não monetários da qualidade de vida. É especialmente verdade que essas desigualdades não podem sempre ser descritas por dados sobre a *amplitude* da distribuição desses elementos em torno de sua média. Por exemplo, as diferenças de expectativa de vida podem refletir diferenças genéticas que são distribuídas de maneira aleatória na população. Nessas circunstâncias, reduzir a distribuição global da duração de vida não tornaria a sociedade menos “desigual” sob um ponto de vista moral.

110. Todavia, as dificuldades ultrapassam o simples fato de estabelecer mensurações adequadas. Existem numerosas desigualdades e cada uma dentre elas é significativa. Isso sugere que é preciso evitar presumir que uma dentre elas (por exemplo, a renda) será sempre mais importante que as outras. Ao mesmo tempo, certas desigualdades podem se reforçar mutuamente. As disparidades entre os gêneros, por exemplo, que são frequentes na maior parte dos países e dos grupos sociais, geral-

² A insegurança foi tratada, no que precede, como um fator objetivo que afeta a qualidade de vida; mas ela poderia igualmente ser considerada como uma questão transversal, em razão da grande diversidade dos riscos aos quais os indivíduos estão expostos. A escolha de colocar a insegurança entre os fatores objetivos é puramente convencional; foi objeto de intensos debates.

Questões transversais

mente, são mais importantes nos lares que têm um nível socioeconômico pouco elevado. Assim, em numerosos países em desenvolvimento, o efeito combinado do gênero e do nível socioeconômico exclui, muitas vezes, as mulheres jovens dos lares pobres do ensino escolar ou da obtenção de um emprego gratificante, negando-lhes toda possibilidade de expressão pessoal e de representação política, e expondo-as a perigos que põem em jogo sua saúde. A mensuração de algumas dessas desigualdades, tais como aquelas ligadas à classe e ao nível socioeconômico, contribuiu no decorrer dos anos para uma série de políticas e instituições visando a reduzir sua intensidade e consequências. Outros tipos de desigualdades, tais como aquelas existentes entre os grupos étnicos, são mais recentes, pelo menos nos países que já experimentaram grandes ondas de imigração, e tendem a se tornar mais visíveis no plano político, enquanto os fluxos de imigração prosseguem.

111. É essencial que essas desigualdades sejam avaliadas de maneira global pelo estudo das diferenças de qualidade da vida entre as pessoas, os grupos sociais e as gerações. Por outro lado, porque as pessoas podem ser classificadas em função de diferentes critérios, cada uma tendo certa pertinência na vida delas, as desigualdades devem ser medidas e explicadas para grupos variados. Devem ser realizados estudos apropriados a fim de avaliar as complementaridades entre os diferentes tipos de desigualdades e identificar suas causas subjacentes. Cabe aos estatísticos alimentarem regularmente essas análises com os dados pertinentes.

5.2 – Avaliar as ligações entre as diferentes dimensões da qualidade de vida

112. O segundo objetivo transversal, já mencionado anteriormente, consiste em avaliar melhor a relação entre as diferentes dimensões da qualidade de vida. Certas questões concretas mais importantes estão ligadas à maneira pela qual as evoluções em uma área (por exemplo, a educação) afetam as evoluções em outras áreas (por exemplo, o estado de saúde, a representação política e os vínculos sociais), e à maneira pela qual as evoluções em todas as áreas estão ligadas à renda. Se alguns desses laços, em particular no plano individual, foram mal medidos e percebidos de maneira inadequada, o fato de ignorar os efeitos cumulativos de desvantagens múltiplas conduz a políticas subótimas. Assim, a degradação da qualidade de vida em razão, ao mesmo tempo, da pobreza e da doença ultrapassa amplamente a soma dos dois efeitos separados, tendo por consequência que os poderes públicos devem ter como alvo de suas intervenções mais especificamente as populações que acumulam essas desvantagens.

113. É difícil avaliar as ligações entre as diferentes dimensões da qualidade de vida, considerando que os sistemas de estatística continuam a ser fortemente segmentados segundo as disciplinas, com instrumentos de medida em cada área que levam pouco em consideração a evolução nas outras áreas. Mas é possível realizar progressos desenvolvendo as informações sobre a “distribuição comum” dos aspectos mais notáveis da qualidade de vida (tais como as experiências gratificantes, o estado de saúde, a educação e a representação política) entre as populações. O desenvolvimento completo dessas informações só poderá ser atingido em um futuro distante, mas é possível progredir concretamente nessa direção integrando em todos os estudos uma série de perguntas-tipo que permitam classificar as pessoas interrogadas segundo um número limitado de características e que descrevam a situação delas em um grande número de áreas. É igualmente necessário mobilizar meios para desenvolver enquetes longitudinais que possibilitem ao mesmo tempo acompanhar as características pessoais e analisar melhor o sentido da ligação de causalidade entre os diferentes aspectos que definem a vida de cada pessoa.

5.3 – Construção dos agregados a partir dos diferentes aspectos da qualidade de vida

114. A terceira dificuldade transversal referente à pesquisa sobre a qualidade de vida consiste em *agregar* dados muito diversos com parcimônia. A questão da construção dos agregados é, ao mesmo tempo, específica a cada aspecto da qualidade de vida (como no caso das mensurações que combinam a mortalidade e a morbidade em matéria de saúde) e mais geral, pois ela necessita atribuir um valor às realizações em diferentes áreas da vida, ao mesmo tempo para cada pessoa e para a sociedade inteira, em seguida agregar os resultados obtidos. A pesquisa de uma mensuração escalar da qualidade de vida é muitas vezes percebida como o desafio mais importante que a pesquisa sobre a qualidade de vida tem que enfrentar. Se a atenção dada a esse ponto não for totalmente justificada (o conteúdo informativo de todo índice composto refletirá sempre a qualidade dos números utilizados em sua construção), as demandas nessa área são fortes e os serviços de estatística devem agir de forma a responder a elas.

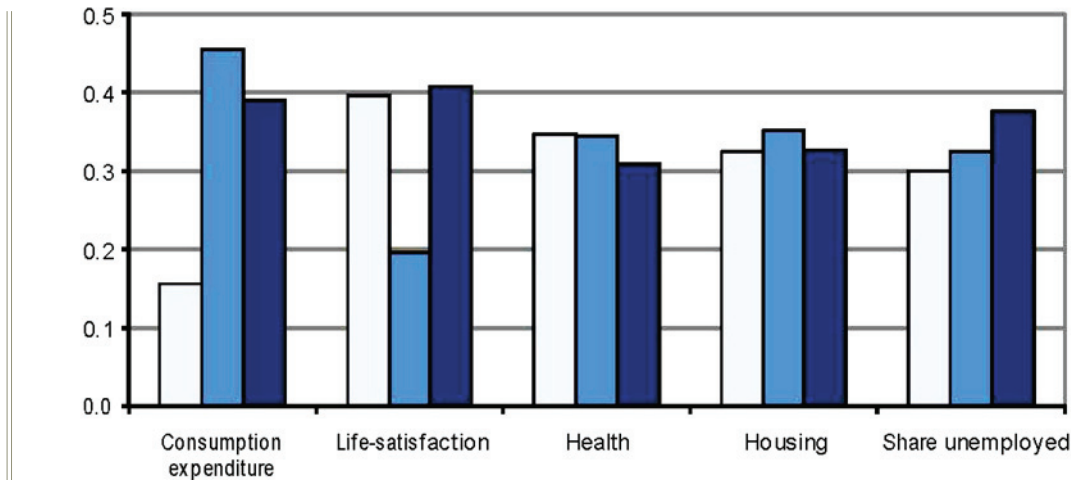
115. Tradicionalmente, a resposta mais comum a essa exigência de parcimônia na pesquisa sobre a qualidade de vida foi agrupar certo número de indicadores (devidamente selecionados e escalonados) do desempenho *médio* em diferentes áreas em escala nacional. O exemplo mais conhecido dessa abordagem é o índice de desenvolvimento humano, que desempenhou e continua a desempenhar um papel

Questões transversais

importante em matéria de comunicação, levando a classificações por país que diferem de maneira significativa daquelas baseadas no PIB por habitante, principalmente para certos países em desenvolvimento. Todavia, a escolha dos coeficientes de ponderação utilizados para construir esse índice e outros índices similares reflete juízos de valor tendo implicações controversas. Assim, o fato de acrescentar o *logaritmo* do PIB por habitante ao *nível* da expectativa de vida (como no cálculo do índice de desenvolvimento humano) implica que um ano de expectativa de vida suplementar nos Estados Unidos tenha um valor vinte vezes superior a aquele de um ano de expectativa de vida suplementar na Índia. Mais fundamentalmente, sendo essas medidas baseadas nas médias por país, não levam em consideração correlações significativas entre os diferentes aspectos da qualidade de vida e também não testemunham a distribuição dessas situações individuais no interior de cada país. Por exemplo, o índice escalar não mudará se o desempenho médio em cada área permanecer idêntico, mesmo que o acúmulo das vantagens ou desvantagens na mesma pessoa, nas diferentes áreas da vida, evoluir no decorrer do tempo.

116. Diferentes mensurações da qualidade de vida são possíveis em função do ponto de vista filosófico e da questão tratada. Algumas dessas mensurações já são utilizadas de forma esporádica (por exemplo, os níveis médios de satisfação de vida para um país no seu conjunto e índices compostos, tais como o índice de desenvolvimento humano, principalmente focado nos países em desenvolvimento) e poderiam ser completadas por mensurações baseadas em questionários referentes à saúde psicológica das pessoas, seus sentimentos e suas avaliações, e pela consideração dos outros aspectos da qualidade de vida. Outras medidas poderiam ser empregadas se as autoridades estatísticas nacionais fizessem os investimentos necessários para fornecer os tipos de dados exigidos para seu cálculo. Assim, o índice U (*U-index*), a saber, a proporção do tempo durante o qual o sentimento dominante é negativo (ver Gráfico 2.3), consiste em coletar informações sobre experiências emocionais no decorrer de episódios específicos por meio de enquetes sobre a agenda. Da mesma maneira, antes de proceder à elaboração de médias por país, os métodos baseados na contagem das ocorrências e na avaliação da gravidade de diferentes elementos objetivos para cada pessoa (ligada à abordagem pelas capacidades), necessitam de informações sobre a distribuição comum de diferentes parâmetros objetivos. Finalmente, a noção de “renda equivalente” (ligada a uma abordagem em termos de alocações equitativas) requer informações sobre o estado das pessoas segundo diferentes aspectos da qualidade de vida, e sobre as preferências delas a respeito desses estados (em relação a um nível de referência dado, em cada caso).

Gráfico 2.3 Características das pessoas mais desprovidas de recursos em função de diferentes medidas da qualidade de vida, Rússia (2000)



Nota. Os dados se referem a pessoas consideradas como « em má situação de vida » (a saber, pessoas que se situam no quintil inferior da distribuição), em função de três diferentes indicadores da qualidade de vida: i) as despesas de consumo da família (ajustadas em função do número de pessoas em cada família); ii) a satisfação de vida (baseada na pergunta « em que medida você está satisfeito com sua vida em geral no momento presente? », com respostas em uma escala de 1 a 5); e iii) uma medida da renda equivalente, baseada em quatro “critérios” a saber, o estado de saúde autodeclarado, a situação profissional, a qualidade da moradia e o fato de ter sofrido atrasos de salários. Para cada um desses três indicadores da qualidade de vida, a figura apresenta os níveis médios dos diferentes fatores que definem a qualidade de vida das pessoas “em má situação de vida”, sendo cada grandeza expressa em função das outras.

Fonte: Fleurbaey, E. Schokkaert e K. Decancq (2009) « What good is happiness? », CORE Discussion Paper, 2009/17, Université catholique de Louvain, Bélgica. Cálculos baseados em dados da enquete *Russia Longitudinal Monitoring Survey*.

117. Geralmente, abordagens diferentes conduzirão a diferentes mensurações escalares da qualidade de vida para cada país e a diferentes características das pessoas qualificadas de “em má situação de vida”. Por exemplo, em uma amostra de pessoas russas interrogadas, as pessoas situadas no quintil inferior da distribuição da renda equivalente fazem parte do pior estado de saúde e da mais forte incidência de desemprego, em comparação com as pessoas identificadas como “em má situação de vida” em função de suas despesas de consumo ou de sua avaliação subjetiva da vida (Gráfico 2.3). Esse fato sugere que, preferentemente a se concentrarem numa medida sintética única da qualidade de vida, os institutos estatísticos deveriam fornecer os dados necessários ao cálculo de vários agregados, em função da perspectiva filosófica de cada usuário.

Questões transversais

5.4 – Principais mensagens e recomendações

118. A qualidade de vida é influenciada pelo amplo leque de fatores que fazem com que a vida valha a pena ser vivida, inclusive aqueles que não são permutados nos mercados e que não se podem contabilizar monetariamente. Certas extensões da contabilidade econômica compreendem elementos diferentes dos puramente econômicos, buscando introduzir elementos de qualidade de vida nas medidas monetárias convencionais do bem-estar econômico, mas essa abordagem tem limitações. Outros indicadores têm um papel importante a desempenhar na mensuração do progresso social, e evoluções recentes na área da pesquisa levaram à elaboração de novas mensurações confiáveis referentes a certos aspectos, pelo menos da qualidade de vida. Essas medidas, que não são substituídas por indicadores econômicos convencionais, dão oportunidade de enriquecer o debate público e de documentar a percepção das populações relativamente às situações das comunidades nas quais vivem. Essas mensurações podem hoje passar da pesquisa à prática estatística padrão. As recomendações da Comissão nessa área podem ser sintetizadas da forma a seguir:

Recomendação 1: As mensurações do bem-estar subjetivo fornecem informações importantes sobre a qualidade de vida. Os serviços de estatística deveriam integrar em suas enquetes perguntas visando a conhecer a avaliação que cada um faz de sua vida, suas experiências gratificantes e suas prioridades.

119. A pesquisa mostrou que era possível coletar dados significativos e confiáveis sobre o bem-estar subjetivo. O bem-estar subjetivo compreende diferentes aspectos (avaliação cognitiva da vida, emoções positivas, tais como a alegria e o orgulho, e emoções negativas, tais como o sofrimento e a inquietação), que devem ser objeto de uma mensuração separada a fim de extrair uma apreciação global da vida das pessoas. As medidas quantitativas desses aspectos subjetivos oferecem a possibilidade de trazer não somente uma boa mensuração da qualidade de vida em si mesma, mas igualmente uma melhor compreensão de seus determinantes, indo além da renda e das condições materiais das pessoas. Apesar da persistência de várias questões não resolvidas, essas mensurações subjetivas fornecem informações importantes sobre a qualidade de vida. É por isso que os tipos de perguntas que se revelaram pertinentes em pequenas enquetes de caráter não oficial deveriam ser integrados às enquetes de maior escala, conduzidas pelos serviços de estatística oficiais.

Recomendação 2: A qualidade de vida depende também da situação objetiva e das oportunidades de cada um. Seria conveniente melhorar as mensurações numéricas da saúde, da educação, das atividades pessoais, da representação política, das relações sociais, das condições ambientais e da insegurança.

120. As informações que permitem avaliar a qualidade de vida vão além das declarações e das percepções das pessoas para incluir a medida de seus funcionamentos e de suas liberdades. Embora a lista precisa desses aspectos se baseie inevitavelmente em juízos de valor, existe um consenso sobre o fato de que a qualidade de vida depende da saúde e da educação, das condições de vida cotidiana (que compreendem o direito a um trabalho e a uma moradia decentes), da participação no processo político, do meio ambiente social e natural e dos fatores referentes à segurança pessoal e econômica. A mensuração de todos esses elementos requer, ao mesmo tempo, dados objetivos e subjetivos. Nessas áreas, a dificuldade consiste em melhorar o que já foi realizado, identificar as lacunas nas informações disponíveis e destinar meios estatísticos às áreas (como o emprego do tempo) em que os indicadores disponíveis permanecem insuficientes.

Recomendação 3: Os indicadores da qualidade de vida deveriam, em todas as dimensões que eles abrangem, fornecer uma avaliação exaustiva e global das desigualdades.

121. As desigualdades nas condições de vida são parte integrante de toda avaliação da qualidade de vida nos países, assim como a maneira pela qual essa última evolui no decorrer do tempo. Cada aspecto da qualidade de vida necessita quantificar de maneira adequada as desigualdades, sendo cada uma dessas grandezas significativa, sem que nenhuma seja prioritária em relação às outras. As desigualdades devem ser avaliadas entre as pessoas, os grupos socioeconômicos e as gerações, concedendo uma atenção particular às desigualdades que aparecem mais recentemente, como aquelas ligadas à imigração.

Recomendação 4: Deveriam ser concebidas enquetes para avaliar os vínculos entre os diferentes aspectos da qualidade de vida para cada um, e as informações obtidas deveriam ser utilizadas por ocasião da definição de políticas em diferentes áreas.

122. É essencial tratar as questões que têm relação com a maneira pela qual a evolução em uma área da qualidade de vida afeta outras áreas e ao vínculo existente entre as evoluções nas diferentes áreas e na renda. Esse ponto é importante, pois as consequências sobre a qualidade de vida do acúmulo de desvantagens ultrapassam amplamente a soma de seus efeitos individuais. A implementação das mensurações

Questões transversais

desses efeitos acumulados impõe coletar informações sobre a “distribuição comum” dos aspectos mais notáveis da qualidade de vida junto a toda a população de um país, por meio de enquetes específicas. Progressos nesse sentido poderiam igualmente ser realizados integrando em todas as enquetes perguntas-tipo permitindo classificar as pessoas interrogadas em função de uma série limitada de características. Os indicadores referentes a diferentes dimensões da qualidade de vida deveriam ser visados conjuntamente, por ocasião da concepção das políticas em áreas específicas, a fim de tratar as interações entre as dimensões e as necessidades de pessoas desfavorecidas em várias áreas.

Recomendação 5: Os serviços de estatística deveriam fornecer as informações necessárias para agrupar as dimensões da qualidade de vida, possibilitando, assim, a construção de diferentes índices escalares.

123. A avaliação da qualidade de vida necessita de uma pluralidade de indicadores, mas existem fortes demandas para que seja desenvolvida uma mensuração escalar única. Diferentes mensurações escalares da qualidade de vida são possíveis, em função das questões tratadas e da abordagem adotada. Algumas dessas medidas já são utilizadas, como por exemplo, os níveis médios de satisfação de vida para um país na sua totalidade, ou índices compostos agrupando as médias em diferentes áreas, como por exemplo, o Índice de Desenvolvimento Humano. Outras mensurações poderiam ser postas em prática se as autoridades estatísticas nacionais fizessem os investimentos exigidos para fornecer os dados necessários a seu cálculo. Trata-se especialmente de mensuração da proporção do tempo durante a qual o sentimento dominante é negativo, de medidas baseadas na contagem das ocorrências e a avaliação da gravidade de diferentes aspectos objetivos da vida das pessoas, e de mensurações (equivalente rendimento) baseadas nos estados e nas preferências de cada um.

I. Exposição Geral do Conteúdo do Relatório

Capítulo 3: Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente



124.¹Os dois primeiros capítulos deram oportunidade de tratar de maneira extensiva a mensuração do bem-estar atual, seja quanto aos aspectos que podem ser representados por unidades monetárias (Capítulo 1), seja quanto aos aspectos menos facilmente conversíveis em unidades monetárias (Capítulo 2).

125. A noção de sustentabilidade levantada neste último capítulo é de natureza diferente. A sustentabilidade coloca a questão de saber se poderemos esperar que o nível atual de bem-estar poderá ser ao menos mantido por períodos ou gerações futuras, ou se é mais provável que ele diminua. Não é mais questão de medir o presente, mas de prever o futuro, e essa dimensão prospectiva multiplica as dificuldades já encontradas nos dois primeiros capítulos.

126. Apesar dessas dificuldades, foram formuladas numerosas propostas para medir a sustentabilidade em termos quantitativos, tendo origem no trabalho pioneiro de Nordhaus e Tobin, nos anos 1970 (« medida do bem-estar econômico sustentável»), ou dando seqüência à forte impulsão dada pelo relatório Brundtland, em 1987, e à cúpula do Rio de Janeiro, no início dos anos 90. O presente capítulo começa por passar em revista essas propostas. Constataremos que muitas delas não distinguem claramente a medida do bem-estar atual da avaliação de sua sustentabilidade. Em resumo, numerosas propostas tentam cobrir as três dimensões examinadas pelos três subgrupos da Comissão, esforçando-se por vezes em adicioná-las para obter uma mensuração escalar única. A Comissão escolheu por boas razões adotar uma abordagem diferente. Estamos convencidos de que a sustentabilidade deve ser objeto de uma mensuração separada e nos debruçaremos neste capítulo sobre a questão da sustentabilidade no sentido estrito.

127. Essa restrição permite concentrar-se no que a literatura chama de uma abordagem da sustentabilidade fundamentada na « riqueza » ou nos “estoques [de recursos]”. A ideia é a seguinte: o bem-estar das gerações futuras, em comparação com o nosso, dependerá dos recursos que lhes transmitirmos. Numerosas formas diferentes de recursos estão em jogo. O bem-estar futuro dependerá do volume dos estoques de recursos esgotáveis que deixaremos para as próximas gerações. Dependerá igualmente da maneira pela qual manteremos a quantidade e a qualidade de todos os outros recursos naturais renováveis necessários à vida. Sob um ponto de vista mais econômico, dependerá, além disso, da quantidade de capital físico (máquinas e imóveis) que transmitirmos, e dos investimentos que destinaremos à

¹ Os elementos e as referências que sustentam opiniões expressas no presente resumo são objeto de um relatório técnico complementar

2. Levantamento da situação

124.¹Os dois primeiros capítulos deram oportunidade de tratar de maneira extensiva a mensuração do bem-estar atual, seja quanto aos aspectos que podem ser representados por unidades monetárias (Capítulo 1), seja quanto aos aspectos menos facilmente conversíveis em unidades monetárias (Capítulo 2).

125. A noção de sustentabilidade levantada neste último capítulo é de natureza diferente. A sustentabilidade coloca a questão de saber se poderemos esperar que o nível atual de bem-estar poderá ser ao menos mantido por períodos ou gerações futuras, ou se é mais provável que ele diminua. Não é mais questão de medir o presente, mas de prever o futuro, e essa dimensão prospectiva multiplica as dificuldades já encontradas nos dois primeiros capítulos.

126. Apesar dessas dificuldades, foram formuladas numerosas propostas para medir a sustentabilidade em termos quantitativos, tendo origem no trabalho pioneiro de Nordhaus e Tobin, nos anos 1970 (« medida do bem-estar econômico sustentável»), ou dando seqüência à forte impulsão dada pelo relatório Brundtland, em 1987, e à cúpula do Rio de Janeiro, no início dos anos 90. O presente capítulo começa por passar em revista essas propostas. Constataremos que muitas delas não distinguem claramente a medida do bem-estar atual da avaliação de sua sustentabilidade. Em resumo, numerosas propostas tentam cobrir as três dimensões examinadas pelos três subgrupos da Comissão, esforçando-se por vezes em adicioná-las para obter uma mensuração escalar única. A Comissão escolheu por boas razões adotar uma abordagem diferente. Estamos convencidos de que a sustentabilidade deve ser objeto de uma mensuração separada e nos debruçaremos neste capítulo sobre a questão da sustentabilidade no sentido estrito.

127. Essa restrição permite concentrar-se no que a literatura chama de uma abordagem da sustentabilidade fundamentada na « riqueza » ou nos “estoques [de recursos]”. A ideia é a seguinte: o bem-estar das gerações futuras, em comparação com o nosso, dependerá dos recursos que lhes transmitirmos. Numerosas formas diferentes de recursos estão em jogo. O bem-estar futuro dependerá do volume dos estoques de recursos esgotáveis que deixaremos para as próximas gerações. Dependerá igualmente da maneira pela qual manteremos a quantidade e a qualidade de todos os outros recursos naturais renováveis necessários à vida. Sob um ponto de vista mais econômico, dependerá, além disso, da quantidade de capital físico (máquinas e imóveis) que transmitirmos, e dos investimentos que destinaremos à

¹ Os elementos e as referências que sustentam opiniões expressas no presente resumo são objeto de um relatório técnico complementar

constituição do “capital humano” dessas gerações futuras, essencialmente por meio das despesas com a educação e a pesquisa. E dependerá, finalmente, da qualidade das instituições que lhes transmitirmos, que são outra forma de “capital” essencial à manutenção de uma sociedade humana funcionando corretamente.

128. De que maneira podemos determinar se uma quantidade suficiente desses ativos será conservada ou acumulada para as gerações futuras? Em outros termos, a partir de que momento poderemos dizer que vivemos atualmente acima de nossos meios? Existe uma esperança racional de estar em condições de caracterizar essa situação de fato por um número único que poderia representar para a sustentabilidade o papel que o PIB desempenhou durante muito tempo para a medida do desempenho econômico? Uma das razões de tal empreendimento seria evitar a multiplicação de avaliações convergentes. Entretanto, se quisermos chegar lá, devemos converter todos os estoques de recursos transmitidos a gerações futuras em uma unidade comum, seja monetária ou não.

129. Convém expor pormenorizadamente as razões que fazem desse objetivo um projeto muito ambicioso. A agregação de elementos heterogêneos parece possível até certo ponto no que diz respeito ao capital físico e humano ou certos recursos naturais que são objeto de permutas comerciais. Mas a tarefa parece muito mais complicada no que diz respeito à maior parte dos ativos naturais, em razão da falta de preços de mercado pertinentes e das numerosas incertezas referentes à maneira pela qual esses ativos naturais vão interagir com as outras dimensões da sustentabilidade no futuro. Isso nos levará a propor uma abordagem pragmática que combine um indicador monetário, o qual poderia nos enviar sinais racionais referentes à sustentabilidade econômica, e um conjunto restrito de indicadores físicos destinados às questões ambientais. Damos exemplos desses indicadores físicos, mas acontece que a escolha dos indicadores mais pertinentes deve ser deixada aos especialistas de outros setores, antes de serem submetidos ao debate público.

2 – Levantamento da situação

130. Apresentar uma revisão da literatura muito abundante destinada à mensuração da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável não é algo fácil. Utilizaremos uma tipologia imperfeita, mas simples, que distingue: 1) os grandes painéis ecléticos; 2) os índices compostos; 3) os índices que corrigem o PIB de maneira mais ou menos extensiva; e 4) os índices destinados essencialmente à medida de nosso “consumo excessivo” atual dos recursos. Esta última categoria é em si

Levantamento da situação

mesma heterogênea, considerando que aí incluímos índices tão diferentes quanto a pegada ecológica e a poupança líquida ajustada que, como veremos, transmitem mensagens muito diferentes.

2.1 – Painéis ou conjuntos de indicadores

131. Os painéis, ou conjuntos de indicadores, são uma abordagem difundida para abordar a questão geral do desenvolvimento sustentável. Esta abordagem implica compilar ou classificar uma série de indicadores que têm um vínculo direto ou indireto com o progresso socioeconômico e sua sustentabilidade. No decorrer das duas últimas décadas, as organizações internacionais desempenharam um papel importante na emergência de painéis sobre o desenvolvimento sustentável, tendo as Nações Unidas amplamente contribuído para esse processo. O 40º capítulo da Agenda 21, adotado em 1992 por ocasião da Cúpula do Rio, convida principalmente os países signatários a elaborar informações quantitativas sobre suas ações e suas realizações.

132. Outras iniciativas internacionais visando a construir painéis do desenvolvimento sustentável foram empreendidas pela OCDE e pela Eurostat, após a adoção pelo Conselho Europeu de uma estratégia de desenvolvimento sustentável em 2001. A versão atual deste painel compreende onze indicadores para o primeiro nível (Quadro 3.1), 33 indicadores para o segundo nível e 78 indicadores para o terceiro nível, os indicadores dos níveis 2 e 3 cobrindo 29 subtemas. Iniciativas nacionais semelhantes acompanharam esse movimento geral, ainda que de maneira dispersa. As iniciativas locais igualmente se multiplicaram no decorrer dos últimos dez anos, dentre as quais algumas se basearam na dinâmica inicial da Agenda 21.

133. Para o usuário, a característica mais notável dessa literatura muito abundante é a extrema variedade dos indicadores propostos. Certos indicadores são gerais (o

Quadro 3.1. Lista dos indicadores europeus de desenvolvimento sustentável (nível 1)

Tema	Indicadores de nível 1
1: Desenvolvimento socioeconômico	Taxa de crescimento do PIB por habitante
2: Consumo e produção sustentáveis	Produtividade dos recursos
3: Inclusão social	Taxa de risco de pobreza após transferências sociais
4: Mudanças demográficas	Taxa de emprego das pessoas idosas
5: Saúde pública	Anos de vida com boa saúde e expectativa de vida ao nascer
6: Desenvolvimento sustentável	Emissões totais de gases de efeito estufa
	Consumo de energias renováveis
7: Transporte sustentável	Consumo de energia dos transportes
8: Recursos naturais	Índice das aves comuns
	Pesca acima dos limites biológicos de segurança
9: Parceria global	Assistência pública para o desenvolvimento (APD)

Fonte: Eurostat, 2009. (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/sdi/introduction/>)

crescimento do PIB permanece um indicador importante, trata-se mesmo do primeiro indicador no painel europeu), enquanto que outros são muito mais específicos, por exemplo, a porcentagem de fumantes na população. Alguns se reportam a resultados, outros a instrumentos. Certos indicadores podem facilmente estar ligados ao desenvolvimento e seu caráter sustentável (a taxa de alfabetização conta ao mesmo tempo para o bem-estar atual e o crescimento futuro) enquanto que outros se referem ou ao desenvolvimento atual ou à sustentabilidade no longo prazo. Existem mesmo elementos cujo vínculo com as duas dimensões é discutível, ou, pelo menos, indeterminado: uma taxa de fertilidade elevada é uma coisa boa para o desenvolvimento sustentável? Provavelmente seja para a sustentabilidade dos sistemas de aposentadorias, mas talvez não seja para a sustentabilidade ambiental. E será sempre sinal de um bom desempenho econômico? Isso depende provavelmente do que se considera como “alta” ou “baixa” em termos de fertilidade.

134. Esses painéis são úteis, pelo menos, sob dois aspectos. Constituem, primeiramente, uma primeira etapa, em toda e qualquer análise da sustentabilidade, que é, por natureza, altamente complexa, e incentiva, por isso, o estabelecimento de uma lista de variáveis pertinentes e a estimular os serviços estatísticos nacionais e internacionais a melhorar a mensuração desses indicadores. Trata-se, depois, da distinção entre a sustentabilidade no sentido “forte” e no sentido “fraco”. A abordagem “fraca” da sustentabilidade considera que um bom desempenho em certas

Levantamento da situação

áreas pode compensar um mau desempenho em outras áreas. Essa ideia autoriza uma avaliação global da sustentabilidade que recorre a índices unidimensionais ou escalares. A abordagem “forte” consiste em dizer que a sustentabilidade impõe manter, ao mesmo tempo, a quantidade e a qualidade de um grande número de elementos ambientais diferentes. Aplicar esta última abordagem requer, por consequência, amplos conjuntos de estatísticas separadas, cada uma referindo-se a uma subárea particular da sustentabilidade global.

135. Os painéis padecem, contudo, de sua heterogeneidade, pelo menos no caso dos painéis muito grandes e ecléticos, e a maior parte dos painéis existentes carecem de indicações referentes aos vínculos de causalidade, seu vínculo com a sustentabilidade, e/ou as hierarquias entre os diferentes indicadores utilizados. Além disso, tratando-se de instrumentos de comunicação, frequentemente são criticados por não disporem daquilo que permitiu ao PIB se impor: a força de atração de um só dado numérico permitindo comparações simples entre desempenhos socioeconômicos, no tempo e entre países.

2.2 – Índices compostos

136. Os índices compostos são uma maneira de contornar o problema que a grande riqueza dos painéis coloca e de sintetizar as informações abundantes e supostamente pertinentes em um número único. O relatório técnico cita alguns deles.

137. Assim, o índice de bem-estar econômico de Osberg e Sharpe (*Index of Economic Well-Being*) é um índice composto que abrange simultaneamente a prosperidade atual (apreendida por uma medida do consumo), o acúmulo sustentável e os aspectos sociais (redução das desigualdades e proteção contra os riscos “sociais”). As questões ambientais são avaliadas por meio do custo das emissões de CO₂ por habitante. Os fluxos de consumo e o acúmulo de riquezas (segundo uma ampla definição que compreende os estoques de pesquisa e desenvolvimento, uma variável representativa do capital humano e o custo das emissões de CO₂) são avaliados segundo a metodologia da contabilidade nacional. Cada dimensão é normalizada por uma colocação em escala linear (nove países da OCDE) e a agregação é feita atribuindo o mesmo peso a cada uma delas. Mas, neste estágio, a dimensão “verde” deste índice permanece secundária.

138. Outros exemplos se concentram mais especificamente na dimensão verde, por exemplo, o índice de sustentabilidade ambiental (*Environmental Sustainability Index, ESI*) e o índice de desempenho ambiental (*Environmental Performance*

Index, EPI). O índice de sustentabilidade ambiental abrange 5 áreas: os sistemas ambientais (seu estado de saúde global), o estresse ambiental (pressões antropogênicas sobre os sistemas ambientais), a vulnerabilidade humana (exposição dos habitantes às perturbações ambientais), as capacidades sociais e institucionais (sua capacidade para trazer respostas eficazes aos problemas ambientais) e a contribuição ao meio ambiente global (cooperação com outros países para a gestão dos problemas ambientais em comum). Este índice mobiliza 76 variáveis para cobrir essas cinco áreas. Aí encontramos, por exemplo, os indicadores - padrão da qualidade do ar e da água (por exemplo, SO_2 e NO_x), parâmetros sanitários (taxa de mortalidade perinatal em razão de doenças respiratórias, por exemplo), indicadores de governança ambiental (iniciativas locais da Agenda 21 por milhão de pessoas), etc. O índice de desempenho ambiental é uma forma reduzida do índice de sustentabilidade ambiental, que se baseia em 16 indicadores (resultados); ele é mais concebido como uma ferramenta para guiar políticas públicas.

139. As mensagens que extraímos deste tipo de índice são ambíguas. A classificação mundial dos países não parece absurda, mas muitos consideram que ela apresenta uma imagem exageradamente otimista da contribuição dos países desenvolvidos para a resolução dos problemas ambientais. Dificuldades são igualmente constatadas no interior do grupo dos países desenvolvidos. Assim, este índice só faz surgir uma diferença muito reduzida entre os Estados Unidos e a França, apesar de grandes diferenças em termos de emissões de CO_2 . Na verdade, este índice nos informa essencialmente sobre um coquetel de dimensões, misturando a qualidade atual do meio ambiente, as pressões que se exercem sobre os recursos e a intensidade da política ambiental, sem nos dizer se um determinado país está engajado no caminho sustentável: não é possível definir um valor-limiar para além do qual se possa dizer se um país está num caminho não sustentável.

140. Globalmente, esses índices compostos são convites para examinar mais atentamente seus diferentes componentes. Aí está uma das principais razões de ser dos índices compostos. Mas isso não basta para considerá-los como indicadores de sustentabilidade no sentido estrito do termo, que poderiam obter o mesmo status que o PIB ou outras noções da contabilidade nacional. Há aí duas razões: primeiramente, como no caso dos grandes painéis, a noção de sustentabilidade subjacente a esses índices não está bem definida; depois, eles são frequentemente objeto de críticas, principalmente no que diz respeito ao caráter arbitrário dos procedimentos utilizados para ponderar seus diferentes componentes. Esses procedimentos de agregação são às vezes apresentados como sendo superiores às agregações mo-

Levantamento da situação

netárias que servem para construir os índices econômicos, pois não são ligados a nenhuma forma de avaliação comercial. Efetivamente, e nós voltaremos a isso, as razões são numerosas para não confiar nos valores comerciais quando se trata das questões de sustentabilidade e, mais particularmente, do seu componente ambiental. Mas, sejam eles monetários ou não, os procedimentos de agregação implicam sempre atribuir valores relativos aos elementos considerados no índice agregado. No caso dos índices compostos de sustentabilidade, é difícil compreender por que é atribuído este ou aquele valor relativo a cada uma das variáveis pertinentes para a sustentabilidade. O problema não é que esses procedimentos de ponderação estejam ocultos, não transparentes ou não reproduzíveis; eles são frequentemente apresentados de maneira muito explícita pelos autores dos índices, o que é um dos pontos fortes desse tipo de literatura. O problema vem de que suas implicações normativas são raramente explicitadas ou justificadas.

2.3 – PIB ajustado

141. Outros métodos de mensuração da sustentabilidade partem da noção tradicional de PIB empenhando-se de corrigi-la sistematicamente com a ajuda de elementos que o PIB clássico não leva em consideração e que são importantes para a sustentabilidade.

142. O índice do bem-estar econômico sustentável de Nordhaus e Tobin (*sustainable measure of economic welfare*, SMEW) pode ser considerado como o ancestral comum deles. Os autores propõem dois indicadores: o primeiro, o índice de bem-estar econômico (*Measure of economic Welfare*, MEW), é obtido subtraindo-se do consumo privado total vários componentes que não contribuem para o bem-estar de maneira positiva (os trajetos domicílio - trabalho e os serviços jurídicos) e acrescentando-se as estimativas monetárias de atividades que contribuem para ele (o lazer e o trabalho a domicílio, por exemplo). A segunda etapa consiste em converter o índice de bem-estar econômico em índice de bem-estar econômico sustentável pela consideração das mudanças na riqueza total. O índice de bem-estar econômico sustentável mede o nível de bem-estar econômico que é compatível com a preservação do capital nacional. Para converter o índice de bem-estar econômico em índice de bem-estar econômico sustentável, Nordhaus e Tobin recorrem a uma estimativa de riqueza pública e privada total, que compreende o capital reproduzível, o capital não reproduzível (limitado às terras e aos ativos líquidos no mundo), o capital educativo (baseado no custo acumulado dos anos de formação de cada membro da população ativa) e o capital - saúde, com base num inventário

permanente combinado com uma taxa de amortização de 20% ao ano. Entretanto, afinal de contas eles não incluíram as estimativas dos danos ao meio ambiente ou do esgotamento dos recursos naturais.

143. Duas linhas de pesquisa resultaram dessa contribuição pioneira. A primeira tentou enriquecer a abordagem de Nordhaus e Tobin, às vezes se afastando consideravelmente dos critérios da coerência contábil. Pode-se citar, a esse respeito, o índice de bem-estar econômico sustentável e o indicador de progresso verdadeiro. Esses indicadores deduzem do consumo uma estimativa do custo da poluição da água, do ar e sonora, e se empenham igualmente em levar em consideração a perda das zonas úmidas, das terras agrícolas e das florestas primárias, e o esgotamento dos outros recursos naturais, assim como os danos resultantes do CO₂ e da deterioração da camada de ozônio. O esgotamento dos recursos naturais é avaliado pelo investimento necessário para gerar um fluxo perpétuo equivalente de substitutos renováveis.

144. Em todos os países para os quais o índice de bem-estar econômico sustentável e o indicador de progresso verdadeiro existem, seus valores são muito semelhantes e começam a se diferenciar do PIB em um determinado momento. Isso levou certos autores a emitir uma hipótese de “limiar”, segundo a qual o PIB e o bem-estar progredem paralelamente até certo ponto a partir do qual o prosseguimento da alta do PIB não gera mais nenhum melhoramento do bem-estar. Em outros termos, segundo esses indicadores, ultrapassamos os níveis sustentáveis há muito tempo e já entramos em uma fase de declínio.

145. A outra corrente está mais fortemente ancorada na contabilidade nacional. Apoia-se no sistema de contabilidade econômica do meio ambiente, conta satélite do sistema de contabilidade nacional. O sistema de contabilidade econômica do meio ambiente agrupa as informações econômicas e ambientais em um quadro comum para medir a contribuição do meio ambiente à economia e o impacto da economia sobre o meio ambiente. O Comitê de Peritos das Nações Unidas para a Contabilidade Econômica Ambiental, criado em 2005, empenha-se atualmente em racionalizar a contabilidade econômica ambiental, em fazer do sistema de contabilidade econômica do meio ambiente uma norma estatística internacional a partir de 2010 e de fazer progredir a aplicação desse sistema nos países.

146. Este último compreende quatro categorias de contas: a primeira consiste em dados puramente físicos relacionados aos fluxos de matérias (matérias trazidas

Levantamento da situação

à economia e resíduos produzidos como detritos) e de energia que ela organiza, tanto quanto possível, segundo a estrutura contábil do sistema de contabilidade nacional. A segunda categoria de contas utiliza os elementos do sistema de contabilidade nacional que são pertinentes para a boa gestão do meio ambiente e torna mais explícitas as transações ligadas ao meio ambiente. A terceira categoria de contas compreende as contas para os ativos ambientais medidos em termos físicos e monetários (contas de estoques de madeira, por exemplo).

147. Essas três primeiras categorias do sistema de contabilidade econômica do meio ambiente são componentes essenciais de todo e qualquer indicador de sustentabilidade. Mas o que importa aqui é a quarta categoria, que define como o sistema de contabilidade nacional existente poderia ser ajustado (exclusivamente em termos monetários) para levar em conta o impacto da economia sobre o meio ambiente. Três tipos de ajuste são pretendidos: os ajustes ligados ao esgotamento dos recursos, aqueles que dizem respeito às despesas ditas “defensivas” (sendo as despesas de proteção as mais emblemáticas) e aqueles que se relacionam à degradação do meio ambiente.

148. São esses ajustes ambientais dos agregados do sistema de contabilidade nacional que são mais conhecidos sob o nome de “PIB Verde”, extensão da noção de produto interno líquido. Assim, da mesma forma que a contabilidade transforma o PIB (bruto) em PIL (líquido) considerando o consumo de capital fixo (amortização do capital produzido), a ideia é que seria sensato calcular um PIL ajustado para o meio ambiente que levasse em conta o consumo do capital natural. Este último compreenderia o esgotamento dos recursos (exploração excessiva dos ativos ambientais como insumos do processo de produção) e a degradação do meio ambiente (valor da diminuição da qualidade de um recurso, para simplificar).

149. O PIB Verde e o PIL ambiental permanecem, todavia, os aspectos mais controvertidos do sistema de contabilidade econômica do meio ambiente e são, portanto, com menos frequência empregados pelos serviços de estatística, em razão dos numerosos problemas que levantam. A determinação do valor dos insumos ambientais no sistema econômico é o ponto mais fácil (relativamente). Considerando que esses insumos estão integrados em produtos vendidos no mercado, é possível (em princípio) utilizar meios diretos para lhes atribuir um valor com base nos princípios de mercado. Em oposição, as emissões poluentes sendo outputs, não existe maneira direta de lhes atribuir um valor. Todos os métodos indiretos de determinação de seu valor dependem de qualquer maneira de situações hipotéticas.

Assim, transpor o valor da degradação do meio ambiente para ajustes dos agregados macroeconômicos nos leva para além do campo habitual da contabilidade *ex post*, em uma situação ainda mais hipotética. A natureza muito especulativa desse tipo de contabilidade explica a forte resistência de numerosos contadores a essa prática, com a qual eles não se sentem de jeito nenhum à vontade.

150. Existe, entretanto, um problema mais crucial com o PIB Verde, que se aplica igualmente ao índice de desenvolvimento econômico sustentável de Nordhaus e Tobin e aos índices de bem-estar econômico sustentável e de progresso verdadeiro. Nenhum desses indicadores é em si sinônimo de sustentabilidade. O PIB Verde se contenta em imputar ao PIB o custo do esgotamento ou da degradação dos recursos ambientais. Não está aí senão uma parte da resposta à questão da sustentabilidade. Aquilo de que temos necessidade afinal de contas, é de uma avaliação da distância que separa nossa situação atual desses objetivos sustentáveis. Em outras palavras, temos necessidade de indicadores de **consumo excessivo** ou ainda de **investimento insuficiente**. É precisamente o objetivo de nossa última categoria de indicadores.

2.4 – Indicadores que focam o consumo excessivo e o investimento insuficiente

151. Agrupamos nesta categoria todos os tipos de indicadores que se referem à sustentabilidade em termos de consumo excessivo, de investimento insuficiente ou de pressões excessivas sobre os recursos. Se esses indicadores são frequentemente apresentados em termos de fluxo, eles se baseiam na hipótese de que certos estoques pertinentes para a sustentabilidade correspondem aos fluxos medidos, a saber, os estoques que são transmitidos às gerações futuras e que determinam os conjuntos de oportunidades de que elas disporão. Como no caso do PIB e de outros agregados, ser bem sucedido nessa tarefa com um só número requer a escolha de uma unidade e de um procedimento explícito de agregação desses estoques e de suas variações.

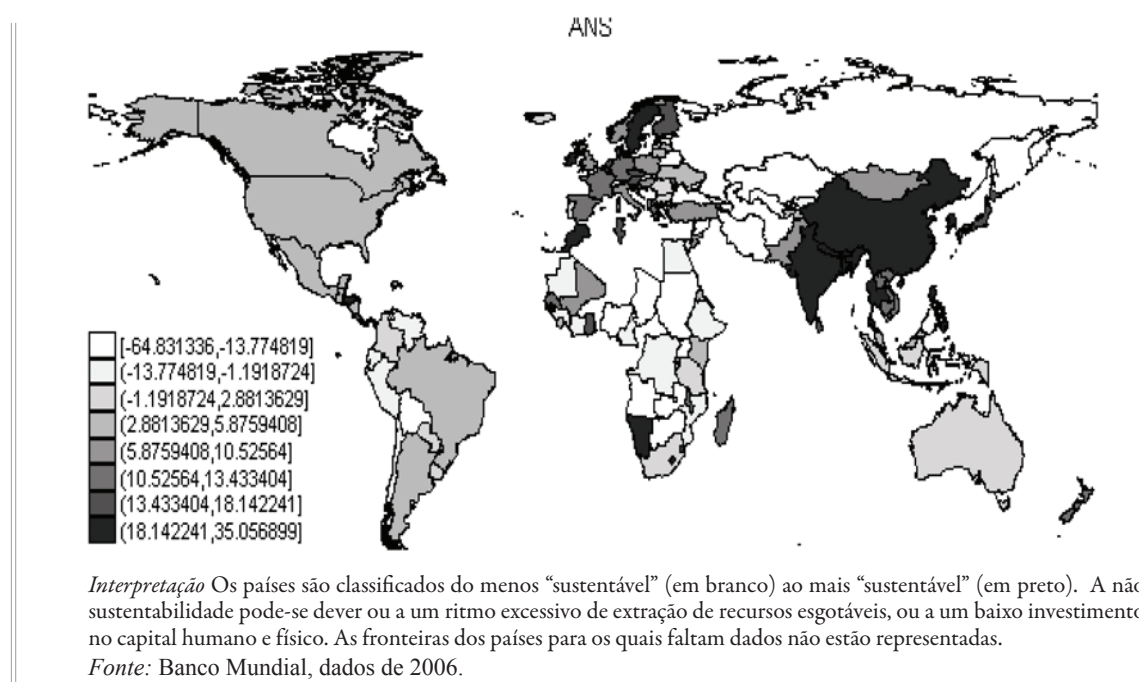
2.4.1 Poupança líquida ajustada

152. A poupança líquida ajustada (igualmente conhecida sob o nome de poupança verdadeira ou de investimento verdadeiro) é um indicador de sustentabilidade que se baseia nos conceitos da contabilidade nacional verde pela reformulação deles de preferência em termos de estoques e de riquezas do que de fluxo de rendimentos

Levantamento da situação

ou de consumo. O contexto teórico é a ideia segundo a qual a sustentabilidade requer um estoque constante de “riqueza no sentido amplo” que não se limita aos recursos naturais, mas compreende igualmente o capital físico produtivo, tal como medido na contabilidade nacional tradicional, e o capital humano. A poupança líquida ajustada é definida como sendo a variação dessa riqueza total durante um dado período, um ano por exemplo. Essa noção é manifestamente a contrapartida

Gráfico 3.1 Distribuição geográfica da poupança líquida ajustada



econômica da noção de sustentabilidade, na medida em que ela inclui não somente os recursos naturais, mas também (em princípio, pelo menos) os outros ingredientes necessários para fornecer às gerações futuras um conjunto de oportunidades pelo menos tão grande quanto aquele de que se beneficiam as gerações atuais.

153. De maneira empírica, a poupança líquida ajustada é obtida a partir das medidas clássicas da poupança nacional bruta, feitas pela contabilidade nacional nelas operando quatro tipos de ajuste. Primeiramente, as estimativas do consumo de capital dos ativos produzidos são deduzidas para obter a poupança nacional líquida. Em segundo lugar, são acrescentadas à poupança nacional líquida as despesas

correntes de educação consideradas como um valor pertinente do investimento em capital humano (em contabilidade nacional clássica, essas despesas são consideradas como do consumo). Em terceiro lugar, estimativas do esgotamento de diversos recursos naturais são deduzidas para refletir a diminuição do valor dos ativos naturais ligados à sua extração ou à sua colheita. Essas estimativas do esgotamento dos recursos se baseiam no cálculo da renda extraída desses recursos. A renda econômica representa o rendimento “excedente” de um dado fator de produção; no caso presente, ela é obtida simplesmente pela diferença entre os preços mundiais e os custos médios unitários de extração ou de colheita (aí incluído um rendimento “normal” do capital). Finalmente, os danos resultantes da poluição global pelo dióxido de carbono são deduzidos.² Taxas negativas de poupança líquida ajustada indicam que a “riqueza no sentido amplo” diminui e constitui, portanto, uma mensagem de alerta sobre a não sustentabilidade.

154. O que dá a comparação desse indicador com as medidas clássicas da poupança e do investimento na contabilidade nacional? A poupança líquida ajustada calculada pelo Banco Mundial para países desenvolvidos, tais como a França e os Estados Unidos, mostra que as mudanças no tempo resultam quase exclusivamente da poupança bruta, enquanto que a diferença entre os níveis de poupança líquida ajustada e de poupança bruta é devido essencialmente ao consumo em capital e ao acúmulo de capital humano, enquanto que, segundo esse indicador, as variações do capital natural só desempenham um papel relativamente marginal. Além disso, os números da poupança líquida ajustada mostram que os países desenvolvidos estão engajados em um caminho de crescimento sustentável, o que não é o caso para numerosos países emergentes ou em desenvolvimento. Em particular, segundo esse indicador, a maior parte dos países exportadores de recursos está em caminhos não sustentáveis (Gráfico 3.1).

155. Este tipo de abordagem é sedutor para muitos economistas, pois ela se fundamenta em um quadro teórico explícito. Todavia, a metodologia atual utilizada para as avaliações empíricas apresenta lacunas bem conhecidas: a pertinência da abordagem pela poupança líquida ajustada depende fortemente **daquilo que é levado em consideração** (as diferentes formas de capitais transmitidos às gerações futuras), isto é, daquilo que está incluído na “riqueza no sentido amplo”, e do **preço** utilizado para contabilizar e agregar os diferentes elementos de riqueza em um

² Da mesma forma que os danos pela poluição local esses últimos são difíceis de serem estimados na falta de dados específicos locais. Entretanto, uma versão aumentada da poupança líquida ajustada para a poluição local é fornecida levando em consideração os danos para a saúde que resultam da poluição do ar no meio urbano (partículas finas PM10).

Levantamento da situação

contexto onde a valorização pelos mercados é, na melhor das hipóteses, imperfeita e, com mais frequência, inexistente, problema que já mencionamos por ocasião da discussão dos preços implícitos utilizados na construção dos índices compostos.

156. Na verdade, as avaliações empíricas da poupança líquida ajustada padecem de uma falha importante: o ajuste a título da degradação do meio ambiente é limitado a um conjunto restrito de poluentes, dos quais o principal é o dióxido de carbono. Os autores reconhecem que os cálculos não levam em conta outras fontes importantes de degradação do meio ambiente, por exemplo, a degradação das águas subterrâneas, a pesca não sustentável, a degradação dos solos e, com tanto mais razão, a perda da biodiversidade.

157. Para os ativos naturais que são levados em consideração, as técnicas de atribuição de um valor permanecem o problema principal. Para os recursos esgotáveis, as estimativas existentes da poupança líquida ajustada se fundamentam nos preços correntes. Em teoria, a utilização dos preços de mercado para avaliar os fluxos e os estoques só é pertinente no âmbito de mercados perfeitos, o que não é certamente o caso na realidade, principalmente para os recursos naturais para os quais os efeitos externos e as incertezas são flagrantes. Além disso, os preços de mercado das energias fósseis e de outros minerais tenderam a flutuar acentuadamente nos últimos anos, determinando variações importantes da poupança líquida ajustada calculada em preços correntes do mercado, o que teve por consequência reduzir a nada a pertinência do indicador de poupança líquida ajustada para os países exportadores.

158. Quanto à valorização da degradação do meio ambiente, as coisas são ainda mais delicadas pelo fato da falta de avaliação pelo mercado, que poderia servir de ponto de partida: em teoria, convém determinar “valores contábeis” modelizando as consequências de longo prazo de uma dada mudança do capital ambiental e a maneira pela qual ele influenciará o bem-estar futuro. Mas o emprego de tal procedimento é muito problemático. No estado atual das coisas, os preços utilizados para valorizar as emissões de carbono nas estimativas existentes da poupança líquida ajustada não permitem fazê-las desempenhar um papel significativo na avaliação global da sustentabilidade, o que semeia a dúvida quanto à utilidade desse indicador para orientar as escolhas políticas.

159. Finalmente, calculando a poupança líquida ajustada por país, ignora-se a dimensão global da sustentabilidade. Pode-se legitimamente ficar pouco à vontade

com a mensagem que a poupança líquida ajustada envia sobre os países exportadores de recursos (o petróleo, por exemplo): efetivamente, a não sustentabilidade de seu caminho de crescimento só é atribuível a uma taxa insuficiente de reinvestimento dos rendimentos gerados pela exploração do recurso natural, enquanto que o “consumo excessivo” dos países importadores não é absolutamente levado em consideração. Os países desenvolvidos, que são geralmente menos bem dotados em recursos naturais, entretanto, mais ricos em capital humano e físico que os

Gráfico 3.2: Pegada ecológica por país



Interpretação: As zonas escuras correspondem aos países cuja pegada ecológica tem o valor mais alto e cuja contribuição à não sustentabilidade mundial é mais forte. Os países para os quais nenhum número está disponível não estão representados.

Fonte: Global Footprint Network, dados para 2005

países em desenvolvimento, aparecem então, enganosamente, como sendo “sustentáveis”. É por esse motivo que certos autores argumentaram em favor da imputação do consumo dos recursos esgotáveis a seus consumidores finais, isto é, aos países importadores. Se a escassez relativa se refletisse totalmente nos preços pelos quais os recursos esgotáveis são vendidos nos mercados internacionais, não haveria nenhum razão para proceder a tais ajustes. Entretanto, quando os preços não são determinados em mercados concorrenciais, o país importador paga um preço menor do que deveria para suas importações; ele tem então uma parte de responsabilidade na não sustentabilidade mundial que não se reflete no valor monetário de suas importações. Um nível baixo demais de preços permite a esses países consumir ex-

Levantamento da situação

cessivamente e transferir o custo a longo prazo desse consumo excessivo aos países exportadores.

2.4.2. Pegadas

160. Diversas tentativas feitas para medir a sustentabilidade a partir da noção de “pegadas”, noção que parece muito diferente daquela de “riqueza no sentido amplo” se inspiram igualmente no procedimento geral que consiste em comparar fluxos de consumo presente e seus efeitos sobre certas dimensões do meio ambiente a um estoque existente. Nesse sentido, essas tentativas podem também ser consideradas como medidas da “riqueza” nas quais a ênfase é posta exclusivamente sobre o capital natural, e as convenções de valorização diferem daquelas adotadas para estimar a poupança líquida ajustada, pois não se recorre explicitamente a nenhum preço de mercado.

161. A pegada ecológica mede a parte da capacidade de regeneração da biosfera que é absorvida pelas atividades humanas (consumo), calculando a superfície da terra e da água biologicamente produtivas que é necessário para manter o ritmo de consumo atual de uma dada população. A pegada de um país (lado demanda) é, assim, a área total requerida para produzir a alimentação, as fibras e a madeira que ele consome, absorver os detritos que ele produz e fornecer o espaço necessário a suas infraestruturas (áreas construídas). Do lado oferta, a biocapacidade é a capacidade produtiva da biosfera e sua aptidão para fornecer um fluxo de recursos biológicos e de serviços úteis à humanidade.

162. Os resultados são bem conhecidos e, antes de tudo, chocantes: desde meados dos anos 80, a pegada ecológica da humanidade é superior à capacidade do planeta e, em 2003, a pegada total da humanidade ultrapassava em cerca de 25% a biocapacidade da Terra. Enquanto que cada ser humano dispõe de 1,8 hectare, os europeus utilizam 4,9 ha por pessoa e os norte-americanos duas vezes mais, isto é, muito mais que a biocapacidade real destas duas zonas geográficas (Gráfico 3.2).

163. Este índice tem em comum com as abordagens contábeis a ideia de trazer elementos heterogêneos a uma unidade de medida comum (o hectare mundial, isto é, um hectare cuja produtividade é igual à produtividade média de 11,2 bilhões de hectares bioprodutivos na Terra). Ele supõe que as diversas formas de capital natural são substituíveis e que se pode convertê-las em “hectares globais” para agregá-las; mas as hipóteses subjacentes se opõem àquelas que fundamentam a noção de sustentabilidade fraca. Na verdade, esse índice não desempenha qualquer papel na

3. Quantificar a sustentabilidade de forma consensual: Quais são os principais obstáculos?

poupança e no acúmulo do capital. Um superávit ecológico positivo (uma biocapacidade que excede a pegada ecológica) não determina nenhum crescimento do estoque de capital natural e, portanto, um melhoramento da futura capacidade produtiva. Com muito mais razão, economizar e acumular capital manufaturado ou humano não contribui de nenhuma forma para a sustentabilidade. Por outro lado, convém observar que o indicador não dá conta da ameaça que faz pesar sobre a sustentabilidade o esgotamento dos recursos não renováveis (por exemplo, o petróleo): as consequências para a sustentabilidade só são tratadas do ponto de vista da assimilação dos detritos (emissões de CO₂ envolvidas) e não de uma análise baseada na dinâmica de esgotamento.

164. Os resultados são igualmente problemáticos para medir a sustentabilidade de um país considerado isoladamente, em razão da forte viés anticomercial inerente à metodologia da pegada ecológica. O fato de que os países com forte densidade de população (fraca biocapacidade), tais como a Holanda, tenham déficits ecológicos, enquanto que os países com fraca densidade de população (biocapacidade elevada), como a Finlândia, se beneficiam de excedentes, pode ser considerado como pertencente a uma situação normal em que as trocas comerciais são mutuamente vantajosas, em vez de um indicativo de uma situação não sustentável. Além disso, a tendência atual é abandonar a comparação da pegada ecológica de um país com sua *própria* biocapacidade para propor preferentemente dividir todas as pegadas ecológicas dos países pela biocapacidade global. Fazendo isso, reconhece-se que as pegadas ecológicas não são tanto concebidas como medidas de sustentabilidade de um país, mas como medidas de sua contribuição a não sustentabilidade global.

165. No conjunto, isso significa que a pegada ecológica poderia na melhor das hipóteses constituir um indicador de não sustentabilidade instantânea *em nível mundial*. As pegadas ecológicas para os países deveriam servir de indicadores de desigualdades na exploração dos recursos naturais e de interdependências entre zonas geográficas. Além disso, mesmo o déficit ecológico mundial destacado pela pegada ecológica pode não veicular a mensagem que lhe é imputada. Efetivamente, é possível demonstrar que o desequilíbrio mundial é principalmente induzido pelas emissões de CO₂ expressas em hectares de florestas necessárias à estocagem. Por definição, a demanda mundial em terras cultivadas, em terrenos construídos e em pastagens não poderia exceder à biocapacidade mundial.

166. Desde então, pegadas menos exaustivas, entretanto, mais rigorosamente definidas, tais como a “pegada de carbono” pareceriam mais adequadas, na medida em

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

que se trata mais claramente de medidas físicas dos estoques que não se baseiam em hipóteses específicas referentes à produtividade ou a qualquer outro fator de equivalência. Do ponto de vista da comunicação, esse indicador permite igualmente passar adequadamente mensagens fortes em termos de utilização excessiva da capacidade de absorção do planeta. A pegada de carbono tem igualmente a característica interessante de ser calculável em qualquer nível de desagregação. Isso faz dela um instrumento eficaz de vigilância do comportamento dos agentes individuais.

3 – Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : Quais são os principais obstáculos?

167. Vamos resumir as principais mensagens até agora. A seção precedente expôs as numerosas tentativas feitas até agora para quantificar a sustentabilidade. Essa profusão de medidas constitui um sério inconveniente, na medida em que índices sintéticos diferentes transmitem mensagens amplamente divergentes. Isso gera uma grande confusão entre os estatísticos e os que tomam decisões públicas. Uma volta às questões fundamentais se torna obrigatória: O que se quer medir exatamente? Quais são os verdadeiros obstáculos que impedem de fazê-lo com a ajuda de um só indicador?

3.1 – O que se quer medir?

168. Desde o relatório Brundtland, a noção de desenvolvimento sustentável se ampliou até se tornar um conceito global que integra cada dimensão do bem-estar econômico, social e ambiental, presente e futuro. Tal ambição é justificada, mas ela abrange todas as áreas examinadas pelos três subgrupos da Comissão. O mandato de nosso subgrupo meio ambiente/sustentabilidade era mais restrito: ele se concentrava no componente “sustentável” do “desenvolvimento sustentável”. Essa questão de sustentabilidade pode ser formulada nos seguintes termos: supondo que tenhamos podido avaliar o nível atual de bem-estar, o problema é saber se o prosseguimento das tendências atuais possibilita ou não possibilita mantê-lo.

169. Parece sensato separar as duas noções do bem-estar atual e de sua sustentabilidade, pois essas duas questões são interessantes nelas mesmas. Isso fornece um primeiro fio diretor para fazer a triagem entre as múltiplas abordagens diferentes examinadas na primeira metade deste capítulo.

Os grandes painéis do desenvolvimento sustentável examinados na seção 2.1 misturam a medida do bem-estar atual e a medida de sua sustentabilidade. Isso não implica que os painéis não tenham nenhuma utilidade, bem ao contrário: nossa conclusão final será que uma concepção unidimensional da sustentabilidade

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

permanece seguramente fora de alcance. Mas queremos atingir um número limitado de indicadores – um “micropainel” que seja especificamente destinado à avaliação da sustentabilidade, com base numa compreensão clara dessa noção.

Os índices compostos levantam problemas análogos, com esta complicação suplementar que a ponderação dos diversos elementos que os compõem é arbitrária, o que tem consequências raramente explicitadas.

As medidas do **padrão de vida sustentável**, tais como o PIB Verde, são igualmente insuficientes para avaliar a sustentabilidade. A proximidade que tal indicador de sustentabilidade teria necessariamente com o PIB padrão poderia ser fonte de confusão. Se existem dois indicadores do PIB qual deles deveríamos utilizar e em que contexto? Que conclusão tiraríamos do fato de que o PIB Verde de um dado país representa x% ou y% de seu PIB definido em termos convencionais? Isso implica necessariamente que esse país esteja engajado em um caminho não sustentável?

170. De fato, o PIB Verde só se concentra num aspecto do problema, a saber, a medida do que pode ser consumido a cada ano sem empobrecimento ambiental. Isso não nos diz se estamos ou não num caminho sustentável. Se quisermos medir a sustentabilidade, o que necessitamos é de uma **comparação** entre essa noção de produção verdadeira e o consumo atual. Isso tudo parece mais o índice de sustentabilidade adequado a um conceito de investimento ou de desinvestimento líquido, e é precisamente o procedimento ilustrado pela noção de riqueza no sentido amplo ou da poupança líquida ajustada, mas que é também implicitamente acompanhada pelos indicadores de pegadas mais especificamente focadas na renovação ou no esgotamento dos ativos ambientais. A argumentação é a seguinte; a capacidade das gerações futuras de se beneficiarem com níveis de bem-estar pelo menos iguais aos nossos depende de nossa capacidade de legar a elas quantidades suficientes de todos os ativos importantes para o bem-estar. Se “W” é o índice de “riqueza no sentido amplo” utilizado para quantificar esse estoque de recursos, medir a sustentabilidade equivale a estudar se este estoque global ou certos de seus componentes evoluem positiva ou negativamente, isto é, a calcular sua ou suas taxas atuais de variação, dW ou dW_i . Se algumas dessas taxas forem negativas, isso significa que ajustes para baixo em matéria de consumo ou de bem-estar serão necessários, cedo ou tarde. É precisamente o que precisa ser entendido por “não sustentabilidade”.

171. A nossos olhos, tal formulação da questão da sustentabilidade está amplamente em condições de oferecer a linguagem comum necessária a debates construtivos

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

entre pessoas que adotam perspectivas diferentes. Para citar só um exemplo, ela responde perfeitamente a uma das objeções formuladas há muito tempo pelos ecologistas contra o PIB, a saber, o fato de que as catástrofes ecológicas podem aumentar o PIB pelo impacto que têm sobre a atividade econômica. Em uma abordagem de riqueza no sentido amplo, uma catástrofe ecológica é contabilizada como destruição de capital. Isso reflete o fato de que ela degrada a sustentabilidade reduzindo os recursos disponíveis para criar o bem-estar futuro. Esta consequência negativa pode ser evitada se medidas forem tomadas para reparar os danos, essas últimas sendo então contabilizadas como investimento positivo.

3.2 – Resumir a sustentabilidade por um só número: é realista?

172. Vimos que a ANS (*Adjusted Net Savings*, N.T.: poupança líquida ajustada) e as avaliações de pegadas levantam numerosas objeções e podem ser consideradas quando muito sucedâneos daquilo que deveriam ser verdadeiros índices de evolução da riqueza no sentido amplo ou de seus componentes. Voltar ao básico implica perguntar-se precisamente o que seria necessário para medir os índices dW acima mencionados de maneira satisfatória. Supondo primeiramente acertados os problemas de mensuração, precisamos ser mais precisos a respeito de várias noções: Qual é a grandeza pela qual se deseja avaliar a sustentabilidade? De que maneira os diversos ativos que serão legados às gerações futuras afetam esta medida do bem-estar? E como deveriam ser ponderados uns em relação aos outros?

173. É evidentemente esta última pergunta que é a mais problemática e tende a cristalizar as oposições entre os defensores dos indicadores monetários e aqueles dos indicadores físicos. Existe de fato uma perspectiva racional de poder avaliar tudo em unidades monetárias ou deveríamos admitir que isso só é possível até certo ponto?

174. Se todos os ativos fossem permutados em mercados perfeitos por agentes perfeitamente clarividentes e levando perfeitamente em conta o bem-estar das gerações futuras, poderíamos sustentar que seus preços atuais refletem os fluxos atualizados de suas contribuições posteriores ao bem-estar futuro. Mas numerosos ativos não são absolutamente permutados e, mesmo para aqueles que o são, é improvável que os preços atuais reflitam plenamente essa dimensão prospectiva, em razão das imperfeições de mercado, da miopia e das incertezas. Isso implica que uma verdadeira mensuração da sustentabilidade exige um índice dW em que os ativos sejam avaliados, não pelos preços de mercado, mas utilizando “preços contábeis” estimados que se baseiam em uma forma de modelagem física ou econômica objetiva das

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

incidências dos desgastes futuros causados no meio ambiente sobre o bem-estar, da mesma forma que ela necessita de uma avaliação exata da maneira pela qual os acréscimos atuais ao estoque de capital humano ou físico são capazes de melhorar ou de contribuir para manter o bem-estar no futuro.

175. A pesquisa recente esclareceu as condições de tal exercício. Uma delas é dispor de um conjunto completo de projeções econômicas e físicas da maneira pela qual as condições iniciais determinam a trajetória comum e futura das variáveis econômicas, sociais e ambientais. Outra é uma definição *a priori* da maneira pela qual essa trajetória se traduz em termos de bem-estar para todas as datas posteriores, isto é, o conhecimento da função de utilidade social, geralmente representada pela soma atualizada do bem-estar para todos os períodos futuros.

176. Equipados de tais instrumentos, deveria ser possível derivar índices de sustentabilidade dotados das propriedades desejáveis, a saber, uma capacidade para antecipar futuras baixas do bem-estar abaixo de seu nível atual. Certas simulações propostas no relatório técnico ilustram alguns aspectos dessa capacidade. Primeiramente, esse índice sintético de sustentabilidade é o mais adaptado para enviar advertências adequadas aos países que se encontrem em um caminho não sustentável em razão de uma taxa insuficiente de acúmulo ou de renovação de seu capital produzido, humano ou físico. E é, certamente, uma propriedade importante: mesmo que as questões ambientais tenham um peso considerável, não podemos ignorar essas outras dimensões da sustentabilidade.

177. Em segundo lugar, tal índice só é incompatível com a concepção “forte” da não sustentabilidade (isto é, os problemas decorrentes da depreciação de ativos ambientais que são indispensáveis ao bem-estar, e mesmo à sobrevivência do ser humano) se ele for construído atribuindo aos ativos naturais e artificiais preços constantes. Se estivéssemos em condições de derivar esse índice de um modelo físico-econômico que predissesse as interações futuras entre economia e meio ambiente de maneira confiável, esse índice nos enviaria as advertências corretas em matéria de não sustentabilidade, graças ao crescimento forte dos preços relativos contábeis ou “estimados” desses ativos naturais cruciais.

178. Mas o problema são esses « se ». Essa construção permanece puramente teórica. Ela nos indica quando muito a direção para a qual os que concebem índices poderiam se empenhar em se orientar. Ela pode igualmente servir de ferramenta para destacar os numerosos obstáculos que se opõem à elaboração de um índice sintético exaustivo e a necessidade de soluções de segunda categoria mais pragmáticas.

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

3.3 – As incertezas tecnológicas demandam uma abordagem mais híbrida

179. Medir a sustentabilidade por meio de um só índice dW só é possível sob duas hipóteses fortes : uma é que as evoluções eco ambientais futuras possam ser perfeitamente previstas, e a segunda, que se saiba perfeitamente de que maneira essas evoluções afetarão o bem-estar. Essas duas hipóteses não se enquadram visivelmente em nossa realidade. Os debates sobre as perspectivas eco ambientais são dominados por um alto grau de ignorância e incerteza quanto às interações futuras entre as duas esferas e por uma falta de consenso sobre a própria definição da função objetivo.

180. Desenvolvamos brevemente o primeiro ponto. O futuro é fundamentalmente incerto. Essa incerteza se reveste das formas diversas, algumas podendo ser objeto de cálculos de probabilidade, enquanto que muitas outras são bem mais radicais. Isso afeta não somente os parâmetros de todo e qualquer modelo que se possa tentar utilizar para projetar as interações eco ambientais, mas também a estrutura dos próprios modelos, a medida dos estoques atuais e mesmo a lista dos ativos naturais para os quais os estoques atuais e futuros devem ser levados em consideração. O essencial do debate referente à mudança ambiental no longo prazo reflete convicções diferentes sobre os cenários eco ambientais futuros. Não há nenhuma razão para que a medida da sustentabilidade escape dessas dificuldades.

181. Poderíamos ter em vista algumas soluções para este problema. Uma é fazer o que fazem os futuristas quando querem destacar a natureza incerta das tendências futuras, a saber, trabalhar por meio de cenários ou produzir intervalos de confiança. Podemos igualmente ter em vista submeter os índices a certas formas de “testes de resistência” (“stress tests”), isto é, recalculá-los sob diferentes hipóteses de choques externos sobre os valores dos ativos. Isso poderia implicar bruscas majorações do valor dos ativos ambientais, mas também baixas radicais do valor de alguns outros elementos – principalmente o capital produzido e o capital humano. Esses modos de apresentação poderiam ser estudados e finalmente adotados.

182. Mas isso tem o risco de ser ainda insuficiente ou difícil de ser apresentado comodamente. Questões como a mudança climática merecem uma atenção específica, que nos traz de volta à distinção habitual entre sustentabilidade fraca e forte. O argumento não é que os índices agregados sejam por natureza incapazes de dar conta de situações de não sustentabilidade forte. O problema é que só poderíamos fazê-lo adotando valorizações extremas dos ativos ambientais críticos e que não

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

estamos tão bem equipados assim para quantificar precisamente o que deveriam ser essas avaliações extremas. Em casos semelhantes, e, com muito mais razão, para elementos sobre os quais não dispomos mesmo de uma única estimativa grosseira de um valor monetário, uma contabilidade física separada é inevitável.

183. O problema consiste desde então a apresentar tal índice de uma maneira convincente. Os índices monetários apresentam a vantagem de utilizar unidades que falam a todo mundo. Além disso, eles podem ser postos em relação com outras quantidades monetárias: é o que fazemos quando calculamos taxas de poupança ampliadas, e as ordens de grandeza dessas taxas de poupança podem ser facilmente entendidas. Em contraposição, uma tonelagem de emissões de CO_2 não constitui uma cifra muito esclarecedora se não dispusermos de referência sobre o número de toneladas que podem ser emitidas a cada ano sem consequências graves para o clima. Outros indicadores físicos foram preconizados pelos especialistas do clima, principalmente a “força radioativa de CO_2 ” (N.T.: a diferença entre a energia radioativa recebida e a energia radioativa emitida por um dado sistema climático) de CO_2 , que mede o efeito do CO_2 sobre o desequilíbrio energético da Terra, ou ainda a medida da regressão do gelo permanente. Mas é difícil para não especialistas assimilar tais indicadores. É indispensável encontrar meios mais sugestivos de pôr esses números em destaque se quisermos que o indicador tenha impacto sobre o debate. Um dos sucessos maiores da pegada ecológica foi sua capacidade de formular as pressões sobre o meio ambiente em uma unidade facilmente compreensível. O índice pegada ecológica tem limitações que o tornam problemático para numerosos observadores. Entretanto, considerando o objetivo de limitação da mudança climática, a ideia geral de utilizar a noção de pegada como unidade genérica para as diversas formas de pressão exercidas pela humanidade sobre a capacidade de regeneração da Terra é uma opção. Uma métrica tal como esta última é utilizada, por exemplo, com o conceito mais focado de pegada carbono ou o conceito aparentado de “orçamento de CO_2 ”.

3.4 – A incerteza é igualmente normativa

184. Além do fato de levantar problemas tecnológicos, a medida da sustentabilidade por meio de um índice sintético único nos confrontaria com graves questões normativas. O problema é que podem existir tantos índices de sustentabilidade quantas definições normativas **daquilo que** desejamos manter. Na prática contábil nacional padrão, a questão normativa da definição de preferências é geralmente

Quantificar a sustentabilidade de forma consensual : quais são os principais obstáculos?

evitada tomando-se por hipótese que os preços observados revelam as verdadeiras preferências das pessoas. Nenhuma escolha normativa explícita deve, portanto, ser formulada pelo estatístico. Mas, no momento em que admitimos que não podemos confiar nos preços de mercado, é preciso calcular preços estimados cujos valores dependam fortemente de escolhas normativas.

185. Podemos resolver esse problema normativo? Poderíamos tentar resolvê-lo empiricamente tentando inferir a definição do bem-estar das observações atuais sobre o valor que as pessoas atribuem aos fatores ambientais em relação aos fatores econômicos, utilizando avaliações contingentes ou medidas diretas do impacto dos serviços ambientais sobre os índices do bem-estar subjetivo. Mas as avaliações contingentes e as medidas subjetivas estabelecidas hoje, em nosso contexto eco ambiental específico, poderiam ser utilizadas para prever as avaliações das gerações futuras em contextos eco ambientais que podem ter evoluído consideravelmente? Poderíamos argumentar que nossos descendentes poderão se tornar muito sensíveis à penúria relativa de certos bens ambientais aos quais não damos quase atenção hoje, porque ainda são relativamente abundantes, e que seria preciso, portanto, que atribuíssemos imediatamente um valor alto a esses bens, pela simples razão de que acreditamos que tal pode vir a ser o desejo de nossos descendentes.

186. Outra ilustração dessas questões normativas diz respeito à maneira pela qual os índices de sustentabilidade deveriam agregar preferências individuais. Isso depende da maneira pela qual as considerações em matéria de distribuição são consideradas em nossas medidas do bem-estar atual. Por exemplo, se consideramos que o indicador - chave do bem-estar atual deve ser a renda total disponível dos 80% menos favorecidos da população ou dos 50% menos favorecidos, e não a renda global disponível, os índices de sustentabilidade deveriam ser adaptados a essa função objetivo. Isso estaria perfeitamente de acordo com outro aspecto frequentemente negligenciado da definição da sustentabilidade que figura no relatório Brundtland, a saber, a atenção dada à distribuição dos recursos *no interior* das gerações, tanto quanto *entre* as gerações. Em um mundo onde as desigualdades no interior dos países tendem naturalmente a crescer, as mensagens relativas à sustentabilidade vão ser diferentes em função do objetivo que fixamos para nós mesmos. Uma atenção específica voltada às questões de distribuição poderia mesmo estimular a ampliar a lista dos bens de investimento que têm importância para a sustentabilidade: a “sustentabilidade” do bem-estar para x% dos menos favorecidos da população poderia implicar investimentos específicos em instituições que oferecessem ajuda eficaz para preservar essa população da pobreza. Em princípio, o quadro teórico da abordagem fundamentada na no-

ção de “riqueza no sentido amplo” nos indica como, idealmente, atribuir um valor a esse tipo de investimento “institucional”. Mas é desnecessário dizer que a perspectiva de poder fazê-lo concretamente está ainda mais longe que para outros ativos.

3.5 – Uma fonte suplementar de complexidade: a dimensão planetária

187. Raciocinar em um contexto planetário ou global levanta problemas suplementares para os indicadores de sustentabilidade. O credo dos promotores da ANS (N.T.: Adjusted Net Savings, poupança líquida ajustada) é que os problemas de sustentabilidade dizem respeito em geral, essencialmente aos países pobres exportadores de recursos naturais, mesmo se é nos países desenvolvidos que esses recursos são finalmente consumidos. O argumento é que se os mercados funcionam corretamente, a pressão exercida pelos países desenvolvidos sobre os recursos dos outros países se reflete já nos preços que eles pagam para importar esses recursos. Se, a despeito do custo de suas importações, os países desenvolvidos chegam mesmo assim a conservar uma ANS positiva, significa que eles investem suficientemente para compensar seu consumo de recursos naturais. Cabe, portanto, aos países exportadores reinvestir as receitas provenientes de suas exportações em quantidade suficiente se quiserem igualmente seguir um caminho sustentável.

188. Todavia, esse raciocínio só é válido na hipótese de mercados eficientes. Se os mercados não forem eficientes e se o recurso natural for subavaliado, os países importadores se beneficiam de um subsídio implícito, enquanto que os países exportadores são, em realidade, taxados. Isso quer dizer que a sustentabilidade real dos países desenvolvidos é superestimada, enquanto que aquela dos países em desenvolvimento é subestimada. E este problema se tornará tão mais crucial lá onde não existir nenhum mercado ou em presença de fortes efeitos externos.

189. Para ilustrar esse problema, imaginemos um contexto muito simples de dois países, os dois produzindo e consumindo com efeitos externos sobre o estoque de um recurso natural que constitui um bem público mundial livremente acessível. O país 2 utiliza uma tecnologia própria que não tem nenhum impacto sobre o recurso natural, enquanto que o país 1 utiliza uma tecnologia “suja”, que determina uma depreciação do recurso. Levemos um pouco mais longe a assimetria supondo que é unicamente o país 2 que é atingido pela degradação do bem ambiental. O país 1 é totalmente indiferente ao grau de degradação do bem ambiental, por exemplo, porque suas características geográficas o protegem inteiramente das consequências.

Conclusão

190. Em tal contexto, parece natural designar os países 1 e 2 como sendo, respectivamente, “o poluidor” e o “poluído”. Em semelhante contexto, há duas maneiras considerar a sustentabilidade. Uma consiste em calcular as mudanças em matéria de riqueza no sentido amplo para cada país utilizando preços contábeis próprios do país para o recurso natural. A ideia é que o bem ambiental é um ativo comum, mas valorizado diferentemente por cada um dos países, porque eles não atribuem a mesma importância à sua degradação. Nesse exemplo, o preço contábil para o poluidor será nulo, pois supusemos que as mudanças ambientais não tinham nenhum impacto sobre ele, o que implica que ele não atribui nenhum valor ao ativo ambiental. Em contraposição, o país poluído atribuirá um valor positivo ao ativo. A mensagem veiculada utilizando essa noção de riqueza no sentido amplo é que o poluidor se acha num caminho sustentável, o que não é o caso para o poluído.

191. Sob certo ponto de vista, não é errado afirmar que o poluidor não está confrontado com a perspectiva de uma baixa do bem-estar, contrariamente ao poluído. Mas sob outro ponto de vista, a mensagem transmitida é manifestamente enganosa. O poluído nada pode fazer para restabelecer sua sustentabilidade. Apenas uma mudança da tecnologia utilizada pelo poluidor poderia contribuir para restabelecer a sustentabilidade do país poluído. Temos necessidade de índices que transmitam tal mensagem. A popularidade dos índices em termos de pegadas decorre precisamente do fato de que, quaisquer que sejam suas outras limitações, eles são capazes de comunicar essas mensagens aos que tomam decisões e à opinião pública. É um argumento a mais em favor de uma abordagem eclética que conjugue os diversos pontos de vista. Uma abordagem focada nas sustentabilidades nacionais pode ser pertinente para certas dimensões da sustentabilidade, mas não para todas. O aquecimento global é um exemplo típico do último caso, considerando que as consequências potenciais da mudança climática são muito desigualmente distribuídas e sem correlação nenhuma com as emissões de CO₂ de cada país.

4 – Conclusão

192. Em resumo, o que aprendemos e a que conclusões podemos chegar? Essa viagem pelo mundo dos indicadores de sustentabilidade foi um pouco longa e não chegamos a evitar totalmente os pormenores técnicos. Uma grande variedade de indicadores já está disponível e analisamos as razões fundamentais para as quais uma avaliação exaustiva da sustentabilidade é difícil de ser estabelecida de modo consensual. Avaliar a sustentabilidade exige numerosas hipóteses e escolhas nor-

mativas, e esta tarefa é ainda complicada pela existência de interações entre os modelos socioeconômicos e ambientais adotados pelos diferentes países. Essa questão é verdadeiramente complexa, mais complexa que o problema já complicado de medir o bem-estar ou o desempenho atuais. Tentaremos, contudo, formular um conjunto limitado de recomendações, tão pragmáticas quanto possível.

Recomendação 1: A avaliação da sustentabilidade necessita de um painel bem definido e limitado.

193. A questão da sustentabilidade é complementar à do bem-estar atual ou do desempenho econômico e deve ser examinada separadamente. Esta recomendação de separar as duas questões pode parecer trivial. Entretanto, este ponto merece ser destacado, pois certas abordagens não adotam esse princípio, o que resulta em mensagens geradoras de confusão. Esta confusão atinge o ponto mais alto quando se tenta combinar essas duas dimensões em um só indicador. Esta crítica não se aplica somente aos índices compostos, mas também à noção do PIB Verde. Para utilizar uma analogia, quando dirigimos um carro, um contador que agregasse em um só valor a velocidade atual do veículo e o nível de combustível restante não seria de nenhuma ajuda ao motorista. Essas duas informações são essenciais e devem ser afixadas em partes diferentes, nitidamente visíveis, do painel.

Recomendação 2: O traço distintivo de todos os componentes desse painel deveria ser de poderem ser interpretados como variações dos “estoques” que entram na determinação do bem-estar humano.

194. Para medir a sustentabilidade, precisamos de indicadores que nos informem sobre as mudanças ocorridas nas quantidades dos diferentes fatores importantes para o bem-estar futuro. Expressar a questão da sustentabilidade nestes termos obriga a reconhecer que ela exige a preservação ou o aumento simultâneo de vários “estoques”: as quantidades e as qualidades não somente dos recursos naturais, mas também do capital humano, social e físico. Toda abordagem focada em somente uma parte desses elementos não oferece uma visão exaustiva da sustentabilidade.

195. Uma formulação nestes termos evita também muitos mal-entendidos a propósito das mensagens enviadas pelos indicadores da contabilidade nacional tradicional. Por exemplo, uma crítica frequente a respeito do PIB é que ele classifica as catástrofes ecológicas na categoria de benefícios para a economia, em razão da atividade econômica adicional gerada pelos consertos. A abordagem da sustenta-

Conclusão

bilidade fundamentada nos estoques evita manifestamente essa ambiguidade. As catástrofes serão registradas como uma forma de depreciação do capital natural ou físico. Todo aumento da atividade econômica resultante não teria valor positivo senão na medida em que contribuísse para restabelecer o nível inicial do estoque de capital.

Recomendação 3: Um índice monetário de sustentabilidade tem seu lugar em um tal painel, mas, no estado atual dos conhecimentos, deveria permanecer principalmente focado nos aspectos econômicos da sustentabilidade.

196. A abordagem da sustentabilidade pelos estoques pode, ela própria, se dividir em duas versões. Uma só se interessaria pelas variações de cada estoque tomado separadamente, tendo em vista fazer o necessário para impedi-lo de baixar ou, pelo menos, de mantê-lo acima de um limiar crítico, aquém do qual novas reduções seriam extremamente prejudiciais ao bem-estar futuro. A outra poderia tentar resumir todas as variações dos estoques em índices sintéticos.

197. Essa segunda via é a seguida pelas abordagens ditas « da riqueza no sentido amplo » ou da “poupança ajustada”, que têm em comum a ideia de converter todos esses ativos em um equivalente monetário. Examinamos o potencial de tal abordagem, mas também suas limitações. Em certas condições, ela possibilita antecipar numerosas formas de não sustentabilidade, mas essas condições são extremamente restritivas. A razão disso é que a agregação exigida por essa abordagem não pode basear-se em valores comerciais: não existem preços de mercado para um grande número de ativos importantes para o bem-estar futuro. E mesmo quando existem, nada garante que reflitam corretamente a importância desses diferentes ativos para o bem-estar futuro. Na falta dessas mensagens dos preços, devemos recorrer a estimativas, o que levanta ao mesmo tempo dificuldades normativas e de informação.

198. Tudo isso encoraja a se manter uma abordagem mais modesta, a saber, focar a agregação monetária em elementos para os quais existem técnicas de avaliação racionais, tais como o capital físico, o capital humano e os recursos naturais permutados nos mercados. Isso corresponde mais ou menos à parte dura da “poupança líquida ajustada” calculada pelo Banco Mundial e desenvolvida por vários autores. “Tornar mais intensamente verde” esse índice é, evidentemente, um objetivo pertinente e podemos mantê-lo na ordem do dia, mas sabemos que o tipo de aparelho analítico necessário a esse fim é complexo: modelos de projeção em grande escala representando as interações entre meio ambiente e economia, e incluindo um tra-

tamento adequado da incerteza existente quanto à natureza exata dessas interações e de eventuais irreversibilidades, recorrendo a cenários construídos com diferentes preços relativos para os componentes da “riqueza no sentido amplo”, da mesma forma que eventualmente a “testes de resistência” (“*stress tests*”). No aguardo, devemos essencialmente focar esse indicador naquilo que ele faz relativamente bem, a saber, avaliar o componente “econômico” da sustentabilidade, isto é, avaliar se os países consomem ou não uma parte excessiva de sua riqueza econômica.

Recomendação 4: Os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento em separado que se baseie em uma bateria de indicadores físicos selecionados com cuidado.

199. Em relação à sustentabilidade ambiental, as limitações das abordagens monetárias não implicam que esforços para valorizar em termos monetários os danos causados ao meio ambiente não sejam mais necessários: é bem sabido que opor-se totalmente a toda e qualquer forma de monetização resulta muitas vezes em políticas conduzidas como se os bens ambientais não tivessem nenhum valor. O problema é que estamos longe de ser capazes de construir valores monetários para bens ambientais que, no nível agregado, possam racionalmente ser comparados aos preços de mercado de outros ativos. Considerando nosso estado de ignorância, o princípio da precaução legitima um acompanhamento em separado desses bens ambientais.

200. Outra razão que justifica um tratamento distinto é que essas questões ambientais se referem muitas vezes a bens públicos mundiais, como no caso do clima. Em casos como esse, o problema com a abordagem-tipo da riqueza no sentido amplo é que ela se concentra essencialmente em sustentabilidades próprias a cada país. Com os bens públicos mundiais, o que está em jogo são mais as contribuições trazidas pelos diferentes países as não sustentabilidades mundiais.

201. A pegada ecológica poderia ter sido uma opção para esse tipo de acompanhamento. Em particular, contrariamente à poupança líquida ajustada, ela se concentra essencialmente sobre as contribuições para a não sustentabilidade global, comunicando a mensagem de que a principal responsabilidade cabe aos países desenvolvidos. Entretanto, o grupo constatou suas limitações, e, em particular o fato de que ela está longe de ser exclusivamente um indicador físico das pressões sobre o meio ambiente: ela se baseia em certas escolhas de agregação

Conclusão

que poderiam ser problemáticas. Na verdade, a maior parte das informações que ela transmite sobre as contribuições nacionais para a não sustentabilidade está contida em um indicador mais simples, a pegada de carbono, que é, portanto, um indicador bem melhor para monitorar as pressões humanas sobre o clima, entre os numerosos indicadores propostos pelos climatologistas, brevemente examinados no relatório técnico.

202. Para outros aspectos da sustentabilidade ambiental, tais como a qualidade do ar, a qualidade da água, a biodiversidade, etc., ainda é possível servir-se desses grandes painéis ecléticos. Para não mencionar senão alguns desses indicadores já integrados a esses painéis, podemos citar as emissões poluentes geradoras de *smog*

Quadro - Indicadores físicos e outros indicadores não monetários: Quais escolher?

A posição geral da Comissão foi evitar formular propostas “prontas para usar”, definitivas, sobre as diferentes questões que levantou. Todas as propostas são antes de tudo destinadas a estimular as mais amplas discussões. Isso se aplica ainda mais na área dos indicadores físicos da sustentabilidade em que a perícia dos especialistas provenientes de outras disciplinas é crucial e só foi indiretamente representada na composição da Comissão.

É, entretanto, possível formular certas sugestões com ligação com as conclusões de certos relatórios recentes na matéria.

Em 2008, um grupo de trabalho OCDE/UNECE/ Eurostat redigiu um relatório sobre a medida do desenvolvimento sustentável cujas mensagens apresentam vários pontos em comum com as nossas. Recomenda fortemente a abordagem da sustentabilidade fundamentada em estoques, como método pertinente para estruturar um micropainel dos indicadores de sustentabilidade que agrupam ao mesmo tempo as variáveis relativas aos estoques e aos fluxos. Sugere igualmente uma linha de demarcação entre os determinantes do bem-estar “econômico” (aqueles que se prestam mais diretamente a uma avaliação monetária) e os determinantes do bem-estar “fundamental”, entre os quais quatro pares de indicadores ambientais estoques / fluxos respectivamente destinados ao aquecimento global, a outras formas de poluição atmosférica, à qualidade da água e à biodiversidade. Os pormenores e posições desses indicadores no painel podem ser visualizados (em negrito) no painel a seguir.

plo, « tornado verde » tanto quanto possível com base nos conhecimentos atuais, mas cuja principal função seria, todavia, enviar mensagens de alerta referentes à não sustentabilidade “econômica”. Esta não sustentabilidade econômica poderia ser devida a uma fraca taxa de poupança ou a uma fraca taxa de investimentos na educação ou a um reinvestimento insuficiente dos rendimentos gerados pela extração de recursos fósseis (para os países fortemente tributários desta fonte de rendimentos).

Uma bateria de indicadores *físicos* selecionados com cuidado, focada em dimensões da sustentabilidade ambiental já significativas, ou capazes de se tornarem no futuro, e que permanecem difíceis de serem expressos em termos monetários.

204. Este cenário apresenta vários pontos de convergência com as conclusões tiradas por outros relatórios recentemente dedicados a este tema, tais como o recen-

te relatório OCDE/EUROTAST/UNECE sobre a medida da sustentabilidade, cujas conclusões foram publicadas em 2008, ou o relatório mais recente do Conselho Econômico, Social e Ambiental francês publicado em 2009. O primeiro, em particular, advoga fortemente em favor da abordagem da sustentabilidade pelos estoques e propõe um pequeno painel que separa nitidamente os ativos que podem racionalmente ser valorizados em termos monetários dos outros ativos para os quais medidas físicas distintas são necessárias. O segundo recomenda atenção aos limites da pegada ecológica e, quanto à mudança climática, defende o recurso à pegada de carbono. Esses pontos de convergência são tranquilizadores: indicam que, partindo da situação relativamente confusa descrita na seção nº 2, progredimos regularmente rumo a um quadro mais consensual para a análise das questões de sustentabilidade (ver Quadro)³.

³ Pode-se igualmente notar a existência de convergências com a reação da Agência Europeia do Meio Ambiente à primeira versão do resumo do relatório da Comissão.

Conclusão

Pequeno conjunto de indicadores do desenvolvimento sustentável propostos pelo grupo de trabalho UNECE/OCDE/Eurostat sobre a medida da sustentabilidade

Domínio do indicador	Indicador de estoque	Indicador de fluxo
Bem-estar fundamental	Expectativa de vida ajustada à saúde	Índice das mudanças na mortalidade e na morbidade por idade (parâmetro fictício)
	Porcentagem da população que cursou estudos pós-secundários	Taxas de frequência do ensino pós-secundário
	Diferenças de temperatura em relação à normal	Emissões de gases de efeito-estufa
	Concentrações de ozônio e de partículas finas no solo	Emissões poluentes geradoras de <i>smog</i>
	Disponibilidade da água ajustada à qualidade	Cargas dos lençóis d'água em elementos nutritivos
	Fragmentação dos habitats naturais	Conversão dos habitats naturais para outros usos
Bem-estar econômico	Haveres financeiros estrangeiros líquidos por habitante	Investimentos reais em ativos financeiros estrangeiros por habitante
	Capital produzido real por habitante	Investimento real líquido por habitante no capital produzido
	Capital humano real por habitante	Investimento real líquido por habitante no capital humano
	Capital natural real por habitante	Esgotamento real líquido do capital natural por habitante
	Reservas de recursos energéticos	Esgotamento dos recursos energéticos
	Reservas de recursos minerais	Esgotamento dos recursos minerais
	Estoques de recursos florestais	Esgotamento dos recursos florestais
	Estoques de recursos marítimos	Esgotamentos dos recursos marítimos

Fonte : UNECE/OCDE/Eurostat (2008)

Mais recentemente, o Conselho Econômico, Social e Ambiental Francês (CESE) tornou público um relatório cujo objetivo inicial era avaliar a pegada ecológica, mas que explorou mais amplamente as diferentes formas que se oferecem para quantificar a sustentabilidade. Ele veicula as mesmas mensagens que o relatório atual sobre as limitações deste índice pegada ecológica, assim como o fato de que um de seus subcomponentes, a pegada de carbono, dá conta mais direta e cuidadosamente da maior parte das informações pertinentes. Por consequência, defende fortemente esse índice. Em relação às emissões mundiais de GES indicadas no painel OCDE/UNECE/Eurostat apresentado acima, a pegada de carbono apresenta a vantagem de ser expressa nesta unidade “pegada”, que é intuitivamente muito atraente e fez o sucesso da pegada ecológica. Por outro lado, este relatório do CESE sugeriu dar ênfase a outros indicadores físicos que já constam dos grandes painéis internacionais, tais como aquele elaborado pela estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável. Alguns já se encontram citados no painel OCDE/UNECE/Eurostat.

No que diz respeito à mudança climática, pode-se ter em vista alguns outros indicadores. Uma observação direta da temperatura média constitui uma possibilidade, mas que não é a melhor adaptada, pois tem a tendência a estar em atraso em relação aos principais componentes da mudança climática e porque podem sempre existir divergências sobre as causas da elevação da temperatura e, daí, sobre seu caráter permanente ou transitório. Por consequência, os climatologistas preferem recorrer a um conceito termodinâmico, a “força radioativa de CO₂”, que mede o desequilíbrio energético da Terra provocado pela ação do CO₂ enquanto gás de efeito-estufa.

A título de substituição, é possível empregar diretamente uma noção de orçamento residual de CO₂; segundo os climatologistas, se desejamos limitar em 25% a probabilidade de que a temperatura média do globo ultrapasse de 2° Celsius os níveis pré-industriais, este teto de 2°C sendo amplamente admitido pelos especialistas de clima como o “pon-

to de oscilação”, abrindo caminho a efeitos de retorno irreprimíveis (metano liberado pelo derretimento do permafrost, CO₂ e metano provenientes da degradação das florestas tropicais, todas as espécies de gás de efeito-estufa rejeitadas pelos oceanos saturados em razão do aquecimento, etc.), convém não ultrapassar o limiar de 0,75 bilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera.

Desse orçamento total de 0,75, as emissões até 2008 já consumiram cerca de 0,5. De onde a importância de monitorar este orçamento residual de CO₂. A atração desse indicador é de estar em forte coerência com a abordagem da sustentabilidade fundamentada nos estoques. Ele pode igualmente ser reformulado nos termos muito expressivos de contagem regressiva, a saber, o prazo restante até o esgotamento desse estoque, tomando por hipótese que as emissões conservarão sua tendência atual. Este tipo de representação é frequentemente utilizado para outras formas de recursos esgotáveis.

Outros indicadores indiretos do aquecimento global são o ritmo de regressão do gelo permanente ou o pH oceânico. A regressão do gelo permanente apresenta a vantagem de ser um indicador avançado e de estar diretamente ligado aos efeitos manifestos. O pH oceânico aumenta com a quantidade de CO₂ naturalmente despejada nos oceanos. Uma consequência desse aumento é a baixa da quantidade do phytoplankton, que é ele próprio uma fonte de carbono tão importante quanto as florestas. Pode-se, portanto, afirmar que a fonte física (água do mar que dissolve o CO₂ atmosférico) destrói a fonte biológica. É por isso que o pH oceânico parece ser um bom indicador da mudança climática assinalando um dos efeitos de retorno mais perversos.

Entre os critérios que permitem escolher entre todos os indicadores, dois se revestem de uma importância particular. Um é sua faculdade de apropriação pelo público, o outro é a possibilidade de enunciá-los em escala nacional, e mesmo infranacional: sob esse aspecto, a pegada de carbono apresenta muitas vantagens.

No que diz respeito à biodiversidade, a questão é atualmente examinada pelo grupo TEEB (“a economia do meio ambiente e a diversidade biológica”) agindo por iniciativa da União Europeia. Ela foi igualmente tratada recentemente por um relatório do *Conselho de Análise Estratégica* francês, com a intenção de levar o mais longe possível à monetização dessa dimensão. A razão desta pesquisa de equivalente monetário é essencialmente que isso poderia favorecer a integração dessa dimensão nas escolhas de investimento: numerosas decisões públicas, tais como a construção de uma nova autoestrada, implicam uma perda virtual de biodiversidade devido à fragmentação dos habitats naturais. Mas o relatório fornece também um exame muito pormenorizado e técnico das medidas físicas existentes da biodiversidade, ao qual o leitor se reportará para maiores informações.

Finalmente, afastando-se das preocupações ambientais, mas sempre no plano “não monetário”, um ponto importante é a questão do capital social e dos “ativos institucionais” que transmitimos às gerações futuras. Notamos que o painel UNECE/OCDE/Eurostat apresentado acima não propôs indicador desse tipo, não porque a questão não seja pertinente, mas, sobretudo em razão de uma falta de consenso sobre a maneira de medi-lo. O subgrupo 3 não estava em condições de explorar esta questão mais adiante, mas esforços nesse sentido permanecem, sem nenhuma dúvida, necessários.

205. Uma questão subsidiária versa sobre um manual do usuário para tal painel. Seria preciso indicar bem claramente que nenhum conjunto limitado de números poderia pretender predizer com certeza o caráter sustentável ou não sustentável de um sistema extremamente complexo. O objetivo é de preferência dispor de uma bateria de indicadores que lance um “alerta” sobre situações que apresentem um forte risco de não sustentabilidade. O que quer que façamos, entretanto, os painéis e os índices não são senão um elemento. A maior parte dos esforços despendidos para avaliar a sustentabilidade se concentram no aumento de nossos conhecimentos sobre a maneira pela qual a economia e o meio ambiente interagem hoje e são capazes de fazê-lo no futuro.

I I. Análise dos Sistemas de Mensuração e Propostas

Capítulo 1: Questões Clássicas Relativas ao PIB



1. Introdução

1. O produto interno bruto ou PIB constitui o instrumento de medida da atividade econômica mais amplamente utilizado. Seu cálculo é regido por normas internacionais, e todo um trabalho de reflexão se concentrou em definir suas bases estatísticas e conceituais. Todavia, o PIB mede essencialmente a produção *comercial* (os produtos que são permutados através de transações comerciais ou produzidos graças a insumos adquiridos no mercado), e se presta, portanto, mais à medida das economias sob o ângulo global da oferta do que à dos padrões de vida. Ainda que os níveis do PIB estejam correlacionados aos padrões de vida por numerosos indicadores, esta correlação não é universal e tende a se enfraquecer no que diz respeito a certos setores da economia em particular. Por exemplo, o renda real das famílias, mensuração da renda mais estreitamente ligada aos padrões de vida, evoluiu muito diferentemente em relação ao crescimento do PIB em certo número de países da OCDE. Destacar o PIB como critério único expõe ao risco de resultar em indicações enganosas quanto ao nível de riqueza da população e determinar decisões inadequadas. O objetivo do presente capítulo é ir além do PIB em nossa busca de melhores ferramentas de medida dos padrões de vida. Fazendo isso estamos em busca de indicadores que permaneçam em um quadro contábil nacional ampliado.

Na busca de tais indicadores, seremos confrontados a uma tensão entre o rigor conceitual de certas medidas e a facilidade com a qual estas últimas podem ser utilizadas e comunicadas aos usuários desses dados. Por exemplo, considerações conceituais podem nos levar a medidas globais da renda que levem em consideração os serviços que os lares “prestam a eles próprios”, tais como os cuidados dispensados às crianças, a cozinha ou os serviços de educação prestados pelos pais a seus filhos. Entretanto, tais variáveis são dificilmente quantificáveis e obrigam os estatísticos a se entregarem a estimativas mais ou menos confiáveis. Emitindo hipóteses de maneira exagerada corre-se o risco de minar a utilidade de um índice, porém ignorar esses elementos pode igualmente comprometer sua pertinência.

Tratamos esta tensão entre ambição conceitual e mensurabilidade de diferentes maneiras. Em um primeiro tempo, o capítulo progride segundo uma ambição crescente, partindo de mensurações baseadas em limites de mercado relativamente estreitos para chegar a indicadores de padrões de vida mais amplos. Mesmo nos limites estreitos de mercado, certas medidas se revelam mais pertinentes que o PIB para chegar a avaliar o nível de riqueza dos habitantes. Assinalaremos igualmente melhoramentos que podem ser levados às mensurações por pesquisas complementares e estudos empíricos que permitem reduzir ao máximo os compromissos mencionados anteriormente.

2. Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

Em um segundo tempo, seguiremos um procedimento pragmático. A abordagem mais simples consiste em acrescentar aos indicadores existentes indicadores adicionais complementares que abrangem dimensões do bem-estar que foram negligenciadas, sem necessariamente tentar reagrupar rigorosamente todas essas dimensões em um só e único índice de padrão de vida. Por exemplo, a avaliação monetária da atividade não comercial dos lares comporta muita incerteza. Mas pode-se ganhar utilmente em compreensão analisando dados (relativamente confiáveis) sobre como as pessoas empregam seu tempo. Tais dados sobre o emprego do tempo podem mostrar como as tarefas domésticas se modificam no decorrer do tempo, como diferem de um país para outro e como o emprego do tempo das mulheres difere daquele dos homens. Indicadores mais globais, não monetários, da qualidade de vida, completam o quadro e são tratados em outra parte do presente relatório.

5. Em um terceiro tempo, certas questões transversais serão tratadas em diferentes lugares do texto. Em particular, a questão da distribuição da renda (e da riqueza) pertinente tanto em uma perspectiva focada na a renda comercial quanto do ponto de vista de uma abordagem mais global.

6. Uma precisão de ordem terminológica: o presente capítulo se concentra em padrões de vida materiais, fundamentados em medidas da renda, do consumo ou da riqueza, que se exprimem habitualmente em termos monetários. É preferível considerá-los como um dos determinantes do bem-estar geral das pessoas ou de suas “capacidades humanas”.¹

2 – Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

2.1. *Papel dos preços de mercado*

7. As transações comerciais constituem o ponto de partida para medir o desempenho econômico. O mérito fundamental das transações comerciais é que fornecem preços “objetivos” que servem para avaliar quantidades de bens e de serviços, permitindo somar “maçãs” e “peras”. As políticas macroeconômicas e orçamentárias implicam o acompanhamento das transações comerciais. Na verdade, os agregados atuais têm por origem a vontade de conhecer a evolução da produção comercial, após o desenvolvimento da economia keynesiana.²

¹ Estas últimas estão introduzidas, por exemplo, nos trabalhos de Krueger *et al.* (2008) e por Sen (1985).

² Keynes (1940) começou a calcular a renda nacional utilizando os trabalhos precedentes de Colin Clarke, com o objetivo de analisar os efeitos das despesas de guerra e da inflação. Meade e Stone (1941) apresentam uma versão mais completa da renda, das despesas, das contas de poupança e de aplicação.

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

8. Quando os mercados são concorrenciais e na falta de externalidades, os preços relativos dos bens e serviços refletem os valores relativos que os indivíduos conferem a esses produtos básicos. Portanto, em princípio, medir os produtos por seus preços consiste em medi-los com o valor que representam para cada indivíduo da sociedade. Além disso, a teoria econômica (Weizman, 1976) nos explica que, em um mundo no qual todas as transações se efetuam em mercados concorrenciais e onde o bem-estar econômico depende unicamente do consumo de bens comercializados, as evoluções do produto interno líquido (PIL, a saber, o PIB ajustado levando em consideração a perda de valor) representam um bom indicador das mudanças que ocorrem no bem-estar econômico: isso vale pois a “riqueza” de um indivíduo ou de um país pode ser considerada como o valor presente atualizado do consumo. Nessas condições, o PIL funciona na verdade como um pagamento de juros (um “retorno”) sobre essa riqueza. Isso estabelece, a despeito de condições restritivas, um vínculo direto entre PIL e bem-estar econômico. Isso constitui igualmente o quadro básico para considerações sobre a sustentabilidade.

9. Na prática, para certos bens e serviços, os preços podem não existir e, mesmo se existirem, podem diferir da avaliação subjacente feita pela sociedade. Em particular, na presença de externalidades, o PIB e medidas baseadas no mercado, não dão conta do bem-estar. Os danos ambientais causados pelas atividades de produção ou de consumo, não refletidos pelos preços de mercado, oferecem um exemplo bem conhecido externalidade negativa.

10. Se pode ser bastante fácil raciocinar em termos de «preços» e de «quantidades», é algo bem diferente definir e medir estes últimos na prática. Os estatísticos observam duas variáveis: o valor das transações (isto é, o produto dos preços e das quantidades) e os preços para diferentes tipos de produtos, que são utilizados para elaborar índices de preços. Em numerosos casos, esses índices de preços são utilizados para “corrigir” os valores e obter uma medida do “volume” ou da “quantidade”. Todavia, elaborar índices de preços só é possível se os produtos cujos preços são observados não mudam no tempo, senão, não haveria comparação de igual para igual. Ora, passando o tempo, um bom número de produtos muda, ou porque desaparecem totalmente ou porque características novas lhes são acrescentadas. Em outros termos, há *mudança qualitativa* e esta última pode ser muito rápida em áreas tais como as tecnologias da informação e da comunicação. Existem também produtos cuja qualidade é complexa, multidimensional e difícil de medir, como os serviços médicos, os serviços ligados ao ensino, as atividades de pesquisa ou os serviços financeiros.

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

11. Levar em conta de maneira apropriada a mudança qualitativa representa para os estatísticos um desafio formidável e, entretanto, este aspecto é essencial para a mensuração da renda real e do consumo real, dados que constituem elementos-chave do bem-estar da população. Subestimar os melhoramentos qualitativos equivale a superestimar a taxa de inflação, portanto, a subestimar a renda real. Por exemplo, um relatório dedicado à medida da inflação nos Estados Unidos (o relatório da Comissão Boskin) estimou que a consideração insuficiente dos melhoramentos qualitativos trazidos aos bens e serviços tinha resultado em superestimar a inflação de 0,6% ao ano. Desde então, o U.S. Bureau of Labor Statistics (a Agência Americana de Estatísticas do Trabalho), responsável pelo índice de preços ao consumidor, definiu uma série de medidas visando a atacar os problemas levantados pela Comissão Boskin. Um estudo mais recente realizado pelo *Panel on Conceptual, Measurement, and other Statistical Issues in Developing Cost-of-Living Indexes* (Schultze e Mackie, 2002) dedica um lugar significativo ao problema da mudança de qualidade e dos novos produtos nos índices de preços ao consumidor dos Estados Unidos.

12. Na Europa, o debate é inverso, em particular após a introdução do euro: medidas oficiais da inflação (Itália, França, Bélgica, Alemanha, entre outros) tem sido objeto de críticas por terem subestimado a inflação, esboçando assim um quadro idílico demais da situação da renda real dos habitantes. Captar a mudança qualitativa dos preços e dos volumes é uma questão recorrente (cf. a discussão sobre os serviços dispensados pelos poderes públicos no ponto 2.1) que não encontrou solução metodológica.³

13. Uma questão mais sutil emerge no que diz respeito ao poder de mercado do produtor. Quando a discriminação pelos preços efetuada por empresas em posição forte num mercado aumenta, os lucros dessas empresas disparam. O que as estatísticas econômicas tradicionais não medem, é a perda de superávit do consumidor com a qual as famílias são confrontadas. A influência da concorrência imperfeita sobre a capacidade do PIB em medir os padrões de vida reais dos consumidores é difícil de determinar e não pode ser avaliada senão no âmbito de um equilíbrio geral em que são considerados, tanto as mudanças de volumes, quanto os efeitos de substituição pelos consumidores. Os lucros gerados por práticas abusivas, por exemplo, aquelas que exploram a ignorância dos consumidores, colocam problemas conceituais similares. A perda em bem-estar sofrida pelo consumidor ultrapassa

³ Para um resumo competente das técnicas de ajuste qualitativo, ver Triplett (2006).

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

muito provavelmente os ganhos / lucros das empresas; enquanto esses últimos são levados em consideração em nossa medida do PIB, a primeira não é.

14. A proporção de bens e serviços que é levada em consideração com as externalidades pode mudar com o tempo e diferir de um país para outro. Por essas razões, os sinais constituídos pelos preços devem ser interpretados com prudência. Sob vários aspectos, eles nem sempre oferecem um meio útil de agregar as quantidades: um bom exemplo é a utilização dos preços de mercado para calcular os indicadores de sustentabilidade e falaremos mais sobre este assunto adiante, em outro capítulo do presente relatório.

2.2. Papel das imputações

15. Embora os preços de mercado e as transações observadas no mercado constituam a espinha dorsal da atividade econômica, o PIB não para neles, e o *Sistema de Contas Nacionais* compreende uma série de rubricas sobre a renda, as despesas e a produção, que não refletem as transações no mercado. Essas transações não comerciais se fundamentam geralmente em imputações, pelo fato de que a omissão delas daria uma imagem deformada da atividade econômica e falsearia as comparações entre países e no tempo. Algumas dessas imputações aproximam o PIB e as mensurações de renda de uma avaliação pertinente dos padrões de vida.

16. As imputações, todavia, têm um preço. Elas permitem atribuir um valor à produção, ao rendimento ou ao consumo, mesmo se não houver transação econômica, ou pelo menos se esta última não estiver explícita. A imputação de valores⁴ é principalmente motivada pela preocupação com a coerência da medida. Algumas dessas imputações (tais como os aluguéis imputados, cf. abaixo) já foram incorporadas ao PIB. Outras não, como por exemplo, a depreciação do capital produtivo, cuja imputação leva à consideração da perda de valor do capital utilizado na produção e é exigida para passar do PIB ao PIL. Algumas transações imputadas são realizadas no interior da esfera de mercado, mas são implícitas e numeradas implicitamente, tais como os serviços de intermediação financeira (SIFIM, cf. abaixo). Outras transações são explícitas, e a imputação consiste em atribuí-las a outro setor da economia (consumo individual de bens e serviços fornecidos pelo Estado, cf. abaixo). Excluir essas imputações seria aceitar uma imagem muito incompleta da atividade econômica.⁵

⁴ Note-se que as contas nacionais se baseiam também em certo número de estimativas estatísticas. Por exemplo, as enquetes das empresas raramente são completas, e estimativas devem ser operadas para unidades não abrangidas pela amostra. Ou estimativas tem que ser realizadas para levar em conta a falta de resposta de unidades estudadas. Nestes casos, ocorrem transações econômicas. As estimativas estatísticas só servem para estimar corretamente o valor dessas últimas.

⁵ Em função do contexto institucional, as estimativas tendem a ser objeto de um debate mais ou menos intenso. O assunto é, por

17. As imputações têm como outra consequência contribuir para preservar o “princípio da invariância” para as contas nacionais. Isso possibilita que o valor dos principais agregados contábeis não dependa das disposições institucionais em vigor em um país. Exemplificando, se serviços médicos semelhantes forem oferecidos em um caso pelo setor público e em outro, pelo setor privado, as medidas da produção global não devem ser afetadas pela passagem de um a outro desses quadros institucionais. O princípio da invariância aumenta de maneira comparável ao longo do tempo e entre países.

18. No atual sistema de contas nacionais, as imputações mais importantes são as seguintes:

Consumo individual de bens e serviços prestados pelo Estado: quando são fornecidos gratuitamente, esses bens e serviços (essencialmente serviços de saúde e educação) não fazem parte das despesas de consumo das famílias pelo fato que não são pagos diretamente por esses últimos. Certamente, as famílias pagam esses serviços sob a forma de impostos ou de contribuições sociais, e as avaliações da renda disponível refletem esses pagamentos. Mas, se esses pagamentos fossem deduzidos da renda das famílias, seria lógico acrescentar igualmente o valor dos bens e serviços prestados ao rendimento e ao consumo das famílias. Esse ajuste não está incluído nas medidas convencionais da renda e das despesas das famílias, mas ele está incluído (por meio de imputações) nas avaliações “ajustadas” recomendadas pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) (cf. ponto 2.7).

Produção pessoal de bens e serviços pelos lares: o valor de todos os bens produzidos pelas famílias para seu próprio consumo é estimado nas contas nacionais. Nos países ricos, isso tende a representar uma parte reduzida da produção e da renda, enquanto que essa parte é maior nos países em desenvolvimento. Os bens por conta própria compreendem, por exemplo, os produtos agrícolas de uso pessoal. Os serviços por conta própria são excluídos, com uma exceção importante, a saber, os serviços de moradia “produzidos” pelos proprietários-ocupantes (a saber, os aluguéis imputados). Outras atividades econômicas (tarefas domésticas, cozinha, cuidado dos filhos, etc.) são simplesmente omitidas da definição do SCN; elas serão tratadas mais adiante no presente relatório, na parte sobre as avaliações da produção das famílias.

exemplo, importante na Europa, onde os dados da contabilidade nacional são utilizados para fins administrativos, por exemplo, para determinar as contribuições financeiras dos países ao orçamento da União Europeia ou para alocar os fluxos de ajuda regional. Todas essas operações requerem cifras comparáveis e confiáveis. Certos peritos defendem que conviria limitar a utilização de estimativas neste contexto a fim de otimizar a confiabilidade. Outros sustentam a ideia de utilizar estimativas para reduzir o impacto das diferenças institucionais sobre a comparabilidade dos resultados.

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM): apenas uma parte dos serviços fornecidos pelas instituições financeiras é numerada de maneira explícita, por exemplo, por despesas de gestão dos depósitos. Outros serviços, tais como os serviços sobre a liquidez ou os serviços de contabilidade de que um cliente se beneficia por ocasião da abertura de uma conta corrente, não são muitas vezes faturados diretamente. O pagamento se realiza indiretamente, através do pagamento aos depositantes de um juro que é inferior às taxas de juros do mercado, de maneira que a margem de juros representa o preço implícito do serviço prestado. Isso afeta as comparações de um país com outro, considerando que aquilo que pode ser calculado implicitamente em um país pode sê-lo explicitamente em outro. A tarifação pode igualmente evoluir no decorrer do tempo e em um mesmo país. Por isso, ao realizar uma imputação para esses serviços calculados implicitamente, o valor geral dos serviços financeiros não está sujeito às modulações do sistema de tarifação nem às diferenças de tarifação entre os países. Há, todavia, uma dificuldade prática para distribuir o montante global do SIFIM nos diferentes setores da economia, principalmente as famílias e as empresas.

Consumo de serviços de seguro contra danos: os prêmios de seguro pagos pelas famílias e empresas compreendem um pagamento a um “consórcio de seguradoras” encarregado de estatuir sobre os reembolsos e o pagamento do serviço que a companhia de seguros presta ao gerir os prêmios de seguro e os reembolsos (*por exemplo*, aconselhando os clientes na escolha de sua apólice de seguros). Basicamente, a contabilidade nacional separa os dois elementos, supondo que o valor do serviço de seguro corresponde ao que resta, uma vez os reembolsos deduzidos dos prêmios. Esse serviço de seguros (estimado) é considerado no SCN como um consumo das famílias. Sua avaliação apresenta numerosas dificuldades.

19. As imputações podem ser mais ou menos importantes em função do país e do agregado de contabilidade nacional considerado. A tabela abaixo mostra que as principais imputações se elevam a cerca de 1/3 da renda disponível ajustada das famílias em dois países europeus (na França e na Finlândia) e que elas mal ultrapassam 20% nos Estados Unidos. Na falta de imputações, os padrões de vida dos lares franceses e finlandeses seriam, portanto, subestimados em relação aos Estados Unidos. O Gráfico 1.1 fornece uma imagem mais pormenorizada para

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

a França e relaciona, simultaneamente, dados referentes às imputações à renda e ao consumo. Constatou-se que cerca de 20% do montante final das despesas de consumo para a França podem ser atribuídos aos dois tipos de imputações descritos acima.⁶

Tabela 1.1. Principais componentes imputados e não imputados da renda disponível^a ajustada das famílias

	France		USA		Finland	
	1985	2007	1985	2007	1985	2006
Imputed rents	6.9%	10.1%	8.8%	10.1%	9.2%	12.2%
Financial services including FISIM	3.3%	1.5%	2.9%	4.3%	1.9%	2.3%
Social transfers in kind	17.3%	19.0%	7.9%	8.3%	19.5%	22.3%
Total imputations	27.4%	30.6%	19.6%	22.8%	30.6%	36.8%
Other disposable income (not imputed)	72.6%	69.4%	80.4%	77.2%	69.4%	63.2%
Total adjusted disposable income	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

a. Apenas os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos (SIFIM) são imputados. Os dados disponíveis na OCDE não permitem distinguir entre o SIFIM e outros serviços financeiros. [Legenda:]

Aluguéis estimados

Serviços financeiros, inclusive os SIFIM

Transferências sociais em espécie

Estimativas totais

Outra renda disponível (não imputada)

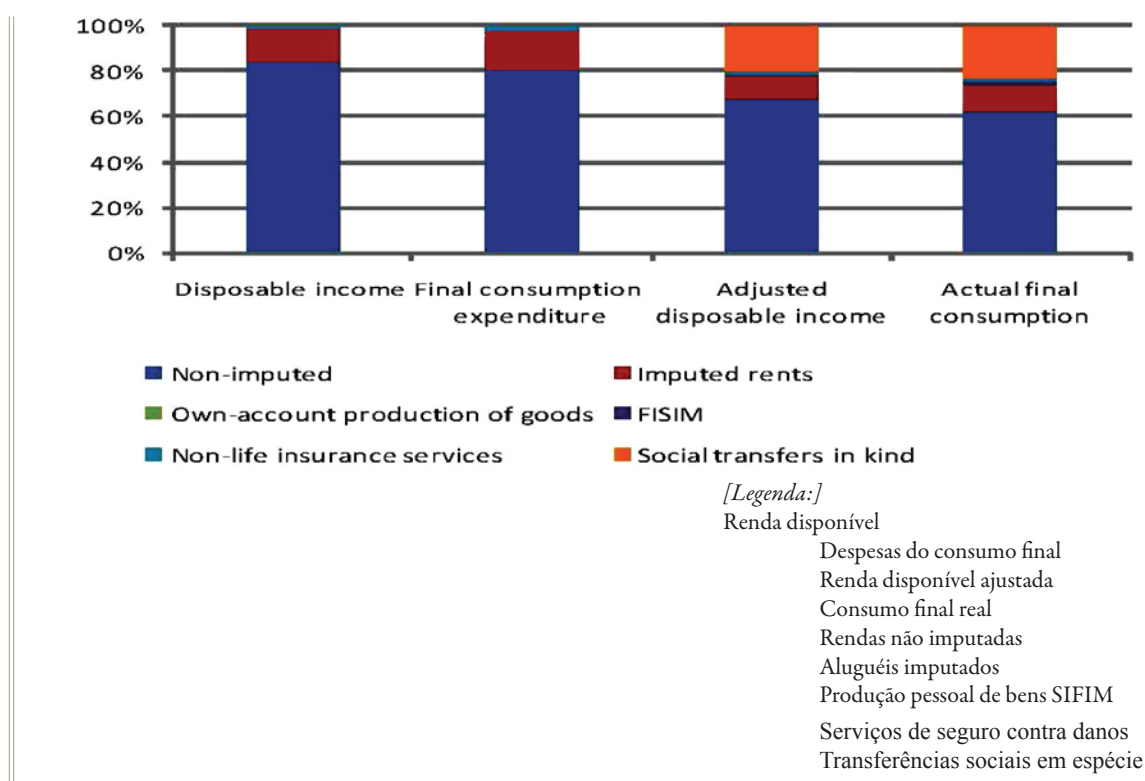
Renda disponível ajustada total

Fonte: Contas nacionais anuais dos países da OCDE

⁶ Uma certa incerteza está associada aos valores imputados, pela sua própria natureza. Isso reflete em parte as diferenças de métodos utilizados para obter as imputações, por exemplo, para os aluguéis de proprietários-ocupantes. Ver Diewert et Nakamura (2009) para um debate recente sobre o tema.

Elementos de contexto: PIB, preços e padrões de vida

Gráfico 1.1. Imputações para a renda das famílias e o consumo na França, 2007



20. As imputações, todavia, têm um preço. Por um lado, a exatidão dos dados: os valores imputados são, em geral, menos confiáveis que os valores observados, pelo fato de que requerem muitas vezes hipóteses sobre as transações implícitas. Por outro lado, as imputações incidem sobre a inteligibilidade das contabilidades nacionais. Essas imputações não são todas fáceis de serem compreendidas. Por exemplo, pode-se não reconhecer o valor dos serviços de moradia dos proprietários-ocupantes enquanto renda, e pode resultar disso uma disparidade entre a evolução da renda percebida e a da renda medida. Esse problema torna-se mais difícil ainda se ampliarmos a extensão das atividades econômicas para incluir outros serviços não comerciais. As imputações das tarefas domésticas que serão tratadas mais abaixo correspondem a cerca de 30% do PIB tal como é medido habitualmente, a que se acrescentam ainda cerca de 80% se avaliarmos igualmente os lazeres. Não é desejável que dados que se apoiem em hipóteses tenham uma incidência tão importante sobre agregados de conjunto.

21. A utilidade de incluir certas imputações nas estatísticas sobre a renda e o consumo pode depender do país considerado. Deaton (2005) estuda os principais elementos de renda que são imputados nas contas nacionais, mas estão ausentes nos estudos sobre as famílias: os aluguéis imputados para a moradia dos proprietários-ocupantes e os serviços de intermediação financeira indiretamente medidos. Na Índia, o valor dos SIFIM subiu de perto de zero em 1983/84 para 2,5% do consumo em 1993/94, ou seja, um quarto de ponto percentual por ano da diferença de taxa de crescimento anual entre os dados da contabilidade nacional e os dados de enquetes sobre o consumo. Deaton coloca a questão da pertinência desses serviços de intermediação financeira para os padrões de vida, do ponto de vista das pessoas pobres. Pelo fato de que o rendimento ou o consumo médio tal como mensurado pelas contas nacionais tende a aumentar mais rapidamente do que as avaliações extraídas das enquetes sobre as famílias, há um risco de que as avaliações dos SCN esbocem um quadro idílico demais da renda e do consumo das pessoas pobres, se essas últimas se beneficiam de maneira desproporcionada dos produtos contabilizados pelas imputações.⁷ Seria bem possível, portanto, que os procedimentos estatísticos nos países pobres “subestimem a taxa de redução global da pobreza e superestimem o crescimento no mundo.” (Deaton, 2005).

22. Nos países desenvolvidos, o quadro pode ser diferente. Na França, por exemplo, a parte dos SIFIM na renda disponível total é reduzida (entre 1 e 2%) e quase não se modificou desde os anos 1960. Em contraposição, a parte dos aluguéis imputados oscila entre 5 e 10% da renda disponível desde 1960. Isso reflete as flutuações do preço dos aluguéis mais do que revela uma tendência marcada. Igualmente, a parte das transferências sociais em espécie na renda disponível ajustada não parou de progredir na França.

23. Nenhum meio permite resolver facilmente este dilema entre exaustividade e inteligibilidade, se não for pondo os dois tipos de informação à disposição dos usuários e mantendo uma distinção entre contas essenciais e contas satélites. É possível que as contas relativas às tarefas domésticas, por exemplo (cf. abaixo), não sejam idealmente colocadas no núcleo do sistema nacional de contas, mas que convenha desenvolvê-las sob a forma de contas satélites que oferecem uma avaliação global da produção das famílias.

⁷ Inúmeros fatores explicam o crescimento mais lento da renda e do consumo das famílias que foram objeto de enquetes. Um dentre eles é que as famílias mais ricas são menos passíveis de participar de enquetes. Um segundo fator é que as mensurações da renda e do consumo das famílias realizadas pelas contas nacionais contêm certos elementos importantes e em aumento rápido que não são consumidos pelas pessoas desprovidas de recursos e que não estão incluídas nas enquetes. É, portanto, possível que o consumo das pessoas desprovidas de recursos aumente menos rapidamente que o consumo nacional sem que nenhum agravamento das desigualdades medidas ocorra.

3. Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

3 – Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

3.1. *Levar em consideração a depreciação e o esgotamento dos recursos*

24. O PIB representa o valor bruto *dos bens e serviços produzidos no interior de um país no decorrer de um ano (ou de um trimestre)*. As medidas brutas não levam em consideração a depreciação dos bens capitais. Mas, quando uma grande parte da produção deve ser posta de lado a fim de garantir a renovação das máquinas e outros bens de equipamento, as possibilidades de consumo da sociedade são menores do que se tivéssemos podido constituir provisões menos altas. Assim, a consideração da perda de valor deve dar lugar a um ajuste imediato do PIB a fim de obter uma estimativa do *produto interno líquido* (PIL). Desta forma, as *medidas líquidas* deveriam ser *preferência em relação às medidas brutas* da atividade econômica quando o objetivo é acompanhar a evolução dos padrões de vida.

25. Os economistas privilegiaram o PIB em relação ao PIL em parte pelo fato da dificuldade em avaliar essa perda de valor. A depreciação econômica real se define como a evolução do valor dos bens de equipamento considerando seu desgaste⁸ e a redução de sua vida útil restante. Mas a maior parte das empresas (e frequentemente, os contadores nacionais) utilizam regras simples: tendo um carro uma vida útil de 10 anos em média, sua depreciação anual será estimada em 1/10 de seu valor. Quando a estrutura da produção permanece a mesma, PIB e PIL evoluem em relação estreita. Nessas condições, embora saibamos que o PIB superestima a produção líquida, uma mudança de alguns pontos do PIB fornece uma boa estimativa da evolução do PIL. Entretanto, no decorrer dos últimos anos, a estrutura da produção mudou. Os bens que dizem respeito às tecnologias da informação (TI) tiveram uma importância aumentada e representam uma parte maior dos bens de equipamento. Os computadores e os softwares têm uma vida útil menor que os produtos siderúrgicos. Por esse fato, a diferença entre o PIB e o PIL pode ser levada a aumentar e, por consequência, o PIL em volume pode crescer menos rapidamente que o PIB. Para exemplificar, o PIB real aumentou cerca de 6,1% ao ano nos Estados Unidos, entre 1995 e 2007. O valor do consumo de capital fixo (o termo utilizado pelos contadores nacionais para designar a depreciação) aumentou em 6,9% no mesmo período. Resulta daí que o PIL real

⁸ O desgaste pode estar ligado aos avanços tecnológicos ou simplesmente à evolução do fator preço. Quando os salários aumentam, as máquinas que requerem importantes insumos em mão de obra se tornam menos válidas. O desgaste tecnológico é manifestamente de importância central para numerosos investimentos de alta tecnologia que representam uma parte sempre crescente do PIB.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

aumentou mais lentamente (6,0%) que o PIB. Essas diferenças são limitadas no nível da economia em seu conjunto, mas podem se revelar mais importantes para certas indústrias em particular.⁹

26. Um fator mais preocupante para certos países é que as medidas usuais do PIL não levam em consideração a degradação da qualidade do meio ambiente natural. O sistema de contabilidade nacional integra a possibilidade da criação e o desaparecimento de ativos econômicos naturais da mesma forma que a mudança na qualidade desses ativos devido à atividade econômica. Assim, a degradação das terras, dos recursos em água e de outros bens naturais em razão da atividade econômica é, em teoria, registrada, da mesma forma que o esgotamento dos recursos do subsolo, na medida em que esses bens naturais são considerados como ativos econômicos (isto é, os direitos de propriedade podem ser exercidos). Os recursos ambientais que não são homologados como “ativos” econômicos (tais como o ar ou a biodiversidade) são, portanto, excluídos da medida da degradação.¹⁰

27. Mesmo para os recursos naturais que *são* reconhecidos como ativos econômicos, as medidas do esgotamento que são levadas em consideração são raramente disponíveis na prática estatística e, quando existem, essas entradas não aparecem como um encargo para a renda: elas são antes consideradas como uma redução da quantidade dos ativos possuídos, como se tratássemos a perda de um imóvel em razão de um terremoto, uma perda em capital e não uma redução de renda. Sob um ponto de vista contábil, duas soluções podem estar à vista. Conforme a primeira, o esgotamento dos recursos naturais poderia ser levado em consideração excluindo do valor da produção de setores como as minas ou a extração da madeira, o valor dos recursos naturais retirados previamente. A produção se comporia, então, unicamente de atividades de extração ou de extração da madeira, de onde uma baixa correspondente do PIB. Outra possibilidade consistiria em levar em

⁹ Expressamos a comparação entre produto líquido e bruto em termos nominais porque não é evidente, à primeira vista, interpretar a mudança de depreciação de um *volume* ou de uma quantidade ou um *produto* líquido. Uma mudança de volume do PIB pode ser bem facilmente definida como uma mudança de volume de todos os bens e serviços produzidos na economia em um dado período contábil. A depreciação é um encargo em relação à renda e reflete uma perda de valor dos bens de equipamento utilizados na produção, que podem se expressar em unidades equivalentes de novos bens de equipamento, mas isso só é uma possibilidade. Sob o ponto de vista dos padrões de vida materiais, é preferível raciocinar em termos de rendimento nacional líquido real: o montante dos recursos gerados durante o período é expresso em equivalentes de (consumo) de bens e de serviços. Há diferentes modos de expressar o rendimento real: os equivalentes de produtos de consumo são mais frequentemente utilizados para a renda das famílias, enquanto que os equivalentes de demanda nacional são tipicamente utilizados como a “unidade” na qual se expressa a renda real da economia em seu conjunto.

¹⁰ Os recursos ambientais não são somente os ativos não comerciais desempenhando um papel importante na definição do bem-estar da sociedade. A saúde, o capital humano e o saber são outros bens que são, pelos menos, parcialmente não comerciais. (Ver a discussão abaixo).

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

consideração o esgotamento do recurso nas medidas da depreciação. Neste caso, o PIB permaneceria inalterado, mas o PIL seria menos alto. A dificuldade reside aqui na confiabilidade da avaliação monetária dos recursos naturais que leva em conta mudanças ocorridas na qualidade do meio ambiente.

28. Uma questão conexa é saber como tratar os *acréscimos* aos estoques de recursos naturais. Em princípio, o cálculo deveria ser simétrico: da mesma forma que os recursos naturais diminuem pela extração, deveriam aumentar pelos acréscimos. Para os recursos biológicos, esse acréscimo se realiza pelo crescimento natural. Para os recursos minerais e energéticos do subsolo, o *estoque* conhecido pode aumentar em razão da exploração e da avaliação dos recursos minerais. Alguns sustentam que o estoque de jazidas não é renovável em escala humana. O fato de saber se e em que medida esses acréscimos aos estoques deveriam ser reconhecidos como um acréscimo ao rendimento é matéria para controvérsia.

29. Nenhuma das questões levantadas pelo reconhecimento do esgotamento dos recursos e da degradação do meio ambiente nas contas nacionais são novas, e inúmeros trabalhos foram iniciados sobre essas questões em níveis nacional e internacional, como mostram principalmente o *International Handbook on Integrated Environmental and Economic Accounting* (SEEA, 2003), assim como os trabalhos em andamento do “Grupo de Londres”, associação de estatísticos que estudam as questões de meio ambiente e de economia. Existem problemas conceituais (tais como aqueles aos quais aludimos no parágrafo precedente), numerosos problemas de mensuração (principalmente no que diz respeito à degradação do meio ambiente) e, ocasionalmente, também problemas políticos. O fato de levar em consideração o esgotamento dos recursos sugeriria, por exemplo, conceder menos importância a setores tais como as minas ou a extração da madeira e, em certos casos, houve pressões contra o estabelecimento de contas mais exaustivas que refletiriam o esgotamento dos recursos e os efeitos prejudiciais para o meio ambiente. A aplicação harmonizada no plano internacional de tais medidas levanta outros problemas.¹¹

30. Quando a utilização dos recursos naturais não é reconhecida como custo de produção, é mais difícil estimular a uma utilização ótima desses recursos. Se os serviços fornecidos pelos ativos naturais são constatados, a produtividade dos re-

¹¹ O Comitê de Especialistas das Nações Unidas sobre a contabilidade ambiental e econômica (UNCEEA) supervisiona os trabalhos nesta área, com o objetivo de fazer do SEEA um manual de estatística clássico.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

ursos, isto é, a eficiência com a qual os recursos naturais são utilizados, pode ser acompanhada de perto e colocada no mesmo plano que medidas de produtividade do trabalho ou de produtividade do capital (produto). O trabalho progrediu nesta área¹², mas resta muito a ser feito antes que medidas comparáveis de eficiência dos recursos estejam disponíveis em um grande número de países.

3.2. Renda interna e nacional

31. Ainda que tenhamos nos referido ao *produto* líquido, é mais pertinente (do ponto de vista do bem-estar econômico) referir-se à renda líquida. « Produto » remete a correspondente “oferta” da economia, enquanto que « renda » se refere ao objetivo último da produção, a saber, a utilização para o consumo e o aumento dos padrões de vida. Na sequência, raciocinaremos, portanto, em termos de « renda » em vez de « produto ». Quando se trata da renda real por oposição a seu valor monetário, a questão de saber como ajustar os valores nominais se apresenta. Enquanto que o « produto » designa geralmente a quantidade ou o volume de mercadorias e de serviços produzidos, a renda real exprime a quantidade de produtos que podem ser comprados com uma dada quantia da renda nominal. Antes de passar à medida da renda real, serão debatidos ajustes complementares que podem ser levados ao cálculo da renda líquida (nominal ou monetária).

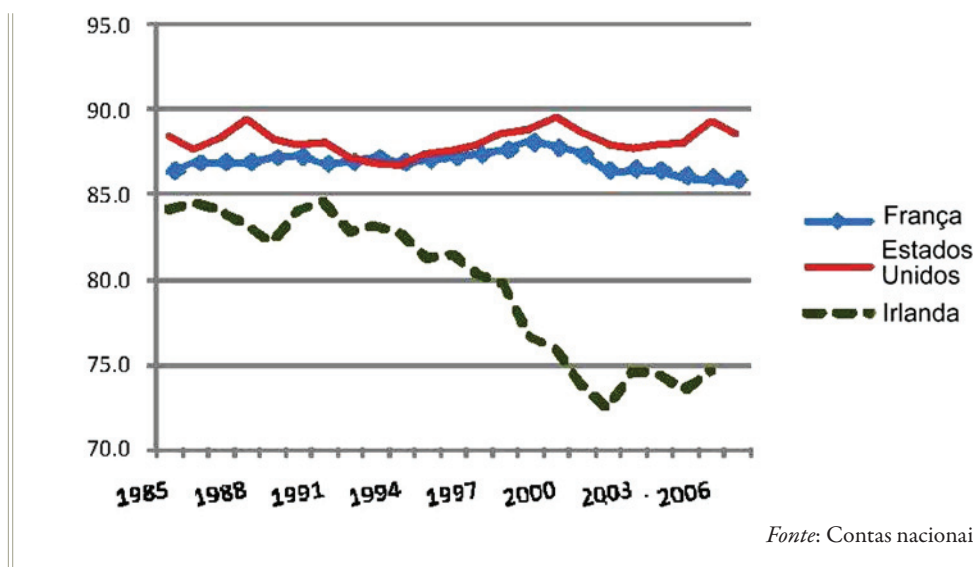
32. A globalização pode levar a grandes disparidades entre as mensurações da renda de um país e de sua produção. As primeiras estão mais relacionadas com os padrões de vida das pessoas uma vez que uma parte da renda gerada pelas atividades dos estrangeiros residentes no país é enviada para o exterior, enquanto que certos estrangeiros residentes no país recebem renda do exterior. Por este motivo, em nossa pesquisa de uma mensuração dos padrões de vida, uma medida mais pertinente que o PIB e o PII é a renda nacional disponível líquida (cf. Quadro 1.1). Esta medida leva em conta o pagamento e o recebimento de rendas ao exterior ou do exterior¹³. Trata-se igualmente de um agregado que já se encontra nos sistemas de contabilidade nacional.

¹² Por exemplo, recentemente os países da OCDE assinaram uma resolução nesta área; ver www.oecd.org/environment/resource_efficiency

¹³ Para o tratamento dos fluxos internacionais nas contas nacionais, ver o Quadro 1.2.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

Gráfico 1.2. Renda nacional disponível líquida em porcentagem do produto interno bruto



Fonte: Contas nacionais anual da OCDE.

33. O fato de que a produção se desloca das indústrias manufatureiras rumo aos serviços contribuiu para aumentar a diferença que separa o PIB do RNDL (Renda Nacional Disponível Líquida) em certos países. Isso influi na avaliação da riqueza da população. Consideremos, por exemplo, um país onde a parte da produção das empresas estrangeiras aumentaria regularmente: os lucros gerados por essas empresas são incluídos no PIB, mas não aumentam o poder de compra dos habitantes do país. Ora, sob o ponto de vista dos habitantes de um país pobre em desenvolvimento, não é tanto a alta do PIB que importa, mas a melhora do padrão de vida dos habitantes. É, em particular, o caso dos países que dependem fortemente de sua produção de minérios ou petrolífera, das quais eles retiram uma pequena porcentagem, enquanto que a maior parte dos lucros é recebida pela multinacional que explora os recursos em questão. Mesmo entre os países relativamente ricos da OCDE, a diferença que separa o PIB do RNDL pode ser significativa, como se vê no Gráfico 1.2 no caso da Irlanda. Neste caso, a parte decrescente do RNDL no PIB reflete os importantes investimentos estrangeiros diretos e os lucros consideráveis que são transferidos para fora da Irlanda. A renda irlandesa, portanto, aumentou menos do que o crescimento do PIB levava a pensar.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

34. As mudanças de padrão de vida são determinadas pelas evoluções tanto da renda nominal quanto dos preços dos produtos que podem ser adquiridos com uma dada quantia de dinheiro. Um determinante-chave da renda nominal é o preço relativo dos produtos estrangeiros, a saber, a taxa de câmbio pela qual as exportações podem ser permutadas por importações provenientes do resto do mundo (termos de troca). Quando o preço das exportações de um país aumenta mais rapidamente que o preço de suas importações, os habitantes do país em questão enriquecem e vice-versa. Esses ganhos ou perdas nos termos de troca podem ser importantes para pequenas economias abertas, em particular quando as exportações ou as importações se agrupam em torno de certos grupos de produtos. São particularmente importantes para os pequenos países que exportam petróleo ou outros recursos minerais, mas importam uma grande parte dos produtos de consumo.

Quadro 1.1. Renda nacional e renda nacional disponível: dois conceitos diferentes

Ainda que renda nacional (RN) e renda nacional disponível (RND) se refiram ambos à renda da economia em seu conjunto, o RND constitui um agregado mais global que o RN. O RN leva em conta as transferências internacionais ligadas à remuneração dos empregados, os impostos sobre a produção e as importações, os subsídios sobre os produtos e a produção, e as rendas da propriedade (pagamento de juros, dividendos, rendimentos da propriedade distribuídos aos titulares de apólices de seguro, aluguéis). O RN é o ponto de partida para o cálculo do RND: ao RN são acrescentadas as transferências internacionais referentes aos impostos em vigor sobre o rendimento e a fortuna, as contribuições sociais, as prestações sociais em espécie e outras transferências correntes provenientes do resto do mundo ou destinadas a ele (por exemplo, os prêmios de seguro contra danos, as indenizações de seguro contra danos, a cooperação internacional em andamento ou as transferências correntes entre os lares).

A diferença entre o RN e o RND reflete, portanto, um elemento de distribuição de renda entre setores. Isso se ilustra mais facilmente aplicando-se o conceito a uma família. A renda (primária) de uma família se compõe dos salários e das rendas da propriedade, como os dividendos recebidos. Mas as famílias têm impostos e contribuições sociais a pagar e podem receber prestações sociais e transferências de fundos. Levantar em consideração essas operações nos leva a medir a renda disponível. No nível da economia em seu conjunto, os impostos, os pagamentos de quotizações da seguridade social, etc., em vigor no país, se anulam; mas não é o caso para as transferências correntes provenientes de outros países ou com destino a eles, de maneira que a diferença entre eles marca a diferença entre o RN e o RND. Assim, o RND mede mais exatamente a riqueza da população.

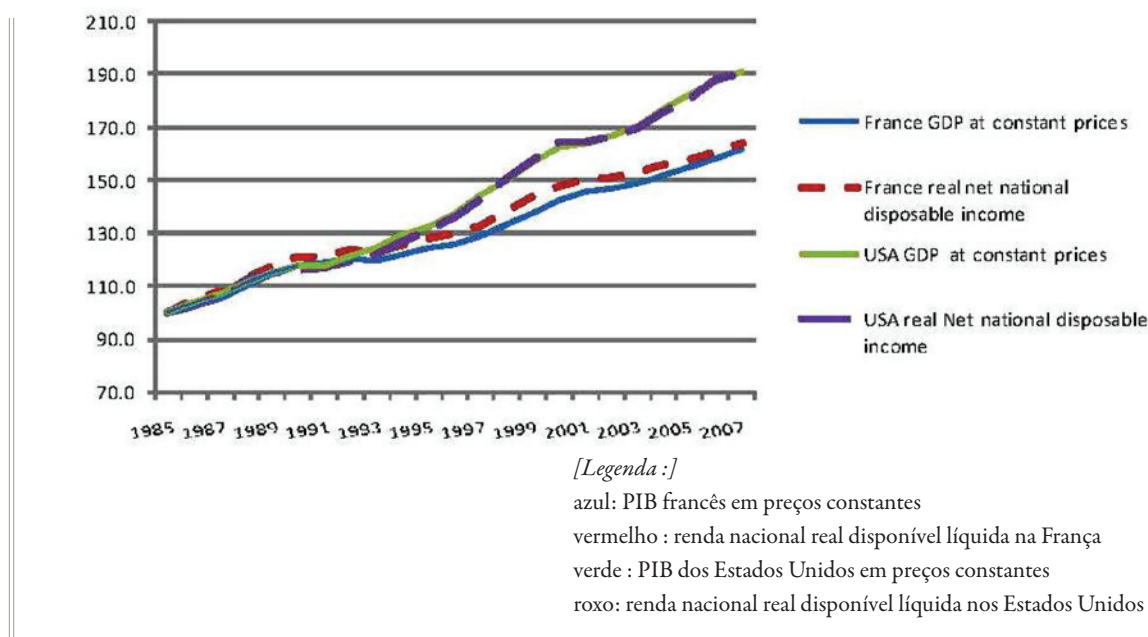
O RN e o RND podem ambos ser calculados brutos ou sem depreciação. Como já mencionado, aos fins que são os nossos, as medidas líquidas são preferíveis às medidas brutas sob um ponto de vista conceitual.

35. A consideração dessas evoluções em preços relativos, assim como das transferências internacionais reais e da depreciação real, permite obter um indicador da renda nacional líquida real para o conjunto da economia em questão. Os montantes abaixo mostram que há uma ligeira diferença entre o montante constante do PIB e a renda real disponível líquida para certos países, os Estados Unidos e a França podendo ser citados como exemplo. Todavia, o exemplo da Noruega sugere que as mudanças internacionais dos preços podem abrir um fosso significativo

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

entre o PIB e a renda real.¹⁴ ¹⁵A economia e a renda real da Noruega se aproveitaram enormemente da alta dos preços do petróleo até 2008, permitindo aos noruegueses comprar mais produtos importados pela mesma quantidade de petróleo exportado. Isso se traduziu por um aumento mais rápido da renda real disponível líquida em relação ao do PIB em preços constantes. O efeito em termos de medida é manifesto, porque a renda nacional disponível líquida se obtém aplicando um índice de preços para a demanda nacional final (consumo e investimentos finais), da qual uma parte é importada. Deve-se, todavia, observar que o cálculo “líquido” que sustenta a mensuração da renda norueguesa não reflete o esgotamento dos recursos do subsolo norueguês.

Gráfico 1.3. PIB e renda disponível nos Estados Unidos e na França

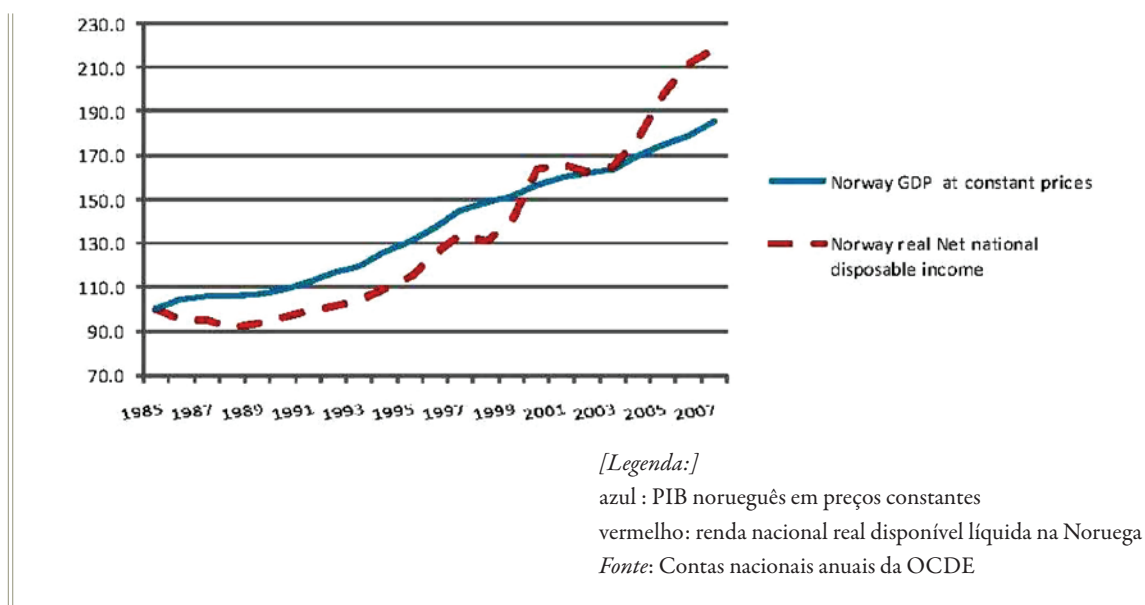


¹⁴ Os efeitos dos termos de troca podem ser integrados nas comparações da renda real de forma mais sistemática que quando se utiliza o PIB. A metodologia para essas mensurações foi elaborada por Diewert and Morrison (1986), Kohli (1991) et Diewert *et al.*; (2005), com uma primeira aplicação do método de decomposição na Austrália em Diewert e Lawrence (2006). Para um tratamento global da medida dos termos de troca, cf. FMI *et al.* (2009).

¹⁵ Para cada país, o deflator da demanda nacional líquida (a saber, o consumo final + a formação líquida de capital) foi utilizado para calcular a renda real.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

Gráfico 1.4. PIB e renda disponível na Noruega



36. Da mesma forma que a renda real e o PIB, em volume, podem ser comparados no tempo para um país em particular, podem ser igualmente comparados de um país para outro, em um momento dado. Feenstra et al. (2009) descrevem a metodologia subjacente dessas comparações espaciais. Os autores demonstram os efeitos importantes sobre os termos de troca para vários países, dentre os quais a Irlanda, o México e a Suíça. Trataremos das comparações da renda real entre países e no tempo quando abordarmos as mensurações dos padrões de vida dos lares privados na seção 4, a seguir.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

Quadro 1.2. Tratamento contábil nacional dos fluxos de capitais internacionais

A globalização determina não somente um aumento das importações e exportações de bens e serviços, mas também de fluxos de capitais internacionais. As entradas e saídas de capitais estrangeiros são transações financeiras que não afetam nelas mesmas o PIB. O impacto sobre o PIB só é indireto, por exemplo, através das despesas de investimento que os fluxos financeiros internacionais possibilitam financiar. Ocorre o mesmo com as saídas de capitais estrangeiros de um país: elas só incidem sobre o PIB no sentido em que certas despesas de investimento no interior do país podem ser adiadas ou canceladas.

Todavia, quando os investimentos financeiros estrangeiros são importantes, a renda nacional pode evoluir de maneira diferente do produto nacional, como é, por exemplo, o caso da Irlanda desde o início dos anos 1990. É reservado um tratamento especial aos fluxos de renda ligados aos investimentos diretos estrangeiros (IDE). Eles representam investimentos de longo prazo por natureza, contrariamente aos “investimentos em carteira”, de mais curto prazo. Um exemplo permite explicitar melhor o tratamento dos IDE. Tomemos o exemplo de uma empresa com sua sede em um país A (empresa A) e que abre uma filial em um país B (empresa B). O método de cálculo será o seguinte:

- Por ocasião da criação da filial, o fluxo de liquidez da empresa A é registrado como compra por A das ações ou participações no capital emitidas por B. Esta compra constitui uma transação financeira. Os fundos recebidos por B podem ser utilizados para financiar uma linha de produção ou um prédio. Apenas essas transações são registradas como formação de capital fixo e aumentam os investimentos e o PIB do país B. Suponhamos agora que a empresa B realize lucros e que repatrie uma parte deles para a empresa A. Os lucros repatriados são um rendimento de propriedade para a empresa A e aumentam, portanto, a renda nacional do país A. Na verdade, e por convenção, a contabilidade nacional contabiliza *todos* os lucros de B enquanto rendimentos da propriedade (e, portanto, como rendimento nacional) para o país A. O fluxo imputado – os lucros que não são repatriados – é registrado sob a rubrica “receitas reinvestidas em investimentos diretos estrangeiros” nas contas nacionais. Qual é a consequência geral desse tratamento? O PIB dos países A e B não são afetados, todos os lucros gerados pela filial fazem simplesmente parte do PIB do país B. Todavia, a renda nacional do país A aumentará em um total igual aos lucros totais, e a renda nacional do país B diminuirá do mesmo montante. Este efeito é independente da proporção na qual os lucros foram efetivamente repatriados ou reinvestidos.
- Mas a história não para aí. Outro fluxo, de um montante equivalente aos “lucros reinvestidos”, entrou como transação *financeira* entre os dois países. Os lucros reinvestidos são tratados como se o país A tivesse comprado mais participações no capital no país B. Isso é como dizer que os investimentos da empresa B são sempre financiados pela emissão de novas ações ou por um aumento da participação no capital em vez de autofinanciados.
- Suponhamos agora que a empresa B se contente em acumular os lucros em vez de utilizá-los para adquirir bens de equipamento. Após ter passado vários anos em uma conta bancária em um país B, os lucros acumulados são reenviados à empresa matriz A. Não há nenhum efeito sobre o PIB, o RNB ou o RNDB de um nem do outro dos países. A transferência dos lucros acumulados é registrada como venda de quotas ou de participações no capital e uma transferência de divisas, isto é, como uma transação financeira. Da mesma maneira, se a empresa A decidir vender suas participações na empresa B, a única consequência direta será sobre as contas financeiras dos países A e B.

O tratamento dos benefícios reinvestidos é um exemplo da maneira pela qual as estimativas contribuem para reduzir a ligação entre as medidas da renda e arranjos institucionais específicos ou decisões contábeis das empresas.

3.3 Serviços em geral e serviços dispensados pelos poderes públicos em particular

37. Em nossas economias contemporâneas, os serviços representam até dois terços da produção e do emprego em sua totalidade. Ao mesmo tempo, é mais difícil medir os preços e os volumes de serviços que os das mercadorias. Os serviços de venda no varejo constituem um caso típico. Em princípio, numerosos aspectos deveriam ser levados em consideração para mensurar os serviços oferecidos: o volume dos bens vendidos, mas também a qualidade do serviço (acessibilidade da loja, nível geral das prestações de serviço oferecidas pelo pessoal, escolha e apresentação dos produtos e assim por diante). A definição mesma desses serviços

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

é difícil, com muito mais razão, a mensuração deles. Regra geral, os serviços de estatística se servem dos dados sobre o volume das vendas como indicadores do volume dos serviços comerciais. Mas esse método deixa de lado a maior parte das mudanças qualitativas ocorridas nos serviços comerciais oferecidos. O que é verdade para o comércio varejista vale igualmente para muitas outras atividades de serviço, inclusive serviços muitas vezes dispensados pelos poderes públicos, como a saúde ou o ensino. Será importante levar melhor em conta o volume e a qualidade dos serviços nas economias modernas.

38. Os serviços dispensados pelos poderes públicos apresentam um interesse particular. Os poderes públicos oferecem, grosso modo, dois tipos de serviços: serviços de natureza “coletiva”, como a segurança, e serviços de natureza “individual” como as prestações de serviços de saúde ou o ensino. Isso não significa que os poderes públicos sejam os únicos a oferecer esses serviços e, na verdade, as partes respectivas do setor público e do setor privado na oferta de serviços individuais variam amplamente de um país a outro. A educação e a saúde são, de longe, os serviços individuais mais importantes, e sua disponibilidade, acessibilidade e qualidade desempenham um papel extremamente importante na vida das pessoas. A saúde e a educação são os setores mais importantes na maioria das economias, mas tem-se a tendência a avaliar mal seus resultados. Tradicionalmente, para os serviços não comerciais dispensados pelos poderes públicos, as mensurações se baseiam nos insumos utilizados para produzir esses serviços.¹⁶ Para a clareza do que vem a seguir, duas distinções se impõem:

39. A primeira deve ser estabelecida entre *valores* e *volumes* dos serviços dispensados pelos poderes públicos. A segunda distinção deve ser estabelecida entre o *sistema de saúde e educação* em seu conjunto e as *instituições* que dispensam os serviços de saúde e educação. Um exemplo possibilita explicitar melhor a utilidade dessas duas distinções. Em matéria de saúde pública, as despesas por habitante são mais altas nos Estados Unidos do que na maioria dos países da Europa; entretanto, à vista dos indicadores usuais, os resultados são inferiores. Isto quer dizer que os norte-americanos se beneficiam menos de prestações de serviços de saúde? Que o sistema de saúde pública nos Estados Unidos é mais caro e/ou menos eficiente? Ou ainda que os resultados dependem também de fatores diferentes das despesas de saúde, específicos à sociedade norte-americana? A distinção entre valores e volumes

¹⁶ Há exceções, por exemplo, as despesas de consumo final para os produtos farmacêuticos que são arcados pelos serviços públicos se baseiam nos valores dos produtos. Estes últimos são observados diretamente e não devem ser calculados como a soma dos insumos, como é o caso para os serviços médicos.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

responde precisamente a essa pergunta. No decorrer do tempo ou de um país a outro, a evolução das despesas de saúde (ou a diferença entre países) deve poder ser distribuída entre efeito em termos de preços e efeito em termos de volume. Dito isso, quais volumes buscamos medir? É tentador medi-los em função dos resultados das despesas de saúde ou de educação, isto é, à vista do estado de saúde da população ou do estado dos conhecimentos dos alunos. O problema é que o vínculo entre essas despesas e esses resultados é, para dizer o menos, tênue: as despesas se referem aos meios concedidos aos estabelecimentos que dispensam serviços de saúde ou de educação, enquanto que os resultados finais (a saber, o estado de saúde da população ou as competências dos estudantes) são função de fatores múltiplos. O estilo de vida, por exemplo, tem incidência sobre o estado de saúde; igualmente o tempo que os pais passam junto a seus filhos tem incidência sobre os resultados desses últimos nos exames. Cutler, Deaton e Lleras-Muney (2006) estudam as causas das mudanças das taxas de mortalidade no tempo e identificam toda uma série de fatores diferentes das prestações de serviço de saúde que podem ter um impacto tão importante sobre a mortalidade quanto os cuidados de saúde, eles próprios. Atribuindo unicamente aos estabelecimentos hospitalares ou escolares (e às verbas que lhes são destinadas) o mérito pelas mudanças em matéria de saúde ou de ensino, desprezam-se todos esses fatores.

40. Na prática, como medir então os valores dos serviços dispensados pelos poderes públicos? A prática geral adotada pelos serviços de estatística consiste simplesmente em somar as despesas ligadas ao fornecimento desses serviços. Para interpretar esse procedimento na perspectiva do padrão de vida, supõe-se que as despesas são distribuídas de maneira ótima. Todavia Atkinson e Stiglitz chamam a atenção para o fato de que essa suposição desmorona "... desde o momento em que se reconhece que as despesas dos serviços públicos são financiadas por taxas geradoras de distorção. Isso levou certos observadores a concluir que se subavalia a prestação pública e que a produção de serviços públicos deveria ser avaliada em um montante superior àquele dos insumos comprometidos. Entretanto, não se pode afirmar que a correção esteja sempre no sentido da superavaliação." (Atkinson e Stiglitz, 1980, Palestra 16).

41. Poderia parecer que os serviços dispensados pelo setor privado escapam a esse problema, mas isso não é verdadeiro senão em parte. Consideremos os serviços médicos dispensados por estabelecimentos particulares. Nas condições usuais, os preços de mercado traduzem as valorizações marginais dos bens e serviços pelos indivíduos. Mas a maior parte das compras dos serviços de saúde é paga por terceiros, por pessoas que são relativamente pouco informadas sobre a valorização

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

marginal: eles se baseiam no julgamento de outras pessoas. Assim, mesmo na falta de mudanças na qualidade do serviço prestado, haveria poucas razões para supor que os preços refletem as valorizações marginais. Afinal de contas, no setor dos tratamentos médicos, os pacientes são limitados em suas escolhas: enquanto que pode haver certas substituições entre tratamentos para uma doença em particular, não há, evidentemente, substituição possível entre doenças. Os preços relativos dos tratamentos médicos não são, portanto, manifestamente, em nada reveladores das preferências das pessoas.

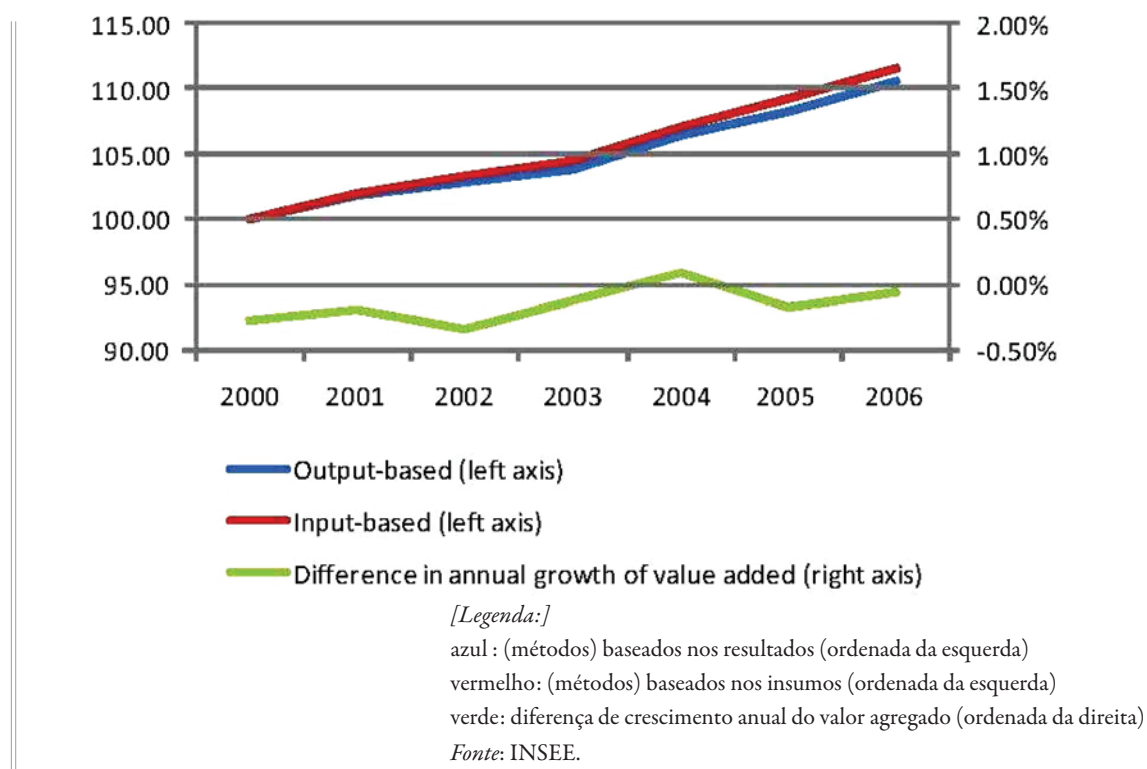
42. Quanto a medir os *volumes* de serviços dispensados pelos serviços públicos, a medida tem tradicionalmente sido realizada a partir dos volumes de insumos, e esta é ainda a prática em numerosos países. Por exemplo, o número de horas trabalhadas pelos médicos ou o número de enfermeiras pode ser utilizado para medir o volume de tratamentos médicos. Essa maneira de proceder tem como consequência direta que a evolução da produtividade multifatorial é ignorada, a produção sendo suposta evoluir no mesmo ritmo que os insumos.

43. O objetivo buscado consiste em medir de maneira mais precisa o crescimento em volume dos serviços públicos, e os trabalhos começaram. Numerosos países europeus, assim como a Austrália e a Nova Zelândia, começaram a conceber, para os serviços dispensados pelos poderes públicos, sistemas de medida baseados nos bens produzidos. Uma das grandes dificuldades consiste de novo aí, a levar em conta as mudanças de qualidade. Na falta de um bom instrumento de medida da qualidade (ou, o que dá no mesmo, na ausência de uma correta estimativa dos ganhos de produtividade), é impossível estabelecer se as medidas usuais baseadas nos insumos subestimam o crescimento ou o superestimam. Recorrendo a medidas quantitativas indiferenciadas (número total de estudantes ou de pacientes, por exemplo), arrisca-se deixar de lado a evolução da composição e da qualidade dos insumos. O resultado último no setor da educação é o aumento das competências dos estudantes que se formam nas escolas e universidades; paralelamente, o resultado último no setor médico é a melhora do estado de saúde resultante dos tratamentos médicos. Em princípio, a evolução qualitativa na prestação desses serviços poderia ser medida pela contribuição marginal dos tratamentos de saúde (e mesmo, de educação) no nível de saúde da população (e mesmo, no capital humano), sem esquecer o controle de todas as outras influências. Na prática, o procedimento apresenta múltiplos problemas, pois é muito difícil reconhecer a influência entre os cuidados médicos ou dos serviços de educação e de outros fatores que têm incidência sobre os resultados.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

44. O fato de utilizar mensurações de resultados (que sabemos serem imperfeitas) focados sobre os pacientes tratados ou sobre os estudantes que receberam uma formação, comporta efeitos importantes que partem em diferentes direções. Por exemplo, o crescimento médio anual da economia britânica entre 1995 e 2003 foi de 2,75% quando se mede em termos de resultados, enquanto que se tivéssemos continuado a utilizar os métodos convencionais baseados nos insumos, esta taxa teria sido de 3% (Atkinson, 2005). Da mesma forma, o valor agregado total da economia francesa entre 2000 e 2006 progrediu a uma taxa média de 2% ao ano quando se utiliza o método dos resultados para calcular os volumes de serviços não comerciais de saúde e educação, contra 2,15% se utilizarmos o método dos insumos (Gráfico 1.5). A diferença deve ser atribuída, na maior parte, aos serviços não comerciais de educação.

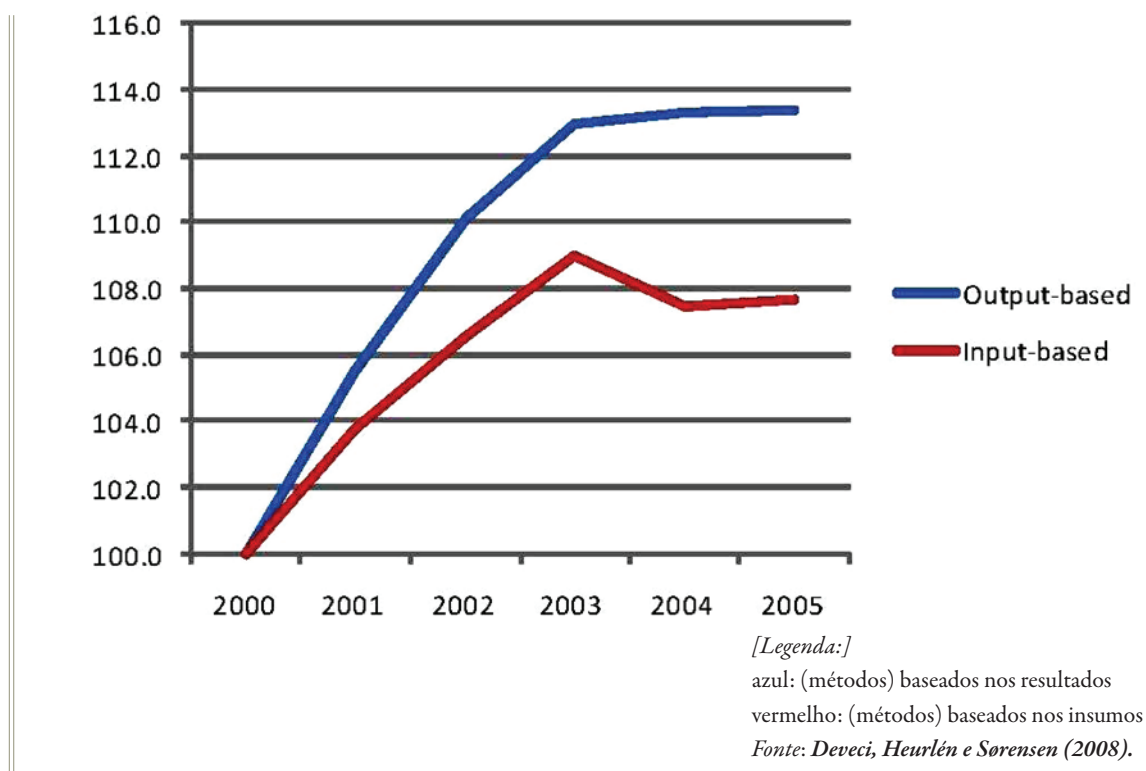
Gráfico 1.5. Impacto dos métodos baseados nos resultados e dos baseados nos insumos sobre o valor agregado total na França



Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

45. Para voltar aos efeitos, sobre a evolução da renda real disponível das famílias, métodos baseados nos resultados em relação aos baseados nos insumos, encontramos diferenças anuais que vão de 0,1 a 0,4 ponto percentual por ano. Quando se passa de um método baseado nos insumos a um método baseado nos resultados, na França, a maior parte dos ajustes se faz na baixa, a saber, a renda das famílias medida em termos reais para o período 2000-2006 aumenta mais lentamente do que quando se utiliza uma mensuração baseada nos resultados para avaliar os serviços prestados pelos poderes públicos. Entretanto, os efeitos também podem ser contraditórios. O Gráfico 1.6 mostra mensurações do valor agregado para o setor dinamarquês de saúde. O índice baseado nos insumos progrediu nitidamente mais lentamente que aquele baseado nos resultados, que integra o tratamento das doenças. Em outros termos, a indústria dinamarquesa da saúde experimentou uma alta da produtividade dos fatores positiva. As diferentes maneiras de medir a indústria dos tratamentos de saúde referem-se, certamente de forma limitada, a mensurações totais da produção dos serviços públicos e ao PIB.

Gráfico 1.6. Evolução em volume dos serviços de saúde na Dinamarca



Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

46. Para que as mensurações fundamentadas nos resultados sejam confiáveis, é importante que elas se baseiem em observações suficientemente pormenorizadas para evitar toda e qualquer confusão entre evolução efetiva e em volume e efeitos de composição. Por exemplo, se as despesas por estudante aumentam, poderíamos concluir que o custo unitário dos serviços de ensino aumentou. Ora, isso pode nos induzir em erro se o aumento dos custos se deve ao fato de que as aulas foram ministradas a grupos mais reduzidos ou ainda se há mais pessoas que fazem curso de engenharia, mais caro. O problema é que o número de estudantes é em si uma medida imprecisa demais e que mais pormenores são necessários; por exemplo, tratar diferentemente uma hora de aula ministrada a um aluno de um curso de engenharia em fim de curso e uma hora de aula ministrada a um estudante no primeiro ano da faculdade de letras. Isso permitiria chegar a certo nível de *ajuste qualitativo implícito* e de controle das diferenças de composição. Um raciocínio análogo se aplica aos tratamentos de saúde, em que os tratamentos aplicados a doenças diferentes devem ser considerados como serviços médicos diferentes. Constata-se que as evoluções ocorridas nos sistemas de saúde de certos países fornecem os dados administrativos exigidos para obter essas informações pormenorizadas.

47. Além do ajuste de qualidade implícito operado em virtude da diferenciação dos produtos, um ajuste de qualidade explícito pode ser igualmente exigido, e isso representa um importante setor de pesquisa. Os ajustes de qualidade explícitos são muito difíceis de aplicar e requerem, geralmente, estudos microeconômicos. Nesse estágio, é difícil tirar uma conclusão geral sobre a questão de saber se o crescimento medido do PIB torna-se mais lento ou acelerado pelo fato de que se passa de um método baseado nos insumos a um método baseado nos resultados (cf. também OCDE, 2008^a). Se muitos problemas devem ser resolvidos antes que os volumes baseados nos resultados possam ser medidos de maneira precisa, a experiência mostra que numerosos progressos podem ser realizados. É essencial medir melhor os serviços individuais dispensados pelos serviços públicos para avaliar os padrões de vida. Uma pista que permite progredir nessa direção consiste em explorar as novas fontes governamentais a fim de melhorar o nível de precisão dos dados. Finalmente, a melhora das mensurações do volume daquilo que é produzido não dispensa a necessidade de melhorar as mensurações do volume dos insumos (e de publicá-las). Somente se chegarmos a apreender de forma adequada os insumos e os resultados é que uma mensuração confiável da produtividade poderá ser obtida.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

3.4. Despesas defensivas

48. As despesas necessárias para preservar o nível de consumo poderiam ser consideradas como uma entrada intermediária, a saber, que elas não confeririam vantagem direta. Um bom número dessas “despesas defensivas” cabe ao Estado, outras ao setor privado. Para exemplificar, as despesas destinadas às prisões podem ser consideradas como despesas defensivas feitas pelos poderes públicos, enquanto que as despesas de deslocamento entre o domicílio e o local de trabalho são despesas defensivas feitas pelos particulares. Vários autores propuseram que essas despesas sejam tratadas como produtos intermediários em vez de produtos finais, excluindo-as, assim, do PIB.

Quadro 1.3. “Despesas defensivas na literatura”

Em 1939, John Hicks escrevia que « os serviços de polícia, de justiça e de defesa contribuem, eles também, à produção e podem ser considerados como sendo utilizados na produção, a mesmo título que a eletricidade e os combustíveis ». Em 1948, ele chegava à conclusão de que era possível estabelecer uma distinção prática entre as atividades dos poderes públicos que são resultados finais e aquelas que são intermediárias. Da mesma maneira, Kuznets (1951) considerava que a expansão das atividades dos poderes públicos após a Segunda Guerra Mundial era tão importante que as contas nacionais deviam fazer a diferença entre resultados finais e intermediários. Ele propunha diferentes critérios para identificar “os serviços públicos aos indivíduos que se traduzem diretamente por um fluxo de bens aos consumidores finais” e deviam, portanto, ser considerados como consumo final:

Primeiramente, o fato de que “o indivíduo destinatário do serviço público nada paga ou paga apenas um preço simbólico”.

Em segundo lugar, que “os serviços públicos só sejam acessíveis ao indivíduo mediante sua iniciativa manifesta, de preferência a que lhe sejam fornecidos pelo fato de sua pertença a um grupo social, enquanto indivíduo que pode não ter nenhuma consciência do serviço”.

Em terceiro lugar, que “os serviços públicos aos indivíduos tenham um equivalente no mercado privado”. Assim, a educação, a saúde, os teatros e as atividades de lazer podem ser englobados no consumo final dos serviços públicos, mas não a justiça, a polícia nem a defesa. Os serviços que respondem a esse critério são “amplamente utilizados” nos mercados privados. Isso permite garantir, por exemplo, que as atividades de polícia não sejam consideradas como um serviço aos consumidores finais pelo único fato de que certas pessoas contratam guarda-costas no mercado privado.

Eisner (1988) argumentava no mesmo sentido. Ele apontava também para uma assimetria: os serviços de polícia são contados como produtos finais quando eles são prestados pelos poderes públicos, mas não quando são comprados por uma empresa. Se uma grande empresa acorda com uma municipalidade de assegurar seus próprios serviços de segurança em troca de uma redução de seus impostos locais, isso seria contabilizado como consumo intermediário pela empresa. Ele deixa claro em seguida: “Poderíamos mesmo dizer que os serviços de polícia, tão úteis ou necessários que sejam, são na verdade de natureza intermediária, quaisquer que sejam as pessoas que paguem para se beneficiar deles”. Os bens e serviços produzidos constituem sempre o resultado final, e a polícia requisitada para protegê-los representa simplesmente um custo neste resultado final. Tratar os serviços de polícia nessa base permitiria evitar a anomalia que consiste em mostrar que o PIB real se eleva quando a criminalidade e os esforços da polícia para refrear aumentam rapidamente.

As despesas defensivas não se limitam às atividades dos poderes públicos. Nordhaus e Tobin (1973) qualificam, por exemplo, de “defensivas” as atividades que “com toda evidência, não são diretamente em si fontes de utilidade, mas são, de maneira lastimável, aportes necessários a atividades capazes de ter uma utilidade”. Por este fato, eles ajustam os rendimentos na baixa a título das despesas devidas à urbanização e à complexidade dos modos de vida modernos. Esta abordagem levanta o problema da classificação de certos bens e serviços, preferencialmente, como insumos intermediários que não como produtos finais.

Mesmo quando as despesas defensivas são tratadas como finais, o presente relatório argumenta que certos problemas podem ser resolvidos considerando essas despesas como produtos de investimento em vez de bens de consumo, como explicaremos mais adiante.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

49. Ao mesmo tempo, inúmeras dificuldades aparecem quando se trata de identificar as despesas « defensivas » e aquelas que não o são, assim como o tratamento a lhes reservar no âmbito da contabilidade nacional. O que se pode fazer para ir mais longe? Existem várias possibilidades:

- *Primeiramente, enfatizar o consumo das famílias em vez do consumo total.* Sob muitos aspectos, pode tratar-se de uma variável significativa. As despesas de consumo feitas pelos poderes públicos (prisões, despesas militares, reparação dos danos causados pelo derrame de hidrocarbonetos, etc.) estão excluídas do consumo final das famílias. Se quisermos poder identificar as despesas de “consumo individual” do Estado, a medida do consumo final efetiva das famílias fornecida pelo Sistema de Contas Nacionais (SCN) é uma medida adequada, pois ela registra os serviços prestados pelos poderes públicos (o “consumo coletivo” das administrações públicas nunca é imputado às famílias). Essa distinção entre consumo individual e consumo coletivo decorre diretamente do segundo critério adiantado por Kuznets (ver Quadro) para discernir o consumo final e o consumo intermediário dos serviços prestados pelo Estado.
- *Em segundo lugar, utilizar um conceito amplo de ativos.* Outra solução consistiria em considerar algumas dessas atividades como um investimento. Não é raro que essas despesas defensivas abranjam elementos de *investimento* e de bens de *equipamento* (como é o caso para as despesas que visam a remediar uma deterioração da qualidade ambiental). As despesas defensivas poderiam, em semelhante caso, ser tratadas como despesas de manutenção: as despesas de seguridade, por exemplo, poderiam ser consideradas como um investimento em capital social, enquanto que as despesas de saúde seriam um investimento em capital humano. Se existe uma mensuração da qualidade do meio ambiente considerada como um capital, as despesas comprometidas para melhorá-la ou mantê-la poderiam elas também ser consideradas como um investimento. Inversamente, os efeitos da atividade econômica que causam dano à qualidade ou à quantidade desse elemento do ativo, poderiam ser considerados no âmbito de um sistema ampliado de medida da depreciação ou do esgotamento dos recursos, de tal sorte que a mensuração *líquida* da renda ou da produção seja reduzida em consequência. As despesas realizadas em matéria de redução da poluição têm por efeito reduzir os efeitos prejudiciais ao meio ambiente, e os benefícios assim realizados correspondem a uma menor deterioração da qualidade ambiental.

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

- *Em terceiro lugar, estender o campo de produção das famílias.* Certas despesas “defensivas” não podem racionalmente ser tratadas como investimentos. Tomemos o caso dos trajetos entre o domicílio e o local de trabalho: as famílias produzem serviços de transporte destinando seu tempo (fator trabalho) e utilizando seu carro (fator capital) para este fim. Colocada à parte a compra pelo consumidor de uma passagem de trem, nenhum desses fluxos entra atualmente nas medidas da produção e dos rendimentos. Poderíamos remediar a isso considerando a produção de serviços de transporte pelas famílias¹⁷ como um insumo intermediário não retribuído, prestado por esses últimos às empresas. Pelo fato de que essas últimas não pagam realmente esse insumo, uma transferência das famílias aos produtores deveria igualmente ser estimada. Com esse novo método, o valor agregado passaria das empresas para as famílias. Isso forneceria informações mais precisas quanto à contribuição de cada setor para o valor agregado total, sem que o PIB seja diminuído por essa consideração do transporte.

50. Um elemento poderia ajudar a determinar se os serviços coletivos não comerciais prestados pelos poderes públicos devem ser considerados como consumos intermediários ou como investimentos. Por definição, o consumo intermediário é um insumo que é *consumido* no processo de produção no decorrer de um exercício contábil. Os serviços coletivos como a defesa nacional ou a segurança são condições da atividade econômica, mas não são, com toda evidência, “consumidos” durante o exercício contábil. Além disso, esses bens públicos, sendo não rivais e não exclusivos, podem ser de proveito a numerosos processos de produção simultaneamente. Assim, os serviços coletivos respondem melhor à definição de ativo fixo (incorpóreo). A fim de esclarecer o fato de que este tipo de ativo pode ser utilizado simultaneamente por todos os agentes econômicos, convém introduzir a noção de investimento coletivo.

51. Mesmo o consumo individual de serviços não comerciais como a educação poderia ser considerado como um investimento consentido pela pessoa. Existem, na literatura econômica, métodos de valorização do capital humano (Jorgenson e Fraumeni, 1989). O SCN de 1993 trata as despesas educativas como consumo final.¹⁸ Isso se explica pelo fato de que as outras formas de investimento pessoal (aprender, estudar, etc.) contribuem para o acúmulo do estoque de capital humano,

¹⁷ O caso de uma empresa que colocaria, por exemplo, um ônibus à disposição de seus empregados para levá-los a seu local de trabalho seria registrado, segundo as convenções contábeis atuais, como insumo intermediário.

¹⁸ O SCN dispõe que “se os conhecimentos, as competências e as qualificações constituem claramente ativos no sentido geral do termo, eles não podem ser assemelhados a ativos fixos no sentido do [SCN]. Eles não são produzidos, mas adquiridos através da aprendizagem, do ensino e da prática, todas elas atividades que não são nelas mesmas processos de produção. Os serviços educativos prestados pelas escolas fundamentais, médias, universidades e outras são consumidos pelos estudantes em seu processo de aquisição de conhecimentos e competências” (SCN 1993, § 1.52).

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

mas não são registradas como atividades de produção nas contas nacionais. Seria possível aí integrá-las, mas isso demandaria desenvolver um sistema de produção doméstico. Se a teoria da valorização do capital humano é tão bem desenvolvida, não é necessariamente o caso para os outros ativos. Como mencionamos anteriormente, a ampliação da noção de ativo na contabilidade nacional implica imputações suplementares e numerosas dificuldades práticas.

52. Nenhuma razão teórica proíbe, todavia, de seguir nesse caminho. Assemelhar certas atividades “defensivas” não comerciais a investimentos comportaria vantagens:

– Isso permitiria levar em consideração as interações entre a produção econômica e o nível desses ativos. Por exemplo, sendo a saúde ligada à produtividade dos trabalhadores, a contribuição do capital saúde à produção poderia ser estimada. Inversamente, o capital saúde poderia diretamente ser afetado pelas condições de produção (ser degradada, por exemplo, pela poluição industrial).

– Isso ajudaria igualmente a responder à crítica segundo a qual uma alta das despesas defensivas em reação, por exemplo, a uma deterioração do estado de segurança ou do meio ambiente não deveria ser registrada como uma alta do padrão de vida. Seria, assim, possível diferenciar melhor a degradação inicial (que apareceria em negativo na conta de estoques) da ação destinada a remediar a isso (em positivo, na conta de fluxo). Esse tratamento estaria em coerência com o fato que, se um dano se produz, as despesas defensivas têm por efeito melhorar o bem-estar.

– Além disso, essa mudança não afetaria o nível do PIB. Em contrapartida, o PNB e a medida da renda líquida se achariam modificados, o que é lógico, já que eles são pertinentes para avaliar as condições de vida. Uma atenção mais sustentada deve ser dada aos balanços. Os esforços nesse sentido contribuiriam à concepção de melhores medidas da sustentabilidade, evocadas mais adiante no presente relatório.

53. Na prática, mudanças no tratamento estatístico de um dado produto (a saber, passar de insumo intermediário a investimento) ocorreram por diversas vezes. A mais importante disse respeito às despesas de pesquisa e desenvolvimento, que passaram do *status* de insumo intermediário a aquele de bem de equipamento (ver o Quadro 1.4 abaixo).

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

54. O principal obstáculo a essas abordagens reside na sua aplicação prática. Como determinar o alcance das despesas defensivas? Que valor atribuir a esses novos ativos e fluxos em espécie? Toda e qualquer decisão contábil constituiria necessariamente uma simples convenção e restaria saber se os dados que resultarem daí ocultarão mais coisas do que revelarem. Dito isso, as questões relativas às despesas “defensivas” representam ainda uma ampla e importante área de pesquisas, tanto teóricas quanto práticas.

Quadro 1.4. De insumo intermediário a investimento: os casos dos produtos da propriedade intelectual

A fronteira entre consumo intermediário e formação bruta de capital fixo sempre foi objeto de debates e evoluiu no decorrer do tempo em conformidade com as diretrizes internacionais sobre os produtos da propriedade intelectual. Entre esses produtos figuram, entre outros, a pesquisa e desenvolvimento (P&D), a prospecção de minas, os softwares e as obras recreativas literárias ou artísticas originais.

Em razão das normas contábeis do SCN de 1993, todas as despesas destinadas pelas empresas a produtos da propriedade intelectual eram consideradas como consumos intermediários. A P&D financiada pelos poderes públicos era considerada como um consumo final, mas seja privada ou pública, a P&D não era considerada como um investimento.

No novo SCN de 2008, ela é reconhecida como fazendo parte da formação de capital. A razão disso é simples: as atividades de P&D culminam em um capital de saberes de importância crescente para as empresas e as economias e que convém reconhecer como tal na contabilidade nacional. O mesmo argumento pode ser adiantado no que diz respeito à prospecção de minas, que produz um estoque de conhecimentos sobre as reservas de ativos do subsolo. Isso mostra que o limite entre bem de investimento e insumo intermediário não é imutável. Entretanto, o que é factível em teoria não é forçosamente na prática.

3.5. Considerar conjuntamente renda, consumo e riqueza

55. Se os fluxos de renda constituem um meio importante de apreciar os padrões de vida, são em definitivo o consumo e as possibilidades de consumir *no tempo* que importam. A dimensão temporal conduz à noção de riqueza. Uma família com pouca renda, mas dotada de uma riqueza acima da média, está em melhores condições que outra família de baixa renda, mas desprovido de riqueza. A existência de um patrimônio é também uma das razões que explicam por que renda e consumo não estão forçosamente em igualdade: para uma dada renda, o consumo pode ou ser aumentado iniciando o patrimônio ou se endividando, ou ser reduzido, poupando e acrescentando ao patrimônio. A riqueza é, portanto, um indicador importante de sustentabilidade do consumo efetivo.

56. Para as empresas, como para um país em seu conjunto, as informações sobre a riqueza são agrupadas em balanços. Para estabelecer o balanço de uma economia, é preciso poder dispor de demonstrações numéricas completas de seu ativo (capital físico e mesmo, segundo toda a probabilidade, capital humano, natural e social) e

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

de seu passivo (o que é devido aos outros países). Para saber como evolui um país no seu conjunto, é preciso identificar as mudanças ocorridas em sua riqueza total, econômica, social e ambiental. Em certos casos, poderá ser mais fácil levar em consideração as *evoluções* da riqueza do que estimar seu *nível*. A importância de que se reveste a medida da riqueza em todas as suas dimensões principais está igualmente no centro dos trabalhos recentes da UNECE, da OCDE e do Eurostat (2009) sobre a medida da sustentabilidade.

57. Ainda que seja, em princípio, possível extrair das demonstrações da contabilidade nacional informações sobre numerosos aspectos da riqueza, essas últimas são muitas vezes incompletas. Para certos elementos do ativo, os índices de preços são incompletos ou não seguem uma metodologia harmonizada. É o caso, por exemplo, do bem mais importante para as famílias, a saber, a moradia.¹⁹ Além disso, certos elementos do ativo não são reconhecidos como tais no âmbito contábil clássico. É, principalmente, o caso do capital humano, elemento particularmente importante. Os estudos que versaram sobre o cálculo dos estoques de capital humano revelaram que esses últimos representavam, de longe, a maior parte da riqueza total (80%, e mesmo mais).²⁰ Uma mensuração sistemática desses estoques apresenta interesse por mais de uma razão. Ela é parte integrante de um sistema ampliado de mensuração da produção das famílias (ver abaixo) e constitui um elemento indispensável à elaboração de indicadores de sustentabilidade.

58. As evoluções da riqueza se traduzem por investimentos brutos (em capital físico e humano), dos quais devem ser deduzidos a depreciação e o esgotamento do capital físico, humano e natural. A riqueza evolui igualmente por meio das reavaliações: com a crise econômica atual, por exemplo, a queda dos preços imobiliários tem um efeito negativo sobre numerosas famílias, e as reavaliações dos ativos dos fundos de pensão têm uma incidência direta sobre as possibilidades de consumir dos aposentados. Existe, portanto, um vínculo direto entre estoques e fluxos, e informações sobre essas duas variáveis são necessárias para avaliar as condições de vida das pessoas.

¹⁹ Trabalhos foram empreendidos, em nível internacional, em 2009, a fim de elaborar um manual de medida dos preços da moradia, mas será preciso tempo antes que esse esforço chegue a séries cronológicas dos preços da moradia que permitam proceder a melhores comparações internacionais.

²⁰ Ver, por exemplo, Jorgenson e Fraumeni (1989).

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

Quadro 1.5. O tratamento das atividades bancárias nas contas nacionais

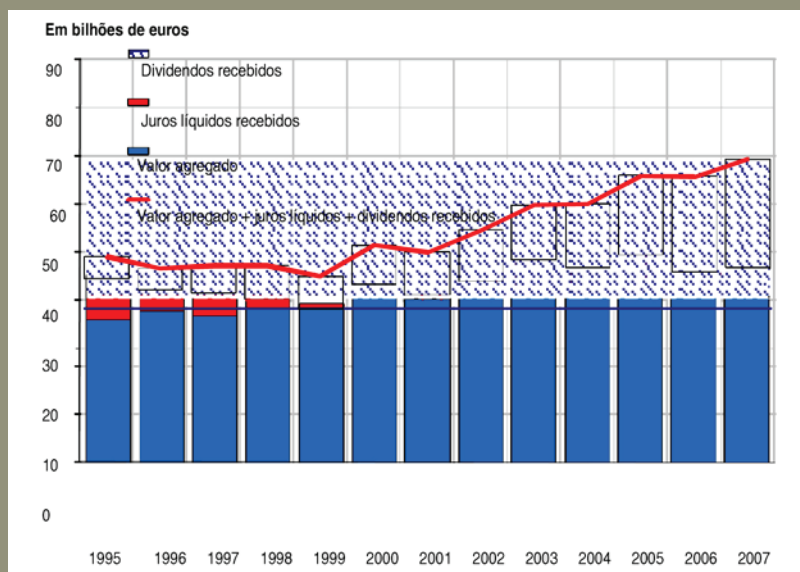
Os bancos e as companhias de seguro constituem o núcleo daquilo que a contabilidade nacional chama de setor dos estabelecimentos financeiros. Considera-se que a principal atividade dos bancos é a intermediação financeira, a saber, “canalizar fundos daqueles que dão empréstimos para aqueles que tomam empréstimos, desempenhando entre eles um papel de intermediário. Os bancos coletam fundos junto aos que emprestam e os transformam, ou os reconduzem, para colocá-los sob a forma que convenha às necessidades dos que tomam emprestado” (SCN, 1993 § 4.78). Certos intermediários financeiros mobilizam a maior parte de seus fundos aceitando depósitos, enquanto que outros emitem bônus, debêntures ou outros valores mobiliários. Paralelamente, eles fazem empréstimo dos fundos concedendo empréstimos ou adiantamentos, ou comprando bônus, debêntures e outros valores mobiliários. Eles assumem os riscos ligados à mobilização e à concessão de fundos com diferentes datas de vencimento.

Os intermediários financeiros fornecem igualmente meios de pagamento e prestam serviços de câmbio ou ainda de consultoria em investimentos ou em tributação. Com o SIFIM (ver mais acima), essas atividades fazem parte de sua produção, mas são valorizadas em função das despesas faturadas explicitamente aos clientes. Na contabilidade nacional francesa, aproximadamente 1/3 da produção dos bancos é imputado e os 2/3 restantes são objeto de medidas diretas.

Os estabelecimentos financeiros respondem por aproximadamente 5% do valor agregado na França e na Alemanha e por aproximadamente 8% nos Estados Unidos. Essa porcentagem é muito mais elevada nos países especializados em serviços bancários, como Luxemburgo, onde atinge aproximadamente 27%. No decorrer dos últimos 10 anos, essa participação permaneceu praticamente estável na maior parte dos países da OCDE, o que pode parecer estranho considerando os lucros significativos (comprovados por seus documentos contábeis), declarados pelos estabelecimentos financeiros no decorrer dos anos que precederam a crise financeira atual. Não se deve, todavia, esquecer que os ganhos e perdas em capital não fazem parte do valor agregado gerado pelos bancos. Há aí uma diferença importante entre o SCN e a contabilidade empresarial. O produto líquido bancário, por exemplo, indicador financeiro bem conhecido dos bancos, integra os rendimentos de propriedade e os ganhos e perdas em capital resultantes de transações financeiras por conta própria.

Quanto aos fluxos de juros (fora SIFIM), eles não são mais considerados como fazendo parte do valor agregado dos bancos. O tratamento dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) e dos ganhos e perdas em capital é, portanto, uma das razões pelas quais a porcentagem do valor agregado devido aos estabelecimentos financeiros se manteve estável em países como a França, a Alemanha, os Estados Unidos, Luxemburgo, entre 1999 e 2007, a despeito dos lucros sem precedentes realizados pelos bancos.

Ainda que nem os rendimentos de propriedade nem os ganhos e perdas em capital façam parte do valor agregado dos bancos, é possível elaborar uma medida similar ao produto líquido bancário, tal como as demonstrações financeiras dos bancos a entendem: os fluxos de juros líquidos (juros credores menos juros devedores) e os dividendos recebidos são adicionados ao valor agregado. A medida que resulta daí difere do “saldo dos rendimentos primários” das contas nacionais, no sentido que os dividendos pagos não são deduzidos. Os ganhos e perdas em capital, em contrapartida, são eventos puramente financeiros, que afetam a riqueza, mas não a renda ou a produção. O gráfico abaixo representa o rendimento dos bancos franceses quando os juros líquidos e os dividendos recebidos são levados em conta: esses fluxos de rendimento aumentaram bem mais rapidamente que o valor agregado dos bancos, isto é, que a contribuição deles ao PIB.



Fonte: INSEE

Primeira etapa: focar agregados de contabilidade nacional diferentes do PIB

59. A evolução do valor de certos ativos, tais como as carteiras de ações ou os imóveis para uso de habitação, não faz parte dos rendimentos no sentido das contas nacionais²¹. Trata-se de reavaliações dos ativos mais do que de rendimentos resultantes da produção. O fato é que numerosas pessoas (e particularmente as autoridades fiscais) consideram realmente os ganhos de capital como uma forma de renda que influi sobre o comportamento e o bem-estar econômico delas. Foi o que levou certos autores a advogar em favor da integração dos ganhos e perdas em capital na medida do bem-estar econômico (Eisner, 1988).

60. Segundo toda probabilidade, uma medida dos rendimentos ampliada aos ganhos de capital apresentaria uma maior volatilidade que a medida atual. Além disso, a consideração dos ganhos e perdas em capital não afetaria da mesma maneira as diferentes classes de rendas. Ganhos ou perdas importantes sobre ações, por exemplo, teriam um impacto proporcionalmente mais significativo sobre as classes de rendas superiores, outra área de pesquisa e de avaliação numérica. Ainda aí, importantes problemas conceituais se apresentam. Em certos países, por exemplo, os ativos são cada vez mais frequentemente possuídos sob a forma de contas de aposentadoria pessoais (cujo acesso é limitado até que o titular tenha atingido certa idade). O aumento do valor das ações deveria ser imputado aos particulares? Como os regimes com prestações determinadas deveriam ser contabilizados? Não existe no momento atual nenhum consenso quanto à resposta para essas questões.

61. Além do fato de que ela constitui um argumento para não incluí-los nas mensurações da renda, a volatilidade dos preços dos ativos coloca igualmente um outro problema essencial: utilizamos os preços para “somar” maçãs e laranjas, pois pensamos que constituem uma boa medida das valorizações marginais (condições pelas quais as pessoas aceitam permutar um bem por outro). Ora, a instabilidade dos preços dos ativos pode refletir as falhas do mercado. O valor de escassez real do petróleo passou subitamente de 147 para 36 dólares o barril no espaço de 3 meses? Se os preços refletem bem a escassez futura dos recursos, então a grande volatilidade dos preços dos ativos reflete a das preferências. Existem, entretanto, boas razões para pensar que elas não são tão voláteis.

62. Além disso, os preços pelos quais os ativos (comerciais) são comprados e vendidos servem para avaliar o conjunto do estoque. Entretanto, pode não existir mercado para certos ativos, ou não haver transações em mercados existentes (como o

²¹ O Grupo Internacional de Especialistas sobre as Estatísticas da Renda das Famílias (Canberra Group, 2001) elaborou um conjunto de recomendações sobre a maneira de melhorar a mensuração da renda das famílias nas enquetes, entre as quais a exclusão dos ganhos em capital.

4. Segunda etapa: a perspectiva das famílias

mostra a experiência recente para toda uma série de haveres financeiros), o que coloca o problema da valorização desses ativos. Mesmo quando existem preços de mercado, eles não correspondem senão a uma pequena parte do estoque realmente permutado, e sua volatilidade pode ser tal que ela recoloca em discussão a possibilidade de interpretar os balanços.

63. Em conclusão, as medidas da riqueza são, ao mesmo tempo, importantes e incertas. Considerar a situação econômica das famílias em termos ao mesmo tempo de renda e de ativos poderia ser uma solução. Outro objetivo, mais ambicioso, consistiria em ter em vista mensurações no decorrer de toda a vida, mas isso levanta problemas de aplicação e interpretação. Apesar de ou por causa de todas essas complicações, as informações básicas sobre o ativo e o passivo são essenciais para poder avaliar o estado de saúde econômico dos diferentes setores e os riscos financeiros aos quais eles se acham expostos.

4 – Segunda etapa: a perspectiva das famílias

64. A maior parte do debate público em torno dos padrões de vida enfoca indicadores que versam sobre o conjunto da economia, dos quais com mais frequência o PIB. Ora, em última análise, é a situação econômica das pessoas que deveria ser avaliada quando se aborda esse assunto. Observando a evolução da renda real das famílias e a variação em volume do PIB (Gráfico 1.7), constata-se que, regra geral essas duas medidas não são intercambiáveis. Ainda que, em certos países, esses dois indicadores sigam-se de perto, não é o caso de numerosos outros, como a Itália, o Japão, a Coreia, a Polônia, a Eslováquia ou a Alemanha, para citar somente alguns.

65. Em outros termos, adotar a perspectiva das famílias fornece informações diferentes e pertinentes em termos de ação política, que completam aquelas do PIB. Os números que dizem respeito às famílias não são sempre, entretanto, fáceis de encontrar nas tabelas contábeis. Para não economistas, não é evidente estabelecer um vínculo entre os agregados das publicações da contabilidade nacional e o rendimento que as pessoas indicam nas suas declarações do imposto de renda. Se lhes é possível identificar certos elementos, a maior parte do tempo, para eles é menos fácil compreender sua significação e captar as relações que os ligam, e a avaliação da renda no tempo tende a diferenciar-se das percepções pessoais da população. Se as contas nacionais colocasse mais ênfase nas mensurações relativas aos lares privados do que na economia no seu conjunto, ressaltaria uma perspectiva mais focada no bem-estar.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

66. As medidas da renda real das famílias parecem adequadas a esse objetivo. Abordamos anteriormente conceitos ligados à renda válidos para o conjunto de uma economia (renda nacional, renda disponível, etc.). Essas categorias de renda podem igualmente ser calculadas para os lares privados. Fazendo isso, a redistribuição dos fluxos de renda entre os diferentes agentes da economia deve ser considerada. Uma parte da renda, por exemplo, está sujeita à tributação: ela está excluída da renda disponível das famílias. Inversamente, esses últimos recebem dos poderes públicos dinheiro que deve ser acrescentado a sua renda. Além disso, as famílias recebem rendimentos do patrimônio, como os dividendos pagos por empresas, e pagam como os juros hipotecários pagos aos bancos. Quando todos esses fluxos monetários são levados em consideração, obtém-se uma medida do *rendimento disponível* das famílias.

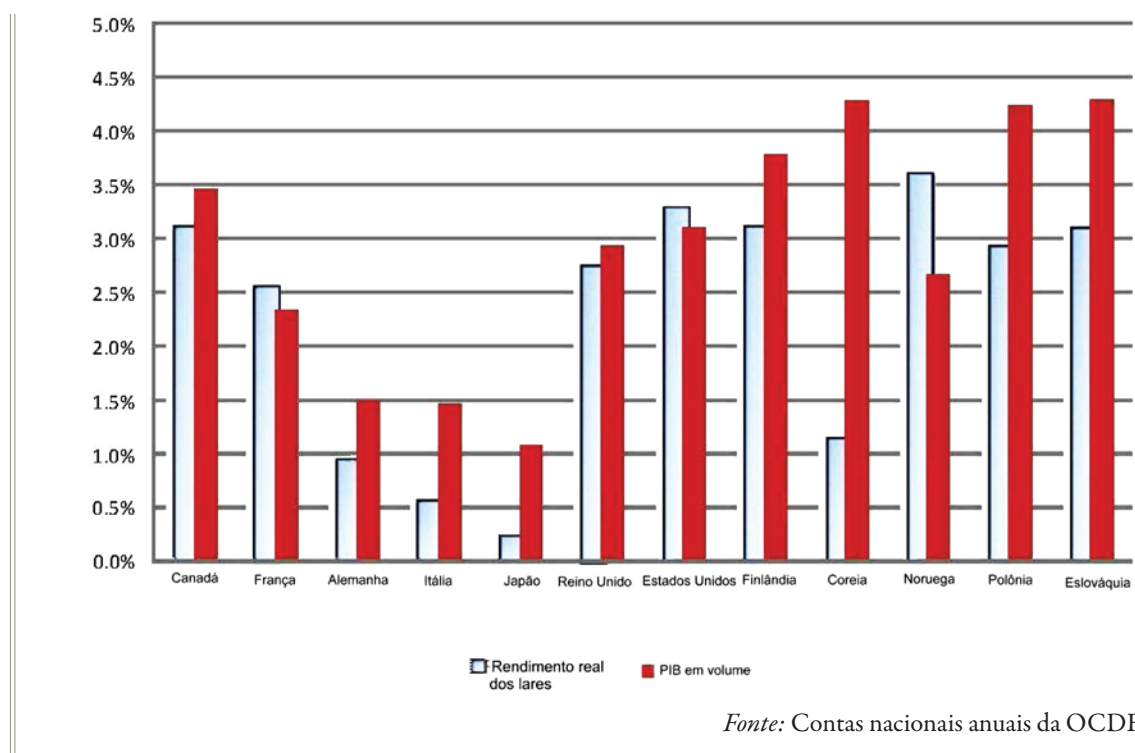
67. Em um mundo onde a informação seria perfeita e simétrica e onde os mercados seriam eficazes, poderíamos argumentar que as famílias veem através deste “véu setorial” e levam em conta o fato de que, em definitivo, são as famílias que possuem as empresas e que mais despesas públicas hoje podem significar mais impostos amanhã. Entretanto, essa suposição é irrealista e, com muita frequência, para avaliar sua situação econômica e suas possibilidades de consumo, as famílias consideram simplesmente sua renda e seu patrimônio.

68. Ainda que a renda disponível seja uma estatística útil, ele é, entretanto, afetado de uma forte assimetria. Uma parte do dinheiro que o Estado arrecada junto aos cidadãos através de impostos é utilizada para fornecer bens e serviços públicos e para investir em infraestruturas. Enquanto que as mensurações da renda disponível somam e subtraem os pagamentos de transferência entre os diferentes agentes econômicos, nenhum ajuste é feito referente ao valor dos bens e dos serviços prestados pelos poderes públicos às famílias em contrapartida dos impostos que eles pagaram. Quando tal ajuste é realizado, chega-se a uma medida do *rendimento disponível ajustado*. Da mesma forma, um ajuste do consumo das famílias pode ser feito para levar em conta serviços prestados pelo Estado. A medida assim obtida recebe o nome de *consumo final efetivo* das famílias (Quadro 1.6).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Gráfico 1.2. Renda real disponível das famílias e PIB

Crescimento anual em porcentagem, 1996-2006



4.1 Corrigir a avaliação da renda e do consumo para levar em conta serviços em espécie prestados pelo Estado

69. O princípio da invariância mencionado anteriormente implica que a passagem de uma atividade do setor público ao setor privado, ou inversamente, não deveria modificar nossa medida do desempenho econômico, a menos que essa passagem afete a qualidade do serviço ou sua acessibilidade. É aí que o método de avaliação do rendimento que se baseia unicamente no mercado, encontra suas limitações, e que um indicador que corrija as diferenças que resultam de aspectos institucionais pode ser aperfeiçoado para garantir comparações no tempo e entre os países. A *renda disponível ajustada das famílias* e o *consumo final efetivo* são indicadores que respeitam parcialmente o princípio da invariância, pelo menos no que diz respeito às « transferências sociais em espécie » realizadas pelo Estado. Eles são calculados

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

acrescentando-se à renda e ao consumo das famílias o equivalente dos bens e serviços prestados em espécie pelo Estado (ver Quadro 1.6).

70. O significado da renda disponível ajustada sobressai-se claramente do exemplo da Tabela 1.2. Suponhamos que, na economia considerada, os rendimentos do trabalho subam a 100 e que as pessoas ativas no mercado de trabalho contratem um seguro-saúde privado. Essas pessoas pagam a cada ano uma quotização de seguro igual a 10, que pode ser decomposta em oito unidades de prêmio de seguro (valor atuarial de um pagamento de 8) e 2 unidades de consumo de serviços de seguro. Paralelamente, as pessoas doentes recebem 8 unidades a título de reembolso de suas despesas de saúde. Neste caso (chamemos caso A), nenhum imposto é pago, os prêmios de seguro e os reembolsos se compensam, de sorte que a renda disponível das famílias é igual a 100. Consideremos agora que o Estado decida fornecer a mesma cobertura de seguro-saúde a todos, financiada por meio de um imposto que se eleva a 10 unidades. Nada mudou, salvo que de agora em diante é o Estado que arrecada as quotizações e distribui os reembolsos (caso B). Entretanto, segundo as convenções do sistema de contas nacional, a renda disponível caiu para 90 unidades monetárias. Essa diferença de renda disponível determina, então, uma comparação falseada. Se acrescentarmos as transferências sociais em espécie que as famílias recebem do Estado no caso B (8 unidades, correspondendo ao reembolso das despesas de saúde, e 2 unidades, correspondendo às despesas de gestão do seguro), a renda disponível ajustada das famílias faz aparecer uma igualdade entre os dois casos.

71. Todavia, o exemplo acima não leva em conta nem eventuais diferenças na eficiência relativa da gestão dos dois regimes de seguro nem lucros realizados pelas companhias de seguro privadas; foi simplesmente considerado que os serviços privados e públicos equivalem a 2 unidades monetárias. Na prática, os custos de seguro entre estes dois regimes diferem provavelmente, mesmo que seja difícil estabelecer uma regra geral. Se o setor de serviços não for perfeitamente concorrencial (hipótese razoável na maior parte dos países), a transferência de responsabilidade do setor privado para o setor público se traduzirá por uma baixa dos benefícios e dos prêmios do seguro. Mesmo se isso não tiver consequência sobre a renda disponível das famílias, tanto que os benefícios lhes são redistribuídos sob a forma de dividendos, a acessibilidade do serviço pode, quanto a ela, mudar. É bem sabido que a possibilidade de fazer seguro contra certos tipos de riscos tem uma incidência positiva sobre o bem-estar das pessoas pouco dispostas a correr riscos.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.2. Regimes de seguro privado e público

	Regime de seguro privado (Caso A)	Regime de seguro público (Caso B)
Rendas do trabalho	100	100
Impostos	0	- 10
Prêmios de seguro (com exclusão dos serviços de seguro)	- 8	0
Reembolsos do seguro	+ 8	0
Renda disponível das famílias	100	90
Transferências sociais em espécie:		+ 10
- reembolsos		+ 8
- custos de funcionamento do seguro	0	+ 2
Renda disponível ajustada das famílias	100	100

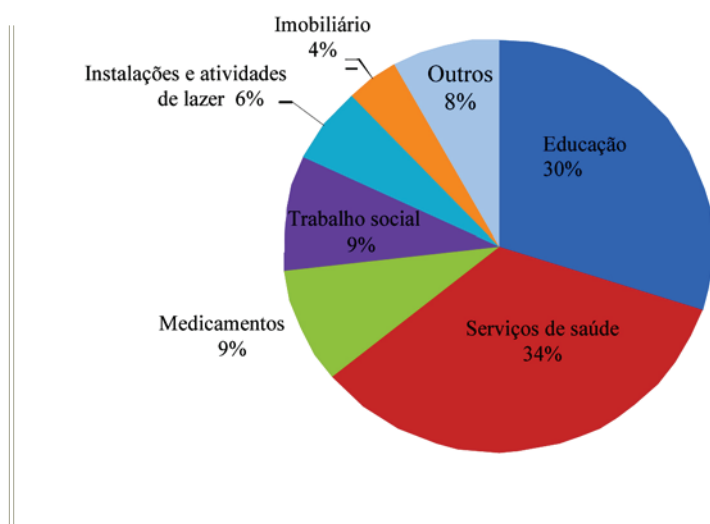
72. Se o fato de não conseguir estimar o valor da segurança fornecida por esses dois regimes pode provocar uma distorção da realidade, outras distorções podem também provir do fato de que o valor da maior parte das transferências sociais em espécie (que correspondem às despesas de gestão do seguro, no exemplo mencionado acima) é calculado segundo o custo de produção desses serviços. Em certos países, em particular os países em desenvolvimento, pode acontecer que esse custo exceda muito amplamente o valor dos serviços em questão para a maior parte das famílias, esses últimos só recebendo muito pouco, e mesmo nada, em contrapartida. Decorre daí uma estimativa excessivamente grande do nível de renda ajustado e de consumo das famílias. É possível remediar em parte a essa situação recorrendo a indicadores de volume baseados na produção para os serviços de saúde e de educação prestados pelo Estado. É também provável que os diferentes segmentos da população se beneficiem de maneira desigual das transferências sociais em espécie fornecidas pelo Estado, o que implica um aspecto distributivo importante.

73. Convém, igualmente, observar que a neutralidade da renda disponível ajustada sob o aspecto do caráter público ou privado do prestador de serviços não vale para os serviços coletivos (segurança, despesas ambientais que visam a reduzir as emissões de gás de efeito estufa, etc.). Quando a prestação do serviço passa do setor privado para o setor público, a renda disponível das famílias, tal como é calculado pela contabilidade nacional, é diminuído do montante dos impostos, embora a situação das famílias possa se encontrar melhor. Isso pode falsear as comparações no tempo ou entre os países.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

74. As transferências sociais em espécie dizem respeito essencialmente aos serviços de saúde e educação, à moradia subsidiada e às instalações esportivas ou de lazer que são propostas às populações a um baixo custo ou gratuitamente. Na França, o Estado fornece a quase totalidade desses serviços por um custo que atingiu aproximadamente 290 bilhões de euros em 2007. Como se vê no Gráfico 1.8, os serviços de saúde e educação representam cada um cerca de 1/3 do total das transferências em espécie, enquanto que essa parte se eleva a 10% mais ou menos para a moradia e as atividades de lazer e culturais (museus, jardins públicos, etc.). A importância relativa dessas transferências varia sensivelmente de um país para outro.

Gráfico 1.8. Transferências sociais em espécie, França, 2007



Fonte: INSEE.

75. O anexo D trata de forma mais pormenorizada funções dos regimes privados e públicos de seguro e de garantia na contabilidade nacional, com ênfase, em particular, para diferentes tipos de seguros (seguro-saúde, regime de aposentadoria por capitalização ou por distribuição).

76. Mensurações da renda disponível das famílias são usualmente coletadas pela grande maioria dos países da OCDE. Mesmo que o sistema de contas nacional preveja também medir a renda disponível ajustada das famílias, subsistem lacunas na disponibilidade dos dados. Assim, nem os Estados Unidos, nem o Canadá, nem o Reino Unido colocam regularmente à disposição esses dados. Concluimos daí

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

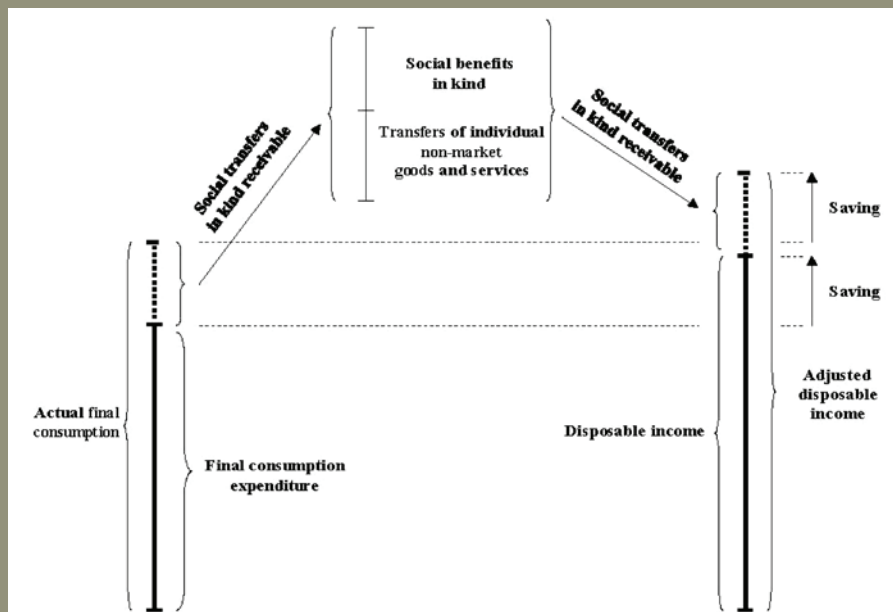
que dar mais importância às medidas da renda das famílias, principalmente aos indicadores de renda disponível ajustada e do consumo individual real, é um meio simples e útil de melhorar a pertinência das estatísticas da contabilidade nacional para a medida do padrão de vida material.

Quadro 1.6. Dois conceitos do consumo das famílias e da renda disponível nas contas nacionais

O sistema de contas nacionais estabelece uma distinção entre dois conceitos de consumo das famílias:

- As *despesas de consumo final* abrangem simplesmente as despesas feitas pelas famílias para bens de consumo, mais certas despesas imputadas, como os aluguéis que os proprietários são supostos de pagar a eles mesmos (cf. acima, para discussão).
- O *consumo final real* acrescenta às despesas de consumo final o valor das transferências sociais em espécie que as famílias recebem do Estado. O valor dessas transferências é medido essencialmente pelas despesas que o Estado compromete para fornecê-las a seus cidadãos. Os contadores nacionais estabelecem outra distinção entre “vantagens sociais em espécie” e “transferências de bens e serviços não comerciais individuais”. As vantagens sociais em espécie correspondem, por exemplo, aos produtos farmacêuticos que são reembolsados pelo Estado. Esse consumo é registrado, não nas despesas de consumo final do Estado, mas no consumo final real das famílias. As transferências de bens e serviços não comerciais individuais correspondem, por exemplo, às despesas de funcionamento das escolas e hospitais.

Quadro 1.6. Dois conceitos do consumo das famílias e da renda disponível nas contas nacionais



O sistema de contas nacionais estabelece uma distinção entre dois conceitos de consumo das famílias:

- As *despesas de consumo final* abrangem simplesmente as despesas feitas pelas famílias para bens de consumo, mais certas despesas imputadas, como os aluguéis que os proprietários são supostos de pagar a eles mesmos (cf. acima, para discussão).
- O *consumo final real* acrescenta às despesas de consumo final o valor das transferências sociais em espécie que as famílias recebem do Estado. O valor dessas transferências é medido essencialmente pelas despesas que o Estado compromete para fornecê-las a seus cidadãos. Os contadores nacionais estabelecem outra distinção entre “vantagens sociais em espécie” e “transferências de bens e serviços não comerciais individuais”. As vantagens sociais em espécie correspondem, por exemplo, aos produtos farmacêuticos que são reembolsados pelo Estado. Esse consumo é registrado, não nas despesas de consumo final do Estado, mas no consumo final real das famílias. As transferências de bens e serviços não comerciais individuais correspondem, por exemplo, às despesas de funcionamento das escolas e hospitais.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

4.2 Medianas, médias e distribuição das rendas comerciais e do consumo

Rendas

77. As mensurações da renda média dos lares por pessoa são um critério útil, mas não fornecem nenhuma indicação sobre a maneira pela qual os recursos disponíveis são distribuídos entre as pessoas e as famílias. Por exemplo, a renda *média* por habitante pode permanecer inalterado, mesmo quando a distribuição da renda se torna mais não igualitária. Para melhor acompanhar a evolução da situação das pessoas em matéria de renda, é, portanto, necessário considerar as informações sobre a renda em função das diferentes categorias de pessoas. Um meio simples de abordar questões de distribuição consiste em calcular a renda *mediana*, que é tal que as rendas da metade da população lhe são superiores e as rendas da outra metade, inferiores. A pessoa “mediana” é, de alguma maneira, o indivíduo “representativo” da sociedade. Se as desigualdades aumentam, é possível que a diferença entre a mediana e a média se acentue; concentrar sua atenção na média não permite obter uma ideia precisa do bem-estar econômico do indivíduo “representativo” da sociedade. Se, por exemplo, todos os aumentos de renda da sociedade beneficiam aos 10% mais abastados, é possível que a renda mediana permaneça inalterada, enquanto que a renda média, por sua vez, aumenta.

78. Na prática, passar das médias para as medianas é mais difícil do que parece. A renda média se obtém dividindo a renda total pela população total. Para calcular uma mediana, é preciso mobilizar informações microeconômicas sobre a renda dos indivíduos ou das famílias. As medidas microeconômicas das rendas das famílias dizem respeito às pessoas que vivem em lares comuns e são geralmente extraídos dos estudos sobre a renda das famílias, enquanto que as medidas macroeconômicas são fornecidas pela contabilidade nacional. As duas fontes não são necessariamente compatíveis, o que torna difícil o cálculo de uma mediana ou de qualquer outra informação relativa à distribuição a partir de enquetes, que seja compatível com a média fornecida pelas contas nacionais (Quadro 1.7).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Quadro 1.7. Diferenças entre estimativas macroeconômicas e microeconômicas da renda das famílias

Existem várias diferenças nos conceitos e nas práticas estatísticas entre as mensurações da renda proveniente das contas nacionais (“estimativas macroeconômicas”) e aquelas que são extraídas das enquetes sobre os rendimentos das famílias (“estimativas microeconômicas”). As diferenças mais importantes são as seguintes:

- As estimativas microeconômicas da renda das famílias excluem as pessoas que vivem em instituições, assim como as entidades com fins não lucrativos que fornecem serviços aos lares. Em contrapartida, essas duas categorias são levadas em conta nas estimativas macroeconômicas.
- As estimativas microeconômicas da renda das famílias são geralmente limitadas aos fluxos de renda recebidos pelas famílias de maneira regular e excluem, portanto, os fluxos irregulares, como os prêmios, que são levados em conta nas estimativas macroeconômicas.

As enquetes sobre as famílias, dizem respeito, geralmente, à renda recebida em espécie ou em quase espécie. As estimativas macroeconômicas, quanto a elas, incluem as rendas em espécie e vários postos de tributação como os produtos agrícolas destinados ao consumo pessoal (importante nos países que praticam uma agricultura de subsistência extensiva) e vários tipos de rendas imobiliárias. O elemento isolado mais importante nas contas nacionais é o aluguel imputado no caso de uma moradia ocupada por seu proprietário.

Além dessas diferenças nas definições, outros fatores afetam o cálculo dos componentes da renda individual nas duas fontes. Assim, as contas nacionais incluem as quotizações de seguridade social pagas pelas empresas, seja nas “remunerações dos assalariados” recebidas pelas famílias ou nos impostos que elas quitam, enquanto que as enquetes indicam para os “salários líquidos” montantes que não dão conta dessas contribuições.

É possível, embora cansativo, harmonizar as estimativas micro e macroeconômicas. A maneira pela qual os fluxos de renda estimados podem ser distribuídos entre grupos de renda se reveste aqui de particular importância. A pesquisa nessa área progrediu (cf. Anexo A), mas permanece esporádica.

Certas enquetes sobre as famílias dão preferencialmente ênfase às despesas de consumo, em vez das rendas. Em princípio, um bom número das distinções destacadas acima não é pertinente. Contudo, existem grandes disparidades, que irão talvez crescer, nos cálculos do consumo das famílias a partir das duas fontes, em razão de distorções nas declarações, os particulares com rendas superiores podendo não declarar a totalidade de seu consumo. Outros problemas resultam do fato de que os preços pagos para diferentes bens podem variar de maneira sistemática de uma categoria de renda para outra.

Consumo, renda e riqueza

79. A renda e sua distribuição permitem avaliar, validamente, os padrões de vida. Outra possibilidade consiste em estudar o consumo e sua distribuição entre as pessoas. Enquanto o consumo (e sua distribuição) é correlacionado à renda, ele não é necessariamente idêntico à renda, o que várias razões podem explicar. Em primeiro lugar, o consumo depende geralmente das rendas permanentes no longo prazo, que menos das variações de rendas no curto prazo. Numerosas famílias compensam as flutuações de renda no curto prazo pela poupança ou pela tomada de empréstimo. Nesse sentido, a distribuição das rendas deveria estar mais sujeita a modificações transitórias das rendas das pessoas (que podem se inverter ao fim de certo tempo) do que a distribuição do consumo.

80. Em segundo lugar, as diferenças entre a posição de uma famílias na distribuição das rendas e a do consumo refletem muitas vezes diferenças na distribuição da riqueza. Somente certas incidências da riqueza são consideradas pelas avaliações

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

das rendas, como por exemplo, o recebimento de um aluguel a título de rendimentos mobiliários. Outras incidências da riqueza, como as mais-valias realizadas, não transparecem em geral na avaliação dos rendimentos, mas afetarão provavelmente o consumo. Os modos de consumo são assim mais capazes de refletir a riqueza do que os perfis da renda. Poderíamos igualmente dizer que tanto as rendas quanto a riqueza determinam *possibilidades de consumo* que darão lugar, em seguida, a um *consumo real*. É a razão de certos autores terem optado por mensurações de rendas ajustadas em função da riqueza para compreender as possibilidades de consumo e sua distribuição na população.

81. Utilizar, preferencialmente, os dados relativos à renda e não aos de consumo apresenta, contudo, certas vantagens empíricas: as informações sobre a renda em nível individual são em geral mais facilmente acessíveis que os dados sobre o consumo.

Medidas da distribuição

82. Existe uma literatura abundante sobre a maneira de traduzir da melhor forma a distribuição dos recursos²². Uma das mensurações mais intuitivas foi utilizada anteriormente no presente texto: trata-se da diferença entre a média e a mediana de uma distribuição. Outras mensurações habitualmente utilizadas fazem intervir a curva de Lorenz (que indica a porcentagem de recursos à disposição de certa porcentagem da população) e o coeficiente de Gini (indicador sintético da diferença entre uma igualdade perfeita na distribuição dos recursos e a distribuição real, isto é, a curva de Lorenz). Outro método corrente consiste em distribuir a população em quintis ou em decis, depois acompanhar a parte dos recursos de cada categoria no tempo. Certos autores preconizaram uma combinação das medidas, como Yitzhaki (1979), que mostra que o produto do coeficiente de Gini e da renda média traduz um conceito de perda relativa, em que o padrão de vida das pessoas depende não somente da renda absoluta ou das possibilidades de consumo, mas também do lugar que ocupam suas possibilidades de consumo em relação a um grupo de referência.

83. Certas medições da distribuição foram utilizadas para ajustar um agregado de variáveis; Sen (1976), por exemplo, propôs ajustar a renda total por (1-) o coeficiente de Gini. Kolm (1969) e Atkinson (1970) elaboraram índices que introduzem

²² O relatório do grupo de Canberra (2001) fornece uma visão de conjunto, e Cowell (2000), uma análise mais completa das diferentes abordagens.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

explicitamente objetivos ligados à distribuição nas medições da desigualdade, acrescentando um parâmetro que reflete o grau de aversão que a sociedade associa à desigualdade. Jorgenson (1990) mostrou como associar as informações sobre as despesas de consumo e a aversão suscitada pela desigualdade a fim de obter um indicador do padrão de vida.

84. Além da renda mediana, outros aspectos da distribuição da renda são, também, importantes. Problemas sociais, por exemplo, podem estar ligados às evoluções na parte inferior da distribuição de renda, que determinam as condições de vida dos pobres. Pode-se, igualmente, acompanhar as rendas reais de diferentes quintis da distribuição da renda.

85. Na França, o INSEE trabalha atualmente como uma divisão das rendas disponíveis das famílias e do consumo por tipo de família nas contas nacionais. Os resultados iniciais por quintil já foram publicados para o ano 2003. Distinções são feitas no interior das famílias em função de sua composição, das rendas, da idade e da categoria social da pessoa de referência no lar (cf. Accardo *et al.*, 2009).

86. A Tabela 1.3 mostra a partir de enquetes, a evolução da renda disponível das famílias corrigido do índice dos preços ao consumidor, nos dois últimos decênios. Assim, não foi considerado o fato de que diferentes categorias de rendas podem experimentar taxas diferentes de variação dos preços. No conjunto, as mensagens precedentes referentes à França e aos Estados Unidos, se veem confirmadas: no decorrer dos últimos dez anos, os Estados Unidos viram as rendas do quintil inferior crescer nitidamente menos rápido que aqueles dos outros quintis, enquanto na França a renda dos quintis inferior e intermediários cresceu mais ou menos no mesmo ritmo que a renda média.

87. A escolha da unidade de medida é importante. As estimativas macroeconômicas fornecem os totais para um país ou para todo um setor, enquanto que os dados microeconômicos consideram o lar (ou a família) como a unidade no seio da qual os recursos são postos em comum e compartilhados, e ajustam as rendas segundo as diferentes “necessidades”. Existem, por exemplo, custos fixos para fazer funcionar um lar, o que permite às famílias numerosas que dispõem do mesmo rendimento ter um padrão de vida mais alto. Outra maneira de levar em conta a demografia e aspectos distributivos, por ocasião do cálculo da renda, consiste em avaliar a renda disponível por unidade de consumo ou por família, em vez de por pessoa. As unidades de consumo são as famílias cujo tamanho foi ajustado para

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

levar em conta economias de escala para a moradia e os outros custos. Esse ajuste se reveste de uma grande importância, pois o tamanho das evolui no tempo e varia segundo os países²³. Com a diminuição do tamanho médio dos lares, o aumento do rendimento por lar tende a ultrapassar o aumento por unidade de consumo. Por outro lado, o interesse de viver em unidades menores é provavelmente uma das razões pelas quais, as rendas tendo aumentado, o tamanho do lar diminuiu. Nosso cálculo de uma “unidade de consumo” não leva em conta esse valor suplementar resultante da vida em unidades menores e pode, por essa razão, subestimar os aumentos do padrão de vida. Sendo assim, numerosos estudos empíricos, entre os quais um importante relatório na França, fizeram a escolha da unidade de consumo: Ruiz (2009) indica que a renda real de uma família por unidade de consumo pode diminuir mesmo se a renda real total da família por pessoa aumente. O autor constata igualmente que a apresentação dos dados em unidades de consumo permite fazer sobressair melhor a evolução da renda recebida e a da renda real medida.

88. Em numerosos países, as questões de distribuição intrafamiliar da renda, do consumo e da riqueza se revestem de certa importância. Infelizmente, os dados sobre essas distribuições intrafamiliares da renda só estão disponíveis de maneira episódica. Sabemos, entretanto, graças a enquetes sobre a utilização do tempo (descritas a seguir) que existem grandes disparidades entre homens e mulheres.

Alguns resultados

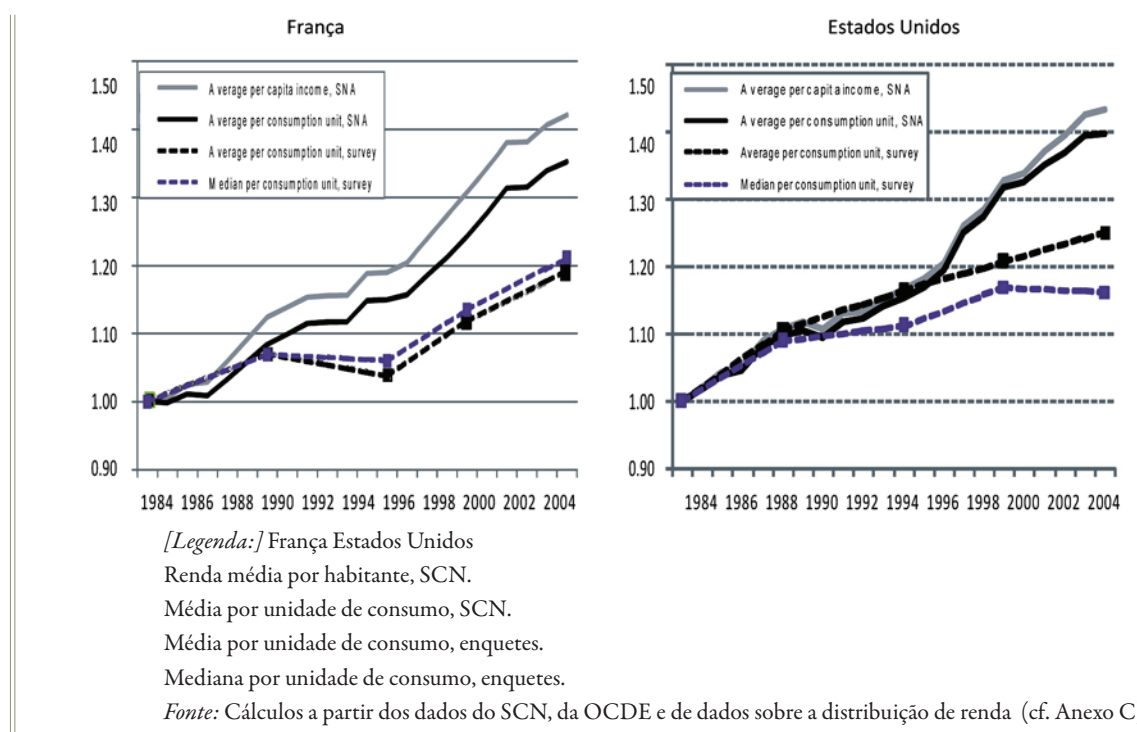
89. Neste contexto, podemos estudar a evolução das rendas média e mediana das famílias em vários países. O Gráfico 1.9 apresenta alguns resultados para a França e para os Estados Unidos. Convém considerar esses resultados como ilustrações, mais do que como dados reais; encontraremos, no Anexo C, informações mais pormenorizadas sobre os obstáculos estatísticos a serem superados para levar a bom termo essa comparação. As medidas da renda média disponível das famílias por habitante e por unidade de consumo, operadas pelo sistema de contas nacional (SCN), divergem fortemente no caso da França, traduzindo uma tendência à redução do tamanho dos lares. As medidas provenientes das enquetes permitem igualmente comparar a evolução da renda média e da renda mediana por unidade de consumo. No caso da França, esses dois indicadores progredem paralelamente, o que reflete a grande estabilidade da distribuição de renda na França, no decorrer

²³ Para os fins do presente estudo, foi postulada uma relação entre o número de famílias e o número das unidades de consumo, tal que $CU = HH \cdot (POP/HH)^{0,5}$. Assim, o número de unidades de consumo CU (*consumption units*) é igual ao número de lares HH (*household*), após correção pela raiz quadrada do tamanho médio do lar POP/HH , onde POP é a população. Notaremos que aí está apenas um dos numerosos meios que permitem obter as unidades de consumo.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

do período considerado. Ocorre diferentemente para os Estados Unidos, como mostra a diferença crescente entre a renda mediana e a renda média por unidade de consumo, sinal de uma tendência a uma distribuição mais desigual de renda.

Gráfico 1.9. Evolução das diferentes mensurações da renda disponível das famílias



90. Diferentes critérios de mensuração influem nas comparações acima. As rendas imobiliárias constituem uma fonte importante de divergência entre as estimativas microeconômicas e macroeconômicas. Se esse elemento da renda total não é bem considerado nas estimativas microeconômicas e se a distribuição das rendas imobiliárias se torna mais desigual que aquela dos outros rendimentos, isso poderia explicar por que as rendas média e mediana nessas estimativas progridem paralelamente na França. A comparabilidade internacional entre as diferentes enquetes sobre as famílias está, portanto, longe de ser perfeita.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.3. Avaliação do rendimento real dos lares* por quintis

	Average annual change mid-1980s to mid-1990s					Average annual change mid-1990s to mid-2000s				
	Bottom quintile	Middle three quintiles	Top quintile	Median	Mean	Bottom quintile	Middle three quintiles	Top quintile	Median	Mean
Australia	2.4	2.0	1.9	2.2	2.0
Austria ¹	2.5	2.7	2.8	2.8	2.7	-2.1	-0.5	-0.4	-0.6	-0.6
Belgium ¹	1.2	0.5	1.2	0.4	0.8	1.4	1.3	1.7	1.2	1.5
Canada	0.3	-0.2	-0.1	-0.2	-0.1	0.2	1.2	2.1	1.1	1.4
Czech Republic	0.4	0.6	0.7	0.5	0.6
Denmark	1.3	0.9	0.8	0.9	0.9	0.6	0.9	1.5	0.9	1.1
Finland	0.9	0.9	1.0	0.8	1.2	1.6	2.5	4.6	2.5	2.9
France	1.0	0.5	-0.1	0.5	0.3	0.9	0.7	1.0	0.8	0.8
Germany	0.4	1.4	1.6	1.2	1.4	-0.3	0.5	1.3	0.6	0.7
Greece	0.3	0.1	0.1	0.3	0.1	3.6	3.0	2.7	2.9	2.9
Hungary	0.9	1.2	1.0	1.1	1.1
Ireland ¹	4.0	3.0	2.9	3.2	3.1	5.2	7.7	5.4	8.2	6.6
Italy	-1.3	0.5	1.5	0.6	0.8	2.2	1.0	1.6	1.0	1.3
Japan	0.8	1.8	2.1	1.8	1.9	-1.4	-1.0	-1.3	-1.0	-1.1
Luxembourg	2.3	2.5	3.0	2.4	2.7	1.5	1.5	1.7	1.5	1.6
Mexico	0.7	1.2	3.8	1.1	2.6	-0.1	-0.1	-0.6	-0.2	-0.4
Netherlands	1.1	2.7	3.9	2.8	3.0	1.8	2.0	1.4	2.0	1.8
New Zealand	-1.1	-0.5	1.6	-0.6	0.3	1.1	2.2	1.6	2.3	1.9
Norway	-0.3	0.3	1.0	0.4	0.5	4.4	3.9	5.1	3.8	4.3
Portugal ¹	5.7	6.5	8.7	6.2	7.3	5.0	4.1	4.4	4.2	4.3
Spain ¹	4.4	3.2	2.4	3.2	3.0	5.2	5.1	5.0	5.5	5.1
Sweden	0.5	0.9	1.2	0.9	0.9	1.4	2.2	2.8	2.2	2.3
Turkey	-0.6	-0.7	1.4	-0.8	0.4	-1.1	-0.5	-3.2	-0.3	-1.9
United Kingdom	0.7	2.0	4.3	1.9	2.8	2.4	2.1	1.5	2.1	1.9
United States	1.2	1.0	1.9	1.0	1.4	-0.2	0.5	1.1	0.4	0.7
	1.2	1.4	2.1	1.4	1.7	1.5	1.8	1.9	1.9	1.8
	1.3	1.5	2.1	1.5	1.7	1.7	2.0	2.2	2.1	2.1

1. Changes over the period mid-1990s to around 2000 for Austria, the Czech Republic, Belgium, Ireland, Portugal and Spain (where 2005 data, based on EU-SILC, are not deemed to be comparable with those for earlier years).

2. OECD-22 refers to the simple average for all countries with data spanning the entire period (i.e. excluding Australia, the Czech Republic and Hungary, as well as Iceland, Korea, Poland, the Slovak Republic and Switzerland).

3. OECD-20 refers to all countries mentioned above except Mexico and Turkey.

[Legenda:]

Evolução anual média de meados dos anos 1980 até meados dos anos 1990

Evolução anual média de meados dos anos 1990 até meados dos anos 2000

Quintil inferior Três quintis intermediários Quintil superior Média e Mediana

[Notas:]

1. Evoluções no período compreendido entre meados dos anos 1990 e aproximadamente o ano 2000, para a Áustria, a República Tcheca, a Bélgica, a Irlanda, Portugal e a Espanha (onde os dados 2005, baseados nos SRCV- UE, são considerados como sendo comparáveis a aqueles dos anos precedentes).

2. OCDE-22 corresponde à média simples para todos os países cujos dados abrangem a totalidade do período (isto é, com exclusão da Austrália, da República Tcheca e da Hungria, assim como da Islândia, da Coreia, da Polónia, da Eslováquia e da Suíça)

3. OCDE-20 se refere ao conjunto dos países mencionados acima, com exceção do México e da Turquia.

* As rendas que figuram nesta tabela foram extraídas de enquetes sobre as famílias e não são, portanto, comparáveis às rendas baseadas nas contas nacionais. Os fluxos de renda foram corrigidos por meio do índice dos preços ao consumidor de cada país.

Fonte: OCDE (2008a), *Growing Unequal?*, Paris

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

91. Outra maneira de aproximar os dados das contas nacionais e os das famílias consiste em examinar de mais perto a parte dos salários na renda total. Atkinson e Voitchovsky (2008), por exemplo, estudam a evolução da parte que representam, no renda interna líquida total, os salários recebidos pela totalidade dos assalariados, pelos 90% inferiores e pelos 50% inferiores, com base nos dados fornecidos para o Reino Unido pela *Annual Survey of Hours and Earnings/New Earnings Survey*. A evolução dessa parte dos salários é, sem nenhuma dúvida, diferente para a metade inferior da distribuição. Nos anos 1950, enquanto que a parte do total dos salários tinha aumentado ligeiramente, a parte da metade inferior tinha diminuído. Entre 1954 e 1964, a parte dos salários aumentou de 1,5 ponto percentual, mas a parte da metade inferior caiu de 2 pontos percentuais. Em 2006, a parte do total dos salários totais era praticamente a mesma que em 1954, mas a parte dos 50% inferiores diminuiu 4 pontos percentuais. Aproximadamente 1/3 dessa baixa pode ser atribuído ao declínio da parte total dos salários na renda interna líquida e 2/3 a uma maior dispersão dos salários.

92. Em termos de padrões de vida, é a distribuição da renda e da riqueza que determina quem tem acesso ao consumo dos bens e serviços produzidos em uma sociedade. Uma das razões pelas quais os cálculos da renda média, do consumo e da riqueza por habitante fracassam muitas vezes em traduzir a maneira pela qual os indivíduos percebem a evolução no tempo de seus recursos e de suas possibilidades de consumo, prende-se ao fato de que os benefícios do crescimento não são distribuídos igualmente: a situação de certas pessoas pode ter-se deteriorado mesmo se as rendas médias tenham aumentado. Para a publicação dos números anuais da contabilidade nacional, a prática habitual deveria consistir em completar as medidas da renda média, do consumo e das riquezas por medidas refletindo sua distribuição. Idealmente, essas indicações sobre a distribuição deveriam fornecer dados coerentes com os indicadores médios provenientes das contas nacionais.

4.3 Os índices de preços: comparação no tempo

93. Índices de preços são necessários para converter as medidas nominais da renda e do consumo em medidas reais. Para comparar os padrões de vida, são os índices de preços de cestas de bens de consumo e serviços que mais convêm. É útil nos demorarmos um pouco sobre a natureza do índice de preços a ser utilizado para calcular os rendimentos reais e examinar brevemente a noção de índices do custo de vida.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

94. Um estudo recente realizado pelo *Panel on Conceptual, Measurement, and other Statistical Issues in Developing Cost-of-Living Indexes* (Schultze e Mackie, 2002) forneceu um conjunto de recomendações para a elaboração do índice de preços ao consumidor dos Estados Unidos. Numerosos pontos evocados nesse relatório dizem respeito diretamente às questões que nos interessam. Esse relatório faz, principalmente, intervir o conceito de índices do custo de vida, assim como a distinção entre índices condicionais e incondicionais. Um índice do custo de vida se destina a medir a evolução relativa das despesas que um lar deveria fazer para conservar um determinado padrão de vida²⁴. Todo índice do custo de vida deve ser definido em relação a uma área ou a um perímetro dado (isto é, os bens e serviços incluídos no índice), os outros fatores permanecendo fixos. As variações dos padrões de vida são assim medidas mantendo-se constantes os parâmetros que não fazem parte do perímetro do índice. Quanto a saber o que deve exatamente constar no perímetro do índice e os fatores que devem condicionar este último, depende da questão sobre a qual versa a análise. O *Panel* recomenda, por exemplo, para elaborar o índice norte-americano de preços ao consumidor, não incluir no perímetro desse índice senão bens e serviços privados (comerciais), o que significa que as variações dos produtos básicos não comerciais (lazer), as condições ambientais (clima) e outros fatores da sociedade (criminalidade) não deveriam influir na evolução do índice.

95. Para outros fins de análise, todavia, o perímetro do índice do custo de vida poderia ser diferente, o que é o caso para as medidas evocadas no presente texto. Mais especificamente, para comparar os padrões de vida, o campo de um índice do custo de vida poderia ser posto em relação com uma abordagem mais ampla das rendas englobando, pelo menos, os serviços prestados pelo Estado, como a saúde e a educação. Outra ampliação (cf. abaixo) consistiria em incluir os serviços não comerciais que as próprias famílias produzem e, eventualmente, os lazeres. Entretanto, contabilizar os bens e serviços assegurados gratuitamente ou a preços subsidiados pelo Estado não deixa de colocar problemas (como vimos na seção 3.3). A consideração desses serviços introduz uma incerteza quanto à qualidade dos dados, já que, por definição, os produtos não comerciais não têm preço. Ao mesmo

²⁴ Uma das características particulares de um índice do custo de vida é que ele dá conta dos efeitos de substituição da parte dos consumidores quando os preços relativos dos bens e serviços variam. Isso se obtém essencialmente pela escolha de fórmulas de índices superlativos (Diewert, 1976). Diewert (2001) e Triplett (2001) se entregaram a profundas discussões sobre o índice de preços ao consumidor como sobre o índice do custo de vida.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

tempo, os bens e serviços não comerciais são realmente elementos importantes para as condições de vida das pessoas, e seu fornecimento pode afetar as comparações internacionais dos padrões de vida.²⁵

96. A tabela 1.4 fornece estimativas da evolução das rendas reais fundamentadas em escolhas diferentes para os índices corretores pertinentes. Disso resultam diferentes esquemas:

- Em primeiro lugar, se a evolução nominal da renda disponível das famílias está próxima daquela da renda disponível ajustado nos casos da França e dos Estados Unidos, ela está menos que no caso da Finlândia. Igualmente, se os índices de preços das despesas de consumo final e do consumo final real (cf. Quadro 1.6) são inteiramente similares na França e nos Estados Unidos, são menos na Finlândia. Permanece aberta a questão de saber se, na Finlândia, a inflação mais alta para os serviços fornecidos pelo Estado que para os serviços fornecidos pelo mercado reflete a realidade econômica ou se isso se deve ao método estatístico utilizado para calcular os preços (ou os custos unitários) dos serviços não comerciais. Assim sendo, os resultados mostram que passar de um índice de preços a outro não é uma questão anódina e que obter medidas exatas em volume e em valor dos serviços fornecidos pelo Estado é um elemento importante para a avaliação dos padrões de vida dos lares. Encontraremos, a seguir, uma análise mais aprofundada dessa questão em relação aos serviços públicos da saúde e da educação.
- Em segundo lugar, e isso confirma os resultados já destacados pelo Gráfico 1.7, pode haver diferenças significativas nas taxas de crescimento das rendas reais das famílias e das rendas reais em escala nacional, como mostra o caso da Finlândia (onde o crescimento anual da renda real das famílias no decorrer da última década foi inferior em mais de um ponto percentual a da renda real em escala nacional). A diferença é menor nos Estados Unidos e inexistente na França, mas está provavelmente presente em numerosos outros países.

²⁵ O índice do custo de vida proposto aqui se decomporia assim: (i) preços dos bens e serviços de consumo final privado, isto é, preços de mercado fornecidos diretamente pelas contas nacionais; e (ii) preços dos serviços individuais fornecidos pelo Estado (como a saúde e a educação). Para essa segunda categoria, a falta de preços de mercado implica que custos unitários deveriam entrar no índice do custo de vida. A questão de saber se os custos unitários devem referir-se antes a custos por unidade de insumo ou a custos por unidade de produção é uma questão importante que é resolvida de maneira diferente segundo os países. Se as medidas das rendas ou de consumo são ampliadas para incluir os serviços que as famílias produzem para elas mesmas, o campo do índice do custo de vida deveria igualmente ser ampliado para abranger os custos unitários de produção desses serviços.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.4. Evolução dos preços, renda real das famílias e renda em escala nacional, 1995-2006

Evolução anual em porcentagem

	France	United States	Finland
Disposable income* (current prices)	3.7%	5.2%	4.4%
Price index final consumption expenditure	1.3%	2.0%	1.6%
Real disposable income	2.4%	3.1%	2.8%
Adjusted disposable income* (current prices)	3.8%	5.2%	4.5%
Price index actual final consumption	1.6%	2.2%	2.0%
Real adjusted disposable income*	2.2%	3.1%	2.5%
National disposable income (current prices)	3.6%	5.6%	5.7%
Price index domestic demand	1.6%	2.1%	1.9%
Real national disposable income**	2.1%	3.5%	3.8%

*For private households and non-profit institutions serving households; net of depreciation.

**Note that deflation with a domestic demand deflator is but one possibility to obtain real income.

[Legenda:] França Estados Unidos Finlândia

Renda disponível * (preços correntes)

Índice de preços das despesas de consumo final

Renda real disponível

Renda disponível ajustada* (preços atuais)

Índice de preços do consumo final atual

Renda disponível real ajustada*

Renda nacional disponível (preços correntes)

Índice dos preços da demanda interna

Renda nacional disponível real **

* Para os lares privados e as entidades com finalidade não lucrativa que fornecem serviços às famílias; dedução feita da depreciação.

** Deve-se notar que a correção por meio de um índice corretor da demanda interna só é uma possibilidade entre outras para obter a renda real.

97. Ainda que os conceitos e os problemas que intervêm na elaboração de bons índices de preços tenham sido bem compreendidos²⁶, a evolução rápida dos preços relativos, das estruturas econômicas e das concepções e características dos produtos mostra que os métodos clássicos de cálculo dos preços podem não levar corretamente em consideração essas variações. Assim, em 1996, nos Estados Unidos, o *Advisory Committee to Study the Consumer Price Index* (mais conhecida sob a

²⁶ Para uma apresentação da teoria dos índices de preços e da medida dos preços, cf. Diewert (1987), FMI *et al.* (2004) e OIT *et al.* (2004).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

denominação de Comissão Boskin, do nome de seu presidente Michael Boskin) concluiu que o índice de preços ao consumidor superavaliava o custo de vida em aproximadamente 1,1 ponto percentual ao ano, deixando, assim, entender que o crescimento real era subavaliado na mesma proporção. Esse relatório chamou a atenção sobre os problemas ligados aos ajustes que se tornaram necessários pela melhoria de qualidade, o aparecimento de novos produtos (o que se verifica principalmente nos setores que evoluem rapidamente, como a saúde ou as tecnologias da informação, mas também no comércio de varejo) e os problemas ligados à coleta de dados (por exemplo, a parte crescente das vendas realizadas pela Internet ou nas lojas com preços de pechincha). O *Panel on Developing Cost-of-Living Indexes* (Schultze e Mackie, 2002), já mencionado, destina igualmente uma parte importante de seu relatório à evolução da qualidade. Diewert (1998) estima que, para uma variação de preços estimada em cerca de 2% ao ano, a qualidade pode ocorrer em até 0,4 ponto percentual no índice americano de preços ao consumidor. Quanto a Deaton (1998), ele se pergunta se é concretamente possível compreender corretamente a melhoria de qualidade e que vantagens traz o fato de se focalizar em primeiro lugar no conceito de custo de vida. O leitor poderá consultar a abundante literatura destinada aos índices de preços, que aborda as questões conceituais e empíricas ligadas à consideração da evolução da qualidade. Evidentemente, não existe nem método simples nem método único.

98. Sob uma perspectiva social, a questão de saber a quem se refere um índice de preços se reveste de uma importância particular. As discussões teóricas sobre os índices de preços são muitas vezes conduzidas como se não existisse senão um tipo de consumidor representativo. Os serviços de estatística calculam a alta dos preços baseando-se em quanto custa comprar uma cesta média de produtos. Ora, cada um compra uma cesta de produtos diferente (os pobres, por exemplo, gastam mais com a alimentação e menos com os lazeres) e pode comprar seus produtos e serviços em diferentes categorias de lojas (que vendem produtos “análogos” por preços muito diferentes). Quando todos os preços evoluem da mesma maneira, importa pouco ter diferentes índices para diferentes categorias de pessoas. Entretanto, essas diferenças se acentuaram nos últimos tempos com a alta dos preços de petróleo e dos gêneros alimentícios, e as pessoas mais pobres puderam ver sua renda real mais atingida que as mais ricas.

99. Deaton (1998) estabeleceu uma relação entre os índices de preços específicos à renda e o problema da medida da qualidade. Ele argumenta que os efeitos de qualidade estão ligados à renda, e que “as vantagens resultantes de uma melhoria da

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

qualidade ou de novos produtos só serão neutras em termos de distribuição se os produtos envolvidos não forem nem produtos de luxo nem produtos de primeira necessidade. Mesmo se for verdade que os progressos realizados na tecnologia dos produtos de consumo beneficiaram a todas as categorias da distribuição da renda, é difícil acreditar que a maior parte dos produtos envolvidos não são produtos de luxo. Quando novos produtos são consumidos de maneira desproporcional pelos ricos, cujos índices de preços ao consumidor são ponderados em função de suas rendas, o índice aplicável é corrigido em função da qualidade e pode se revelar um indicador muito medíocre dos preços para o consumidor médio”.

100. É preciso poder dispor de um índice de preços ao consumidor privado (real²⁷) para as principais categorias da sociedade (por idade, por nível de renda ou, ainda, por local de residência, por exemplo, a população rural em relação à população urbana) para poder avaliar sua situação econômica. Uma das recomendações da *Comissão para a Medida do Poder de Compra dos Lares* (2008), na França, foi aperfeiçoar índices de preços ao consumidor distintos para as famílias proprietárias de sua moradia, para aquelas que alugam sua moradia e para aquelas que estão prestes a adquiri-la (Ruiz, 2009). Podem existir outras categorias pertinentes. Entretanto, na maior parte dos países, esses índices de preços não estão disponíveis. Quando índices providos de pesos diferentes para categorias diferentes da população podem ser facilmente calculados, e existem em vários países (como no Reino Unido, na França e na Alemanha), eles mostram geralmente evoluções relativamente análogas. Entretanto, o aperfeiçoamento exaustivo de índices de preços diferentes segundo as categorias socioeconômicas supõe que preços diferentes sejam coletados para diferentes segmentos da população de maneira a levar em conta os aspectos socioeconômicos na coleta de dados, o que será provavelmente difícil e caro. Esse aperfeiçoamento deveria constituir um objetivo no médio prazo, recomendação que faz eco em uma conclusão similar de Schultze e Mackie (2002²⁸). Este trabalho teria não somente por efeito aumentar a qualidade dos procedimentos de correção, mas permitiria igualmente aos cidadãos comparar mais facilmente sua situação pessoal em função de certos dados publicados pelos serviços de estatística sobre os rendimentos e os preços.

²⁷ Cf. Hill (2009) para um estudo dos índices do custo de vida em ligação com a produção de serviços dos lares.

²⁸ A Comissão Schultze indica que o «BLS [Departamento de Estatísticas do Trabalho dos Estados Unidos] deveria conduzir um programa de pesquisa preliminar que, em pequena escala num primeiro tempo, examinaria e avaliaria várias abordagens alternativas (principalmente, mas de maneira não limitativa, a utilização pelas pessoas inquiridas nas enquetes de escâner de mão e computadores) para coletar preços de maneira a poder associá-los às características dos lares. Um primeiro objetivo poderia consistir em produzir índices para certas categorias de produtos e alguns grupos demográficos”. Schultze e Mackie (2002), p.5.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

4.4 Os índices de preços: comparação no espaço

101. Da mesma forma que existem índices de preços para corrigir a renda nominal ou o consumo nominal no tempo em um dado país, é preciso igualmente que existam para corrigi-los com a finalidade de comparações no espaço, isto é, entre países ou regiões. Os índices de preços espaciais ou *Paridades de poder de compra* (PPC) existem, de longa data, na zona da OCDE²⁹; o Banco Mundial publicou recentemente novas PPC em escala mundial. Bom número de pontos levantados anteriormente para os índices de preços temporais valem igualmente para as PPC. É, assim, extremamente difícil comparar as diferentes qualidades de um mesmo tipo de produto em vários países. O problema que os produtos novos apresentam para os índices de preços temporais deve-se ao fato de que certos produtos existem em certos países, mas não em outros. Sob muitos aspectos, os problemas de medidas são ainda mais pronunciados para as PPC que para os índices de preços temporais.

102. Sob a ótica que nos diz respeito (efetuar comparações internacionais das rendas e dos consumos reais), as PPC devem ser escolhidas por refletirem melhor os bens e serviços que apresentam interesse para nossas comparações. A PPC aplicável às despesas de consumo final constitui um índice de correção espacial adaptado para o rendimento disponível (e naturalmente, para as despesas de consumo final), enquanto que o mesmo ocorre com a PPC aplicável ao consumo individual real para a renda disponível ajustada. Para realizar nossas comparações, recorreremos às PPC 2005.

103. A tabela 1.5 mostra que, em 2005, a renda disponível das famílias por habitante se estabelecia na França em 66% do nível dos Estados Unidos e, na Finlândia, em 49%³⁰. Essa diferença se reduz significativamente se levarmos em consideração os bens e serviços fornecidos pelo Estado: a renda real disponível ajustada por habitante atingia na França 79% e na Finlândia 68% do nível dos Estados Unidos. Isso reflete naturalmente o fato de que a parte das transferências sociais em espécie é mais importante nesses dois países da Europa do que nos Estados Unidos. Finalmente, todas as comparações ligadas aos lares retratam uma situação totalmente diferente daquela que é baseada no PIB por habitante. Acrescentemos a isso que mesmo essa comparação das rendas reais das famílias é incompleta sob o ângulo dos padrões de vida, já que os lazeres e importantes atividades não comerciais dos lares não recebem a atenção devida.

²⁹ Cf. por exemplo, o site da Internet no endereço: http://www.oecd.org/topicstatsportal/0,3398,en_2825_495691_1_1_1_1_1,00.html

³⁰ Os níveis de renda na França e na Finlândia em relação aos Estados Unidos são superiores aos níveis de consumo relativo em razão de taxas de poupança mais elevadas nos dois países da Europa.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.5 Renda real das famílias, comparações entre países, 2005

		France	United States	Finland
Real disposable income* per capita*	USD	19338	29448	14395
	USA=100	66	100	49
Real adjusted disposable income** per capita	USD	25378	32110	21771
	USA=100	79	100	68
Real GDP per capita (total economy)	USD	30519	41740	30460
	USA=100	73	100	73

*For private households and non-profit institutions serving households, net of depreciation; converted with PPPs for final consumption expenditure

**Equals disposable income corrected for social transfers in kind and converted with PPPs for actual individual consumption

Fonte: OECD Annual National Accounts.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Renda real disponível* por habitante* (em dólares dos Estados Unidos)

Renda real disponível ajustada** por habitante

PIB real por habitante (economia total)

* Para os lares privados e as entidades sem fins lucrativos que prestam serviços às famílias, dedução feita da depreciação; convertido por meio das PPC aplicáveis às despesas de consumo final.

** Equivale à renda disponível corrigida das transferências sociais em espécie e convertido por meio das PPC aplicáveis ao consumo individual real.

Fonte: OCDE, *contas nacionais anuais*.

4.5 Riscos e vulnerabilidade

104. A consideração da riqueza impõe considerar os riscos, a exposição aos riscos e a vulnerabilidade. Assim, quando os regimes de aposentadoria se baseiam, cada vez mais, em prestadores de serviço privados e que as famílias investem em aplicações financeiras mais arriscadas, o que não era o caso antes, os recursos financeiros das famílias ficam mais expostos à volatilidade dos mercados financeiros. O simples indicador do risco corrido pelas aplicações financeiras das famílias na França (isto é, a parte da riqueza das famílias sob a forma de aplicações fortemente expostas a riscos) mostra claramente que as famílias francesas estão cada vez mais expostas ao risco. Convém notar que o gráfico mostra a exposição, tanto direta quanto indireta, das famílias francesas: a exposição das carteiras dos investidores institucionais que oferecem às famílias quotas de fundos comuns de aplicação e apólices de seguro de vida é, com efeito, igualmente representada (qualificamos este ajuste como ajuste de “transparência”).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Gráfico 1.10 Parte das aplicações de risco na riqueza financeira das famílias, França



105. O indicador de risco apresentado acima diz respeito a todas as famílias francesas. Da mesma forma que para as mensurações das rendas, seria útil dividir esses dados em função das categorias socioeconômicas e mostrar, assim, qual é a parte da população mais exposta à volatilidade financeira.

106. Em uma base anual, pode-se imaginar que particulares se auto seguram contra incêndio pondo de lado uma reserva de 3%, por exemplo, para as perdas anuais esperadas. Igualmente, pode-se imaginar que particulares separem uma reserva contra perdas de carteira. Se os particulares assumem riscos mais importantes, eles deveriam igualmente separar provisões mais importantes. Na realidade, eles não fazem isso. Se a renda decorrente de uma maior tomada de risco está incluída nos cálculos de rendas clássicos (por exemplo, através dos bônus ligados aos desempenhos para os investidores financeiros), enquanto que as perdas de capital não o são, resulta uma assimetria que podem falsear os cálculos no longo prazo. Em nível nacional, as consequências contábeis de uma maior exposição aos riscos assumem um lugar importante nas conclusões a serem tiradas dos efeitos de diferentes políticas. Utilizar parâmetros que não reflitam as perdas esperadas no futuro, pode, por exemplo, dar uma visão demasiado otimista dos efeitos da desregulamentação

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

do setor financeiro. Regra geral, o sistema atual de contabilidade nacional não é capaz de refletir os riscos financeiros, o que pode levar a um quadro distorcido da exposição aos riscos das famílias e das sociedades.

4.6 – Indicadores mais amplos da atividade econômica das famílias

107. As mensurações da produção e das rendas da contabilidade nacional incluem todos os *bens* não comerciais produzidos pelas famílias³¹, assim como um elemento de *serviço* importante: o montante dos aluguéis que os proprietários de moradias “pagam a si próprios”.³² Todavia, nenhum outro serviço entre aqueles que as famílias produzem para si próprias³³ é contabilizado nas contas clássicas. Isso pode levar a distorções em várias frentes, principalmente exagerando as taxas de crescimento dos países em desenvolvimento (Deaton, 2005), em que esse tipo de produção é relativamente importante.

108. As atividades de serviço que as famílias exercem para elas mesmas compreendem as tarefas domésticas, a cozinha, a guarda dos filhos, a condução de seus veículos para se dirigirem ao trabalho, etc. Em princípio, o tempo passado nessas atividades produtivas pode ser medido, valorizado e integrado na contabilidade nacional clássica e nas medidas clássicas das rendas. Estudos anteriores³⁴ mostraram que os serviços desse tipo eram importantes e que sua consideração era de natureza a modificar o nível, a distribuição e o crescimento dos indicadores ampliados da renda e do consumo (e dos investimentos) das famílias. Como esses serviços podem ser substituídos por bens e serviços comprados no mercado, ainda que não sejam diretamente comercializáveis, podem influir na maneira pela qual os indivíduos escoam rendas comerciais.

109. O modo de funcionamento das famílias e da sociedade mudou profundamente. Assim, inúmeros serviços que eram antigamente assumidos pelos membros da família são hoje comprados no mercado. Isso se traduz nas contas nacionais por um aumento da renda e dá a impressão distorcida de um aumento do padrão de vida, enquanto que, na verdade, a prestação de serviços antigamente não comerciais incumbe agora ao mercado.³⁵ A passagem do fornecimento de um bem particular

³¹ A produção não comercial não é reservada às famílias. O Estado é um outro grande produtor não comercial, mas, diferentemente das famílias, os serviços que fornece são considerados nas contas nacionais clássicas.

³² Na França, os aluguéis estimados representam cerca de 14% das despesas de consumo final. *In the United States, the share is about 11%*.

³³ Não são também consideradas a produção e a utilização de serviços que as famílias produzem gratuitamente para outros, como os softwares livres.

³⁴ Por exemplo, Rüger e Varjonen (2008), Landefeld e McCulla (2000), Landefeld, Fraumeni e Vojtech (2006).

³⁵ Cf. Folbre e Wagman (1993) e Wagman e Folbre (1996). Um valor social suplementar pode ser conferido ao fato de que a

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

do setor privado ao setor público não deveria afetar a medida da produção, e o mesmo ocorre para a passagem da produção dos lares para o mercado ou vice-versa. Na prática esse princípio de invariância não é assegurado pelas convenções atuais sobre a medida dos serviços das famílias.

110. Tomemos uma família que compreende dois pais e dois filhos, dispondo de um rendimento de 50 mil unidades monetárias por ano, no qual um só dos pais ocupa um emprego remunerado em tempo integral, e o outro se especializa na produção doméstica. Um dos pais, que fica em casa, encarrega-se de fazer as compras, cozinha todas as refeições, faz todo o trabalho doméstico e cuida sozinho dos filhos. Essa família não tem, portanto, necessidade de destinar uma parte, qualquer que seja, de sua renda comercial à compra desses serviços. Tomemos agora uma família que compreenda dois pais e dois filhos, no qual ambos ocupam um emprego de tempo integral remunerado pelo mesmo montante total (50 mil por ano) e nenhum deles tem tempo de assumir a produção doméstica ou de cuidar dos filhos. Esse lar deve pagar pela totalidade das compras, da cozinha, das tarefas domésticas e do cuidado das crianças. Sua renda disponível é, portanto, reduzida. Os modos de cálculo tradicionais consideram que essas duas famílias têm o mesmo padrão de vida, o que manifestamente não é o caso.

111. A elaboração de um conjunto completo de contas para as famílias poderia fornecer uma tabela mais exaustiva da produção das famílias. Isso permitiria levar em conta não somente os serviços mencionados acima, mas também a educação enquanto investimento, aumentando a importância do capital humano. Desnecessário dizer que a consideração global desse investimento deveria integrar a depreciação do capital humano, em razão do envelhecimento, por exemplo. Estudos conduzidos nos Estados Unidos (Jorgenson e Fraumeni 1989, 1992) por meio dessa medida global da atividade de produção deram números mais significativos: descobriu-se, principalmente, que o investimento em capital humano representa, pelo menos, quatro vezes o investimento em capital não humano.

112. Finalmente, a consideração da produção das famílias pode ofuscar nossa avaliação do ritmo do crescimento econômico e aquela da distribuição da renda e do consumo. Um relatório importante publicado recentemente sobre as atividades

produção se efetue por intermédio de transações comerciais em vez de no interior das famílias pelo simples fato de que empregos são criados e constituem geralmente mais que simples fontes de renda para os particulares. Nesse sentido, a passagem de uma produção comercial a uma produção não comercial ou vice-versa pode não ser neutra. A mesma observação pode naturalmente ser feita no sentido inverso: certas atividades produtivas das famílias podem gerar uma utilidade que excede de longe o valor comercial equivalente. Criar filhos é um dos exemplos que vem à mente.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

não comerciais e seus números (Abraham e Mackie, 2005) resume suas observações da forma a seguir:

« O ponto determinante desta análise é que o crescimento econômico pode modificar a importância relativa da produção doméstica e daquela do mercado. Podem resultar conclusões incorretas sobre o ritmo de crescimento do bem-estar econômico médio se somente o PIB comercial for objeto de medida. Já que a produção doméstica pode variar segundo as categorias de renda e segundo a evolução de suas possibilidades, ignorar essas variações na mensuração das rendas distorcerá igualmente as conclusões sobre a evolução das desigualdades.” (Abraham e Mackie, p. 62).

113. Encontraremos a seguir alguns cálculos que mostram as repercussões determinadas pelo fato de completar a medida clássica das rendas das famílias pela produção não comercial de serviços por esses lares, orientando-se, portanto, para uma noção de “renda total” (Becker, 1965) e de consumo total.

4.7 A utilização do tempo

114. A Tabela 1.6 apresenta uma primeira comparação do tempo dedicado a diferentes atividades por família e por dia. A produção doméstica compreende o tempo passado a fazer os trabalhos domésticos, a comprar bens e serviços, a se responsabilizar e ajudar outras pessoas, membros do lar ou não, a exercer atividades voluntárias, a telefonar, escrever cartas e e-mails, e o tempo de transporte ligado a todas essas atividades. A expressão “atividades pessoais” diz respeito, essencialmente, ao tempo passado a dormir, comer e beber, enquanto que a expressão “trabalho remunerado” diz respeito ao tempo destinado ao trabalho remunerado ou ao estudo, seja em casa, seja no local de trabalho, assim como o tempo de trajeto entre o domicílio e o local de trabalho. O termo “lazer” cobre as atividades restantes e abrange o esporte, as atividades religiosas e espirituais, assim como as outras atividades de lazer. O tempo dedicado às atividades pessoais nos diferentes países foi padronizado pelo valor mais baixo, de maneira a minimizar a forma pela qual as diferenças de um país para outro, na concepção das enquetes, são capazes de influir nos resultados.³⁶ Simultaneamente, essa padronização comporta o risco de apagar verdadeiras diferenças de comportamento entre países.

³⁶ Para mais pormenores sobre os métodos e as limitações da comparabilidade internacional das enquetes sobre a utilização do tempo, cf. OCDE (2009).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

115. O tempo dedicado aos deslocamentos faz sobressair outra ambiguidade dos dados. Destinar essa utilização do tempo à produção ou ao consumo não é evidente. Contabilizar juntos deslocamentos e trabalho doméstico atenua as diferenças entre certos países da Europa e Estados Unidos no tempo destinado à produção não comercial. A classificação que utilizamos segue a convenção em vigor na literatura destinada à utilização do tempo e afeta o tempo passado em deslocamento para a atividade à qual está associado; em outros termos, o tempo de trajeto associado ao trabalho remunerado é acrescentado a esse último e o tempo de trajeto ligado ao cuidado dos filhos e às tarefas domésticas é acrescentado às atividades não comerciais. A própria definição dos lazeres é também um pouco arbitrária. O tempo passado a comer e beber, em particular, está incluído nas atividades pessoais, quando é evidente que uma parte dessas atividades diz respeito a lazeres. Alguns consideram que cozinhar e, em seguida, comer uma boa refeição é uma atividade de lazer completamente agradável, e não uma tarefa árdua que poderia facilmente ser substituída por uma refeição em um estabelecimento de refeições rápidas.

116. Considerando a padronização dos dados e das reservas expressas acima (cf. anexo A para mais informações), parece que o tempo destinado a produção doméstica é mais importante nos países da Europa do que nos Estados Unidos. Os Estados Unidos são igualmente um dos raros países onde o tempo destinado ao trabalho remunerado é mais importante que aquele destinado ao trabalho doméstico (Freeman e Schettkat, 2005). Ocorre o mesmo para os lazeres. A Finlândia, a França, a Itália, a Alemanha e o Reino Unido destinam mais tempo aos lazeres que os Estados Unidos (Tabela 1.6). Convém notar que essas diferenças seriam ainda acentuadas se o tempo passado a comer fosse contabilizado diferentemente. De acordo com as enquetes sobre a utilização do tempo de que dispomos, os norte-americanos só passam em média 74 minutos por dia a comer e beber contra 135 minutos para os franceses. A Tabela 1.7 apresenta outra distribuição do tempo destinado a beber e a comer, a metade deste último sendo aqui atribuído aos lazeres antes que às atividades pessoais; o tempo destinado às atividades pessoais, por outro lado, não foi padronizado. O tempo de lazer na França se revela, nesse caso, inferior àquele dos Estados Unidos, e o tempo destinado ao trabalho doméstico não remunerado é agora praticamente idêntico nos dois países. Deduzimos daí que a distribuição de certas atividades em categorias de utilização do tempo, assim como sua comparação internacional, poderiam ser melhoradas e harmonizadas.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.6 Uso do tempo da população (com 16 anos de idade e mais)

Em minutos por dia, com padronização para as atividades pessoais; últimos anos disponíveis*

	Personal care	Paid work			Unpaid work			Leisure		Unspecified time use	Total	
		Total	Men	Women	Total	Men	Women	Total	Men			Women
Germany	616	196	251	144	219	161	273	394	371	349	15	1440
Italy	616	219	300	143	232	107	352	360	343	264	13	1440
UK	616	229	289	171	228	160	291	356	355	322	11	1440
France	616	215	269	167	215	147	276	358	283	249	36	1440
Finland	616	222	261	185	209	159	251	376	376	348	17	1440
USA	616	245	291	203	213	161	261	344	332	294	22	1440

*Unites States: 2005, Finland 1998, France 1998, Germany 2002, Italy 2003, United Kingdom 2001.

Fonte: OECD (2009), based on HETUS and ATUS databases.

[Legenda:]

[horizontalmente:] Cuidados pessoais Trabalho remunerado (total, homens, mulheres) Trabalho não remunerado (total, homens, mulheres) Lazer (total, homens, mulheres) Não especificado Total

[verticalmente:] Alemanha Itália Reino Unido França Finlândia Estados Unidos

*Estados Unidos: 2005; Finlândia: 1998; França: 1998; Alemanha: 2002; Itália: 2003; Reino Unido: 2001.

Fonte: OCDE (2009), a partir dos bancos de dados HETUS e ATUS.

Tabela 1.7 Uso do tempo da população (com 16 anos de idade e mais)

Em minutos por dia, 50% do tempo destinado a comer e a beber sendo atribuído aos lazeres; últimos anos disponíveis*

	Personal care	Paid work	Education	Unpaid work	Leisure	Unspecified time use	Total time
Italy	360	207	12	232	616	13	1440
UK	592	220	9	228	381	11	1440
France	642	201	14	215	333	36	1440
Finland	591	207	15	209	402	17	1440
USA	611	227	18	213	349	22	1440

*Unites States: 2005, Finland 1998, France 1998, Germany 2002, Italy 2003, United Kingdom 2001.

Fonte: OECD (2009), based on HETUS and ATUS databases.

[Legenda:]

[horizontalmente:] Cuidados pessoais Trabalho remunerado Educação Trabalho não remunerado Lazer Não especificado Tempo Total

[verticalmente:] Alemanha Itália Reino Unido França Finlândia Estados Unidos

*Estados Unidos: 2005; Finlândia: 1998; França: 1998; Alemanha: 2002; Itália: 2003; Reino Unido: 2001.

Fonte: OCDE (2009), a partir dos bancos de dados HETUS e ATUS.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

117. O uso do tempo difere fortemente segundo os sexos. Em cada um dos países considerados, os homens destinam mais tempo ao trabalho remunerado que as mulheres, e o inverso se verifica para o trabalho não remunerado. Os homens destinam também mais tempo aos lazeres do que as mulheres. Essa questão da distribuição no interior dos lares desaparece quando se considera as rendas ou o consumo por família.

Gráfico 1.11 Trabalho doméstico, trabalho remunerado e lazeres

Em minutos por dia e por pessoa, último ano disponível*



[Legenda:]

[azul] trabalho remunerado

[vermelho] trabalho não remunerado

[verde] lazeres

Alemanha Itália Reino Unido França Finlândia Estados Unidos

* Utilizando séries padronizadas para as atividades pessoais; Estados Unidos 2005; Finlândia 1998; França 1999; Alemanha 2002; Itália 2003; Reino Unido 2001.

Fonte: OCDE, 2009; a partir dos bancos de dados HETUS e ATUS.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.8. Tempo dedicado a diferentes atividades, relação homens/mulheres*

	Paid work	Unpaid work	Leisure
Germany	1.74	0.66	1.36
Italy	2.10	0.62	2.17
UK	1.69	0.75	1.43
France	1.61	0.78	1.46
Finland	1.41	0.89	1.31
USA	1.44	0.95	1.32

[Legenda:]

[horizontalmente:] Trabalho remunerado Trabalho não remunerado Lazer

[verticalmente:] Alemanha Itália Reino Unido França Finlândia Estados Unidos

118. Uma grande pobreza dos dados sobre o uso do tempo deve-se à indisponibilidade de séries cronológicas coerentes. Enquetes sobre o uso do tempo foram realizadas no passado, mas de maneira irregular na maior parte dos casos e com uma comparabilidade muitas vezes limitada entre as diferentes enquetes. A avaliação do uso do tempo cobrindo períodos bastante longos implica o recurso a aproximações e estimativas de qualidade variável. Esta observação se aplica também ao presente estudo. Uma das principais tarefas estatísticas a serem levadas a bom termo no futuro consistirá em elaborar séries cronológicas comparáveis em nível internacional sobre a maneira como as pessoas utilizam seu tempo, a fim de poder identificar tendências. Esse trabalho está em andamento nos Estados Unidos e em vários países da Europa, mas é inexistente em muitas outras partes do mundo.

4.8 Avaliar a produção dos serviços domésticos

119. É possível calcular concretamente o valor da produção doméstica na França, na Finlândia e nos Estados Unidos. A abordagem escolhida aqui é simples:³⁷ o valor da produção dos serviços domésticos é calculado de acordo com seus custos.³⁸ Dois elementos básicos são levados em consideração, o valor do fator trabalho e o valor dos serviços em capital a partir dos bens duráveis. No que se segue, suporemos igualmente que o volume da produção doméstica varia com o volume

³⁷ Para estudos mais elaborados e mais específicos, referentes, por exemplo, ao cuidado dos filhos, cf. Folbre e Jayoung (2008).

³⁸ Schreyer e Diewert (2009) mostram que essa escolha implica ou que as famílias sejam limitadas na sua possibilidade de fornecer horas suplementares ao mercado de trabalho ou que eles escolham comprometer-se em uma produção por sua própria conta porque o lucro líquido retirado do tempo passado em tarefas domésticas é positivo. Outra solução possível consistiria em dar à produção doméstica um valor comercial no caso em que um produto equivalente exista no mercado. Entretanto, essa solução, que complica as coisas, não foi escolhida aqui. Para uma análise recente abrangendo indicações sobre o impacto quantitativo dessa escolha metodológica, cf. Fraumeni (2008).

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

dos insumos trabalho e capital. Esta hipótese pressupõe que não há evolução de produtividade na produção dos serviços domésticos. Bom número de observações feitas anteriormente em relação com a medida do valor dos serviços prestados pelo Estado se aplica aqui também, dito de outra forma, nosso método de quantificação dos valores e volumes da produção doméstica é baseado nos insumos.

120. O valor do trabalho é estimado multiplicando-se o salário-hora livre de impostos e de contribuições sociais de um empregado doméstico generalista, pelo número de horas dedicadas ao trabalho doméstico. A metodologia tem aqui sua importância, e os resultados podem variar sensivelmente, em particular conforme as hipóteses escolhidas para a valorização do trabalho.³⁹ Os dados referentes ao salário dos empregados domésticos são tirados da publicação conjunta do Eurostat-OCDE (2005) sobre as paridades de poder de compra. Este valor, entretanto, só está disponível para um único ano, enquanto que, para a finalidade buscada, tivemos que elaborar uma série cronológica. Utilizamos para esse fim a evolução do salário-hora para o setor “Outras atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais” de cada país, tomando por hipótese que os salários dos empregados domésticos evoluíram no mesmo ritmo que aqueles do setor conexo.⁴⁰ Por este fato, o valor da produção doméstica aumentará se essas taxas de remuneração aumentarem e/ou se o número de horas dedicado ao trabalho doméstico aumentar. O valor da produção doméstica aumentará igualmente se o preço e/ou a quantidade dos serviços em capital tirados dos bens duráveis aumentar.

121. A quantidade do fator trabalho é representada pelo tempo dedicado ao trabalho doméstico. Conforme indicado acima, subsistem incertezas quanto à sua evolução; por outro lado, não existem enquetes cronologicamente homogêneas sobre o uso do tempo. Nós nos baseamos, portanto, em duas hipóteses: uma variante A, na qual o tempo dedicado por dia e por pessoa ao trabalho doméstico permanece constante, e uma variante B, na qual o tempo dedicado ao trabalho doméstico evolui no mesmo ritmo que o tempo dedicado ao trabalho remunerado (o que implica uma diminuição em todos os países). O principal argumento em favor da variante

³⁹ Landefeld, Fraumeni e Vojtech (2009) apresentam outras estimativas do valor da produção doméstica para os Estados Unidos. Sua estimativa da produção doméstica para 2004, que exclui os serviços de bens duráveis e a moradia ocupada pelo proprietário e que faz intervir uma taxa salarial de ajuda doméstica para avaliar o tempo dedicado à produção doméstica, atinge 19% do PIB medido de maneira clássica. Nossa própria estimativa, que exclui os serviços de bens duráveis para os Estados Unidos, alcança 22% do PIB medido de modo tradicional.

⁴⁰ Não existe forte justificativa empírica em apoio a essa escolha. Se a evolução dos salários em escala nacional é utilizada para elaborar uma série cronológica, os números que daí resultam são totalmente diferentes, porque os salários em escala nacional aumentam em geral mais rapidamente que os salários do setor das atividades de serviços coletivos, sociais e pessoais. As estimativas que daí resultam sobre o valor da produção doméstica são diretamente afetadas por essa escolha.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

A reside em sua simplicidade; na falta de melhores informações sobre a evolução do trabalho doméstico, nós o supusemos inalterado. A variante B pressupõe que o trabalho doméstico não é um substituto ao trabalho remunerado e que trabalho e lazeres agem como substitutos. Outras hipóteses poderiam ser feitas, mas as incertezas só poderiam ser levantadas por observações coerentes do uso do tempo.

122. O valor dos serviços em capital se mede elaborando um estoque de bens duráveis e multiplicando-o por um preço estimado dos serviços em capital para os bens duráveis.⁴¹ O insumo em volume dos serviços em capital tirados dos bens duráveis é representado pelo estoque líquido de bens duráveis. O Anexo A fornece mais pormenores sobre os métodos utilizados para calcular os serviços em trabalho e em capital, assim como sobre os resultados.

123. Uma hipótese implícita importante na medida do volume da produção doméstica com base no volume dos insumos, trabalho ou capital, é que não há crescimento da produtividade multifatorial. Um crescimento da produtividade multifatorial implicaria em que o trabalho e o capital domésticos são associados mais eficazmente na produção de serviços domésticos. Convém, contudo, observar que a produtividade do trabalho pode evoluir se utilizarmos mais ou menos serviços prestados pelos bens duráveis por unidade de insumo trabalho. O Anexo A apresenta, portanto, duas variantes, uma sem crescimento da produtividade multifatorial e a outra, com um crescimento da produtividade multifatorial suposto de 0,5% ao ano.

124. O valor dos serviços domésticos apresentado aqui é uma primeira aproximação. Em conformidade com estudos anteriores, as estimativas para a produção de serviços pelas famílias por sua própria conta são uma questão a não ser negligenciada. Segundo as diferentes hipóteses escolhidas, a produção doméstica representa o equivalente a cerca de 35% do PIB da França, calculado segundo os métodos tradicionais (média 1995-2006), a cerca de 32% na Finlândia e de 30% nos Estados Unidos.⁴² O valor da produção doméstica se compõe do valor

⁴¹ Os serviços de moradia que as famílias que possuem sua própria morada fornecem a elas próprias já estão contabilizados nos cálculos de rendas das contas nacionais contabilidade nacional. Para evitar todo e qualquer acúmulo, eles não são levados em conta aqui. Observaremos, todavia, que o valor do trabalho doméstico tal como ele é apresentado aqui não cobre de maneira completa a produção de serviços pelos lares por sua própria conta.

⁴² Não existem observações anuais para as enquetes sobre o uso do tempo. Criamos uma série deste tipo utilizando informações sobre o número de horas efetivamente trabalhadas por ano (no mercado de trabalho), com base nas enquetes de mão de obra. A tendência em horas por pessoa foi utilizada para extrapolar retrospectivamente as horas dedicadas ao trabalho remunerado, tais como elas são fornecidas pelos estudos ATUS e HETUS sobre a utilização do tempo. O tempo dedicado às atividades pessoais

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

do trabalho doméstico (cerca de 22% do PIB entre 1995 e 2006 nos Estados Unidos, cerca de 30% na França e 29% na Finlândia) e do valor dos serviços em capital prestados pelos bens duráveis.⁴³

125. Uma parte do tempo dedicado pelas famílias ao trabalho não remunerado é utilizado em produzir bens por sua própria conta, como plantar legumes e realizar atividades de construção ou de conserto em sua própria moradia. Como os valores de produção dessas atividades já estão integrados na contabilidade nacional, nossa avaliação comporta uma parte de dupla contabilização. Para os três países considerados, entretanto, a importância desta distorção é provavelmente pouca. Pode ser diferente para os países em desenvolvimento, em que a produção agrícola assumida pelos lares para seu próprio consumo pode ser um elemento mais importante.

126. De uma perspectiva de avaliação dos padrões de vida, é igualmente interessante saber em que medida uma avaliação mais extensa da produção doméstica modifica a das rendas e do consumo. Para esse fim, medidas reais efetuadas no tempo e comparadas a dados internacionais são indicadores reveladores. A Tabela 1.9 compara o crescimento das rendas reais no decorrer do último decênio. O fato de levar em consideração a produção doméstica baixa significativamente as taxas de crescimento medidas da renda real nos três países. A estrutura geral do crescimento de cada país não é notavelmente modificada nem a estrutura relativa do crescimento entre países. As diferenças são, todavia, mais importantes quando se comparam níveis de renda para diferentes países, como mostra a Tabela 1.10. As primeiras linhas dessa tabela fornecem uma comparação baseada na renda disponível ajustada real (isto é, num agregado de contabilidade nacional existente), a terceira e a quarta linhas comparam as rendas reais inclusive a produção doméstica. Pelo fato de que a produção doméstica é mais importante na França e na Finlândia que nos Estados Unidos, essa nova medida reduz a diferença das rendas das famílias por habitante entre os dois países da Europa e os Estados Unidos.

foi mantido constante. Considerando as observações anuais do tempo dedicado a algo diferente do trabalho remunerado e das atividades pessoais, a distinção foi feita entre as variantes A (o tempo dedicado ao trabalho doméstico permanece constante) e B (o tempo dedicado ao trabalho doméstico evolui no mesmo ritmo que o tempo dedicado ao trabalho remunerado). Para cada variante, o tempo residual foi atribuído às atividades restantes nas mesmas proporções que aquelas observadas nesses últimos anos nas enquetes de ATUS e HETUS sobre o uso do tempo.

⁴³ Sobre longos períodos, os bens duráveis importam pouco, já que incluímos o valor desses bens no PIB e que, durante sua duração de vida, seu valor (atualizado) é igual ao valor dos serviços prestados.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

127. Deve ser reiterado que são muitas as hipóteses envolvidas nas comparações apresentadas aqui. Os números resultantes não se apoiam, portanto, em uma base muito sólida, considerando a falta de dados objetivos em várias etapas do cálculo. É preciso, portanto, mostrar grande discernimento evitando supervalorizar os resultados. Isso não deveria impedir os serviços oficiais de estatística de avaliar regularmente o valor total da produção doméstica. Contas satélites sobre as atividades domésticas permitiriam compensar a qualidade medíocre dos dados e a baixa frequência dessas estimativas.

Tabela 1.9 Renda real das famílias levando em consideração a produção doméstica, 1995-2006

Evolução anual em porcentagem

	France	United States	Finland
Real adjusted disposable income*	2.2%	3.1%	2.5%
Real adjusted disposable income*, corrected for household production**	1.9%	2.9%	2.2%

*For private households and non-profit institutions serving households; net of depreciation.

**Income from household production' equals the value of the estimated labour and capital inputs used by households to produce own-account services (except owner occupied housing); deflated with price index for actual individual consumption corrected for household production

Fonte: OECD estimates.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Renda disponível ajustada real*

Renda disponível ajustada real* levando em conta a produção doméstica**

* Para os lares privados e as entidades sem fins lucrativos que fornecem serviços aos lares, dedução feita da depreciação.

**A renda proveniente da produção doméstica é igual ao valor dos insumos trabalho e capital estimados, utilizados pelas famílias, para produzir serviços por sua própria conta (exceção feita da moradia ocupada pelo proprietário); corrigido por meio do índice de preços ao consumidor individual real, considerando a produção doméstica.

Fonte: Estimativas OCDE.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.10 Renda real das famílias levando em conta a produção doméstica, 2005

		France	United States	Finland
Real adjusted disposable income* per capita	USD per capita	25378	32110	21771
	USA=100	79	100	68
Real adjusted disposable income* per capita, corrected for household production**	USD per capita	35037	41904	29208
	USA=100	84	100	70

*For private households and non-profit institutions serving households, net of depreciation, converted with PPPs for actual individual consumption

**Income from household production equals the value of the estimated labour and capital inputs used by households to produce own-account services (except owner occupied housing), converted with PPPs for actual individual consumption corrected for household production

Fonte: OECD estimates.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Renda disponível ajustada real* por habitante (em dólares dos Estados Unidos por habitante)

Renda disponível ajustada real* por habitante levando em conta a produção doméstica** (em dólares dos Estados Unidos por habitante)

* Para os lares privados e as entidades sem fins lucrativos que fornecem serviços às famílias, dedução feita da depreciação e convertido por meio das PPC aplicáveis ao consumo individual real.

**A renda proveniente da produção doméstica é igual ao valor dos insumos trabalho e capital estimados, utilizados pelas famílias para produzir serviços por sua própria conta (exceção feita da moradia ocupada pelo proprietário); corrigido por meio das PPC aplicáveis ao consumo individual real com correção para levar em conta a produção doméstica.

Fonte: Estimativas OCDE.

4.9 A avaliação dos lazeres

128. Pensar nas rendas não comerciais leva naturalmente a pensar nos lazeres. Em razão do tempo que dedicamos a produzir rendas (comerciais ou não), compramos bens e serviços para satisfazer a nossas necessidades, além de um conjunto de benefícios não comerciais. O tempo disponível para os lazeres influi sobre o bem-estar de maneira mais direta. Daí resulta que a evolução do tempo dedicado aos lazeres e a diferença entre os países são um dos aspectos mais importantes para a avaliação comparativa do bem-estar econômico. O fato de só considerar os bens e serviços pode, portanto, falsear as medidas comparativas do bem-estar em favor da produção de bens e serviços. Esse ponto é particularmente importante na hora em que o mundo começa a se interessar pelas restrições ambientais: não será possível aumentar indefinidamente a produção econômica, especialmente a produção de bens. Taxas e regulamentações serão impostas para desestimular a produção de bens e modificar a maneira pela qual eles são produzidos. Ora, se a produção decresce e se os lazeres aumentam, precisamos registrar esses dois parâmetros e não somente o declínio da produção.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

129. Com os progressos da sociedade, não é fora de propósito supor que cada um vai querer tirar proveito de uma parte desses progressos sob a forma de lazer.⁴⁴ Stiglitz (obra a ser lançada) observa que, no decorrer dos últimos 30 anos mais ou menos, os norte-americanos pouco aumentaram seu tempo de lazer a despeito do forte aumento do volume de bens e serviços à sua disposição. Ele nota igualmente a diferença crescente da estrutura dos lazeres entre os Estados Unidos e outros países e se pergunta sobre o que isso significa para as comparações dos padrões de vida. Qualquer que seja precisamente a resposta (que pode, aliás, sair do âmbito da economia tradicional), é verdade que diferentes sociedades podem reagir de maneira diferente à relação consumo-lazer, e não desejamos que nossos juízos (em matéria de sucesso, por exemplo) sejam enviesados em *detrimento* das sociedades que escolhem usufruir de seus lazeres excluindo-os de nosso sistema de cálculo.

130. É, entretanto, difícil atribuir um valor monetário aos lazeres. Economistas abordaram esta questão considerando o tempo de lazer como um bem de consumo cujo preço é o valor da renda tirado do trabalho, ao qual foi preciso para isso renunciar.⁴⁵ Nordhaus e Tobin (1973) estiveram entre os primeiros a realizar um ajuste explícito das mensurações da renda nacional para levar em conta o valor dos lazeres, reconhecendo assim que um desenvolvimento dos lazeres contribui ao bem-estar da população. Certo número de problemas de mensuração deve ser tratado neste contexto (Boarini *et al.*, 2006). Assim, os lazeres de uma pessoa que sofre restrições em matéria de horas suplementares no mercado de trabalho não são necessariamente avaliados da mesma maneira que aqueles de uma pessoa que não sofre nenhuma restrição. A quantidade de lazeres é às vezes difícil de apreciar em razão da dificuldade para traçar uma linha de demarcação entre atividades pessoais (sono, etc.) e lazeres. A avaliação exata é também objeto de discussões: que taxa salarial devemos escolher? A quantidade dos lazeres deveria ser ajustada para levar em conta uma produtividade aumentada (por exemplo, pelo fato de uma maior disponibilidade dos bens duráveis)? Certos debates, ultimamente, versaram sobre a maneira exata de integrar indicadores de lazeres nas medidas correntes do PIB e da renda.⁴⁶

131. Inúmeros problemas levantados por essa discussão diferem pouco daqueles que foram lembrados nas sessões precedentes, por exemplo, para a produção do-

⁴⁴ Keynes (1935).

⁴⁵ Nordhaus e Tobin (1973).

⁴⁶ A abordagem privilegiada por Nordhaus e Tobin (1973) acrescenta o valor dos lazeres a preços constantes ao PIB real, tanto para o ano inicial quanto para o ano final; como o crescimento dos tempos de lazer é geralmente menor que aquele do PIB real (na falta de ajustes de produtividade), o agregado ajustado em função dos lazeres que daí resulta aumentará, regra geral, menos que o PIB real (isso ainda mais porque a importância dos lazeres é grande em relação ao PIB). A abordagem sugerida por Usher (1973) acrescenta a evolução do tempo de lazeres ao PIB real no último ano: quando os lazeres aumentam no tempo, o crescimento do PIB ajustado em função dos lazeres ultrapassará aquele do PIB real, mesmo na falta de ajustes de produtividade.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

méstica. Os problemas de índice são onipresentes em todos os aspectos da contabilidade das rendas nacionais, como o são os problemas ligados às imputações para as atividades não comerciais. Mesmo para atividades comerciais, não fazemos senão *supor* avaliações em mercados concorrenciais, sabendo com pertinência que essas hipóteses não são adequadas em numerosos setores-chave da economia. Igualmente, no caso da produção (pública) não comercial, emitimos hipóteses implícitas sobre o ritmo relativo das evoluções tecnológicas (em relação ao de uma atividade comercial). Resultados sensivelmente diferentes seriam obtidos com outras hipóteses. A medida dos lazeres coloca seguramente problemas, bem como a mensuração do tempo dedicado à produção doméstica. Quando a cozinha é uma atividade de lazer e quando é um substituto à produção comercial?

132. Nossa abordagem da mensuração dos lazeres se opera a partir de dados sobre o uso do tempo. O valor dos lazeres por hora se mede segundo seu custo de oportunidade, isto é, o salário perdido porque uma pessoa se entrega a lazeres em vez de entregar-se a um trabalho remunerado. A presente seção fornece alguns cálculos representativos da incidência dos lazeres em nosso sistema de medida. Esses cálculos se baseiam em certo número de hipóteses. Primeiramente, só avaliamos os lazeres da população em idade produtiva, supondo que o custo de oportunidade para as outras partes da população é nulo. Em segundo lugar, ignoramos as diferenças de valor dos lazeres para pessoas em idade produtiva apresentando características diferentes (assim, uma hora de lazer de uma pessoa considerada como involuntariamente sem emprego é valorizada da mesma maneira que aquela de uma pessoa que tenha um emprego bem remunerado e trabalhe um grande número de horas). Finalmente, valorizamos os lazeres com base em uma remuneração média, após imposto, dos assalariados em cada país. Multiplicando o tempo de lazer médio cotidiano pelo número de pessoas em idade produtiva, depois pela taxa salarial, obtemos uma medida do valor total dos lazeres.

133. Essa abordagem levanta duas questões. A primeira deve-se à falta de dados: nenhuma distinção é feita entre pessoas com emprego, desempregados e inativos no consumo do tempo de lazer cotidiano. Ora, divisões socioeconômicas das enquetes sobre a utilização do tempo mostram que essas distinções existem. As pessoas com emprego têm geralmente menos tempo de lazer que a média, enquanto que os inativos dedicam mais tempo aos lazeres. O segundo problema versa sobre o tratamento reservado aos aposentados. Nosso método pressupõe um custo de oportunidade nulo para a população com mais de 64 anos de idade, o que é incorreto no caso em que as pessoas desta faixa de idade poderiam trabalhar se desejassem. Inversamente, existem, nessa faixa de idade, pessoas ativas no mercado de trabalho, e a atribuição

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

de um valor nulo a seus lazeres implica uma subavaliação do valor total dos lazeres. Contudo, operar uma discriminação entre aposentados confrontados ou não a restrições na escolha de um trabalho, se apoia sobre uma base empírica reduzida.

134. Um segundo ponto fraco dos cálculos deve-se a que não se faz distinção entre assalariados a tempo integral e assalariados a tempo parcial. Se o trabalho a tempo parcial é uma escolha, o aumento dos lazeres resultante deveria ser valorizado em termos de perda de salário. Inversamente, se os assalariados são obrigados a trabalhar em tempo parcial, os lazeres adicionais resultantes para eles deveriam ter uma menor valorização. Entretanto, considerando que os indivíduos podem sempre escolher dedicar-se à produção doméstica, é racional supor que o valor dos lazeres é pelo menos igual aquele que é estimado para a produção doméstica: o custo de oportunidade dos lazeres.

135. Finalmente, não se deve esquecer que um dos objetivos importantes da valorização dos lazeres é fazer comparações internacionais: uma dada renda real, em uma sociedade com mais lazeres, implicará de maneira geral um padrão de vida mais alto do que em uma sociedade com as mesmas rendas, mas menos lazeres. O papel que pode ou não representar a complexidade da medida dos lazeres nas comparações internacionais depende da aprovação *relativa* que os lazeres representam conforme os diferentes grupos – empregados (e inativos) em relação aos desempregados, assalariados em tempo integral em relação aos assalariados em tempo parcial, etc. – e da ocorrência *relativa* de lazeres impostos. Se essas proporções variam de maneira significativa segundo os países, as comparações internacionais serão afetadas. Se as proporções forem análogas, as comparações serão menos afetadas. Mas, mesmo os lazeres “impostos” podem ser avaliados. Regulamentações sociais ou negociações sindicais pedindo X semanas de folga traduzem as preferências de uma sociedade. O número de dias de férias varia enormemente segundo os países. Terão que ser feitas pesquisas mais profundas para reduzir as incertezas sobre essas questões.

136. Para os três países referidos, o valor dos lazeres acrescenta de 20 a 30% à renda líquida disponível das famílias em termos nominais. Mais interessante que o nível das rendas nominais é a questão de saber em que os lazeres influem sobre as tendências em matéria de renda e de consumo *reais* segundo os países. As mensurações reais são obtidas, aí também, aplicando-se um índice de preços adequado às mensurações nominais. Este índice de preços inclui atualmente um componente para o “preço” dos lazeres, isto é, os salários perdidos no mercado de trabalho. Os resultados sobre as taxas de crescimento anuais constam da Tabela 1.11. Comparativamente à taxa medida da renda real, o índice ajustado em função dos lazeres evolui nitidamente com mais lentidão. Isso corrobora precedentes estudos

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

que demonstram que as mensurações das rendas abrangendo um componente não comercial importante (como a produção doméstica e os lazeres) apresentavam, geralmente, níveis mais altos, taxas de crescimento mais lentas e uma volatilidade⁴⁷ menor que as mensurações das rendas e dos preços fundamentadas no mercado e tendo sido objeto de uma definição mais estreita.

Tabela 1.11 Renda real das famílias, levando em conta a produção doméstica e os lazeres

Evolução anual em porcentagem, 1995-2006

	France	United States	Finland
Real adjusted disposable income**	2.2%	3.1%	2.5%
Real adjusted disposable income**, corrected for household production and for leisure**	1.4%	2.3%	1.4%

*For private households and non-profit institutions serving households; net of depreciation.

**'Income from household production' equals the value of the estimated labour and capital inputs used by households to produce own-account services (except owner occupied housing); leisure has been valued with the average after-tax wage of the working age population; income has been deflated with a price index for actual individual consumption, adjusted for household production and leisure.

Fonte: OECD estimates.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Renda disponível ajustada real*

Renda disponível ajustada real* levando em conta a produção doméstica e os lazeres**

* Para os lares privados e as entidades sem fins lucrativos que fornecem serviços às famílias, dedução feita da depreciação.

**O rendimento da produção doméstica é igual ao valor dos insumos trabalho e capital estimados, utilizados pelas famílias para produzir serviços por sua própria conta (exceção feita da moradia ocupada pelo proprietário); os lazeres foram avaliados por meio do salário médio após imposto da população em idade produtiva; a renda foi corrigida por meio de um índice de preços ao consumidor individual real considerando a produção doméstica e os lazeres.

Fonte: Estimativas da OCDE.

⁴⁷ Esta volatilidade menor deriva, em parte, só da metodologia, já que as estimativas não mudam; uma outra parte provém de que, por definição para assim dizer, quando o funcionamento do mercado é reduzido, ou é a produção não comercial que aumenta ou são os lazeres. Isso pode subavaliar a verdadeira importância da volatilidade ignorando os custos/consequências das restrições dos mercados de capitais, que não se considera na análise.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

137. As comparações internacionais dos padrões de vida que refletem, ao mesmo tempo, a produção doméstica e os lazeres (“rendas totais”, Tabela 1.12) são interessantes porque, considerando todo o resto igual, as sociedades tendo mais lazeres vivem melhor que as sociedades que têm menos lazeres: ignorar essas diferenças significa ignorar um dos principais componentes do progresso social. Integrar os lazeres e a produção não comercial dos serviços domésticos em uma medida mais ampla dos padrões de vida dá um quadro totalmente diferente da renda por habitante no caso da França em relação aos Estados Unidos: o nível de renda da França não é mais agora de 79%, mas de 87%. Este efeito é, entretanto, marginal no caso da Finlândia. Não é porque os finlandeses tenham menos lazeres que os norte-americanos, mas porque os salários-hora reais (nossa medida para avaliar os lazeres) são mais baixos na Finlândia do que nos Estados Unidos. A Tabela 1.13, que compara o volume dos lazeres na França, nos Estados Unidos e na Finlândia o explica de maneira mais pormenorizada. O valor real dos lazeres reflete vários elementos: o salário real por hora trabalhada, as horas de lazer por pessoa em idade produtiva, a relação entre a população em idade produtiva e a totalidade da população. Enquanto que na Finlândia se consome cerca de 10% de lazer a mais por pessoa do que nos Estados Unidos, isso é contrabalançado pelo fato de que os salários reais finlandeses só atingem 59% do nível norte-americano. Um efeito compensando o outro, os níveis de rendas reais que incluem e excluem os lazeres são relativamente similares.

Tabela 1.12 Rendas reais das famílias, incluídos a produção doméstica e os lazeres, 2005

		France	United States	Finland
Real adjusted disposable income* per capita	USD per capita USA=100	25378 79	32110 100	21771 68
Real adjusted disposable income* per capita, corrected for household production and leisure**	USD per capita USA=100	64708 87	74571 100	50021 67

*For private households and non-profit institutions serving households, net of depreciation, converted with PPPs for actual individual consumption

**Income from household production¹ equals the value of the estimated labour and capital inputs used by households to produce own-account services (except owner occupied housing), converted with PPPs for actual individual consumption corrected for household production and leisure

Fonte: OECD estimates.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Renda disponível ajustada real* por habitante em dólares dos Estados Unidos por habitante

Renda disponível ajustada real* por habitante levando em conta a produção doméstica e de lazeres**

* Para os lares privados e as entidades sem fins lucrativos que fornecem serviços às famílias, dedução feita da depreciação, convertido por meio das PPC aplicáveis ao consumo individual real.

**A renda proveniente da produção doméstica é igual ao valor dos insumos trabalho e capital estimados, utilizados pelas famílias para produzir serviços por sua própria conta (exceção feita da moradia ocupada pelo proprietário); convertido por meio das PPC aplicáveis ao consumo individual real com correção da produção doméstica e lazeres.

Fonte : Estimativas da OCDE.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

Tabela 1.13 Decomposição do valor real dos lazeres, comparação internacional, 2005

		France	USA	Finland
Value of leisure in real terms per capita	USA=100	91.9	100.0	65.3
Real wage per hour	USA=100	89.2	100.0	59.5
Leisure per (working age) pers	USA=100	106.1	100.0	110.5
Working age/total population	USA=100	97.1	100.0	99.4
Working age/total population %		65.1	67.1	66.7

Fonte: OECD estimates.

[Legenda:]

França Estados Unidos Finlândia

Valor dos lazeres em termos reais por habitante

Salário horário real

Lazer por pessoa (em idade produtiva)

População na idade produtiva/população total

População na idade produtiva/população total (em porcentagem)

Fonte: estimativas da OCDE.

138. Novamente, grandes imprecisões maculam as estimativas acima. São, na melhor das hipóteses, ordens de grandeza que não devem ser superavaliadas. Entretanto, é claro também que a consideração ou não dos lazeres como elemento do padrão de vida modifica as comparações no tempo e entre países. É preciso, portanto, empenhar-se com esforços suplementares para experimentar metodologias, identificar os parâmetros mais importantes e testar a robustez dessas medidas. Não é senão a esse preço que se poderá atribuir a esses métodos suficiente confiança para que sejam adotados.

139. Finalmente, constatamos que Krueger *et al.* (2008) e outros pesquisadores propõem uma maneira diferente de considerar os efeitos de consumo de bens e serviços e de lazeres. Eles conceberam um sistema de contabilidade nacional do tempo, que associa informações sobre o uso do tempo e sobre a vivência emocional das pessoas no decorrer das atividades consideradas. Esta abordagem conseguiu ser bem sucedida no desafio de fazer a distinção entre as atividades de produção doméstica que se pode mais justamente qualificar de “lazer” (a cozinha como forma de arte) e aquelas que serão, de maneira mais adequada, qualificadas de produção.⁴⁸ Certas atividades dizem respeito à produção doméstica e outras, aos lazeres. O índice ampliado da contabilidade nacional do tempo possibilita reunir esses elementos em um só indicador.

⁴⁸ Notemos que, na produção comercial, nenhuma distinção é feita entre os empregos agradáveis (que geram benefícios não pecuniários) e aqueles que não o são. Algumas dessas diferenças se refletem nos salários. Se modificações das condições de trabalho que tornam um emprego menos agradável dessem se traduzir por uma baixa de salário, o rendimento nacional se reduziria.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

4.10 A distribuição da renda total

140. A lógica por trás do estudo da distribuição vale não somente para as rendas comerciais, mas igualmente para os indicadores mais amplos, como a renda total. A consideração da produção de serviços pelas famílias por sua própria conta influi não somente na avaliação dos agregados de renda e de produção, mas também, segundo toda a probabilidade, na visão que se tem habitualmente de sua distribuição, observação já feita há 20 anos por Eisner (1988).⁴⁹ Uma enquete mais recente sobre esse assunto (Folbre, a ser publicada) confirma que é importante levar em consideração o trabalho doméstico quando se avalia a distribuição das rendas e do consumo.

141. O aperfeiçoamento de indicadores da distribuição da renda total não é, entretanto, coisa fácil. A grande dificuldade é atribuir às diferentes categorias de pessoas os fluxos de rendas que foram imputados no nível macroeconômico, por exemplo, os aluguéis imputados no caso de ocupação do domicílio pelo proprietário. As outras imputações dos serviços produzidos pelas famílias por sua própria conta estão, elas também, geralmente ausentes das estimativas microeconômicas das rendas.⁵⁰

142. Poderíamos ir mais longe e perguntar, se critérios outros que os rendas são julgadas importantes para determinar o bem-estar de um indivíduo ou de uma família, se é possível considerá-los quando se tenta esboçar um quadro mais global da distribuição dos padrões de vida na sociedade. Seria fácil se dispuséssemos de alguma grandeza escalar agregada representando a maior parte das dimensões do bem-estar individual, mas é pouco provável que tal agregação seja possível sem hipóteses arbitrárias sobre os preços estimados. Por outro lado, é pouco provável que todas as informações exigidas para calcular esse tipo de indicador agregado no nível individual estejam disponíveis nos bancos de microdados correntes. Isso significa, por essa razão, que as considerações sobre a distribuição do bem-estar deveriam ser limitadas a algumas variáveis econômicas simples como a renda ou as despesas de consumo?

143. Pode ser útil aqui recorrer a uma abordagem multidimensional que leve em conta os aspectos de distribuição das diferentes dimensões do bem-estar. Um dos componentes dessa abordagem consistiria em cruzar os dados referentes a essas outras dimensões do bem-estar com a classificação dos indivíduos ou das famílias

⁴⁹ “A inclusão da produção não comercial pode, igualmente, determinar modificações significativas das medidas da distribuição da renda, segundo o tamanho, o sexo, a idade e o status de urbano ou rural. É racional supor que a parte da renda ligada à produção não comercial no lar é mais importante entre os pobres e as mulheres, as pessoas idosas e aquelas que vivem em fazendas ou zona rural. Uma estimativa integral do valor da educação determinaria, provavelmente, também uma modificação espetacular de nossa concepção da distribuição da poupança e dos investimentos, assim como da renda.” (Eisner, 1988, p.1613).

⁵⁰ A renda resultante de uma moradia ocupada pelo proprietário é atualmente estimada em certo número de enquetes europeias.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

na distribuição das rendas monetárias (reais)⁵¹, isto é, considerando que a renda monetária é o principal determinante do bem-estar as pessoas. Assim, introduzir aspectos de distribuição em uma dimensão não monetária, como o consumo de bens públicos, exigiria simplesmente observar o que é consumido pelas pessoas que se situam em torno da mediana da distribuição das rendas monetárias por oposição ao consumo por habitante. Também poderia ser o caso para o consumo de lazeres, a produção por sua própria conta, a riqueza ou as variações de riqueza e, de maneira mais geral, para todas as características associadas aos indivíduos ou aos lares nos bancos de microdados, em que informações estão disponíveis para identificar as pessoas dos quintis medianos ou outras das rendas monetárias, com principalmente enquetes sobre questões subjetivas como a satisfação ou a felicidade. Isso melhoraria a prática atual que consiste em focalizar as médias.

Principais mensagens e recomendações

Recomendação 1: Olhar preferencialmente para renda e consumo em vez de para a produção

144. O PIB constitui o instrumento de mensuração da atividade econômica mais amplamente utilizado. Seu cálculo é regido por normas internacionais, e todo um trabalho de reflexão foi feito para definir suas bases estatísticas e conceituais. Todavia, o PIB mede essencialmente a produção comercial, ainda que seja frequentemente tratado como se fosse uma medida do bem-estar econômico. A confusão entre essas duas noções pode resultar em indicações enganosas quanto ao nível de bem-estar da população e determinar decisões políticas inadequadas. Os padrões de vida materiais estão mais estreitamente associados às medidas das rendas reais e do consumo real: a produção pode crescer enquanto as rendas decrescem, ou vice-versa, quando se considera a depreciação, os fluxos de rendas destinados ao exterior e provenientes do exterior, e diferenças entre os preços dos bens produzidos e os preços dos bens de consumo.

Recomendação 2: Considerar simultaneamente riqueza, renda e consumo

145. Se as rendas e o consumo são essenciais para a avaliação dos padrões de vida, só poderão, em última análise, servir de ferramenta de apreciação conjuntamente com informações sobre a riqueza. O balanço de uma empresa constitui um indicador vital do estado de suas finanças; o mesmo acontece para a economia em seu

⁵¹Notamos que a definição do indivíduo ou da família mediana em termos de rendas monetárias *reais* levanta a questão de saber qual índice corretor de preços utilizar, mesmo se é provável que ele dependa das rendas. Eles diferem em função dos níveis de rendas porque os pesos dos diferentes bens de consumo variam com o nível de renda.

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

conjunto. Para estabelecer o balanço de uma economia, é preciso poder dispor de demonstrações numéricas completas de seu ativo (capital físico, e mesmo, segundo toda probabilidade, capital humano, natural e social) e de seu passivo (aquilo que é devido aos outros países). Embora a ideia de balanços para países não seja nova em si, esses balanços não estão disponíveis senão em pequeno número, e convém favorecer sua realização. É igualmente desejável submetê-los a « testes de resistência » (« *stress tests* ») com diferentes hipóteses de valorização, ali onde não existem preços de mercado ou quando esses preços estiverem sujeitos a flutuações erráticas ou a bolhas especulativas. As medidas da riqueza são também essenciais para medir a sustentabilidade. O que é transferido para o futuro deve necessariamente ser expresso em termos de estoques, quer se trate de capital físico, natural ou humano. Aqui ainda, a avaliação adequada desses estoques desempenha um papel crucial.

Recomendação 3: Enfatizar a perspectiva das famílias

146. Se, por um lado, é interessante acompanhar a evolução do desempenho das economias em seu conjunto, por outro lado, o cálculo da renda e do consumo das famílias permite, quanto a ele, acompanhar a evolução do padrão de vida dos cidadãos. Os dados disponíveis da contabilidade nacional mostram, efetivamente, que, em vários países da OCDE, a renda real das famílias aumentou de maneira muito diferente do PIB real e, em geral, num ritmo mais lento. A perspectiva das famílias supõe levar em consideração os pagamentos entre setores, tais como os impostos recolhidos pelo Estado, as prestações sociais que ele paga, os juros sobre os empréstimos dos lares pagos aos estabelecimentos financeiros. Se forem bem definidos, as rendas e o consumo dos lares devem igualmente levar em consideração o valor dos serviços em espécie prestados pelo Estado, tais como os serviços de saúde e de educação subsidiados.

Recomendação 4: Atribuir mais importância à distribuição da renda, do consumo e das riquezas

147. A renda média, o consumo médio e a riqueza média são dados estatísticos importantes, mas insuficientes para ter uma imagem completa dos padrões de vida. Assim, um aumento da renda média pode estar desigualmente distribuído entre as categorias de pessoas, certas famílias se beneficiando dele menos que outros. O cálculo da média das rendas, do consumo e das riquezas deve, portanto, ser acompanhado de indicadores que reflitam sua distribuição, segundo as pessoas e as famílias. O ideal é que essas informações não deverão estar isoladas, mas ligadas entre elas, por exemplo, para saber como está a situação das famílias favorecidas quanto

Segunda etapa: a perspectiva das famílias

às três dimensões do padrão de vida material: renda, consumo e riquezas. Afinal de contas, uma família com baixa renda que possua riquezas superiores à média, não está necessariamente em pior situação do que uma família de rendimento médio que não possua nenhuma riqueza. A necessidade de dispor de informações sobre a «distribuição combinada» dessas dimensões será encontrada na Recomendação 3 do capítulo sobre a Qualidade de Vida.

Recomendação 5: Estender os indicadores de rendas às atividades não comerciais

148. O modo de funcionamento das famílias e da sociedade mudou profundamente. Assim, numerosos serviços que eram antigamente prestados por outros membros da família são hoje comprados no mercado. Isso se traduz na contabilidade nacional por um aumento da renda e pode dar a falsa impressão de um aumento do padrão de vida, quando, na verdade, a prestação de serviços antigamente não comerciais cabe agora ao mercado. Numerosos serviços que as famílias produzem para elas mesmas não são considerados nos indicadores oficiais de renda e de produção, quando constituem um aspecto importante da atividade econômica. Se essa exclusão dos indicadores oficiais decorre mais de questionamentos sobre os dados do que da vontade deliberada de excluí-los, convém empreender trabalhos sempre mais sistemáticos nessa área, começando principalmente por informações sobre a maneira como as pessoas usam seu tempo que sejam comparáveis de ano para ano e de um país para outro. A isso devemos acrescentar a consideração global e periódica das atividades domésticas, como contas satélites da contabilidade nacional básica.

Referências

Abraham, K. G. and Ch. Mackie (eds.) (2005), *Beyond the Market: Designing Nonmarket Accounts for the United States*; Panel to Study the Design of Nonmarket Accounts, The National Academies Press, Washington D.C., http://www.nap.edu/openbook.php?record_id=11181

Accardo J., V. Balmy, G. Consalès, M. Fesseau, S. Le Laidier, E. Raynaud (2009), «Les inégalités entre ménages dans les comptes nationaux. Une décomposition du compte des ménages.», (As desigualdades entre os lares nas contas nacionais. Uma decomposição da conta dos lares) INSEE - L'Économie française (A economia francesa).

Atkinson Review (2005), *Measurement of Government Output and Productivity for the National Accounts*. Final Report, Palgrave Macmillan.

Atkinson A. B. (1970), "On the measurement of inequality", *Journal of Economic Theory*, 2, pp. 244-63.

Atkinson A. B. and J. E. Stiglitz (1980), *Lectures on Public Economics*, McGraw-Hill, New York.

Atkinson, A. B. and S. Voitchovsky (2008), *The Distribution of Top Earnings in the UK since the Second World War*, University of Oxford.

Becker, G. S. (1965), "A Theory of the Allocation of Time", *The Economic Journal*, Vol. 75, No. 299, pp. 493-517.

Boarini, R., Å. Johansson and M. Mira d'Ercole (2006), "Alternative Measures of Well-Being", *OECD Economics Department Working Papers*, No. 476.

Canberra Group (2001), *Final Report and Recommendations of the Expert Group on Household Income Statistics*, Ottawa.

Commission "Mesure du Pouvoir d'Achat des Ménages" (2008), *Rapport remis à la Ministre de l'économie, des finances et de l'emploi*, (Comissão para a medida do poder de compra dos lares (2008), Relatório entregue ao Ministro da Economia, das Finanças e do Emprego), Paris, available under <http://lesrapports.adocummentationfrançaise.fr/BRP/084000066/0000.pdf>

Cowell, F. A. (2000), "Measurement of Inequality", in A. B. Atkinson and F. Bourgignon (eds.), *Handbook of Income Distribution*, Volume 1, Elsevier, Amsterdam, pp. 87-166.

Cutler, D., A. Deaton and A. Lleras-Muney (2006), "The Determinants of Mortality", *Journal of Economic Perspectives*, Volume 20, Number 3, Summer 2006, pp. 97-120.

Deaton, A. S. (2005), "Measuring poverty in a growing world" (or "Measuring growth in a poor world"), *Review of Economics and Statistics*, vol 87: pp.1-19.

Deaton, A. S. (1998), “Getting Prices Right: What Should be Done?”, *The Journal of Economic Perspectives* Vol. 12, No. 1 (Winter, 1998), pp. 37-46.

Deveci, N., K. Heurlén and H. S. Sørensen (2008), “Non-Market Health Care Service in Denmark – Empirical Studies of A, B and C Methods”, paper presented at the meeting of the International Association for Research on Income and Wealth, Slovenia.

Diewert, W. E. (2008), “Changes in the Terms of Trade and Canada’s Productivity Performance”, Discussion Paper 08-05, Department of Economics, University of British Columbia, Vancouver, B.C., Canada, V6T 1Z1, (March), 114 pp.

Diewert, W. E. (2001), “The Consumer Price Index and index number purpose”, *Journal of Economic and Social Measurement* 27, pp. 167-248.

Diewert W. E. (1998), “Index Number Issues in the Consumer Price Index”, *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 12, No. 1 (Winter, 1998), pp. 47-58.

Diewert, W. E. (1987), “Index Numbers”, in J. Eatwell, M. Milgate and P. Newman (eds.), *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*.

Diewert, W. E. (1976), “Exact and Superlative Index Numbers”, *Journal of Econometrics* 4, 115-45.

Diewert, W. E. and A. Nakamura (2009), “Accounting for Housing in a CPI”, *Discussion Paper 09-08*, Department of Economics, University of British Columbia, available under <http://www.econ.ubc.ca/diewert/dp0908.pdf>

Diewert, W. E. and D. Lawrence (2006), *Measuring the Contributions of Productivity and Terms of Trade to Australia’s Economic Welfare*, Report by Meyrick and Associates to the Australian Government, Productivity Commission, Canberra, Australia, 114 pp.

Diewert, W. E. and Morrison, C. J. (1986). “Adjusting output and productivity indexes for changes in the terms of trade”, *Economic Journal* 96, pp. 659–79.

Diewert, W. E., H. Mizobuchi and K. Nomura, (2005), “On Measuring Japan’s Productivity, 1955-2003”, *Discussion Paper 05-22*, Department of Economics, University of British

Columbia, Vancouver, B.C., Canada, V6T 1Z1.

Eisner, R. (1988), “Extended Accounts for National Income and Product”, *Journal of Economic Literature*, Vol. XXVI, December, pp. 1611-84.

Folbre, N. (forthcoming), “Time Use and Inequality in the Household”, *Oxford Handbook of Economic Inequality*.

Folbre, N. and Y. Jayoung (2008), *The Value of Unpaid Child Care in the U.S. in 2003*.

Referências

Forthcoming in *How Do We Spend Our Time? Recent Evidence from the American Time Use Survey*, ed. Jean Kimmel. Kalamazoo, Michigan: W. E. Upjohn Institute for Employment Research.

Folbre, N. and B. Wagman (1993), “Counting Housework: New Estimates of Real Product in the U.S., 1800-1860”, *The Journal of Economic History*, 53:2 (1993), 275-88.

Fraumeni, B. (2008), “Household Production Accounts for Canada, Mexico, and the United States: Methodological Issues, Results, and Recommendations”, paper presented to the 30th General Conference of the International Association for Research in Income and Wealth, Potoroz, Slovenia.

Freeman, R. and R. Schettkat (2005), “Marketization of Household Production and the EU- US Gap in Work”, *Economic Policy*, Vol.20, No.41 (January), pp. 6-50.

Hill, P. (2009, forthcoming), “Consumption of Own Production and Cost of Living Indices”, in: W.E. Diewert, B. M. Balk, D. Fixler, K. J. Fox and A. O. Nakamura (editors), *Price and Productivity Measurement*, Trafford Press.

Hicks, J. R. (1939), “Public finance in the national income”, *The Review of Economic Studies*, Vol. VI, no. 2, p.150.

IMF, OECD, Un-ECE, World Bank (2009), *Export and Import Price Index Manual*, Washington, D.C.

ILO, IMF OECD, Un-ECE, World Bank (2004), *Consumer Price Index Manual, Theory and Practice*, Washington, D.C.

IMF, ILO, OECD, Un-ECE, World Bank (2004), *Producer Price Index Manual, Theory and Practice*, Washington, D.C.

Jorgenson, D. W. (1990), “Consumer Behaviour and the Measurement of Social Welfare”, *Econometrica*, Vol. 58, No. 5, pp. 1007-40.

Jorgenson, D. W. and B. M. Fraumeni. (1989). “The Accumulation of Human and Non- Human Capital, 1948-1984,” in *The Measurement of Saving, Investment, and Wealth*, R.E. Lipsey and H. Tice, eds. Chicago: University of Chicago Press, pp. 227-82.

(1992) “The Output of the Education Sector,” in *Output Measurement in the Service Sectors*, Z. Griliches, eds. Chicago: University of Chicago Press, pp. 303-38.

Keynes, J. M. (1935): “Economic Possibilities for our Grandchildren”, in J. M. Keynes, *Essays in Persuasion*, London: Macmillan.

Keynes, J. M. (1940), *How to pay for the war*, New York.

- Kohli, U. (1991), *Technology, Duality, and Foreign Trade: The GNP Function Approach to Modeling Imports and Exports*, London: Harvester Wheatsheaf and Ann Arbor, MI: University of Michigan Press.
- Kolm, S. C. (1969), “The Optimal Production of Social Justice”, in: J. Margolis and H. Guitton (eds.) *Public Economics*, London.
- Krueger, A. B., D. Kahneman, D. Schkade, N. Schwarz and A. A. Stone (2008), “National Time Accounting: The Currency of Life”, paper presented at the first meeting of the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris 22-23 April 2008.
- Kuznets, S. (1951), “Government product and national income”, *Income and wealth, Series 1*.
- Landefeld, J. S., B. M. Fraumeni, and C. M. Vojtech (2009), “Accounting for Non-market Production: A Prototype Satellite Account Using the American Time Use Survey”, *Review of Income and Wealth*, series 55, pp. 205-25.
- Landefeld, J. S. and S. H. McCulla. 2000. “Accounting for Nonmarket Household Production within a National Accounts Framework,” *Review of Income and Wealth*, Series 46, No. 3 (September), pp. 289-307.
- Marionnet, D. (2007), “The final financial investment of French households”, *Banque de France*, March.
- Meade, J. and R. Stone (1941), “The Construction of Tables of National Income, Expenditure, Savings and Investment”, *The Economic Journal*, pp. 216-33.
- Nordhaus W. and Tobin J. (1973), “Is Growth Obsolete?” in: *The Measurement of Economic and Social Performance, Studies in Income and Wealth*, National Bureau of Economic Research, vol.38.
- OECD (2009), *Society at a Glance*, Paris.
- OECD (2008a), *Growing Unequal? Income Distribution and Poverty in OECD Countries*, Paris.
- OECD (2008b), *Towards measuring the volume of health and education services: Draft handbook*, available under http://www.oecd.org/document/52/0,3343,en_2649_34245_40617524_1_1_1_1,00.html
- Ruger, Y. and J. Varjonen (2008), *Value of Household Production in Finland and Germany*. Working Paper 112, National Consumer Research Centre, Finland.
- Ruiz, N. (2009), “La question du pouvoir d’achat” (A questão do poder de compra), *Cahiers Français* no 347. Sen, A. (1985), *Commodities and Capabilities*, North-Holland, Amsterdam.

Referências

- Sen, A. (1979), “The Welfare Basis of Real Income Comparisons”, *Journal of Economic Literature*, Vol XVII.
- Sen, A. (1976), “Real National Income”, *The Review of Economic Studies*, Vol. 43, No. 1 (Feb., 1976), pp. 19-39.
- Schreyer, P. and W. E. Diewert (2009), “Household production, leisure and living standards”, unpublished manuscript.
- Schultze, Ch. L. and Ch. D. Mackie (eds.) (2002), *At What Price? Conceptualizing and Measuring Cost-of-Living and Price Indexes*, National Academy Press, Washington D.C.
- Stiglitz, J. (forthcoming), “Towards a General Theory of Consumerism: Reflections on Keynes’ Economic Possibilities for Our Grandchildren”, in *Revisiting Keynes: Economic Possibilities for Our Grandchildren*, G. Piga and L. Pecchi, ed., Cambridge : MIT Press.
- Triplett, J.E. (2006), *Handbook on Hedonic Indexes and Quality Adjustment in Price Indexes: Special Application to Information Technology Products*, OECD, Paris.
- Triplett, J. E. (2001), “Should the cost-of-living index provide the framework for a consumer price index?”, *Economic Journal* 111 (June), pp. 311-34.
- UN-ECE, OECD and Eurostat (2009), *Measuring Sustainable Development*, United Nations, New York and Geneva.
- Usher, D. (1973), comments on Nordhaus and Tobin (1973).
- Vanoli, A. (2002), *Une histoire de la comptabilité nationale (Uma história da contabilidade nacional)*, Paris, La Découverte.
- Wagman B. and N. Folbre (1996), “Household Services and Economic Growth in the U.S., 1870-1930,” *Feminist Economics* 2:1 (1996), pp. 43-66.
- Weitzman, M. L. (1976), “On the Welfare Significance of National Product in a Dynamic Economy.” *The Quarterly Journal of Economics* 90, pp. 156-62.
- Yitshaki, S. (1979), “Relative Deprivation and the Gini Coefficient”, *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 93, 2, pp. 321-24.

I I. Análise dos Sistemas de
Mensuração e Propostas
Capítulo 2: Qualidade de Vida



A abordagem tradicionalmente escolhida pelos economistas para medir o bem-estar humano enfoca os recursos de que cada um dispõe, geralmente estimados em termos de rendimento monetário, de bens ou ainda de consumo individual de bens e serviços. Todavia, ainda que os recursos apareçam como um elemento essencial para o bem-estar (ver o Capítulo 1 do presente Relatório, dedicado a esse assunto), são também nitidamente insuficientes por diferentes razões, expostas no Quadro 2.1. O bem-estar de cada um depende do que seus recursos lhe permitem fazer ou ser, mas a capacidade de utilizar esses recursos para construir para si uma vida boa varia conforme as pessoas. Esta constatação leva a pensar que os indicadores que vão além de simples medições do rendimento, da riqueza e do consumo, integrando certos aspectos não monetários da qualidade de vida, têm um importante papel a desempenhar. A diversidade dessas mensurações, conjugada à falta de métodos de mensuração evidente para comparar a evolução dessas diferentes dimensões, constitui, ao mesmo tempo, a principal vantagem e a principal limitação desses indicadores.

Quais são os elementos constitutivos de uma “vida boa”? É uma questão à qual se prenderam os maiores filósofos desde Aristóteles, e a noção de “vida boa” foi objeto de dezenas de definições em numerosas obras. Entretanto, nunca alguma dessas definições foi objeto de um consenso universal, e cada uma dentre elas corresponde a um pensamento filosófico bem preciso. O objetivo da Comissão, nessa área, não era encontrar um acordo sobre a definição da expressão “qualidade de vida”, mas identificar as áreas nas quais mensurações confiáveis, fundamentadas em convenções e definições claras, poderiam ser estabelecidas¹. Este relatório não tem, portanto, a pretensão de ser exaustivo: limita-se às áreas em que os membros da Comissão tinham competências específicas e onde os indicadores disponíveis permitem apresentar uma avaliação mais completa da qualidade de vida.

¹ A expressão “qualidade de vida” é utilizada neste capítulo em referência aos aspectos da vida que determinam o bem-estar para além dos recursos econômicos disponíveis.

Introdução

Quadro 2.1. O domínio dos recursos é um indicador suficiente do bem-estar humano?

Esta simples questão requer uma resposta negativa. Efetivamente, todas as abordagens da qualidade de vida descritas neste capítulo compartilham do mesmo ponto de vista: a *opulência* das pessoas (isto é, a quantidade e a natureza dos bens que elas têm à sua disposição) não oferece uma visão adequada do bem-estar humano. O argumento econômico clássico segundo o qual as mudanças na mensuração (pertinentes e em preços constantes) do rendimento real ou da riqueza conduzem a uma evolução paralela da satisfação do consumidor só mostra uma baixa correlação entre os recursos e o bem-estar. Isso *dá uma ideia* da direção dessa evolução, mas não informa sobre a amplitude ou o nível de bem-estar sentido pelas pessoas que têm preferências diferentes. Igualmente, o argumento clássico que considera o domínio dos recursos como o indicador mais pertinente para determinar a riqueza de uma pessoa, esquece que as pessoas que apresentam características diferentes não terão a mesma capacidade para transformar seu rendimento ou sua riqueza em bem-estar real e que não se pode ignorar, além disso, essas diferenças.

As diferentes abordagens da qualidade de vida consideram o rendimento ou a riqueza, mesmo ampliada pela incorporação dos elementos suplementares, como um indicador insuficiente do bem-estar humano pelas razões seguintes:

- “Inicialmente, ninguém é igual diante do acesso a numerosos recursos, ou porque eles não são permutados nos mercados ou porque são vendidos a preços diferentes. Com efeito, mesmo quando é possível atribuir-lhes um preço, este último varia de pessoa para pessoa, o que causa problema por ocasião da comparação dos rendimentos reais (por exemplo, quando se trata de avaliar os lazeres de pessoas com salários desiguais).
- Depois, um grande número de determinantes do bem-estar não são recursos monetários, mas dependem das condições em que vivemos (saúde, redes sociais, qualidade das instituições) ou de nossas atividades (atividades na própria casa, qualidade do trabalho, lazeres). Seria, portanto, inadequado descrevê-los como recursos com um preço determinado, mesmo que as pessoas sejam, na verdade, levadas a fazer escolhas dentre eles.
- Finalmente, a maior parte das abordagens que se interessam pelo bem-estar rejeita a ideia de que o domínio dos recursos seja um indicador adequado, mesmo na falta dos dois pontos precedentes. Os recursos são meios cuja transformação em bem-estar varia de uma pessoa para outra: as pessoas mais inclinadas a apreciar as coisas ou que gozam de melhor aptidão para o sucesso nas áreas que valorizam, estão em melhor situação, mesmo que elas disponham de menores recursos econômicos.”

Esses argumentos levam a pensar que, as mensurações clássicas baseados no mercado, do rendimento, da riqueza e do consumo, são insuficientes para avaliar o bem-estar humano. Devem ser completadas por indicadores não monetários da qualidade de vida.

A abordagem tradicionalmente escolhida pelos economistas para medir o bem-estar humano enfoca os recursos de que cada um dispõe, geralmente estimados em termos de rendimento monetário, de bens ou ainda de consumo individual de bens e serviços. Todavia, ainda que os recursos apareçam como um elemento essencial para o bem-estar (ver o Capítulo 1 do presente Relatório, dedicado a esse assunto), são também nitidamente insuficientes por diferentes razões, expostas no Quadro 2.1. O bem-estar de cada um depende do que seus recursos lhe permitem fazer ou ser, mas a capacidade de utilizar esses recursos para construir para si uma vida boa varia conforme as pessoas. Esta constatação leva a pensar que os indicadores que vão além de simples medições do rendimento, da riqueza e do consumo, integrando certos aspectos não monetários da qualidade de vida, têm um importante papel a desempenhar. A diversidade dessas mensurações, conjugada à falta de métodos de mensuração evidente para comparar a evolução

dessas diferentes dimensões, constitui, ao mesmo tempo, a principal vantagem e a principal limitação desses indicadores.

Quais são os elementos constitutivos de uma “vida boa”? É uma questão à qual se prenderam os maiores filósofos desde Aristóteles, e a noção de “vida boa” foi objeto de dezenas de definições em numerosas obras. Entretanto, nunca alguma dessas definições foi objeto de um consenso universal, e cada uma dentre elas corresponde a um pensamento filosófico bem preciso. O objetivo da Comissão, nessa área, não era encontrar um acordo sobre a definição da expressão “qualidade de vida”, mas identificar as áreas nas quais mensurações confiáveis, fundamentadas em convenções e definições claras, poderiam ser estabelecidas¹. Este relatório não tem, portanto, a pretensão de ser exaustivo: limita-se às áreas em que os membros da Comissão tinham competências específicas e onde os indicadores disponíveis permitem apresentar uma avaliação mais completa da qualidade de vida.

O ponto de partida desta pesquisa foi, para a Comissão, compreender quais são os elementos mais importantes que dão seu valor à vida. A qualidade de vida está muitas vezes associada às oportunidades de que as pessoas dispõem, ao sentido e ao objetivo que dão as suas vidas e como aproveitam as possibilidades que se apresentam. As pesquisas em matéria de qualidade de vida identificaram um amplo leque de elementos associados a esta noção: sentimento de pertencimento e de realização, autoimagem, autonomia, sentimentos e atitude dos outros, etc. Alguns desses elementos são intangíveis e difíceis de avaliar. Outros são mais concretos e podem ser medidos de maneira razoavelmente válida e confiável. Em todos os casos, a medida da qualidade de vida exige a consideração de uma série de indicadores multidimensionais, mas falta um indicador único que possibilite agregar simplesmente várias dimensões. As outras abordagens que permitem a agregação desta série de indicadores multidimensionais são apresentadas no final deste capítulo.

¹ A expressão “qualidade de vida” é utilizada neste capítulo em referência aos aspectos da vida que determinam o bem-estar para além dos recursos econômicos disponíveis.

2. Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

Determinar a melhor maneira de medir a qualidade de vida requer a escolha de certos critérios metodológicos. Este capítulo se apoia em certo número deles.

O primeiro critério põe ênfase nas pessoas, no que elas consideram importante em sua vida cotidiana, assim como no meio ambiente em que evoluem. Considerando as pessoas como a unidade de análise fundamental, não se deve, por essa razão, negligenciar as comunidades e as instituições. Elas devem, ao contrário, ser avaliadas em função de sua contribuição para o bem-estar das pessoas que são seus membros. Esta perspectiva implica também concentrar-se nas “finalidades” das diversas atividades humanas sem deixar de reconhecer que sua realização pode ter ao mesmo tempo um valor intrínseco e instrumental (isto é, servir para atingir outra meta).

O segundo critério consiste em reconhecer as diferenças e as desigualdades da condição humana. Esta diversidade implica que o bem-estar da sociedade depende, ao mesmo tempo, do nível agregado dos diferentes elementos que moldam a vida das pessoas e da maneira pela qual estão distribuídos na sociedade. A importância relativa atribuída a esses dois aspectos dependerá das concepções da justiça social.

O terceiro critério repousa na ideia de que a qualidade de vida depende de uma série de fatores, dos quais nenhum é completamente prioritário. A natureza multidimensional da qualidade de vida (oposta à natureza escalar do rendimento) aumenta a complexidade das análises e levanta certo número de questões quanto à sua mensuração. Por exemplo, é preciso utilizar dimensões comparáveis para populações e países diferentes? Como avaliar a importância de cada dimensão? Quais indicadores utilizar para descrever as realizações nas diferentes dimensões? Como apresentar esses indicadores (em sua forma bruta ou padronizando-os segundo diferentes métodos)? Finalmente, será preciso agregá-los e, se sim, como?

O último critério focaliza a situação presente preferentemente à qualidade de vida das gerações futuras. Sendo a sustentabilidade da qualidade de vida uma questão importante, o Capítulo 3 é destinado aos fatores sobre os quais repousa essa apreensão.

A parte seguinte descreve as principais abordagens da qualidade de vida que seriam capazes de oferecer medidas concretas. A terceira parte estuda várias áreas objetivas, ao mesmo tempo extremamente pertinentes no que diz respeito à qualidade de vida e apresentando possibilidades de mensuração confiáveis por meio de ferramentas apropriadas e de um investimento adequado. A última parte trata de três temas transversais que aparecem na mensuração da qualidade de vida: a avaliação dos

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

vínculos entre as diferentes áreas, a consideração das desigualdades das experiências individuais em cada uma das áreas da qualidade de vida e a descrição mais específica da qualidade de vida em cada sociedade agregando seus diversos componentes.

2 – Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

Três abordagens conceituais se mostraram úteis para determinar de que maneira medir a qualidade de vida. A primeira focaliza a noção de bem-estar subjetivo; a segunda se baseia na noção de capacidades e a terceira repousa em noções econômicas provenientes do bem-estar econômico e da teoria das alocações equitativas. Cada uma dessas abordagens propõe diferentes estratégias de mensuração. Ainda que seja possível que essas abordagens correspondam a procedimentos intelectuais opostos, cada uma delas tem um papel a desempenhar na estimativa da qualidade de vida.

2.1 *O bem-estar subjetivo*

Uma longa tradição filosófica considera que são as próprias pessoas que estão em melhores condições para julgar sua própria situação. Em economia, esta abordagem está estreitamente ligada à tradição utilitarista, que sustenta a ideia que a qualidade de vida se reflete exclusivamente nos estados subjetivos de cada um. Uma abordagem baseada na autodeclaração subjetiva tem uma ampla ressonância, considerando a forte presunção, difundida em numerosas correntes da cultura antiga e moderna do mundo inteiro, de que a finalidade universal da existência humana é dar a cada um a possibilidade de ser “feliz” e de estar “satisfeito” na vida. Há alguns anos, a ideia de medir os estados subjetivos das pessoas teria parecido incongruente. Hoje, o bem-estar subjetivo pode se prestar à quantificação sistemática em virtude de vários métodos (Kahneman, Diener e Schwartz, 1999). A principal força desta abordagem reside em sua simplicidade: o fato de basear-se em julgamentos pessoais dos indivíduos é um atalho prático que poderia fornecer um meio natural de agregar as diferentes experiências, de maneira a refletir as preferências pessoais de cada um. Esta abordagem possibilita, além disso, refletir a diversidade das opiniões sobre o que cada um considera como importante na vida.

2.1.1 *Os diversos aspectos do bem-estar subjetivo*

As mensurações subjetivas do bem-estar ocuparam um lugar preponderante nos últimos tempos, nos debates em torno da questão da qualidade de vida, mas esta popularidade também gerou ambiguidades e mal-entendidos. A mais frequente

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

é considerar que todas as dimensões do bem-estar subjetivo podem, de certa maneira, ser reduzidas à simples noção de “felicidade”. Na realidade, como reivindica Diener (1984), o bem-estar subjetivo é melhor compreendido como um fenômeno que engloba três aspectos separados:

- a satisfação na vida, isto é, o julgamento de conjunto de uma pessoa sobre sua vida, em um dado momento;
- a presença de sentimentos ou de estados afetivos positivos, isto é, de fluxos de emoções positivas (como a felicidade e a alegria ou a sensação de vitalidade e energia) sentidos em um intervalo de tempo;
- a ausência de sentimentos ou de estados afetivos negativos, isto é, de emoções negativas (como a raiva, a tristeza ou a depressão) em um intervalo de tempo.

A satisfação na vida, os estados afetivos positivos e os estados afetivos negativos são aspectos separados do bem-estar subjetivo e que correspondem a diferentes concepções da qualidade de vida. A satisfação na vida em geral (e em áreas particulares como o trabalho, a moradia e a vida de família) implica um *julgamento avaliativo* sobre a maneira pela qual se é bem sucedido na vida, o que demanda um esforço de memória de nossas experiências passadas. Inversamente, os estados afetivos positivos ou negativos implicam mensurar as *experiências gratificantes* vivenciadas pelo indivíduo em tempo real ou bem pouco tempo depois que elas tenham ocorrido.

Esses três aspectos do bem-estar subjetivo são bens distintos: as pessoas que experimentam sentimentos desagradáveis ou um sofrimento físico podem estar, apesar de tudo, muito satisfeitas com sua vida se elas apreciam a contribuição que pensam trazer para a sociedade ou a qualquer outro objetivo pessoal. Além disso, a presença de estados afetivos positivos não subentende a ausência de estados afetivos negativos. A correlação entre a satisfação na vida com os estados afetivos positivos é somente da ordem de 0,40. Mesmo após correção da variabilidade no dia a dia das declarações referentes à satisfação na vida e aos estados afetivos, o coeficiente de correlação permanece abaixo de 0,60 (Krueger e Schkade, 2008). A correlação entre os diferentes indicadores dos estados afetivos negativos como a raiva ou a tristeza é igualmente baixa em nível individual.

Qual dessas dimensões do bem-estar subjetivo é a mais importante e segundo quais critérios? A questão continua aberta. Numerosos índices sugerem que as pessoas agem com a finalidade de satisfazer às suas escolhas, e que essas escolhas são baseadas

em lembranças e avaliações. Entretanto, essas lembranças e essas avaliações podem também levar a erros sistemáticos e a escolhas que, sob inúmeros aspectos, não melhoram a qualidade de vida. Em todos os casos, seria problemático menosprezar os sentimentos passageiros das pessoas quando se estuda seu comportamento. Com efeito, certas escolhas são feitas de maneira inconsciente, de preferência após se ter pesado os prós e os contras de todas as soluções possíveis; a decisão de se colocar nas experiências atuais de outras pessoas pode, às vezes, levar a escolhas objetivando melhorar as condições do nosso próprio bem-estar do que levantar especulações sobre nosso próprio futuro emocional (Gilbert, 2005). A questão de saber qual desses aspectos do bem-estar subjetivo tem um impacto mais importante sobre a saúde também não está resolvida, apesar de vários resultados levarem a pensar que a presença de estados afetivos positivos é um determinante da saúde mais significativo do que a falta de estados afetivos negativos (com exceção da depressão; Janicki-Deverts *et al.*, 2007; Cohen *et al.*, 2006).

2.1.2 Os diferentes métodos de mensuração

Considerando que diferentes perguntas que constam nas enquetes podem determinar diferentes resultados numéricos, cada um desses aspectos do bem-estar subjetivo merece ser medido da forma mais adequada. Várias enquetes representativas serviram para coletar dados sobre a avaliação da vida. Em vários casos (por exemplo, em diferentes fases da enquete *World Values Survey*), essas mensurações são baseadas em respostas qualitativas, indicando, por exemplo, que se está “de preferência” feliz ou “suficientemente” feliz em sua vida, ou utilizam escalas de atribuição de notas do mesmo tipo para avaliar o nível de satisfação de cada um. Entretanto, os resultados baseados nas categorias de respostas qualitativas são passíveis de serem afetados por vieses que limitam as comparações transversais. Inversamente, a utilização de uma escala visual (de satisfação da vida) comportando pontos de

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

referência explícitos (graduação de 0 a 10, indo da pior situação para a melhor) revelou-se mais eficaz para obter dos respondentes uma avaliação cognitiva menos carregada de problemas de comparabilidade. Entretanto, mesmo essa formulação não garante a comparabilidade total das respostas, considerando que os pontos de referência podem variar conforme a época e as pessoas (Deaton, 2008).

As experiências gratificantes são medidas pelas declarações de cada um, ou em tempo real ou pouco depois que um acontecimento se produziu. Tais medidas têm sido coletadas com menos frequência que as avaliações de vida. Com efeito, o método ideal para coletar dados sobre as experiências gratificantes em tempo real (método da *Experience Sampling*) jamais foi aplicado a uma amostra representativa de população por causa de seu peso.² Entretanto, existem outros métodos de coleta de dados sobre as experiências gratificantes, como uma versão telefônica do *Day Reconstruction Method*, menos caros para realizar; seria interessante fazer investimentos para aplicar esses métodos com amostras representativas.³ É igualmente importante que as múltiplas dimensões dos estados afetivos, como os sentimentos de felicidade, tristeza, raiva, cansaço, sofrimento, sejam medidas separadamente, pois são emoções distintas, e que suas medidas sejam coletadas regularmente a fim de acompanhar sua evolução no tempo.

Já existem dados de enquetes que mostram esses três aspectos do bem-estar subjetivo. O *Gallup World Poll*, por exemplo, é uma enquete representativa realizada em 140 países do mundo, que visa a melhor avaliar as experiências e o bem-estar das populações. As perguntas sobre a avaliação da vida se baseiam na escala de satisfação com a vida (graduada de 0 a 10), e a enquete compreende igualmente perguntas sobre os sentimentos positivos e negativos experimentados na véspera. Nos países membros da OCDE, a correlação entre a avaliação média da vida e a prevalência média de estados afetivos positivos (calculados uma primeira vez contabilizando o número

² O termo “*experience sampling*” (método das amostras de vivência) faz referência às técnicas que necessitam do registro das experiências que os participantes vivem no seu dia a dia. A expressão é às vezes utilizada em um sentido mais geral para designar todo e qualquer procedimento que envolva os critérios seguintes: a avaliação das experiências de uma pessoa em seu ambiente natural; as medidas realizadas pouco tempo após que a experiência relatada tenha acontecido; as medidas realizadas em intervalos regulares. Uma das aplicações concretas deste método consiste em analisar os relatórios redigidos pelos participantes toda vez que toca um sinal emitido de modo aleatório (por exemplo, uma agenda eletrônica) ou em momentos precisos do dia, determinados antecipadamente.

³ No âmbito do *Day Reconstruction Method* (Método de reconstituição de um dia), o respondente deve reconstituir seu dia da véspera de maneira autônoma, completando um questionário estruturado. Ele deve, primeiramente, relatar com brevidade seu dia em uma caderneta apresentada sob a forma de sequências de episódios. Depois, ele deve responder, em um diário íntimo, a uma série de perguntas que descrevem cada episódio (o horário do episódio, a natureza das atividades, o lugar, as pessoas presentes, os estados afetivos experimentados e a dimensão deles). O sujeito responde também a uma série de perguntas sobre ele próprio e sobre as circunstâncias de sua vida (dados demográficos, características de seu trabalho, medidas de sua personalidade).

de experiências positivas de cada respondente, em seguida, fazendo a média desses resultados em escala nacional) é positiva (0,67), enquanto que a correlação entre a prevalência média dos estados afetivos positivos e estados afetivos negativos se revela negativa (-0,26). Entretanto, nos dois casos, observam-se grandes variações entre os países. Em outros termos, o fato de que a maior parte das pessoas de um mesmo país declara um nível elevado de satisfação com sua vida não implica uma alta prevalência de estados afetivos positivos, enquanto que uma prevalência alta de estados afetivos positivos pode ir lado a lado com uma prevalência alta de estados afetivos negativos.

À medida que a pesquisa avança, novos aspectos do bem-estar subjetivo serão estudados e mensurados. Sob esta ótica, a satisfação com a vida e as experiências gratificantes fornecem uma descrição incompleta do bem-estar subjetivo. Essas duas noções contêm, entretanto, informações que indicadores tradicionais como o rendimento não refletem. Mostram igualmente que, em cada país, os dados coletados junto à população diferem grandemente daqueles baseados nas mensurações do rendimento. Por exemplo, na maior parte dos países desenvolvidos, as classes mais jovens e as mais idosas dão uma melhor avaliação de sua vida do que as pessoas provenientes de classes em idade ativa, o que contrasta fortemente com os níveis de rendimentos desses mesmos grupos (que aumentam durante o período de atividade e diminuem depois, após a aposentadoria). Isso leva a pensar que essas mensurações tem um papel a desempenhar na avaliação da qualidade de vida dos indivíduos e dos grupos, complementar a outros indicadores.

2..1.3 Diferentes aspectos que apresentam determinantes distintos

Um dos aspectos mais promissores da pesquisa sobre o bem-estar subjetivo é que ela fornece uma mensuração interessante do nível da qualidade de vida que possibilita compreender melhor seus determinantes, já que depende de vários elementos objetivos (como o rendimento, o estado de saúde e a educação).

A escolha dos determinantes mais pertinentes dependerá do aspecto do bem-estar subjetivo que se está estudando. Por exemplo, os indicadores que determinam as circunstâncias da vida, como o rendimento dos lares ou a situação familiar, são mais frequentemente ligados à satisfação com a vida do que a estados afetivos positivos ou negativos. Inversamente, as experiências da vida diária, como a pressão no

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

trabalho, estão mais fortemente correlacionadas com estados afetivos do que com a satisfação (no trabalho). Esta observação é válida em todos os países. Por exemplo, conforme os resultados de uma enquete realizada pela organização Gallup com uma amostra de mais de 130 países, a correlação entre o rendimento das pessoas e seu escore individual na escala de satisfação com a vida é de 0,46. Observa-se uma correlação similar entre o escore de satisfação média de um país e seu PIB por habitante. Inversamente a correlação entre o rendimento e as declarações pessoais de estados afetivos é muito mais fraca, seja na escala de um país ou entre diferentes países. Os efeitos das diferentes regiões do mundo (definidos segundo a cultura e a situação geográfica) sobre os escores de satisfação com a vida são afetados pelo PIB, mas a cultura exerce também uma influência direta sobre a expressão dos estados afetivos. Em relação a seu PIB, os antigos países comunistas e os países islâmicos são quase sem alegria; inversamente, os países da América Latina testemunham níveis de estados afetivos elevados, sejam positivos ou negativos. Esses resultados mostram também que o tempo passado em contato com outros é um determinante importante dos estados afetivos positivos, declarados (ver abaixo).

Quando se estudam os determinantes do bem-estar subjetivo, um dos fenômenos mais importantes a serem considerados na interpretação dessas medidas é o da *adaptação*. Alguns consideram que nossa personalidade está inscrita em nossos *genes*, e que ela comporta “pontos de regulagem” (“*set point*”) para cada aspecto do bem-estar subjetivo. Sob essa ótica, a evolução das circunstâncias externas pode provocar mudanças temporárias no bem-estar subjetivo, mas, uma vez que tenha se adaptado, a pessoa reencontra o mesmo ponto de regulagem do bem-estar subjetivo. Embora esta concepção da natureza humana pareça sugerir que nenhuma política é verdadeiramente eficaz para melhorar a qualidade de vida, a maior parte dos defensores da teoria do ponto de regulagem parece hoje pensar que a adaptação está longe de ser completa. Entretanto, mesmo uma adaptação parcial tem um impacto sobre as medidas objetivas do bem-estar, considerando que a “engrenagem hedônica” (*hedonic treadmill*) torna os estados afetivos e as avaliações um pouco insensíveis às condições de vida objetivas. Em si mesma, esta constatação não constitui uma fraqueza da mensuração e poderia mesmo refletir uma característica fundamental da natureza humana (a faculdade de adaptação e de resiliência). Mas isso subentende também que as mensurações baseadas no bem-estar subjetivo poderiam não bastar a todas as avaliações sociais, em particular quando os desejos e as expectativas das pessoas desfavorecidas de forma permanente são consistentes com aquilo que lhes parece viável. Mesmo tendo uma vida melhor, pode acontecer que

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

estejamos menos satisfeitos se tivermos maiores ambições. Igualmente, quando as expectativas evoluem com as realizações, os níveis de satisfação em todos os escalões da sociedade permanecem relativamente estáveis, qualquer que seja a evolução das características objetivas que determinam a qualidade de vida.⁴

A importância dos *efeitos de pares e das comparações relativas* constitui outro determinante do bem-estar subjetivo que foi objeto de um grande número de pesquisas e controvérsias. Os debates nessa área são baseados em uma observação de Easterlin: o aumento, no longo prazo, dos rendimentos ou da prosperidade material não leva a uma melhor avaliação da vida. Pode-se explicar este paradoxo pela hipótese segundo a qual o aumento do rendimento de certas pessoas dentro de uma comunidade tem mais impacto sobre essas avaliações da vida do que um aumento do rendimento absoluto em escala nacional. A obtenção de melhores mensurações do bem-estar subjetivo contribuiu para dissipar algumas dessas velhas controvérsias. As pesquisas realizadas recentemente revelaram que o paradoxo de Easterlin não se presta a comparações entre países da avaliação da vida em nível mundial (Stevenson e Wolfers, 2008, Deaton, 2008). Em outros termos; i) as pessoas que vivem em países que apresentam um *nível* de PIB por habitante mais alto se declaram mais satisfeitas com sua vida; ii) a relação entre a avaliação da vida e o logaritmo do PIB é majoritariamente linear (para os níveis de rendimento mais altos, ela não se achata mais do que implica a ligação log linear entre as duas variáveis); iii) a relação entre o PIB do país e a satisfação média é idêntica àquela que se aplica ao rendimento dos indivíduos e à sua própria avaliação da vida em cada país.

Igualmente, um estudo (não publicado) de Diener e Kahneman realizado em 18 países, revelou que o coeficiente de correlação entre a *evolução* do PIB e o *a evolução* dos escores de satisfação com a vida, com cerca de 30 anos de intervalo, era 0,58; ele destacou também que a diminuição do PIB em cada país era quase a mesma nas duas épocas. Isso parece significar que o padrão da “melhor vida possível” é não somente comum a numerosos países, mas da mesma forma notavelmente estável no tempo. Entretanto, outras pesquisas mostram a importância do rendimento relativo, baseado em diferentes medidas do bem-estar subjetivo, diferentes enquetes e diferentes painéis de países (Luttmer, 2005; Clark, Frijters e Shields, 2008, Helliwell, 2008, Layard *et al.* 2008, Frank, 2008). Além disso, o paradoxo de

⁴ “Combinada com outros elementos que atestam a validade das medidas da satisfação com a vida, a prova amplamente difundida do fenômeno de adaptação nos faz dizer que o bem-estar subjetivo não é, em primeiro lugar, uma questão de rendimento ou de oportunidades de consumo.” (Kahnemann e Krueger, 2006). Esta conclusão impede ainda mais de considerar a satisfação com a vida como um indicador consensual da qualidade de vida, enquanto muitos rejeitam a ideia de que o conforto mental é a única coisa que importa na vida.

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

Easterlin pode ainda ser aplicado aos estados afetivos, já que o fato de que os países enriquecem não subentende necessariamente que seus habitantes vão declarar uma prevalência menor de sentimentos negativos ou uma prevalência mais alta de sentimentos positivos. Enquanto o debate em torno do impacto do rendimento sobre o bem-estar subjetivo parece se prolongar à medida que melhores dados são coletados, os resultados de Diener (1984), Di Tella *et al.* (2003) e Wolfers (2003) mostram que uma série de fatores sem relação com o rendimento determinam a satisfação com a vida. Estes fatores compreendem, ao mesmo tempo, características pessoais (idade, sexo, situação familiar, percepções da corrupção e possibilidade de acompanhamento social) e macroeconômicas, e efeitos contextuais (tal como são medidos em virtude das médias nacionais de variáveis já levadas em conta no nível individual). Ainda há muito a ser explicado, como a constatação do fato de que, em certos contextos, o estado de saúde do respondente não parece afetar seu estado de satisfação (Deaton, 2008, Deaton, Fortson e Tortora, 2009). Em outros termos, as mensurações do bem-estar subjetivo resultantes de enquetes nem sempre se comportam como se poderia esperar à primeira vista.

Todas as pesquisas sobre o bem-estar subjetivo convergem sob um aspecto: o custo humano elevado gerado pelo desemprego. Os desempregados se dizem menos satisfeitos com suas vidas do que as pessoas que têm emprego, ainda que se elimine o efeito da baixa de rendimento, esse último elemento sendo válido para as duas categorias quando se estudam os dados transversais (Clark e Oswald, 1994; Blanchflower, 2008) e quando se acompanha uma mesma pessoa no tempo (Winkelman e Winkelman, 1998); este elemento sugere a existência de custos do desemprego possuindo aspecto não pecuniário, como perder seus amigos, sua significação, seu status. As estatísticas mostram também que uma taxa de desemprego elevada exerce um impacto negativo sobre as pessoas que conservam seu emprego, e que a diferença de satisfação entre os desempregados e os ativos que estão empregados aumentou ligeiramente nos países europeus (Di Tella *et al.*, 2003).

Estudos realizados com uma amostra significativa de europeus e de não europeus revelou, igualmente, que os desempregados declaram experimentar sentimentos de tristeza, de estresse e de sofrimento, com mais frequência do que as pessoas empregadas (Krueger e Mueller, 2008), a tristeza sendo mais recorrente no momento em que buscam um emprego e assistem à televisão (uma atividade habitualmente classificada na categoria dos «lazers» nas enquetes sobre o uso do tempo). Os

resultados de certas pesquisas destacam também que o desemprego tem um custo mais significativo do que a inflação em termos de impacto sobre o bem-estar subjetivo (Blanchflower, 2008). Enquanto o debate é animado em torno da solidez de alguns desses resultados, estes últimos sugerem, à primeira vista, que o custo das recessões (em termos de porcentagem de desemprego mais alta) poderia ultrapassar os custos estimados a partir das medidas macroeconômicas mais tradicionais, como o “índice de empobrecimento” (isto é, a soma da taxa de desemprego e da taxa de inflação).

Uma das dificuldades de conjunto no estudo dos determinantes do bem-estar subjetivo consiste em distinguir as *causas* e as *correlações*. Por exemplo, o fato de os desempregados se dizerem globalmente menos satisfeitos com sua vida poderia dever-se ao fato de que o desemprego gera uma baixa dessa satisfação (neste caso o desemprego é que provocaria as avaliações da vida); ou então que as pessoas que declaram menor satisfação em suas vidas correm mais risco de perder seu trabalho ou de continuar desempregadas por um período mais longo (neste são as avaliações cognitivas que provocariam o desemprego); ou, ainda, que as pessoas portadoras de neurose (traço de personalidade) são instáveis em seu trabalho e declaram uma satisfação menos significativa que as outras (neste caso um terceiro fator determina, ao mesmo tempo, as avaliações cognitivas e a experiência do desemprego). Deparamo-nos com a mesma dificuldade quando estudamos os determinantes de uma série de outros elementos constitutivos da qualidade de vida (como a saúde), tratados neste capítulo.

2.1.4 Pontos fortes e fracos

Todas as mensurações do bem-estar subjetivo apresentam uma limitação intrínseca: as informações relatadas não podem ser confirmadas por mensurações objetivas dos mesmos fenômenos pela simples razão de que não existe ponto de referência externo para esses fenômenos. Entretanto, as tentativas indiretas para validar as mensurações do bem-estar subjetivo, especialmente comparando o bem-estar subjetivo autodeclarado de uma amostra de pessoas com a frequência e a intensidade de seus sorrisos ou com declarações dadas por outras pessoas, confirmam que as mensurações subjetivas possuem uma certa validade em relação a esses pontos de referência (Krueger *et al.*, 2008). Chega-se à mesma conclusão após a constatação de que um grande número de coeficientes correlacionando as mensurações do bem-estar subjetivo com diversos determinantes são relativamente próximos de

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

um país para outro⁵.

Dois dos maiores pontos fracos do bem-estar subjetivo dizem respeito à *comparabilidade interpessoal* e (no caso da avaliação da vida) a possibilidade de que *elementos externos possam perturbar as avaliações e as medidas*.

- É possível que as escalas sejam utilizadas diferentemente segundo as pessoas. Se isso não tem uma grande importância para a estimativa da “média” do bem-estar subjetivo nas populações culturalmente homogêneas, isso pode ser mais problemático para se medir as diferenças dentro de um país. O problema da heterogeneidade dos padrões poderia ser em parte resolvido se pedíssemos aos respondentes para descrever os padrões que utilizam quando avaliam uma situação particular, mas a aplicação desses métodos continua rara.
- Fazer uma avaliação global de sua vida nem sempre é fácil: os respondentes têm que fazer um esforço cognitivo para dar uma resposta, e todas as enquetes não conseguem pô-los em boas condições para refletir sobre as perguntas. Por outro lado, as respostas podem ser distorcidas pelo humor do momento (influenciado pelo fato de ter encontrado uma moeda alguns minutos antes de responder ao questionário ou pelo tempo que faz), ou pela ordem das perguntas (uma pergunta sobre o fato de ter alguém em sua vida, antes de uma pergunta sobre a avaliação de sua vida). Poderíamos nos interessar mais adiante pela validade dessas medidas subjetivas estudando como as avaliações variam em função do tempo concedido aos respondentes para pensar na pergunta e dos pormenores que se pedem para justificar sua avaliação.

No conjunto, entretanto, as análises existentes sobre os diversos aspectos do bem-estar subjetivo nos permitem levantar a seguinte conclusão global: essas mensurações informam sobre a qualidade de vida de várias maneiras interessantes, mesmo se as numerosas perguntas sobre a relação entre as diferentes mensurações e os aspectos da experiência humana, que não estão contidas nessas mensurações subjetivas, permaneçam em suspenso. Os tipos de perguntas que se revelaram pertinentes em pequenas enquetes de caráter não oficial deveriam ser integrados nas enquetes de maior escala realizadas pelos serviços de estatística oficiais.

⁵ Existem, entretanto, exceções referentes, ao mesmo tempo, à importância de certos determinantes (como a religião), conforme os países e a solidez de sua associação com o bem-estar subjetivo (como a idade).

2.2 As capacidades⁶

Se, por um lado, os estudos psicológicos sobre a qualidade de vida se concentram nos sentimentos das pessoas, por outro lado, outras abordagens ampliam o campo de dados levados em consideração para avaliar a vida das pessoas para além de seus próprios discursos e percepções. A mais importante dessas abordagens se baseia na noção de “capacidades” (Sen, 1987b, 1993). Segundo essa abordagem, a vida de uma pessoa é considerada como uma combinação de diversos “estados e ações” (funcionamentos), e a qualidade de vida depende da liberdade desta pessoa de fazer uma escolha dentre esses funcionamentos (capacidades).

A palavra *funcionamentos* é um termo geral para designar as atividades e as situações que as pessoas reconhecem espontaneamente como importantes. Eles podem também ser percebidos como a soma das *realizações* observáveis de cada um (por exemplo, a saúde, os conhecimentos ou o fato de ter um trabalho interessante). Algumas dessas realizações são relativamente elementares, como o fato de estar em segurança ou de ter uma alimentação suficiente. Outras são mais complexas, por exemplo, ser capaz de se expressar em público sem sentir vergonha. Considerando que as pessoas têm valores e experiências diferentes em função do local e da época, a lista dos funcionamentos mais pertinentes depende das circunstâncias e do objetivo pretendido. Sob esta ótica, o bem-estar é um índice que resume os funcionamentos de uma pessoa.

A *liberdade* exige ampliar o campo das informações pertinentes para avaliar a vida das pessoas para além de suas realizações observáveis, a todas as *oportunidades* que se oferecem a elas. Podemos mostrar as limitações de uma abordagem que se concentra nas realizações para avaliar a qualidade de vida, interessando-se pelos casos em que um nível baixo de funcionamento observado (por exemplo, um aporte reduzido de calorias) reflete uma escolha (como no caso do jejum), ou quando um nível elevado de funcionamento reflete as escolhas de um ditador benevolente. O conceito de liberdade destaca a que ponto é importante dar a cada um os meios de controlar a si mesmo e considerar que cada um é agente de seu próprio desenvolvimento.

As bases intelectuais da abordagem pelas capacidades encerram certo número de noções. A primeira se liga às finalidades do ser humano e ao fato de que é importante respeitar as aptidões de cada um ao perseguir e atingir os objetivos que julga

⁶ Esta parte se baseia em uma comunicação preparada por Sabina Alkire (Alkire, 2008) para a Comissão.

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

importantes. A segunda é a rejeição do modelo econômico no qual as pessoas agem unicamente para aumentar seus próprios interesses sem se preocuparem com suas relações nem com suas emoções, e o reconhecimento da diversidade das necessidades e prioridades humanas. A terceira noção põe à frente as complementaridades das diversas capacidades de uma pessoa (mesmo preciosas nelas mesmas, muitas dessas capacidades são também meios para desenvolver outras, e privilegiar essas interconexões aumenta a qualidade de vida) e sua dependência em face das características dos outros e do meio ambiente no qual vive (por exemplo, uma doença pode se propagar de uma pessoa para a outra e ser influenciada pela saúde pública ou pelos programas médicos). O último elemento da abordagem pelas capacidades é o papel desempenhado pelas considerações morais e pelos princípios éticos, e o lugar central concedido à justiça, seja levando cada um acima do limite determinado para cada capacidade, seja garantindo a todos oportunidades iguais no “espaço das capacidades” (Alkire, 2003).

Longe de se limitar à medida da qualidade de vida, as implicações da abordagem pelas capacidades se estendem à avaliação das políticas. As políticas de apoio ao desenvolvimento humano deveriam permitir ampliar as oportunidades de cada um. Isso constituiria um progresso precioso independentemente do efeito produzido sobre os estados subjetivos das pessoas.⁷ Se os estados subjetivos podem ser considerados como parte integrante do conjunto das capacidades estudadas, a abordagem pelas capacidades destaca que as pessoas podem se adaptar às circunstâncias de sua vida, e que esta adaptação impede de tomar os sentimentos subjetivos como *único* indicador para avaliar a qualidade de vida.

A aplicação prática da abordagem pelas capacidades necessita de certo número de mensurações. Aprimeira consiste em fazer uma escolha entre as dimensões. Certos autores defendem arduamente a necessidade de elaborar uma lista única agrupando as capacidades “fundamentais” a fim de tornar operacional a abordagem pelas capacidades⁸. Outros se opõem a esta ideia que consiste em “fixar” uma lista

⁷ Esta observação é válida mesmo quando as mensurações de estados subjetivos refletem evoluções em certos elementos objetivos constitutivos da qualidade de vida.

⁸ Nussbaum (2000) estabeleceu uma lista de dez “capacidades humanas de funcionamento fundamentais”: i) *a vida*, isto é, ser capaz de viver até uma idade normal; ii) *a saúde física*, isto é, gozar de boa saúde, ter um teto e nutrir-se decentemente; iii) *a integridade física*, isto é, poder se deslocar livremente, proteger-se das agressões físicas e da violência, ter oportunidades para satisfazer sua sexualidade e a escolha de se reproduzir; iv) *os sentidos, a imaginação, o pensamento*, o que compreende a possibilidade de agir com conhecimento de causa como uma pessoa culta, de utilizar sua inteligência garantindo sua liberdade, de ter experiências agradáveis e de evitar sofrimentos inúteis; v) *as emoções*, tais como o amor, a pena, a sede de experiências, a gratidão e a raiva; vi) *a razão prática*, isto é, ter uma ideia do que é bom e refletir sobre sua maneira de viver; vii) *a associação*, no sentido

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

de capacidades fundamentada nas opiniões de especialistas. Na prática, a maior parte dos métodos utilizados nas aplicações empíricas dessa abordagem seleciona dimensões (ou capacidades) baseadas nos elementos seguintes: o tipo de dados realmente disponíveis; as hipóteses formuladas *a priori* sobre o que cada um valoriza ou deveria valorizar; os documentos existentes que adquiriram certa legitimidade política (por exemplo, os direitos humanos universais ou os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento); as enquetes referentes àquilo que tem importância para cada um; os processos participativos que coletam periodicamente os valores e as perspectivas de cada um (Alkire, 2008).

Uma segunda etapa prática na aplicação dessa abordagem consiste em coletar dados e informações nessas diferentes dimensões. Uma das dificuldades práticas reside no fato de que a maior parte dos dados disponíveis se refere geralmente aos funcionamentos (isto é, ao conjunto das oportunidades que se encontram à disposição de cada um). Entretanto, muitos funcionamentos, como a saúde ou a educação, determinam também uma série de capacidades (como aquela de consumir, de mover-se, de tomar parte em atividades), enquanto certos dados podem se referir diretamente aos direitos e liberdades das pessoas (por exemplo, tomar parte nas tomadas de decisões políticas ou fazer parte de organizações, no âmbito do trabalho ou no seio da sociedade). Além disso, os dados sobre as capacidades são às vezes obtidos através de enquetes que sondam os respondentes sobre as razões que os levaram a não fazer alguma coisa (por exemplo, eles não consumiram um bem em maior quantidade por preferência ou por coação?), ou em virtude de informações complementares sobre o leque de escolhas de que cada um dispõe. Mais globalmente, pode-se imaginar um quadro ampliado no qual, ao mesmo tempo, as capacidades e os funcionamentos adquiridos serviriam para descrever as situações individuais (Sen, 1985 e 1992).

A terceira etapa da aplicação dessa abordagem pede para avaliar as diferentes capacidades. Esta avaliação possibilita converter o vetor dos funcionamentos e das capacidades em uma mensuração escalar de bem-estar ou de vantagens. Mesmo se esta etapa levanta certo número de questões difíceis (que serão tratadas na última parte do capítulo), a abordagem pelas capacidades enfatiza a possibilidade de se

de que se é capaz de viver por e com os outros e de dominar as bases sociais do respeito a si mesmo e da não humilhação; viii) *as outras espécies*, isto é, saber viver no respeito e na interação com a natureza; ix) *o jogo*, o que significa ser capaz de rir, de brincar e de aproveitar atividades de lazer; x) *o controle sobre seu meio ambiente*, isto é, poder ao mesmo tempo participar das escolhas políticas que governam sua vida e ter acesso à propriedade, tanto de maneira formal quanto em termos de oportunidades reais.

Abordagens relativas à mensuração da qualidade de vida

utilizar várias fontes de informação, juntas ou separadamente, para proceder a essa avaliação (por exemplo, os dados provenientes de uma enquete sobre o bem-estar subjetivo fornecem uma prova da avaliação), e no fato de que as pessoas podem avaliar diferentemente um mesmo vetor de funcionamentos ou de capacidades, e que tais diferenças podem implicar o reconhecimento da natureza “parcial” dessas classificações (isto é, que o parecer de duas pessoas pode convergir no fato de que os estados A e B são superiores ao estado C, mas divergir quando à classificação de A e B). Nessas condições, a interseção desses ordenamentos operados de maneira parcial pode refletir o mínimo que se poderia expressar sem correr riscos, respeitando ao mesmo tempo o caráter incompleto e as contradições das avaliações de cada um (Sen, 1987b).

Na prática, um grande número de pesquisas empíricas se inspirou na abordagem pelas capacidades. O “Índice de Desenvolvimento Humano” criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1990, se baseia na noção de desenvolvimento, concebido como um processo que visa a ampliar as escolhas e as oportunidades de cada um. Mais recentemente, *Iniciativa para a Pobreza e o Desenvolvimento Humano de Oxford* visava elaborar, para as enquetes, perguntas mais específicas (sobre o emprego, a responsabilidade, a segurança e a proteção, o sentido e os valores, e a confiança em si) para dar um conteúdo operacional à mensuração da pobreza em um espaço de capacidades⁹.

2.3 Abordagens econômicas: economia do bem-estar e alocações equitativas

O bem-estar subjetivo e as capacidades se desenvolveram em relação estreita com outras disciplinas que não a economia (respectivamente, a psicologia e a filosofia moral). Em economia, a tradição do bem-estar econômico e a teoria das alocações equitativas propõem outras maneiras de tratar a questão da consideração dos aspectos não comerciais da qualidade de vida em uma medida mais ampla do bem estar. O objetivo principal dessas abordagens é levar em conta preferências individuais na ponderação das diferentes dimensões da qualidade de vida. Essas abordagens são baseadas na teoria do consumidor, segundo a qual as preferências são descritas por conjuntos de indiferença (isto é, conjuntos que abrangem todas as situações em que as pessoas são indiferentes). Enquanto a teoria do consumidor

⁹ Ver <http://www.ophi.org.uk/>

se refere em geral apenas ao consumo de bens e serviços, a mesma abordagem pode ser estendida a outros aspectos da qualidade de vida.

A economia do bem-estar sempre se baseou na noção de “propensão a pagar” para estender o alcance das medidas monetárias a aspectos não comerciais da vida (Boadway e Bruce, 1984). Cada pessoa deve fazer escolhas entre as diferentes dimensões de sua situação, o que permite ligar as mudanças de sua qualidade de vida às mudanças de seu rendimento, que são equivalentes do ponto de vista de suas preferências pessoais (isto é, sua propensão a pagar para atingir certo nível de saúde ou de educação, ou reduzir sua exposição à poluição). Entretanto, esta abordagem foi objeto de críticas virulentas por causa da incoerência potencial das conclusões que traz, e considerando o fato de que as avaliações baseadas inteiramente na propensão a pagar correm o risco de refletir desproporcionalmente as preferências das pessoas em melhor situação de vida na sociedade (Quadro 2.2).

A teoria das alocações equitativas preenche algumas lacunas da economia do bem-

¹⁰ Por exemplo, a passagem de um estado caracterizado por um rendimento anual médio de 15 mil euros e uma expectativa de vida média de 65 anos para um estado em que o rendimento médio atinge 30 mil euros e a expectativa de vida média 75 anos, seria passar, em termos da soma das propensões a pagar, para uma situação em que o rendimento médio atingiria 55 mil euros enquanto a expectativa de vida permaneceria em 65 anos.

¹¹ Quando se toma por referência os valores iniciais, esta abordagem calcula a “variação equivalente” do rendimento; quando são os valores finais que servem de referência, esta abordagem calcula a “variação compensadora”, isto é, a proporção do rendimento que seria preciso sacrificar para trazer de volta uma pessoa a seu estado de satisfação inicial.

3. Três características da qualidade de vida

estar ao referir-se explicitamente ao critério de equidade.¹² Esta teoria inspirou também vários métodos de comparação das situações multidimensionais dos indivíduos de uma maneira que leva em conta suas preferências (Moulin e Thomson, 1997; Maniquet, 2007). Nesta tradição, um método particular (“a abordagem por equivalência”) talvez seja o mais adaptado para as aplicações. Este método consiste em escolher um conjunto de “referência” de situações individuais fáceis de serem classificadas da melhor à pior (em geral, escolhidas de tal forma que a melhor situação seja superior à pior para todos os aspectos da qualidade de vida). Depois, as condições de uma dada pessoa são avaliadas identificando-se a situação particular desse conjunto de referência que é *equivalente* à sua situação atual em função de suas preferências pessoais. Por exemplo, se duas pessoas possuem uma situação atual idêntica e se acham na mesma situação no conjunto de referência, considera-se que também estão bem situadas tanto uma como a outra. Além das informações sobre as preferências, esta abordagem necessita da escolha de um conjunto de referência específico. Um exemplo consiste em tomar como referência um conjunto de situações idênticas sob o ponto de vista dos aspectos não monetários da qualidade de vida e que diferem unicamente em nível de rendimento. Pode-se, então, comparar as pessoas em termos de “rendimento equivalente”, isto é, do rendimento que elas teriam em situações equivalentes (que diferem unicamente sob o ponto de vista do rendimento e têm em comum os valores de referência escolhidos para os aspectos não monetários da qualidade de vida). Esta abordagem, fundamentada na teoria do bem-estar econômico¹³, desenvolvida por Bergson e Samuelson, permite a utilização de um indicador monetário para medir os aspectos não monetários da qualidade de vida. As abordagens econômicas descritas nesta parte requerem dados sobre as preferências individuais, que não são fáceis de avaliar. Vários métodos confiáveis de coleta de dados são apresentados no final deste capítulo.

2.4 As relações entre as diferentes abordagens

Todas as abordagens descritas aqui tratam da dificuldade de confrontar os diversos aspectos da qualidade de vida. A abordagem do bem-estar subjetivo é centrada nos estados subjetivos e mentais e integra nas análises todos os outros aspectos da quali-

¹² A teoria das alocações equitativas analisa a distribuição dos recursos entre pessoas que têm gostos e aptidões diferentes, e sujeitas a certo número de critérios de equidade, como a “ausência de inveja” (isto é, uma pessoa não deve preferir o que coube à outra), “a solidariedade” (por exemplo, ninguém deve consentir com um aumento dos recursos disponíveis), e “os limites inferiores” (por exemplo, ninguém deve preferir as soluções de partilha igual, Fleurbaey, 2008b).

¹³ Nem Bergson nem Samuelson se envolveram com métodos de indexação específicos, ainda que certos elementos monetários ou outros índices equivalentes tenham sido utilizados por Samuelson a título de exemplo. A abordagem do rendimento equivalente (ou « métrica monetária da utilidade ») foi defendida por Deaton e Muellbauer (1980), depois por King (1983). Para um debate sobre as críticas particulares de que esse método foi objeto da parte dos teóricos da escolha social, ver Fleurbaey (2008a).

Três características da qualidade de vida

dade de vida considerados como determinantes potenciais do bem-estar, medindo o impacto que eles exercem sobre as percepções individuais. As abordagens inspiradas na tradição do bem-estar econômico e na teoria das alocações equitativas propõem também pontos de vista subjetivos sobre os diferentes aspectos da qualidade de vida, mas tentam igualmente avaliar a qualidade de vida em si, considerada mais um objeto de preferências individuais do que um resultado subjetivo.¹⁴ Inversamente, a abordagem pelas capacidades reconhece realizações verdadeiramente distintas, plurais e incomensuráveis. É por essa razão que os adeptos dessa abordagem são geralmente reticentes em se engajar na elaboração de índices que resumam em um só número a avaliação de uma situação individual, mesmo se alguns debatam sobre diferentes métodos de agregação fundamentados nesta perspectiva. O bem-estar subjetivo pode também ser considerado como multidimensional se levarmos em conta que os julgamentos avaliativos assim como os estados afetivos positivos e negativos são igualmente aspectos distintos do bem-estar subjetivo.

Fazer uma escolha entre essas abordagens é, finalmente, uma decisão normativa que depende dos aspectos da vida que julgamos mais pertinentes na avaliação da qualidade de vida. O bem-estar subjetivo pode ser considerado como uma noção que engloba todas as capacidades-chave, interessando-se pelo seu impacto sobre os estados subjetivos das pessoas. Inversamente, a abordagem pelas capacidades percebe o bem-estar subjetivo como um aspecto da qualidade de vida entre as numerosas capacidades que cada um tem suas razões de valorizar. As abordagens econômicas se situam a meio caminho entre as duas, já que buscam ponderar os diversos aspectos da qualidade de vida sem partir do postulado de que o bem-estar subjetivo ocupa o lugar central. Além disso, contrariamente à abordagem pelas capacidades, essas abordagens se baseiam nas preferências pessoais de cada um. Convém, contudo, destacar que a diferença entre a abordagem pelas capacidades e aquela baseada nas noções de equidade é mínima, considerando que ambas se fundamentam na igualdade entre todos os membros da sociedade. Em conclusão, o bem-estar subjetivo, as capacidades e as alocações equitativas foram todos desenvolvidos bem recentemente. Os avanços realizados nessas áreas fornecem hoje reais oportunidades de progredir na medida da qualidade de vida.

¹⁴ A título de ilustração, se considerarmos que qualquer aspecto do bem-estar subjetivo (avaliação da vida, estados afetivos positivos ou negativos) mede uma espécie de “função de utilidade” $U(x)$, em que x representa todos os aspectos da situação de uma pessoa que têm importância a seus olhos, as abordagens do bem-estar subjetivo se interessam pelas unidades de U (que podem variar segundo os aspectos específicos do bem-estar subjetivo que estamos estudando), enquanto que as abordagens econômicas avaliam x . Este é também o objetivo da abordagem pelas capacidades, desde que x seja suficientemente global e compreenda as aptidões de cada um, e não simplesmente suas realizações.

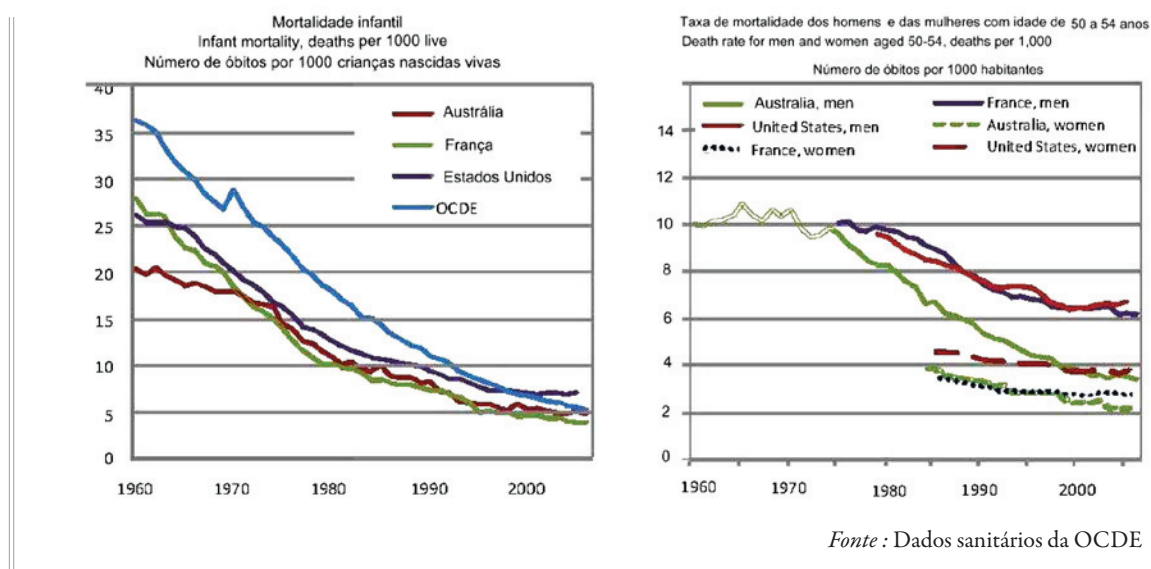
Três características da qualidade de vida

3 – Três características da qualidade de vida

Na prática, todas as abordagens da qualidade de vida enfatizam um mesmo conjunto de elementos que caracterizam a vida de cada um, que tenham importância seja intrínseca, enquanto expressões objetivas de uma vida boa, seja instrumental, e que sirvam, portanto, para atingir estados subjetivos interessantes ou outras finalidades objetivas. Algumas dessas características podem ser vistas como referentes a funcionamentos particulares (isto é, as descrições das ações das pessoas, como o trabalho ou o trajeto domicílio-local de trabalho, e de seus estados, por exemplo, o fato de estar gozando de boa saúde e de ter recebido educação). Outras podem ser consideradas como liberdades em áreas particulares (por exemplo, voto e participação política).

A determinação dos elementos que se supõem figurar na lista das características da

Gráfico 2.1. Comparação das tendências da mortalidade adulta e infantil em vários países



Três características da qualidade de vida

qualidade de vida (isto é, a escolha de um “espaço” para as avaliações da qualidade de vida) depende inevitavelmente de vários elementos: os juízos de valor sobre a importância a ser concedida aos diferentes aspectos, em um lugar e em uma data determinados; o objetivo pretendido (por exemplo, queremos descrever o desenvolvimento dentro de cada país ou comparar os diferentes níveis de desenvolvimento?); a opinião de certas pessoas.¹⁵ Em princípio, essa opinião só pode ser baseada em um processo de deliberação, pelo qual, pessoas provenientes de diferentes comunidades identificam os aspectos que afetam mais diretamente as suas condições de vida. Na prática, as experiências concretas desses processos de deliberação destacam que toda uma série de temas são comuns a um grande número de meios. Observa-se uma coerência similar quando se comparam as “estruturas” estabelecidas no âmbito das diferentes iniciativas que buscam mensurar conceitos amplos como o “bem-estar”, o “desenvolvimento humano” ou o “progresso da sociedade”.¹⁶ Na maior parte dos casos, esses temas compreendem não somente as medidas dos estados subjetivos das pessoas supramencionadas mas, também as mensurações da educação e da saúde, das atividades cotidianas, da participação na vida política, assim como do meio ambiente social e natural no qual evoluem essas pessoas e do qual depende seu sentimento de segurança. A existência desses temas recorrentes abre caminho às comparações da qualidade de vida entre diferentes indivíduos e países.

3.1 A saúde

A saúde é certamente um dos componentes das capacidades mais importantes, já que, sem a vida, nenhum dos outros componentes tem valor. Entretanto, como destaca Wolfson (1999), sabemos muito mais sobre os custos ligados aos tratamentos da saúde e sobre o número de pacientes tratados do que sobre os efeitos dos tratamentos e o estado de saúde da população em geral. A saúde tem um impacto tanto sobre a duração quanto sobre a qualidade de vida. Embora disponhamos de um número relativamente importante de dados sobre a duração da vida, as dificuldades para mensurar sua qualidade permanecem muito mais importantes. Ainda que exista uma infraestrutura básica das estatísticas sanitárias na maior parte dos países do mundo, ela não é por essa razão universal. Além disso, faltam-nos ainda mensurações adequadas em várias áreas.

3.1.1. A mortalidade

¹⁵ Assim, como sustenta John Hicks: “Para sermos capazes de formular observações úteis sobre o que se passa antes que seja tarde demais, devemos focalizar nossa atenção e esperar que a focalizemos no local certo.” (citado por Alkire, 2009).

¹⁶ Ver, por exemplo, a taxonomia elaborada no âmbito do Projeto Global sobre a Medida do Progresso das Sociedades, sob a égide da OCDE, disponível em: www.oecd.org/progress/taxonomy.

Três características da qualidade de vida

A mortalidade é o melhor indicador e o de menor taxa de erro entre os indicadores usados na saúde. É por isso que as estatísticas da mortalidade constituem o indicador básico do estado de saúde de uma população, e numerosos pesquisadores utilizam os dados de mortalidade para estudar a saúde de uma população. Desde 1960, as taxas de mortalidade das crianças e dos adultos do sexo masculino baixaram de maneira significativa, paralelamente a um declínio mais moderado para as mulheres que reflete em parte diferenças de comportamento em relação ao cigarro (Gráfico 2.1). O progresso é ainda mais perceptível quando cobre um longo período. Por exemplo, a taxa de mortalidade infantil nos Estados Unidos passou de 100 óbitos em cada 1000 crianças nascidas vivas em 1915, a cerca de 7 em cada 1000 em meados dos anos 2000, enquanto que na França, no mesmo período, passou de mais de 140 óbitos para cerca de 4 em cada 1000. Entretanto, mesmo as estatísticas da mortalidade apresentam falhas.

Inicialmente, o cálculo das taxas de mortalidade por idade e por gênero necessita dispor de sistemas de registro civil completos. Entretanto, esses se encontram unicamente nos países desenvolvidos e em certos países da América Latina (onde esses sistemas de registro são quase completos). Em países pobres, as taxas de mortalidade infantil são corretamente avaliadas por meio de enquetes e em certos países (como a Índia) existem sistemas de registro por amostragem, ou então as perguntas são feitas por ocasião dos recenseamentos da população (China). Entretanto, restam enormes lacunas em termos de mensurações das taxas de mortalidade disponíveis para uma grande parte do mundo, e essas lacunas apresentam problemas consideráveis no que diz respeito ao HIV/AIDS na África, por exemplo. Nesses países, as taxas de mortalidade, como outras estatísticas baseadas nesses números, são *estimadas*, ao invés de mensuradas, por instituições internacionais, que se fundamentam geralmente na mortalidade infantil ou nas estimativas da mortalidade causada pela AIDS.¹⁷ As importantes margens de erro implícitas nessas estimativas nem sempre são consideradas. Assim, um grande número de medições internacionais do estado de saúde das populações no mundo, que dependem da mortalidade, apresenta sérios problemas e impede toda e qualquer vigilância no dia a dia dos esforços empreendidos para melhorar a saúde em nível mundial. As comparações

¹⁷ A mortalidade infantil (número de crianças falecidas com menos de um ano para cada mil crianças nascidas vivas durante um ano) é, há muito tempo, um indicador de saúde. Este último se revela precioso, pois reflete os efeitos das condições econômicas e sociais sobre a saúde das mães e dos recém-nascidos, assim como a eficiência dos sistemas de saúde. É geralmente incluído em todas as avaliações do padrão de vida, sendo correlacionado negativamente com o PIB por habitante. A mortalidade infantil é um indicador importante nos países em desenvolvimento e constitui uma pedra angular dos *Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento* das Nações Unidas, por exemplo, mas é menos importante nos países desenvolvidos, onde as diferenças muito pequenas de nível entre países podem refletir diferenças nas práticas médicas ou no registro dos dados.

Três características da qualidade de vida

históricas, mesmo nos países desenvolvidos (como aqueles que mencionamos anteriormente), apresentam os mesmos problemas. Por exemplo, os Estados Unidos só dispôs de um sistema de registro civil completo em nível federal após o ano de 1930 (Hetzel, 1997).

Outra pergunta se apresenta: qual é a melhor maneira de elaborar estatísticas resumidas com base nos dados da mortalidade? As taxas de mortalidade são grandezas vetoriais e não escalares, isto é, um número por idade e por gênero. A obtenção de medidas globais da população necessita da utilização de diferentes fórmulas de agregação. Em geral, as taxas brutas de mortalidade (relação da mortalidade com a população) não são indicadores úteis da saúde da população, pois dependem da estrutura por idade da população. Vários tipos de fórmulas de agregação são atualmente utilizados. Cada uma delas apresenta vantagens e desvantagens..

A expectativa de vida ao nascer é a duração fictícia da vida que uma pessoa nascida hoje pode esperar e que estará sujeita, ao longo de sua vida, à taxa atual de mortalidade por idade. Se essa mensuração constitui o indicador mais frequente do estado de saúde, ele subavalia a duração da vida potencial de uma criança nascida hoje se as taxas de mortalidade continuam a diminuir (e, inversamente, ele a superavalia nos países em que as taxas de mortalidade tendem a aumentar). Além disso, os efeitos de uma mortalidade mais baixa sobre a expectativa de vida dependem da idade em que inicia o declínio da mortalidade. Quanto mais cedo este último se produzir na vida de uma pessoa, mais as repercussões sobre sua expectativa de vida serão importantes. Esta constatação impacta as comparações das séries cronológicas. Por exemplo, nos anos 1950, o combate de vetores e as campanhas de vacinação nos países pobres determinaram uma baixa importante da mortalidade dos lactentes e das crianças, enquanto que nos países ricos, diminuições significativas da mortalidade foram observadas entre as pessoas de idade média e as pessoas idosas. Essas evoluções tiveram como consequência a forte redução da diferença entre a duração da vida ao nascer nos países ricos e nos países pobres. Entretanto, por trás dessa diminuição se esconde uma grave questão filosófica: um declínio da taxa de mortalidade dos recém-nascidos é realmente “preferível” a um declínio da mortalidade entre as pessoas de idade média? As respostas a essa pergunta dependem também da baixa da fecundidade que segue geralmente um declínio da mortalidade nos

Três características da qualidade de vida

países pobres (Deaton, 2006).

As taxas de mortalidade padronizadas. Seria preciso combinar as taxas de mortalidade dos diferentes grupos de idade de tal forma que não reflitam demais as diferenças da estrutura por idade segundo os países e os períodos. Entretanto, diferentes métodos podem ser utilizados para chegar a essa padronização, e os resultados são passíveis de variação em função das propriedades dos dados nos quais nos baseamos. Duas das medidas frequentemente utilizadas são a padronização “direta” e a “indireta”. Os dois métodos aplicam a uma população de referência a estrutura da mortalidade em um lugar ou num período dado. Se tomarmos os Estados Unidos, a taxa de mortalidade de um Estado (por exemplo, a Flórida) pode ser “diretamente padronizada” calculando-se a fração da população que estaria morta se as taxas de mortalidade da Flórida se tivessem mantido, mas aplicando-se a estrutura por idade da população americana. Ela pode também ser “indiretamente” padronizada utilizando-se a estrutura por idade atual da Flórida e comparando-se a taxa de mortalidade *real* da Flórida àquela que poderia ter sido atingida se as previsões da mortalidade total por idade nos Estados Unidos tivessem sido aplicadas à sua população real.¹⁸ Entretanto, essas duas abordagens chegam a valores numéricos diferentes e mesmo a classificações diferentes dos países e dos grupos de população quando as curvas de sobrevivência dos dois países estudados se cruzam. Nesses casos, os dois tipos de padronização deveriam ser utilizados.

A expectativa de vida mediana é, às vezes, útil e apresenta uma evolução muito diferente daquela da expectativa de vida *média*. As curvas de mortalidade por idade atingem um nível alto durante os primeiros anos de vida (sobretudo nos países pobres), depois declinam até seu nível mínimo antes de começar a subir lentamente a partir de 30 anos. Por consequência, as diminuições da mortalidade infantil favorecidas pela baixa do pique de mortalidade na infância reduzem fortemente as desigualdades interpessoais nos anos de vida vividos, o que tem repercussão sobre certas mensurações das desigualdades sanitárias, que serão tratadas posteriormente. Nos países que apresentavam a mais forte mortalidade, como no Mali, em 1960, a expectativa de vida mediana ao nascer era de aproximadamente 5 anos, enquanto que a expectativa de vida média se situava em torno de 37 anos. A utilização da expectativa de vida mediana tem outras repercussões. Por exemplo, quando a mortalidade da criança e do lactente diminui, a idade mediana do óbito passa brusca-

¹⁸ Essas duas medidas estão muito próximas dos índices de preço de Laspeyres e Paasche.

Três características da qualidade de vida

mente dos jovens para as pessoas idosas. A expectativa de vida mediana vai, então, ultrapassar a expectativa de vida média; depois, se a mortalidade continua a cair, a expectativa de vida média aumentará em geral mais rapidamente que a expectativa de vida mediana. Essas propriedades da expectativa de vida mediana destacam até que ponto é complexo reduzir a estrutura da mortalidade por idade a uma simples medida da saúde da população, considerando suas propriedades típicas, e os problemas que coloca a utilização das medidas-padrão de expectativa de vida quando se comparam países que apresentam diferenças entre a mortalidade das crianças e das pessoas idosas.

As diferentes propriedades dessas diversas mensurações utilizadas para resumir as informações fornecidas pelo vetor das taxas de mortalidade por gênero e por idade mostram que é importante recorrer a algumas dessas mensurações sintéticas para avaliar a mortalidade.

3.1.2 A morbidade

As mensurações da morbidade ou estado de saúde não mortal, são ainda mais variadas que para a mortalidade. Estas mensurações refletem de maneira pertinente o funcionamento das pessoas em vida e, enquanto tais, elas podem ser utilizadas em nível individual e não unicamente na escala das populações. Em outros termos, se é possível falar de distribuição da morbidade entre os indivíduos, isso é mais complicado para a expectativa de vida. Ainda que certos estudiosos sustentem que a morbidade da população tem uma evolução paralela àquela da mortalidade, nada pode garantir que este seja sempre o caso, e muitos exemplos tem provado o contrário. Por exemplo, Riley (1997) afirma que o declínio da mortalidade na Grã-Bretanha no século XIX foi acompanhado de um aumento significativo da morbidade, pelo menos no início: os homens britânicos em idade ativa estavam, segundo suas palavras, “doentes, mas não mortos”. Em certos casos, a relação entre a mortalidade e a morbidade pode variar segundo os países e as populações estudadas. Por exemplo, uma recente atualização das tendências à deficiência grave em pessoas idosas, em doze países da OCDE, revelou um declínio na Dinamarca, na Finlândia, na Itália, na Holanda e nos Estados Unidos; um aumento na Bélgica, no Japão e na Suécia; uma estabilidade na Austrália e no Canadá, e evoluções diferentes, segundo as fontes, na França e no Reino Unido (Lafortune *et al.*, 2007).

Três características da qualidade de vida

Os indicadores da morbidade disponíveis se baseiam em dados administrativos ou provenientes de registros ou em declarações de pessoas. Os métodos de mensuração disponíveis permanecem, entretanto, bem limitados e fornecem, muitas vezes, uma base inadequada para comparar a morbidade em diferentes países e para avaliar sua evolução no tempo. As medidas mais frequentes da morbidade são as seguintes:

As medidas antropométricas. Essas medidas são particularmente úteis para as crianças. A estatura e o peso permitem calcular as medidas de interrupção prematura do crescimento (privação de alimento durante longo período) e da atrofia (privação de alimento durante curto período), que constituem dados fundamentais para a medida da saúde nos países pobres. A estatura na idade adulta depende, em grande parte, da nutrição recebida e das doenças contraídas nos três primeiros anos de vida e ele não muda (quase) na idade adulta. Por consequência, mesmo uma simples amostra representativa de adultos classificados por estatura pode dizer muito sobre a história nutricional e sanitária da população atual durante a infância. A estatura na idade adulta dá a medida dos efeitos combinados da doença e do rendimento durante a infância: as pessoas de grande estatura ganham melhor sua vida, têm uma melhor educação e estão mais satisfeitas com sua vida que as pessoas de pequena estatura; experimentam mais prazer e felicidade, estão menos sujeitas ao sofrimento e à depressão e ostentam uma pressão arterial, uma taxa de colesterol e uma mortalidade mais baixas. Entretanto, esses efeitos individuais só podem ser observados com amostras significativas. A estatura e o peso são dados necessários para avaliar a obesidade (utilizando o índice de massa corporal ou IMC) que está se tornando uma questão de saúde pública na maior parte dos países da OCDE.

Os dados por doenças. As informações sobre a prevalência de diversas doenças podem ser baseadas nos registros das doenças, nos registros dos médicos de clínica geral, nas certidões de alta médica expedidas pelos hospitais, nos bancos de dados farmacêuticos e nas enquetes sanitárias. Os dados coletados têm por alvo, muitas vezes, um pequeno número de doenças, geralmente selecionadas dentre aquelas que têm mais peso na carga de morbidade dos diferentes países. As enquetes sobre

Três características da qualidade de vida

o estado de saúde compreendem frequentemente perguntas do tipo: “Um médico já lhe disse que você sofria da doença X?”, seguida de uma lista de doenças. Este tipo de pergunta apresenta a vantagem de buscar informações sobre doenças que foram diagnosticadas por um profissional da saúde e não provenientes de um julgamento puramente subjetivo; mas ela apresenta também um inconveniente, aquele de limitar as respostas às pessoas que tiveram acesso a médicos. Certas enquetes baseadas na população coletam igualmente dados sobre os marcadores biológicos, dentre os quais a pressão sanguínea e a anemia. As informações extraídas dessas enquetes permitiram comparações importantes (e surpreendentes) sobre o estado de saúde em diferentes países. Por exemplo, segundo Banks *et al.* (2006), os norte-americanos de idade média avançada estão em pior estado de saúde que seus homólogos britânicos em termos de diabete, hipertensão, doenças cardíacas, AVC, doenças pulmonares e câncer. Esta conclusão é válida quando nos baseamos nos marcadores biológicos de diferentes doenças, e permanece verdadeira mesmo eliminando um conjunto de fatores de risco comportamentais tradicionais (consumo de fumo ou álcool, excesso de peso, obesidade, etc.). Um número crescente de enquetes é utilizado na Europa e nos Estados Unidos (assim como na Índia e na China) a fim de proceder a comparações similares, especialmente entre as pessoas com mais de 50 anos.

As mensurações gerais do estado de saúde autodeclarado. “Qual é seu estado de saúde geral?” é uma das perguntas mais frequentemente feitas por ocasião das enquetes sanitárias nacionais. As respostas a este tipo de pergunta podem ser coletadas de maneira fácil e rápida graças às enquetes e permitem estimar a mortalidade futura mesmo após comprovação dos dados obtidos por meio de consultas médicas. As mensurações gerais se referem a um amplo leque de doenças e de situações em uma amostra representativa da população e baixam proporcionalmente à idade, mas às vezes menos do que previsto. Os dados relativos ao estado de saúde geral dão ênfase a outros elementos interessantes. Por exemplo, as mulheres declaram um estado de saúde pior que os homens, ainda que elas vivam mais tempo que eles. Não se trata necessariamente de um erro de medida, já que as mulheres podem adoecer na idade em que os homens morrem; as classificações da mortalidade e da morbidade seriam,

Três características da qualidade de vida

então, diferentes (Case e Paxson, 2005). Um problema mais grave se apresenta: o estado de saúde autodeclarado médio mostra certa estabilidade no tempo apesar de uma baixa consequente da mortalidade. Isto leva a pensar que essas mensurações do estado de saúde geral autodeclarado estariam sujeitas a uma adaptação que as tornaria impróprias a servir de mensuração objetiva da morbidade. Os vieses culturais que vêm à luz por ocasião das respostas a essas perguntas e a utilização de diferentes escalas segundo os países apresentam problemas cruciais para a comparabilidade internacional dessas mensurações. Embora o estado de saúde autodeclarado seja geralmente reportado a uma “escala de Likert”, graduada de um (excelente) a cinco (ruim), existem exceções (como no Japão)¹⁹.

As *vinhetas* foram recentemente propostas para tentar suprimir os vieses sistemáticos das respostas dadas às perguntas sobre o estado de saúde geral. Esta abordagem propõe aos respondentes avaliar um cenário-padrão referente a uma pessoa cujo estado de saúde é descrito. Esses relatos servem depois para padronizar as mensurações autodeclaradas do estado de saúde. Ainda se determinou em que medida a utilização das vinhetas resolve o problema subjacente da não comparabilidade das respostas dos indivíduos. Outra abordagem que permite corrigir os eventuais vieses contidos nos dados autodeclarados consiste em realizar testes sobre as aptidões relativas à visão, audição, motricidade, reflexão e memória. Estes testes são, todavia, caros e envolvem encontros face a face, assim como longas conversas e exames.

As mensurações específicas do estado de saúde autodeclarado. Certas enquetes sanitárias nacionais abrangem também perguntas específicas sobre aspectos-chave do estado de saúde. Essas perguntas muitas vezes se referem à redução da visão, da audição, da motricidade, da aptidão a pegar objetos, da reflexão e da memória. Tais enquetes podem também conter perguntas sobre o sofrimento e o humor. A falta de padronização nas perguntas e categorias de resposta das enquetes apresenta um problema importante para as comparações internacionais. Entretanto, várias iniciativas têm sido recentemente tomadas para desenvolver um leque de mensurações harmonizadas do estado de saúde nas enquetes nacionais.²⁰

¹⁹ Por exemplo, nos países europeus, a escala de resposta é geralmente “simétrica” e comporta categorias de respostas do tipo “ótima, boa, regular, ruim, péssima”. Inversamente, nos países não europeus, as categorias de respostas são muitas vezes “assimétricas” (isto é, propõem respostas do tipo “excelente, muito boa, boa, regular, ruim”). A formulação das perguntas tem também sua importância. Por exemplo, as perguntas do *World Values Survey* sobre “a satisfação em matéria de saúde” (em uma escala de 0 a 5) em vez de sobre “o estado de saúde autodeclarado”. Percebe-se, então, que a satisfação em matéria de saúde decresce progressivamente com a idade. Entretanto, quando respondentes canadenses de outra enquete foram convidados a avaliar sua satisfação em matéria de saúde em relação às outras pessoas da mesma idade, esta tendência à baixa desapareceu. Isto sugere que a mensuração da satisfação em matéria de saúde são menos propensas em refletir o estado de saúde que os julgamentos subjetivos. (Helliwell, 2008).

²⁰ A *Budapest Initiative on Health Status Measures* (Iniciativa de Budapeste sobre a mensuração do estado de saúde) é um exem-

Três características da qualidade de vida

Estas mensurações apresentam, também, o problema dos vieses culturais, capazes de falsear a comparabilidade das respostas entre os países.

Atividades da vida cotidiana e atividades instrumentais da vida cotidiana. As enquetes sobre o estado de saúde coletam, igualmente, informações sobre a capacidade das pessoas para realizar as diferentes atividades da vida cotidiana (AVQ) ou as atividades instrumentais da vida cotidiana (AIVQ).²¹ São mensurações diretas dos funcionamentos em suas diferentes dimensões, e percebe-se que correspondem bem aos funcionamentos reais. Não são afetadas pelo fato de os pobres se dizerem menos doentes que os ricos, mesmo que outros índices levem a pensar que está longe de ser o caso. O inconveniente é que elas apresentam interesse unicamente para as pessoas idosas, já que a grande maioria dos jovens pode realizar todas essas atividades.

As dificuldades de mensuração são igualmente importantes se formos além da saúde física e incluirmos diferentes formas de distúrbios mentais. A maior parte das pesquisas sobre este assunto revela uma prevalência elevada de distúrbios mentais. Por exemplo, os dados das enquetes da OMS sobre a saúde mental no mundo (*World Mental Health Survey Initiative*) mostram que a proporção das pessoas que tinham sofrido certos tipos de distúrbios mentais (problemas de ansiedade, distúrbios do humor, distúrbios do controle dos impulsos, ou distúrbios ligados ao consumo de álcool ou droga), no ano anterior, ia de 9% na Itália, na Espanha e na Alemanha, a 18% na França e a 26% nos Estados Unidos, sendo as porcentagens mais elevadas, se nos interessarmos por sua prevalência ao longo de toda a vida, de aproximadamente 40% na França e 50% nos Estados Unidos (Kessler *et al.*, 2007). Os casos, em sua maioria, são classificados na categoria de distúrbios “benignos” ou “moderados”, e a maior parte dentre eles não são tratados. Nos países europeus, são as mulheres jovens, desempregadas, incapacitadas e solteiras que possuem mais riscos de sofrer de distúrbios mentais (Alonso *et al.*, 2004). É mais difícil avaliar se assistimos ou não a um aumento da prevalência dos distúrbios mentais, pois os diferentes estudos conduzidos chegam a conclusões diferentes.²² É realmente

plo recente. <http://www.unece.org/stats/documents/ece/ces/2007/6.e.pdf>.

²¹ As *atividades da vida cotidiana* são as atividades normalmente realizadas por ocasião de um dia-tipo, como lavar-se, vestir-se, comer, andar, ir ao banheiro e se deslocar da cama para a mesa. As *atividades instrumentais da vida cotidiana* não são necessariamente funcionamentos fundamentais, mas permitem a cada um ter sua independência dentro de uma comunidade; compreendem atividades como preparar suas refeições, tomar medicamentos, telefonar, fazer compras, manter seu orçamento e realizar tarefas domésticas básicas.

²² Por exemplo, fundamentando-se num estudo das depressões graves em um grande número de países, Weissmann *et al.* (1992) concluíram que “as jovens gerações estão expostas a um risco mais sério de depressão grave”. Igualmente, pesquisas utilizando dados coletados de longos períodos revelam uma prevalência crescente dos distúrbios mentais na Holanda (Hoidiamont *et al.*, 2005; Verhaak *et al.*, 2005), na Bélgica (Wautericks and Bracke, 2005) e no Reino Unido (Sacker and Wiggins, 2002; Oswald

Três características da qualidade de vida

necessário continuar as pesquisas sobre a saúde mental (a partir de amostras nacionais representativas, de questões relativas ao diagnóstico comum e de enquetes repetidas em intervalos regulares), e os poderes públicos deveriam dar seu auxílio realizando com mais frequência enquetes sistemáticas.

3.1.3 As mensurações combinadas de saúde

As diversas dimensões do estado de saúde levaram, nos últimos anos, à elaboração de toda uma série de medidas que tentam combinar mortalidade e morbidade em uma mensuração única do estado de saúde. Todas essas mensurações têm por objetivo calcular o número médio de anos da vida passados com boa saúde levando em conta anos vividos com uma espécie de doença ou de incapacidade. Existem, entre outros, os indicadores seguintes:

Os anos de vida corrigidos pela incapacidade (DALY²³) são geralmente calculados conforme as doenças: o fardo de cada doença na população é obtido combinando o número de anos de vida perdidos após um óbito prematuro e o número de anos “equivalentes” perdidos em razão de uma incapacidade. A equivalência é baseada em um conjunto de coeficientes de ponderação, aplicados a uma longa lista de estados de saúde (por exemplo, um ano de vida com uma fratura do crânio não tratada, em uma pessoa situada na classe de idade dos 45-59 anos, é considerada como equivalente a 42% de um ano com boa saúde; um pé amputado faz perder 30% de um ano com boa saúde, e a esquizofrenia faz perder 57%). Os debates em torno do melhor método para obter a avaliação de diferentes estados de saúde permanecem, entretanto, abertos.²⁴

A expectativa de vida sem incapacidade (DFLE²⁵) representa o número de anos que uma pessoa de uma determinada idade pode esperar viver sem incapacidade. Seu cálculo requer dados sobre a mortalidade, provenientes das tabelas de sobrevivência padrão e das estimativas da prevalência de incapacidade dentro dos diferentes grupos de população, frequentemente as mensurações autodeclaradas do estado de saúde geral baseadas em uma simples variável dicotômica (com um valor de 0, se as pessoas declaram uma incapacidade moderada ou grave, e de 1 quando elas declaram não ser incapacitadas).²⁶

and Powdhavee, 2007), mas certa estabilidade nos Estados Unidos (Murphy *et al.*, 2000; Kessler *et al.*, 2005).

²³ Nota do tradutor : DALY - Disability-Adjusted Life Year

²⁴ Essas medidas foram inicialmente realizadas para o *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo*, do Banco Mundial, de 1993.

²⁵ Nota do tradutor: DFLE - Disability Free Life Expectancy)

²⁶ O indicador DFLE tornou-se bastante difundido desde que foi oficialmente adotado pela UE como um dos *Indicadores*

Três características da qualidade de vida

A expectativa de vida corrigida do estado de saúde (HALE²⁷) representa o número de anos que uma pessoa pode esperar viver em plena saúde se as taxas atuais de morbidade e de mortalidade se mantiverem. Ela ajusta a expectativa de vida dando um peso mais importante aos anos de vida vividos com boa saúde em relação aos anos passados com má saúde. Estas mensurações do estado de saúde resultam geralmente de perguntas versando sobre as dimensões-chave dos funcionamentos físicos e mentais, extraídas de enquetes sobre o estado de saúde. A ponderação dos anos de vida depende da avaliação das diferentes combinações do estado de saúde, que comportam valores que vão de 0 (no caso de óbito) a 1 (no caso de plena saúde).²⁸

A observação regular das mensurações resumidas do estado de saúde da população em um grande número de países ainda não é muito difundida. Estas mensurações são fáceis de interpretar já que são baseadas em conceitos reconhecíveis de doenças, de incapacidade e de mortalidade, mas seu cálculo é complexo, considerando que elas se baseiam em fontes de informação diferentes, por exemplo, uma mensuração da morbidade ou da incapacidade, geralmente provenientes, de uma enquete sobre a saúde ou junto aos lares, e um mensuração da mortalidade, frequentemente proveniente do recenseamento de uma coorte ligada a um registro de mortalidade. Todavia, sob um ponto de vista mais fundamental, a construção destas mensurações levanta certo número de problemas éticos. Por exemplo, as DALY avaliam uma vida com invalidez com uma importância menor que uma vida sem incapacidade (Anand and Hanson, 1997)²⁹; isso implica que essas mensurações, se fossem utilizados para determinar a prestação de serviços médicos, desfavoreceriam implicitamente as pessoas portadoras de incapacidades. Por outro lado, a legitimidade dos coeficientes de ponderação utilizados por ocasião da construção dessas mensurações combinadas nem sempre é evidente. Por exemplo, uma das “descobertas” importantes dos estudos sobre a carga de morbidade mundial, a do pesado fardo das doenças mentais, provém certamente tanto das hipóteses quanto das mensurações.³⁰ Apesar desses pontos fracos, as mensurações combinadas do

Estruturais Europeus. Nos Estados Unidos, um indicador da expectativa de vida sem limitação da atividade (um equivalente do DFLE) constitui uma das diversas mensurações resumidas do estado de saúde da população, realizadas no âmbito da *US Healthy People 2010 Initiative*.

²⁷ Nota do tradutor: *HALE* - Health-Adjusted Life Expectancy

²⁸ Estimativas do indicador HALE foram realizadas em vários países (como o Canadá) e são regularmente atualizadas. A OMS forneceu igualmente estimativas desses indicadores para todos os países em seu *Relatório sobre o estado de saúde no mundo*, de 2004.

²⁹ Pode-se remediar esse problema introduzindo nas avaliações prioridades para aqueles em má situação. Se os incapacitados fazem parte daqueles em má situação, é mais interessante alongar sua expectativa de vida, mesmo que isso não acrescente muito à sua saúde geral tal como é medida por tais índices.

³⁰ Existem métodos de agregação em duas etapas, que fornecem uma alternativa a esse tipo de “macro” agregação, primeiramente produzindo resultados resumidos do estado de saúde de cada pessoa e, em seguida, agregando esses resultados resumidos indivi-

Três características da qualidade de vida

estado de saúde respondem a uma necessidade real, e os esforços empregados para desenvolvê-las deveriam ser intensificados. O Eurostat e a Organização Mundial da Saúde redobram esforços ultimamente a fim de atingir um consenso quanto ao indicador a ser utilizado e para harmonizar as fontes dos dados básicos e os métodos para sua construção. Em todos os casos, as “mensurações combinadas do estado de saúde” deveriam ser percebidas como fazendo parte de um sistema coerente de estatísticas de saúde, o que deveria incluir a capacidade para analisar as evoluções dos indivíduos e dos grupos de população.

3.1.4 As desigualdades em matéria de saúde

A diversidade das medidas de saúde levanta problemas, ao mesmo tempo, para as comparações do estado de saúde médio entre países, como igualmente para as desigualdades dentro dos países. A análise da amplitude e dos determinantes dessas desigualdades do estado de saúde tornou-se uma das preocupações importantes da pesquisa epidemiológica nos últimos anos. Se alguns desses estudos se fundamentam em simples medidas de dispersão da idade dos óbitos – ou, em outros termos, da duração da vida – entre pessoas provenientes de diferentes países (Edwards e Tuljapurkar, 2005)³¹, essas medidas de dispersão não podem ser utilizadas para classificar as pessoas atualmente vivas, e são pouco pertinentes. Por exemplo, as diferenças de expectativa de vida podem refletir diferenças genéticas que são distribuídas de maneira aleatória na população. Nessas circunstâncias, reduzir a distribuição global da duração da vida não tornaria a sociedade menos “não-igualitária” sob um ponto de vista moral.

A maior parte das pesquisas conduzidas sobre as desigualdades em matéria de saúde se interessou pelas diferenças entre grupos em termos de mortalidade ou de morbidade e enfatizou certo número de questões interessantes. As pessoas provenientes das categorias socioeconômicas menos abastadas, tendo o mais baixo nível de educação e de rendimento, morrem mais jovens e, no decorrer de sua existência menos longa, apresentam uma prevalência dos problemas de saúde mais alta (Mackenbach, 2006). Além disso, essas diferenças nas condições de saúde não se limitam simplesmente a resultados piores para as pessoas que se encontram na

duais no nível da população (Wolfson, 1999). Esta agregação em nível individual é o equivalente, na área da saúde, aos métodos baseados na “agregação dos indicadores para cada pessoa”, que será exposta mais adiante neste capítulo, na parte que trata da agregação nas dimensões da qualidade de vida.

³¹ Essas mensurações enfatizam diferenças significativas no espaço e no tempo. Por exemplo, em 2003, o desvio-padrão dos óbitos sobrevivendo após a idade de 10 anos (uma mensuração que provém do declínio da mortalidade infantil nos países da OCDE) era mais significativo nos Estados Unidos e na França e mais baixo na Holanda e na Suécia. O Japão, que tinha começado em um nível próximo daquele dos Estados Unidos em 1960, registrou importantes baixas até o início dos anos de 1990 e um aumento desde então. Inversamente, a Dinamarca, cujas taxas eram inicialmente próximas daquelas da Suécia, registrou importantes altas até 1990, depois, uma tendência à baixa até nossos dias.

Três características da qualidade de vida

parte inferior da escala socioeconômica, mas se estendem a todas as categorias: por exemplo, a expectativa de vida no Reino Unido aumenta quando se passa da observação dos trabalhadores manuais não qualificados para os qualificados, dos trabalhadores manuais para os não manuais, e dos empregados de escritório subalternos aos executivos de alto nível (NOS, 2006). Na Europa, a taxa de mortalidade das pessoas menos instruídas é, em média, 50% superior àquela das pessoas que receberam mais instrução. As diferenças são menos importantes entre as mulheres que entre os homens; e menos importantes entre as pessoas idosas que entre as pessoas jovens (Mackenbach, 2006). Além disso, essas desigualdades entre grupos não se reduzem com o tempo e têm mesmo tendência a se acentuar em certos países. Observam-se, igualmente, desigualdades significativas na expectativa de vida média entre os grupos étnicos.

Embora essas desigualdades tenham uma importância manifesta para avaliar a qualidade de vida em diferentes países, a coleta de dados sistemática nessa área permanece bastante rara. É impossível, por exemplo, comparar a amplitude dessas desigualdades sanitárias entre os países da maneira pela qual se procede geralmente para comparar o rendimento (e a educação). Isto reflete as diferenças de resultados nas medidas do estado de saúde utilizadas, de características individuais levadas em consideração (educação, rendimento, etnia), assim como de população de referência e de cobertura geográfica, escolhidas nos diferentes estudos nacionais. A prioridade nos estudos estatísticos dos anos vindouros deveria ser dada à melhoria da mensuração das desigualdades sanitárias (tanto em termos de medida absoluta, quanto relativa), principalmente na relação entre o estado de saúde e o nível socioeconômico.

3.2 Educação

Os estudos econômicos têm, há muito tempo, destacado que as competências e os talentos da população constituem um aporte essencial à produção econômica. Este capital humano é o resultado de um investimento na educação e na formação, associado à contribuição dos pais (supervisão, orientação), assim como aos recursos sociais (bibliotecas, museus, etc.). As abordagens da mensuração do capital huma-

Três características da qualidade de vida

no, fundamentadas em quadros semelhantes àqueles utilizados para a contabilidade econômica (descrito no Anexo 1 do capítulo 3 do presente relatório), ocupam um lugar importante nos estudos sobre a contabilidade do setor não comercial (Abraham et Mackie, 2005).

A educação, a alfabetização, a aquisição do raciocínio e a aprendizagem têm, igualmente a sua importância para a qualidade de vida, o que é reconhecido com menos frequência. Efetivamente, uma melhor bagagem cognitiva, independentemente de seus efeitos sobre os rendimentos das pessoas ou sobre a atividade econômica dos países, possibilita aumentar as liberdades e as oportunidades pessoais. Além disso, como destaca Adam Smith, pai da teoria do capital humano, a educação e a aquisição de competências não contribuem da mesma maneira para a qualidade de vida e para a produção econômica. Assim, a educação de um menino que começa a trabalhar cedo comportará lacunas que terão importantes consequências não econômicas: “Uma vez adulto, ele não terá ideias com as quais se divertir.” Smith nota, igualmente, que a falta de estudo impede as pessoas de participar das atividades religiosas e pode levar “à agitação e à devassidão” (*Lições sobre a jurisprudência*).

3.2.1 A incidência da educação sobre a qualidade de vida no sentido amplo

A educação, além de seu valor intrínseco, é também fundamental para chegar a vários resultados que afetam a qualidade de vida. Alguns desses resultados, de ordem econômica, beneficiam à pessoa que realiza o investimento (por exemplo, rendimentos e riqueza mais altos). Outros, não econômicos, são proveitosos ao mesmo tempo à pessoa e à sociedade em seu conjunto. Está provado que aqueles que receberam um ensino longo ou obtiveram altas qualificações são mais propensos a declarar um melhor bem-estar subjetivo, a participar mais ativamente da vida em sociedade e de se beneficiar de um melhor estado de saúde. Ainda que os estudos disponíveis nem sempre permitam determinar se a relação entre a educação e as outras dimensões da qualidade de vida é “causal” (e que ela não reflete mais a importância de outros fatores, relacionando-se ao mesmo tempo à educação e a outros critérios), a existência de um “gradiente” de educação (a saber, que uma formação superior contribui com vários elementos constitutivos de uma boa qualidade de vida) é em si uma constatação importante que merece nossa atenção.

Os dados disponíveis referentes à incidência da educação em sentido amplo afetam

Três características da qualidade de vida

certo número de aspectos da qualidade de vida³²:

- *Bem-estar subjetivo*: as pessoas que receberam uma formação superior avaliam sua vida, globalmente, de forma mais positiva. Este efeito se verifica mesmo quando se neutraliza a variável “rendimento” (Helliwell, 2008). Dados referentes à relação de causa e efeito entre educação e bem-estar subjetivo são fornecidos por um estudo sobre as repercussões de uma escolaridade obrigatória mais longa, nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Irlanda, segundo o qual os estudantes que prolongam sua escolaridade em um ano declaram um bem-estar subjetivo mais significativo. Este resultado permanece válido para toda uma série de pontos verificados (Oreopoulos, 2007).
- *Saúde*: Foi demonstrado que o vínculo entre educação e saúde é incontestável. Na Europa, os homens com menos estudo têm uma taxa de mortalidade 50% superior em média àquela dos homens que receberam uma formação mais longa. Esta diferença se situa em 30% entre as mulheres (Mackenbach, 2006). A relação entre educação e saúde afeta tanto os distúrbios graves (diabetes, hipertensão arterial), quanto as doenças benignas, como resfriados, dores de cabeça ou dores de outra origem (Stone *et al.*, 2008). Os vínculos de causalidade existentes entre esses elementos (a educação tem ela consequências sobre a saúde ou, inversamente, existem outros fatores que influenciam as relações entre as duas, etc.?) são menos documentados, e os resultados variam segundo a dimensão sanitária considerada. A maior parte dos resultados mostra, por exemplo, que a escolarização reduz, ao mesmo tempo, a probabilidade de tornar-se fumante e o número de cigarros fumados (ver De Walque, 2007 e Grimard e Parent, 2007; ver, igualmente, Fuchs e Farrell, 1982, para uma análise precedente que chegou a uma conclusão oposta), enquanto que os dados referentes às repercussões sobre o álcool e a obesidade são mais atenuados³³. A educação influencia igualmente o acesso a certas categorias de tratamentos médicos, como os tratamentos dentários e especializados (van Doorslaer *et al.*, 2004, embora essas desigualdades de acesso só ofereçam uma explicação incompleta do gradiente do estado de saúde observado. De maneira geral, parece haver consenso quanto

³² Esses dados são analisados em OCDE 2007 e nos trabalhos de acompanhamento feitos pelo Centro da OCDE para a Pesquisa e a Inovação no Ensino.

³³ Arendt (2005) e Spasojevic (2003) utilizam a reforma da idade da escolaridade obrigatória a fim de identificar os efeitos da educação sobre o IMC, na Dinamarca e na Suécia. Nos dois casos, a probabilidade de ter um sobrepeso diminuiu após a reforma, ainda que esta mudança não tenha sido significativa na Dinamarca. Kenkel *et al.* (2006) se baseiam nas modificações da lei relativa à obtenção de diplomas de estudos secundários nos Estados Unidos e não encontram diferença de IMC sensível entre diplomados e estudantes que tenham abandonado seus cursos. Lundborg (2008), que se baseia em números referentes aos gêmeos homozigotos nos Estados Unidos, observa um estado de saúde autodeclarado pior entre os gêmeos com menos escolaridade, assim como doenças crônicas mais graves, mas não nota diferença nos comportamentos de saúde, inclusive no IMC.

Três características da qualidade de vida

à incidência positiva da educação sobre a saúde (Grossman, 2008 ; Cutler *et al.*, 2008). Groot e Maasen van den Brink (2007) estimam que o valor dos progressos sanitários realizados graças à educação representa 15 a 60% da rentabilidade financeira do ensino.

- *Engajamento cívico e social*: Trata-se do conjunto dos comportamentos que influem sobre a participação das pessoas nas atividades políticas e sociais, assim como seu comportamento em matéria de confiança e de tolerância para com o outro. Regra geral, em todos os países membros da OCDE, as pessoas mais educadas votam mais, mesmo se a taxa de participação eleitoral tenha baixado em toda parte, apesar do alto nível de ensino atingido. Quanto à incidência da educação sobre o engajamento político, os números são nítidos: se existe uma relação de causa e efeito nos Estados Unidos (Milligan *et al.*, 2004; Dee, 2004), tal não é o caso na Europa (Milligan *et al.*, 2004; Siedler, 2007; Touya, 2006). Inversamente, segundo dados que se baseiam nas modificações das leis que regem a escolaridade obrigatória e o trabalho das crianças, a educação não tem incidência sobre o voluntariado, sobre as taxas de participação em grupos nem sobre a confiança e a tolerância interpessoais (Dee, 2004).

3.2.2 Indicadores

Existem vários indicadores educacionais. Alguns dizem respeito aos insumos (taxas de escolarização, despesas ligadas à educação, recursos dos estabelecimentos escolares), outros às capacidades e aos resultados (porcentagens de obtenção de diplomas, duração estimada da escolaridade, testes-padrão que medem o nível dos estudantes e dos adultos em matéria de leitura-escrita e de cálculo). A pertinência desses diferentes indicadores depende do estágio de desenvolvimento do país estudado, assim como do objetivo pretendido pela avaliação.³⁴ Assim, as taxas de escolarização para o ensino primário e secundário fornecem poucas informações nos países em que a grande maioria dos alunos tem diploma do 2º grau. Igualmente, certos países, como a China, oferecem uma educação elementar para todos, mas poucas oportunidades no ensino superior, enquanto que em outros, como a Índia, um ensino superior mais desenvolvido coabita com uma fortíssima taxa de analfabetismo. Finalmente, a taxa de escolarização é um indicador que informa sobre o acesso à educação, mas que pode dar uma imagem errônea dos resultados se os

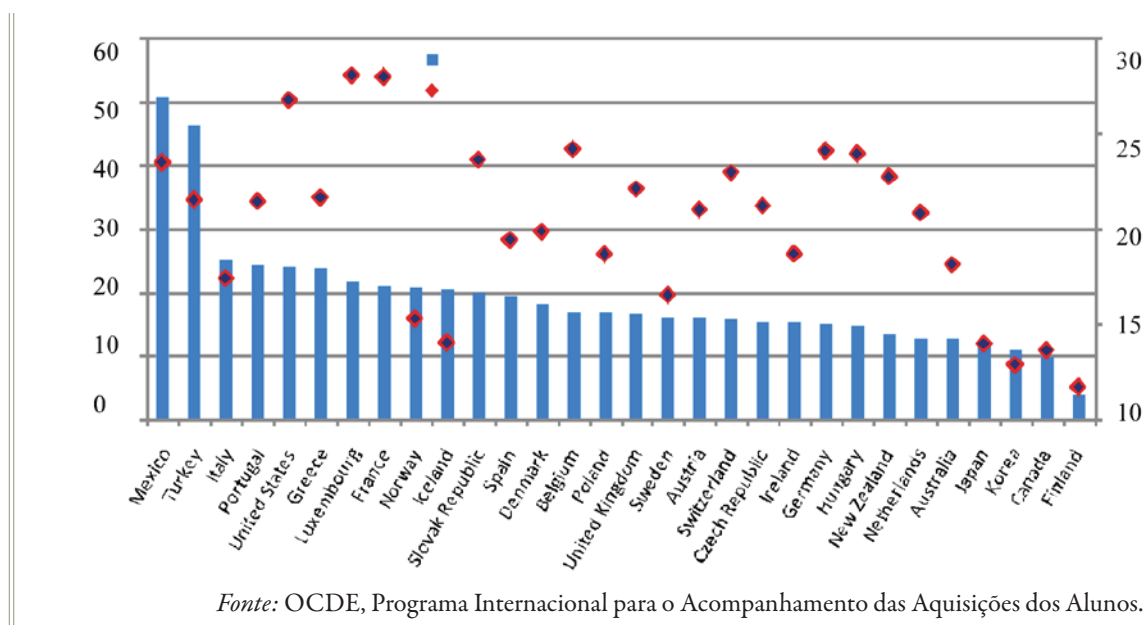
³⁴ A educação, medida pela alfabetização de adultos e pelas taxas de escolarização combinadas do primeiro, segundo e terceiro graus, está integrada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A importância atribuída aos diferentes componentes da mensuração da educação no IDH (2/3 para a alfabetização, 1/3 para a taxa de escolarização) é um pouco arbitrária. Esses indicadores educacionais têm um baixo valor discriminativo nos países desenvolvidos.

Três características da qualidade de vida

estabelecimentos observados não dispensam uma instrução de qualidade.

Todos esses indicadores informam não somente sobre as condições médias de cada país, mas igualmente sobre as disparidades na distribuição da oferta educacional. Por exemplo, se as meninas se beneficiam de menos oportunidades que os meninos, ou se as minorias étnicas ou raciais são agrupadas em escolas separadas (ou de pior qualidade), e mesmo completamente separadas do sistema educacional, é a sociedade em seu conjunto que sofre com isso. Essas preocupações ligadas às desigualdades tomaram um lugar mais importante nas políticas educativas de vários países. Assim, nos Estados Unidos, a fraca oferta educacional proposta aos estudantes pobres ou provenientes de minorias, nesses últimos anos, constituiu um tema de preocupação na origem das disposições da lei *No Child Left Behind* (nenhuma criança esquecida). As disparidades em matéria de educação podem ser mensuradas de várias maneiras: comparando os indicadores entre categorias que apresentam diferenças no nível das características demográficas, dos rendimentos ou da educação

Gráfico 2.2 Desigualdades dos resultados de Ciências de alunos de 15 anos, 2006



Três características da qualidade de vida

Quadro 2.3. O Programa da OCDE para a Avaliação Internacional das Competências dos Adultos

O Programa da OCDE para a Avaliação Internacional das Competências dos Adultos (PIAAC) tem por objetivo: i) identificar e medir as diferenças entre as pessoas e os países, em termos de competências estimadas essenciais para o sucesso dos indivíduos e da sociedade; ii) avaliar o impacto dessas competências sobre os resultados sociais e econômicos, em nível pessoal e global; iii) medir o desempenho dos sistemas de formação e educação para produzir as competências exigidas; iv) ajudar a definir os meios de ação capazes de contribuir para o reforço dessas competências.

A fim de atingir esses objetivos, um questionário tentará medir o interesse, a atitude e as capacidades das pessoas para: utilizar corretamente as ferramentas socioculturais, inclusive as tecnologias digitais e as ferramentas de comunicação; encontrar, gerenciar, integrar e avaliar informações e construir novos conhecimentos; comunicar-se com os outros. O Programa PIAAC avaliará as competências dos adultos em termos de leitura fluente e de capacidade de leitura de textos esquemáticos, de cálculo e de resolução de problemas. Além disso, certas perguntas versarão sobre o uso que as pessoas fazem de suas competências profissionais-chave em seu emprego (segundo a experiência da enquete britânica Skills Survey), enquanto que outras serão mais gerais (nível de ensino atingido, contexto familiar e linguístico, *status* no mercado de trabalho, rendimento, estado de saúde, participação cívica, práticas em termos de leitura, de escrita e de cálculo na vida privada e profissional, participação na educação e formação e grau de familiaridade com as TIC). Fornecendo uma mensuração direta das aptidões cognitivas mais importantes, o PIAAC oferecerá uma representação da distribuição das competências da população em função dos tipos e dos níveis de atividades cognitivas que podem ser realizadas, assim como estudos e formações contínuas. Além disso, as mudanças sobrevindas no decorrer do tempo nessas competências poderão ser descritas comparando os resultados com aqueles de avaliações internacionais anteriores sobre as aquisições dos adultos.

Este programa, que se desenrolará em vários ciclos, cobrirá todo um leque de preocupações políticas. A enquete será realizada em 2011, e os resultados são esperados para o início de 2013; a fase de concepção ocorrerá em 2008/2009, e um teste de campo está previsto para 2010. A partir de dezembro de 2009, 29 países deverão participar do PIAAC.

Fonte: Thorn (2009).

dos pais, ou ainda medindo as diferenças na distribuição da medida educacional estudada. Os indicadores que agrupam as diferentes experiências pessoais em uma mensuração média dos resultados escolares ou do nível de educação têm por efeito passar uma borracha, pura e simplesmente, sobre essas desigualdades.

Entre os indicadores mais pertinentes que servem para avaliar a incidência da educação sobre a qualidade de vida, encontramos várias ferramentas de mensuração das competências pessoais (mensurações diretas do que foi aprendido nas diferentes áreas). No decorrer dos últimos anos, várias ferramentas foram aperfeiçoadas a fim de fornecer uma mensuração-padrão dessas competências:

O Programa Internacional da OCDE para o acompanhamento das aquisições dos alunos (PISA): realizado em três fases, abrangeu 43 países em 2000, 41 em 2003 e 58 em 2006. Uma quarta fase está atualmente em andamento. Esta enquete, realizada junto aos alunos de 15 anos, avalia as competências em leitura, matemática e ciências.

A Enquete sobre as Tendências Internacionais em Matemática e Ciências (TIMSS): Este estudo, aperfeiçoado pela Associação Internacional para a Avaliação do Rendi-

Três características da qualidade de vida

mento Escolar (IEA) e versando principalmente sobre Matemática e Ciências, foi repetido 4 vezes (1995, 1999, 2003 e 2007) junto a alunos de 4ª e 8ª séries.

O Programa Internacional de Pesquisa em Leitura Escolar (PIRLS): igualmente aperfeiçoado pela IEA, este estudo realizado junto a crianças da 4ª série versa sobre leitura e escrita.

A Enquete Internacional sobre a Alfabetização dos Adultos (IALS): realizada em vários anos, entre 1995 e 1998, em 22 países e regiões do mundo, avalia as competências dos adultos em leitura fluente, compreensão de documentos e cálculo.

A enquete *Adult Literacy and Life Skills* (ALL, alfabetização e competências necessárias à vida diária dos adultos): realizada duas vezes (2002 e 2006), em 12 países ou regiões, junto a pessoas com idade de 16 a 65 anos, avalia as competências em leitura fluente, em capacidade de leitura de textos esquemáticos e em cálculo, mas igualmente em matéria de raciocínio e de resolução analítica de problemas.

Em uma ampla medida, esses importantes programas de testes comparativos têm por origem experiências realizadas nos Estados Unidos e no Canadá, nos anos 1980 e no início dos anos 1990, que visavam a realizar uma avaliação em grande escala das pessoas e dos adultos. Regra geral, os dados coletados em virtude desses programas internacionais são mais comparáveis de um país para outro do que aqueles que versam sobre as taxas de escolarização ou sobre o nível de ensino. Além disso, dentro mesmo dos Estados Unidos, o modo de cálculo da taxa de obtenção de diplomas no secundário varia de um Estado para outro, limitando, assim, consideravelmente, as comparações possíveis. Os balanços dessas avaliações evidenciaram grandes disparidades entre as médias dos resultados dos diferentes países³⁵, assim como profundas desigualdades quanto à aprovação dos alunos. As desigualdades dos resultados de Ciências são ilustradas pelo Gráfico 2.2, que representa a porcentagem de alunos com um nível insuficiente (nível 1 ou 0), assim como as disparidades entre os resultados dos alunos provenientes de famílias cujas características socioeconômicas são diferentes.

Apesar da diversidade dessas enquetes, as mensurações atuais das competências têm numerosas limitações. Além do fato de que sua cobertura geográfica é reduzida, algumas dessas ferramentas foram concebidas com o fim de avaliar as políticas educativas e, portanto, se baseiam em um número de competências mensuráveis

³⁵ Por exemplo, os resultados de Matemática obtidos nos Estados Unidos e na França, no âmbito do PISA, em 2006, são respectivamente 14% e 10% inferiores àqueles da Finlândia, que chega à frente do grupo de países da OCDE.

Três características da qualidade de vida

mais restrito do que o número potencialmente pertinente para determinar as capacidades das pessoas. As enquetes sobre a alfabetização, mesmo quando não se limitam aos estabelecimentos escolares enquanto tais, nem sempre conseguem conceber medidas suficientemente sólidas para certo número de competências (como o trabalho de equipe, os conhecimentos práticos ou a utilização das tecnologias da informação e da comunicação ou TIC), para as quais a avaliação aumentaria de maneira desproporcional o fardo das respostas e exigiria a utilização de outras ferramentas, diferentes dos questionários autopreenchidos. Apesar desses obstáculos, certos estudos concebidos nos últimos anos ultrapassaram essa abordagem limitada a um número restrito de competências. Essa tendência poderia bem se acelerar com o aperfeiçoamento do *Programme for International Assessment of Adult Competencies* da OCDE (Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos, ver Quadro 2.3)³⁶. De maneira geral, estudar a educação sob o ponto de vista da qualidade de vida implicaria ultrapassar a noção de excelência em matérias específicas e incluir outras dimensões: a abertura para outras culturas, a capacidade de expressar-se e de participar de uma discussão racional, a tolerância para com as ideias dos outros, assim como a satisfação que o ensino traz aos estudantes.

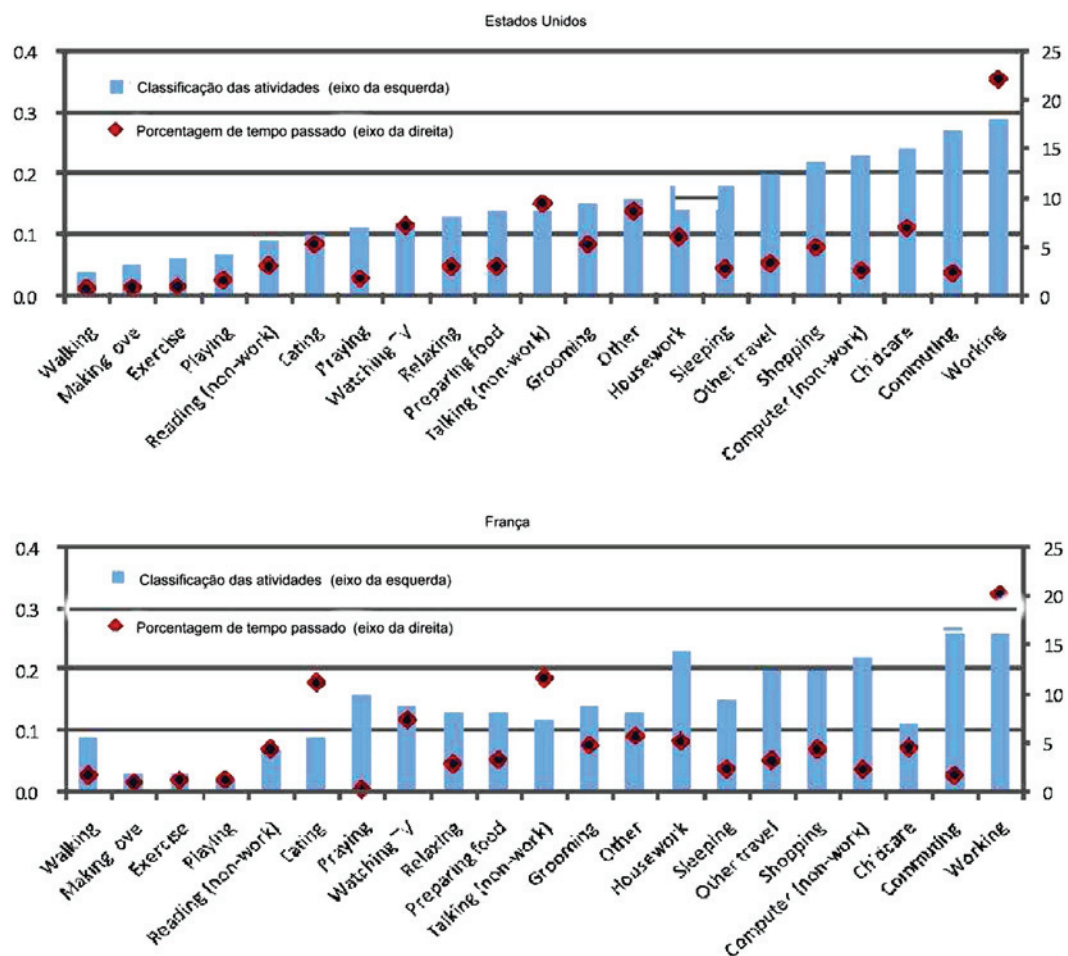
Outra limitação dessas ferramentas de avaliação prende-se à área que abrangem. A escolaridade não é senão um meio entre outros que permite a aquisição pessoal de conhecimentos, o desenvolvimento de competências e a melhoria da qualidade de vida. A importância das experiências de formação extraescolares, entretanto, amplamente documentada, é muitas vezes posta de lado por ocasião das enquetes

³⁶ O PISA, por exemplo, define a competência em matéria de leitura como a capacidade do aluno em utilizar informações escritas em situações da vida diária, o que implica estar em condições de compreender e explorar textos com o fim de atingir um objetivo pessoal, de desenvolver seus conhecimentos e seu potencial e de participar da vida na sociedade. Esta definição, orientada para tarefas mais concretas, vai além da noção tradicional de decodificação e de interpretação literal da informação. A competência em leitura utilizada no programa PISA é definida pelo tamanho do material, o tipo da tarefa de leitura ou de seus aspectos, assim como a situação ou o uso para o qual o texto foi concebido.

Três características da qualidade de vida

Gráfico 2.3 Classificação das atividades pessoais baseada no que sentem as mulheres e no tempo dedicado a cada atividade nas cidades selecionadas nos Estados Unidos e na França

Atividades classificadas por ordem decrescente em termos de prazer encontrado



Nota: a classificação das atividades se baseia na proporção de períodos de 15 minutos durante os quais o sentimento de “estresse”, de “tristeza” ou de “dor” prevalece sobre o sentimento de felicidade. Os dados se referem a uma amostra de mulheres de Columbus (Ohio, Estados Unidos) e de Rennes (França), inquiridas em 2006, no âmbito do Estudo de Princeton sobre o Estado Afetivo e o Tempo.

Fonte: Krueger *et al.* (2008)

Três características da qualidade de vida

práticas em razão dos poucos dados de que se dispõem. Exemplificando, se certas ferramentas possibilitam avaliar os aspectos não cognitivos do desenvolvimento infantil (coordenação motora, relações sociais), poucos estudos em grande escala se interessam pelas crianças mais novas (estruturas de acolhida, tempo passado nesses lugares, tipo de estrutura, competências comportamentais que são aí desenvolvidas). Entretanto, admite-se cada vez mais que os conhecimentos adquiridos no decorrer da primeira infância têm uma incidência significativa sobre o resultado das aprendizagens futuras. Igualmente, as ferramentas de mensuração permanecem inadaptadas para avaliar a participação dos adultos em programas de ensino e de formação, assim como as competências que eles aí adquirem, e para determinar em que medida esses programas beneficiam pessoas que apresentam características diferentes.

Entretanto, regra geral, o principal problema dos indicadores nesta área não é a falta de dados pormenorizados sobre a educação enquanto tal, mas, preferentemente, a falta de enquetes que mensurem ao mesmo tempo a educação e os outros elementos que têm um impacto positivo sobre a qualidade de vida em nível individual. Tais enquetes, concebidas de forma a permitir comparações de um país para outro, possibilitariam compreender melhor as relações entre a educação e outras dimensões da qualidade de vida, inclusive seu papel exato e a forma pela qual ele poderia ser reforçado pelos docentes e tomadores de decisão política, tendo em vista promover a qualidade de vida. Para que esta última se beneficie dos avanços positivos das políticas e programas educativos, é essencial concebê-las em função do que é eficaz ou não e do que poderia ser mudado ou melhorado.

Quadro 2.4 Componentes fundamentais da agenda para o trabalho decente

- Oportunidades de trabalho (1 + 2)
- Empregos que deveriam ser proibidos (1 + 3)
- Trabalho produtivo e adequadamente remunerado (1 + 3)
- Horários decentes (1+3)
- Estabilidade e segurança do emprego (1, 2 + 3)
- Possibilidade de combinar trabalho e vida familiar (1 + 3)
- Igualdade de oportunidades e de tratamento (1, 2 + 3)
- Segurança no local de trabalho (1 + 3)
- Proteção social (1 + 3)
- Diálogo social e representação dos trabalhadores (1 + 4)

Os algarismos entre parênteses se referem aos objetivos estratégicos da OIT ligados aos componentes do trabalho decente: 1. Normas e princípios e direitos fundamentais no trabalho; 2. Emprego; 3. Proteção social; 4. Diálogo social.

Fonte: Dados OIT

3.3 Atividades pessoais

3.3.1 Sua importância para a qualidade de vida

As atividades pessoais influem na qualidade de vida de muitas maneiras. A mais evidente é que as atividades às quais as pessoas se dedicam têm efeitos previsíveis, ao mesmo tempo, sobre o que sentem e sobre suas avaliações subjetivas. O gráfico 2.3 ilustra, por exemplo, a classificação de diversas atividades cotidianas exercidas em duas cidades dos Estados Unidos e da França, por meio de uma amostra de mulheres inquiridas sobre a maneira pela qual passam seu tempo e sobre o prazer alcançado em suas atividades. Nos dois países, as relações sexuais, o esporte e o jogo são as atividades mais apreciadas, ao contrário dos trajetos diários e do tempo passado no trabalho. Apesar de algumas diferenças entre os dois países, as duas classificações são muito parecidas. A atividade principal (ter um bom emprego ou estar desempregado) tem muita importância nas avaliações que as pessoas fazem de suas vidas.

De maneira geral, não se pode partir do princípio de que as pessoas escolhem entre essas diferentes atividades da mesma forma que elas decidem distribuir seu orçamento entre tais bens ou serviços, considerando que nem sempre podem escolher (as famílias desprovidas de recursos preferirão talvez ver seus filhos no trabalho, antes que na escola). Preferir certas atividades pessoais pode ter repercussão sobre outros membros da família (escolha entre o trabalho e o tempo livre) ou da comunidade (no caso dos trajetos entre o domicílio e o local de trabalho). Além disso, a abordagem pelas capacidades está na base dos valores intrínsecos de algumas dessas atividades pessoais e de suas contribuições à qualidade de vida.

A questão essencial é saber quais são as atividades pessoais que têm a incidência mais importante sobre a qualidade de vida. Foram escolhidos o trabalho remunerado, os trajetos cotidianos, o trabalho não remunerado e o tempo dedicado aos lazeres. Muitas dessas atividades são realizadas em casa e, sendo esta última um elemento essencial da qualidade do tempo de lazer, a avaliação da moradia faz igualmente parte do assunto. Embora esta lista de atividades pessoais seja parcial, reflete as reivindicações políticas e traduz a possibilidade de fornecer resultados concretos e comparáveis. Vários indicadores objetivos podem ser utilizados para

Três características da qualidade de vida

mensurar essas atividades pessoais e o equilíbrio que se estabelece entre elas em diferentes momentos da vida (como o equilíbrio entre o tempo dedicado ao trabalho remunerado e à vida de família para as mães jovens). Eles informam não somente sobre a quantidade e a qualidade globais dessas atividades, mas igualmente sobre sua distribuição no seio da população em seu conjunto, principalmente entre homens e mulheres.

Antes de abordar os indicadores pertencentes a cada atividade, uma consideração mais geral deve ser levada em conta. Para todas as atividades pessoais, as enquetes sobre o uso do tempo fornecem um indicador quantitativo bruto, mas essencial, sobre a maneira pela qual as pessoas dedicam seu tempo a diferentes tarefas. Outro elemento fundamental, elas fornecem informações essenciais sob o ponto de vista da integração do trabalho não comercial na contabilidade econômica clássica. Entretanto, estas enquetes são ainda pouco desenvolvidas nos sistemas estatísticos da maior parte dos países: realizadas ocasionalmente, e mesmo nunca, baseiam-se em protocolos que variam sensivelmente de um país para outro e não são supervisionadas por normas internacionais harmonizadas. Considerando que estas enquetes produzem mensurações diretas sobre a maneira pela qual as pessoas passam seu tempo, deveriam ser realizadas mais regularmente e segundo regras que permitissem comparações confiáveis, tanto de um país para outro, quanto no tempo.

3.3.2 O trabalho remunerado

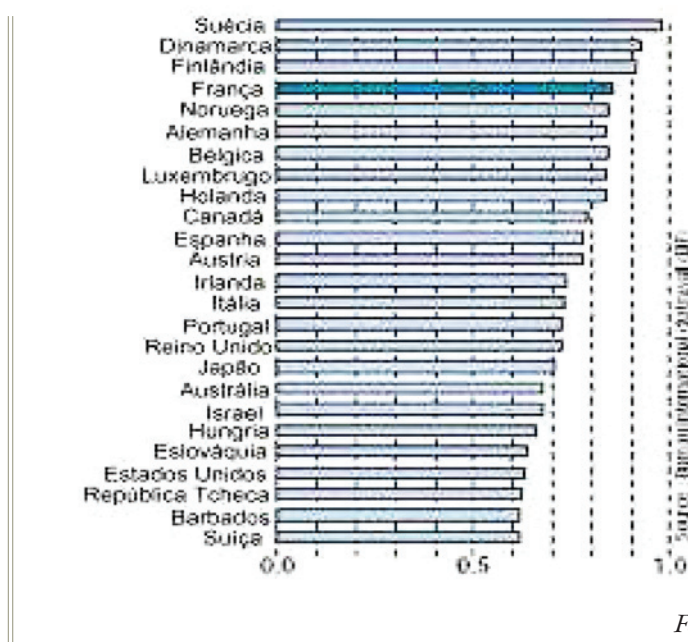
O trabalho remunerado influi na qualidade de vida de maneira ao mesmo tempo positiva e negativa. Se, por um lado, traz um rendimento e uma identidade e permite tecer relações sociais, por outro, pode também ser fonte de riscos e de experiências negativas. Atualmente, a maior parte das pessoas em idade ativa dos países da OCDE tem um emprego remunerado, mas são muito menos numerosos a trabalhar em uma área que esteja em adequação com suas aspirações e competências e que lhes ofereça perspectivas de evolução. Enquanto que as simples contas sobre o emprego negligenciam todas essas dimensões, várias organizações nacionais e internacionais se interessam pelos aspectos qualitativos do trabalho remunerado. Sob este ponto de vista, os indicadores concebidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em vários estudos dedicados à noção de “trabalho decente”, são mais pertinentes para a avaliação da qualidade de vida, fortemente influenciada

Três características da qualidade de vida

por essa noção que a OIT se empenha em promover em todos os países do mundo. Trata-se de um conceito multidimensional que integra todos os elementos descritos no quadro 2.4. Estes elementos, que contribuem também para a segurança eco-

Gráfico 2.4 Um indicador composto do trabalho decente

Os vinte e cinco melhores resultados do indicador do trabalho decente.



Fonte: Revista Internacional do Trabalho, 2003.

nômica e social dos trabalhadores e de suas famílias, são principalmente o equilíbrio entre o trabalho remunerado e as outras atividades (especialmente, “combinar trabalho e vida familiar”), assim como o papel do diálogo social (a saber, as condições coletivas que determinam a qualidade de vida e o bem-estar dos trabalhadores em seu local de trabalho). Além disso, o trabalho decente implica direitos, quer esses últimos já existam (isto é, que sejam reconhecidos no plano internacional) ou não, quer tenham sido institucionalizados ou não.

As mensurações do trabalho decente podem ser estabelecidas a partir de fontes diversas. Além dos relatórios produzidos e dos dados coletados pela OIT, a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho (Fundação de Dublin) realiza, a cada cinco anos, enquetes sobre as condições de trabalho nos

Três características da qualidade de vida

Estados membros e candidatos da UE.³⁷ Estas últimas (cuja utilidade prática é, entretanto, limitada em razão do tamanho reduzido das amostras em cada país) informam sobre numerosos aspectos do trabalho decente, como o trabalho atípico, as desigualdades ligadas ao gênero em termos de emprego e salários, as discriminações no local de trabalho, a formação e a aprendizagem durante toda a vida, o acesso ao emprego para os incapacitados, o tempo de trabalho e os horários atípicos, o equilíbrio experimentado entre a vida profissional e a vida privada, os acidentes de trabalho e os riscos físicos, a intensidade do trabalho, os problemas de saúde ligados ao trabalho, o diálogo social e a autonomia dos trabalhadores. Vários Estados realizam, igualmente, enquetes nacionais sobre as condições de trabalho. Estas últimas deveriam ser estendidas a outros países utilizando o mesmo modelo de enquete a fim de possibilitar a mensuração, de um lado, dos aspectos menos tangíveis do trabalho remunerado e, de outro lado, da diversidade das experiências dos trabalhadores.

Cada um desses aspectos do “trabalho decente” deverá ser avaliado por meio de vários indicadores potenciais. Como não é possível mensurar tudo, a Comissão recomenda escolher um número limitado de indicadores relacionados a noção de trabalho decente; eles serão selecionados em consulta com os agentes e as organizações internacionais envolvidos. Adaptados, ao mesmo tempo, aos países desenvolvidos e em desenvolvimento, eles deverão destacar as diferenças entre homens e mulheres nos riscos que correm e as tarefas realizadas em setores específicos como a agricultura. Certos empregos têm mais repercussão sobre a saúde que outros: é principalmente o caso da transplantação no cultivo do arroz, trabalho que implica uma exposição a doenças hídricas e produtos químicos tóxicos, mais frequentemente realizado por mulheres, que retêm por mais tempo as substâncias tóxicas em seu organismo. Avaliações do trabalho decente deveriam, igualmente, ser desenvolvidas em nível subnacional e regional.

Nesta área, as dificuldades de mensuração são perfeitamente refletidas pelos acidentes de trabalho, que constituem o perigo do trabalho remunerado mais visível. Estes acontecimentos repentinos e, às vezes, violentos que sobrevêm por ocasião da execução do trabalho, podem provocar importantes sequelas para a saúde, e mesmo para a vida do trabalhador. É difícil comparar os acidentes de trabalho em nível internacional, devido à falta de harmonização, ao mesmo tempo no modo de

³⁷ Ver, por exemplo, o Relatório Anual 2007-2008 sobre as Condições de Trabalho na UE (*Annual Review of Working Conditions in the EU 2007-2008*), o Quarto Estudo das Condições de Trabalho na Europa (*Fourth European Working Conditions Survey 2007*) e a Primeira Enquete sobre a Qualidade de Vida na Europa (*First European Quality of Life Survey: Time Use and Work-Life Options over the Life Course, 2007*).

Três características da qualidade de vida

recenseamento dos acidentes (as estatísticas, às vezes, só levam em conta os acidentes “indenizados” sobrevivendo em locais de trabalho, de tamanho suficientemente significativo, e deixam de lado os ferimentos leves) e no que diz respeito às fontes de dados (companhias de seguro, registros da seguridade social, inspeções do trabalho, institutos de sondagem e recenseamento). Além disso, nos países em que as contribuições sociais pagas pelo empregador variam em função da frequência dos acidentes, o risco é haver menos declarações que acidentes reais. Embora as comparações tenham sido facilitadas pela adoção, em 1998, da resolução da OIT sobre as estatísticas das lesões profissionais resultantes dos acidentes de trabalho, que fixa normas para o registro e a apresentação dos dados, o problema persiste. Exemplificando, as lesões não fatais que devem ser registradas são aquelas que determinaram uma falta de pelo menos 3 dias na Europa e no Japão, de pelo menos 6 dias na Austrália e de pelo menos 1 dia em outros países. Em todos os países, as estatísticas dão conta unicamente das faltas totais e não daquelas que determinam um dia de trabalho reduzido.³⁸ As mudanças na frequência dos acidentes declarados pela administração ou pelas seguradoras poderiam igualmente resultar de modificações introduzidas nas regras das companhias de seguro e que estimulam os empregadores a declarar menos acidentes menores ou a propor jornadas de trabalho reduzidas aos trabalhadores acidentados. Todas essas disparidades nas práticas de registro são obstáculo à comparabilidade das estatísticas nesta área.

Este caráter multidimensional levou a várias tentativas de elaboração de índices compostos para medir o trabalho decente. O Gráfico 2.4 representa a classificação dos 25 países com melhor nota, publicada pela *Revista Internacional do Trabalho* (2003). Este índice composto se baseia em sete subindicadores, eles também compostos, em parte selecionados em razão da disponibilidade das informações: i) segurança do mercado de trabalho (vários indicadores da disponibilidade dos empregos); ii) segurança do emprego (por oposição à precariedade); iii) segurança das competências ou profissional (disponibilidade de empregos qualificados); iv) segurança no trabalho (condições de trabalho, inclusive os horários); v) segurança ligada às possibilidades de educação e formação; vi) segurança do rendimento e vii) representação dos trabalhadores. As diferentes maneiras de fornecer informações sobre conceitos tão complexos e multidimensionais quanto o trabalho decente por meio de mensurações compostas deveriam ser operadas de maneira mais sistemática.

³⁸ Em 2003, foi na Turquia, na Coreia e no México que os acidentes de trabalho com resultado fatal foram mais frequentes, enquanto que o Reino Unido e a Suécia são os países onde houve menos. Sua frequência está diminuindo desde 1995. Os acidentes de trabalho não mortais são os mais difundidos e têm igualmente diminuído na maior parte dos países membros da OCDE (OCDE, 2006a).

Três características da qualidade de vida

3.3.3. O trabalho doméstico não remunerado

A maior parte dos indicadores atualmente utilizados para avaliar a qualidade de vida não leva em consideração certos aspectos do trabalho doméstico não remunerado, como as compras, as tarefas domésticas ou os cuidados às crianças e às outras pessoas dependentes do lar. Trata-se de um esquecimento importante. Exatamente como para as outras atividades pessoais, o tempo dedicado às tarefas domésticas poderia ser diretamente medido por meios de enquetes sobre o emprego do tempo. Estes dados, por sua vez, serviriam, por um lado, para avaliar as desigualdades ligadas ao gênero em termos de distribuição das tarefas domésticas, e, por outro lado, para facilitar as comparações de um país para outro e no tempo, o que poderia por em evidência numerosas outras desigualdades (em termos de emprego e de lazeres, por exemplo).

Em princípio, os indicadores deveriam igualmente possibilitar a avaliação da qualidade do trabalho doméstico não remunerado, embora só existam poucos critérios objetivos nesta área. Entretanto, certos países como a Suécia realizam regularmente enquetes sobre o estresse e as tensões geradas pelo trabalho doméstico e sobre suas consequências para a saúde. Os países em desenvolvimento se beneficiariam igualmente com a criação de mensurações diretas dessas tensões; com efeito, tanto a técnica (frigideiras abertas ou rudimentares) quanto o combustível usado para a cocção dos alimentos (biocombustíveis) comportam muito mais riscos para as mulheres e as crianças do que para os homens.

O trabalho doméstico não remunerado é particularmente importante para a qualidade de vida das famílias com crianças pequenas. Muitas vezes, o tempo passado em cuidar das crianças é igualmente dedicado a outras atividades e é, portanto, mal mensurado pelas enquetes sobre o emprego do tempo, que não levam completamente em consideração as atividades “secundárias”. Além disso, a maior parte das crianças passa seu tempo em diversas estruturas que as acolhem, formais ou não, cuja utilização seria preciso medir (o tempo passado em cada estrutura). Indicadores referentes aos acessos às creches e seus preços são também importantes para estimar o custo das crianças e avaliar as sobrecargas de trabalho que os pais das crianças pequenas enfrentam.

3.3.4 Os trajetos domicílio-trabalho

As pessoas que têm um emprego remunerado dispõem de melhor qualidade de vida

Três características da qualidade de vida

quando seu tempo de trajeto diário é menor. Em vários países da OCDE, a alta do preço das moradias não tendo sido acompanhada de alta de salários, numerosos assalariados e suas famílias foram forçados a se afastar de seu local de trabalho. Essa evolução tem um grande peso sobre suas qualidade de vida. O número de horas passadas a realizar idas e vindas domicílio-trabalho em um dado período (semana, mês) constitui um indicador parcial, mas essencial, destes deslocamentos. Este tipo de indicador poderia ser sistematicamente calculado por meio de enquetes regulares sobre o emprego do tempo. Os dados disponíveis a esse respeito já mostram grandes diferenças entre os países: na Coreia, os assalariados passam, em média, 70 minutos por dia entre seu local de trabalho e seu domicílio, ou seja, o equivalente a 18 jornadas inteiras por ano, enquanto que esse número é de trinta e seis minutos na França e de 29 minutos nos Estados Unidos.

Além da duração, outros aspectos desses trajetos são importantes para a qualidade de vida, principalmente a acessibilidade e o preço dos transportes, que podem afetar o direito das pessoas à mobilidade diária. A estimativa destes dois elementos é complexa. Se a acessibilidade é, em parte, avaliada em virtude do tempo de trajeto, determinar o custo dos transportes envolve, por outro lado, calcular o preço pago pelos lares e definir um valor de referência a fim de realizar comparações. Estes custos podem igualmente refletir escolhas pessoais, alguns preferindo utilizar um veículo particular, mais caro, antes que utilizar transportes coletivos, menos caros. Sob uma perspectiva de sustentabilidade, os modos de transporte têm igualmente sua importância (disponibilidade de ciclovias, etc.). A viabilidade estatística de tais estudos é, todavia, problemática.

3.3.5 Os lazeres

O tempo dedicado aos lazeres é um componente primordial da qualidade de vida. Uma longa tradição de pesquisa (que remonta a Tobin e Nordhaus) tentou integrar o « valor » do lazer a uma avaliação monetária mais ampla do bem-estar. Se, por um lado, não é fácil determinar um preço para avaliar os lazeres, por outro lado, as dificuldades encontradas para mensurar sua quantidade também não são insignificantes. Além disso, embora a influência dos lazeres e dos divertimentos sobre a qualidade de vida seja amplamente documentada, poucas mensurações objetivas do tempo de lazer são comumente utilizadas.

Três características da qualidade de vida

Existem, entretanto, soluções. A mais evidente consiste simplesmente em mensurar o tempo dedicado aos lazeres, assim como as diferenças em sua distribuição entre os grupos e os indivíduos (em função do sexo, por exemplo). Esta quantidade pode ser estimada por meio das enquetes sobre o emprego do tempo que são realizadas regularmente em vários países. Esta solução apresenta, entretanto, certos problemas. De um lado, as estimativas da quantidade de lazeres se baseiam em classificações um pouco arbitrárias das diferentes atividades indicadas pelas pessoas inquiridas em seu emprego do tempo. Por outro lado, o tempo dedicado às atividades indispensáveis, como o sono, as refeições ou os cuidados pessoais, varia de uma pessoa para outra e de um país para outro. Estas disparidades modificam as estimativas do tempo dedicado aos lazeres no decorrer de um dia comum. Uma vez levado em conta este fator, os resultados obtidos mostram disparidades sensíveis de um país para outro³⁹, mas também de uma categoria a outra: os homens gozam de mais tempo livre que as mulheres, com diferenças significativas na Itália e insignificantes na França; além disso, a curva que representa o tempo de lazer em função da idade é em forma de U (OCDE, 2009). Um último problema, já levantado na parte sobre o sentir, reside no fato de que uma mesma atividade, considerada como um “lazer” nas enquetes sobre o emprego do tempo, não proporcionará o mesmo nível de prazer a todos (por exemplo, a uma pessoa involuntariamente desempregada e a uma pessoa que tem um emprego que aprecia). Para avaliar as desigualdades entre as pessoas em termos de lazeres, é, portanto, necessário mensurar simultaneamente o tempo passado nestas atividades e o grau de satisfação resultante delas.

Existem, também, outros indicadores quantitativos, como aquele que mede a participação em diferentes atividades de lazer, tais como os divertimentos, as atividades esportivas ou os eventos culturais. Já disponíveis em vários países, eles poderiam ser coletados mais amplamente, embora não exista nesta área nem classificação comum nem modelo preciso de enquete. Outra solução poderia tomar a forma de indicadores de “lazer pobre”, como a porcentagem de pessoas, de famílias e de crianças que não têm meios de viajar, pelo menos, uma semana de férias no ano. Este tipo de indicador é utilizado na Europa de longa data, mas continua raro em outras partes do mundo.⁴⁰

Além da “quantidade”, a mensuração da “qualidade” dos lazeres tem igualmente sua importância, pois pode evidenciar grandes disparidades, tanto no tempo quan-

³⁹ Dentro da OCDE, o México e o Japão são os países que, no decorrer de uma semana comum, destinam menos horas aos lazeres (menos de 5 horas por dia), ao contrário da Bélgica e da Dinamarca (mais de 6 h 30 por dia).

⁴⁰ Entre os países da Europa, a porcentagem de lares que não possuem meios para tirar uma semana de férias sobe a 10% na Holanda e nos países nórdicos, atingindo mais de 50% em certos países do sul e leste europeus.

to entre categorias. Nos Estados Unidos, por exemplo, as pessoas mais instruídas dispõem de menos tempo livre que as outras: elas são, em outros termos, “ricas de dinheiro”, mas “pobres de tempo”. Entretanto, quando são consideradas outras mensurações que levam em consideração a qualidade dos lazeres (número de períodos de lazer, presença de terceiros ou associação com outras atividades), observa-se que esta qualidade é mais alta para as pessoas mais instruídas (Gimenez Nadal e Sevilla Sanz, 2007). Os estudos mostram ainda que, mesmo quando os homens e as mulheres se beneficiam da mesma quantidade de lazeres, a qualidade destes últimos é, muitas vezes, desigual, particularmente se a insegurança física ou o medo de ser agredida leva a mulher a ficar em casa, em vez de sair. Se o tempo de lazer é um assunto que diz menos respeito aos países em desenvolvimento, é, em compensação, essencial para os países desenvolvidos.

3.3.6 A moradia

A moradia constitui um componente fundamental da qualidade de vida, assim como de toda uma série de outros aspectos sociais (como a educação dos filhos). É importante, portanto, definir indicadores ao mesmo tempo quantitativos e qualitativos, a fim de avaliar o desempenho dos países nesta área. Estatísticas sobre o habitat estão, na verdade, disponíveis na maior parte dos países e são igualmente coletadas por certas organizações internacionais e regionais. O Eurostat publica relatórios e dados sobre a moradia no âmbito de sua “auditoria urbana”, e várias instituições especializadas das Nações Unidas coletam também informações a esse respeito.⁴¹ Entretanto, a comparabilidade dos dados nesta área constitui um problema real, e não existe atualmente para a moradia nenhuma série de indicadores básicos que possibilite comparar a qualidade de vida em escala mundial.

A fim de aperfeiçoar uma gama de indicadores sobre a moradia que possam ser utilizados no âmbito das enquetes sobre a qualidade de vida, seria preciso agir em diversos níveis:

- Em um primeiro tempo, seria conveniente que todos os países definissem as noções de “sem domicílio fixo” e de “pessoa que vive em um centro de alojamento de urgência”, e avaliassem o número de pessoas nesta situação. Sendo pouco viável reunir essas pessoas para responder às sondagens de opinião, os países deverão utilizar as informações coletadas pelos programas públicos ou

⁴¹ Ver, por exemplo, os indicadores de desenvolvimento sustentável da ONU (ONU (<http://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/isdms2001/isd-ms2001isd.htm>) e os relatórios do Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (para as causas de um habitat inadequado na América Latina, ver http://www.habitat.org/lac_eng/pdf/causes.pdf).

Três características da qualidade de vida

pelos grupos de voluntariado que dão ajuda de urgência aos sem-teto.

- Em um segundo tempo, seria preciso que os órgãos de estatística nacionais e internacionais definissem e tornassem operacional um conceito de “moradia decente” (por oposição à moradia de má qualidade, insalubre ou superlotada), com características diferentes para os países desenvolvidos e para os países em desenvolvimento. Indicadores sobre a moradia decente ajudariam a conscientizar sobre a importância do direito à moradia no mundo.
- Finalmente, mensurações da qualidade do habitat deveriam igualmente ser estabelecidas. O critério de qualidade deveria variar de um país para outro em função do estágio de desenvolvimento atingido. Estudos realizados recentemente no Brasil consideram, por exemplo, que uma moradia é adequada em função de dados coletados (por recenseamento) sobre a superpopulação (não mais que duas pessoas por quarto de dormir), o acesso à água potável, a coleta do lixo e a existência de saneamento básico. Os indicadores dos países desenvolvidos poderiam incluir, além disso, a falta de ampla rede de encanamento, o tempo de espera para obter uma moradia subsidiada, assim como a exposição ao ruído e a poluição. Poderíamos, igualmente, colher informações sobre as execuções hipotecárias da principal residência das famílias no decorrer da crise financeira atual.

3.4 Representação política e governança

3.4.1 Natureza e importância

A representação política (definida aqui como a capacidade, para o cidadão, de fazer ouvir sua voz) é parte integrante da qualidade de vida; tem um valor, ao mesmo tempo, intrínseco e instrumental. Intrinsecamente, a possibilidade de participar na qualidade de cidadãos com plena cidadania, de ter um papel na elaboração das políticas públicas, de fazer oposição sem temor e de se expressar contra o que se julga errado, não somente para si, mas também para o outro, são outras tantas liberdades e capacidades fundamentais.⁴² No plano prático, a representação política pode servir de corretivo para a política dos poderes públicos, pode obrigar os dirigentes e as instituições públicas a prestar conta de seus atos, revelar as necessidades das pessoas e a que elas atribuem valor, e chamar a atenção para as carências significativas, tanto em situações de urgência (fome generalizada, inundações, furacões), quanto no longo prazo (pobreza, desnutrição, fome). As instituições que favorecem a

⁴² Ver também Sen (1999), Nussbaum (2006), Dreze e Sen (2002) e Alkire (2002).

Três características da qualidade de vida

participação e o debate público ajudam os cidadãos a fazer escolhas conscientes em numerosas áreas que afetam sua qualidade de vida (como a saúde, a educação, o meio ambiente, os direitos legais e os deveres cívicos) e a representar um papel no estabelecimento dos valores coletivos.⁴³ A representação política, reduz, além disso, os riscos de conflitos sociais e favorece a constituição de um consenso sobre questões-chave, o que pode ter efeitos positivos sobre a eficiência econômica, a equidade social e a participação do maior número de indivíduos na vida pública. A representação política pode se expressar tanto individualmente (pelo voto, por exemplo) quanto coletivamente (participação em uma reunião de protesto). Nos dois casos, as possibilidades de expressar e o grau de resposta do sistema político (isto é, em que medida a voz do indivíduo é verdadeiramente ouvida e desencadeia uma ação de retorno) dependerão das características institucionais de cada país. Entre essas características, pode-se citar, com prioridade, a presença (ou a ausência) de uma democracia parlamentar efetiva, do sufrágio universal, de mídias livres e de organizações da sociedade civil.⁴⁴

Se, por um lado, as garantias legislativas e o estado de direito afetam e reforçam a amplitude da representação política, por outro lado, são igualmente importantes por eles mesmos e, aí de novo, têm um valor ao mesmo tempo intrínseco e instrumental. Intrinsecamente, as garantias legislativas oferecidas por um Estado indicam a seus cidadãos até que ponto sua concepção da sociedade é justa, equitativa e humana, e até que ponto ele se recusa a tolerar as privações e a falta de liberdades fundamentais. Estas garantias podem revestir-se de diversas formas, tais como os direitos constitucionais que proíbem toda e qualquer discriminação mediante critérios de sexo, raça, religião ou etnia, e os direitos sociais à educação, à moradia, às pensões de aposentadoria e aos tratamentos médicos. Além disso, leis externas ao âmbito constitucional podem instituir direitos que favorecem o bem-estar material e não material. Mencionemos, por exemplo, as leis que garantem um salário mínimo e as diversas formas de seguridade social, a proteção das mulheres diante da violência doméstica, os direitos de propriedade, e um direito à informação que os cidadãos podem invocar para se informarem junto às instituições públicas sobre o funcionamento delas e responsabilizá-las por suas decisões. Quer uma pessoa ou um grupo faça ou não uso na prática das garantias legais disponíveis, o próprio fato de viver em uma sociedade que oferece essas garantias define as possibilidades de

⁴³ Segundo Sunstein (1991) e Young (1993), o processo de deliberação pode igualmente produzir entre os privilegiados pontos de vista que toleram as preferências dos outros.

⁴⁴ A partir de dados sobre 46 países, Owen *et al* (2008) estabeleceram uma correlação positiva entre as instituições democráticas e os níveis individuais de bem-estar subjetivo. Frey e Stutzer (2002a e 2002b) relatam as mesmas observações no que diz respeito aos cantões suíços.

Três características da qualidade de vida

Quadro 2.1 Indicadores potencialmente úteis para avaliar a representação política, as garantias legais e o estado de direito

Meios de expressão dos cidadãos	Garantias legislativas	Estado de direito
<i>Participação democrática:</i> democracia pluralista; sufrágio universal; eleições livres, justas e regulares; participação eleitoral.	<i>Garantias constitucionais:</i> número de garantias inscritas na Constituição.	<i>Instituições judiciárias:</i> existência de um sistema judiciário independente.
<i>Participação na governança:</i> instituições de governança descentralizadas; representação das mulheres, das minorias, etc. nas instâncias políticas e executivas do Estado.	<i>Garantias legais das necessidades econômicas básicas:</i> emprego, alimentação, educação, sistema de saúde, moradia, etc.	<i>Acesso e tratamento iguais para todos:</i> por etnia, religião, raça, sexo, etc. (necessidade de subindicadores de acesso).
<i>Ajuda externa ao Estado:</i> existência e número de organizações leigas da sociedade civil; mídias livres.	<i>Direitos políticos e sociais garantidos pela lei:</i> direito à informação, direito à proteção contras as violências domésticas, etc. <i>Ratificação de tratados internacionais</i> sobre a igualdade, os direitos humanos, etc.	<i>Funcionamento das instituições judiciárias</i> para os recursos ao cível e ao penal. Prisão e detenção de prisioneiros políticos.

que dispõe todo cidadão e influi, por consequência, sobre a maneira pela qual ele *percebe* sua qualidade de vida. No plano prático, as garantias legislativas podem ter uma incidência, ao mesmo tempo, sobre a economia e a sociedade. A estrutura das leis, por exemplo, pode condicionar o clima de investimento de um país e ter, assim, um impacto sobre o funcionamento dos mercados, o crescimento econômico, a criação de empregos e o bem-estar material.

Todavia, para realizar seu potencial, as garantias prometidas pela lei requerem uma aplicação efetiva. Elas exigem um estado de direito capaz de garantir justiça operacional e aplicação jurídica, indo além das promessas no papel para garantir sua realização concreta. Leis aplicadas de maneira injusta ou insuficiente não somente não melhorarão a qualidade de vida das pessoas, mas minarão a confiança no Estado, tanto em nível nacional quanto internacional. Por outro lado, uma aplicação efetiva terá uma incidência positiva sobre o bem-estar real, como sobre a percepção deste último. O sucesso desta aplicação depende, todavia, da maneira

Três características da qualidade de vida

pela qual funcionam diversas instituições de Estado (a polícia, o poder judiciário e certos serviços administrativos) e até que ponto elas estão isentas de corrupção, de ingerência política e de preconceitos sociais, e podem ser obrigadas a responder por suas decisões.

A obrigação, para a polícia e o poder judiciário, de prestar contas de sua ação, é essencial para assegurar o respeito ao estado de direito, enquanto que a responsabilidade pelos serviços administrativos é crucial para os direitos, não legalmente defensáveis, a medidas ou a programas públicos. Além disso, a atitude dos juízes para com os desfavorecidos, sua percepção e sua compreensão da vida e da situação das pessoas influem muito sobre a maneira pela qual as leis são interpretadas e sobre a medida pela qual o procedimento judicial resulta em uma justiça positiva.⁴⁵ Juízes nomeados pelo poder político são passíveis de adotar, ao aplicar a lei, posições predeterminadas e uma atitude de parcialidade. O sucesso da aplicação das leis repousa também sobre mecanismos que visem a garantir que os cidadãos conheçam seus direitos e que uma ajuda jurisdicional seja fornecida àqueles que não têm meios para pagar as despesas judiciais. As instituições da sociedade civil e as mídias livres podem, igualmente, se mostrar essenciais no que diz respeito à responsabilização das instituições públicas e à promoção do estado de direito.

A importância da representação política, das garantias legislativas e do estado de direito é não somente individual, mas igualmente interativa. A representação política pode levar a estabelecer, formular e ampliar um quadro jurídico que englobe todos os cidadãos, chamando a atenção para as lacunas ou as insuficiências da legislação e fazendo pressão sobre o Estado para que ele modifique leis discriminatórias ou ineficazes e adote novas. Cidadãos que gozam do direito de expressão e da liberdade de reunião podem, além disso, pressionar o Estado em vista de fazer aplicar as leis equitativamente e identificar casos de aplicação injusta da lei ou de denegação de justiça. As garantias legislativas podem, por sua vez, reforçar a representação política outorgando a liberdade de palavra, de associação e de reunião e a livre troca de informações. Todos estes fatores desempenham um papel tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento.

3.4.2 Indicadores

Indicadores são necessários para avaliar a situação de um país em termos de representação política e governança democrática, assim como de garantias legislativas e estado de direito.

⁴⁵ Para mais detalhes, ver Nussbaum (2007).

Três características da qualidade de vida

- Os cidadãos podem fazer ouvir suas vozes graças a todo um conjunto de instituições e direitos: democracia parlamentar pluralista e sufrágio universal, governo descentralizado, mídias livres, liberdades universitárias, liberdade de constituir organizações civis, instituições sociais, sindicatos e órgãos profissionais, e de aderir a eles. Portanto, sua voz pode ser ouvida graças, ao mesmo tempo, a instituições políticas e a instituições que escapam do quadro oficial da vida política. Indicadores são igualmente necessários para saber quais direitos, quais liberdades, quais possibilidades e quais meios de expressão podem ser utilizados pelos não cidadãos, cujo número aumentou em numerosos países em razão da intensificação das migrações internacionais.
- As garantias legislativas compreendem os direitos consagrados nas constituições (por exemplo, a não discriminação por critérios de raça ou de sexo, o direito à alimentação, à educação, etc.); as leis que defendem a justiça civil e penal, a igualdade, a solidariedade e a responsabilidade (liberdade de informação, por exemplo), as leis sobre a discriminação positiva; os pactos internacionais que defendem os direitos humanos e as liberdades fundamentais, ratificados por um país; e outras garantias legais de diferentes espécies.
- O estado de direito inclui instituições que garantem direitos *de facto* e, não somente, *de jure*. Um poder judiciário independente, isento de corrupção e livre de influências políticas, a rapidez com a qual a justiça é feita, o acesso econômico e social à justiça por todos os cidadãos (inclusive as mulheres e as minorias étnicas e religiosas) são outros tantos indicadores potencialmente instrutivos.

Encontraremos, no quadro 2.1, uma lista de indicadores úteis sobre os fatores acima mencionados. Cada um desses fatores poderia ser medido por indicadores tanto objetivos quanto subjetivos (isto é, as percepções individuais dos diversos elementos indicados). Entretanto, convém usar de prudência na utilização dos indicadores subjetivos a fim de evitar que as percepções resultem numa visão mais positiva de uma situação do que a experiência real teria indicado (ou vice-versa).

Três características da qualidade de vida

Uma abundante literatura sobre as preferências adaptativas destaca, por exemplo, que as pessoas desfavorecidas são capazes de adaptar suas preferências à sua situação difícil e pretender estar em melhor situação (estar com melhor saúde, por exemplo) do que sua situação objetiva indica⁴⁶.

Apesar da importância da representação política para a qualidade de vida (e do número de organizações internacionais e de universidades que definiram, regular ou ocasionalmente, indicadores e colheram informações sobre estes últimos), os instrumentos de mensuração confiáveis continuam limitados. A maior parte dos indicadores existentes é elaborada por organismos externos aos institutos de estatística nacionais (Anexo 2.1). A metodologia de coleta das informações implica normalmente recorrer aos pareceres de peritos no desempenho dos países em termos de democracia, corrupção e liberdades. Podem-se citar como exemplos os indicadores de Freedom House e Polity IV e a série de indicadores de governança regularmente elaborada pelo Instituto do Banco Mundial (Kaufmann, Kraay et Mastruzzi, 2008)⁴⁷. Se, por um lado, as avaliações dos peritos são úteis em certas áreas, como para o que diz respeito à existência de instituições de governança ou de garantias legislativas particulares, em contrapartida, elas são nitidamente insuficientes para avaliar até que ponto essas instituições funcionam corretamente ou de maneira equitativa, ou como elas são percebidas pelos cidadãos. Para mensurar estes aspectos, é preciso proceder a enquetes junto à população, que darão informações sobre a percepção que os cidadãos têm do funcionamento dessas instituições. Tais estudos são raros.⁴⁸ Além disso, dispomos de muito poucas informações sobre as desigualdades (fundamentadas na raça, no sexo, na etnia ou na condição de minoridade) no acesso aos recursos da justiça, sobre as diferenças de percepção dos modos de funcionamento das instituições políticas, judiciárias e executivas, e sobre a confiança que as categorias desfavorecidas têm nestas instituições.

⁴⁶ Para uma discussão do conceito de preferências adaptadas, ver Sen (1987) e Nussbaum (2001); para uma avaliação empírica, ver Burchardt (2005). Sobre a maneira pela qual as preferências são influenciadas pela dada situação existente, ver Sunstein (1993).

⁴⁷ O projeto Polity IV mede, de um ano para o outro, o “grau de democracia” de todos os Estados independentes em uma escala que vai de + 10 (os mais democráticos) a - 10 (os menos democráticos). Os indicadores versam sobre: i) a existência de uma autoridade política central efetiva; ii) o caráter aberto ou fechado das instituições políticas; iii) a durabilidade da autoridade política central (número de anos transcorridos desde a última mudança de regime); iv) os procedimentos institucionais de transferência do poder executivo; v) a concorrência no recrutamento dos tomadores de decisão; vi) a independência do mais alto responsável político; vii) as estruturas institucionais da expressão política; finalmente, viii) o grau de competitividade da participação.

⁴⁸ Um exemplo é dado pelo estudo realizado pelos Repórteres sem Fronteiras para avaliar a liberdade de imprensa. Em nível regional, outro exemplo é aquele da enquete realizada no sul da Ásia para estabelecer um quadro de opiniões e atitudes dos cidadãos (SDSA, 2008): esta enquete abrange perguntas sobre a diferença percebida entre as garantias constitucionais e sua tradução nos fatos, sobre a maneira pela qual é percebido o funcionamento das instituições políticas e executivas, sobre a ausência de medo ou de sentimento de insegurança, enfim, sobre a vida ao abrigo da necessidade (fome, pobreza).

Três características da qualidade de vida

As comparações fundamentadas nos indicadores existentes de representação política, de governança democrática, de garantias legislativas e do estado de direito mostram grandes disparidades entre os países. Se, no decorrer dos últimos vinte anos, numerosos países se libertaram de ditaduras e de regimes autoritários, sua transição para o estabelecimento da gama de liberdades e direitos democráticos e para a instauração do estado de direito é lenta e difícil. Indicadores pertinentes podem ajudar a estudar de maneira contínua a consolidação da democracia nesses países: para este fim, várias iniciativas recentes visam a melhorar a capacidade desses países para aperfeiçoar indicadores nessas áreas, que poderiam servir para formular e avaliar as políticas nacionais.⁴⁹

Os indicadores existentes focalizados nas instituições políticas mostram pouco (ou nada) de variações no interior do grupo das democracias bem estabelecidas.⁵⁰ Todavia, resultam mais dos dados coletados do que dos pontos de vista dos residentes (Ringen, 2007). Mesmo nos países desenvolvidos, a falta de confiança em relação às instituições públicas e o declínio da participação política testemunham uma diferença crescente entre a percepção do funcionamento das instituições democráticas pelos cidadãos e pelas elites políticas. Em uma enquete sobre os países da OCDE, por exemplo, somente 44% das pessoas inquiridas exprimiram, em média, um grau elevado de confiança na função pública e menos de 40% deram a mesma resposta para as instâncias legislativas e executivas do Estado; em certos países, os números eram ainda mais baixos (OCDE, 2006a). O exercício da representação política difere, além disso, sistematicamente, de um país para outro, assim como entre as categorias da população: os jovens e as categorias menos instruídas e com baixos rendimentos, por exemplo, estão menos inclinados a ir votar (OCDE, 2006a); além disso, com a alta da imigração, os estrangeiros que vivem no país são cada vez mais numerosos a não usufruírem dos direitos fundamentais e a não terem nenhuma possibilidade de participar da vida política. O funcionamento dos sistemas políticos nos países desenvolvidos fornece igualmente numerosos exemplos de transgressão dos direitos: representação desigual dos indivíduos perante a lei, parcialidade nos procedimentos judiciais, compra do poder político por meio de pagamentos diretos em proveito de tomadores de decisão e de contribuições para o financiamento de campanhas, pressões exercidas por grupos de interesses setoriais (Okun, 1975). Também indicadores pertinentes

⁴⁹ Na primeira posição destas iniciativas, figuram o projeto Metagora, lançado em 2004, sob os auspícios da rede OCDE/PARIS21 (OCDE, 2008a), e o Programa Mundial do PNUD, sobre o desenvolvimento das capacidades de avaliação e mensuração da governança democrática.

⁵⁰ Dentre os 28 países da OCDE abrangidos pelo Polity IV, um país recebeu a nota 7/10, 4 receberam a nota 8/10, um recebeu a nota 9/10 e os 22 restantes receberam a nota 10/10.

Três características da qualidade de vida

são igualmente necessários para avaliar a qualidade da governança democrática nas economias de mercado estabelecidas de longa data.⁵¹

3.5 Vínculos sociais

Da mesma forma que a representação política e o estado de direito, os vínculos sociais e as normas inerentes de confiança e lealdade que se relacionam a eles são importantes para a qualidade de vida. Estes vínculos sociais são às vezes englobados no conceito de capital social. Se as definições do « capital social » (como aquelas das outras formas de « capital » em um estágio equivalente de seu desenvolvimento conceitual) foram objeto de numerosos debates, tendemos hoje a concordar com uma definição mínima: as redes sociais e as normas de reciprocidade e confiança que se relacionam a ele.⁵² Como é difícil mensurar as redes sociais em uma grande escala geográfica, os pesquisadores se servem geralmente de variáveis de substituição para essas redes (por exemplo, número de amigos próximos, participação na vida política, filiação a associações de voluntariado, engajamento religioso, serviços prestados, etc.). A ideia central do conceito de capital social é que, assim como as ferramentas (capital físico) e a formação (capital humano), os vínculos sociais têm *valor* para a qualidade de vida.⁵³

Os vínculos sociais apresentam interesse, em primeiro lugar, para aqueles que fazem parte de redes. Exemplificando, as redes infiltraram de tal forma o mercado de trabalho que a maior parte das pessoas tem outro tanto de oportunidades de encontrar um emprego graças às suas relações do que graças ao que sabem fazer. Igualmente, os vínculos sociais trazem vantagens em matéria de saúde: enquanto fator de risco de óbito prematuro, o isolamento social concorre com o tabagismo (Berkmann e Glass, 2000). Tudo indica igualmente que os vínculos sociais são poderosos reveladores (e provavelmente fatores) de bem-estar subjetivo. Finalmente, a mesma atividade pessoal pode ter impactos diferentes sobre o bem-estar subjetivo conforme ela é praticada por uma pessoa sozinha ou com outras.

⁵¹ Ringen (2007) utiliza, para descrever as disparidades em matéria de governança democrática entre as diferentes economias de mercado desenvolvidas, indicadores da *força* do processo democrático (a saber, data da instauração do sufrágio universal e avaliação da liberdade de imprensa), de sua *capacidade* (indicador composto da eficácia dos poderes públicos e indicador qualitativo de proteção diante do uso político do poder econômico), da *confiança* dos cidadãos (a respeito ao Parlamento e à função pública) e da *segurança* que o sistema político oferece à população (contra os riscos de pobreza e de doença).

⁵² Ainda que diversas formas de “confiança social” escapem a esta definição estreita, elas estão integradas aos debates sobre o capital social, pois trata-se de subprodutos habituais, e importantes no plano empírico, da densidade das redes sociais. As mensurações genéricas da confiança social são amplamente utilizadas como variáveis de substituição do capital social nas comparações internacionais.

⁵³ Uma abundante literatura destaca igualmente o interesse das redes para o desenvolvimento econômico e o funcionamento dos mercados.

Três características da qualidade de vida

Trata-se aí de efeitos « internos » das redes sociais, pois elas ilustram maneiras essas redes são de proveito para aqueles que delas fazem parte. Os vínculos sociais apresentam, entretanto, também « efeitos externos », isto é, efeitos sobre as pessoas não envolvidas. Os trabalhos sobre o « capital social » evidenciaram claramente certo número de exemplos de efeitos externos positivos. Redes de vizinhança, por exemplo, podem ter um efeito dissuasivo sobre a criminalidade (Sampson, 2003), efeito que vem em proveito também daqueles que ficam em casa diante da televisão. O funcionamento das instituições democráticas, e mesmo o ritmo do crescimento econômico, podem, eles também, depender da qualidade dos vínculos sociais em um dado território.⁵⁴ Finalmente, vários estudos (norte-americanos, na maioria) mostram que as avaliações do capital social comunitário são ferramentas de previsão confiáveis, tanto para o nível de proteção da infância (mortalidade infantil, gravidez entre adolescentes, lactentes com pouco peso ao nascer, toxicomania entre adolescentes, etc.), quanto para o sucesso escolar (porcentagem de evasão escolar, resultados nos testes de avaliação).

Entretanto, os « efeitos externos » produzidos pelas redes podem também ser negativos. Um forte sentimento de pertencer a um grupo pode reforçar a noção de uma identidade pessoal exclusiva relativamente ao grupo ao qual o indivíduo pertence (Sen, 2006). Ele pode criar rupturas entre as comunidades étnicas e manter um clima de violência e de enfrentamento. Em geral, uma longa tradição do pensamento econômico tem destacado a tendência que têm os grupos para produzir para seus membros vantagens que pesam muito sobre as oportunidades e a qualidade de vida dos não membros. Em outros termos, se os grupos podem favorecer os vínculos entre os participantes, podem também levantar barreiras contra estranhos ao grupo e membros de outros grupos. Para levar em conta estes múltiplos efeitos, os estudos estabelecem uma distinção entre dois tipos de capital social, o capital social « fechado » ou « socialização entre pessoas semelhantes » (*bonding*) e o capital social « aberto » ou o fato de « lançar pontes » (*bridging*), mas a colocação em prática desta distinção na pesquisa empírica permanece um empreendimento difícil.

Em resumo, uma abundante literatura proveniente de diversas disciplinas mostra que as relações sociais favorecem aqueles que fazem parte de redes, e que os efeitos sobre aqueles que não fazem parte delas dependem ao mesmo tempo da natureza

⁵⁴ Estas alegações, primeiramente feitas por Putnam (1993), foram confirmadas por certo número de pesquisadores mais rigorosos, na Itália como em outros lugares.

do grupo e dos efeitos em questão.⁵⁵ Em certas áreas, como a saúde, os estudos mostraram que os vínculos sociais podem ter efeitos positivos em nível tanto individual quanto global: as pessoas que possuem mais amigos vivem mais tempo, em parte por causa dos efeitos bioquímicos do isolamento social e, em parte porque os sistemas de saúde pública são mais eficazes nas zonas com capital social mais alto. Muitos desses supostos vínculos de causalidade restam a ser testados no âmbito de um estudo experimental ou quase experimental, mas mesmo neste capítulo os progressos são ainda lentos demais. A pesquisa nesta área deveria, prioritariamente, ligar-se aos vínculos de causalidade realizando experiências naturais ou aleatórias.

3.5.1 Os vínculos sociais aumentam a qualidade de vida

Tudo parece indicar, tanto no nível individual quanto global, que os vínculos sociais fazem parte das ferramentas de previsão mais seguras das mensurações subjetivas da satisfação com a vida. Os vínculos sociais têm um poderoso efeito independente sobre o bem-estar subjetivo, independentemente dos rendimentos.⁵⁶ Além disso, os dados de que dispomos mostram que os efeitos externos do capital social sobre o bem-estar são mais frequentemente positivos, e não negativos (Helliwell, 2001; Powdthavee, 2008). Em outros termos, aumentar meu capital social melhora ao mesmo tempo meu próprio bem-estar subjetivo e aquele de meus vizinhos, e constitui, assim, uma estratégia coerente para aumentar a qualidade de vida na totalidade do país.

A análise dos efeitos dos vínculos sociais sobre o bem-estar subjetivo ainda está balbuciando. Em geral, ela não leva em conta as características individuais não mensuradas e se baseia, em grande parte, em dados de corte. Contudo, análises recentes reforçaram a tese segundo a qual existe um vínculo da causalidade entre certas formas, pelo menos, de vínculos sociais e o bem-estar subjetivo. Krueger, Kahneman *et al.* (2008)⁵⁷ constataram que, neutralizando os efeitos fixos individuais (como os traços de caráter), as atividades mais agradáveis envolviam um elemento de socialização : atividades religiosas, comer/beber, praticar esportes e

⁵⁵ Para uma síntese de uma parte destes trabalhos, ver Putnam (2000).

⁵⁶ Helliwell e Putnam (2004) resumem sua análise nos termos seguintes: « Os vínculos sociais, inclusive, é claro, mas não exclusivamente, o casamento, figuram entre os elementos cuja correlação com o bem-estar subjetivo é a mais estreita. As pessoas que possuem amigos e confidentes próximos, vizinhos simpáticos e colegas de trabalho com boa-vontade em relação a elas, correm menos riscos de conhecer sentimentos de tristeza, de solidão, de baixa autoestima e de distúrbios da alimentação e do sono [...] As melhores ferramentas de previsão do bem-estar subjetivo são o número e a intensidade dos vínculos sociais. Efetivamente, as próprias pessoas declaram que são as boas relações com suas famílias, seus amigos ou seus parceiros (bem mais que o dinheiro ou a celebridade) que condicionam sua felicidade. »

⁵⁷ O estudo utilizou o método da amostragem-tempo aleatório com o propósito de obter reações emocionais a várias atividades. Outras análises transversais, após terem neutralizado a variável dos tipos de personalidade, concluíram que o capital social tinha efeitos persistentes sobre o bem-estar (cf. principalmente Helliwell, 2005).

Três características da qualidade de vida

receber amigos. Igualmente, em uma recente enquete norte-americana em painel em grande escala, sobre a prática religiosa e o bem-estar subjetivo, Lim e Putnam (2008) observaram que a prática religiosa no momento 1 (ou no momento 2) predizia o bem-estar subjetivo no momento 2, quando o efeito do nível de bem-estar subjetivo no momento 1 é neutralizado, da mesma forma que o efeito de numerosas outras variáveis associadas; o mecanismo essencial à obra nessa relação não é nem teológico nem psicológico, mas deve-se de preferência ao possante efeito sobre o bem-estar produzido pelos « amigos da paróquia ».⁵⁸ Fowler e Christakis (2008) observam igualmente que o bem-estar subjetivo pode ser transmitido, como um “contágio” benéfico, de uma pessoa para outra. Para nenhuma outra variável (inclusive as variáveis econômicas), os resultados de estudos não demonstram tão nitidamente quanto para os vínculos sociais a existência de efeitos de causalidade sobre o bem-estar subjetivo.

3.5.2 Indicadores

A pesquisa em matéria de vínculos sociais sendo relativamente recente, as estatísticas nacionais são ainda rudimentares. A maior parte dos pesquisadores utilizou fontes não oficiais. Um dado indireto muitas vezes utilizado é o número de associações da sociedade civil ou da esfera religiosa de que cada pessoa é membro. Todavia, a fragilidade deste tipo de instrumentos de mensuração é hoje bem reconhecida. Uma organização oficial que tenha nome na praça pode muito bem não ter membros ativos e, ainda menos, redes sociais entre seus membros. Além disso, o papel das associações varia segundo os países. Por essas razões, as mensurações da densidade organizacional não são geralmente boas mensurações dos vínculos sociais, ainda que sejam frequentemente utilizadas para este fim.

Em uma abordagem similar, medem-se as atividades que se supõem serem o produto de vínculos sociais, como o comportamento altruísta. Certos estudos utilizaram assim como dados indiretos as doações de sangue, a participação em associações de voluntariado ou as doações a obras de caridade. Outros estudos recorreram a mensurações agregadas do comportamento individual, como a participação eleitoral, argumentando que, ainda que votar seja uma atividade privada, a participação no escrutínio é mais alta nos países que dispõem de uma importante rede de partidos políticos ou de organizações cidadãs, e que, em todos os países, os membros dessas organizações têm uma probabilidade mais forte de votar. Outros estudos se servi-

⁵⁸ Chaeyoon e Putnam (2008) indicam que, se o bem-estar subjetivo aumenta geralmente com o número de « amigos próximos », parece que os « amigos da paróquia » (nos Estados Unidos, pelo menos) estão « responsabilizados em excesso », no sentido de que o impacto deles sobre o bem-estar subjetivo é mais ou menos o dobro daquele dos « amigos próximos ».

Três características da qualidade de vida

ram de critérios indiretos dos vínculos sociais fundamentados em dados relativos aos vínculos familiares, como as taxas de casamento; todavia, em razão das evoluções sociais ocorridas no mundo inteiro, este método só dá conta imperfeitamente dos vínculos interpessoais duráveis.

Em última análise, todos esses indicadores são instrumentos de medida dos vínculos sociais insuficientes e só se pode constituir indicadores confiáveis por meio dos dados das enquetes. Apenas as enquetes junto às pessoas possibilitam mensurar as formas numerosas e mutantes de que se reveste o vínculo social. Nos últimos anos, vários institutos de estatística (no Reino Unido, na Austrália, no Canadá, na Irlanda, na Holanda e, mais recentemente, nos Estados Unidos) começaram a reunir e a difundir mensurações, tiradas de enquetes, de diversas formas de vínculos sociais. O Anexo 2.2 fornece uma ilustração desses esforços, apresentando a lista das perguntas incluídas (desde o início de 2008) em um suplemento anual, no número de novembro da publicação norte-americana *Current Population Survey*, que faz a sondagem habitualmente junto aos respondentes sobre o voto nas eleições nacionais.⁵⁹ Estas perguntas foram selecionadas depois que o Departamento de Recenseamento e o Escritório de Estatísticas Sociais constataram profusamente sua seriedade, sua inteligibilidade e sua falta de caráter ofensivo; elas abrangem várias manifestações de engajamento político e cívico, assim como outras formas de vínculos sociais (como o número de amigos ou a frequência dos contatos com os vizinhos e serviços prestados a estes últimos).⁶⁰

A mensuração dos vínculos sociais vai, entretanto, além da mensuração desses aspectos particulares. Convém, igualmente, dispor de perguntas corretamente testadas que avaliem a experiência das pessoas em uma série de outras áreas. Entre as principais áreas que poderiam ser exploradas por meio de enquetes específicas, podem-se mencionar as seguintes:⁶¹

- **Confiança social:** apesar de uma confiabilidade teste - reteste somente moderada, a pergunta clássica sobre a confiança social foi feita milhares de vezes em

⁵⁹ Seria, na verdade, talvez mais apropriado considerar essas perguntas sobre o engajamento político como ferramentas de mensuração da representação política, como foi discutido anteriormente.

⁶⁰ Constatou-se muitas vezes que as perguntas sobre o voto nas eleições locais são mais confiáveis e apresentam uma maior variância que o voto nas eleições nacionais, provavelmente porque são menos passíveis de receber respostas com viés por considerações de "desejo social". Na prática, estas perguntas se revelaram estar entre as melhores ferramentas de mensuração do engajamento político, em geral.

⁶¹ Esta lista coincide amplamente com aquela, proposta por um grupo de trabalho interdisciplinar *ad hoc* de alto nível, que é reproduzida no Anexo 3. Estes elementos (e as perguntas associadas) ainda não foram aceitos pelo Departamento do Recenseamento, tendo em vista sua inclusão na *Current Population Survey*.

Três características da qualidade de vida

- **Isolamento social:** a falta de contatos com os outros na vida cotidiana habitual é, ao mesmo tempo, um sintoma e uma causa de sofrimento social e pode determinar uma espiral descendente que afeta o moral e reduz as oportunidades sociais e econômicas. O isolamento social pode ser medido fazendo às pessoas perguntas sobre a frequência de seus contatos com os outros, ou perguntando-lhes se eles passam com frequência o tempo em família, com amigos, com colegas ou outras pessoas, por ocasião de atividades esportivas ou nas associações religiosas ou culturais. Os vínculos sociais são igualmente função do modo de vida (viver sozinho, por exemplo) e da situação profissional (por exemplo, ter um emprego). Os estudos realizados puseram em evidência fortes correlações entre o nível de isolamento social de cada um e a medida de seu bem-estar, sua confiança em si, sua capacidade e seu poder de agir, e sua atividade (Ringén, 2008).
- **Apoio não institucional:** Perguntas sobre a existência de um apoio social em caso de necessidade foram utilizadas em numerosos países. A sondagem internacional do Instituto Gallup comporta uma pergunta, com resposta sim ou não, a respeito de amigos ou de parentes « com os quais se pode contar » ; as respostas a esta pergunta, se por um lado são excelentes indicadores do bem-estar subjetivo, por outro, têm um valor discriminativo baixo (cerca de 90% dos respondentes responderam pela afirmativa). Isto parece indicar que outras formulações, ou respostas com mais nuances, sejam talvez necessárias (por exemplo, « se sim, quanto ? », ou ainda definir o tipo de apoio esperado em certas eventualidades específicas).
- **Envolvimento no local de trabalho:** Em muitos países, numerosos são aqueles para quem uma grande parte dos vínculos sociais diz respeito aos colegas, no local de trabalho ou fora dele. Segundo Helliwell e Huang (2005), a confiança nos colegas de trabalho é um bom preditivo da satisfação com a vida. Perguntas sobre a confiança nos colegas de trabalho foram testadas em certos países (por exemplo, na América do Norte).
- **Engajamento religioso:** Se concordamos geralmente em pensar que a religião é uma dimensão importante dos vínculos sociais, o aparecimento, no âmbito das enquetes, de perguntas sobre esse assunto (mesmo seriamente constatadas) apresenta problemas ligados à necessidade de lidar com as sensibilidades. É importante formular adequadamente estas perguntas, pois, na maioria dos países, o engajamento religioso é um bom preditivo do bem-estar subjetivo e (em numerosos países não europeus) representa uma grande parte do conjunto das redes sociais.

Três características da qualidade de vida

- ***O capital social aberto*** (isto é, as relações de amizade ultrapassam as divisões ligadas à raça, à religião, à classe social, etc.) é a forma mais importante (e medida insuficientemente) de vínculo social por numerosos efeitos. O Comitê consultivo informal associado à enquete norte-americana sobre a população (CPS) sugeriu que se poderia proceder a uma mensuração adequada do capital social aberto por meio de perguntas complementares do tipo: « Entre seus

amigos próximos, quantos são... (da raça branca, negra, asiática, hispânicos, católicos, judeus, que fizerem estudos superiores, etc.) ? ». Esta pergunta transversal é, menos que outras, passível de receber uma resposta manchada pelo preconceito ou politicamente correta.⁶⁴

3.5.3 Agregação

Uma problemática importante para a mensuração dos vínculos sociais é aquela da agregação. Estes vínculos se manifestam sob diversas formas úteis em numerosos contextos diferentes. Estas formas são, todavia, heterogêneas e não substituíveis umas pelas outras, o que significa que só servem para certos fins e não a outros. Além disso, as relações exatas de causa e efeito entre as redes e as vantagens (tanto externas quanto internas) diferem segundo os casos, e ainda resta muito a ser feito quanto a estes mecanismos. Finalmente, se é verdade que as redes podem condicionar nossa possibilidade de obter resultados, nada garante que estes resultados serão benéficos à coletividade.⁶⁵

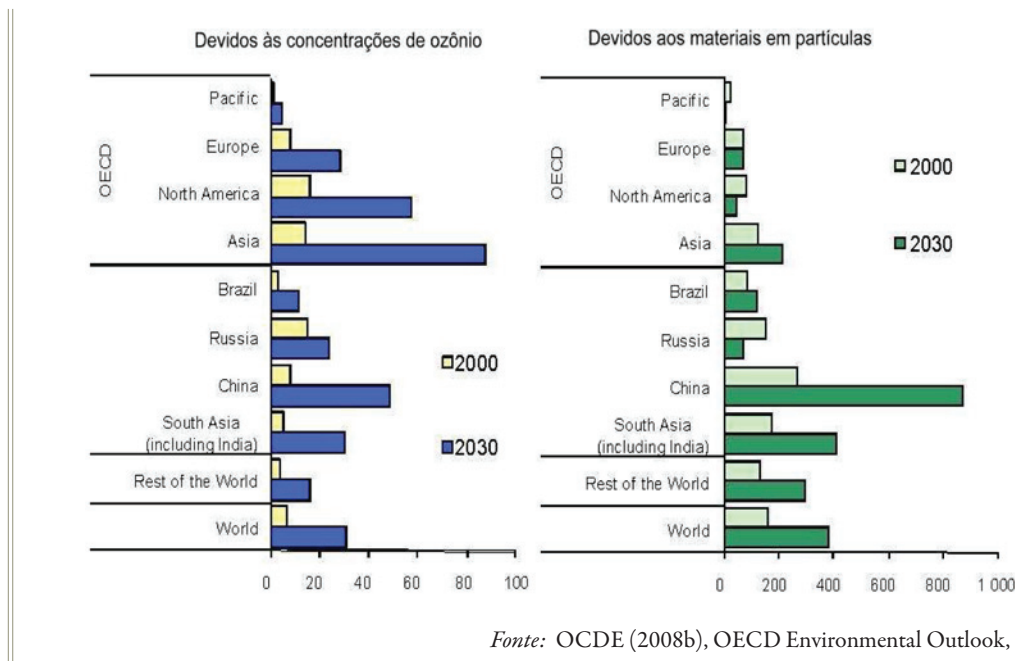
Por todos esses motivos, não é evidente que adicionar as diferentes formas de vínculos sociais umas às outras seja suficiente para dar um indicador sintético que corresponda a uma dada comunidade ou a um dado país. Contudo, índices compostos baseados em diversos indicadores podem, às vezes, dar informações úteis sobre as disparidades espaciais em matéria de capital social. O esquema 2.5 mostra uma medida composta do capital social em vários Estados dos Estados Unidos com base em 14 indicadores diferentes.⁶⁶ Ainda que essas men-

⁶⁴ Encontraremos no, anexo 2.3, a lista das perguntas sobre a confiança social, o engajamento religioso e o voto local que, sem estarem incluídas no módulo complementar do estudo demográfico, poderiam ser utilizadas para mensurar estas outras formas de vínculos sociais.

⁶⁵ A Al-Qaeda é um excelente exemplo de capital social utilizado para fins destrutivos, possibilitando a seus membros atingir objetivos que não poderiam realizar sem esta rede. O mesmo ocorre para o capital humano e o capital físico, que podem ambos ser postos a serviço de empreendimentos do mal (como os atentados da Al-Qaeda ilustram igualmente).

⁶⁶ Alguns destes 14 indicadores são fundamentados em enquetes (por exemplo, “Quantas vezes, no ano passado, você convidou pessoas para a sua casa?”), alguns são organizacionais (como o número de organizações cidadãs e sociais por 1000 pessoas) e alguns medem o comportamento individual (participação nas eleições, por exemplo). Este instrumento de mensuração composto

Gráfico 2.6 Óbitos prematuros causados pela poluição atmosférica, em milhões de habitantes



surauçoessejam bem estreitamente correlacionadas, o índice composto no nível dos Estados é uma boa ferramenta de previsão (após neutralização de outras variáveis, como o rendimento, a raça e o nível de estudos) do nível de proteção à infância, das faltas de pagamento em matéria de crédito, da criminalidade (em particular, os assassinatos), da eficácia do Estado, da felicidade, da qualidade dos hospitais e das taxas de mortalidade, da corrupção do Estado, dos resultados das avaliações escolares, das doenças sexualmente transmissíveis, da defesa das liberdades públicas, da evasão fiscal, da taxa de gravidez entre as adolescentes e da importância da fraude na seguridade social. Embora a causalidade continue um problema não resolvido, está claro que este método bastante rudimentar de mensuração do « capital social » chega a captar certos elementos em relação com uma série espantosamente variada de ferramentas de mensuração e de análise da qualidade de vida individual e coletiva. Seria conveniente pesquisar um instrumento de mensuração composto dos laços sociais a fim de acompanhar as evoluções no decorrer do tempo e analisar os resultados obtidos nos diferentes países.

foi elaborado por Robert Putnam.

Três características da qualidade de vida

3.5.4 Conclusão

No conjunto, mesmo que reste muito a ser feito em matéria de mensuração dos vínculos sociais, foram realizados progressos significativos, pelo menos em certos países e em certas áreas escolhidas. Os vínculos sociais, todavia, foram objeto de mensurações pouco numerosas com uma base repetitiva e padronizada. Concluímos que seria conveniente instrumentos de mensuração melhores e mais facilmente comparáveis, com base na experiência adquirida por certo número de países.

3.6 Condições ambientais

As condições ambientais estão no centro das preocupações em matéria de sustentabilidade das trajetórias de desenvolvimento atuais (são examinadas no Capítulo 3 do presente Relatório), e certas interações essenciais entre economia e meio ambiente resultaram em uma ação (mencionada no Capítulo 1), tendo em vista ampliar as ferramentas contábeis clássicas. Todavia, as condições ambientais têm igualmente efeitos muito diretos sobre a qualidade de vida na época atual. Em primeiro lugar, agem sobre a saúde humana, ao mesmo tempo, diretamente (pela poluição do ar e da água, pelas substâncias perigosas e pelo ruído), e indiretamente (pela mudança climática, pelas transformações dos ciclos do carbono e da água, pela perda de biodiversidade e pelas catástrofes naturais que prejudicam a saúde dos ecossistemas). Em segundo lugar, as pessoas se beneficiam de serviços ambientais, tais como, o acesso a uma água limpa e à natureza, e seus direitos nesta área (principalmente, direitos de acesso à informação ambiental) são, cada vez mais, reconhecidos. Em terceiro lugar, as pessoas valorizam as amenidades ambientais ou os prejuízos para o meio ambiente, e essas avaliações influem em suas escolhas (por exemplo, no que diz respeito a seu lugar de habitação). Finalmente, as condições ambientais podem provocar variações climáticas e catástrofes naturais, como a seca e as inundações, que prejudicam tanto os bens quanto a vida das populações atingidas. Medir os efeitos das condições ambientais sobre a vida dos indivíduos é, todavia, uma tarefa complexa; por outro lado, a força dessas relações é muitas vezes subestimada em razão das limitações dos conhecimentos científicos atuais e das diversas escalas de tempo em que estes efeitos se manifestam.

3.6.1 Condições ambientais e saúde humana

Se, por um lado consideráveis progressos foram realizados, nos países da OCDE, para reduzir certos riscos sanitários ligados às condições ambientais, por outro lado, várias enquetes trazem à luz inquietações persistentes da população quanto ao impacto de diversos poluentes sobre sua própria saúde e a saúde de seus descendentes. A carga de morbidade devida a fatores ambientais é estimada em 24% da carga de morbidade total (OMS, 2008). A prevalência de estados crônicos (por exemplo, deficiências

Três características da qualidade de vida

congênitas, cânceres e doenças das vias respiratórias) ligada à exposição ao meio ambiente está igualmente em alta. Embora escolhas individuais em matéria de consumo de tabaco, de regime alimentar e de exercício físico contribuam igualmente em uma medida não insignificante para as doenças crônicas, a exposição aos poluentes tem igualmente sua importância. Na maior parte dos casos, existem soluções econômicas para essas preocupações; por outro lado, pesquisas e medidas de precaução são necessárias para avaliar melhor estes efeitos no longo prazo e se munir previamente contra suas eventuais consequências sobre a saúde humana.

A mensuração das doenças e distúrbios ligados ao meio ambiente tem sido fragmentária. Entretanto, constatamos melhoras em vários países, como atestam as fortes reduções dos riscos sanitários ligados ao chumbo e a fumaça de tabaco ambiente. Em outros casos, a mensuração das consequências dessas doenças ligadas ao meio ambiente e à exposição aos riscos ambientais necessita de melhoramentos em matéria de coleta de dados, de agregação entre os diversos fatores ambientais e de compartilhar informações (Quadro 2.5). Certas condições ambientais afetam da mesma maneira a totalidade da população, enquanto que outras se concentram em grupos específicos, tais como as crianças, as pessoas idosas e os desfavorecidos. Por exemplo, as crianças arcam com uma parte desproporcional da carga de morbidade ligada ao meio ambiente, pois elas ingerem ou respiram mais poluição por unidade de peso corporal do que os adultos expostos às mesmas concentrações; as crianças estão, igualmente, mais expostas a certos contaminantes em razão de fatores ligados ao regime alimentar e ao estilo de vida, o que tem consequências em matéria de asma, deficiências congênitas, câncer e desenvolvimento cognitivo.

⁶⁷ O radônio é um gás de origem natural, inodoro e incolor: estima-se que é responsável por cerca de 2500 casos de câncer de pulmão a cada ano, na França, e de 21 mil casos nos Estados Unidos. A FTA contém umas duzentas substâncias tóxicas conhecidas, das quais a maior parte é classificada como cancerígena: nos Estados Unidos, estima-se que seja responsável por 150 mil a 300 mil infecções das vias respiratórias inferiores, por ano, entre os lactentes (com menos de 18 meses) e que aumenta a frequência e a gravidade dos episódios de asma de 200 mil para 1 milhão de crianças. O amianto, fibra mineral, era amplamente utilizado como isolante térmico das construções e inibidor de fogo até os anos 1980, e foi, na sequência, reconhecido em certos países como cancerígeno. Na França, é responsável por cerca de 2 mil óbitos por câncer de pulmão, por ano.

Três características da qualidade de vida

3.6.2 Acesso aos serviços ambientais

Ainda que reconhecido como um direito humano, o acesso à água salubre e ao saneamento a um custo acessível continua uma preocupação significativa em numerosas regiões do mundo. Estima-se que um bilhão de pessoas esteja privado do acesso a uma água salubre, e 2,5 bilhões, aos serviços de saneamento (PNUD, 2006). Uma infraestrutura sanitária inadequada gera doenças causadas por vírus, bactérias (tais como, a cólera e a E. Coli) e parasitas (por exemplo, a criptosporidiose). Para enfrentar este desafio, entre os Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento figura aquele de reduzir pela metade a proporção de pessoas privadas do acesso ao abastecimento de água e ao saneamento.

O acesso à água e ao saneamento difere grandemente segundo os países, com os da OCDE beneficiando-se de serviços bem melhores de abastecimento de água e de saneamento que os países em desenvolvimento. Para as populações rurais, o acesso à água é crucial para a produção agrícola : este setor representa 70% do abastecimento de água no mundo e, em muitos países, as populações rurais classificam o abastecimento de água como sua preocupação prioritária. O abastecimento de água faz igualmente pesar uma limitação ao desenvolvimento econômico de países como a Austrália, a Turquia, o México e a Espanha, da mesma forma que a Califórnia (OCDE, 2006b). Os governos, as empresas e as ONGs participam ativamente da resolução dos problemas de financiamento e de governança do abastecimento de água. Na maior parte dos países da OCDE, a melhoria das infraestruturas de abastecimento de água resultaram em uma quase eliminação dos problemas sani-

⁶⁸ A Convenção de Estocolmo sobre as POP está sendo aplicada e uma convenção sobre o mercúrio está em preparação. Vários países (dos quais a Finlândia, a Suécia e os Estados Unidos) enviaram recomendações repetidas ou permanentes à sua população a fim de que ela se abstenha de consumir certas espécies de peixes do mar ou de água doce, em razão dos PCB. No Japão, um montante de cerca de 200 bilhões de ienes foi alocada no decorrer dos decênios para as vítimas da doença de Minamata (resultante do mercúrio), da qual a maior parte foi despejada pela empresa poluente.

Três características da qualidade de vida

tários associados a agentes patogênicos (tais como o cólera), as preocupações se voltam de agora em diante para a exposição humana ao chumbo na água potável, que resulta principalmente das canalizações de chumbo e das soldas utilizadas nas canalizações de cobre. Os regulamentos editados na Europa e nos Estados Unidos que restringem os níveis de chumbo na água potável resultaram na substituição progressiva dos canos de serviço em chumbo.

A importância de garantir um acesso à natureza e aos espaços de lazer ao ar livre aumentou igualmente com a conscientização crescente dos custos sanitários e econômicos de um modo de vida sedentário, principalmente para as populações urbanas. Os parques nas cidades e as áreas naturais das zonas periféricas às cidades oferecem possibilidades de exercício físico e de atividades de lazer e relaxamento. Os terrenos arborizados e as zonas que apresentam paisagens atraentes e correntes de água não contaminadas são benéficas para a qualidade de vida sob múltiplos aspectos. As atividades ao ar livre podem contribuir para a saúde e o bem-estar e ajudar a combater a obesidade, que constitui um problema de saúde pública na maior parte dos países da OCDE.

O acesso à informação sobre o meio ambiente foi consagrado como um direito, nos últimos dez anos, em certo número de países (com base na Convenção de Aarhus e em certo número de outros acordos internacionais). Este direito de acesso à informação sobre o meio ambiente foi igualmente incluído no preâmbulo da Constituição francesa. Na maior parte dos países da OCDE, foram realizados progressos consideráveis no nível de acesso a esta informação enquanto dimensão essencial da «democracia ambiental». Foram realizados progressos na aplicação deste direito, estando os cidadãos, de agora em diante, mais em condições de obter, a pedido, por um custo módico ou limitado, um grande número de informações referentes aos temas de preocupação, tais como os riscos ambientais e os equipamentos, instituições e serviços disponíveis em seu país, região ou bairro. A aplicação integral das leis sobre a prevenção e o controle integrados, da mesma forma que a presença de facilitadores e mediadores, reforçou igualmente o direito do público a ser informado das condições e riscos ambientais. A ampliação do direito de acesso à informação ambiental a um maior número de países do mundo entra no âmbito da ampliação do direito de acesso às informações administrativas de ordem geral.

3.6.3 Amenidades e incômodos ambientais

Três características da qualidade de vida

Na maior parte dos países desenvolvidos, as pessoas colocam o ruído em primeiro lugar nas enquetes sobre suas condições de vida. A paz e o silêncio são particularmente apreciados pelas populações urbanas. O ruído experimentou um progresso espaço-temporal e a energia acústica total produzida aumentou no decorrer do tempo. Para aumentar a qualidade de vida dos habitantes e melhorar a qualidade do turismo, as autoridades de certos países designaram áreas de silêncio em zonas naturais, rurais, montanhosas ou outras áreas específicas (tais como, os lagos), enquanto que outras implantaram toque de recolher antirruído durante certas horas (por exemplo, à noite).

A exposição ao ruído se reveste de importância para a qualidade de vida em razão de sua repercussão sobre a saúde física e psicológica, os comportamentos e as atividades sociais. Entre os efeitos sobre a saúde humana, podem ser citados a irritabilidade, a surdez (em caso de exposição extrema) e os riscos de doenças cardiovasculares decorrentes de uma exposição crônica. O ruído afeta o sono, os desempenhos cognitivos (em particular para as crianças) e a fala. O custo dos danos causados pelo ruído foi estimado entre 0,2% e 2% do PIB por ano (UE, 2001). As pessoas estão principalmente expostas ao ruído proveniente da rua e do trânsito rodoviário, ferroviário e aéreo, da mesma forma que fábricas e canteiros de obras da construção civil. As crianças e os jovens são mais sensíveis a níveis de ruído altos, o que pode determinar uma aprendizagem mais lenta, lesões auditivas no longo termo ou zumbidos.

A má qualidade do meio ambiente levanta igualmente preocupações de segurança nas zonas de risco. A « segurança externa », no sentido estrito designa os riscos enfrentados pelas pessoas que vivem nas proximidades de instalações industriais e de vias de transporte de substâncias perigosas, principalmente perto de grandes usinas químicas (por exemplo, o acidente de Toulouse) ou em torno de aeroportos (por exemplo, o acidente de Amsterdã) e de estações ferroviárias de mercadorias. A segurança externa é distinta (sem estar inteiramente dissociada) da segurança interna nas instalações ou nos veículos. Ainda que possam existir diferenças notáveis entre riscos reais e riscos percebidos pelas populações, os dois podem legitimamente ser de importância para a qualidade de vida. Igualmente podem existir nítidas diferenças de percepção entre aqueles que trabalham dentro de uma instalação (ou estão familiarizados com ela) e aqueles que a conhecem menos bem. Ainda que a prevenção das catástrofes e o controle digam respeito a todos, progressos no acesso

Três características da qualidade de vida

à informação ambiental, assim como relatórios ambientais da parte das empresas, são necessários para dissipar estes temores.

As pessoas apreciam amenidades ambientais, tais como uma paisagem verdejante, um litoral, a montanha, a luz e a calma. Alguns exprimem também preocupações quanto aos incômodos ligados ao ruído ou ao fato de viver perto de infraestruturas ambientais tais como usinas de tratamento de águas residuais, de lixões e de incineradores. Essas preocupações levam, muitas vezes, as populações locais a opor-se à instalação desses equipamentos, ainda que satisfaçam às normas mais exigentes, perto das zonas em que vivem. Algumas dessas preocupações têm relação com o efeito da poluição sobre a saúde, algumas com o efeito sobre o valor dos terrenos e das moradias; esses dois efeitos podendo ser obtidos por meio de dados sobre as transações do mercado imobiliário e de estimativa dos preços hedônicos.⁶⁹

3.6.4 Variações climáticas e catástrofes « naturais »

A maior parte dos países enfrenta problemas sazonais ou locais quanto aos volumes de água, principalmente secas sazonais, baixa de reservas dos lençóis freáticos ou diminuição da superfície hidrostática. Por outro lado, a mudança climática ameaça influir na distribuição e na evaporação da água da chuva, o que se traduzirá pela frequência e pela intensidade aumentadas dos episódios meteorológicos extremos, principalmente inundações, secas, ventos violentos, e pela elevação do nível do mar. Nos países desenvolvidos, os prejuízos potenciais atingiriam principalmente os bens e, nos países em desenvolvimento, as vidas humanas.

Numerosos países são ameaçados com inundações importantes, que têm grave repercussão econômica e social. Nos últimos anos, inundações significativas sobrevieram na bacia do Rio Reno, na Europa Central, na França e em outros países. Algumas determinaram perdas econômicas equivalentes a alguns pontos de porcentagem do PIB, a maior parte dos danos não estando no seguro. Em numerosos países, a frequência e a gravidade das cheias dos rios se acentuaram no decorrer dos últimos anos. Em 2005, a tempestade e as inundações ligadas à tempestade (por

⁶⁹ As estimativas dos preços hedônicos se baseiam na disposição dos indivíduos a pagar por um bem imobiliário (ou de preferência, por suas características) e traçam uma separação entre a avaliação econômica das outras características desse bem e a avaliação das amenidades ambientais, tais como a vista para a montanha ou o acesso a um parque (ou, mais amplamente, características ambientais, inclusive a poluição e o ruído). O método dos preços hedônicos apresenta a vantagem de se basear em escolhas reais (ao contrário das enquetes de opinião sobre as preferências); ele se baseia em informações relativas ao mercado imobiliário e pode ser aplicado a toda uma série de amenidades e incômodos ambientais. Entre suas limitações, podemos citar suas altas exigências em matéria de dados e competências estatísticas, da mesma forma que os postulados segundo os quais o mercado imobiliário não é perturbado pela evolução da tributação e das condições de crédito ou de hipoteca externas ao modelo adotado.

Três características da qualidade de vida

exemplo, os furacões Katrina, Rita, Wilma) provocaram perdas materiais com seguro estimadas em mais de 80 bilhões de dólares norte-americanos (OCDE, 2006c). Desde 1970, dentre os quarenta eventos mais dispendiosos em termos de sinistros segurados, dez diziam respeito a inundações, das quais quatro em 2005. Na maior parte dos países desenvolvidos, as pessoas atingidas pelos danos causados pelas inundações podem receber certa indenização da parte dos poderes públicos e das seguradoras. Se os prêmios de seguro-inundação fossem aumentados para cobrir integralmente os pedidos de indenização, os habitantes das zonas inundáveis enfrentariam uma alta espetacular de suas despesas de moradia ou ficariam talvez, simplesmente, na impossibilidade de obter um seguro.

Avaliações recentes indicam que os modelos atuais de consumo da água não são viáveis em numerosos países. Uma frequência crescente das secas locais e regionais provocaria ainda mais crises de água. As consequências se fariam sentir, sobretudo, nas regiões em que o estresse hídrico já é alto. Vários países desenvolvidos, ou regiões desses países, se situam nesta categoria. A qualidade de vida dos agricultores é a primeira afetada. Na Austrália, muitos deles vivem de indenizações destinadas a compensar a seca, as quais tiveram que ser mantidas durante anos, e eles poderão vir a ser forçados a deixar sua terra (OCDE, 2008). Em certas regiões do mundo, a seca teve por corolário grandes incêndios de florestas, o que gerou riscos, prejuízos e vítimas nas populações periféricas às cidades (Austrália, Grécia, Portugal e Califórnia). A elevação do nível dos mares representa uma ameaça considerável para as populações e é potencialmente exacerbada pelas variações climáticas (os ventos violentos ou os tornados resultantes dessas variações são especialmente capazes de provocar altas do nível do mar). Os prejuízos potenciais em termos de perdas de vidas humanas e de bens são consideráveis, tendo em vista que uma parte importante da população e das infraestruturas está concentrada nas zonas costeiras.

3.6.5 Indicadores: o que está disponível e o que é necessário

Três características da qualidade de vida

Foram realizados notáveis progressos, nos últimos vinte anos, tratando-se de avaliar as condições ambientais (em virtude de melhora dos dados ambientais, das ferramentas contábeis, das enquetes de opinião e de um acompanhamento regular dos indicadores⁷⁰), de apreender seus impactos (por exemplo, avaliação da morbidade e da mortalidade associadas, da produtividade da mão de obra, das questões econômicas ligadas à mudança climática, da evolução da biodiversidade, dos estragos provocados pelas catástrofes) e de estabelecer um direito de acesso à informação ambiental. Todavia, em razão das limitações da contabilidade econômica e dos índices compostos da qualidade do meio ambiente, a abordagem mais pragmática e mais confiável da medida das condições ambientais continua a basear-se em indicadores físicos. Vários indicadores ambientais já estão à disposição. Alguns se referem às pressões sobre o meio ambiente causadas pelas atividades econômicas (principalmente, as emissões), outros às respostas dos poderes públicos, das empresas ou dos lares à degradação ambiental (principalmente, as despesas ambientais) e outros, ainda, ao estado real da qualidade ambiental (principalmente, a qualidade do ar ambiente). A principal função destes indicadores foi embasar a concepção e a aplicação de políticas ambientais e acompanhar a evolução do meio ambiente no âmbito das estratégias, planos, programas e orçamentos ambientais. Em nível internacional, a bateria de «indicadores-chave do meio ambiente» da OCDE foi adotada pelos Ministros do Meio Ambiente.

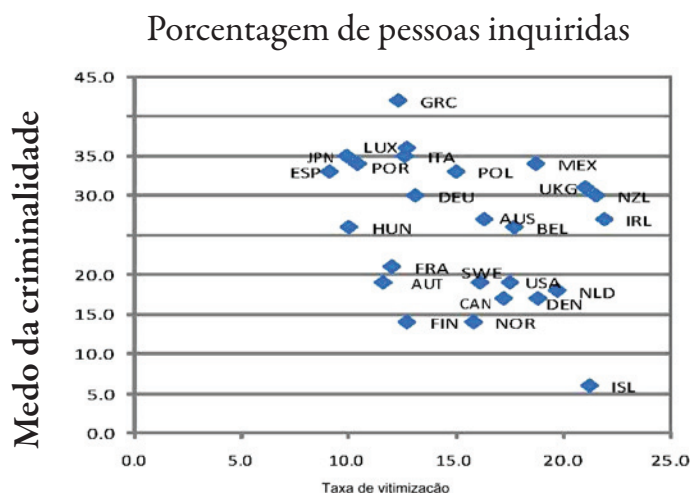
Se, por um lado, eles são examinados sob a ótica de uma avaliação da contribuição das condições ambientais para a qualidade de vida, por outro lado, os indicadores atuais permanecem, todavia, limitados sob importantes aspectos: por exemplo, os indicadores de emissões se referem principalmente às quantidades agregadas de diversos poluentes, antes que à parte da população que está exposta a eles. Sob o ponto de vista da qualidade de vida, os indicadores existentes deveriam ser completados por um acompanhamento regular: i) do número de óbitos prematuros devidos à exposição à poluição atmosférica, particularmente à poluição pelas partículas; ii) da parte da população privada de acesso aos serviços de água, principalmente o abastecimento de água e o saneamento ; iii) da parte da população que não tem acesso à natureza, dando ênfase à proximidade cotidiana e a uma cartografia apropriada ; iv) da parte da população exposta a um ruído cotidiano superior aos níveis 65dBA⁷¹, principalmente ao ruído nas habitações, a serem coletados por

⁷⁰ Questionários de enquetes adaptados são utilizados na Europa (por exemplo, o Eurobarômetro) e no mundo inteiro (Sondagem Mundial Gallup).

⁷¹ Um nível de ruído médio de 65 dBA (no período de um dia, por exemplo, das 6 às 20 horas, nos locais) é considerado como inaceitável (por exemplo, pela legislação da UE), enquanto que 55 dBA é considerado como um nível de conforto.

Três características da qualidade de vida

Gráfico 2.6 Prevalência da vitimização e medo da criminalidade nos países da OCDE, 2005



Nota: A vitimização é mensurada pela parte de pessoas inquiridas que declaram que elas próprias (ou outros membros de sua família) foram vítimas de um dos dez tipos de crimes clássicos por ocasião dos últimos doze meses. O medo da criminalidade é mensurado com base em perguntas sobre se as pessoas sentem insegurança ou extrema insegurança nas ruas, à noite.

Fonte: International Crime Victim Survey (Enquete internacional sobre as vítimas da criminalidade) e Enquete europeia sobre a criminalidade e a segurança, 2005.

meio de enquetes e cartografias apropriadas ; v) das informações sobre os danos (tanto segurados quanto não segurados) sofridos em razão de catástrofes naturais, principalmente inundações e secas ; vi) das medidas e ferramentas de avaliação para as questões ambientais emergentes (por exemplo, os desreguladores endócrinos, os pesticidas, as radiações eletromagnéticas não ionizantes) e suas incidências a mais longo termo sobre a qualidade de vida (devidas, por exemplos às substâncias perigosas, à mudança climática, à degradação da biodiversidade, ao esgotamentos dos recursos ; vii) dos métodos que permitem avaliar as escolhas ambientais dos indivíduos (por exemplo, preços hedônicos, avaliação dos efeitos externos e dos serviços prestados pelos ecossistemas) e embasar as decisões econômicas ligadas ao meio ambiente e à qualidade de vida (custos da inatividade, empregos ligados ao meio ambiente, intensidades energéticas e materiais) ; e, finalmente, viii) enquetes sobre o que sentem as pessoas e a avaliação pessoal dos indivíduos quanto às condições ambientais que prevalecem em seus países e em sua vizinhança. Já que muitos

Três características da qualidade de vida

efeitos das condições ambientais sobre a qualidade de vida diferem segundo as categorias da população, esses indicadores deveriam (na medida do possível) versar sobre pessoas agrupadas segundo diversos critérios de classificação.

O último ponto que merece ser levantado é a agregação. Nos últimos anos, os apelos em favor de índices ambientais mais integrativos tem se intensificado, e certas

Quadro 2.6. Violência conjugal: implicações para saúde e a segurança das mulheres e das crianças

A *violência* contras as mulheres, no seio do lar e fora dele, em tempos de paz e durante situações de conflito, pode assumir múltiplas formas. Cada uma pode minar as capacidades e funcionamentos femininos essenciais. A violência conjugal é, entretanto, a mais perniciosa, sobretudo porque ela sobrevém no seio da família, instituição que se supõe tradicionalmente movida pelo altruísmo e contribuição para a melhoria do ser humano. A violência conjugal marcará profundamente as mulheres que a sofrerem, as crianças que são testemunhas dela e os homens que a cometerem. Tem consequências adversas para o bem-estar dos indivíduos, de suas famílias e da sociedade em seu conjunto (Agarwal e Panda, 2007).

A Organização Mundial da Saúde designou a violência conjugal como um problema de saúde importante (OMS, 2000, 2002). Apesar de que ela seja ainda amplamente ignorada, segundo certas estimativas, em escala mundial, entre 10 e 50% das mulheres que foram casadas declaram ter sofrido violências físicas da parte de seus maridos (Relatórios sobre a população, 1999), este fenômeno atingindo todos os países e todas as categorias econômicas. As sevícias psicológicas são ainda mais difundidas. Constata-se que a violência conjugal inflige graves prejuízos físicos e mentais às mulheres (Dannenber *et al.*, 1995; Harper e Parsons, 1997; Maman *et al.*, 2000). As violências durante a gravidez são associadas a abortos, a baixo peso dos lactentes no nascimento, à morbidade materna, e mesmo a óbitos intrauterinos e puerperais. As lesões devidas à violência doméstica podem minar gravemente a liberdade econômica de uma mulher, tal como sua capacidade de ganhar a vida, fazendo-a temer represálias se ela vai trabalhar fora, se ela busca melhorar suas competências ou estuda possibilidades de emprego. As lesões físicas ou psicológicas podem ter incidência negativa sobre suas perspectivas de emprego, sua produtividade, a regularidade de sua vida profissional ou suas oportunidades de promoção (Brown *et al.*, 1999; Lloyd *et al.*, 1999). A violência conjugal pode, igualmente, causar prejuízo à vida social de uma mulher, prejudicando suas relações e seu capital social. Vizinhos e amigos tendem a evitar as famílias onde a violência é corrente, e a confiança de uma mulher nela própria pode ser enfraquecida a ponto de romper todo e qualquer vínculo social. A “Síndrome da Mulher Agredida” implica que a imagem que a mulher tem dela própria fica desgastada a ponto de acreditar que merece as sevícias. Por esses motivos, ela tem igualmente medo de pedir ajuda quando tem necessidade. A violência conjugal pode igualmente minar a liberdade política da mulher, sua capacidade para ser uma cidadã ativa ou para reivindicar seus direitos.

A violência doméstica tem igualmente custos intergeracionais, tais como as lesões fetais quando a mulher é agredida durante a gravidez e os prejuízos psicológicos causados às crianças que assistem a essa violência. As crianças que são testemunhas de violências domésticas tendem a sofrer de problemas afetivos e comportamentais mais graves que as outras crianças e levam suas sequelas para a vida adulta (McCloskey *et al.*, 1995; Edleson, 1999). As meninas que veem sua mãe ser agredida por seu pai são mais propensas a aceitar as violências conjugais. Os meninos que veem seu pai agredir sua mãe são mais propensos a agredir suas mulheres. Em outros termos, a violência conjugal prejudica as capacidades, físicas e mentais, de todos os membros da família, o que ocasiona custos humanos, sociais e econômicos altos. O Comitê australiano para a violência estimou que o custo dos alojamentos de refúgio destinados às vítimas de violências domésticas custava, em 1986-87, 27,6 milhões de dólares americanos (Carillo, 1992). São necessários estudos aprofundados para avaliar a amplitude e os efeitos da violência conjugal e de seus correlatos, assim como para acompanhar o impacto das leis e medidas instituídas para solucioná-los. Constatou-se, por exemplo, em certas regiões que, quando uma mulher era proprietária de bens como uma moradia ou terras, a incidência das violências conjugais era bem menor (Agarwal e Panda, 2007) e que ela gozava de uma segurança aumentada (Agarwal, 1994). A proteção contra a violência conjugal deve constituir uma parte importante de todo exercício de avaliação da qualidade de vida e de desenvolvimento das capacidades humanas.

Três características da qualidade de vida

organizações não governamentais e instituições oficiais promoveram diversos índices agregados (cf. capítulo 3). Todavia, certas reservas continuam a ser formuladas quanto às limitações desses índices, à sua aparente opacidade, as suas lacunas metodológicas e ao risco de interpretação ou de utilização errônea desses últimos. Ainda que a tendência a elaborar mensurações mais integrados das condições ambientais não substitua o tipo de indicadores físicos acima mencionados, a pressão constante em favor de índices agregados mais parcimoniosos destaca a importância de que se reveste a fixação de uma espécie de norma industrial ou de uma certificação de qualidade, assim como a necessidade de orientações mais precisas referentes à interpretação desses índices.

3.7 Insegurança

A insegurança é fonte de temores e angústias que têm incidência negativa sobre a qualidade de vida dos envolvidos. A insegurança implica também uma incerteza quanto ao futuro, que diminui a qualidade de vida para os indivíduos pouco inclinados a correr riscos. Em razão dessas considerações, uma longa tradição de pesquisa visa mensurar a insegurança (ou a segurança e a vulnerabilidade) e avaliar seus efeitos sobre o bem-estar. Com a finalidade de elaborar abordagens adequadas referentes à sua mensuração, poderia ser útil traçar uma distinção entre insegurança pessoal e insegurança econômica.

3.7.1 Insegurança pessoal

A insegurança pessoal compreende os fatores externos que põem em perigo a integridade física dos indivíduos. Os mais evidentes são os crimes e os acidentes. Se esses fatores externos, em suas manifestações mais graves, podem provocar a morte dos envolvidos, de formas menos extremas, eles tocam bem mais pessoas em cada país.⁷²

Os óbitos provocados por causas externas representam entre 4 e 11% do conjunto dos óbitos sobrevividos no decorrer de um dado ano, na maior parte dos países da OCDE. Entre os diversos tipos de causas externas (com base na classificação da OMS), os óbitos devidos aos transportes terrestres representam 23% do total, seguidos daqueles causados por quedas acidentais (14%) e, mais longe, a agres-

⁷² Sob a mesma ótica, os indicadores de segurança pública Calvert-Henderson medem os resultados decorrentes do óbito ou da lesão. Esses indicadores identificam: i) vários elementos importantes da ação individual na esfera privada que influem sobre a probabilidade de lesão; e ii) as ações específicas de proteção do meio ambiente e as ações públicas em matéria de proteção da vida humana (que ultrapassam o controle individual) que têm um impacto sobre a segurança das pessoas e sua periculosidade potencial. Os indicadores incluídos versam sobre diversas causas de óbito, pondo especialmente ênfase sobre as lesões, os acidentes automobilísticos e os acidentes devidos a armas de fogo (<http://www.calvert-henderson.com/pubsaf.htm>).

Três características da qualidade de vida

sões (3%).⁷³ As estatísticas disponíveis sobre as causas de óbito deixam de lado uma larga parte de todos os óbitos devidos a causas externas, e essas causas « não identificadas » representam cerca de 1/3 da totalidade desses óbitos nos países da OCDE.⁷⁴ Ainda que todos esses óbitos sejam registrados nas estatísticas de mortalidade, é útil proceder a mensurações específicas de sua frequência, pois podem provocar nos indivíduos um efeito afetivo diferente daqueles dos óbitos ligados a problemas médicos.

Além de seu custo em vidas humanas, as ameaças à segurança pessoal afetam a qualidade de vida, mesmo sob suas formas menos extremas. O exemplo mais evidente é a criminalidade. As mensurações da criminalidade podem provir de muitas fontes (por exemplo, arquivos administrativos e enquetes junto aos lares). Sendo as estatísticas da criminalidade baseadas nos registros de polícia influenciadas pelas diferenças entre as práticas nacionais em matéria de declarações, obtém-se uma melhor comparabilidade por meio das enquetes junto aos lares, especificamente destinadas a avaliar a experiência de vitimização dos indivíduos. Uma dessas enquetes é *International Crime Victim Survey* (ICVS), que surge a cada 5 anos e é dirigida por um consórcio coordenado pelo Instituto Inter-regional de Pesquisa das Nações Unidas sobre a Criminalidade e a Justiça (United Nations Interregional Criminal Justice Research Institute- UNICRI) e o Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (ONUDDC)⁷⁵. Segundo esta fonte, cerca de 15% de todos os habitantes dos países da OCDE declararam que eles mesmos ou outros membros de sua família tinham sofrido um dos 10 tipos de crimes clássicos em 2005, com nítidas diferenças entre os países (indo de mais de 20% na Irlanda, na Nova Zelândia, na Islândia e no Reino Unido, a menos de 10% na Hungria, no Japão e na Espanha). Cerca de 1/3 desses crimes clássicos são crimes de contato,

⁷³ O suicídio, que pode ser considerado como uma forma extrema de doença mental, representa o mais forte componente de todos os óbitos devidos a causas externas (27% em média).

⁷⁴ Os óbitos devidos a acidentes de trabalho não são mencionados separadamente nas estatísticas da OCDE sobre as “causas de óbito”. Em certos países da OCDE, os acidentes ocorridos durante o deslocamento cotidiano entre trabalho e domicílio (classificados como “acidentes de trabalho mortais” nas estatísticas da OIT sobre esta questão) representam até 50% de todos os óbitos ligados aos transportes terrestres.

⁷⁵ Enquetes nacionais de vitimização são igualmente realizadas em certos países. Por exemplo, nos Estados Unidos, a *National Crime Victimization Survey* coleta dados sobre a vitimização individual e aquela dos lares desde 1973, enquanto que, na França, uma enquete análoga começou em 1996. Os dados que constam nas enquetes de vitimização incluem, geralmente, o tipo de crime; a data e o local onde ele foi cometido; a relação entre a vítima e o autor da infração; informações sobre o autor da infração e a vítima (especialmente, a idade, a raça, o sexo e os rendimentos); as medidas de proteção tomadas pela vítima durante o incidente e o resultado destas medidas; as consequências da vitimização; o tipo de bem perdido; a declaração ou não do crime à polícia e os motivos; e o uso de armas pelo autor da infração. Um manual que visa a melhorar a comparabilidade entre as enquetes de vitimização nacionais está para ser finalizado sob os auspícios da Conferência dos Estatísticos Europeus.

Três características da qualidade de vida

enquanto que mais de 10% das pessoas inquiridas indicaram ter sido vítimas de crimes não clássicos, tais como a fraude no consumo ou a corrupção. Na maior parte dos países da OCDE, a frequência dos crimes clássicos baixou desde 2000.

A insegurança pessoal no que diz respeito à criminalidade pode igualmente ser mensurada por meio de dados sobre o *medo* das pessoas de serem vítimas de uma agressão física. O traço que mais sobressai dessas declarações sobre os medos subjetivos é seu relato aparentemente ténue com as medidas da vitimização sofrida. As perguntas provenientes da mesma enquete perguntando se as pessoas não se sentiam em segurança andando na rua à noite, mostram não somente que a proporção de pessoas que teme a criminalidade é nitidamente superior à taxa de vitimização global, mas também que os países onde uma parte mais importante da população teme a criminalidade, não registra frequência superior de vitimização (Gráfico 2.6). Igualmente, no seio dos países, as pessoas mais idosas e mais ricas sentem menos em segurança que as jovens e pobres, ainda que sejam menos sujeitas a serem vítimas da criminalidade. A evolução da vitimização sofrida e do medo

Tabela 2.2 Taxa de transição entre emprego e desemprego nos países da Europa

	Non-employment	Same job	Another job
Luxembourg	2,7	91,0	6,3
Belgium	2,3	86,2	11,5
Italy	4,6	85,0	10,4
Portugal	4,7	84,5	10,8
The Netherlands	3,7	79,3	17,0
Denmark	4,0	79,3	16,7
Finland	4,4	83,5	12,2
France	5,5	84,8	9,6
Austria	5,2	84,8	10,0
Greece	5,7	84,6	9,7
Germany	7,0	80,7	12,3
United-Kingdom	5,9	76,2	18,0
Ireland	7,6	73,8	18,6
Spain	8,9	70,2	20,9

Nota: 5% dos trabalhadores franceses empregados em outubro de 2000 estavam sem emprego em outubro de 2001; 84,8% ocupavam o mesmo emprego. Os dados se referem a trabalhadores empregados no setor privado em outubro de 2000.

Fonte: Painel comunitário dos lares em 2000 e 2001, cálculos do Cerc (2005).

Três características da qualidade de vida

da criminalidade quase não têm relação entre elas no seio dos países, o que deixa supor que as mídias desempenham um grande papel amplificando as inquietações e orientando a opinião pública em áreas específicas.

Estas tendências destacam a necessidade de medidas mais regulares e mais objetivas da criminalidade a fim de orientar o debate público. As enquetes de vitimização constituem uma ferramenta essencial para avaliar a frequência da criminalidade e o medo que ela gera, mas sua utilidade prática é muitas vezes limitada pelo tamanho restrito das amostras, a frequência reduzida das enquetes e a falta de classificação padronizada dos tipos de crime.

As enquetes de vitimização têm igualmente outras limitações:

- Elas subestimam a violência doméstica, especialmente quando a pessoa é inquirida em seu domicílio na presença de outros membros da família. Esta violência é muitas vezes exercida contra mulheres e contribui a relegá-las ao lar e a privá-las de possibilidades de trabalho e lazer: esta violência foi designada pela *Organização Mundial da Saúde* como um risco de saúde importante que atinge as mulheres e as crianças (Quadro 2.6).
- As respostas às enquetes podem ser influenciadas por traços culturais que variam segundo os países e os grupos (como no caso dos abusos sexuais).
- Finalmente, e mais importante ainda, as enquetes de vitimização são difíceis de elaborar e impossíveis de realizar em países devastados pelos conflitos e guerras.

Outras fontes devem ser mobilizadas para medir essas ameaças à segurança pessoal.

As vítimas potenciais podem comprar uma proteção contra os riscos da criminalidade, dos acidentes ou das catástrofes naturais junto às companhias de seguro. As consequências negativas geradas pela concretização do risco se acham, assim, parcialmente atenuadas. Por exemplo, as vítimas de um acidente de trânsito que não tenha resultado em morte recebem uma indenização financeira por seus prejuízos econômicos (faturas médicas, perda de salário) e por seu prejuízo não econômico (lesões, incapacidade permanente ou temporária, dor e sofrimento). Quando o acidente é fatal, os beneficiários das vítimas podem pretender uma indenização por seu luto. Nos dois casos, as vítimas ou seus beneficiários podem aceitar o arranjo proposto pela companhia de seguros ou ir à justiça.

As comparações internacionais quanto à indenização por óbito ou lesão não mor-

Três características da qualidade de vida

tal são difíceis de realizar, porque as tabelas de indenização não são oficiais. Todavia, certas estatísticas são públicas. Na França, por exemplo, onde as companhias de seguro são obrigadas a publicar as indenizações obtidas pelas vítimas ou pelos beneficiários, a indenização mediana, por dano moral, paga a um marido ou a uma mulher no caso de óbito do cônjuge, é de 15 500 euros (14 mil euros pagos a um filho e 15 mil euros a um pai ou a uma mãe). É provável que essas medidas subestimem amplamente as consequências que acompanham a concretização destes diversos tipos de riscos. Oswald e Powdthavee (2008) mencionam elementos que indicam um impacto considerável do luto sobre o bem-estar subjetivo dos indivíduos.

3.7.2 Insegurança econômica

O termo “insegurança” engloba um leque mais amplo de riscos, que vão além daqueles que se relacionam à insegurança pessoal. Por exemplo, as flutuações dos rendimentos no tempo podem ser fontes de insegurança para o envolvido, ainda que sejam salutares para a sociedade em seu conjunto (por exemplo, porque elas traduzem maior mobilidade social). Todavia, para avaliar esta variabilidade (e sua evolução no decorrer do tempo), são necessárias enquetes que acompanhem a mesma pessoa durante longos períodos. Nos Estados Unidos, onde existe este tipo de enquete, elementos indicam um nítido aumento da volatilidade dos rendimentos no decorrer do tempo, especialmente para os lares que se situam na parte inferior da escala dos rendimentos.⁷⁶ Sendo raras enquetes análogas nos outros países, esta seção se limitará a alguns tipos de riscos “designados” capazes de causar uma insegurança econômica: desemprego, doença e velhice.

A insegurança econômica pode ser definida como uma incerteza quanto às condições materiais capazes de prevalecer no futuro. Esta insegurança pode gerar estresse e angústia nos envolvidos e frear o investimento das famílias em educação ou moradia. A *Declaração Universal dos Direitos Humanos* das Nações Unidas evoca o “direito à segurança no caso de desemprego, de doença, de invalidez, de viuvez, de velhice ou nos outros casos de perda de seus meios de subsistência em razão de circunstâncias independentes de sua vontade”. Este “direito social” é geralmente aplicado por meio de proteções ligadas ao emprego e concedidas por políticas sociais.

A mensuração da insegurança econômica pode tomar caminhos diferentes sob o ponto de vista do que é concretamente mensurado. Certas abordagens tentam quantificar a frequência de cada um dos riscos, enquanto que outras se interessam

⁷⁶ O *Panel Survey on Incone Dynamics*, gerado pela Universidade de Michigan, acompanha um grupo de lares representativos em nível nacional desde o fim dos anos 1960.

Três características da qualidade de vida

pelas consequências da concretização de um risco sobre a qualidade de vida e os meios de que dispõem os indivíduos para se prevenirem contra esses riscos. Algumas tentativas foram realizadas para combinar informações mais pormenorizadas sobre a frequência e as consequências dos diversos riscos. A concretização de cada risco tem consequências negativas sobre a qualidade de vida do envolvido, em função da gravidade do choque, de sua duração, do estigma que lhe é associado (por exemplo, o fato de estar desempregado) e da aversão de cada indivíduo ao risco. A maior parte dos sistemas estatísticos nacionais e das organizações internacionais fornece uma mensuração das consequências financeiras do desemprego e da velhice (taxa de substituição) ou da doença (despesa restando a cargo do paciente). Estas consequências dependem, todavia, do tipo de proteção segurado e de seu custo, dimensões raramente consideradas.

Insegurança econômica devida ao desemprego

A perda de emprego pode causar insegurança econômica no caso de desemprego recorrente ou persistente, se a taxa de substituição é baixa, ou se os trabalhadores são obrigados a aceitar reduções significativas de remuneração e/ou de tempo de trabalho para ter acesso a um novo emprego. Por consequência, não é a perda de um emprego em si que cria a insegurança econômica, mas, antes de tudo, a frequência e a duração dos episódios de desemprego e de inatividade e suas consequências.

Convém traçar uma útil distinção entre *instabilidade do emprego* e *insegurança do emprego*. A primeira se refere à ruptura do vínculo contratual entre trabalhador e empregador, podendo essa interrupção ser seguida de uma nova contratação em uma empresa diferente. A segunda se refere ao caso de uma pessoa que permanece sem emprego durante um período prolongado, sendo a definição desse período em parte convencional e, em parte, baseada nas informações disponíveis. Um indicador possível de insegurança do emprego é o número de trabalhadores empregados em uma determinada data e que ficam inativos (ou sem emprego) um ano mais tarde (medido por uma *Enquete sobre as forças de trabalho*).⁷⁷ Com base nesta definição, em 2003, a insegurança do emprego na França (medida pela taxa de transição anual entre emprego e desemprego ou inatividade) se situava no mesmo nível que há vinte anos, apesar da forte alta da instabilidade do emprego (medida pela taxa de rotatividade dos empregos, Cerc, 2005). Diversos tipos de insegurança e de instabilidade do emprego são igualmente evidentes em todos os países europeus (Tabela 2.2), com certos países conjugando uma alta estabilidade com uma alta segu-

⁷⁷ Todavia, este indicador não levará em conta os trabalhadores que sofreram episódios de desemprego recorrentes durante este período de um ano.

Três características da qualidade de vida

rança do emprego (Bélgica, Itália e Portugal), enquanto que outros mostram uma baixa estabilidade e uma baixa segurança do emprego (Alemanha, Reino Unido, Espanha e Irlanda) e outros, ainda, ora uma alta segurança do emprego e uma baixa estabilidade do emprego (Holanda, Dinamarca e Finlândia), ora uma baixa segurança do emprego e uma alta estabilidade do emprego (França, Áustria e Grécia).

As consequências financeiras da instabilidade do emprego englobam, ao mesmo tempo, as perdas atuais e futuras de rendimentos. A perda atual deve-se ao fato de que o rendimento de substituição é geralmente inferior aos ganhos provenientes do emprego precedente. O grau de proteção contra as consequências financeiras, no curto prazo, do desemprego depende de quatro fatores: i) a probabilidade de ter direito ao seguro-desemprego; ii) o nível das prestações do seguro-desemprego em relação aos rendimentos anteriores; iii) a probabilidade de poder pretender a ajuda social se não se tem direito ao seguro-desemprego; e iv) o nível da ajuda social. Embora existam certos indicadores destas consequências financeiras, as comparações entre países são difíceis por várias razões (por exemplo, o auxílio-desemprego pode depender da composição da família; o auxílio-desemprego e a ajuda social podem ser dificilmente dissociáveis; a parte de pessoas com direito ao auxílio-desemprego pode variar em função da duração do desemprego), de sorte que investimentos específicos são necessários para este fim. No mais longo prazo, as consequências financeiras do desemprego podem incluir perdas eventuais de salário quando o envolvido encontrar finalmente um emprego, como no caso dos trabalhadores cujo capital humano era específico de uma empresa ou de um setor particular. A aversão ao risco de cada trabalhador, a taxa de atualização utilizada e as despesas de seguro influem, igualmente, sobre a extensão dessas perdas financeiras no mais longo prazo.

A insegurança do emprego pode, igualmente, ser mensurada por meio das declarações pessoais dos trabalhadores. O temor de perder seu emprego pode ter consequências negativas sobre a qualidade de vida de cada trabalhador (por exemplo,

Três características da qualidade de vida

doenças físicas ou mentais, tensões na vida familiar), assim como sobre as empresas (por exemplo, efeitos adversos sobre a motivação e a produtividade dos trabalhadores; menor identificação com os objetivos da empresa) e sobre a sociedade no seu conjunto (De Witte e Näswall, 2003). Diversas enquetes fornecem informações sobre a insegurança do emprego *percebida* pedindo-se aos trabalhadores para avaliarem sua satisfação quanto à segurança de seu emprego atual ou para avaliarem sua antecipação de perda de emprego, por meio de perguntas probabilistas (“Qual é, a seu ver, a porcentagem de risco de você perder seu emprego no decorrer dos doze próximos meses?”) ou de perguntas qualitativas (“Nos próximos doze meses, qual é, a seu ver, a probabilidade de você perder seu emprego ou ser demitido?”). Os dados sobre a satisfação quanto à segurança do emprego nos países europeus, no início dos anos 2000, mostram notáveis diferenças entre os países, com os mais fortes temores de perda de emprego situando-se nos países da Europa Meridional em relação aos países da Europa do Norte (Cerc, 2005)⁷⁸.

Insegurança econômica devida à doença

A doença pode ser uma causa direta de insegurança econômica, através de seu custo médico, e indireta, através da perda de rendimento em razão da incapacidade de trabalhar. Para as pessoas não cobertas por um seguro de saúde ou que só disponham de um seguro de saúde parcial, as despesas médicas podem se revelar esmagadoras, levando-as a se endividarem, a vender sua moradia e seus bens, ou a renunciar a certos tratamentos, com o risco de agravarem seu estado de saúde futuro. A alta do custo dos tratamentos médicos que ocorreu nas últimas décadas, em certos países, tornou esses riscos ainda mais frequentes.

A proporção de pessoas que não dispõem de um seguro de saúde constitui um indicador de insegurança econômica ligada à doença. A maior parte dos europeus está coberta por um regime de seguro médico básico, ainda que existam diferenças no alcance da cobertura segurada para diversos tipos de tratamento (OCDE, 2004). Por outro lado, perto de 47 milhões de norte-americanos (16% da população) estavam sem cobertura médica em 2006 (DeNavas-Walt *et al.*, 2007), com uma alta de cerca de 9 milhões de pessoas desde 2000.⁷⁹ Perto de 90 milhões de pessoas (cerca de 1/3 da população com menos de 65 anos) passaram uma parte do ano de 2006

⁷⁸ Os dados utilizados são aqueles do Painel Comunitário dos Lares (2001), que pede às pessoas para classificarem sua satisfação em uma escala de 4 pontos (insatisfeito, relativamente satisfeito, satisfeito, inteiramente satisfeito). Apenas 10% de austríacos estão “insatisfeitos” contra 48% de gregos. Na outra extremidade, a resposta “inteiramente satisfeito” é muito frequente na Áustria e na Irlanda (37%), enquanto que é raramente escolhida em Portugal (4%), na França (6%) e na Grécia (6%).

⁷⁹ Nos Estados Unidos, o aumento do número de pessoas não seguradas em 2006 se concentrava nas pessoas em idade ativa, 1,3 milhão de trabalhadores em tempo integral tendo perdido seu seguro de saúde naquele ano.

4. Questões transversais

ou de 2007 sem cobertura de saúde.

Todavia, este indicador subestima a insegurança econômica devida à doença, considerando que mesmo os segurados pagam geralmente uma quantia por seus tratamentos. A título de exemplo, em 2004, mais de 14 milhões de norte-americanos pagaram mais de 25% de seus ganhos por despesas médicas não reembolsadas e por prêmios de seguro de saúde; 10 milhões deles eram segurados (Famílias USA, 2004). As despesas médicas constituem um fator em perto da metade de todas as falências pessoais nos Estados Unidos, e 80% das famílias declaradas insolventes por razões médicas têm um seguro de saúde (Himmelstein *et al.*, 2005). As consequências financeiras da doença podem ser medidas examinando as despesas médicas que permanecem a cargo dos lares. Estas informações são fornecidas por fontes nacionais e internacionais, mas com frequência limitada e atrasos consideráveis. Estas despesas médicas que restam a cargo dos lares devem ser somadas à perda de rendimento sobrevinda quando o envolvido tem que parar de trabalhar e o seguro de saúde não fornece rendimento de substituição.

Insegurança econômica ligada à velhice

A velhice, em si, não poderia ser considerada como um risco, mas ela implica, contudo, certo grau de insegurança econômica devido à incerteza quanto às necessidades e aos meios futuros após a saída do mercado de trabalho. Dois tipos de risco podem, especialmente, ser identificados.

- O primeiro é o risco de mergulhar na pobreza durante a velhice. Os países da OCDE em sua maioria conseguiram reorientar sensivelmente o risco de pobreza das pessoas idosas para as pessoas mais jovens no decorrer das últimas décadas, e esta evolução constitui uma das aquisições essenciais da proteção social nesses países. Porém, o risco de pobreza permanece significativo em certos países (por exemplo, aqueles que têm sistemas de pensão menos maduros), para certas categorias de pessoas idosas (por exemplo, as mulheres que tiveram uma atividade reduzida durante sua vida ativa) e quando se conjuga a outros riscos imponderáveis (tais como problemas de saúde crônicos e incapacidade com o avanço da idade).
- O segundo é o risco de volatilidade das futuras pensões de aposentadoria. Se, por um lado, todos os sistemas de aposentadoria estão certamente expostos a

certos riscos (por exemplo, o risco de baixa das prestações de aposentadoria nos regimes de financiamento por distribuição, em razão da evolução das condições demográficas), por outro lado, o papel crescente do setor privado no financiamento das pensões de velhice (sob a forma de aposentadorias profissionais a cargo do empregador e de poupança-aposentadoria pessoal) possibilitou estender a cobertura-aposentadoria a um maior número de trabalhadores, mas ao preço de uma transferência do risco do Estado e das empresas para os indivíduos, que têm menor capacidade para se prevenirem contra esses riscos e cujo grau de aversão ao risco aumenta com a idade.

A necessidade de se melhorar a mensuração da insegurança econômica durante a velhice será outro tanto mais crucial na medida em que a crise financeira atual evoluir, considerando que numerosas pessoas abordarão a aposentadoria com rendas provenientes de ativos financeiros acumulados fortemente diminuídas, uma baixa do valor dos imóveis (ou seu colapso) e o risco de perder sua aposentadoria após o fracasso de seu empregador ou de seu fundo de pensão.

Combinação das informações sobre a frequência e as consequências de cada tipo de risco

Teoricamente, uma mensuração exaustiva da insegurança deveria, ao mesmo tempo, levar em consideração a frequência de cada risco e suas consequências financeiras. Ainda que a elaboração destas mensurações exaustivas seja uma tarefa cheia de dificuldades, foram realizadas certas tentativas neste sentido. Por exemplo, Osberg e Sharpe (2002) medem a insegurança econômica ligada ao desemprego como uma função do risco de desemprego e da ampliação da proteção contra as perdas econômicas que acompanham o desemprego (estimadas por meio das taxas de substituição brutas para os desempregados)⁸⁰. Fleurbaey e Gaullier (2007) propõem uma medida mais elaborada que integra também a aversão ao risco⁸¹.

A ideia de combinar as informações ao mesmo tempo sobre a frequência de um risco e sobre suas consequências financeiras (tomando o produto da probabilidade de que o risco se materialize e da mudança no bem-estar resultante de sua concreti-

⁸⁰ Osberg e Sharpe (2002) argumentam que este segundo fator deveria, idealmente, ser mensurado como a proporção de desempregados solicitando prestações de auxílio-desemprego multiplicada pela porcentagem de ganhos semanais substituídos pelas prestações de auxílio-desemprego. Faltam, todavia, informações de qualidade sobre a proporção de desempregados recebendo prestações de auxílio-desemprego. Osberg e Sharpe definem, igualmente, « a insegurança durante a velhice » como a proporção de pessoas idosas e pobres multiplicada pela diferença média de pobreza para este grupo.

⁸¹ Fleurbaey et Gaullier (2007) fazem a modelagem da perda de rendimentos devida ao risco de desemprego como uma função do grau de aversão ao risco, da probabilidade de desemprego (calculada a partir da taxa de desemprego e de sua duração média) e da perda de rendimentos ligada ao desemprego.

Questões transversais

zação) pode ser generalizada a todo e qualquer risco, além do desemprego. Para ser completo, o indicador de mudança do bem-estar deveria integrar uma mensuração do custo da proteção contra o risco, o que representa uma tarefa complexa. Seria conveniente aprofundar as pesquisas sobre essas abordagens de maneira a chegar a indicadores que possam informar tanto sobre a amplitude dos diversos riscos em cada país quanto sobre sua distribuição no seio da população.

Fatores que determinam as consequências dos diversos riscos

As pessoas podem adquirir uma proteção contra as consequências financeiras dos diversos riscos econômicos pelo acúmulo de ativos privados ou por meio de um seguro público ou privado. Em razão do papel da proteção social na cobertura contra diversos tipos de riscos econômicos, a pesquisa na matéria tem tradicionalmente elaborado mensurações da insegurança econômica fundamentadas no alcance e nas características dos sistemas de proteção social em diversos países (Menahem, 2007).

Ainda que a pesquisa comparativa sobre as realizações do Estado-Providência tenha esclarecido um certo número de tendências importantes para avaliar a qualidade de vida dos habitantes de cada país, estas tendências se baseiam, às vezes, em mensurações da proteção assegurada (geralmente fundamentadas no volume de despesas públicas em favor de diversos programas sociais), que são limitadas sob certos aspectos.

Inicialmente, as mensurações da *ação social* baseadas nas despesas públicas brutas não levam em conta a ajuda trazida pelo sistema fiscal, por exemplo, concedendo vantagens fiscais que estimulam as pessoas a subscrever um seguro de saúde ou um regime de pensão privado.⁸²

Em segundo lugar, os programas públicos podem ser substituídos por um amplo leque de dispositivos privados que oferecem, igualmente, proteção contra diversos riscos econômicos. Alguns desses dispositivos privados incluem, igualmente, uma dose de redistribuição destinada a pessoas que se encontram em situações específicas (tais como as prestações de auxílio-doença obrigatórias, pagas pelo empregador a seus empregados)⁸³, enquanto que outros são inteiramente privados (como as

⁸² Nos Estados Unidos, por exemplo, a consideração destas diversas formas de auxílio fiscal onera as despesas sociais públicas em cerca de um ponto do PIB (taxas de despesas sociais públicas líquidas atingiram 18,8% do PIB, em 2003), enquanto que, na França, os mesmos fluxos as reduzem a cerca de 4 pontos do PIB (taxa de 29,2%).

⁸³ Nos Estados Unidos, estes programas privados obrigatórios que incluem um elemento de redistribuição (e, portanto, com-

aplicações em imóveis durante a idade ativa e que servem para gerar rendimentos na aposentadoria).

Finalmente, todos os tipos de proteção contra a insegurança econômica têm custos. No caso dos programas públicos, os impostos necessários para financiá-los incidirão sobre as estratégias que os indivíduos poderão seguir para se prevenirem contra a insegurança. Estes custos deveriam, igualmente, ser considerados quando da mensuração das consequências financeiras dos diversos tipos de riscos.

Agregação entre diversas categorias de risco econômico

O problema com o qual colidem, geralmente, todas as tentativas para estabelecer uma mensuração exaustiva da insegurança econômica é aquela da agregação. Ainda que cada um desses riscos possa ser quantificado em função de indicadores específicos, eles não se prestam todos a uma agregação, sendo desprovidos de uma métrica comum que permita avaliar sua gravidade. Todavia, certas iniciativas neste sentido foram tomadas.

Osberg e Sharpe (2002) estabelecem uma escala de medida para quatro principais tipos de risco econômico (desemprego, doença, monoparentalidade, velhice) por meio de uma “técnica de padronização linear”, aplicada de tal forma que, por convenção, o aumento de cada variável em escala representa uma menor insegurança econômica, sendo as quatro variáveis em escala, em seguida, agregadas em um “índice de segurança econômico” global, que se baseia em ponderações que representam a importância relativa dos quatro grupos demográficos na população total.⁸⁴

Fleurbaey e Gaullier (2007) comparam populações que diferem em certas dimensões não ligadas ao rendimento, calculando “a variação de rendimento equivalente”, que suprimiria toda e qualquer diferença entre a situação atual de uma população e uma situação de referência na dimensão não ligada ao rendimento. Esta abordagem do rendimento equivalente possibilita agregar diversos riscos.

Outras abordagens, como o *Índice de segurança pessoal*, elaborado pelo Conselho Canadense sobre o Desenvolvimento Social, agregam mensurações objetivas de diversos riscos ligados, ao mesmo tempo, à segurança econômica (por exemplo, risco de perda do emprego e de recursos financeiros, de doença e de lesão) e à se-

preendidos pela definição que a OCDE dá de “despesas sociais totais”) representam 8,4% do PIB contra menos de 3% do PIB, na França.

⁸⁴ Estas ponderações são: i) para o desemprego, a parte da população de 15 a 64 anos de idade, no total; ii) para a doença, a parte da população exposta ao risco de doença (100%); iii) para as famílias monoparentais, a parte da população representada pelas mulheres casadas tendo um filho com menos de 18 anos de idade; e iv) para a velhice, a parte da população de 45 a 64 anos de idade, no total. Estas partes são padronizadas para todos os anos a fim de corresponder à unidade.

Questões transversais

gurança pessoal (por exemplo, risco de ser vítima de um crime ou de um roubo) utilizando ponderações subjetivas baseadas em enquetes específicas, que pedem às pessoas para classificar três tipos de segurança (econômica, sanitária, pessoal). Esta metodologia poderia ser aplicada a outros países.

4 – Questões transversais

A maior parte dos problemas que se apresentam quando se busca fornecer mensurações confiáveis da qualidade de vida são próprios a cada uma das dimensões examinadas acima. Certos deles são, todavia, de natureza transversal e seriam insuficientemente levados em conta se as pesquisas e coletas de dados suplementares fossem empreendidas somente área por área. Três dos problemas que mais se sobressaem são tratados abaixo.

4.1 Desigualdades

As mensurações da qualidade de vida se referem, geralmente, a condições *médias* em cada país para cada uma das áreas específicas consideradas. O que essas mensurações médias não levam em conta são as *desigualdades* existentes na experiência dos indivíduos. É necessário dar conta dessas desigualdades para preencher a diferença entre as estimativas na escala de um país e o que sentem os indivíduos a propósito de sua própria situação. A elaboração de tais indicadores possibilitaria também dar uma atenção especial à situação daqueles que têm a qualidade de vida mais modesta do ponto de vista desses diversos componentes.

Se, por um lado, metodologias e fontes de dados estabelecidas permitem mensurar, de maneira relativamente confiável, as desigualdades na distribuição dos recursos econômicos, dentro dos países, por outro lado, a situação é bem menos satisfatória quando se trata de dimensões não monetárias da qualidade de vida, particularmente porque as desigualdades nessas dimensões não monetárias nem sempre podem ser descritas por meio de informações sobre a distribuição desses elementos em torno de sua média. Em razão dessas dificuldades, cabe elaborar mensurações das desigualdades que sejam específicas a cada área.⁸⁵ É, igualmente, necessário avaliar essas desigualdades de modo exaustivo, pelo exame das diferenças entre indivíduos, grupos e gerações.

⁸⁵ A melhor ilustração destas desigualdades é o caso da saúde, em que tentativas que visam a criar índices de desigualdades equivalentes a aqueles que são utilizados para descrever as desigualdades em matéria de rendimentos, deparam com uma série de dificuldades metodológicas em razão da distribuição dos diversos resultados em matéria sanitária no seio da população. Por exemplo, as distribuições da mortalidade têm a maior parte de sua massa nas caudas, o que induz um comportamento atípico das mensurações-tipo da desigualdade (tais como aquela de Gini). Outros aspectos da qualidade de vida, tais como o voto, não podem ser mensurados senão com a ajuda de variáveis dicotômicas (participação no escrutínio ou não), o que torna inadequadas as mensurações da desigualdade concebidas para variáveis constantes.

- *Desigualdades entre indivíduos.* Os indivíduos constituem a unidade de análise da maior parte dos estudos sobre a qualidade de vida, pois, mesmo quando as pessoas obtêm seu bem-estar de uma unidade mais ampla, tal como a família ou a comunidade, pode existir assimetria na distribuição dos recursos e das possibilidades no seio dessas unidades: a distribuição das tarefas domésticas entre homens e mulheres e as diferenças nos tipos de despesas (por exemplo, sob o ponto de vista das quantias destinadas aos filhos), em função daquele que, no seio da família, domina os fluxos financeiros, constituem exemplos deste esquema global. O meio mais direto de esclarecer essas diferenças de qualidade de vida entre os indivíduos é comparar os resultados para aqueles que se situam na parte inferior e na parte superior da escala da qualidade de vida. No caso da educação, por exemplo, em 2006, na França, as notas de exame (de Ciências) dos alunos com 15 anos de idade se situando no quarto superior da escala dos resultados eram superiores em cerca de 146 pontos em relação ao quarto inferior, diferença equivalente a cerca de 4 anos de escolaridade. Estas diferenças no desempenho dos alunos podem ter implicações duradouras para os jovens quando eles entram na vida adulta: resultados fracos no final da escolaridade obrigatória determinam uma probabilidade mais forte de abandono dos estudos antes do fim do ensino secundário, de rendimentos e de perspectivas de carreira menores no mercado de trabalho, assim como uma probabilidade mais alta de pobreza durante a vida adulta.
- *Desigualdades entre grupos que apresentam características individuais diferentes.* As disparidades nos resultados em matéria de qualidade de vida podem se manifestar também entre grupos homogêneos da população, por exemplo, por idade, sexo, nível socioeconômico ou outros critérios. Estas diferenças entre grupos são importantes, pois os grupos contribuem para estruturar a identidade dos indivíduos e para definir seus modos de expressão e de ação coletiva. Igualmente, os grupos podem ser fontes de desigualdade quando recusam a indivíduos de fora do grupo os benefícios e garantias oferecidos àqueles que são membros. Ainda que estas diferenças entre grupos se manifestem em todos os aspectos da qualidade de vida, são particularmente importantes no caso da saúde. Por exemplo, as desigualdades em matéria de expectativa de vida média entre grupos étnicos vão de 6,5 anos entre afro-americanos e brancos nos Estados Unidos, a 18 anos entre os aborígenes e outros habitantes da Austrália.
- *Persistência das vantagens e desvantagens através das gerações.* Em geral, a maior parte das pessoas inquiridas nos diversos países da OCDE declara que as de-

Questões transversais

Desigualdades são aceitáveis quando elas não encerram as pessoas em situações de desvantagem que perduram de geração em geração; e, entretanto, numerosos elementos indicam que uma série de resultados em matéria de qualidade de vida se transmite de uma geração para a outra. Em particular, as condições socioeconômicas dos pais contam entre os determinantes essenciais das possibilidades de que se beneficiarão seus filhos. Por exemplo, os lactentes cuja mãe sofre de desnutrição e está com má saúde têm mais forte probabilidade de ter peso inferior ao normal e problemas de saúde em sua vida adulta. Igualmente, o nível socioeconômico dos pais conta entre os determinantes mais importantes dos resultados escolares dos filhos.

Em razão de algumas destas desigualdades (tais como aquelas ligadas à classe e ao nível socioeconômico), um amplo leque de políticas e instituições destinadas a atenuar sua intensidade e suas consequências tem sido estabelecido no decorrer dos anos. Outros tipos de desigualdades, especialmente entre grupos étnicos, são mais recentes (pelo menos, nos países que experimentaram grandes ondas de imigração) e se tornam mais visíveis no plano político à medida que a imigração prossegue.

Esta discussão leva a duas conclusões essenciais. A primeira é que existem tantas desigualdades quantas características da qualidade de vida descritas acima. Cada uma dessas desigualdades é importante em si, o que enfatiza que é preciso evitar presumir que uma englobará sempre todas as outras. A segunda conclusão é que, em razão dos vínculos entre as dimensões supramencionadas, diversos tipos de desigualdades podem se reforçar mutuamente. As disparidades entre os sexos, por exemplo, sendo disseminadas na maior parte dos países e dos grupos sociais, são geralmente bem mais importantes nos lares que têm um nível socioeconômico pouco elevado: seu efeito combinado é muitas vezes excluir as jovens provenientes de lares pobres do ensino escolar e da obtenção de um emprego gratificante, privando-as, assim, de possibilidades de expressão pessoal e de representação política e expondo-as a riscos em matéria de saúde. É indispensável que estas desigualdades sejam avaliadas de maneira aprofundada, analisando as diferenças de qualidade de vida entre indivíduos, grupos sociais e gerações. Por outro lado, considerando que os indivíduos podem ser classificados em função de diferentes critérios, cada um tendo certa pertinência para a vida deles, as desigualdades deveriam ser mensuradas e documentadas para uma pluralidade de grupos. Estudos apropriados deveriam ser realizados a fim de avaliar as complementaridades entre os diferentes tipos de desigualdades e a fim de identificar suas causas subjacentes. Cabe aos estatísticos alimentar regularmente essas análises com os dados pertinentes.

4.2 Vínculos entre as dimensões

Avaliarmos a qualidade de vida só considerando uma única dimensão por vez, o que é inevitável tendo em vista a perícia e as especializações por área, é deparar com problemas de fundo. Isto pode ser ilustrado examinando a relação entre saúde, de um lado, e rendimento, de outro. Estudá-los separadamente apresenta dois problemas:

- O primeiro, de ordem conceitual, é que rendimento e saúde são indissociáveis em toda formulação racional do bem-estar humano: por essa razão, a mensuração da qualidade de vida em um só espaço ao mesmo tempo ignora as inter-relações existentes entre os dois e conduz a julgamentos errôneos. Broome (2002), por exemplo, argumenta que a vida dos indivíduos se compõe de uma série de atividades que necessitam ao mesmo tempo das “comodidades” (por exemplo, rendimentos) e a saúde (da mesma maneira que o ato de ler exige, ao mesmo tempo, o olho e o cérebro). Estes fatos argumentam contra uma análise que decomporia a qualidade de vida em diferentes elementos adicionáveis, tais como a saúde, a educação e o rendimento.
- O segundo, de ordem empírica, é que, mensurando-se a qualidade de vida em uma só dimensão ao mesmo tempo, esquece-se de que aqueles que estão simultaneamente doentes e pobres, arcam com uma dupla desvantagem, da mesma forma que aqueles que estão simultaneamente bem de saúde e ricos tiram proveito de uma dupla vantagem. Por exemplo, a tese clássica dos economistas a propósito das “melhorias no bem-estar”, no sentido de Pareto (a ideia de que a melhora da situação de uma pessoa, sem prejudicar a de outra, constitui um ganho certo para a sociedade em seu conjunto), é poderosa e convincente em numerosos casos, mas é prejudicada quando aplicada a um componente da qualidade de vida ignorando os outros. Tornar os ricos ainda mais ricos em termos de rendimento pode ser considerado como uma melhoria no sentido de Pareto se o rendimento dos pobres permanecer inalterado, mas é ignorar os efeitos potencialmente prejudiciais de um aumento das desigualdades de rendimentos sobre a saúde dos pobres (se os ricos perdem todo interesse em sustentar um sistema de seguro-saúde universal) ou sobre sua participação no processo político (se os ricos obtêm daí uma influência política aumentada). Aí estão preocupações concretas, e ter em vista os argumentos de Pareto em termos de rendimentos unicamente equivale, na melhor das hipóteses, em ocultá-los e,

Questões transversais

na pior, a julgá-los inadmissíveis.

Os dois argumentos argumentam em favor da adoção de uma abordagem mais integrada da qualidade de vida, em que os vínculos entre dimensões sejam sistematicamente avaliados. Os exemplos de tais inter-relações entre as dimensões da qualidade de vida são abundantes. Por exemplo, as consequências da pobreza e da doença sobre o bem-estar subjetivo ultrapassam de longe a soma dos dois efeitos. Numerosas pesquisas se empenham atualmente em desvendar essas relações entre as diversas dimensões da qualidade de vida e em traçar uma distinção entre as associações e a causalidade. Todavia, as perspectivas de progresso estão entravadas pela falta de informações sobre a maneira pela qual as principais dimensões da qualidade de vida estão “conjuntamente distribuídas” entre os indivíduos. Na prática, a maior parte das enquetes existentes não possibilita examinar esses vínculos, considerando que a mensuração em uma área é geralmente realizada no âmbito das fronteiras disciplinares existentes.

O meio mais evidente de estimar a distribuição conjunta dos diversos atributos da qualidade de vida seria realizar uma enquete sobre a mesma amostra de pessoas colhendo dados sobre todas as dimensões que nos interessam. Uma técnica menos ambiciosa (mas abaixo da ideal) consistiria em utilizar diversas amostras para dimensões diferentes, mas com suficientes variáveis comuns às diversas enquetes para possibilitar uma estimativa da distribuição conjunta. Isto seria possível acrescentando perguntas que possibilitassem uma classificação das pessoas inquiridas em função do nível socioeconômico, do nível de estudos, da situação étnica ou da situação migratória nas enquetes utilizadas em áreas especializadas. Qualquer que seja a técnica utilizada, ampliar as informações sobre a distribuição conjunta das diversas dimensões da qualidade de vida constituiria um real progresso.

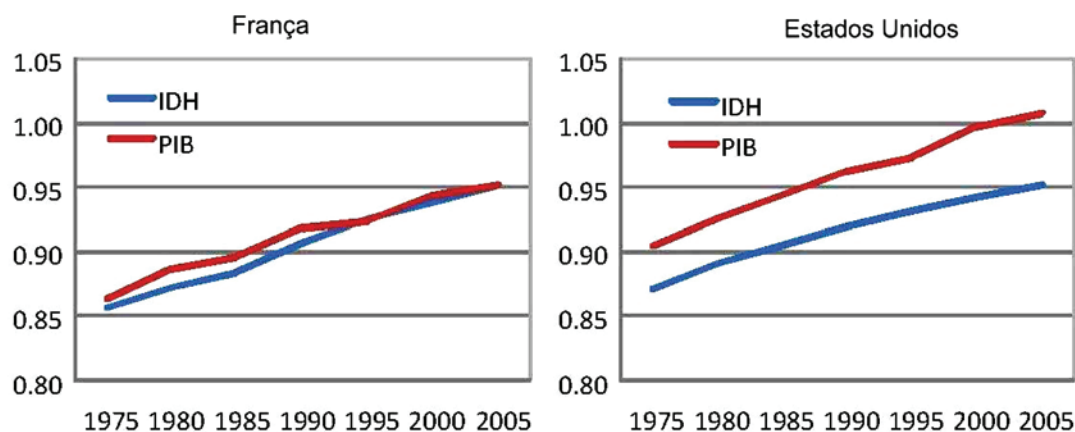
A importância de uma melhor avaliação das inter-relações entre as dimensões da qualidade de vida vai bem além mensuração e se estende à *concepção das políticas*. Pode mostrar-se impossível definir uma classificação completa que abranja todas as dimensões da qualidade de vida, caso em que nenhum índice sintético da qualidade de vida seria realizável, mas os indicadores sobre diversas dimensões da qualidade de vida (ou talvez um subconjunto selecionado) deveriam ser examinados conjuntamente para conceber políticas em áreas específicas. Isto constituiria uma melhoria em si, considerando que a saúde, a educação e diversas outras políticas são geralmente delegadas a órgãos diferentes, o que oculta suas interações. Um dos interesses maiores da noção global de qualidade de vida é ultrapassar este “pensa-

mento compartimentado” em matéria de formulação das políticas.

4.3 Agregação entre dimensões

A busca de uma mensuração agregada da qualidade de vida, que combine as informações entre todas as suas dimensões, é muitas vezes percebida como o “Santo Graal” de todos os esforços que visam a ultrapassar medidas econômicas clássicas. Todavia, este ponto de vista é, ao mesmo tempo, limitado e enganador. Limitado, porque estabelecer um sistema de mensuração exaustivo da qualidade de vida que seja capaz de produzir informações de qualidade em suas diferentes áreas é uma tarefa mais árdua e de mais longo fôlego que aquela que consiste em combinar as informações disponíveis em uma mensuração sintética única. Enganador, porque é impossível agregar os diversos aspectos da qualidade de vida sem fazer juízos de valor que estarão forçosamente sujeitos à controvérsia: o argumento já desenvolvido no que diz respeito às mensurações “combinadas” do estado de saúde tem uma

Gráfico 2.7 Tendências do IDH e do PIB por habitante na França e nos Estados Unidos



Valores do IDH, tais como indicados no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2007-2008 do PNUD. As tendências das séries PIB se fundamentam nos valores da OCDE para o PIB por habitante em preços constantes, baseando-se na mesma transformação que subjaz ao cálculo do IDH (por exemplo, a diferença entre o logaritmo natural do PIB por habitante, durante um dado ano, e o logaritmo de 100 dólares dos Estados Unidos, dividido pela diferença entre o logaritmo de 40 000 dólares dos Estados Unidos e o logaritmo de 100).

Fonte: Dados da OCDE e do PNUD.

Questões transversais

validade mais geral.

Por esta razão, conseguir descrever mais parcimoniosamente a qualidade de vida utilizando uma série de indicadores não monetários é um real desafio. Alguns estimam que apenas indicadores de subáreas deveriam ser estabelecidos, deixando aos usuários formar sua opinião sobre a qualidade de vida. Outros argumentam que um indicador sintético tem um peso político excepcional e citam a influência do PIB como prova de que esses índices são essenciais. Cada posição tem suas qualidades e seus defeitos. De um lado, deixar aos usuários o cuidado de fazer a síntese supõe que esses usuários (as mídias, a classe política, o grande público) estejam equipados para fazê-lo de maneira coerente, o que é às vezes questionável: se construirmos unicamente indicadores de subáreas, seria muito bem possível que o PIB permanecesse o indicador dominante, e estatísticas produzidas sem se preocupar com uma síntese não fornecessem os dados adequados. Por outro lado, a pesquisa por um indicador sintético pode levar os institutos estatísticos a debates políticos que comprometam sua neutralidade.

Existem diversos métodos de agregação das dimensões da qualidade de vida, e eles se referem às abordagens descritas anteriormente neste capítulo. Poderíamos dizer que estes métodos oferecem respostas a diferentes perguntas, tais como aquelas pormenorizadas abaixo. Estas perguntas e respostas se enquadram estreitamente com as abordagens teóricas da qualidade de vida examinadas antes neste capítulo: enquanto que a primeira e a segunda perguntas da lista dizem respeito à abordagem pelas capacidades, a terceira e a quarta têm relação com a abordagem pelo bem-estar subjetivo, e a última com a abordagem que se baseia na teoria das alocações equitativas:

1. *A sociedade obtém bons resultados?* Para responder a esta pergunta é preciso agregar as informações sobre os *escores médios* dos diversos indicadores entre as diversas áreas da qualidade de vida.
2. *As pessoas vivem bem?* Esta questão enfatiza as *condições de cada indivíduo* na sociedade. Para responder a ela, é preciso agregar os indicadores da qualidade de vida em nível individual, depois sintetizar esta informação no nível de países inteiros.
3. *As pessoas são felizes em suas vidas?* Nesta pergunta, a ênfase é posta nas experiências gratificantes dos indivíduos. Para responder a ela, é preciso *agregar as diversas experiências gratificantes para cada indivíduo*, e depois, encontrar uma

síntese adequada para o país inteiro.

4. *As pessoas estão satisfeitas com suas vidas?* Esta pergunta está baseada em *juízos avaliativos feitos pelos indivíduos sobre suas vidas em seu conjunto*. Para responder a ela, é preciso agregar as medidas de satisfação entre os indivíduos.
5. *As pessoas têm a qualidade de vida que desejam?* Esta pergunta coloca o indivíduo no centro da análise e requer informações sobre o sacrifício que eles estariam prontos a fazer em uma dimensão de sua qualidade de vida a fim de atingir certo nível de referência em outras dimensões. Um método que possibilita responder a esta pergunta se fundamenta no conceito de “rendimento equivalente”.

São perguntas distintas e sua pertinência respectiva é função do contexto e de escolhas éticas entre as diferentes abordagens. Como são todas ligadas a abordagens defendidas e julgadas legítimas por respeitáveis contribuintes ao debate sobre o progresso social, uma solução para o dilema que consiste em propor uma única medida sintética da qualidade de vida é que os institutos estatísticos construam *vários* indicadores sintéticos que respondam às diferentes perguntas supramencionadas. Isto preservaria sua neutralidade sem deixar de fornecer dados suficientes e coerentes para o debate político. Uma possibilidade anexa seria propor indicadores dos quais certos parâmetros, em particular aqueles que refletem juízos de valor, poderiam ser modificados pelos usuários (como é já o caso em certos sítios da Internet, que propõem indicadores sintéticos alternativos).

A sequência deste capítulo passará em revista as qualidades e defeitos das diversas abordagens da agregação; ela omite o método baseado na satisfação com a vida, por já ter sido tratado em profundidade em uma seção precedente deste capítulo.

4.3.1 Agregação de médias entre áreas

O primeiro método de agregação repousa na ideia de calcular um só índice composto combinando indicadores das condições *médias* de cada país em várias áreas. Este método está ligado à abordagem pelas capacidades, mas também, mais am-

Questões transversais

plamente, ao movimento dos indicadores sociais.⁸⁶ As ponderações dos diversos componentes deste indicador composto podem ser selecionadas segundo uma abordagem perfeccionista que considera os diversos aspectos da vida como tendo uma importância objetiva, ou segundo uma abordagem mais subjetiva que leva em conta certas preferências típicas ou médias da população. Os pesquisadores que trabalham sob esta última ótica preconizam muitas vezes procedimentos participativos para identificar as áreas que importam mais e para atribuir-lhes uma ponderação.

A principal vantagem deste método de agregação é sua simplicidade e sua pouca necessidade de dados. Indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD suscitaram uma atenção considerável de parte das mídias e geraram classificações dos países que se destacam significativamente dos que se fundamentam em medidas econômicas tradicionais. A maior parte das aplicações desta abordagem repousa em dados objetivos para diversas áreas, mas poderiam facilmente ser estendidas a fim de integrar o bem-estar subjetivo enquanto área. Em razão da simplicidade deste método, ele é facilmente comunicável e entendido pelo grande público, e numerosos movimentos de cidadãos privilegiaram diversas aplicações dele. Contudo, ele comporta certo número de limitações:

- A primeira é que, conservando a noção de “agente representativo”, ele é incapaz de identificar o acúmulo de desvantagens de certos subgrupos. O índice combinado não melhorará se a correlação das desigualdades entre áreas diminuir, enquanto o desempenho médio em cada área permanece inalterado. Na prática, esses indicadores compostos tentam compensar essa limitação incluindo medidas da desigualdade ou da pobreza como componentes específicos. Todavia, isto não resolve o problema metodológico da não consideração das situações particulares.
- Uma segunda limitação se refere às escolhas das ponderações para as diversas áreas. As ponderações utilizadas para agregar médias em diversas áreas são objeto de convenções e mesmo a escolha de utilizar dados não ponderados constitui um juízo de valor que tem importantes implicações. Por exemplo, o Índice do Desenvolvimento Humano é uma simples média da expectativa de vida [a relação expectativa de vida menos 20, dividida por 85 (expectativa de vida máxima)] menos 20, da educação (2/3 da taxa de alfabetização dos adultos mais 1/3 da taxa de escolarização no ensino primário, secundário e superior) e do

⁸⁶ O movimento dos indicadores sociais foi particularmente ativo nos anos 1960 e 1970. Contribuições essenciais provenientes dessas pesquisas foram reunidas na revista *Social Indicators Research*, fundada em 1974, que publica pesquisas que tratam da mensuração da qualidade de vida.

rendimento (logaritmo do PIB por habitante menos o logaritmo de 100, dividido pelo logaritmo de \$ 40.000 menos o logaritmo de 100). Todavia, acrescentar o *logaritmo* do PIB ao *nível* da expectativa de vida é apreciar implicitamente o valor de um ano de vida suplementar em cada país, em função de seu PIB por habitante (Ravallion, 1997), considerando, assim, que um ano de expectativa de vida suplementar nos Estados Unidos vale 20 vezes mais que um ano de expectativa de vida na Índia e perto de 50 vezes mais que um ano de expectativa de vida na Tanzânia.

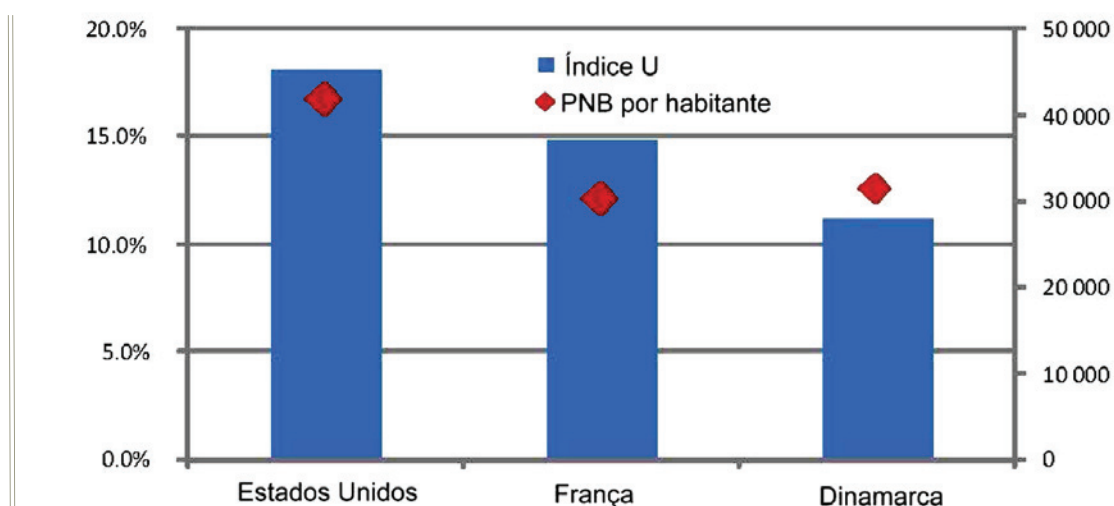
- Uma terceira limitação diz respeito à interpretação das *evoluções* desses indicadores agregados. Por exemplo, os níveis do IDH dão uma nova visão do mundo, considerando que as classificações de países que ele gera são completamente diferentes daquelas que se baseiam no PIB por habitante. Todavia, à medida que o tempo passa e que o IDH é atualizado todo ano, suas flutuações tendem a ser dominadas pelas evoluções dos componentes de PIB, pelo menos para os países desenvolvidos (tais como a França e os Estados Unidos), cujos desempenhos em matéria de saúde e educação se classificam quase no topo da lista (Gráfico 2.7).⁸⁷
- O último defeito é que esta abordagem não permite uma diversidade de pontos de vista quanto à importância relativa das diversas dimensões da qualidade de vida. Uma única série de ponderações é aplicada à totalidade da sociedade, independentemente da heterogeneidade das atitudes diante do rendimento, dos lazeres, da saúde, da educação, etc. Seria teoricamente possível atribuir ponderações diferentes aos diferentes países, mas isto tornaria a escolha das ponderações ainda mais difícil e impediria, efetivamente, toda e qualquer comparação entre países.

Apesar dessas limitações, os sítios da Internet da maioria dos institutos de estatística e das organizações internacionais já fornecem uma série interminável de indicadores médios para diversas áreas da qualidade de vida. Estes sítios da Internet poderiam então também já propor opções aos usuários (sob o ponto de vista da colocação em escala dos índices de áreas e da escolha de suas ponderações) para construir mensurações compostas baseadas na agregação de mensurações médias para as áreas. Algumas dessas opções poderiam ser mencionadas como sendo es-

⁸⁷ Todavia, quando é estendida a toda a gama de países que se situam em níveis de desenvolvimento diferentes, a correlação entre crescimento do PIB e evolução do IDH no decorrer do período 1990-2006 não é senão de 0,44. Particularmente, certos países pobres, tais como o Egito, a Tunísia e o Bangladesh, registraram notáveis melhoramentos do seu IDH com um crescimento econômico que não era senão moderado, enquanto outros experimentaram um crescimento econômico significativo e viram seu IDH baixar. Isso destaca o fato de que, em períodos de tempos razoavelmente longos, o crescimento do PIB pode se correlacionar fracamente com as evoluções das dimensões do bem-estar não ligadas ao rendimento.

Questões transversais

Gráfico 2.8 Medidas do Índice U em três cidades



Nota: As estimativas para o índice U se referem a mulheres com idades de 18 a 68 anos, que não são estudantes em tempo integral, nas três cidades de Columbus, Ohio (Estados Unidos), Rennes (França) e Odense (Dinamarca), fornecidas por Alan Krueger. O índice U é a proporção de tempo para a qual a nota máxima dos episódios de tensão, de depressão ou de raiva excede a notação dos episódios de felicidade. As medidas do PIB por habitante, em 2008, são estimativas da OCDE.

colhidas pelos que as conceberam ou pelas instituições, mas os sítios da Internet oficiais deixariam claro que os institutos não “endossam” os índices e as ponderações correspondentes. Esta solução é tecnicamente fácil de pôr em prática, sendo a única escolha difícil aquela das áreas e dos indicadores individuais.

4.3.2 Agregação dos indicadores em nível individual

O segundo método procede a uma agregação que abrange diversas dimensões da qualidade de vida no nível de cada pessoa; depois, calcula uma média (ou uma mensuração sintética análoga) de todos os indivíduos da amostra, para cada país. Esta abordagem possibilitaria, por exemplo, combinar uma mensuração do rendimento, da saúde e da educação para cada pessoa antes de calcular mensurações da qualidade de vida “média” do conjunto da população. Seus fundamentos éticos são análogos a aqueles do indicador que se baseia na agregação de médias entre áreas, mas ele considera que é o indivíduo que constitui a “unidade de preocupação mo-

ral”. É, então, possível determinar as correlações entre subáreas. Ainda que este método seja com mais frequência aplicado às dimensões objetivas, pode ser ampliado a fim de incluir igualmente os aspectos subjetivos da qualidade de vida.

Este método já é utilizado para construir indicadores da pobreza multidimensional, a saber, indicadores que fazem o recenseamento daqueles que são desfavorecidos em várias dimensões. Esta mesma abordagem pode ser estendida à qualidade de vida baseada em um limiar de “suficiência máxima”, que consideraria um indivíduo como tendo uma qualidade de vida suficiente se ele atingir a suficiência em certo número de dimensões (Alkire, 2008). Este tipo de indicador é geralmente estabelecido para as pessoas que obtêm resultados insuficientes, mas poderia ser convertido a fim de representar a qualidade de vida deduzindo de 100% os resultados em matéria de insuficiência.

Esta abordagem tem as mesmas qualidades que a precedente (ela se fundamenta, por exemplo, em dados objetivos e é simples de calcular), mas representa também um considerável progresso em relação ao índice composto baseado em indicadores médios por área. Todavia, ela é raramente utilizada na prática, pois requer informações sobre a distribuição conjunta dos diversos atributos entre os indivíduos. Todavia, além desta dificuldade, ela tem os mesmos defeitos que o método baseado na agregação dos indicadores médios por área.

- A primeira limitação é selecionar as ponderações para construir um índice individual de qualidade de vida. Um caminho muitas vezes tomado dos estudos sobre a pobreza multidimensional é *contar* o número de rubricas em que a qualidade de vida de um indivíduo se situa abaixo do limiar, e depois, examinar a quantidade dessas rubricas. Esta soma, por sua vez, pode ser baseada em rubricas não ponderadas (isto é, todas têm a mesma importância) ou em uma ponderação destas últimas que se baseia nas propriedades estatísticas da amostra (uma ponderação mais importante sendo, por exemplo, atribuída às privações nas rubricas que são mais frequentes em cada país). Estas ponderações não gozam, todavia, de nenhuma autoridade ética. Ainda que diversas escolas de pensamento tenham sugerido diferentes métodos para atribuir as ponderações no âmbito desta abordagem, nenhuma leva em consideração a diversidade das

Questões transversais

preferências no seio de uma população.⁸⁸

- Uma segunda limitação é que a maior parte dos índices que se baseiam nesta abordagem focaliza aqueles que de preferência se situam na parte inferior da escala da qualidade de vida, em vez de no conjunto da distribuição. Essas abordagens se baseiam então nos limiares (arbitrários) utilizados para classificar os indivíduos em termos de variáveis dicotômicas (pobres e não pobres) que são, depois, agregadas em nível individual. Se, por um lado, esta ênfase colocada na parte inferior da escala da qualidade de vida pode se justificar por razões políticas, por outro lado, não é ideal sob outros ângulos, considerando que as desigualdades em matéria de qualidade de vida, mais do que a insuficiência dos resultados, podem ter uma importância em si. Para elaborar mensurações agregadas da qualidade de vida que informam sobre toda a distribuição, seria preciso estabelecer escalas que sejam comparáveis entre áreas.

4.3.3 Agregação baseada nas experiências gratificantes dos indivíduos

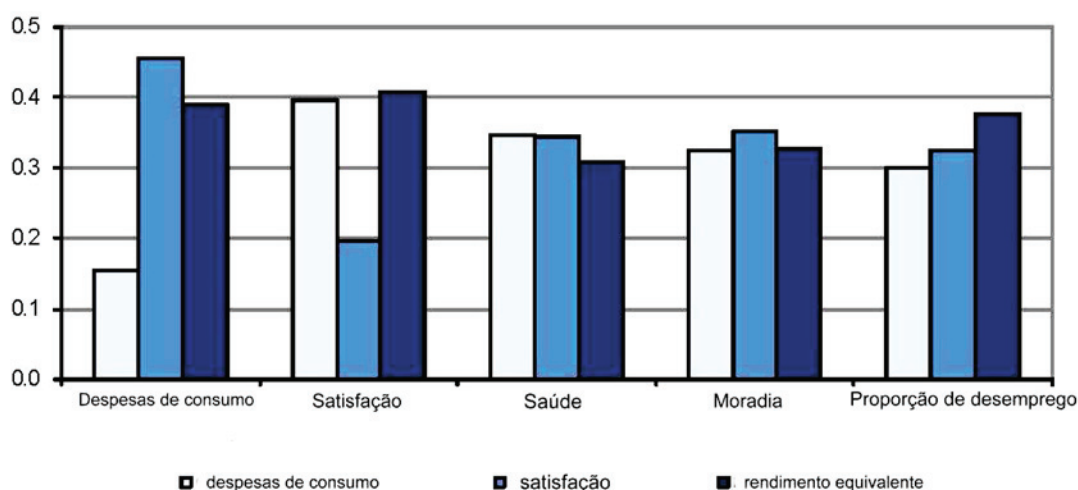
Além das avaliações pessoais dos indivíduos sobre sua vida em seu conjunto que, como adiantamos anteriormente, poderiam ser consideradas como certa forma de indicador agregado, as abordagens do bem-estar subjetivo baseadas em experiências gratificantes sugerem uma via diferente para a agregação entre certos fatores que definem a qualidade de vida. Se esta abordagem pode ainda ser considerada como uma primazia concedida a uma área (as experiências gratificantes), podemos igualmente estimar que ela proporcione um modo de ponderação de diversas experiências por meio de um padrão comum: a intensidade das experiências gratificantes que elas geram.

As mensurações do fluxo de experiências gratificantes estão intimamente ligadas à utilização do tempo. As experiências sobrevêm no decorrer do tempo, e a utilização do tempo constitui um traço objetivo da experiência. Além disso, os estados afetivos positivos e negativos estão sistematicamente ligados às diversas utilizações do tempo. O tempo é o recurso finito por excelência para os indivíduos e a socie-

⁸⁸ Rawls (1982) sugere que as ponderações deveriam refletir as preferências típicas (“representativas”) dos indivíduos provenientes do grupo mais desfavorecido. Sen (1985, 1992) sugere buscarmos uma classificação parcial das situações individuais com base em um consenso entre preferências contraditórias. Sen faz, igualmente, observar que quaisquer que sejam as concepções sobre a importância relativa das diversas áreas da qualidade de vida, estar em melhores condições em cada área deveria implicar estar em melhores condições em seu conjunto. Este princípio de “dominância” implicaria, todavia, também que as atitudes individuais quanto à importância das diversas áreas não desempenhem nenhum papel nas comparações interpessoais; por exemplo, o princípio da dominância consideraria Jones como em melhor situação que Smith se ambos tivessem o mesmo estado de saúde fraco, mas, se o primeiro é ligeiramente mais rico que o segundo, mesmo se Jones atribui muito mais importância que Smith ao fato de ser desfavorecido em matéria de saúde.

dade, e as mensurações tradicionais do PIB não refletem a qualidade de tempo não trabalhada dos indivíduos; um aumento do tempo de lazer *reduzirá* mesmo de

Gráfico 2.9 Características das pessoas mais desfavorecidas em função de diferentes medidas da qualidade de vida, Rússia (2000)



Nota: Estes dados se referem a pessoas consideradas como « desfavorecidas » (a saber, pessoas que se situam no quintil inferior da distribuição), em função de três medidas diferentes de sua qualidade de vida: i) as despesas de consumo do lar por unidade de consumo (medida-tipo do padrão de vida); ii) a satisfação com a vida (baseada na pergunta « Em que medida você está satisfeito com a sua vida em geral na hora atual ? », com respostas em uma escala de 1 a 5); e iii) uma mensuração do rendimento equivalente baseada nos quatro “funcionamentos”, a saber, o estado de saúde autodeclarado, a situação quanto ao emprego, a qualidade da moradia e os eventuais salários atrasados. Para cada uma dessas três mensurações da qualidade de vida, o gráfico indica os níveis médios dos diferentes fatores que definem a qualidade de vida entre as pessoas “desfavorecidas”, com base em uma só mensuração, em relação a seu nível médio entre as três mensurações. As estimativas do rendimento equivalente das pessoas que fazem parte da amostra são baseadas em preferências estimadas a partir de uma equação sobre os determinantes da satisfação com a vida. Os valores de referência para as diversas dimensões não monetárias correspondem a “uma boa saúde”, “não estar desempregado”, “não ter salários atrasados” e “ter um valor mediano de qualidade da moradia”.

Fonte: Fleurbaey et al. (2009), com base nos dados extraídos da Enquete de Acompanhamento Longitudinal, na Rússia.

5. Principais mensagens e recomendações

modo geral o PIB, apesar de sua contribuição positiva à qualidade de vida. Além disso, as tentativas que visam a atribuir um valor ao tempo de lazer no PIB não representam senão a avaliação marginal do tempo de lazer, enquanto que as mudanças mais importantes da sociedade que influem sobre a quantidade e a utilização do tempo de lazer, não podem ser avaliadas sob esta ótica.

O índice U constitui um meio de fundir as mensurações objetivas e subjetivas da maneira pela qual os indivíduos passam e sentem o tempo. Este índice mede a parte de tempo durante a qual o sentimento dominante de um indivíduo é negativo (Kahneman e Krueger, 2006). Entre os sentimentos positivos, podem-se citar a felicidade e o prazer, e entre os negativos, a sensação de estar frustrado, deprimido, assediado, com raiva, inquieto ou de ser criticado. Mias precisamente, utilizando o *método de reconstrução do dia*, no qual as pessoas inquiridas descrevem episódios particulares de sua vivência cotidiana, um episódio é classificado como desagradável se o sentimento mais intenso relatado para este episódio for negativo, isto é, se a nota máxima referente a um dos estados afetivos negativos for estritamente superior à nota máxima de todos os estados afetivos positivos.

Ainda que o índice U apresente certas lacunas descritas acima com respeito ao conjunto das mensurações subjetivas do bem-estar, ele possui propriedades que o tornam atraente sob o ponto de vista da medida da qualidade de vida.

- Inicialmente, ele trata a questão da não comparabilidade na utilização das escalas por diversos indivíduos. Na medida em que as diferenças interpessoais na interpretação das escalas se aplicam tanto às emoções positivas quanto às negativas (por exemplo, os indivíduos que têm uma avaliação mais positiva sobre certos estados fornecerão também avaliações menos negativas sobre outros), o índice U será robusto diante de certos obstáculos às comparações interpessoais e internacionais. Nesse sentido, o índice U fornece uma medida ordinal no nível do sentir.
- Em segundo lugar, o índice U tem como alvo, naturalmente, os indivíduos mais infelizes da sociedade, da mesma maneira que a taxa de pobreza clássica, para o que diz respeito ao rendimento. Elementos extraídos de medidas experimentais disponíveis deste tipo indicam, efetivamente, que uma parte muito grande de sentimentos negativos na sociedade é experimentada por um número de indi-

víduos limitado.⁸⁹

As mensurações experimentais do índice U atualmente disponíveis (limitadas a cidades e grupos demográficos específicos) trazem à luz diferenças notáveis entre países, com uma classificação que difere fortemente daquela obtida com base no PIB por habitante (Gráfico 2.8) ou da satisfação com a vida.⁹⁰ A utilização desta mensuração em nível nacional exigiria que fossem coletados dados sobre o uso do tempo “avaliado”, isto é, acrescentar nas enquetes permanentes sobre a utilização do tempo perguntas sobre a experiência emocional durante episódios específicos. Têm-se em vista medidas neste sentido em certos países da OCDE (por exemplo, nos Estados Unidos) e poderiam ser generalizadas a outros (por exemplo, no âmbito da próxima coleta de dados sobre a utilização do tempo para os países europeus).

4.3.4 Agregação pelo método de equivalência

Ainda que existam diversos modos de cálculo dos índices ligados ao método de equivalência, um deles, que pode ser facilmente aplicado, se fundamenta na noção de rendimento equivalente, a saber, o rendimento que, para cada pessoa, não faz diferença entre sua situação atual e uma situação que seria fundamentada em seu rendimento atual e certos níveis de referência para as dimensões não monetárias da qualidade de vida.⁹¹

As principais qualidades deste método são as seguintes:

- Primeiramente, ele evita em parte os problemas da “esteira rolante hedonista” e de “esteira rolante das aspirações”, a saber, o risco de subestimar as desvantagens dos indivíduos desfavorecidos que se adaptam à sua situação e têm avaliações elevadas sobre sua vida e suas experiências gratificantes. Considerando que este método só se baseia em classificações ordinais de situações definidas por preferências individuais, não leva em consideração o fato de que as pessoas estão em

⁸⁹ Outra abordagem da agregação baseada nas experiências gratificantes dos indivíduos consistiria em mensurar a parte do tempo passada em que o sentimento dominante é positivo. Esta abordagem focalizaria, todavia, a atenção sobre os membros mais felizes da sociedade.

⁹⁰ Blanchflower (2008) argumenta, todavia, que a estrutura das equações do índice U é amplamente similar àquelas que se baseiam em avaliações da vida.

⁹¹ Para ilustrar, imaginemos que Jones, recebendo um rendimento de 20 000 euros, mas tendo mobilidade reduzida, se consideraria também favorecido com uma boa saúde e um rendimento de 15 000 euros. Tomando a boa saúde como referência para a saúde, 15 000 euros é seu rendimento equivalente. Por consequência, Jones é considerado como menos favorecido que Smith, o qual goza de boa saúde e tem um rendimento de 17 000 euros.

Principais mensagens e recomendações

melhor situação quando elas obtêm uma alta satisfação baixando suas aspirações.⁹² Eles só são declarados favorecidos quando obtêm o que querem.

- Em segundo lugar, ele corresponde à ideia segundo a qual, se dois indivíduos têm as mesmas preferências na vida e estão de acordo sobre aquele dos dois que está em melhor situação, o método chegará à mesma classificação.⁹³ A ideia de respeitar as preferências individuais se limita, geralmente, na economia do bem-estar, ao respeito das preferências de um indivíduo na vida, mas parece sensato respeitar também as comparações interpessoais quando elas se baseiam em preferências comuns.

Todavia, esta abordagem tem também lacunas:

- Primeiramente, ela exige que as pessoas tenham preferências bem definidas quanto aos diversos aspectos da vida. Na prática, esta condição nem sempre se aplica, considerando que incoerência e instabilidade pesam nas escolhas dos indivíduos na realidade. Portanto, esta abordagem exige que as pessoas cultivem certos valores constantes em um nível mais profundo, ainda que estes últimos possam ser difíceis de observar.
- Em segundo lugar, a seleção de valores de referência para as dimensões não monetárias da qualidade de vida abre numerosas possibilidades e implica escolhas éticas difíceis. Como esta seleção pode nem sempre ser consensual (mesmo que ela possa sê-lo para dimensões tais como a saúde), é uma área onde é possível deixar uma parte da apreciação ao usuário.

Convém notar que o rendimento equivalente não deveria ser interpretado como atribuindo valor especial ao dinheiro em relação a outros aspectos da vida. As ponderações atribuídas aos aspectos não monetários da qualidade de vida refletem preferências individuais. Por exemplo, se as pessoas atribuem uma grande importância à saúde em sua vida, está última se verá atribuir uma forte ponderação no cálculo de seu próprio rendimento equivalente. Em outros termos, a integração de aspectos não monetários da qualidade de vida nesta mensuração não requer unidade de medida não monetária.

⁹² Este método não corrige, entretanto, a avaliação quando o *sentido* das preferências individuais é influenciado pela adaptação (por exemplo, quando os indivíduos vêm a apreciar alimentos baratos, mas nocivos). A retificação deste problema exigiria uma forma de definição paternalista do que é bom para as pessoas.

⁹³ Para ilustrar, supondo que Jones e Smith, mencionados anteriormente, tenham preferências idênticas e concordem, portanto, que Jones é menos favorecido, pois consideram que sua mobilidade reduzida vale mais que seus 3 mil euros de rendimentos suplementares. Neste caso, Jones é considerado como menos favorecido, porque seu rendimento equivalente é inferior.

- Abraham, K., and C. Mackie, eds. (2005), *Beyond The Market: Designing Nonmarket Accounts for the United States*, National Academies Press, Washington DC.
- Agarwal, B. (1994), *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Agarwal, B. and P. Panda (2007), "Toward Freedom from Domestic Violence", *Journal of Human Development*, 8(3).
- Alkire, S. (2008), "The Capability Approach to the Quality of Life", background report prepared for the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.
- Alkire, S. (2008), "The Capability Approach as a Development Paradigm?", mimeo.
- Alkire, S. (2002), *Valuing Freedoms: Sen's Capability Approach and Poverty Reduction*, Oxford University Press, Oxford.
- Alonso, J. et al. (2004), "Prevalence of mental disorders in Europe: Results from the European Study of the Epidemiology of Mental Disorders (ESEMED) project", *Acta Psychiatrica Scandinavica*, Volume 109, Supplement 420.
- Anand, S. and K. Hanson (1997), "Disability adjusted life years: a critical review", *Journal of Health Economics*, 16(6).
- Arendt, J.N. (2005), "Does education cause better health? A panel data analysis using school reforms for identification", *Economics of Education Review*, 24.
- Arrow, K.J. (1951), *Social Choice and Individual Values*, New York: Wiley.
- Banks, J., M. Marmot, Z. Oldfield, and J. Smith (2006), "Disease and disadvantage in the United States and England", *JAMA*, 295.
- Becker, G., T. Philipson and R. Soares (2005), "The quantity and quality of life and the evolution of world inequality", *American Economic Review*, 95.
- Berkman, L. F. and T. Glass T. (2000), "Social integration, social networks, social support, and health", in Berkman and I. Kawachi (eds.), *Social Epidemiology*, Oxford University Press, Oxford.
- Boadway, R. and N. Bruce (1984), *Welfare Economics*, Basil Blackwell, Oxford.

Bibliografia

Broome, J. (2002), “Measuring the burden of disease by aggregating well-being”, in C. J. L. Murray, J. A. Salomon, C. D. Mathers, and A. D. Lopez (eds.), *Summary measures of population health*, World Health Organization, Geneva.

Browne, A., A. Salomon and S. Bussuk (1999), “The Impact of Recent Partner Violence on Poor Women’s Capacity to Maintain Work”, *Violence Against Women*, 5 (4).

Browning, M., P.A. Chiappori and A. Lewbel (2006), “Estimating consumption economies of scale, adult equivalence scales, and household bargaining power”, Boston College Working Paper No. 588, Boston.

Burchardt, T. (2005), “One man’s rags are another man’s riches: Identifying adaptive preferences using panel data”, *Social Indicators Research*, 74.

Carleton University, Country Indicators for Foreign Policy, http://www.carleton.ca/cifp/gdp_indicator_descriptions.htm

Carrillo, R. (1992), *Battered Dreams: Violence against Women as an Obstacle to Development*, United Nations Fund for Women, New York.

Case, A. C. and C. H. Paxson (2005), “Sex Differences in Morbidity and Mortality”, *Demography*, 42(2).

CERC (2005), *La sécurité de l’emploi face aux défis des transformations économiques*, (*A segurança do emprego diante dos desafios das transformações econômicas*), Conseil de l’emploi, des revenus et de la cohésion sociale (Conselho do emprego, dos rendimentos e da coesão social) Rapport No. 5 (Relatório nº 5), La Documentation Française, Paris.

CERC (2006), *La France en transition, 1993-2005* (*A França em transição, 1993-2005*), Conseil de l’emploi, des revenus et de la cohésion sociale (Conselho do emprego, dos rendimentos e da coesão social) Rapport No. 7 (Relatório nº 7), La Documentation Française, Paris.

Clark, A.E., P. Frijters and M. Shields (2007), “Relative income, happiness and utility: an explanation for the Easterlin paradox and other puzzles”, *Journal of Economic Literature*, vol. 46, no. 1, March.

Clark, A.E. and A.J. Oswald (1994), “Unhappiness and unemployment”, *Economic Journal*, 104.

- Cohen, S., C. M. Alper, W. J. Doyle, *et al.* (2006), “Positive emotional style predicts resistance to illness after experimental exposure to rhinovirus or influenza A virus”, *Psychosomatic Medicine* 68 (6).
- Cutler, D., A. Lleras-Muney and T. Vogl, T. (2008), “Socioeconomic status and health: Dimensions and mechanisms”, *National Bureau of Economic Research*, WP 14333, Boston.
- Dannenberg, A.L. D.M. Carter, H.W. Lawson, D.M. Ashton, S.F. Dorfman and E.H. Graham (1995). “Homicide and Other Injuries as Causes of Maternal Death in New York City, 1987 through 1991”. *American Journal of Obstetrics and Gynecology*, 172.
- Deaton, A. (2008), “Income, Health and Well-Being around the World: Evidence from the Gallup World Poll.” *Journal of Economic Perspectives* 22 (2): 53–72.
- Deaton, A. (2006), “Global Patterns of Income and Health: Facts, Interpretations, and Policies”, WIDER Annual Lecture 10, United Nations University, World Institute for Development Economics Research, Helsinki.
- Deaton, A., J. Fortson and R. Tortora (2008), “Life (evaluation), death and HIV/AIDS in Africa”, Research Program in Development Studies, Princeton.
- Deaton, A. and J. Muellbauer (1980), *Economics and consumer behaviour*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Dee, T.S. (2004), “Are there civic returns to education?”, *Journal of Public Economics*, No. 88.
- De Walque, D. (2007), “Does education affect smoking behaviors? Evidence using the Vietnam draft as an instrument for college education”, *Journal of Health Economics*, no. 26.
- De Witte, H. and K. Näsval, (2003) “‘Objective’ vs. ‘Subjective’ job insecurity: consequences of temporary work for job satisfaction and organizational commitment in four European countries”. *Economic and Industrial Democracy*, 24.
- van Doorslaer, E., C. Masseria and the OECD Health Equity Research Group Members (2004), “Income-related inequality in the use of medical care in 21 OECD countries”, OECD Health Working Papers No. 14, OECD, Paris.

Bibliografia

DeNavas-Walt, C., B. D. Proctor and J. Smith (2007), “Income, Poverty, and Health Insurance Coverage in the United States: 2006”, U.S. Census Bureau, August.

Diamond, P. A. and J. A. Hausman (1994), “Contingent valuation: IS some number better than no number?”, *Journal of Economic Perspectives*, 8.

Di Tella, R., R.J. MacCulloch, and A.J. Oswald (2003), “The macroeconomics of happiness”, *Review of Economics and Statistics*, 85(4).

Diener, E. (1984), “Subjective Well-Being”, *Psychological Bulletin*, 93: 542-575.

Dolan, P and D. Kahneman (2008), “Interpretations of utility and their implications for the valuation of health”, *Economic Journal*, 118 (525)

Dowrick, S., Y. Dunlop, J. Quiggin (2003), “Social indicators and comparisons of living standards”, *Journal of Development Economics* 70.

Dreze, J. and A.K. Sen (2002), *India. Development and Participation*, Oxford University Press, Oxford.

Edleson, J.L. (1999), “Children’s Witnessing of Adult Domestic Violence”, *Journal of Interpersonal Violence*, 14 (8).

Edwards, R D. and S. Tuljapurkar (2005), “Inequality in Life Spans and a New Perspective on Mortality Convergence across Industrialised Countries”, *Population and Development Review*, Vol. 34, No. 4, December.

EU (2001), *White Paper on Noise*, ECC, Brussels.

Families USA (2004), “Health issues 2004”, available at <http://www.familiesusa.org/health-issues-2004>.

Fleurbaey, M. (2008a), “Individual well-being and social welfare: Notes on the theory”, background report prepared for the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.

Fleurbaey M. (2008b), “Ethics and Economics”, in S. N. Durlauf and L. E. Blume (eds.), *New Palgrave Dictionary of Economics*, Second Edition, Palgrave Macmillan.

Fleurbaey, M. and G. Gaullier (2007), “International Comparisons of Living Standards by Equivalent Incomes”, Centre d’Etudes Perspectives et d’Informations Internationales, Working Paper No. 03, Paris.

- Fleurbaey, M., S. Luchini, C. Muller and E. Schokkaert (2009a), “Equivalent income and economic evaluation of health care”, mimeo.
- Fleurbaey, M., E. Schokkaert and K. Decancq (2009b), “What good is happiness?”, CORE Discussion Paper 2009/17, Université catholique de Louvain, Belgium.
- Fowler, J. H. and N. A. Christakis (2008), “Dynamic spread of happiness in a large social network: longitudinal analysis over 20 years in the Framingham Heart Study”, *British Medical Journal*, vol. 337, December.
- Frank, R. H. (2008), “Should public policy respond to positional externalities?”, *Journal of Public Economics*, No. 92.
- Frey, B. S. and A. Stutzer (2002a), *Happiness and economics*, Princeton University Press, Princeton and Oxford.
- Frey, B.S. and A. Stutzer (2002b), “What can economists learn from happiness research?”, *Journal of Economic Literature*, 40(2), June.
- Fuchs, V. R. and P. Farrell (1982), “Schooling and Health: The Cigarette Connection”, *Journal of Health Economics*, 1(3), December.
- Gilbert, D. (2005), *Stumbling on Happiness*, Vintage Books, New York.
- Gimenez, Nadal J. I and A. Sevilla Sanz (2007), “A Note on Leisure Inequality in the US: 1965-2003”, Economics Series Working Papers No. 374, Department of Economics, University of Oxford, Oxford.
- Grimard, F. and D. Parent (2007), “Education and smoking: were Vietnam war draft avoiders also more likely to avoid smoking?”, *Journal of Health Economics*, 26.
- Grossman, M. (2008), “Education and non-market outcomes”, in E. Hanushek and F. Welch (eds), *Handbook of the Economics of Education*, North-Holland, Amsterdam.
- Groot, W., H. Maasen and H. van den Brink (2007), “The health effects of education”, *Economics of Education Review*, 26.
- Harper, M. and L. Parsons (1997), “Maternal Deaths due to Homicide and Other Injuries in North Carolina: 1992-1994”, *Obstetrics and Gynecology*, 90 (6).
- Helliwell, J. F. (2008), “Life Satisfaction and Quality of Development”, working paper 14507, National Bureau of Economic Research, Cambridge.

Bibliografia

Helliwell, J.F. (2005), “Well-Being, Social Capital and Public Policy: What’s New?” NBER Working Paper No. 11807, (2005), National Bureau of Economic Research, Cambridge, United States.

Helliwell, J. F. (2001), “Social Capital, the Economy and Wellbeing”, in *The Review of Economic Performance: The Longest Decade: Canada in the 1990s*, Vol. 1, Centre for the Study of Living Standards, Ottawa, Canada.

Helliwell, J. F. and Huang, H. (2005), “How’s the job? Well-being and social capital in the workplace”, paper presented at the Annual Meeting of the Canadian Economics Association, McMaster University, May.

Helliwell, J. F. and R. D. Putnam (2004), “The social context of well-being”, *Philosophical Transactions of the Royal Society of London: Biological Sciences*, London.

Hetzel, A. M. (1997), *History and Organization of the Vital Statistics System*, National Center for Health Statistics, US Department for Health and Human Services, Hyattsville, Maryland.

Himmelstein, D. U., E. Warren, D. Thorne and S. Woolhandler (2005), “Illness and Injury as Contributors to Bankruptcy”, *Health Affairs*, February.

Hodiamont, P.P.G., Rijnders, C.A.T., Mulder, J. and Furer, J.W. (2005). “Psychiatric disorders in a Dutch Health Area: a repeated cross-sectional survey.” *Journal of Affective Disorders*, vol. 84.

Janicki-Deverts, D, S. Cohen, W. J. Doyle *et al.* (2007), “Infection-induced proinflammatory cytokines are associated with decreases in positive affect, but not increases in negative affect”, *Brain Behavior and Immunity*, 21 (3).

Kahneman, D., I. Ritov and D. Schkade (1999), “Economic preferences or attitude expressions? An analysis of dollar responses to public issues”, *Journal of Risk and Uncertainty*, 19.

Kahneman, D. and A. Krueger (2006), “Developments in the Measurement of Subjective Well-Being”, *Journal of Economic Perspectives*, 20 (1): 3-24.

Kahneman, D., E. Diener, E. and N. Schwarz. eds. (1999), *Well-being: The foundations of hedonic psychology*, Russell Sage Foundation, New York.

Kaufmann, D., A. Kraay and M. Mastruzzi (2008), “Governance Matters VII:

- Aggregate and Individual Governance Indicators, 1996-2007”, Policy research working paper no. 4654, World Bank Institute, Washington DC.
- Kenkel, D., D. Lillard and A. Mathios (2006), “The roles of high school completion and GED receipt in smoking and obesity”, *Journal of Labour Economics*, 24.
- Kessler, R.C. *et al.* (2007), “Lifetime prevalence and age-of-onset distributions of mental disorders in the World Health Organisation World Mental Health Survey Initiative”, *World Psychiatry*, vol. 6, October.
- King, M (1983), “Welfare analysis of tax reforms using household data”, *Journal of Public Economics*, 21.
- Krueger, A.B., D. Kahneman, D. Schkade, N. Schwarz and A. Stone (2008), “National Time Accounting: The Currency of Life”, NBER, forthcoming in A. B. Krueger (ed.), *Measuring the Subjective Well-being of Nations: National Accounts of Time Use and Well-Being*, University of Chicago Press, Chicago.
- Krueger, A.B. and D. Schkade (2008), “The Reliability of Subjective Well-Being Measures”, *Journal of Public Economics* 92(808): 1833-45.
- Krueger, A.B. and A. Mueller (2008), “The Lot of the Unemployed: A Time Use Perspective”, paper prepared for the LoWER conference “Institutions, market and European Unemployment Revisited”, Oxford.
- Krueger, A. B. (1999), “Measuring Labor’s Share”, *American Economic Review*, 89(2), pp. 45-51.
- Lafortune, G., Gaëlle Balestat, and the Disability Study Expert Group Members (2007), “Trends in severe disability among elderly people: Assessing the evidence in 12 OECD countries and the future implications”, OECD Health Working Papers No. 26, OECD, Paris.
- Layard, R., G. Mayraz and S. Nickell (2008), “Does Relative Income Matter? Are the Critics Right?”, paper prepared for the conference on well-being at Princeton University, October.
- Lim, Chaeyoon and Robert D. Putnam, “Praying Alone is No Fun: Religion, Social Networks, and Subjective Well-being” (unpub. ms, 2009).
- Lloyd, S. and N. Taluc (1999), “The Effects of Male Violence on Female Employment” *Violence Against Women*, 5.

Bibliografia

Lundborg, P. and H. Andersson (2008), “Gender, risk perceptions and smoking behaviour”, *Journal of Health Economics*, 27.

Luttmer, E. (2005), “Neighbors as negatives; relative earnings and well-being”, *Quarterly Journal of Economics*, August, 120(3).

Mackenbach, J. P. (2006), “Health Inequalities: Europe in Profile”, UK Presidency of the EU, February.

Maman, S., J. Campbell, M.D.Sweat and A.C.Gielen (2000), “The Intersection of HIV and Violence: Directions for Future Research and Interventions”, *Social Science and Medicine*, 50.

Maniquet, F. (2007), “Social orderings and the evaluation of public policy”, *Revue d’Economie Politique*, 117.

McCloskey, L.A. *et al.* (1995), “The Effects of Systematic Family Violence on Children’s Mental Health”, *Child Development*, 66.

Menahem, G. (2007), « Prestações sociais, sécurité économique et croissance en Europe » (Prestações sociais, segurança econômica e crescimento na Europa), *Revue de l’OFCE*, Centre de Recherche en Economie de Science Po, Paris.

Milligan, K., E. Moretti and P. Oreopoulos (2004), “Does education improve citizenship? Evidence from the United States and the United Kingdom”, *Journal of Public Economics*, 88.

Moulin, H. and W. Thomson (1997), “Axiomatic analysis of resource allocation problems”, in K.J. Arrow, A.K. Sen, K. Suzumura (eds.), *Social Choice Re-examined*, vol. 1, International Economic Association, New York: St Martin’s Press and London: Macmillan.

Muellbauer, J. (1974a), “Inequality measures, prices and household composition”, *Review of Economic Studies*, 41.

Muellbauer, J. (1974b), “Household composition, Engel curves and welfare comparisons between households”, *European Economic Review*, 5.

Murphy, J.M., N. Laird, R. Monson, A. Sobol and A. Leighton (2000), “A 40-year perspective on the prevalence of depression - The Stirling County study”, *Archives of General Psychiatry*, Volume 57, Issue 3.

- Murphy, K.M. and R.H. Topel (2006), “The value of health and longevity”, *Journal of Political Economy*, 114.
- Nussbaum, M.C. (2001), “Adaptive preferences and women’s options”, *Economics and Philosophy*, 17.
- Nussbaum, M.C. (2000), *Women and Human Development: The Capabilities Approach*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Nussbaum, M.C. (2006), “Capabilities as Fundamental Entitlements: Sen and Social Justice”, in B. Agarwal, J. Humphries and I. Robeyns (eds.), *Capabilities, Freedom and Equality: Amartya Sen’s Work from a Gender Perspective*, Oxford University Press, Delhi.
- Nussbaum, M.C. (2007), “Foreword: Constitutions and Capabilities: ‘Perception’ against Lofty Formalism”, *Harvard Law Review* Vol. 121: 4.
- OECD (2009), *Society at a Glance*, forthcoming, OECD, Paris.
- OECD (2008a), *Measuring Human Rights and Democratic Governance – Experiences and Lessons from Metagora*, OECD, Paris.
- OECD (2008b), *Environmental Outlook*, OECD, Paris.
- OECD (2007), *Understanding the Social Outcomes of Learning*, Centre for Educational Research and Innovation, OECD, Paris.
- OECD (2006a), *Society at a Glance*, OECD, Paris.
- OECD (2006b), *Water, the Experience of OECD Countries*, OECD, Paris.
- Okun, M. A. (1975), *Equality and Efficiency – The Big Tradeoff*, The Brookings Institution, Washington D.C.
- Office for National Statistics (2006), *Trends in life expectancy by social class*, National Statistics website <http://nswebcopy/StatBase/Product.asp?vlnk=8460&Pos=1&ColRank=1&Rank=272>
- Oreopoulos, P., (2007), “Do dropouts drop out too soon? Wealth, health and happiness from compulsory schooling”, *Journal of Public Economics*, vol. 91(11-12), December.
- Osberg, L. (1998), “Economic insecurity”, SPRC Discussion Paper No. 88, Social Policy Research Centre, University of New South Wales, Australia.

Bibliografia

Osberg, L. and A. Sharpe (2002), “An Index of Economic Well-Being for Selected OECD Countries”, *The Review of Income and Wealth*, Series 48, Number 3.

Oswald, A. J. (1997), “Happiness and economic performance”, *Economic Journal*, 107. Oswald, A.J. and Powdthavee, N. (2008). “Death, happiness and the calculation of compensatory damages”, *Journal of Legal Studies*, December.

Oswald, A.J. and Powdthavee, N. (2007). “Obesity, unhappiness and the challenge of affluence: Theory and evidence”. *Economic Journal*, 117.

Owen, A.L, J. Videras, C. Willemsen (2008), “Democracy, Participation and Life Satisfaction”, *Social Science Quarterly*, 89(4).

Population Reports (1999), “Ending Violence Against Women”, *Issues in World Health*, 27(4).

Powdthavee, N (2008), “Putting a Price Tag on Friends, Relatives, and Neighbours: Using Surveys of Life Satisfaction to Value Social Relationships”, *Journal of Socio-Economics*, volume 37, issue 4.

Putnam, R. D. (2000), *Bowling Alone*, Simon & Schuster.

Putnam, R. D. (1993), *Making Democracy Work – Civic traditions in Modern Italy*, Princeton University Press, Princeton.

Ravallion, M. (1997), “Good and bad growth: the human development reports”, *World Development*, 25(5).

Rawls, J. (1982), “Social unity and primary goods”, in A. Sen, B. Williams (eds.), *Utilitarianism and Beyond*, Cambridge University Press, Cambridge.

Rychen, D.S. and L.H. Salganik (2003), *Key Competencies: For a Successful Life and a Well- Functioning Society*, Hogefe and Huber, Cambridge, MA.

Riley, J. C. (1997), *Sick, Not Dead: The Health of British Workingmen during the Mortality Decline*, Johns Hopkins University Press, Baltimore.

Ringer, S. (2007), “How Good are the Good Democracies?”, in S. Ringer, *What Democracy is for?*, Princeton University Press, Princeton and Oxford.

Sacker, A. and Wiggins, R.D. (2002). “Age-period-cohort effects on inequalities in psychological distress”. *Psychological Medicine*, vol. 32.

Sampson, R. J. (2003), "Networks and Neighbourhoods – The Implications of Connectivity for Thinking about Crime in the Modern City", in edited by McCarthy H., P. Miller, and P.

Skidmore (eds.), *Network Logic: Who Governs in an Interconnected World?*, Demos, London.

SDSA (2008), *State of Democracy in South Asia: A Report*, Oxford University Press, New Delhi.

Sen, A. (1999), *Development as Freedom*, Oxford University Press, Delhi. Sen, A. (1992), *Inequality Re-examined*, Clarendon Press, Oxford.

Sen, A. (1987a), *The Standard of Living*, Cambridge University Press, Cambridge.

Sen, A. (1987b), *Commodities and Capabilities*, Oxford University Press, Oxford.

Siedler, T. (2007), "Schooling and citizenship: evidence from compulsory schooling reforms", University of Essex, ISER Working Paper 2007-2.

Spasojevic, J. (2003), "Effect of education on adult health in Sweden: Result from a natural experiment", PhD dissertation, City University of New York, New York.

Smith, J. (2003), "Guide to the Construction and Methodology of the Index of Economic Well-being", mimeo, Centre for the Study of Living Standards, Ottawa, Ontario, Canada. Sunstein, C. R. (1991), "Preferences and Politics", *Philosophy and Public Affairs*, 20(1).

Stevenson, B. and J. Wolfers (2008), "Economic Growth and Subjective Well-Being: Reassessing the Easterlin Paradox", *Brookings Papers on Economic Activity*, Spring.

Stone, A. A., A. B. Krueger, A. Steptoe and J. Harter (2008), "Exploring the Socio-Economic Gradient in Daily Colds and Flu, Headaches, and Pain", mimeo.

Thorn, W. (2009), "International Adult Literacy and Basic Skills Surveys in the OECD Area", OECD, Education Working Paper No. 22, OECD, Paris.

Touya, D. M. (2006), "Can we teach civic attitudes?", *Estudios Sobre la Economía Española*, mimeo.

UNDP (2009), "A Brief Update on the Human Development Index", background report prepared for the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress, Paris.

Bibliografia

- UNDP (2007), *Governance Indicators: A Users' Guide*, second edition, United Nations Development Program, New York.
- UNDP (2006), *Human Development Report, Beyond Scarcity: Power Poverty and the Global Water Crisis*, United Nations, Development Programme, New York.
- Van Dijk, J., J. Van Kesteren and P. Smit Paul (2008), *Criminal Victimization in International Perspective - Key Findings from the 2004-2005 International Crime Victims Survey and European Survey on Crime and Safety*, WODC Publication no. 257, January.
- Verhaak, P.F.M., Hoeymans, N. and Westert, G.P. (2005). "Mental health in the Dutch population and in general practice: 1987-2001", *British Journal of General Practice*, vol. 55.
- Wauterickx, N. and P. Bracke (2005), "Unipolar depression in the Belgian population - Trends and sex differences in an eight-wave sample", *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, Volume 40, Issue 9.
- Weissman, M.M. *et al.* (1992), "The Changing Rate of Major Depression - Cross-national Comparisons", *Journal of the American Medical Association*, volume 268, Issue 21.
- WHO (2008), *The Global Burden of Disease: 2004 update*, World Health Organization, Geneva.
- WHO (2000), *Women's Mental Health: An Evidence-Based Review*, World Health Organization, Geneva.
- WHO (2002), *World Report on Violence and Health*, World Health Organization, Geneva. Winkelmann, L., and R. Winkelmann (1998), "Why are the unemployed so unhappy? Evidence from panel data", *Economica*, 65.
- Wolfers, J. (2003), "Is business cycle volatility costly? Evidence from surveys of subjective wellbeing", *International Finance*, 6(1).
- Wolfson, M C. (1999), "Measuring health – visions and practicalities", *Statistical Journal of the United Nations*, ECE, IOS Press.
- Young, I. M. (1993), "Justice and Communicative Democracy", in Gottlieb, R. (ed.), *Radical Philosophy: Tradition, Counter-Tradition, Politics*, Temple University Press, Philadel.

Anexo 2.1 Algumas fontes principais dos indicadores sobre a expressão política e a governança democrática

Fonte	Natureza dos indicadores	Países abrangidos	Período	Base dos dados	Viés potencial
Freedom House	Enquete anual sobre as liberdades	192	1955- permanente	Com base nas respostas de « peritos » em uma série de perguntas. Os indicadores se classificam em 6 rubricas: - Expressão política (processo eleitoral, pluralismo, participação); - Funcionamento da administração (ausência de corrupção, transparência); - Independência das mídias; - Liberdades de manifestação e de debate público da sociedade civil; - Estado de direito (membros do aparelho judiciário selecionados com toda independência; proteção diante do terrorismo político, igualdade de tratamento para todos); - Autonomia pessoal (direito ao emprego, educação, paridade dos sexos, etc.)	Viés, na medida em que os peritos poderiam ser parciais ou representar uma visão parcial. Os cidadãos não são inquiridos.
World Bank Institute	Assuntos de governança VII	213	1996-2007	Reúne 276 variáveis sobre as percepções da governança, provenientes de 31 fontes de dados, elaborados por 25 entidades. Fornece indicadores que entram em 6 rubricas: expressão e responsabilidade, estabilidade política e ausência de violência, eficiência da administração, qualidade da regulamentação, estado de direito, combate à corrupção (ver, igualmente Anexo 1)	A qualidade dos dados só pode ser aquela do órgão que os forneceu: por exemplo, as informações da Freedom House, mencionada acima, apresentariam o viés mencionado. O WBI reconhece que a margem de erro na avaliação pode ser alta.
George Mason University & University of Maryland Carleton University	Sociedade e governo IV Relatórios países Resumos de todos os indicadores supracitados	161 192	1800-2004 Atualização anual	Baseado na avaliação da literatura por universitários. Compilação dos indicadores da participação política, da responsabilidade, dos direitos humanos, da estabilidade e da violência política, do estado de direito (ver, também, o Anexo 2)	
Repórteres sem Fronteiras	Índice da liberdade de imprensa	168	2002, atualização anual	Enquete através de questionário, em cada país	Presume que as mídias de Estado restringem as liberdades.
Centro Dinamarquês para os Direitos Humanos	Indicadores dos direitos humanos	150+	2006 – ano de início não definido	Dados das Nações Unidas, Anistia Internacional	Poderia subestimar as violações de Estado aos direitos humanos
União Interparlamentar das Nações Unidas	Mulheres nos parlamentos	189	1997, atualizações	Faz a compilação das informações provenientes dos parlamentos nacionais	
University of Michigan	Enquete sobre os valores no mundo	65	1981; 2001-06	Enquete através de questionário, indivíduos da amostragem.	Modificações dos questionários no decorrer do tempo, o que influi nas comparações.

Anexos

Supondo que as pessoas tenham preferências coerentes e estáveis, estas últimas podem provir de três fontes: as escolhas observadas⁹⁴; as enquetes sobre as preferências declaradas (por exemplo, as enquetes de avaliação contingente⁹⁵ ou as experiências das escolhas discretas) e as enquetes de satisfação (se é possível filtrar o fenômeno de adaptação). Estas técnicas são correntes em economia e, em certos casos, têm sido aplicadas para calcular rendimentos equivalentes⁹⁶. Se não confiarmos nas preferências imediatas dos indivíduos e buscarmos descobrir suas preferências mais profundas, uma metodologia mais sofisticada pode se mostrar necessária e ainda não foi elaborada.

Apesar dessas dificuldades, as aplicações experimentais desta abordagem pelo rendimento equivalente proporcionam, a propósito das características dos mais desfavorecidos da sociedade, esclarecimentos diferentes daqueles que se fundamentam em outras abordagens. O Gráfico 2.9 apresenta as características médias dos indivíduos classificados como “mais favorecidos” (isto é, no quintil inferior da distribuição) com base em três mensurações de sua qualidade de vida: despesa do lar por unidade de consumo, avaliações da vida autodeclaradas e estimativa de seu rendimento equivalente, em que as ponderações atribuídas às diversas dimensões não monetárias são estimadas a partir de uma equação que se refere à satisfação dos indivíduos em relação à sua vida, em uma amostra de pessoas inquiridas de nacionalidade russa. Aqueles que se situam no quintil inferior da distribuição do rendimento equivalente relatam despesas, saúde e qualidade de moradia menores e mais forte incidência de desemprego, comparados com aqueles que se situam no quintil inferior da satisfação com a vida. Em outros termos, em relação às abordagens que se fundamentam nas despesas monetárias ou nas avaliações da vida, a abordagem

⁹⁴ As preferências declaradas só são proveitosas para aspectos da vida que podem ser arbitrados pelos indivíduos e não podem ser utilizadas para estimar preferências sobre aspectos impostos pelas circunstâncias.

⁹⁵ As enquetes de avaliação contingentes foram criticadas por sua falta de confiabilidade quanto se pergunta aos indivíduos em que medida eles estariam prontos para contribuir com aspectos mais ou menos distantes do meio ambiente (ver, em particular, Kahneman *et al.*, 1999; e Diamond e Hausman, 1994). No que diz respeito ao rendimento equivalente, as perguntas versariam diretamente sobre a própria situação deles, o que poderia atenuar parcialmente alguns desses problemas. Fleurbaey *et al.* (2009a) perguntaram às pessoas inquiridas que sacrifícios elas teriam aceitado fazer em seu consumo no decorrer dos últimos 12 meses se esses últimos lhes tivessem evitado os problemas de saúde de que sofreram durante o mesmo período, e seus resultados indicam que esta disposição para pagar aumenta com o rendimento e com a gravidade dos problemas de saúde. Mas existem também vieses sistemáticos importantes quando se pede às pessoas para avaliarem sua saúde, como mostraram Dolan e Kahneman, 2008.

⁹⁶ Muellbauer (1974a,b) e King (1983) calcularam métricas monetárias da utilidade em banco de dados referente à demanda dos lares. Browning *et al.* (2006) utilizam dados comparáveis para calcular rendimentos individuais equivalentes que corrigem a composição dos lares (eles estimam o rendimento que seria suficiente para que um indivíduo atingisse seu ponto de indiferença atual com base em seu consumo se ele fosse solteiro). Fleurbaey *et al.* (2009b) se baseiam em uma enquete de satisfação para calcular os rendimentos equivalentes na Rússia procedendo a correções para diversos aspectos da qualidade de vida, tais como a saúde, a moradia, o desemprego e os salários atrasados. Fleurbaey e Gaullier (2007) apresentam estimativas agregadas de rendimentos equivalentes (considerando horas trabalhadas, longevidade, desemprego, composição do lar) e mostram que a classificação dos países da OCDE difere sensivelmente daquela que se baseia no PIB por habitante.

pelo rendimento equivalente parece identificar uma subpopulação que acumula as vantagens em um número de dimensões bem maior de sua vida (Fleurbay *et al.*, 2009).

4.3.5 Resumo

Pode-se considerar que estas diferentes abordagens da agregação entre áreas da qualidade de vida oferecem respostas a diversas perguntas. Apesar dessas diferenças, as pesquisas sobre esses diversos métodos parecem ter progredido suficientemente para torná-los dignos de serem avaliados pelos órgãos estatísticos governamentais. A elaboração de dados mais sistemáticos sobre os diversos aspectos da qualidade de vida pode possibilitar melhorar a formulação das políticas e fornecer uma descrição mais exaustiva do progresso das sociedades.

5 – Principais mensagens e recomendações

A argumentação do presente relatório pode se resumir aos pontos seguintes:

- A qualidade de vida é influenciada por um amplo leque de fatores que fazem com que a vida valha a pena ser vivida, inclusive aqueles que não são trocados nos mercados e que não podem ser contabilizados monetariamente. Certas ampliações da contabilidade econômica buscam introduzir elementos de qualidade de vida em medidas monetárias convencionais do bem-estar econômico, mas esta abordagem tem limitações. Os indicadores não monetários têm um papel importante a desempenhar na mensuração do progresso social, e certas evoluções recentes na área da pesquisa têm levado à elaboração de novas mensurações confiáveis referentes a certos aspectos pelo menos da qualidade de vida. Estas mensurações, que não são substituídas pelos indicadores econômicos tradicionais, dão a oportunidade de enriquecer o debate público e de trazer a cada um informações sobre a situação da comunidade na qual vive; elas podem, hoje, passar da pesquisa para a prática estatística padrão.
- Pesquisas recentes mostraram que era possível coletar dados significativos e confiáveis sobre o bem-estar subjetivo. Este último engloba três aspectos diferentes: avaliações cognitivas da vida do indivíduo, emoções positivas (alegria, orgulho), e negativas (sofrimento, inquietação, raiva). Se estes diferentes aspectos do bem-estar subjetivo têm diversos determinantes, em todos os casos, esses determinantes vão bem além dos rendimentos e da situação material dos indivíduos. Por exemplo, todas estas mensurações destacam que o desemprego tem efeitos adversos importantes sobre o bem-estar subjetivo dos indivíduos

Anexos

e dos países. Todos estes aspectos do bem-estar subjetivo deveriam ser objeto de mensurações distintas a fim de se obter uma mensuração mais exaustiva da qualidade de vida dos indivíduos e permitir uma melhor compreensão de seus determinantes (inclusive da situação objetiva dos indivíduos). Os órgãos estatísticos nacionais deveriam integrar perguntas sobre o bem-estar subjetivo a suas enquetes-tipo a fim de colher as avaliações dos indivíduos sobre sua vida, suas experiências gratificantes e suas prioridades.

- A qualidade de vida depende também da situação objetiva e das oportunidades de cada um. Certos analistas consideram que estas capacidades influem mais do que unicamente por seus efeitos sobre os estados subjetivos dos indivíduos e deveriam de preferência ser consideradas como condições essenciais da autonomia dos indivíduos. A organização das sociedades conta na vida das pessoas, como se pode ver nas mensurações referentes à saúde e à educação dos indivíduos, seu trabalho diário e suas atividades de lazer, os meios de expressão política dos cidadãos e a reatividade das instituições, os vínculos sociais e o quadro ambiental dos indivíduos, assim como a insegurança física e econômica que influem sobre suas vidas. O desafio nessas áreas é melhorar o que já foi realizado, conceber normas estatísticas reconhecidas em diversas áreas e investir nas capacidades estatísticas em setores onde os indicadores disponíveis permanecem deficientes (a insegurança, por exemplo). Isto vale particularmente para os dados sobre a maneira pela qual as pessoas utilizam seu tempo (e sobre o prazer que elas extraem dessas atividades): elaborar estes dados em intervalos regulares e com base em normas que permitam comparações entre países e sobre a duração é uma prioridade importante.
- Os indicadores da qualidade de vida deveriam nos informar sobre as desigualdades nas experiências individuais. Isto é importante, pois o progresso social não depende somente das condições *médias* que prevalecem em cada país, mas também das *desigualdades* de situações dos indivíduos. É necessário dar conta da diversidade das experiências (em função do sexo, entre grupos e gerações) para preencher a lacuna entre estimativas na escala de um país e o sentir das pessoas a propósito de sua própria situação. A desigualdade em cada uma das dimensões da qualidade de vida é significativa em si mesma, e isto mostra que é preciso evitar supor que uma dimensão única englobará sempre todas as outras. Ao mesmo tempo, em razão dos vínculos que existem entre as dimensões da qualidade de vida, diversas desigualdades podem também se reforçar mutuamente.

- Algumas das questões de fundo mais importantes para a qualidade de vida dizem respeito à maneira pela qual as evoluções em uma área influem sobre aquelas das outras áreas e à maneira pela qual as evoluções em diferentes áreas estão ligadas àquelas que interferem no rendimento. As consequências sobre a qualidade de vida do acúmulo de desvantagens ultrapassam largamente a soma de seus efeitos individuais. Para elaborar mensurações destes efeitos cumulativos, é preciso dispor de informações sobre a “distribuição conjunta” dos aspectos mais salientes da qualidade de vida (especialmente o estado afetivo, a saúde, a educação, os meios de expressão política) entre todos os indivíduos de um país. Provavelmente só será possível desenvolver plenamente estas informações em um futuro distante, mas medidas concretas neste sentido poderiam ser tomadas pela inclusão em todas as enquetes de certas perguntas-tipo que possibilitem classificar as pessoas inquiridas em função de uma série limitada de características.
- A pesquisa de uma mensuração escalar da qualidade de vida é muitas vezes percebida como o problema maior da pesquisa nesta área. Mesmo que a ênfase colocada neste ponto seja, em parte (ou amplamente, segundo alguns), injustificada, o presente relatório constata a forte demanda existente na matéria e estima que os órgãos estatísticos têm um papel a desempenhar para responder a ela. Diferentes mensurações escalares da qualidade de vida são possíveis, em função das questões tratadas e da abordagem adotada. Algumas dessas mensurações já são utilizadas (por exemplo, os níveis médios de satisfação com a vida para um país em seu conjunto, ou índices compostos agregando médias em diversas áreas, como o Índice de Desenvolvimento Humano). Outras mensurações poderiam ser postas em prática se os sistemas estatísticos nacionais efetuassem os investimentos exigidos para fornecer os dados necessários a seu cálculo. Assim, o índice U (*u-index*), a saber, a proporção do tempo vivido por cada um durante a qual o sentimento dominante declarado é negativo, necessita coletar informações sobre as experiências afetivas vividas no decorrer de episódios específicos, através das enquetes existentes sobre o emprego do tempo. Igualmente, a abordagem fundamentada no desconto das ocorrências e da gravidade dos

Anexos

diversos aspectos objetivos da vida dos indivíduos requer informações sobre a distribuição conjunta destes aspectos, enquanto que a abordagem que se fundamenta na noção de “rendimento equivalente” demanda igualmente estudar as preferências dos indivíduos no que diz respeito a esses pontos. Os sistemas estatísticos deveriam fornecer as informações necessárias para possibilitar o cálculo de várias mensurações agregadas da qualidade de vida.

Anexo 2.2 Perguntas sobre o capital social e o engajamento cívico que constam da enquete sobre o estado da população dos Estados Unidos, módulos de setembro e novembro

- Sem contar os membros de sua família, se você tem amigos próximos, quantos são? São pessoas com quem você se sente à vontade, com quem você pode falar de assuntos particulares ou a quem você pode pedir ajuda.⁹⁷
- Vou ler uma lista de ações de algumas pessoas para expressar a opinião delas. Responda sim ou não, se você realizou uma das ações seguintes no decorrer dos últimos doze meses, isto é, entre xxx e agora:
 - (Nos últimos doze meses, você) contactou ou encontrou um funcionário, de qualquer escalão do Estado, para expressar sua opinião?
 - (Nos últimos doze meses, você) foi administrador ou membro do comitê de um clube ou de uma entidade local?
 - (Nos últimos doze meses, você) tomou parte em uma caminhada, uma manifestação ou um protesto?
 - (Nos últimos doze meses, você) comprou ou boicotou certo produto ou serviço em razão dos valores sociais ou políticos da empresa que o fornece?
 - (Nos últimos doze meses, você) manifestou seu apoio a um candidato ou a um partido político específico distribuindo material de campanha, coletando fundos, fazendo doação ou de outra maneira qualquer?
 - (Nos últimos doze meses, você) participou de reunião onde eram debatidas questões políticas?
- As perguntas seguintes se referem a grupos ou entidades dos quais as pessoas às

⁹⁷ O Comitê consultivo propôs acrescentar as perguntas seguintes sobre o capital social externo: “Dentre estes amigos próximos que você acaba de indicar, quantos deles, se for o caso: a) são brancos; b) são de origem latino-americana ou hispânica; c) são asiáticos; d) são afro-americanos ou negros; e) têm diploma universitário; f) não terminaram seus estudos secundários?”

vezes participam. Vou ler uma lista de tipos de grupos ou entidades. Responda-me, sim ou não, se você participou de um destes grupos durante os últimos doze meses:

- Um grupo de escola, uma associação de bairro ou uma associação comunitária, tal como uma associação de pais de alunos ou de grupos de policiamento comunitário?
- Uma entidade militar ou uma entidade cívica, tal como a American Legion ou o Lions Club?
- Uma entidade esportiva ou de lazer, tal como um clube de futebol ou de tênis?
- Uma igreja, uma sinagoga, uma mesquita ou outras instituições ou entidades religiosas, com exclusão de sua participação em cerimônias religiosas?
- Qualquer outro tipo de entidade que não mencionei?
- Nos últimos doze meses, você participou de uma reunião de grupo ou de uma organização?
- Nos últimos doze meses, você participou de reuniões públicas em que eram debatidos assuntos da coletividade?
- No decorrer dos últimos doze meses, você cooperou com outros moradores de seu bairro para resolver um problema ou melhorar uma situação em sua coletividade ou fora dela?
- Durante um mês-padrão do ano passado, em suas reuniões familiares ou com amigos, com que frequência você discutiram política: praticamente todo dia, várias vezes por semana, uma vez por mês ou nunca?
- Durante um mês-padrão do ano passado, com que frequência você e seus vizinhos prestaram serviço uns aos outros? Por “prestar serviço”, entendemos coisas tais como cuidar de crianças, ajuda para fazer compras, cuidado com a casa, empréstimo de ferramentas de jardinagem ou domésticas e outros pequenos gestos de amabilidade: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
- Durante um mês-padrão do ano passado, quantas vezes você discutiu com um de seus vizinhos: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes

por mês, uma vez por mês ou nunca?

- Durante um mês-padrão do ano passado, quantas vezes, se for o caso, você se comunicou com seus amigos ou sua família por via eletrônica ou pela Internet: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
- Durante um mês-padrão do ano passado, quantas vezes você jantou com um dos outros membros de seu lar: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
- Vou enumerar certos meios utilizados pelas pessoas para se informarem. Responda-me quantas vezes você se dedicou às atividades seguintes durante um mês-padrão do ano passado:
 - Ler um jornal impresso ou pela Internet: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
 - Ler revistas de informação, como Newsweek ou Time, impressa ou pela Internet: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
 - Assistir a jornais pela televisão ou a partir de sites da Internet dos canais de televisão: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
 - Ouvir notícias de rádio ou partir de sites da Internet de emissoras de rádio: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
 - Buscar informações a partir de qualquer outra fonte da Internet que não mencionamos, especialmente blogs, site de relacionamento online ou serviços de informação independentes: praticamente todo dia, várias vezes por semana, várias vezes por mês, uma vez por mês ou nunca?
- Em qualquer eleição, algumas pessoas não podem votar porque estão doentes ou ocupadas ou por qualquer outra razão, e outras não querem votar. Em 4 de novembro de 2008, houve eleições gerais nacionais para funções políticas como senador, membro do Congresso ou governador. Você votou nas eleições que se realizaram na terça-feira, 4 de novembro de 2008?

- Você estava inscrito para votar nas eleições de 4 de novembro de 2008? <Várias perguntas sobre as razões para não votar estão igualmente incluídas.>
- Este mês, estamos interessados nas atividades de voluntariado, isto é, nas atividades pelas quais as pessoas *não são remuneradas*, com exceção do reembolso das despesas, se for o caso. Queremos apenas que você indique as atividades de voluntariado que (você/nome) realizou *por intermédio de uma entidade* ou *por esta última*, mesmo que tenha sido de vez em quando.
- No decorrer dos últimos doze meses, você realizou atividades de voluntariado por intermédio de uma entidade ou por esta última?
- Às vezes, as pessoas não pensam que as atividades que elas fazem raramente ou as atividades que elas fazem para escolas ou organizações de jovens são atividades de voluntariado. Nos últimos doze meses, você realizou uma atividade de voluntariado deste tipo?
- Por intermédio de quantas entidades diferentes, ou por quantas entidades diferentes você realizou voluntariado no decorrer do ano passado, isto é, após 1º de setembro de 2007? De que tipo de entidade se tratava? <Pede-se, a seguir, às pessoas inquiridas, o tipo de atividade e o tempo dedicado para cada entidade.>
- Gostaria, agora, de lhe fazer uma pergunta sobre as doações para entidades de caridade ou religiosas. As entidades caritativas se concentram em áreas como a pobreza e o socorro em caso de catástrofes, de tratamento de saúde e de pesquisa médica, de educação, artes e meio ambiente. Nos últimos doze meses, você fez doações de dinheiro, de ativos ou de bens num valor total de mais de 25\$ para entidades caritativas ou religiosas?⁹⁸
- Em nossos dias, as pessoas devem manter-se informadas sobre muitas coisas e ninguém consegue se manter informado de tudo. Tenho duas perguntas a propósito das leis federais. Se você não sabe as respostas, diga-nos e passaremos à seguinte.

– Qual é a pessoa ou qual é o grupo de pessoas encarregado de decidir em últi-

⁹⁸ O Comitê Consultivo propôs: “Algumas pessoas doam dinheiro por uma ampla série de razões e outras, não. Durante os últimos doze meses, você ou seu lar doou dinheiro para uma causa de caridade ou religiosa? (SE SIM) a) Que quantia, se for o caso, você próprio e sua família doaram a todas as associações caritativas, entidades ou causas não religiosas, no decorrer dos últimos doze meses? (SE NECESSÁRIO: 0\$, menos de 100\$, de 100\$ a menos de 500\$, de 500\$ a menos de 1000\$, de 1000\$ a menos de 5000\$, 5000\$. (SE SIM) b) Que quantia, se for o caso, você próprio e sua família doaram à causas religiosas, inclusive sua congregação religiosa local, nos últimos doze meses? (SE NECESSÁRIO) 0\$, menos de 100\$, de 100\$ a menos de 500\$, de 500\$ a menos de 1000\$, de 1000\$ a menos de 5000\$, 5000\$”.

mo recurso sobre a constitucionalidade de uma lei: é o Presidente dos Estados Unidos, a Corte Suprema ou o Congresso?

– Você sabe qual é a maioria exigida para que o Senado ou o Congresso americano derrube um veto presidencial: 80%, 67% ou 51%?

Anexo 2.3 Perguntas suplementares sobre os vínculos sociais, que não constam na enquete sobre a situação da população

Desejaríamos perguntar-lhe sobre a maneira pela qual você considera os outros. Em geral, você diria que as pessoas, na sua maioria, são confiáveis ou que nunca se é prudente demais nas relações com o próximo?

Se você perdeu sua carteira ou seu moedeiro que continha 200 dólares, e se ele foi encontrado por um vizinho, qual é a probabilidade de que ele seja devolvido com o dinheiro? Você diria: muito provável, provável ou muito improvável?

Com que frequência você participa de ofícios religiosos? (Se necessário: várias vezes por semana; toda semana; quase toda semana; 2-3 vezes por mês; cerca de uma vez por mês; várias vezes por ano; cerca de uma ou duas vezes por ano; menos de uma vez por ano; nunca)

Em uma eleição, alguns podem não votar por diversas razões. No que diz respeito às eleições dos responsáveis pelas autoridades locais desde novembro de 2006, você não votou em nenhuma, você votou em algumas, na maioria ou em todas?

Se você tem problemas, você tem ou não pessoas próximas ou amigos com os quais você pode contar para ajudá-lo toda vez que você precisa deles?

Regra geral, você diria que pode ter uma confiança enorme, relativa, limitada ou inexistente em aqueles com quem você trabalha?

I I. Análise dos Sistemas de Mensuração e Propostas

Capítulo 3: Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente



Este terceiro capítulo estuda os meios de integrar melhor as questões do meio ambiente e da sustentabilidade no aperfeiçoamento de novos indicadores do desempenho econômico e do progresso social. Esta questão se distingue claramente daquela da medida do bem-estar corrente, cujos aspectos monetários e não monetários foram objeto dos dois primeiros capítulos.

Dito simplesmente, a questão geral a ser tratada era saber se algumas estatísticas bem escolhidas podem nos dizer se nossos filhos e nossos netos disporão de oportunidades pelo menos equivalentes àquelas das quais nos beneficiamos. Para responder a esta pergunta, é preciso levar em conta a abundante literatura já consagrada a este assunto. Nesta área, o problema não é a falta de ideias. Trata-se, antes de mais nada, de compreender por que parece tão difícil propor índices nacionais que possibilitem uma percepção compartilhada do caráter sustentável ou não sustentável de nossas economias. Veremos que existem razões profundas para estas dificuldades, contudo, tentaremos examinar as vias que podem ser seguidas para atenuá-las e/ou superá-las progressivamente.

Mais precisamente, este capítulo técnico se organizará da maneira seguinte:

A segunda parte fará a revisão do estado atual dos conhecimentos e possibilitará o tratamento dos cinco principais tipos de abordagem. O ponto 2.1 é dedicado aos painéis, a saber, baterias de indicadores que reúnem informações sobre diferentes aspectos do desenvolvimento e sua sustentabilidade. Em sua versão atual, estes painéis são extremamente ricos, e é esta riqueza que constitui sua principal limitação: sua complexidade os impede de competir eficazmente com os indicadores principais, tais como o PIB. Mesmo se o princípio dos painéis é escolhido *in fine*, é importante que eles sejam tão concisos quanto possível. Isto exige estudar todas as propostas que visem a levar esta concisão ao extremo, isto é, todas as propostas que tendem para a caracterização da sustentabilidade através de um só número.

Os índices compostos apresentados no ponto 2.2 são um exemplo deste tipo de indicadores. Mas seu problema é serem geralmente construídos sem nenhum esquema analítico sólido. A seção 2.3 abordará uma terceira abordagem, que consiste em tentar integrar as considerações ambientais no sistema de contabilidade nacional. Esta parte apresenta de forma breve o sistema de contabilidade econômica do meio ambiente, e especialmente o conceito de PIB Verde ou PNN verde. Veremos que, contrariamente àquilo que se poderia esperar, o PIB Verde não mede a sustentabilidade. Sua finalidade é unicamente integrar ao PIB o esgotamento ou a degradação dos recursos ambientais, sem, por essa razão, nos indicar se nos encontramos abaixo ou acima de um nível de produção sustentável.

Introdução

Isto nos deixa com duas últimas categorias de indicadores que parecerão as melhores colocadas para possibilitar uma avaliação global da sustentabilidade, porque elas se inscrevem claramente na ótica de medir o *consumo excessivo* dos recursos, embora de maneira muito diferente. O ponto 2.4 é dedicado ao conceito de poupança verdadeira, ou poupança líquida ajustada, popularizado principalmente pelo Banco Mundial. Esta abordagem consiste em avaliar a sustentabilidade em termos de preservação de um conceito muito global da riqueza, que abrange o capital físico, humano e ambiental. O outro indicador é a pegada ecológica, que avalia nossa taxa de pressão sobre os recursos naturais renováveis para um dado território ou para todo o planeta. A pegada de carbono, variante deste indicador, focaliza os danos causados ao meio ambiente tendo uma incidência particular sobre a mudança climática. Esses dois indicadores são apresentados no ponto 2.5.

Após esta revisão geral, parecerá que nenhum indicador parece ter a unanimidade, mesmo entre aqueles que tentam fundamentar-se em um conceito bem definido da sustentabilidade global. Isto constitui, evidentemente, um motivo de perplexidade para o estatístico. Por que existem visões tão diferentes da sustentabilidade? Existe um esquema que permita uma abordagem mais ampla que englobaria essas diferentes abordagens de maneira exaustiva?

O objetivo da terceira parte será tentar trazer luz sobre esta questão central partindo de novo dos fundamentais. A questão que se coloca é construir um indicador que nos permitiria saber suficientemente com antecipação se estamos tomando ou não a via de um crescimento não sustentável. Existem respostas teóricas a esta questão que podem ser vistas como uma generalização suplementar do conceito de poupança líquida ajustada. Este tipo de generalização pode se adaptar a contextos muito variáveis: por exemplo, ela não supõe que estejamos em um contexto de funcionamento eficiente dos mercados ou instituições, e tal propriedade é evidentemente crucial na área do meio ambiente. A abordagem funciona, também, para casos em que as possibilidades de substituir ativos naturais por ativos produzidos pelo homem são fortemente limitadas.

Mas isto não basta absolutamente para concluir que temos ao alcance da mão a solução para o problema da mensuração da sustentabilidade. Bem ao contrário. Na verdade, veremos que esta perspectiva teórica tem, sobretudo, o interesse de revelar os obstáculos maiores com os quais se choca a mensuração prática da sustentabilidade. O principal problema é que, assim que os preços correntes perdem seu poder informativo, a quantificação da sustentabilidade não pode fazer a economia de previsões explícitas das trajetórias econômicas e ambientais vindouras, e não pode evitar de formular escolhas normativas explícitas referentes aos valores a

2. Estado de conservação dos lugares

serem atribuídos aos diferentes tipos de trajetórias. Dito de outra forma, o problema que se apresenta é saber o que se busca sustentar exatamente, e em proveito de quem. Ora, estas perguntas podem receber respostas muito variáveis.

O conjunto dessas dificuldades é particularmente importante para o componente ambiental da sustentabilidade. Isto argumenta em favor de recomendações finais relativamente ecléticas, que combinem a ambição de construir, ao mesmo tempo, índices globais baseados no aspecto *econômico* da sustentabilidade e uma série de índices “físicos” específicos baseados mais particularmente nas dimensões *ambientais* da sustentabilidade. Estas propostas de recomendações são apresentadas na 4ª parte.

Quatro Anexos vêm completar o presente relatório técnico. O primeiro Anexo apresenta o conteúdo de um dos painéis em grande escala estudado no ponto 2.1, o painel europeu do desenvolvimento sustentável. Os outros três Anexos desenvolvem aspectos particulares da abordagem da sustentabilidade pela poupança líquida ajustada ou a noção de riqueza ampliada. O Anexo 2 é dedicado à mensuração de um dos componentes da poupança líquida ajustada: a evolução do capital humano. O Anexo 3 apresenta variantes da poupança líquida ajustada para a França, que põem em evidência a dificuldade de desenvolver uma versão deste índice que transmita mensagens fortes sobre a mudança climática. O Anexo 4 analisa mais pormenorizadamente esta dificuldade, debruçando-se sobre os debates que se seguiram à publicação do relatório *Stern*. Mostra-se que a dificuldade da poupança líquida ajustada em transmitir mensagens fortes sobre a mudança climática não pode ser utilizada como um argumento em favor da inação. Ao contrário, ela argumenta, também, em favor de um acompanhamento em separado desta questão, independentemente das avaliações da sustentabilidade global fornecidas pela poupança líquida ajustada ou suas diversas ampliações.

2 – Estado de conservação dos lugares

2.1 Painéis ou baterias de indicadores

Os painéis, ou baterias de indicadores, são uma abordagem bem difundida para abordar a questão geral da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável. O procedimento consiste em compilar e classificar séries de indicadores que tenham um vínculo direto ou indireto com o progresso socioeconômico e sua sustentabilidade. Os primeiros exemplos desta abordagem datam dos anos 1960 e 1970. Na época, o conceito de sustentabilidade não tinha a mesma importância que hoje, e estes primeiros painéis eram essencialmente dedicados à medida do progresso social (movimento dos “indicadores sociais”), sem referências às questões

Estado de conservação dos lugares

ambientais. Em seguida, o interesse por esses painéis experimentou a tendência a desaparecer, para reaparecer fortemente depois dos anos 1990. A Cúpula do Rio de 1992, principalmente, possibilitou esboçar uma definição do desenvolvimento sustentável que repousa sobre três pilares: a eficiência econômica, a equidade social e a sustentabilidade ambiental. A Cúpula levou à adoção da Agenda 21, cujo 40º Capítulo convida os países signatários a elaborar informações quantitativas sobre suas ações e realizações relativas a esses três fundamentos. Como consequência, a segunda geração de painéis disponível atualmente é, em geral, amplamente focada na sustentabilidade e nas questões ambientais. (cf. Bovar *et al.*, 2008).

Para ilustrar o conteúdo habitual deste tipo de painel, reproduzimos, no início do Anexo, um exemplo de painel completo, o painel europeu dos indicadores de sustentabilidade. Este painel cobre dez temas diferentes e abrange 11 indicadores para o primeiro nível, 33 indicadores para o segundo nível e 78 indicadores para o terceiro nível, sendo que os indicadores dos níveis 2 e 3 cobrem 29 subtemas. O fato mais notável para um usuário externo é a extrema variedade desses indicadores. Alguns indicadores são gerais (o crescimento do PIB permanece um indicador importante, trata-se mesmo do primeiro indicador da lista), enquanto que outros são mais específicos, por exemplo, a porcentagem de fumantes na população. Alguns se referem a resultados, outros a instrumentos. Alguns indicadores podem facilmente ser vinculados ao desenvolvimento e a seu caráter sustentável (a taxa de alfabetização conta, ao mesmo tempo, para o bem-estar atual e as perspectivas de crescimento), enquanto que outros se referem ou ao desenvolvimento atual ou à sustentabilidade no longo prazo. Mas existem também elementos cujo vínculo com as duas dimensões é discutível ou, pelo menos, indeterminado: um nível de fecundidade alto é algo bom para a sustentabilidade? Talvez seja para a sustentabilidade dos sistemas de aposentadorias, mas talvez não para a sustentabilidade ambiental. E devemos sempre ver nele o sinal de uma boa saúde econômica e social? Isto depende, talvez, daquilo que se considere como “alto” ou “baixo” em termos de fecundidade.

A principal crítica que vem à mente a respeito desses painéis é, portanto, sua heterogeneidade. A falta de harmonização entre os diferentes painéis é, igualmente, preocupante, assim como as mudanças frequentes em sua composição e o fato de que fornecem informações demais para serem ferramentas de comunicação eficazes, mesmo quando suas principais mensagens são resumidas por um número limitado de indicadores de primeiro plano. Mais fundamentalmente, estes painéis não se baseiam em uma definição clara daquilo que é exatamente necessário para a sustentabilidade, nem mesmo em uma definição clara da própria sustentabilidade.

Estado de conservação dos lugares

Sob este aspecto, o elemento mais chocante é a aparente confusão que empreendem estes painéis entre a mensuração dos níveis *atuais* ou tendências do bem-estar, e a mensuração da sustentabilidade efetiva destes níveis e/ou tendências.

Por outro lado, em defesa destes painéis, convém lembrar que sua natureza híbrida é, em realidade, consubstancial com o programa inicial da Comissão Brundtland, que trata, *ao mesmo tempo*, do desenvolvimento e de seu caráter sustentável. O desenvolvimento pode ser rápido, mas não sustentável no longo prazo. E a sustentabilidade pode ir inversamente de par com nível muito baixos de desenvolvimento. A originalidade das estratégias de desenvolvimento sustentável é orientar as decisões dos poderes públicos para direções que combinem os dois aspectos, a saber, atingir o mais alto nível de desenvolvimento atual, compatível com a sustentabilidade no longo prazo. Neste contexto, a coexistência de indicadores que se aplicam às duas áreas não espanta, ainda que prejudique a legibilidade.

Quadro 3.1 Abordagem forte e abordagem fraca da sustentabilidade

A abordagem forte e a abordagem fraca da sustentabilidade são dois conceitos concorrentes, frequentemente utilizados para classificar as abordagens empíricas do desenvolvimento sustentável (cf. por exemplo, Dietz e Neumayer, 2004).

A expressão *sustentabilidade fraca* foi empregada para caracterizar as abordagens econômicas da sustentabilidade que apareceram nos anos 1970. Estas abordagens são extensões dos modelos usuais de crescimento neoclássicos. Regra geral, os modelos de crescimento habituais consideram que a produção é determinada unicamente pela tecnologia e pelas quantidades disponíveis de dois fatores de produção, o trabalho e o capital. A principal inovação dos anos 1970, após o primeiro choque do petróleo, foi introduzir nesses modelos os recursos naturais como um fator de produção suplementar e definir as regras que regem sua evolução, principalmente modelando o comportamento de extração, no caso de um recurso mineral esgotável.

Estes modelos supunham, muitas vezes, possibilidades importantes de substituição entre os recursos naturais, o capital e o trabalho. Associadas a um progresso técnico exógeno, elas ofereciam uma solução ao caráter finito dos recursos, pelo menos de um ponto de vista teórico: à proporção que os estoques de recursos petrolíferos declinam, prevê-se que a produção é obrigada a usá-los cada vez menos intensivamente, sem que isto implique uma baixa do padrão de vida, seja através do puro progresso tecnológico seja substituindo o petróleo por uma energia fóssil alternativa ou um outro fator de produção concebido pelo homem.

Por outro lado, os adeptos da *sustentabilidade forte* pensam que as possibilidades de substituição deparam com limitações físicas. Para a maior parte dos recursos naturais, é necessário manter níveis críticos pelo menos iguais àqueles necessários às necessidades básicas e, na verdade, mais altos, se quisermos que o meio ambiente conserve um nível aceitável do que se chama *resiliência*, a saber, a capacidade que os ecossistemas têm de se regenerarem e reencontrarem seu equilíbrio após choques. O conceito de sustentabilidade forte é muitas vezes considerado como não podendo ser reduzido a abordagens monetárias. Todas as variedades ambientais pertinentes devem ser estudadas em termos físicos.

Na maior parte deste relatório, respeitaremos a separação tradicional destes dois conceitos, mesmo que, como veremos na terceira parte, a distinção entre os dois não seja, em certo sentido, tão nítida quanto se poderia crer. Com efeito, a caixa de ferramentas do economista lhe possibilita representar inteiramente processos de produção nos quais as possibilidades de substituição são limitadas *a priori*. É igualmente possível combinar a abordagem econômica e modelos de dinâmica dos ecossistemas para tentar dar um valor monetário a elementos tais como a resiliência ou as irreversibilidades, pelo menos no plano teórico. A expressão “teoria da riqueza no sentido amplo” é, às vezes, utilizada para falar dos modelos que levam ao extremo esta integração dos pontos de vista econômico e ambientais. As aplicações práticas destes modelos ecoambientais se limitam, em geral, a ecossistemas específicos (cf. especialmente Mäler, Aniyar e Jansson, 2008, para uma série de ilustrações), mas, segundo Weber, “se a riqueza no sentido amplo pudesse ser calculada em nível global, constituiria um indicador normativo que combinaria sustentabilidade fraca (os fluxos dos serviços) e sustentabilidade forte (resiliência dos ecossistemas)” (Weber, 2008).

Estado de conservação dos lugares

Em segundo lugar, o desenvolvimento desses painéis levou a numerosos esforços para melhorar a precisão e a comparabilidade internacional dos indicadores existentes e a produção de novos. Este movimento estimula fortemente a produção estatística e deveria ter *in fine* consequências positivas para todas as outras abordagens possíveis da mensuração do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, qualquer que seja o preço disso, é preciso admitir que a complexidade é, muitas vezes, inevitável. Isto é tão mais verdadeiro se seguirmos o princípio da sustentabilidade “forte” contra uma sustentabilidade “fraca” (cf. Quadro 3.1), que significa que a preservação do bem-estar das gerações futuras implica a manutenção simultânea de níveis críticos para numerosos ativos ambientais tomados um a um, antes do que a preservação de uma combinação global desses ativos. Este ponto de vista da sustentabilidade forte necessita, inevitavelmente, de um acompanhamento paralelo de todos esses ativos. Enquanto isso, mesmo que aceitássemos o princípio da sustentabilidade fraca, sua gestão também se baseia em uma combinação de vários instrumentos, cada um deles necessitando de um acompanhamento em separado. Ora, não há nenhuma razão para que as listas pormenorizadas de todos esses objetivos e instrumentos sejam exatamente idênticas em qualquer lugar e em qualquer época. As condições de sustentabilidade são inevitavelmente específicas nos lugares e nos períodos. Painéis concebidos sob medida são os instrumentos adequados para traduzir esta complexidade. Visar a simplificação extrema e a harmonização forçada levaria a renunciar à vantagem comparativa deste método.

Definitivamente, os painéis são instrumentos úteis que não devem ser ignorados. Em um momento ou outro, o fato de seguir uma estratégia implica necessariamente fornecer informações quantitativas, ao mesmo tempo, sobre os instrumentos utilizados e sobre o caminho que resta percorrer para atingir os objetivos fixados. É precisamente por ocasião desta etapa que os painéis são inevitáveis. Mesmo em um nível mais global, a conclusão final desse relatório será que não se pode evitar uma abordagem multidimensional da sustentabilidade. Contudo, a parcimônia deve também continuar sendo um objetivo. Se um painel da sustentabilidade deve ser construído, é preciso fazer de forma que ele seja tão conciso, preciso e estruturado quanto possível. Para fazê-lo, é necessário um quadro analítico preciso que defina a sustentabilidade. É uma das razões pelas quais é interessante debruçar-se sobre os trabalhos que buscaram construir indicadores de sustentabilidade unidimensionais mais gerais.

2.2 Os índices compostos

Os índices compostos são uma maneira de contornar o problema que a grande riqueza dos painéis apresenta e de sintetizar suas informações abundantes e supostamente pertinentes em um número único. Numerosas iniciativas nasceram nesse sentido (cf. Afsa et al., 2008, ou Gadrey e Jany-Catrice, 2007, para estudos mais pormenorizados), para as quais a esfera acadêmica e as organizações não governamentais desempenharam um papel importante, visto que são os institutos oficiais de estatística que, em geral, são os mais envolvidos na construção dos painéis.

A ideia geral desses índices é de recalibrar componentes elementares dos painéis a fim de torná-los mais comensuráveis, depois, agregá-los com, eventualmente, coeficientes de ponderação desiguais, para produzir um número único. No nível mais simples existem índices que tentam “tornar verde” o índice de desenvolvimento humano combinando-o a informações sobre as emissões poluentes (Desai, 1994, ou Lasso de la Vega e Urrutia, 2001). Nourry (2007) examina estes índices para a França e conclui que os resultados são difíceis de serem interpretados.

Um índice muito mais elaborado e relativamente conhecido é o índice do bem-estar econômico de Osberg e Sharpe (Osberg e Sharpe, 2002). Este índice abrange simultaneamente a prosperidade corrente (em função do consumo), o acúmulo sustentável e os aspectos sociais (redução das desigualdades e proteção contra os riscos “sociais”). As questões ambientais são avaliadas por meio do custo das emissões de CO₂ por habitante. Os fluxos de consumo e o acúmulo de riquezas (segundo uma definição ampla que compreende os estoques de pesquisa e desenvolvimento, uma variável representativa do capital humano e o custo das emissões de CO₂) são avaliados segundo a metodologia da contabilidade nacional. A normalização de cada dimensão é realizada por uma colocação em escala linear (nove países da OCDE), e a agregação é feita atribuindo o mesmo coeficiente a cada uma delas. Entre os países considerados, a Noruega atinge o mais alto nível de bem-estar econômico; vêm, em seguida, a Itália, a Alemanha, a Suécia e a França. Os quatro países anglo-saxões ficam para trás, o Canadá ocupando o 8º lugar e os Estados Unidos, o último. Jany-Catrice e Kampelmann (2007) reviram o índice do bem-estar econômico para a França levando em conta dados melhorados sobre o período mais longo. Seus resultados confirmaram a divergência entre o PIB e o índice de bem-estar econômico desde os fins dos anos 1980, mas esta divergência é devida, em grande parte, à falta de progresso na redução das desigualdades e na melhoria da segurança econômica. A dimensão “verde” do índice de bem-estar econômico permanece secundária neste estágio.

Estado de conservação dos lugares

Pesquisadores das universidades de Yale e de Columbia se debruçaram mais especificamente sobre as questões ligadas ao meio ambiente e aplicaram a metodologia dos indicadores compostos para construir um índice de sustentabilidade ambiental e um índice de desempenho ambiental (Estes *et al.*, 2005). O índice de sustentabilidade ambiental abrange cinco áreas: os sistemas ambientais (ar, terra, água, biodiversidade), a redução dos estresses ambientais (poluição atmosférica, pressão dos detritos, gestão dos recursos naturais), a vulnerabilidade humana (exposição dos habitantes aos distúrbios ambientais), as capacidades sociais e institucionais (capacidade de trazer respostas eficazes aos problemas ambientais) e a pilotagem global (cooperação com outros países na gestão dos problemas ambientais comuns). Setenta e seis variáveis são utilizadas para cobrir essas cinco áreas. Os indicadores-padrão dizem respeito, por exemplo, à qualidade do ar ou da água (por exemplo, as emissões de SO₂ por habitante ou a concentração de fósforo), à saúde (por exemplo, a taxa de mortalidade perinatal em razão de doenças respiratórias), e à governança ambiental (iniciativas locais da Agenda 21, por milhão de pessoas). Estes 76 indicadores são agrupados em 21 indicadores intermediários, que são, em seguida, agregados para produzir o índice de sustentabilidade ambiental global, após ter atribuído o mesmo coeficiente de ponderação a cada um deles. O índice de desempenho ambiental é uma forma reduzida do índice de sustentabilidade ambiental, que se baseia em 16 indicadores de resultados; ele é mais concebido como uma ferramenta para guiar políticas públicas: assim, os valores são calibrados em função de objetivos concretos pré-estabelecidos e não de dados observados em amostras. Segundo este índice, a Finlândia estava colocada na primeira posição em 2005 (índice global de 75). A classificação geral dos países faz sentido, mas considera-se muitas vezes que ela apresenta as contribuições dos países desenvolvidos às questões ambientais de modo demasiado otimista. Dificuldades aparecem também no seio deste grupo dos países desenvolvidos. Assim, este índice só faz aparecer uma diferença muito reduzida entre os Estados Unidos e a França, apesar de grandes diferenças em termos de emissões de CO₂. Na verdade, este índice nos informa essencialmente sobre um coquetel de dimensões, misturando a qualidade atual do meio ambiente, as pressões que se exercem sobre os recursos e a intensidade da política ambiental, sem nos dizer se um dado país está engajado no caminho sustentável: não é possível definir um valor limite, de ambos os lados da qual se poderia dizer que um dado país está ou não num caminho sustentável.

No total, estes índices compostos devem preferentemente ser considerados como convites para examinar mais atentamente seus diferentes componentes. Aí está

uma de suas principais razões de ser. É igualmente o caso no que diz respeito às tentativas de sintetizar painéis por procedimentos estatísticos mais elaborados do que a simples ponderação, como a análise em componentes principais (Jollands et al., 2003 ; David, 2008). Estas abordagens constituem meios interessantes de resumir uma quantidade abundante de informações. Uma vez que se dispõe da visão geral, pode-se voltar aos componentes pormenorizados: um país mal classificado pode buscar as variáveis que mais contribuem para explicar sua situação e tentar melhorar seu desempenho nestas variáveis. Este tipo de estímulo em favor de uma mudança de política não deve ser ignorado.

Entretanto, isto não basta para escolher estas mensurações como indicadores de sustentabilidade *stricto sensu* que poderiam adquirir o mesmo status que o PIB ou outras noções de contabilidade nacional. Há aí duas razões: primeiramente, como no caso dos grandes painéis, a noção de sustentabilidade que subjaz a estes índices não está bem definida; depois, os índices compostos são frequentemente objeto de críticas, principalmente no que diz respeito ao caráter arbitrário dos procedimentos utilizados para ponderar seus diferentes componentes. Estes procedimentos de agregação são, às vezes, apresentados como sendo superiores às agregações monetárias que servem para construir a maior parte dos índices econômicos, pois eles não estão ligados a nenhuma forma de avaliação comercial. Efetivamente, e nós voltaremos a isso, as razões são numerosas para não confiar nos valores comerciais quando se trata das questões de sustentabilidade e, mais particularmente, de seu componente ambiental. Mas, sejam eles monetários ou não, os procedimentos de agregação implicam sempre em atribuir valores relativos aos elementos levados em consideração no índice agregado. Ora, no caso dos índices compostos, é difícil saber por que se escolhe atribuir este ou aquele valor relativo a cada uma das variáveis pertinentes para a sustentabilidade. O problema não é que estes procedimentos de ponderação sejam ocultos, não transparentes ou não reproduzíveis: eles são muitas vezes apresentados de maneira muito explícita pelos autores dos índices, o que é um dos pontos fortes deste tipo de literatura. O problema é que suas implicações normativas raramente são explicitadas ou justificadas.

2.3 Os PIB ajustados, ou como “tornar verde” as contas nacionais

O primeiro subgrupo da Comissão examinou as razões pelas quais o PIB ou mesmo o consumo final total não podem ser senão indicadores muito parciais do bem-estar. Em seu texto criador, Nordhaus e Tobin (1973) tinham feito a mesma crítica e proposto construir um índice de bem-estar econômico (*Measure of*

Estado de conservação dos lugares

Economic Welfare, MEW) pela subtração, do consumo privado total, dos vários componentes que não contribuem para o bem-estar de maneira positiva (como os trajetos domicílio-trabalho e os serviços jurídicos) e pelo acréscimo das estimativas monetárias de atividades que contribuem para ele de maneira positiva (os lazeres e o trabalho em casa, por exemplo).

Além disso, fundamentando-se neste índice, construíram um índice de bem-estar econômico *sustentável* (*Sustainable Measure of Economic Welfare*, SMEW) que leva em conta as evoluções da riqueza total. Para converter o índice de bem-estar econômico em índice de bem-estar econômico sustentável, Nordhaus e Tobin recorrem a uma estimativa da riqueza pública e privada total, que compreende o capital reprodutível, o capital não reprodutível (limitado às terras e aos haveres líquidos sobre o resto do mundo) o capital educativo (com base no custo acumulado dos anos de formação de cada membro da população ativa), e o capital-saúde, por meio de um método de inventário permanente. Este índice foi melhorado e rebatizado de índice de bem-estar econômico sustentável (ISEW, *Index of Sustainable Economic Welfare*) por Daly e Cobb (1989), depois aperfeiçoado de novo por Cobb e Cobb (1994), a fim de integrar os recursos naturais, como foi igualmente feito com o indicador de progresso verdadeiro (*Genuine Progress Indicator*, GPI)¹. Estes indicadores deduzem do consumo uma estimativa do custo das poluições da água, do ar e sonora e levam em conta o desaparecimento das zonas úmidas, das terras agrícolas e das florestas primárias, assim como os danos resultantes do CO₂ e da degradação da camada de ozônio.

De que maneira estes ajustes realizados para medir melhor o bem-estar nos trazem informações sobre a sustentabilidade?

Desde Samuelson (1961) e Weitzman (1976), a teoria econômica considera que um produto nacional líquido corretamente ajustado deveria corresponder ao nível máximo sustentável, (isto é, não decrescente) de consumo que possa ser atingido atualmente e no futuro. Trata-se da noção de rendimento segundo Hicks, que define o rendimento como o que pode ser consumido este ano, sem que se fique mais pobre no final do ano, isto é, terminando o ano com perspectivas de consumo equivalentes ao consumo do ano em curso. O índice de bem-estar econômico sustentável e seus sucessores se inscrevem nesta linha. Mais perto de nossa preocupação presente, principalmente no que diz respeito ao meio

¹ O indicador de progresso verdadeiro (IPV) é muito similar ao índice de bem-estar econômico sustentável. Ele foi proposto em 1995 pela organização não governamental Redefining Progress (cf. principalmente Tallberth, Cobb e Slattery, 2006).

Estado de conservação dos lugares

ambiente, Hamilton (1996) propôs diferentes modelos teóricos que levam em consideração o esgotamento dos recursos renováveis e não renováveis, a poluição e as amenidades ambientais e deduzem uma maneira de ajustar o consumo final para fornecer uma medida pertinente do bem-estar e do consumo sustentáveis. Neste contexto teórico, as pesquisas empíricas que visam a calcular o produto interno bruto ajustado para o meio ambiente, que leva em consideração o consumo do capital natural e é muitas vezes chamado “PIB Verde”, se multiplicaram desde o fim dos anos 1980 e, em particular, desde que foi criado o primeiro Sistema de Contabilidade Econômica do Meio Ambiente (SCEE), em 1993 (cf. os estudos pioneiros de Repetto *et al.* (1989) ou de Alfsen *et al.* (2006) para uma revisão de literatura, e o capítulo 11 do Manual CEE (2003) para mais referências).

Entretanto, estes ajustes contábeis continuam sujeitos a controvérsias.²

O problema é que os métodos de avaliação que estes ajustes requerem são geralmente indiretos e dependem muitas vezes, em um ou outro grau, de cenários hipotéticos. Traduzir o valor da degradação ambiental em ajustes dos agregados macroeconômicos nos leva, portanto, para lá da área habitual da *contabilidade ex post*, a um terreno em que as hipóteses desempenham o maior papel. A natureza muito especulativa deste tipo de contabilidade explica a forte resistência de numerosos contadores a este procedimento, no qual eles não se sentem nada à vontade.

A experiência na matéria sugere, contudo, duas possibilidades principais para avaliar os danos ao meio ambiente. A primeira se baseia em estimativas dos danos, e a segunda, em estimativas dos custos. A primeira opção responde à pergunta “qual é a amplitude dos danos gerados pela degradação do meio ambiente?” e tenta estimar a perda de bem-estar devida à degradação da saúde e, portanto, do capital humano.

A estimativa dos custos responde, ao contrário, à pergunta “quanto custaria evitar a degradação do meio ambiente?” e isto sob duas formas diferentes. A primeira diz respeito aos *custos de manutenção*, isto é, a avaliação dos custos em que se incorreria para remediar a degradação do meio ambiente causada pela produção e consumo atuais. Esta primeira estimativa leva a agregados “ajustados para o meio ambiente” para estes custos, e avalia o que as entradas contábeis para o mesmo nível (e a mesma estrutura) de atividades e de pressão teriam representado se todos os custos associados à degradação do meio ambiente tivessem sido suportados e repassados para os preços de mercado. Com esta abordagem, o problema é que as

² Com referência às dificuldades encontradas e propostas, cf. principalmente Vanoli (1995).

Estado de conservação dos lugares

altas de preços (potencialmente altas para evoluções não marginais) são capazes de gerar uma mudança de comportamento que, por sua vez, pode afetar o nível de demanda desses produtos (e por consequência, o nível de produção e/ou a escolha da tecnologia de produção).

O segundo tipo de estimativa dos custos tenta ultrapassar estas limitações e responde à pergunta seguinte: qual nível de PIB seria atingido se os produtores e os consumidores fizessem frente a uma série diferente de preços relativos na economia em razão da existência de preços reais para as funções ambientais? Trata-se, portanto, de uma abordagem de modelagem prospectiva (conhecida sob o nome de *modelagem econômica verde*) e não somente um ajuste pontual de um certo número de macroagregados. A partir daí, a atenção se focaliza menos nos novos agregados “tornados verdes” do que na diferença existente entre a economia real e sua versão “verde” (e nas eventuais vias de transição entre as duas).

A necessidade de basear-se, em um momento ou outro, numa modelagem ao mesmo tempo física e econômica se apresentará de novo e de maneira sistemática, qualquer que seja a abordagem escolhida.

Mas, existe um problema mais crucial com o PIB Verde, que se aplica igualmente ao SMEW de Nordhaus e Tobin e ao ISEW ou ao indicador de progresso verdadeiro, que o sucederam. Nenhum destes indicadores define a sustentabilidade em si. O PIB Verde não faz senão integrar ao PIB o esgotamento ou a degradação dos recursos naturais. Aí está só uma parte da resposta à questão da sustentabilidade. Aquilo de que temos necessidade, afinal de contas, é de uma avaliação da distância que separa nossa situação atual desses objetivos “sustentáveis”. Em outros termos, temos necessidade de indicadores de *consumo excessivo* ou ainda de *investimento insuficiente*. É precisamente o objetivo de nossos dois últimos indicadores.

2.4 A poupança líquida ajustada ou a evolução da riqueza no sentido amplo

A poupança líquida ajustada (igualmente chamada de poupança verdadeira) é um indicador da sustentabilidade que se baseia, ele também, no âmbito da contabilidade verde. Seu fundamento teórico é, de novo, a interpretação Hicksiana do rendimento e da riqueza, mas a atenção é agora voltada à poupança, isto é, à variação da riqueza. É esta variação que, se for negativa, assinala que os níveis de consumo atuais não podem ser mantidos no futuro. Alternativamente, segundo Arrow *et al.* (2004), pode-se preferir qualificar este indicador de indicador de “investimento

Estado de conservação dos lugares

verdadeiro”, em referência à mudança do estoque total de capital, na medida em que o que é mensurado na prática sob o nome de “riqueza no sentido amplo” é um “estoque de capital ampliado”. A analogia com o caso da riqueza individual é evidente: se eu tiver resgatado do investimento ou da poupança este ano para financiar meu consumo, isto implica que eu estarei mais pobre no final do ano. Será para mim, eventualmente, a possibilidade de resgatar da poupança de novo no decorrer do ano seguinte para continuar a manter este nível de consumo excessivo. Mas eu sei que não poderei fazê-lo indefinidamente: cedo ou tarde, deverei rever meu consumo para baixo. Esta noção é manifestamente a contrapartida econômica da noção de sustentabilidade, na medida em que inclui não somente os recursos naturais, mas também (em princípio, pelo menos) os outros ingredientes necessários para fornecer às gerações futuras um conjunto de oportunidades pelo menos tão grande quanto aquele do qual se beneficiam as gerações atuais.

Tendo sido apresentadas essas definições, os pesquisadores do Banco Mundial (cf. principalmente Hamilton, Pearce e Atkinson, 1996; Hamilton e Clemens, 1999) se empenharam em calcular a “poupança líquida ajustada” para um grande número de países. O relatório do Banco Mundial de 2004 contém estimativas da “poupança interna líquida” para a quase totalidade dos países do mundo. De maneira empírica, a poupança líquida ajustada é obtida a partir das medidas clássicas da poupança nacional bruta, feitas pela contabilidade nacional operando nela quatro tipos de ajuste. Primeiramente, as estimativas do consumo de capital dos ativos produzidos são deduzidas para obter a poupança nacional líquida. Em segundo lugar, são acrescentadas à poupança interna líquida as despesas correntes de educação, consideradas como uma medida pertinente do investimento em capital humano (enquanto que, na contabilidade nacional clássica, essas despesas são consideradas como consumo). Em terceiro lugar, estimativas do esgotamento de diversos recursos naturais são deduzidas para refletir a diminuição do valor dos ativos naturais ligados à sua extração ou à sua colheita. Estas estimativas do esgotamento dos recursos se baseiam no cálculo da renda extraída desses recursos. A renda econômica representa o rendimento “excedente” de um dado fator de produção; no caso presente, ela é obtida simplesmente pela diferença entre os preços mundiais e os custos médios unitários de extração ou de colheita (aí incluído um rendimento “normal” do capital). Finalmente, são deduzidos os danos resultantes da poluição

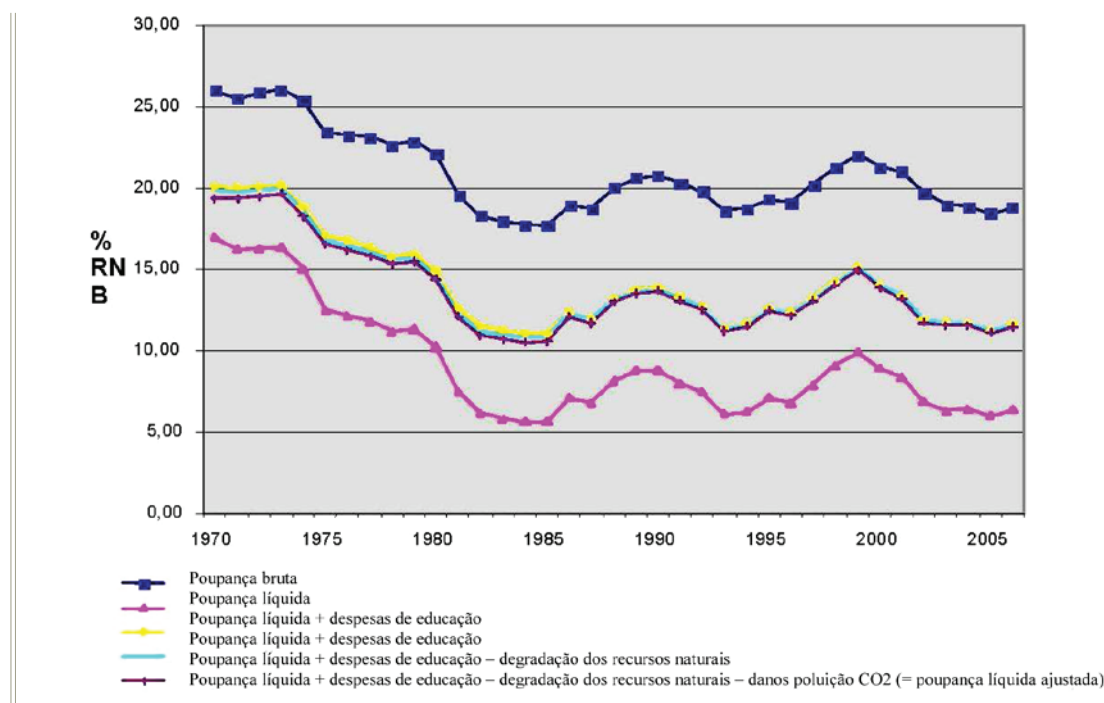
Estado de conservação dos lugares

global pelo dióxido de carbono.³ Taxas da poupança líquida ajustada negativas indicam que a riqueza total diminui e constituem, portanto, uma mensagem de alerta de não sustentabilidade.

O que dá a comparação deste indicador com as medidas clássicas da poupança e do investimento na contabilidade nacional? Como se pode ver nos gráficos 3.1 e 3.2, referentes à França e aos Estados Unidos, o nível da poupança líquida ajustada é principalmente determinado pela poupança bruta, ajustado para o consumo de capital e as despesas de educação, e parece ser muito marginalmente afetado por outros elementos de correção (mesmo se os ajustes pelo esgotamento dos recursos naturais não fossem tão marginais assim nos Estados Unidos, durante os anos 1980).

Gráfico 3.1 Da poupança nacional bruta à poupança líquida ajustada

Quais são as principais fontes de diferença? (França)



³ Da mesma forma que os danos causados pela poluição local, eles são difíceis de estimar, na falta de dados específicos localizados. Entretanto, uma versão aumentada da poupança líquida ajustada para a poluição local é fornecida levando em consideração os danos para a saúde que resultam da poluição do ar no meio urbano (materiais em partículas PM10).

Estado de conservação dos lugares

Gráfico 3.2 Da poupança nacional bruta à poupança líquida ajustada
Quais são as principais fontes de diferenças? (Estados Unidos)

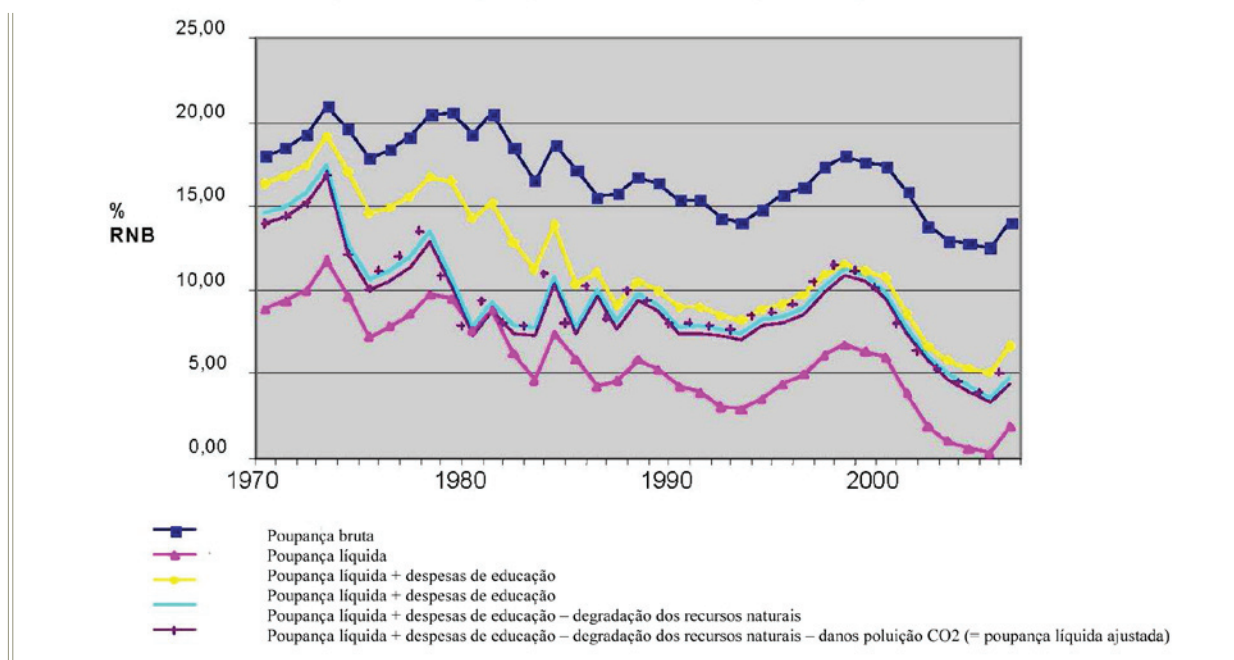
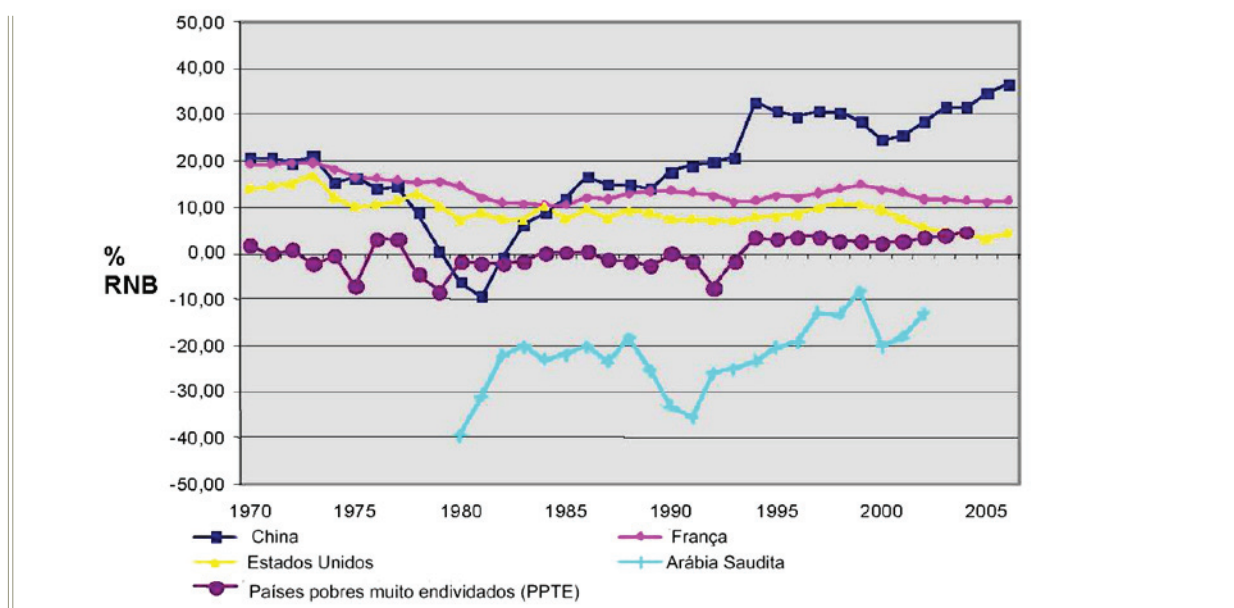


Gráfico 3.3 Poupança líquida ajustada para uma seleção de países, 1970-2006



Estado de conservação dos lugares

Além disso, estes dados mostram que os países desenvolvidos, na sua maioria, se lançaram em um caminho de crescimento sustentável, o que não é o caso para numerosos países emergentes ou em desenvolvimento. Em particular, a maior parte dos países exportadores de recursos naturais se encontra em caminhos não sustentáveis, segundo este indicador (Gráfico 3.3).

Tais números têm a vantagem de se beneficiar de um quadro conceitual coerente, que permite definir a sustentabilidade. O trabalho de coleta feito pelo Banco Mundial para a versão seminal deste indicador e suas atualizações regulares são uma contribuição importante para a aplicação de uma contabilidade patrimonial exaustiva.

Todavia, a metodologia que subjaz atualmente aos cálculos empíricos da poupança líquida ajustada por país apresenta lacunas bem conhecidas, pormenorizadas por seus próprios autores.⁴ Algumas dessas lacunas podem ser facilmente preenchidas. Assim, é antes de tudo fácil fornecer ajustes suplementares para levar em conta o progresso técnico e a evolução da população (considerando a poupança líquida ajustada por habitante). Mas, de maneira geral, a pertinência da abordagem pela poupança líquida ajustada depende crucialmente *do que* é levado em consideração (as diferentes formas dos capitais transmitidos às gerações futuras), isto é, daquilo que é incluído na “riqueza no sentido amplo” e *do preço* utilizado para contabilizar e agregar esses diferentes tipos de capitais (a maneira de contabilizar) em um contexto onde a avaliação pelos mercados é imperfeita.

Os autores reconhecem, por exemplo, que os cálculos não levam em conta fontes importantes de degradação do meio ambiente, como o esgotamento das águas subterrâneas, a pesca além dos limites de sustentabilidade, a degradação dos solos (Where is the Wealth of Nations, 2006, p. 154) e, com muito mais razão, a perda da biodiversidade. Quanto à valorização da degradação do meio ambiente, convém, em razão da falta de avaliação pelo mercado, determinar “valores contábeis”, modelando as consequências no longo prazo de uma dada mudança do capital ambiental e a maneira pela qual ele influenciará o bem estar futuro. Temos elementos de teoria suficientemente bem estabelecidos, que nos dizem de que maneira isto pode ser feito, mas a aplicação prática apresenta problemas consideráveis. O Anexo 3 fornece uma análise aprofundada dessas dificuldades e propõe algumas ideias de melhorias possíveis. Mas estes problemas de aplicação permanecem consideráveis e estarão no centro dos argumentos desenvolvidos na terceira parte.

⁴ Numerosos outros autores tentaram melhorar o indicador original: Arrow *et al.* (2004), para as principais regiões do mundo; Hanley *et al.* (1999) e Pezzey *et al.* (2006) para a Escócia; Lange e Wright (2004) para Botsuana; Arrow *et al.* (2008) para os Estados Unidos e a China; Nourry (2008) para a França, e Randall (2008) para a Austrália, etc.

2.5 Pegadas

A pegada ecológica foi inicialmente proposta por Wackernagel e Rees (1995). Depois, este indicador se beneficiou de uma ampla promoção pela associação Redefining Progress e pelo WWF, esta última entidade fornecendo atualizações regulares do índice em seu relatório anual, *Planeta vivo*. A pegada ecológica fez um grande sucesso junto às ONG verdes e à opinião pública, e sua metodologia e atualizações estão atualmente a cargo da Global Footprint Network.

Segundo os termos de Moran, Wackernagel e seus coautores (2008), a pegada ecológica mede a parte da capacidade de regeneração da biosfera que é absorvida pelas atividades humanas (consumo), calculando as áreas de terra e de água biologicamente produtivas necessárias a uma dada população, para manter indefinidamente seu ritmo de consumo atual. A pegada de um país, quanto à demanda, é, assim, a área total exigida para produzir a alimentação, as fibras e a madeira que ele consome, absorver os detritos que ele produz e fornecer o espaço necessário a suas infraestruturas (áreas construídas). Do lado oferta, a biocapacidade é a capacidade produtiva da biosfera e sua aptidão a fornecer um fluxo de recursos biológicos e de serviços úteis ao homem.

Os resultados são bem conhecidos e, antes de tudo, impressionantes (Gráfico 3.4): desde meados dos anos 1980, a pegada ecológica da humanidade é superior à capacidade de carga do planeta. Em 2003, a pegada total da humanidade ultrapassava, em aproximadamente 25%, a biocapacidade da Terra (para dizer as coisas de maneira simples, teria sido preciso $\frac{1}{4}$ de planeta suplementar para satisfazer às nossas necessidades). Enquanto que cada ser humano dispõe de 1,8 hectare global, os europeus utilizam 4,9 ha por pessoa e os norte-americanos duas vezes mais, isto é, muito mais que as biocapacidades reais destas duas zonas geográficas.

Não há nenhuma dúvida que as expressões, os conceitos e os resultados são muito atraentes e que parecem facilmente compreensíveis. Estes fatores explicam o sucesso deste indicador junto ao público e às instâncias internacionais influentes. Entretanto, estas qualidades pedagógicas não significam que este indicador não tenha pontos fracos, e muitas de suas características foram objetos de críticas, como a poupança líquida ajustada, embora por razões muito diferentes.⁵

⁵ Um exame aprofundado deste índice foi recentemente publicado pelo Conselho Econômico, Social e Ambiental (Le Clézio, 2009) e pelo Ministério da Ecologia (Comissão Geral para o Desenvolvimento Sustentável, 2009).

Estado de conservação dos lugares

Certas críticas de ordem geral dizem respeito ao fato de que o índice não leva em conta possibilidades proporcionadas pelo progresso técnico, ou o fato de que ele passa em silêncio os problemas da não sustentabilidade resultante da extração dos recursos fósseis, assim como questões como a biodiversidade e a qualidade da água.

Mesmo em itens para os quais é supostamente eficiente, o indicador apresenta certas dificuldades. Consideremos os seis diferentes tipos de utilização dos solos que ele abrange.

Quanto às terras cultivadas, os cálculos da pegada ecológica não se baseiam na definição de um rendimento agrícola “sustentável”, a saber, um rendimento que permita manter uma qualidade dos solos suficiente para fornecer um rendimento idêntico no ano seguinte. A biocapacidade é simplesmente a capacidade observada, obtida a partir do rendimento real. Por consequência, na escala de um país, a pegada ecológica da produção das terras cultivadas será sempre igual à biocapacidade do país. Isto tem duas consequências. Primeiramente, na escala de um país, o déficit ecológico em matéria de terras cultivadas refletirá simplesmente o déficit comercial. Depois, na escala mundial, as exportações e as importações se compensando mutuamente, a pegada ecológica e a biocapacidade para as terras cultivadas serão sempre iguais.

Estas propriedades não são escondidas pelos projetistas do índice⁶, mas também não são mais postas em destaque quando se trata de interpretar e analisar os resultados. Van den Bergh e Verbruggen (1999) já evidenciaram o que eles chamaram o forte viés anticomercial inerente à metodologia da pegada ecológica⁷. O fato de que as regiões ou os países com forte densidade de população (baixa biocapacidade), tais como a Holanda, tenham déficits ecológicos, enquanto que as regiões ou os países com baixa densidade populacional (alta biocapacidade), como a Finlândia, se beneficiam de um excedente que pode ser considerado como decorrente de uma situação normal em que as trocas comerciais são mutuamente vantajosas, antes do que como o índice de uma situação não sustentável. Na verdade, a atualização mais recente desta metodologia reconheceu que o fato de um país estar com excedente ecológico não constitui em si um critério suficiente de sustentabilidade. Moran, Wackernagel *et al.* (2008) abandonaram a comparação da pegada ecológica de um país com sua *própria* biocapacidade, para propor de preferência dividir

⁶ Cf. *Calculation Methodology for the National Footprint Accounts*, Edição 2008, versão 1.0.

⁷ Contrariamente à poupança líquida ajustada, a pegada ecológica se baseia no consumo final (ou demanda final), a saber, produção + importações – importações. Em outros termos, o terreno equivalente exigido para um dado consumo é atribuído ao *consumidor* do recurso antes do que a seu *produtor*. Por exemplo, os recursos não renováveis extraídos em um país em desenvolvimento e exportados em um país desenvolvido (como o petróleo) são levados em conta na pegada ecológica do país desenvolvido.

Estado de conservação dos lugares

todas as pegadas ecológicas dos países pela biocapacidade *global*. Fazendo isso, eles reconhecem que as pegadas ecológicas são menos medidas da sustentabilidade dos diferentes países do que medidas de suas contribuições à não sustentabilidade global. Sendo assim, resta que nenhum déficit ecológico pode existir para as terras cultivadas em escala mundial. Nesta escala, portanto, este indicador não fornece informações sobre o excesso de pressão que a humanidade exerce em média sobre a capacidade de regeneração das terras cultivadas. O mesmo raciocínio se aplica às pastagens. Uma vez mais, na escala de um país, o déficit ecológico refletirá simplesmente o déficit comercial dos produtos da pecuária, excluindo por construção a possibilidade de um déficit ecológico em escala mundial.

Quanto aos terrenos construídos, a demanda para este tipo de utilização dos solos é sempre igual à biocapacidade, considerando que uma e outra representam a superfície de terra cultivada perdida em proveito deste tipo de utilização. Assim, a contribuição dos terrenos construídos para o déficit ecológico global é nula.

Quanto à pressão que se exerce sobre as zonas de pesca e as terras florestais, a pegada ecológica trata este ponto de uma maneira que parece muito mais de acordo com uma abordagem da sustentabilidade real, a saber, um fluxo de consumo disponível que deixa o nível dos estoques inalterado para o ano seguinte. Contudo, na escala global, pode-se ver que a biocapacidade é superior à pegada ecológica, o que sugere que não existe problema de sustentabilidade quanto à utilização desses recursos. Além disso, mesmo se eles estão em déficit, não representam senão uma parte, de preferência, da pegada ecológica global (respectivamente 9% e 3% para as florestas e os locais de pesca).

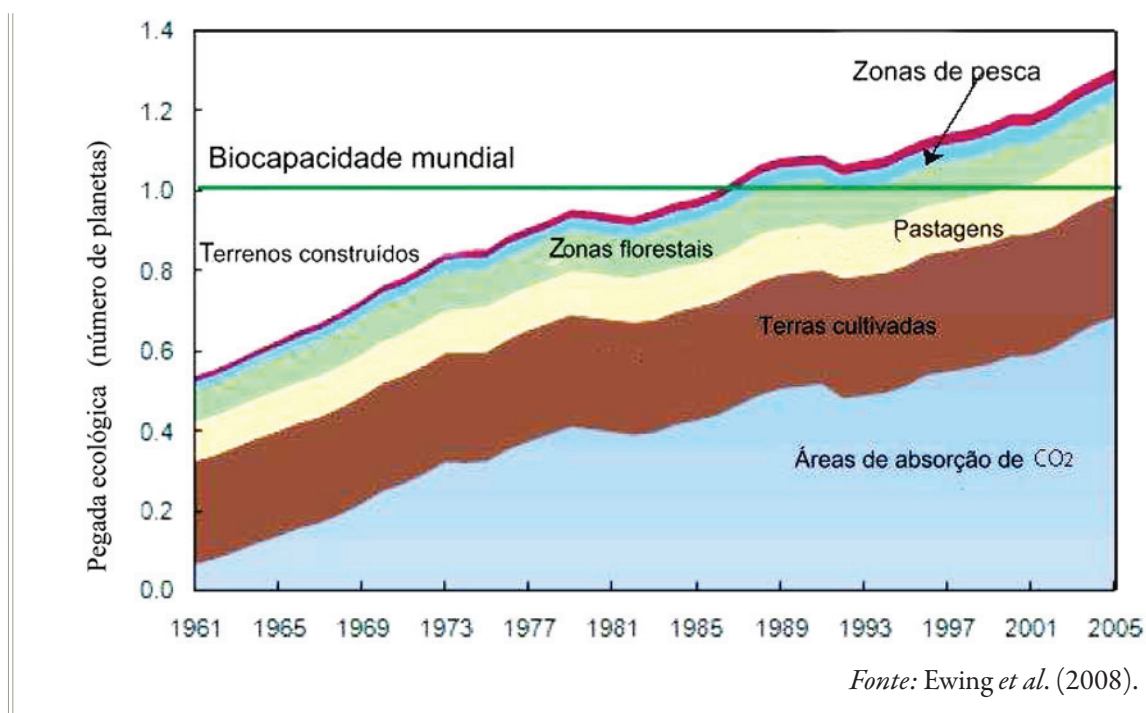
Finalmente, a área destinada à absorção de CO_2 designa a área de terras florestais necessária para absorver as emissões antrópicas de dióxido de carbono. Em 2005, este espaço contribuía com mais de 50% (mais importante contribuinte) da pegada ecológica humana total da época, esta parte tendo sido multiplicada por mais de 10 entre 1961 e 2005. Na apresentação clássica da pegada ecológica, não existe biocapacidade formal ligada à demanda de assimilação deste CO_2 . Deve-se notar que seria igualmente possível agrupar a pegada ecológica (zonas de florestas) necessária para fornecer a madeira de construção, o combustível e o papel, e a pegada ecológica necessária para absorver estas emissões de CO_2 , depois comparar este agregado à biocapacidade das terras florestais, sendo a floresta precisamente a contrapartida utilizada para controlar a absorção de dióxido de carbono, cada utilização (produtos da madeira e absorção do CO_2) impondo uma demanda concorrencial à mesma

Estado de conservação dos lugares

unidade florestal. Esta abordagem revelaria um déficit total de terras florestais considerável, reflexo do acúmulo excessivo de emissões de CO₂ na atmosfera.

Neste estágio, estudamos, de forma separada, os desequilíbrios potenciais para cada tipo de uso da terra. Para agrupar as diferentes zonas e obter um número único, a biocapacidade e as pegadas, inicialmente medidas em hectares, são expressas sob a forma de uma unidade de terra padronizada, chamada hectare global. É uma forma de re-ponderar os solos em função de sua produtividade agrícola potencial relativa. Este potencial é avaliado através do modelo espacial GAEZ, que permite medir os rendimentos agrícolas potenciais, aperfeiçoado pelo IIASA (Instituto Internacional para a Análise dos Sistemas Aplicados) e pela FAO. Consideremos, por exemplo, o caso de um hectare de terras cultivadas e de um hectare de florestas. A metodologia GAEZ indicaria que o rendimento potencial da zona cultivada é duas vezes superior ao rendimento potencial da zona florestal. Em seguida, agrupando a zona cultivada e a zona de floresta para calcular a pegada ecológica total, as terras cultivadas se verão aplicar um coeficiente de ponderação duas vezes mais importante que aquele atribuído à zona florestal.

Gráfico 3.4 Pegada ecológica da humanidade por categoria, 1961-2005



Estado de conservação dos lugares

Isto não é neutro no que diz respeito às recomendações políticas, pois a floresta terá, geralmente, um fator de equivalência (ponderação) mais baixo, o que significa que uma transformação em grande escala de zonas florestais em terras cultivadas fará aumentar diretamente a biocapacidade total disponível e reduziria, por consequência, o déficit ecológico.

Em resumo, a aparente simplicidade da pegada ecológica encobre várias dificuldades, o que leva a nos concentrar no que é sua verdadeira contribuição e a nos contentar eventualmente com abordagens menos ambiciosas, entretanto, mais transparentes. As comparações das pegadas ecológicas entre os países devem ser utilizadas como um indicador da desigualdade do consumo e das interdependências entre as zonas geográficas (cf. principalmente Mac Donald e Patterson, 2004). Mas a mensagem essencial da pegada ecológica, e trata-se bem de uma mensagem, é que a humanidade, e principalmente os países ocidentais desenvolvidos, aumentaram consideravelmente o nível das emissões de CO₂ na atmosfera no decorrer dos últimos 40 anos (Gráfico 3.4). As emissões anuais ultrapassam hoje largamente o nível que pode ser absorvido pela natureza, com consequências bem conhecidas para a temperatura e o clima. A abordagem metodológica de cálculo da pegada ecológica consiste em exprimir estas emissões em termos de área equivalente (floresta) necessária para absorvê-las. Isto dá ao cidadão comum uma visão eloquente da amplidão deste problema, e é aí que se situa o verdadeiro valor agregado da pegada ecológica. Mas, fora isso, seu valor agregado em relação a uma contabilidade centrada nas emissões de carbono não é particularmente chocante.

A metodologia da pegada ecológica fornece, assim, elementos interessantes tendo em vista uma contabilização total das emissões de CO₂ provenientes do consumo, pois a pegada de carbono na escala de um país leva em conta não somente as emissões diretas de CO₂, mas igualmente as emissões indiretas causadas pelos produtos importados. Sob um ponto de vista mais geral, a contabilização do carbono (por exemplo, o “balanço carbono” utilizado na França) é provavelmente uma tentativa mais promissora de controlar a pressão que nós (um país, uma comunidade local, um cidadão, etc.) exercemos sobre a capacidade de absorção dos resíduos por nosso ecossistema.

3. Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

3 – Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Tentemos resumir a impressão geral que emerge do inventário proposto na segunda parte. Esta parte expôs as numerosas tentativas feitas até o presente para quantificar a sustentabilidade. Até certo ponto, esta abundância é normal. A sustentabilidade não é uma questão unidimensional e, cedo ou tarde, cabe-nos estudá-la por meio de um número relativamente importante de indicadores, e este é precisamente o argumento que desenvolvemos em favor dos painéis.

Entretanto, sob outro ponto de vista, a abundância é muitas vezes considerada como um inconveniente importante. Se desejarmos chamar a atenção da opinião pública ou dos responsáveis políticos para as questões ligadas à sustentabilidade, é útil dispor de números sintéticos que possam fazer concorrência à popularidade do PIB. Esta era precisamente a ambição da maior parte dos indicadores que passamos em revista na segunda parte e, sob este aspecto, torna-se problemático dispor de outros tantos índices pretensamente sintéticos dando tantas visões diferentes dos graus de sustentabilidade dos diferentes países.

Para mostrar a que ponto as divergências podem ser significativas, representamos graficamente os valores de três indicadores disponíveis de maneira sistemática para a quase totalidade dos países do mundo (Gráficos 3.5 e 3.6): o índice de sustentabilidade ambiental, a poupança líquida ajustada segundo o cálculo do Banco Mundial (em % da Renda Nacional Bruta - RNB) e a pegada ecológica.

Os gráficos confirmam que os vínculos entre estes índices são fracos e que as mensagens transmitidas podem ser contraditórias. O índice de sustentabilidade ambiental e a poupança líquida ajustada mostram uma baixa correlação positiva, pois ambos se revelam favoráveis aos países mais desenvolvidos. No que diz respeito ao índice de sustentabilidade ambiental, isso se deve, entre outras coisas, ao peso que ele atribui às políticas ambientais ativas e à qualidade das instituições que participam da aplicação dessas políticas. No caso da poupança líquida ajustada, esta correlação se deve ao fato de que os países desenvolvidos estão mais em condições de acumular capital físico e humano, enquanto que a exploração dos recursos esgotáveis está, com mais frequência, concentrada nos países do sul. A correlação é de mesmo sinal para a poupança líquida ajustada e a pegada ecológica, mas convém lê-la em outro sentido: os países que são mais “sustentáveis” sob o ponto de vista da poupança líquida ajustada têm uma pegada ecológica mais

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

importante e são, portanto, menos “sustentáveis” ou, mais precisamente, contribuem mais para a não sustentabilidade global que os países cuja poupança líquida ajustada é baixa.

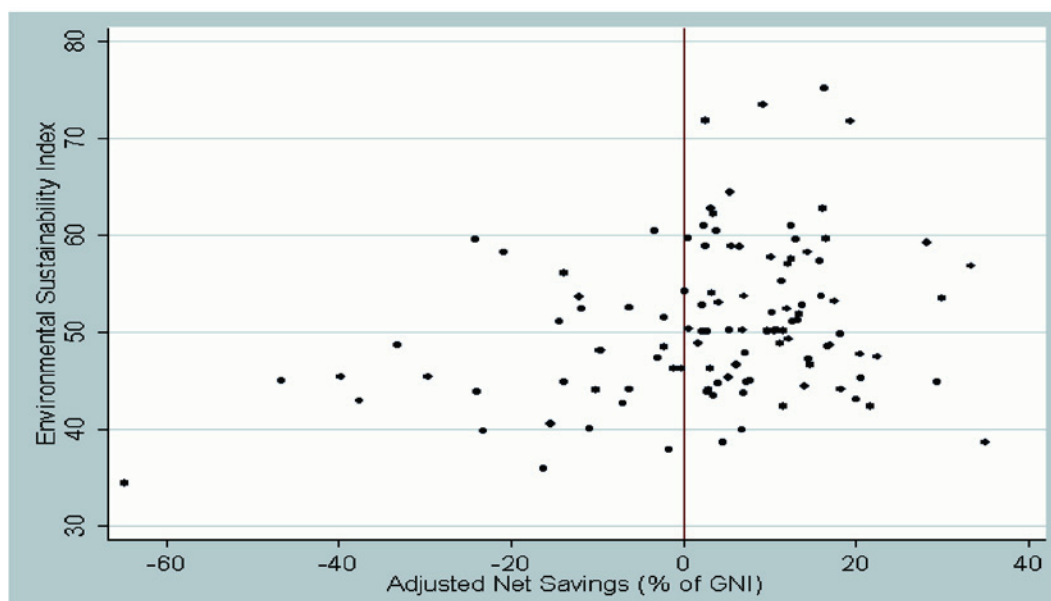
É possível ultrapassar essas divergências para concordar com uma representação compartilhada da sustentabilidade global? Se fosse o caso, isto constituiria um avanço importante. Mas veremos que a resposta a esta pergunta é infelizmente negativa, em razão de dificuldades profundas que não podem ser resolvidas facilmente. Estas razões devem ser corretamente compreendidas se quisermos orientar nossos esforços para as direções adequadas. Aí está o principal objetivo da presente parte.

Nossa análise compreenderá duas etapas. A primeira responde à seguinte pergunta: se nós tivéssemos que produzir um só indicador global da sustentabilidade, qual seria a metodologia a ser seguida? Neste caso, o elemento crucial é o processo de construção do agregado exigido para combinar todos os elementos heterogêneos que é preciso levar em conta para o bem-estar futuro (ponto 3.1). A literatura econômica recente propõe uma resposta a esta pergunta que afasta a hipótese ingênua segundo a qual esta agregação poderia se basear nos preços de mercado, mas sem, por essa razão, remeter a escolhas arbitrárias de pesos. Exemplos simples mostrarão de que maneira este procedimento se aplicaria a contextos estilizados e, principalmente, sua capacidade potencial para superar a oposição clássica entre as abordagens forte e fraca da sustentabilidade (ponto 3.2).

Mas este quadro faz também sobressair com muita nitidez às condições muito exigentes que este índice ideal requer, e ele constitui, portanto, um bom ponto de partida para a análise sistemática dos problemas com os quais se depara a avaliação da sustentabilidade. Não pretendemos estudar todos esses problemas de maneira sistemática, mas levantaremos os pontos que parecem particularmente determinantes. Veremos, inicialmente, que este quadro de análise chama a atenção para a importância das incertezas técnicas e normativas que tornam difícil o fornecimento de avaliações unívocas da sustentabilidade (pontos 3.3 e 3.4). Utilizaremos, a seguir, este quadro para esclarecer as dificuldades apresentadas pela dimensão internacional da problemática (ponto 3.5). Estes elementos de reflexão servirão de base para as recomendações mais ecléticas que serão propostas na quarta e última parte.

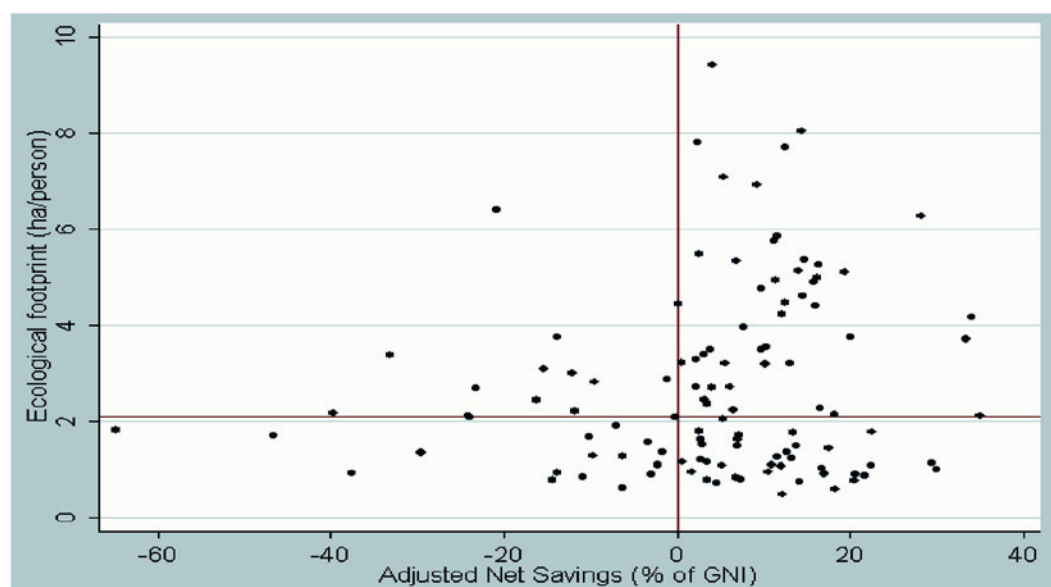
Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Gráfico 3.5 Relação entre o índice de sustentabilidade ambiental e a poupança líquida ajustada



[Tradução das legendas: índice de sustentabilidade ambiental e poupança líquida ajustada (% da RNB)]

Gráfico 3.6 Relação entre a poupança líquida ajustada e a pegada ecológica



[Tradução das legendas: pegada ecológica (ha/pessoa) e poupança líquida ajustada (% da RNB)]

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

3.1 Como procederíamos para construir um indicador único da sustentabilidade?

Os elementos desenvolvidos na segunda parte fazem sobressair, pelo menos, um ponto de consenso: a sustentabilidade diz respeito àquilo que transmitimos às gerações futuras, e a questão é saber se nós lhes deixamos recursos de toda sorte suficientes para que elas disponham de conjuntos de oportunidades pelo menos tão importantes quanto os de que nos beneficiamos. Isso está na base daquilo que chamamos, em geral, a abordagem da sustentabilidade fundamentada nos “estoques”, na “riqueza”, nos “ativos” ou no “capital”. Os ativos a levar em consideração são numerosos: recursos fósseis, recursos renováveis, recursos ambientais, mas igualmente capital físico, humano e social, ou conhecimentos gerais. Para evitar todo e qualquer mal-entendido, convém precisar que os termos “ativos” ou “capital” não significam que consideramos que estes recursos devam ser privados ou sujeitos às forças do mercado. Muitos desses recursos são ativos coletivos que não podem ser gerenciados eficazmente pelos mecanismos de mercado.

Esta abordagem da sustentabilidade fundamentada na “riqueza” ou nos “estoques” forneceu, principalmente, o quadro básico para o Millenium Ecosystem Assessment, realizado pelas Nações Unidas, entre 2001 e 2005, e que, neste estágio, constitui o inventário de referência para as tendências ambientais em todo o planeta. Este tipo de quadro conceitual está, evidentemente, em total acordo com os pontos de vista tradicionais dos economistas sobre os aspectos dinâmicos do bem-estar (cf. Quadro 3.2). Igualmente, é interessante constatar que a referência a esta noção de riqueza é compartilhada por vários trabalhos de autores heterodoxos (cf. para a França, Méda, 1999, ou Viveret, 2002). Tudo isso sugere que dispomos de uma linguagem comum que pode favorecer a convergência entre uma grande variedade de pontos de vista.

Tomemos um exemplo: uma das críticas “heterodoxas” frequentes do PIB clássico é que, segundo este índice, a destruição do capital natural ou físico pode ser contabilizada positivamente, em razão dos efeitos positivos das reparações sobre a atividade econômica. Para sermos exatos, estas atividades de reparação nem sempre fazem o PIB aumentar. Elas só o fazem se houver um aumento líquido da atividade, o que não será o caso se houver uma simples transferência de trabalho das atividades normais para as atividades de reparação. Mas, quando um aumento da atividade ocorre efetivamente, o PIB envia claramente uma mensagem inadequada se ela for interpretada em termos de bem-estar. A abordagem da sustentabilidade fundamentada nos estoques evita tal paradoxo, de uma maneira que retoma a

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

discussão das “despesas defensivas”, amplamente abordada pelo primeiro subgrupo. Segundo a abordagem pelos estoques, uma catástrofe ecológica se traduz por uma perda de capital, e, portanto, um empobrecimento e uma ameaça imediata para a sustentabilidade. As ações de reparação serão contabilizadas como investimentos que servem unicamente para compensar a perda inicial. Estas ações não tornam mais rico se a perda de capital inicial foi registrada de maneira adequada. Por outro lado, tratando-se de investimentos, eles não devem entrar na avaliação do bem-estar atual: na ausência de catástrofe, as pessoas teriam podido se dedicar a atividades mais rentáveis que a simples restauração das condições que prevaleciam antes da catástrofe.

Feitas essas colocações, as dificuldades e divergências emergem já quando se trata da quantificação. A quantificação consiste em mensurar as mudanças de quantidade ou de qualidade dos diferentes ativos ou recursos, a saber, aquilo que chamamos as “mensurações físicas”. Os problemas ligados às mensurações já são importantes neste estágio, mas consideraremos que eles foram ultrapassados. Em um dado momento, supõem-se, portanto, que sabemos observar em que quantidade acumulamos estoques de recursos que deveriam contribuir positivamente para o bem-estar futuro e em que medida empobrecemos ou depreciamos outros estoques de uma maneira que contribuirá negativamente para o bem-estar futuro. A questão é, então, saber a que ponto isto afetará a sustentabilidade ou a não sustentabilidade global. Se nos impusermos a obrigação de responder a esta pergunta por um número único, é preciso encontrar o meio de agregar a totalidade destas variações físicas.

No que diz respeito aos ativos ou aos recursos trocados nos mercados, uma maneira de avaliar sua contribuição ao bem-estar futuro é utilizar os preços observados nos mercados. Entretanto, mesmo neste caso simples, sabemos que existem numerosas razões para que tal abordagem se revele problemática. Inicialmente, mesmo quando existem preços, há um risco de que estes últimos não sejam representativos das contribuições reais ao bem-estar dos ativos correspondentes no longo prazo, em razão de sua incapacidade para integrar plenamente todos os efeitos externos, positivos ou negativos, que podem estar associados ao acúmulo destes ativos. Mesmo se não fosse o caso, há o fato de que estes preços refletem o comportamento pouco previdente ou irracional dos investidores ou dos possuidores dos recursos, que conduz muitas vezes a mudanças erráticas nos fundamentos. Basta, por exemplo, pensar nas fortes variações dos preços dos ativos financeiros e do petróleo que foram observados no decorrer dos últimos anos.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Quadro 3.2 Sustentabilidade, riqueza e abordagens intertemporais do bem-estar

As mensurações da sustentabilidade que são objeto do presente documento estão ligadas à questão mais global da mensuração do bem-estar social sob um ponto de vista intertemporal. Nosso propósito é descrever as ideias principais, e convidamos o leitor a reportar-se à terceira parte da contribuição de M. Fleurbaey à Comissão para uma argumentação mais rigorosa (Fleurbaey, 2009).

A riqueza e o bem-estar intertemporal: conceitos gême

A dimensão intertemporal do bem-estar pode ser introduzida partindo-se do ponto de vista individual. A ideia é que o bem-estar atual de um indivíduo depende não somente do que ele consome ou daquilo de que se beneficia na data presente, mas igualmente do que prevê consumir ou daquilo que espera se beneficiar em um futuro mais ou menos distante. É possível nos satisfizermos com um nível relativamente baixo de recursos imediatos, se prevemos que nossa situação melhorará com o tempo. Inversamente, uma pessoa estará pouco satisfeita apesar de um padrão de vida atual elevado se ela souber que essa situação não vai perdurar. O tratamento natural desta dimensão intertemporal consiste em considerar que o bem-estar *global* (V) de um dado indivíduo é melhor mensurado enquanto combinação ponderada dos níveis atual e futuro de seu bem-estar *instantâneo* (U). Na prática, esta combinação ponderada toma, geralmente, a forma de uma soma atualizada dos valores sucessivos de U .

De que maneira esta noção está ligada à riqueza? Trata-se de um vínculo direto. Sabemos que a definição rigorosa do valor de um ativo é a soma atualizada dos dividendos que este último vai gerar durante períodos futuros. Da mesma maneira, para definir a riqueza de um indivíduo, convém mensurar o valor atualizado do consumo ou do gozo futuro que uma pessoa pode prever obter de seus recursos atuais, o que equivale a definir o bem-estar intertemporal. De forma bem evidente, deve ficar claro que esta concepção da riqueza ultrapassa a noção habitual de riqueza financeira ou física. Possuir ativos financeiros ou materiais aumenta, certamente, as possibilidades oferecidas a uma pessoa em termos de consumo futuro. Mas ter um nível de instrução elevado, gozar de boa saúde ou beneficiar-se de uma rede social ampliada são, igualmente, formas de riqueza presente que reforçam a perspectiva de ter rendimentos, de consumir e/ou de aproveitar a existência no decorrer dos anos futuros.

O que acontece se passarmos ao ponto de vista social? É, primeiramente, possível agrupar estes V prospectivos para todos os indivíduos atualmente vivos. Mas, sob um ponto de vista coletivo, só se trata de um aspecto do problema. Supõe-se que as coletividades sobrevivem para além dos horizontes de vida de seus membros atuais, sendo estes membros constantemente substituídos por novos. Isto significa que mensurar o bem-estar intertemporal de uma dada coletividade equivale a fazer a soma *atualizada* dos consumos e das fontes de satisfação de todos os seus membros atuais e futuros, para todas as épocas vindouras. Se fizermos isso, teremos o mesmo vínculo entre o bem-estar social e a riqueza intertemporal que tínhamos no caso individual, pela escolha de um conceito de “riqueza no sentido amplo”, que reúne o potencial de utilidade de todos os recursos atuais não somente para nós mesmos, mas, igualmente, para todas as gerações futuras. Utilizaremos a letra W para caracterizar esta concepção ampliada da riqueza.

As dificuldades de tal avaliação são, todavia, consideráveis, como Samuelson (1961) destacou há muito tempo. Segundo seu próprio termo, isto leva a dar um forte componente de “futuridade” à avaliação do bem-estar social, o que a torna quase impossível de realizar na prática. Além disso, mesmo se pudéssemos produzir projeções a bem longo prazo das trajetórias de consumo ou do bem-estar atuais, seríamos sempre confrontados à questão da atualização, a saber, a maneira de ponderar o bem-estar relativo das pessoas que vivem na hora atual e aquele das pessoas que viverão dentro de 100 anos, e mesmo ainda mais tarde. Esta questão está sempre no centro do debate. A atualização é inevitável sob um ponto de vista prático (para evitar as somas infinitas), mas ela é eticamente problemática: em princípio, todas as pessoas deveriam ser tratadas de maneira igual, qualquer que fosse sua data de nascimento. Em todos os casos, qualquer que seja a atitude escolhida, índices práticos do bem-estar que necessitam de uma agregação intertemporal até o final dos tempos são difíceis de serem elaborados, e, evidentemente, difíceis de fazer entender.

Dois modos de medidas da sustentabilidade: o bem-estar sustentável e as evoluções da riqueza mundial

Em razão das dificuldades mencionadas anteriormente, a Comissão escolheu não apresentar esta visão intertemporal no longo prazo do bem-estar social. Os subgrupos encarregados de tratar as questões ligadas ao PIB clássico e à qualidade de vida se concentraram, essencialmente, nos elementos que afetam o bem-estar atual.

A dimensão intertemporal foi considerada pelo presente subgrupo através da dimensão mais estreita, mas não menos importante, da *sustentabilidade*, a saber, a questão de determinar se a sociedade será capaz, em épocas futuras, de ter um nível de bem-estar corrente tão alto quanto aquele que temos hoje. O vínculo entre a riqueza e esta questão da sustentabilidade pode ser apresentado da forma que segue: mensurar a riqueza equivale a medir o tamanho do bolo a ser partilhado entre as gerações sucessivas, enquanto mensurar a sustentabilidade consiste em determinar de que maneira

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

este bolo será partilhado entre as gerações ou as épocas, sendo o objetivo, que nenhuma geração futura seja menos afortunada que a geração atual. A metáfora do bolo é, evidentemente muito imperfeita em um contexto intertemporal. Em um quadro dinâmico, o tamanho do bolo não é fixo, mas depende do comportamento das gerações sucessivas. Contudo, mesmo imperfeita, esta metáfora permite esclarecer a diferença assim como o vínculo entre as duas noções de riqueza global e de sustentabilidade.

Dito isso, existem duas escolas no que diz respeito à avaliação da sustentabilidade.

A primeira consiste em definir conceitos de consumo ou de bem-estar sustentáveis. A ideia é calcular o nível constante máximo de bem-estar que pode ser assegurado no decorrer de todos os períodos sucessivos, tendo como ponto de partida os níveis atuais de recursos. A literatura dedicada à caracterização deste U_{sust} é abundante. Esta é a ideia de partida do índice de “bem-estar econômico sustentável”, de Nordhaus e Tobin, retomada pelos numerosos sucessores deste índice. Esta noção foi, em seguida, conceituada por diferentes documentos teóricos, a começar por aquele de Weitzman (1976). No plano empírico, o conceito de PIB Verde pode igualmente ser visto como uma tentativa parcial de calcular um padrão de vida sustentável.

Mas existem duas limitações a esta abordagem. Inicialmente, quanto ao PIB Verde, convém destacar que ele corresponde a uma versão parcial do conceito de U_{sust} . Ele mede, com efeito, a produção líquida das degradações ambientais, mas não leva em consideração o acúmulo ou a perda de numerosas formas de ativos, principalmente dos ativos intangíveis. Em seguida, mesmo se pudéssemos medir U_{sust} de maneira satisfatória, não se trataria, de forma alguma, de uma estatística suficiente para caracterizar a sustentabilidade. Simplesmente, substituir o PIB pela mensuração de um PIB Verde não nos permite avaliar se nos encontramos ou não num caminho sustentável. A medida da sustentabilidade impõe *comparar* este PIB Verde a nosso consumo real de recursos. Para reformular isto em termos de serviços ou de bem-estar, é o par (U, U_{sust}) que é necessário para avaliar a sustentabilidade. Estamos em um caminho sustentável enquanto $U \leq U_{sust}$. Estamos em um caminho não sustentável assim que U for superior a U_{sust} .

A segunda escola consiste em construir um indicador que mesure diretamente a diferença entre o que consumimos ou aquilo de que nos beneficiamos e o que poderíamos consumir ou de que poderíamos nos beneficiar numa base sustentável. Esta diferença pode ser mensurada pela evolução da riqueza no sentido amplo (dW), e os cálculos da poupança líquida ajustada são uma tentativa de quantificação desta evolução. A ideia é simples: um aumento da riqueza entre t e $t + 1$ significa que dispomos no início do período $t+1$ de recursos suficientes para manter, e mesmo aumentar, o nível do bem-estar que tínhamos no momento t sem comprometer o futuro. Uma baixa da riqueza significa que dispomos no início do período $t + 1$ de recursos menos importantes do que aqueles de que dispúnhamos no início do período t . Isto não proíbe necessariamente de consumir outro tanto durante o período $t+1$ do que durante o período t , mas é claro que não poderemos fazê-lo indefinidamente. Cedo ou tarde, a sociedade deverá rever para baixo seu padrão de vida, e este ajuste será tanto mais violento quanto mais tarde for compreendido.

Como para o cálculo de V , a mensagem refletirá a escolha do fator de atualização p , mas de forma sensivelmente diferente. Por ocasião do cálculo de V , a escolha de p apresenta um problema ético, que é saber quais coeficientes de ponderação relativos convém atribuir ao bem-estar atual ou ao bem-estar futuro. Quando se calcula dW para utilizá-lo como um indicador de sustentabilidade, a escolha de p afeta, por outro lado, a capacidade de antecipação do índice. A escolha de um valor de p se assemelha à escolha de uma distância focal para gêmeas. Um valor de p alto possibilitará incidir no risco de uma baixa de U em um futuro relativamente próximo. Mas, com valores altos, o indicador não será eloquente quanto às eventuais baixas de U em um futuro muito distante. As mensagens de alerta referentes à não sustentabilidade no longo prazo só aparecerão se um valor baixo for adotado para p .

Este vínculo entre riqueza e sustentabilidade significa que pode ser pertinente considerá-las de modo simultâneo. É precisamente o que fez o Banco Mundial em suas avaliações mais recentes da poupança líquida ajustada (Banco Mundial, 2006). Estas avaliações mostraram que a maior parte da “riqueza das nações” reside nos recursos intangíveis, tais como as competências, isto é, o capital humano, em conformidade com o que foi proposto por Adam Smith há mais de dois séculos. Enquanto que a predominância do capital humano é essencialmente encontrada nos países desenvolvidos, uma parte muito mais importante da riqueza dos países pobres é constituída pelos ativos naturais. Infelizmente, a poupança líquida ajustada destes países é muitas vezes negativa, pois a exploração dos recursos naturais não é compensada por um acúmulo suficiente de outros ativos físicos e humanos. Esta constatação não exime necessariamente os países desenvolvidos, e também não significa que os países menos desenvolvidos deveriam consumir menos. A ideia é antes de mais nada que eles deveriam investir de maneira mais eficaz. Mas isto destaca principalmente a que ponto estes países pobres, que dependem dos recursos naturais, estão expostos a problemas de médio prazo em matéria de sustentabilidade, e aponta o risco de aumento das desigualdades em nível mundial.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

De qualquer maneira, mesmo se estivéssemos prontos para acreditar na validade dos preços do mercado quando eles existem, resta o problema dos ativos que não são trocados enquanto tais nos mercados, e para os quais nenhum preço direto pode ser observado. Excluir estes ativos dos cálculos é, evidentemente, o tipo de resposta que convém evitar; é por isso que é preciso encontrar procedimentos alternativos.

Em alguns desses casos, a monetização indireta parece ainda possível de maneira relativamente evidente. Tomemos o exemplo do capital humano, apresentado mais pormenorizadamente no Anexo 3. Para esta forma de capital, a estratégia utilizada pelas versões iniciais da poupança líquida ajustada consistia em avaliar seu acúmulo pelo custo monetário de produção de novo capital humano, a saber, as despesas de educação. Este método é, evidentemente, demasiado primário, pois ignora a depreciação deste capital humano e o fato de que o mesmo nível de despesa pode produzir capitais humanos de qualidades muito diversas.

Existe um método alternativo que recorre a informações parciais fornecidas pelo mercado de trabalho: o capital humano é, então, avaliável pelo fluxo atualizado do rendimento do trabalho que ele supostamente gera. Este procedimento supõe que é possível extrapolar as taxas atuais de retorno sobre o capital humano no futuro. Evidentemente, isto é igualmente discutível. Não é, com efeito, possível garantir que os retornos sobre a educação serão os mesmos amanhã que hoje. Mas, sobre este tipo de questão, parece que métodos de avaliação racionais não estão completamente fora de alcance e que podem servir para comparar a amplitude do acúmulo líquido de capital humano entre os países ou entre diferentes períodos.

O problema parece bem mais complexo no que diz respeito aos ativos ambientais, para os quais as informações fornecidas pelos mercados são muito limitadas, e mesmo inexistentes.

Em certos casos, a solução utilizada consiste em estimar os custos em que se incorre para evitar que estes ativos se degradem, por exemplo, o custo dos equipamentos que podem permitir evitar totalmente a emissão de um determinado poluente na atmosfera, ou o preço que seria necessário pagar, para manter os níveis de emissão ou a degradação do meio ambiente abaixo de um dado limiar, como é feito principalmente para a avaliação das emissões de CO₂. Infelizmente, esta solução não é satisfatória para o que nos interessa, mesmo se ela pode ser apropriada aos índices do tipo PIB Verde. Vimos que o objetivo do PIB Verde é simplesmente integrar ao PIB os danos causados ao meio ambiente. Nesta perspectiva, basta efetivamente subtrair do PIB ou do PNL clássicos o custo potencialmente incorrido para manter o meio ambiente em seu estado atual. Mas vimos que o PIB Verde não traz resposta verdadeira à questão específica da sustentabilidade.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

O que os índices de sustentabilidade devem mensurar é outra coisa: eles devem nos dizer se um dano causado ao meio ambiente vai fazer passar o bem-estar das gerações futuras a um nível inferior ao do bem-estar atual. É somente em condições estritas que pode haver uma equivalência entre este impacto no longo prazo e o custo marginal atual da redução da poluição. Esta equivalência só existe se otimizarmos eficazmente os custos atuais da redução e os lucros futuros. Seria demasiado restritivo considerar que tais condições se aplicam ao mundo real.

Na verdade, uma verdadeira mensuração da sustentabilidade necessita de uma avaliação direta dos danos futuros e da maneira pela qual eles afetarão o bem-estar vindouro. Para ser completo, convém acrescentar que o mesmo tipo de estimativa é exigido em todos os demais ativos. Assim, mesmo quando os ativos têm um valor comercial aparente, sua verdadeira avaliação deve ser baseada na quantidade líquida de serviços que eles deverão fornecer mais tarde, em interação com outros ativos, e é claro que a ausência de mercados de certo número de bens leva a preços com viés para todos os bens e não somente para os bens não permutados. Por exemplo, se o acúmulo de capital é, \dot{K} , permanecendo todo o resto constante, uma boa coisa para o bem-estar futuro, mas se ele exercer simultaneamente uma pressão negativa sobre o meio ambiente, então este efeito externo deve repercutir negativamente sobre o valor atual deste capital, ou é provável que os preços correntes do mercado não levem em consideração este efeito.

3.2 Qual seria o comportamento deste indicador em situações-tipo?

Como todos estes problemas devem ser tratados? As exigências em matéria de informação são consideráveis. Quando os preços de mercado não servem mais de referência, é preciso basear-se nos preços estimados ou preços fictícios, e estas estimativas necessitam nada menos do que uma projeção integral da economia, do meio ambiente e de suas interações, assim como de uma perfeita antecipação da maneira pela qual a evolução deles vai afetar o bem-estar futuro (Arrow, Dasgupta e Mäler, 2003).

O presente relatório não é o lugar para uma investigação aprofundada das propriedades analíticas dos índices de sustentabilidade, mas vale a pena estudar algumas de suas ilustrações⁸. O contexto que vamos utilizar a título de exemplo só leva em consideração dois tipos de ativos: o capital produzido, que pode ser físico ou humano ou combinar os dois aspectos, e um recurso natural. O capital produzido

⁸ Os detalhes técnicos não são fornecidos aqui, mas estão disponíveis mediante solicitação. De maneira geral, é interessante testar índices e examinar seu comportamento em contextos teóricos, paralelamente à sua aplicação com dados reais. Se estes índices não chegarem a fornecer mensagens que possam ser interpretadas nos contextos teóricos, isso pode bastar para descartá-los. Se o resultado só for satisfatório em certos casos, isso permite identificar os casos particulares nos quais os índices são úteis e os casos nos quais eles são enganadores.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

desempenha o papel que lhe emprestam habitualmente os modelos de crescimento econômico: ele determina a produção e é acumulado pelo reinvestimento de uma parte de seu produto, a outra parte indo para o consumo, que é um dos componentes do bem-estar. O capital produzido é, além disso, sujeito à depreciação.

Tal especificação implica que, sob o ponto de vista da produção, a economia eventualmente converge para um estado estável ao mesmo tempo para o estoque de capital e para a produção, determinado pela taxa de investimento e pela taxa de depreciação. Este é o caso após um período de crescimento contínuo, se a economia parte de um estoque de capital inferior a seu valor de equilíbrio, ou ao termo de um período de decréscimo contínuo, se a economia adota uma taxa de investimento que não é suficiente para manter seu estoque de capital inicial.

A dimensão ambiental é introduzida pela existência de um recurso renovável essencial ao bem-estar e que cessa de se regenerar suficientemente quando certo limiar de produção é atingido, através do tipo de mecanismo que a pegada ecológica tenta integrar. Uma vez passada esta etapa, o ativo natural começa a se depreciar de maneira irreversível e, em nossas hipóteses, isto acaba por levar a um bem-estar zero, mesmo se a produção econômica continua a aumentar.

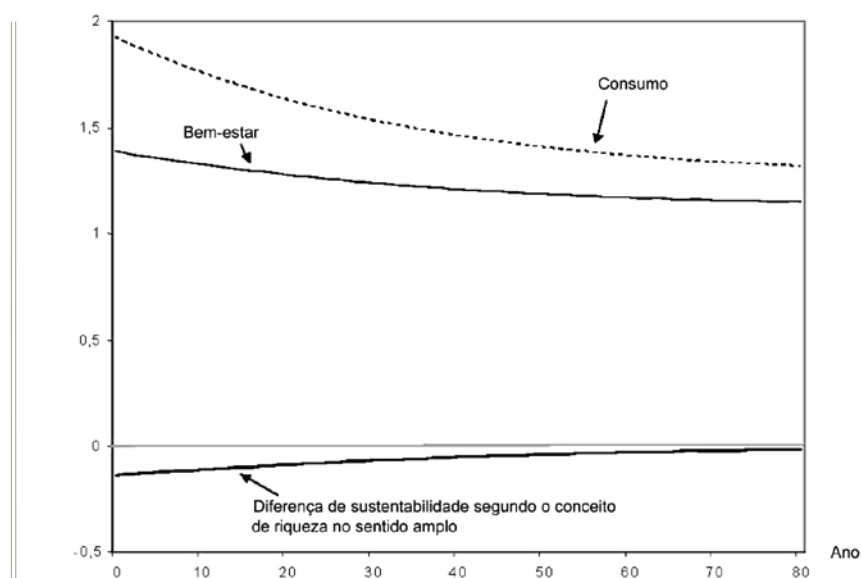
É neste contexto que testamos o comportamento de um índice da taxa de poupança generalizada construído em conformidade com os princípios enunciados anteriormente. A ideia é calcular, em cada período, as variações líquidas do capital produzido e do capital ambiental e agregá-los em função de suas contribuições relativas à sucessão futura dos bem-estares atuais, atualizados segundo uma determinada taxa. Diremos que temos uma diferença de sustentabilidade negativa quando o índice estiver situado abaixo de zero: neste caso sabemos, portanto, que, cedo ou tarde, o bem-estar vai descer abaixo de seu nível atual.

O Gráfico 3.7 parte de uma situação em que esta restrição ambiental não entra em jogo, mas na qual a não sustentabilidade decorre de uma renovação insuficiente do capital produzido. É o que podemos chamar um caso de não sustentabilidade econômica: não espanta que o índice indique corretamente uma diferença de sustentabilidade negativa sobre todo o período de simulação. Neste caso, esta está próxima da taxa de poupança líquida padrão e revela que a poupança não é suficiente para manter o nível de bem-estar atual. Esta sociedade está vivendo acima de suas possibilidades. Os índices que se concentram no componente ambiental não transmitem nenhuma mensagem referente a esta forma de não sustentabilidade. Trata-se aí de uma razão suficiente para prever integrar este tipo de índice em toda e qualquer abordagem da sustentabilidade.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

O que se passa, por outro lado, se a não sustentabilidade for causada pelos componentes ambientais? É a situação representada no Gráfico 3.8, na qual o capital se acumula e o consumo aumenta até o ponto em que o estoque de bens ambientais começa a declinar, levando, assim, a uma baixa do bem-estar global. O indicador construído em conformidade com as prescrições teóricas parece de novo em condições de antecipar esta situação. Se ele é concebido com uma taxa de atualização alta (5% em nosso exemplo), ele o fará de forma relativamente moderada: uma diferença de sustentabilidade negativa aparece somente alguns anos antes que o bem-estar comece a declinar. Mas nosso indicador envia a mensagem que é preciso, e isto de maneira muito mais prospectiva quando for construído com uma taxa de atualização baixa de 1%.⁹

Gráfico 3.7 Diferença de sustentabilidade em um caso estilizado de não sustentabilidade econômica

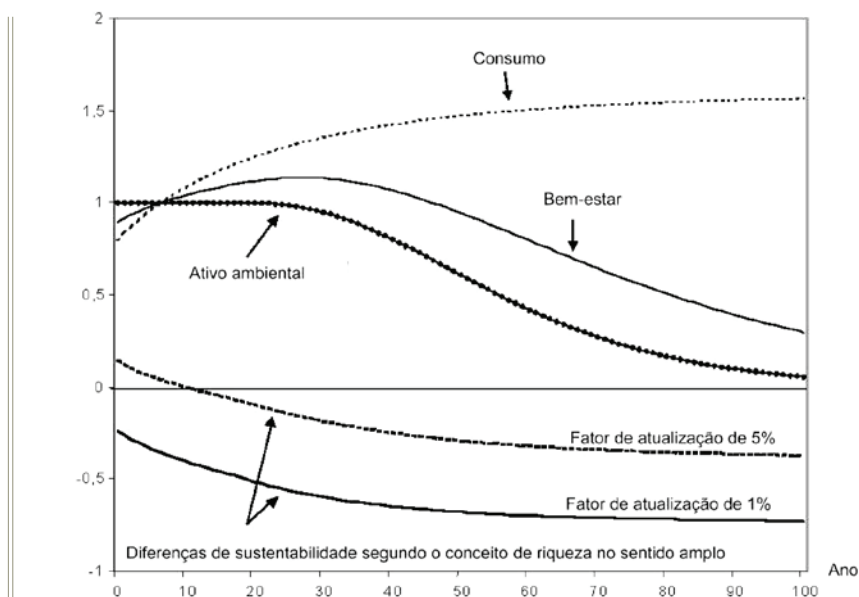


Interpretação: Em um cenário onde o consumo e o bem-estar declinam de maneira contínua em razão de investimentos físicos insuficientes, o indicador de riqueza no sentido amplo envia permanentemente o sinal de que o consumo atual não é sustentável

⁹ No que diz respeito à maneira pela qual a taxa de atualização do indicador influencia as mensagens que ele transmite, ver o relatório técnico preparado para a Comissão, por M. Fleurbaey (2009). Neste contexto, o papel da taxa de atualização é sensivelmente diferente do papel que ela representou nas controvérsias em torno do relatório Stern: reportar-se ao Anexo 4 para mais informações a este respeito.

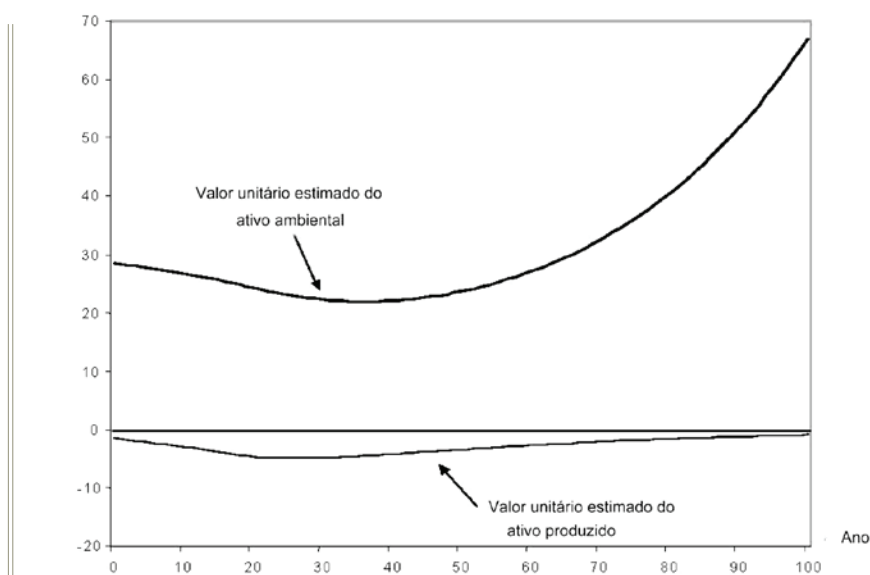
Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Gráfico 3.8 Diferença de sustentabilidade em um caso estilizado de não sustentabilidade ambiental



Interpretação: Quando um consumo excessivo leva a uma degradação do meio ambiente que, por sua vez, implica uma redução do bem-estar, o índice de riqueza no sentido amplo assinala que entramos num caminho não sustentável, sua capacidade de antecipação dependendo da taxa de atualização.

Gráfico 3.9 Valores estimados dos ativos ambientais e produtos segundo o cenário de não sustentabilidade ambiental (taxa de atualização de 1%)



Interpretação: Os resultados do Gráfico 3.8 se fundamentam nas propriedades específicas dos preços estimados: um valor positivo do capital natural em forte aumento e um valor negativo do capital produzido.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

O que é que explica então esta capacidade de antecipação? Ela tem sua origem na hipótese de que aquele que constrói o índice consegue basear suas avaliações nos preços imputados representados no Gráfico 3.9. Estes preços estimados têm duas características principais: a primeira é uma forte tendência à alta do valor estimado do bem ambiental, que traduz o fato de que este último é cada vez mais determinante para a evolução do bem-estar. Mas existe igualmente uma segunda característica: neste caso particular, trata-se do fato de atribuir imediatamente um valor negativo ao acúmulo de capital físico, para antecipar o fato de que a continuação desse acúmulo acabará por levar a ultrapassar o limiar ambiental crítico.

Este exemplo não pretende ser realista, mesmo se podemos considerar que ele descreve, na verdade, um de nossos futuros possíveis, a saber, os cenários de “colapso” analisados pormenorizadamente por Diamond (2008), ou certos cenários de bifurcação propostos pelos climatologistas em matéria de mudança climática. Seu interesse é, primeiramente, pedagógico. Ele apresenta as condições necessárias para que esta abordagem contábil funcione corretamente e mostre que pode, bem como o fazem outras abordagens, apreender situações de não sustentabilidade “forte”. Mas isto só é válido quando estão reunidas condições muito fortes:

– É preciso uma modelagem completa do desenvolvimento futuro da economia e do meio ambiente, assim como do impacto deles sobre a sequência dos níveis futuros de bem-estar. Isto significa que a construção do índice não é, em realidade, nada menos que um exercício completo de projeção. O índice não traz nele próprio nenhuma informação suplementar para este exercício de projeção. Trata-se somente de uma maneira, entre outras, de resumir em um único número o conjunto dos resultados deste exercício de projeção.¹⁰

– É preciso também estar pronto para aceitar mensagens fortes provenientes destes modelos em termos de avaliação dos diferentes ativos, que podem ser muito diferentes dos sinais enviados pelos mercados.

Isto fornece um bom quadro para esclarecer as dificuldades do exercício. Com esta base, torna-se relativamente fácil expor as diferentes razões que tornam difícil a avaliação da sustentabilidade, principalmente quando se busca fazê-la de maneira unidimensional.

¹⁰ Isto se aplica igualmente aos índices de “sustentabilidade” utilizados em finanças públicas, como a “diferença de financiamento” ou a mensuração da dívida implícita dos sistemas de seguridade social: todos estes índices são outros tantos meios de resumir as projeções no longo prazo quanto aos excedentes e déficits previstos.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

3.3 Primeira dificuldade: as incertezas no plano comportamental e técnico

Uma das dificuldades evidentes da mensuração da sustentabilidade é que, se feita de maneira correta, equivale a praticar um exercício de projeção completo. Assim, não é surpreendente encontrar o problema inevitável de quem faz previsões, a saber, o fato de que o futuro é incerto.

Na forma mais extrema, a dificuldade é que o futuro dependerá daquilo que fizermos dele. Efetivamente, realizar uma projeção implica igualmente antecipar os comportamentos, inclusive o comportamento dos responsáveis políticos. Existem tantas avaliações da sustentabilidade quantas possibilidades de ações futuras. Os preços virtuais são, aliás, por esta razão, uma maneira possível de avaliar e comparar estas ações (Drèze e Stern, 1990; Dasgupta, 2003).

Suponhamos, contudo, que nos abstenhamos de ir até este extremo. Na prática, o que nos pedem é, primeiramente, avaliar cenários de tendências, isto é, cenários em que os comportamentos e as políticas atuais continuam indefinidamente. Mesmo nestes casos, as fontes de incerteza permanecem significativas:

- O modelo em si mesmo é fonte de incerteza: estamos verdadeiramente certos de utilizar o modelo correto? Não corremos o risco de descurar de um ou outro aspecto do meio ambiente que se possa revelar de importância crucial no futuro? Esse era, no geral, o caso há várias dezenas de anos quanto à mudança climática e à biodiversidade. Quais são as próximas variáveis ambientais que poderão ser as protagonistas nos anos vindouros?
- Mesmo se utilizarmos o modelo conceitual correto para descrever as interações ecoambientais futuras, existe incerteza quanto aos parâmetros deste modelo ou quanto à magnitude dos choques externos futuros, capazes de causar desvios em relação à via de referência descrita pelo modelo.
- Finalmente, existe também incerteza quanto a um componente fundamental do índice, a saber, a escolha do indicador de bem-estar utilizado para avaliar as diferentes situações futuras da natureza e da economia. Em teoria, isto mistura estreitamente as conclusões do presente subgrupo com aquelas dos dois outros. Existem tantas avaliações da sustentabilidade do bem-estar quantas definições do bem-estar atual.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Sem entrar demais em pormenores, podemos desenvolver estas perguntas e as respostas que se poderia tentar dar a elas, começando pelas duas primeiras.

Se nos atermos aos componentes da incerteza tecnológica que se prestam ao cálculo probabilista, é eventualmente possível raciocinar em termos de intervalos de confiança. Sabemos que nenhum indicador pode nos dizer com certeza se estamos tomando ou não um caminho sustentável: o indicador pode dizer que somos sustentáveis quando não é o caso, e inversamente. Poderíamos imaginar combinar o indicador de avaliações destes dois riscos opostos. Alternativamente, é possível ter em vista a submissão do indicador a “testes de robustez” («*stress tests*») ou apresentar avaliações alternativas nos piores cenários, em conformidade com o princípio da precaução. Tais ideias podem constituir linhas de pesquisa, mas parecem difíceis de aplicar.

Se passarmos às formas de incerteza mais radicais quanto à maneira de modelar as interações entre as esferas ambiental e econômica, o problema parece bem mais crucial. Isto abre a porta a aplicações ainda mais divergentes do quadro geral descrito no ponto 3.2. A escolha de um índice de preferência a outro refletirá as divergências de opinião quanto ao modelo mais adequado para descrever a realidade. Poderá também decorrer de sensibilidades variáveis ao risco de utilizar um modelo errôneo, com alguns preferindo modelos muito conservadores no que diz respeito ao meio ambiente, enquanto que outros assumirão o risco de subestimar os problemas ambientais. O essencial do debate referente às mudanças ambientais no longo prazo reflete efetivamente convicções diferentes sobre a distribuição das probabilidades dos cenários ecoambientais futuros. Não há nenhuma razão para que a avaliação da sustentabilidade escape a essas dificuldades.

Este problema nos leva bem além daqueles aos quais são habitualmente confrontados os estatísticos, cujo trabalho cotidiano consiste essencialmente em medir o estado *atual* do mundo. Nesta área, é seguramente possível chocar-se com problemas de mensuração e/ou com divergências na maneira de agregar as diferentes características do estado do mundo nos índices sintéticos. Estes problemas já são importantes, mas trata-se de uma área onde não há, em princípio, lugar para a heterogeneidade das crenças ou das expectativas. Tentar quantificar a sustentabilidade acrescenta a tudo isso o problema de prever o futuro, e a heterogeneidade das crenças referentes a este futuro entra em jogo, e constitui uma fonte suplementar de complexidade.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Uma resposta possível a esta dificuldade seria fornecer índices elaborados a partir de vários modelos concorrenciais. Mas o caráter pedagógico destes exercícios não é certo, o que estimula a abordar o problema de maneira diferente. Se existem elementos naturais cuja interação com a esfera econômica pode ser substancial e provável, mas assume formas difíceis para modelar de modo confiável, há boas razões para preferir controlar estes fatores ambientais de maneira separada, abandonando a ideia de integrá-los em um indicador único.

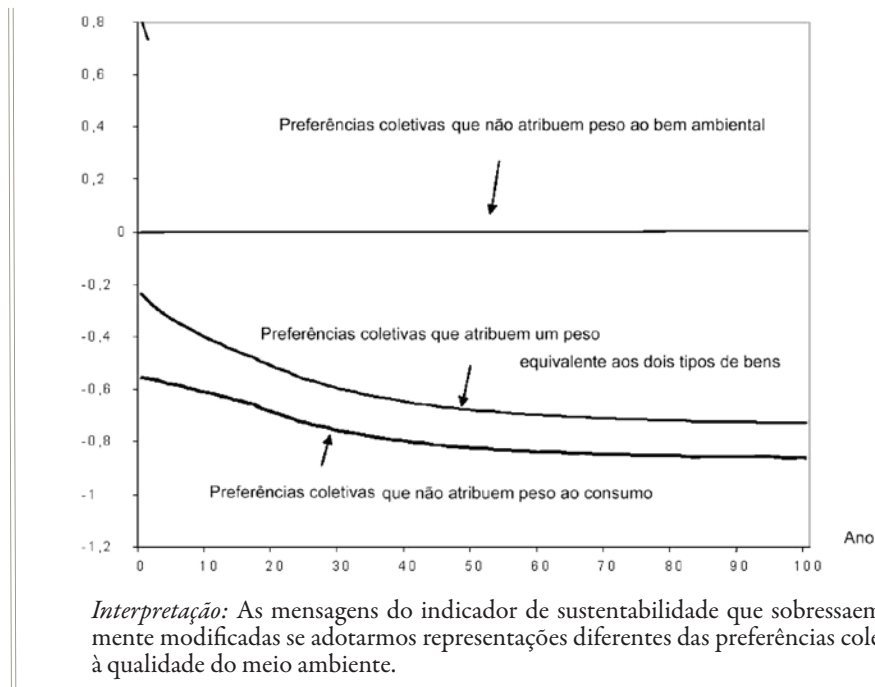
3.4 Incertezas normativas: sustentabilidade do quê?

Se passarmos ao plano normativo, podemos dizer que há tantos índices de sustentabilidade quantas definições do que desejamos manter. Esta observação pode parecer trivial, mas ela não é paradoxalmente tão frequente na literatura. Merece alguns comentários. Na prática usual dos contadores nacionais, a questão normativa da definição de preferências é geralmente evitada, tomando-se por hipótese que os preços observados revelam as verdadeiras preferências das pessoas. Se as maçãs são menos caras que as laranjas, isto traduz, entre outras coisas, os gostos relativos das pessoas pelas maçãs e laranjas. Nenhuma escolha normativa é, portanto, exigida da parte do estatístico. Seria igualmente verdadeiro para a mensuração da sustentabilidade se todos os ativos que devemos levar em conta fossem trocados em mercados perfeitos por indivíduos plenamente informados da importância desses ativos, não somente para seu próprio bem-estar futuro, mas igualmente para aquele de seus descendentes.

Do momento em que concluímos que os preços de mercado não são um dado confiável, perdemos esta expressão indireta das preferências reveladas. Especificações diretas destas preferências devem ser introduzidas em nossos instrumentos de avaliação, e os resultados vão depender destas especificações. A título de ilustração, renovamos a simulação do Gráfico 3.8 com diversas especificações alternativas da função do bem-estar. A especificação do Gráfico 3.8 atribuía um peso igual à qualidade ambiental e ao consumo. Acrescentamos aí funções de bem-estar do ambientalista puro e do consumista puro que atribuem pesos máximos simétricos ao meio ambiente e ao consumo, e nenhum peso ao outro componente. O resultado é claro, mas merece mesmo assim destaque: essas duas hipóteses polares levam a avaliações completamente diferentes da sustentabilidade.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Gráfico 3.10 Diferença de sustentabilidade para o mesmo cenário do Gráfico 3.8, mas calculado para diversas especificações da função de bem-estar



Existem meios de remediar esta indeterminação? Poderíamos tentar resolver este problema de modo empírico tentando definir uma função apropriada do bem-estar a partir das observações presentes sobre valores que as pessoas atribuem aos fatores ambientais em relação aos fatores econômicos. Isto não sendo realizável a partir dos preços observados, é preciso recorrer a outros meios, como avaliações contingentes ou mensurações diretas do impacto dos serviços ambientais sobre índices de bem-estar subjetivo, tais como aqueles estudados pelo segundo subgrupo. Mas as limitações são numerosas. Em particular, as avaliações contingentes e as mensurações subjetivas estabelecidas hoje em um dado contexto ecoambiental, podem elas ser utilizadas para predizer as avaliações das gerações futuras em contextos ecoambientais que terão certamente evoluído? A pertinência do índice depende da capacidade da função do bem-estar em captar a valorização relativa dos bens ambientais e não ambientais em todo o espectro de variação de suas quantidades relativas.

Tal perfil global pode se revelar difícil de extrair simplesmente a partir de observações correntes estabelecidas para um intervalo estreito de variação das

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

variáveis ecoambientais. Alguns poderiam argumentar, por exemplo, que nossos descendentes poderão se tornar muito sensíveis à penúria relativa de certos bens ambientais aos quais não concedemos quase atenção hoje porque são ainda relativamente abundantes, e que será preciso, portanto, que atribuamos imediatamente um alto valor a estes bens pela simples razão de acreditarmos que este poderá vir a ser o desejo de nossos descendentes. Inversamente, os antiambientalistas podem apresentar o argumento oposto: é possível que as gerações futuras sejam completamente indiferentes ao desaparecimento de certos serviços ambientais aos quais concedemos hoje valor unicamente porque temos o hábito de fazê-lo. Isto acrescenta ao debate a complexidade que pode resultar do desvio dos determinantes do bem-estar no decorrer do tempo, desvios que podem, eles próprios, depender do caminho seguido pelas variáveis econômicas e ambientais.

Indo mais longe, apresenta-se também a questão de saber de que maneira o indicador do bem-estar escolhido deve agregar as preferências individuais, isto é, a questão dos aspectos distributivos do bem-estar. Se, por exemplo, considerarmos que o indicador-chave do bem-estar corrente deve ser o rendimento total disponível dos $x\%$ menos aquinhoados da população, e não o rendimento global disponível, os índices de sustentabilidade devem ser adaptados a esta função objetivo. Isto estaria perfeitamente de acordo com outro aspecto frequentemente ignorado da definição da sustentabilidade que consta no relatório Brundtland, a saber, a atenção dada à distribuição dos recursos *no seio* das gerações, assim como *entre* as gerações. Em um mundo onde as desigualdades no interior dos países tendem naturalmente a aumentar, as mensagens relativas à sustentabilidade diferirão em função do objetivo que nós nos fixarmos. Uma atenção específica levada às questões de distribuição poderia mesmo estimular a ampliar a lista dos bens de investimento que têm uma importância para a sustentabilidade: a “sustentabilidade” do bem-estar para os $x\%$ pior aquinhoados da população pode implicar investimentos específicos em instituições que ofereçam ajuda eficaz para preservar esta população da pobreza. Em princípio, nosso quadro teórico indica como, idealmente, atribuir um valor a este tipo de investimento “institucional”. De fato, segundo Arrow *et al.* (2003), as instituições figuram entre os ativos que deveriam idealmente ser integrados a uma medida verdadeiramente exaustiva da riqueza. Mas, é desnecessário dizer que a perspectiva de chegar a isso está ainda mais distante do que para outros ativos.

Em resumo, esta questão da pré-definição da noção de bem-estar que tentamos defender: a) põe em evidência o vínculo necessário entre as conclusões do presente subgrupo e aquelas dos dois outros subgrupos; e b) pode constituir um argumento

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

suplementar em favor de índices de sustentabilidade múltiplos, correspondentes às diferentes definições do que tentamos defender. De certo modo, isto mostra que não existe oposição intrínseca entre a abordagem da sustentabilidade segundo a “riqueza ampliada” e a ideia muitas vezes apresentada pelos partidários dos índices compostos de que a ponderação dos diferentes componentes da sustentabilidade deveria fazer parte do debate democrático. A vantagem da abordagem fundamentada nos estoques é que fornece um quadro que permite identificar os elementos necessários a ponderar e que ela esclarece a base de cálculo dessas ponderações, contrariamente aos procedimentos de ponderação arbitrários geralmente adotados para os índices compostos. Mas, uma vez que seja admitido que os preços de mercado dos ativos não podem servir de referência para nossas avaliações, somos trazidos de volta à questão de saber sobre quais bases essas avaliações podem ser estabelecidas.

3.5 A dimensão internacional: sustentabilidade de quem?

Passemos à análise das propriedades dos indicadores em um contexto multinacional. Vimos que este aspecto do problema é outra grande fonte de divisão entre a poupança líquida ajustada e de numerosas outras abordagens da sustentabilidade. Em função do índice escolhido, os países mais fortemente envolvidos pela não sustentabilidade podem ser os países menos desenvolvidos, em razão do investimento insuficiente em capital físico e em capital natural e/ou de má gestão dos recursos naturais, ou os países mais desenvolvidos, porque seu alto padrão de vida impõe uma pressão forte sobre o ecossistema e sobre os recursos naturais em escala global.

Sobre este ponto, um dos argumentos possíveis em favor da poupança líquida ajustada é que, se os mercados funcionam corretamente, a pressão exercida por estes países desenvolvidos sobre os recursos dos outros países se reflete já nos preços que eles pagam para importar esses recursos. Se, apesar do custo de suas importações, os países desenvolvidos estão ainda em condições de gerar uma poupança líquida positiva, isto significa que eles investem suficientemente para compensar seu consumo de recursos naturais. Cabe, em seguida, aos países exportadores reinvestir os rendimentos extraídos de suas exportações em quantidade suficiente se eles querem igualmente estar num caminho sustentável. É o que se chama de “regra de Hartwick” (Hartwick, 1977), segundo a qual, para um país exportador de recursos, a sustentabilidade implica o reinvestimento da totalidade dos rendimentos destas exportações. Um país que vende um ativo não renovável se torna necessariamente mais pobre se ele não converter todos os rendimentos provenientes desta venda em outro ativo.

Abordagens da Sustentabilidade por meio de índices únicos: quais são os obstáculos?

Na realidade, a regra de Hartwick necessita de precisão. Se levarmos em consideração o fato de que o preço de um recurso esgotável deve seguir uma tendência ascendente (“regra de Hotelling » formulada em Hotelling, 1931), o valor de um dado estoque deste recurso tende a aumentar de maneira autônoma no decorrer do tempo, o que permite a um país ser “sustentável” mesmo se ele não reinvestir a totalidade dos rendimentos provenientes deste recurso em uma dada época. Uma vez feita esta correção, os cálculos da poupança líquida ajustada deveriam ser de novo pertinentes.

Mas isso só é realmente o caso se a hipótese segundo a qual os mercados são eficientes for verificada. Se os mercados não forem eficientes e se o recurso natural for subavaliado, os países importadores se beneficiam de um subsídio implícito, enquanto que os países exportadores são taxados. Isto quer dizer que a sustentabilidade real dos países importadores é superestimada, enquanto que aquela dos países exportadores é subestimada. Este problema se torna tanto mais crucial quando não existe nenhum mercado ou em presença de fortes externalidades.

Uma abordagem do tipo riqueza ampliada possibilita superar essa dificuldade? A resposta não é evidente. Consideremos, por exemplo, o contexto muito simples de dois países que dispõem de um recurso natural que é um bem público mundial livremente acessível. Suponhamos que os dois países produzam e consumam a cada período, mas utilizando tecnologias diferentes. O país 2 utiliza uma tecnologia própria que não tem nenhum impacto sobre o recurso natural, enquanto que o país 1 utiliza uma tecnologia “suja” que determina uma depreciação do recurso natural. Levemos, finalmente, um pouco mais longe a assimetria supondo que é unicamente o país 2 que é afetado pela degradação do bem ambiental. O país 1 é totalmente indiferente ao nível deste bem ambiental, por exemplo, porque suas características geográficas o protegem inteiramente das consequências de toda e qualquer degradação. Em tal contexto, é normal caracterizar os países 1 e 2 como sendo respectivamente “o poluidor” e o “poluído”.

De que maneira a mecânica dos preços estimados se aplicaria neste contexto? Uma das possibilidades é calcular preços estimados do recurso natural específicos a cada país, em seguida aplicar estes dois preços para propor variações de riqueza global diferentes para cada um dos dois países. A diferença entre os dois preços refletirá o fato de que os dois países são afetados diferentemente pelas mudanças ambientais. Se procedermos assim, é fácil adivinhar que o preço estimado para o poluidor será nulo, pois as mudanças ambientais não têm nenhum impacto sobre ele, o que implica que ele não atribui nenhum valor ao ativo ambiental. Em contrapartida, o

4. Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

país poluído atribui um valor positivo a este ativo. Se o ativo natural se deteriora, a mensagem é que o poluidor é “sustentável”, enquanto que o poluído não é.

Sob certo ponto de vista, este resultado reflete a realidade. É verdade que é o bem-estar do poluído que vai diminuir. Mas, sob outro ponto de vista, a mensagem transmitida é enganosa. O país 2 nada pode fazer para restabelecer sua sustentabilidade. Apenas uma mudança da tecnologia utilizada pelo poluidor (país 1) pode contribuir para restabelecer a sustentabilidade do país poluído. Conforme este segundo ponto de vista, não é a sustentabilidade própria a cada país que importa, mas a contribuição de cada país à não sustentabilidade global. Esta abordagem pode ser aplicada, finalmente, a um quadro de riqueza no sentido amplo se nós estivermos em condições de calcular uma riqueza no sentido amplo global e de atribuir a cada país contribuições para a degradação desta riqueza global. Isto nos leva de volta, precisamente, à maneira pela qual os indicadores de pegada são construídos e utilizados. Isto estimula, uma vez mais, a diversificar as abordagens, utilizando o tipo de instrumento que parecer mais pertinente para cada tipo de ativo.

4 – Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Em resumo, o que aprendemos e que conclusões podemos tirar ? Esta viagem no mundo dos indicadores de sustentabilidade foi um pouco longa e técnica. Esta questão é, de fato, complexa, mais complexa que o problema já complicado de mensurar o bem-estar ou o desempenho econômico correntes. Por esta razão, as conclusões deste subgrupo permanecerão relativamente mais abertas que aquelas dos dois outros subgrupos. Tentaremos, contudo, formular um conjunto limitado de três mensagens, seguidas de quatro recomendações, tão pragmáticas quanto possível.

Mensagem nº 1: A medida da sustentabilidade difere fundamentalmente da prática estatística clássica: para efetuar mensurações corretas, são necessárias projeções, e não somente observações.

O trabalho habitual dos estatísticos é tentar mensurar o que ocorre ou o que ocorreu em um passado mais ou menos distante. Quanto à sustentabilidade, trata-se de produzir números referentes ao futuro, que, por natureza, não foi ainda observado. Certamente poderíamos argumentar que, em um mundo de mercados de capitais perfeitos, todas as informações pertinentes quanto à trajetória futura da economia estão contidas nas avaliações atuais dos ativos ou dos serviços que eles fornecem. Se um ativo deve se tornar escasso, isto deveria já agora se refletir em seu preço atual. É o ponto de vista implícito de certas das aplicações atuais do índice da poupança

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

líquida ajustada. Mas trata-se de uma perspectiva puramente teórica. Os acontecimentos recentes mostraram a que ponto mercados de capitais bem estabelecidos podem se enganar em suas previsões implícitas quanto às evoluções futuras da economia. Isto é especialmente verdade em áreas onde os mercados são notoriamente subdesenvolvidos ou não existentes, o que é, evidentemente, o caso na maior parte das áreas ligadas ao meio ambiente.

Também não se pode pretender mensurar a sustentabilidade contentando-se em inquirir pessoas a esse respeito, como se é às vezes inclinado a fazer para se mensurar o bem estar *atual*. Perguntas sobre as perspectivas individuais ou globais são frequentemente feitas, e os resultados são, evidentemente, interessantes. Por exemplo, conforme a edição 2006 da sondagem Eurobarômetro, realizada pela Comissão Europeia, 76% dos respondentes franceses previam uma vida mais difícil para seus filhos do que para eles mesmos, enquanto que apenas 8% antecipavam uma evolução contrária. Estas mensagens são interessantes em razão do forte contraste que apresentam em relação às projeções clássicas no longo prazo do PIB por habitante, baseadas na extrapolação das tendências atuais da produtividade. Elas reforçam a convicção de que a medida da sustentabilidade é uma questão em si. Mas não fornecem claramente tal medida. Medem simplesmente sentimentos ou crenças que se referem à sustentabilidade. É por isso que temos que ir mais longe. O que esperamos das estatísticas é ultrapassar este tipo de sentimentos ou de percepções subjetivas cotidianas.

Tudo isto que dizer que é claramente impossível responder à pergunta que nos ocupa como se faz habitualmente para as contas ou as estatísticas sociais. São necessárias projeções, não somente projeções quanto às tendências tecnológicas ou ambientais, mas igualmente projeções quanto à maneira pela qual estas tendências interagirão com as forças socioeconômicas ou mesmo políticas. Apresentada desta forma, a tarefa é das mais árduas. Na prática, as perspectivas serão sempre mais restritas, isto é, que se tratará somente de fornecer números que permitam identificar o risco de não sustentabilidade se as tendências ou os comportamentos atuais continuarem. Mas o trabalho a cumprir não é menos considerável e passa além da tarefa habitual dos estatísticos e/ou economistas. Ele necessita de um leque de competências muito mais amplo do que para a contabilidade clássica.

Mensagem n°2: Mensurar a sustentabilidade requer fornecer respostas prévias a perguntas normativas. Sob este aspecto, igualmente, o exercício difere bem fortemente da atividade estatística clássica.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

A coexistência de diferentes apreciações da sustentabilidade pode não somente refletir diferenças de previsão do que o futuro possa ser, mas igualmente pontos de vista diferentes sobre o que terá importância amanhã para nós ou para nossos descendentes. Formulemos isto de outra maneira. Todo mundo deveria, em princípio, concordar com a ideia de que a sustentabilidade significa a preservação do bem-estar futuro. Mas permanece a questão de saber precisamente que bem-estar se deseja manter. Alguns podem pensar que basta assegurar a constância do PIB por habitante. Outros decidirão levar em conta o rendimento monetário, mas colocarão antes, de preferência, a distribuição *intrageneracional* dos recursos, como fez o relatório Brundtland. Eles considerarão, portanto que devemos manter o rendimento monetário em proveito dos segmentos mais pobres da população, e as implicações concretas podem então ser diferentes daquelas resultantes do primeiro objetivo citado. Outros, ainda, poderão escolher enfatizar preferentemente este ou aquele componente do meio ambiente, como a biodiversidade ou a qualidade das paisagens.

Fazer escolhas na matéria ultrapassa, ainda uma vez, o trabalho e a responsabilidade habituais dos estatísticos, que podem contribuir para esclarecer as opções ou para pôr em prática um índice de maneira correta uma vez as escolhas feitas, mas que não podem, de nenhuma maneira, assumir a responsabilidade de definir objetivos a serem alcançados.

Mensagem n° 3: A mensuração da sustentabilidade apresenta uma dificuldade suplementar em um âmbito internacional. A questão não é somente avaliar a sustentabilidade relativa de cada país tomado separadamente. O problema que se apresenta é de preferência global, pelo menos em sua dimensão ambiental. O que está em jogo, afinal de contas, é a contribuição de cada país para a sustentabilidade ou para a não sustentabilidade global.

Vimos que o tratamento desta dimensão está, na realidade, na origem de numerosas divergências entre as diferentes abordagens da sustentabilidade e explica seus resultados contraditórios. Sob certo ponto de vista, pode-se dizer que os países mais desenvolvidos são os mais sustentáveis, pois destinam uma parte suficiente de seus recursos ao acúmulo de capital, seja físico ou humano. Não é surpreendente constatar que numerosos países menos desenvolvidos estão em trajetórias econômicas muito mais frágeis. Mas, por outro lado, são os países desenvolvidos que são muitas vezes os maiores contribuintes para a não sustentabilidade mundial, pelo menos no que diz respeito ao clima.

Todas estas mensagens devem ser consideradas de maneira conjunta. Elas todas

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

fornecem argumentos em favor de uma abordagem não unidimensional da sustentabilidade. Tentar fornecer informações demais prejudica, sem dúvida, a legibilidade e o impacto sobre a opinião pública. Mas, tentar incluir informações demais em uma série restrita demais de números, e mesmo de um número único, pode igualmente fazer perder de vista aspectos importantes do fenômeno que se tenta medir.

Em suma, a mensuração da sustentabilidade levanta dificuldades maiores, mas cabe a nós propor soluções, ainda que imperfeitas. Formularemos, portanto, cinco recomendações neste sentido.

Recomendação n° 1: A avaliação da sustentabilidade necessita de um painel bem definido e limitado.

A questão da sustentabilidade é complementar a aquela do bem-estar ou do desempenho econômico atual e deve ser examinada separadamente. Esta recomendação de separar as duas questões pode parecer trivial. Entretanto, este ponto merece destaque, pois certas abordagens não adotam este princípio, o que resulta em mensagens geradoras de confusão. Esta confusão atinge seu máximo quando se tenta combinar essas duas dimensões em um só indicador. Esta crítica não se aplica somente aos índices compostos, mas também à noção de PIB Verde. Para utilizar uma analogia, quando se dirige um carro, um contador que agregaria em um só valor a velocidade atual do veículo e o nível de combustível restante não seria de nenhuma ajuda ao motorista. Essas duas informações são essenciais e devem ser mostradas em partes distintas, nitidamente visíveis, do painel.

Recomendação 2: O traço distintivo de todos os componentes desse painel deveria ser de poderem ser interpretados como variações dos “estoques” de recursos que entram na determinação do bem-estar humano.

Para tratar de um assunto complicado que pode ocasionar múltiplos mal-entendidos, é bom começar por aperfeiçoar uma linguagem comum ou um quadro geral comum. O quadro que tentamos apresentar é uma abordagem da sustentabilidade fundamentada nos estoques, no capital ou na riqueza. O argumento é que, afinal de contas, a questão da sustentabilidade é uma questão relativa aos estoques de recursos que estamos deixando para os períodos futuros ou para as gerações futuras. A questão é saber se estamos deixando estoques de recursos suficientes para manter conjuntos de oportunidades pelo menos tão grandes quanto aqueles de que nos beneficiamos. Dizer isto não implica nenhuma limitação *a priori* quanto à lista dos ativos que têm uma importância para o bem-estar futuro. Bem ao contrário, esta lista pode ser alongada tanto quanto possível. As avaliações da

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

sustentabilidade devem ser baseadas em inventários completos desses estoques e numa avaliação confiável da maneira pela qual eles evoluem na hora atual e pela qual eles são capazes de evoluir no futuro. No plano puramente econômico, as contas de capital fornecem a informação básica. Soluções existem também para a mensuração do capital humano, ao mesmo tempo em termos de estoques e de fluxos líquidos. Quanto ao meio ambiente, inventários em grande escala foram realizados principalmente no contexto de iniciativas como o *Millenium Ecosystem Assessment*, coordenado pelas Nações Unidas, entre 2001 e 2005. O “capital social” é outra dimensão que é importante considerar, mesmo se, neste estágio, sua quantificação é uma questão muito mais problemática.

Para ilustrar a pertinência da abordagem fundamentada nos estoques e a maneira pela qual ela se articula com a mensuração do bem-estar atual, lembremos de novo de que maneira ela responde nitidamente a uma das críticas mais conhecidas do PIB clássico, a saber, o fato de que, enquanto indicador de bem-estar, este último pode enviar a mensagem aberrante de que uma catástrofe natural é um benefício para a economia, em razão da atividade econômica adicional gerada pelas ações de reparação. Se formos capazes de aplicar corretamente esta abordagem, esta última registrará claramente uma catástrofe como uma forma de perda excepcional de capital natural ou físico. Todo e qualquer aumento da atividade econômica resultante de uma catástrofe só terá valor positivo na medida em que contribuir para restabelecer o nível inicial do estoque de capital. Ele não contribui ao bem-estar atual: sem a catástrofe, as pessoas teriam podido dedicar seu tempo a atividades mais agradáveis. Este aumento de atividade contribui unicamente para evitar que a depreciação accidental do capital natural se traduza por uma baixa do bem-estar futuro.

Para concluir sobre este ponto, é preciso igualmente lembrar que a formulação da questão da sustentabilidade em termos de preservação de certos bens “de investimento” não implica que esses bens devam ser gerados ou permutados como bens de investimento comuns. Os economistas utilizam indiferentemente os termos “riqueza” ou “capital” para designar todas as formas de bens que podem ser transferidos de um período para outro, sem nenhuma consideração prévia quanto ao fato de que esses bens sejam uma propriedade privada ou coletiva ou o fato de que sua gestão possa estar ou não sujeita inteiramente às forças do mercado. Para evitar este tipo de mal-entendido, tentamos, na medida do possível, escolher aqui o termo mais neutro, “riqueza”. Quaisquer que sejam os termos escolhidos, deve ser possível convir que a problemática da sustentabilidade pode ser formulada como a questão de saber se transmitimos uma quantidade suficiente de todos estes componentes da riqueza a períodos futuros ou a gerações futuras. Esta é a razão pela qual escolhemos formular as coisas desta maneira.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Recomendação 3: Um índice monetário de sustentabilidade tem seu lugar em tal painel sobre a sustentabilidade, mas, no estado atual dos conhecimentos, deve permanecer principalmente focado nos aspectos econômicos da sustentabilidade.

A abordagem da sustentabilidade fundamentada nos estoques pode, ela própria, se dividir em duas versões. Uma só se interessaria pelas variações de cada estoque tomado separadamente, com a ideia de zelar para que nenhum desses estoques baixe ou caia abaixo dos limiares críticos, aquém dos quais novas reduções seriam extremamente adversas ao bem-estar. A outra tenta resumir todas as variações dos estoques em um índice sintético único.

Esta segunda via é a seguida pelas abordagens fundamentadas na « riqueza no sentido amplo », na “riqueza inclusiva” ou na “poupança ajustada”, que têm em comum a ideia de converter todos esses ativos em um equivalente monetário. Examinamos o potencial de tal abordagem, mas também suas limitações. Em certas condições, ela possibilita antecipar numerosas formas de não sustentabilidade, mas essas condições são extremamente fortes. A razão disso é que a agregação exigida por essa abordagem não pode basear-se em valores comerciais: não existem preços de mercado para um grande número de ativos importantes para o bem-estar futuro. E mesmo quando existirem, nada garante que reflitam corretamente a importância desses diferentes ativos para o bem-estar futuro. Na falta dessas mensagens dos preços, devemos recorrer a estimativas, o que levanta dificuldades normativas e de informação.

Tudo isso incentiva a ficar com uma abordagem mais modesta, a saber, focar a agregação monetária em elementos para os quais existem técnicas de avaliação racionais, tais como o capital físico, o capital humano e os recursos naturais permutados nos mercados. Isso corresponde mais ou menos à parte dura da “poupança líquida ajustada” calculada pelo Banco Mundial e desenvolvida por vários autores. “Tornar mais intensamente verde” este índice é, evidentemente, um objetivo pertinente e podemos mantê-lo em nossa agenda, mas sabemos que o tipo de aparelho analítico necessário a esse fim é complexo. É preciso modelos de projeção em grande escala que representem as interações entre meio ambiente e economia, que incluam um tratamento adequado da incerteza sobre a natureza exata dessas interações, seja recorrendo a cenários que façam variar os preços relativos dos diferentes componentes da “riqueza ampliada”, seja por métodos de “stress tests”. Mas, enquanto os aguardamos, devemos essencialmente focar esse indicador naquilo que ele faz relativamente bem, a saber, avaliar o componente “econômico” da sustentabilidade, isto é, avaliar se os países consomem ou não uma parte excessiva de sua riqueza econômica.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Quadro 3.3 - Indicadores físicos e outros indicadores não monetários: Quais escolher?

A posição geral da Comissão foi evitar formular propostas “prontas” e definitivas, sobre as diferentes questões que levantou. Todas as propostas são, de preferência, destinadas a estimular as mais amplas discussões. Isso se aplica ainda mais na área dos indicadores físicos da sustentabilidade, em que a perícia dos especialistas provenientes de outras disciplinas é crucial e não foi senão indiretamente representada na composição da Comissão.

É, entretanto, possível formular certas sugestões vinculadas a conclusões de relatórios recentes.

Em 2008, um grupo de trabalho OCDE/UNECE/Eurostat redigiu um relatório sobre a mensuração do desenvolvimento sustentável cujas mensagens apresentam vários pontos em comum com as nossas. Recomenda fortemente a abordagem da sustentabilidade fundamentada em estoques, como método pertinente para estruturar um micropainel dos indicadores de sustentabilidade que agrupam ao mesmo tempo as variáveis relativas aos estoques e aos fluxos. Sugere, igualmente, uma linha de demarcação entre os determinantes do bem-estar “econômico” (aqueles que se prestam mais diretamente a uma avaliação monetária) e os determinantes do bem-estar “fundamental”, entre os quais quatro pares de indicadores ambientais estoques / fluxos respectivamente destinados ao aquecimento global, a outras formas de poluição atmosférica, à qualidade da água e à biodiversidade. Os pormenores e as posições desses indicadores no painel podem ser visualizados (em negrito) no quadro a seguir.

Pequeno painel de indicadores do desenvolvimento sustentável propostos pelo grupo de trabalho OCDE/UNECE/Eurostat sobre a medida da sustentabilidade

Área do indicador	Indicador de estoque	Indicador de fluxo
Bem-estar fundamental	Expectativa de vida ajustada à saúde	Índice das mudanças na mortalidade e na morbidade por idade (parâmetro fictício)
	Porcentagem da população que fez estudos pós-secundários	Taxas de frequência do ensino pós-secundário
	Diferenças de temperatura em relação à normal	Emissões de gases de efeito-estufa
	Concentrações de ozônio e de partículas finas no solo	Emissões poluentes geradoras de smog
	Disponibilidade de água ajustada à qualidade	Cargas dos lençóis d'água em elementos nutritivos
	Fragmentação dos habitats naturais	Conversão dos habitats naturais para outros usos
Bem-estar econômico	Haveres financeiros estrangeiros líquidos por habitante	Investimentos reais em ativos financeiros estrangeiros por habitante
	Capital produzido real por habitante	Investimento real líquido por habitante no capital produzido
	Capital humano real por habitante	Investimento real líquido por habitante no capital humano
	Capital natural real por habitante	Esgotamento real líquido do capital natural por habitante
	Reservas de recursos energéticos	Esgotamento dos recursos energéticos
	Reservas de recursos minerais	Esgotamento dos recursos minerais
	Estoques de recursos florestais	Esgotamento dos recursos florestais
	Estoques de recursos marinhos	Esgotamentos dos recursos marinhos

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Mais recentemente, o Conselho Econômico, Social e Ambiental francês (CESE) publicou um relatório cujo objetivo inicial era avaliar a pegada ecológica (EE), mas que explorou mais amplamente as diferentes formas que se oferecem para quantificar a sustentabilidade. Ele veicula as mesmas mensagens que o relatório atual sobre as limitações deste índice EE, assim como o fato de que um de seus subcomponentes, a pegada de carbono, dá conta mais direta e cuidadosamente da maior parte das informações pertinentes. Em consequência, defende fortemente esse índice. Em relação às emissões mundiais de GES indicadas no painel OCDE/UNECE/Eurostat apresentado acima, a pegada de carbono apresenta a vantagem de ser expressa nesta unidade “pegada”, que é intuitivamente muito atraente e fez o sucesso da EE. Por outro lado, este relatório do CESE sugeriu dar ênfase a outros indicadores físicos que já constam dos grandes painéis internacionais, tais como aquele elaborado pela estratégia europeia para o desenvolvimento sustentável. Alguns já se encontram citados no painel OCDE/UNECE/Eurostat.

No que diz respeito à mudança climática, pode-se ter em vista alguns outros indicadores. Uma observação direta da temperatura média constitui uma possibilidade, mas que não é a melhor adaptada, pois tem tendência a estar em atraso em relação aos principais componentes da mudança climática e porque podem sempre existir divergências sobre as causas da elevação da temperatura, daí, sobre seu caráter permanente ou transitório. Em consequência, os climatologistas preferem recorrer a um conceito termodinâmico, a força radioativa de CO₂, que mede o desequilíbrio energético da Terra provocado pela ação do CO₂ enquanto gás de efeito-estufa.

A título de substituição, é possível empregar diretamente uma noção de orçamento residual de CO₂: segundo os climatologistas, se desejamos limitar em 25% a probabilidade de que a temperatura média do globo ultrapasse em 2° Celsius os níveis pré-industriais, este teto de 2°C sendo amplamente admitido pelos especialistas de clima como o “ponto de oscilação”, abrindo caminho a efeitos de retorno irreprimíveis (metano liberado pelo derretimento do permafrost, CO₂ e metano provenientes da degradação das florestas tropicais, todas as espécies de gás de efeito-estufa rejeitadas pelos oceanos saturados em razão do aquecimento, etc.), convém não ultrapassar o limiar de 0,75 trilhões de toneladas de CO₂ na atmosfera. Desse orçamento total de 0,75, as emissões até 2008 já consumiram cerca de 0,5, de onde a importância de monitorar este orçamento residual de CO₂. A atração desse indicador é estar em forte coerência com a abordagem da sustentabilidade fundamentada nos estoques. Ele pode igualmente ser reformulado nos termos muito expressivos de contagem regressiva, a saber, o prazo restante até o esgotamento desse estoque, tomando por hipótese que as emissões conservarão sua tendência atual. Este tipo de representação é frequentemente utilizado para outras formas de recursos esgotáveis.

Outros indicadores indiretos do aquecimento global são o ritmo de regressão do gelo permanente ou o pH oceânico. O ritmo de regressão do gelo permanente apresenta a vantagem de ser um indicador relativamente avançado e de estar diretamente ligado aos efeitos manifestos. O pH oceânico aumenta com a quantidade de CO₂ naturalmente despejada nos oceanos. Uma consequência desse aumento é a baixa da quantidade do phytoplankton, que é ele próprio uma fonte de carbono tão importante quanto as florestas. Poderíamos, portanto, afirmar que a fonte física (água do mar que dissolve o CO₂ atmosférico) destrói a fonte biológica. É por isso que o pH oceânico parece ser um bom indicador da mudança climática, assinalando um dos efeitos de retorno mais perversos.

Dois critérios particularmente importantes devem ser levados em conta entre todos esses indicadores. Um é sua facilidade de apropriação pelo público, o outro é a possibilidade de enunciá-los em escala nacional, e mesmo infranacional: sob esse aspecto, a pegada de carbono apresenta muitas vantagens.

No que diz respeito à biodiversidade, a questão é atualmente examinada pelo grupo TEEB (“a economia do meio ambiente e a biodiversidade”) agindo por iniciativa da União Europeia. Ela foi igualmente tratada recentemente por um relatório do Conselho de Análise Estratégica francês, com a intenção de levar o mais longe possível à monetarização dessa dimensão. A razão desta pesquisa de equivalente monetário é essencialmente que isso poderia favorecer a integração dessa dimensão nas escolhas de investimento: numerosas decisões públicas, tais como a construção de uma nova autoestrada, implicam uma perda virtual de biodiversidade devido à fragmentação dos habitats naturais. Mas o relatório fornece também um exame muito pormenorizado e técnico das mensurações físicas existentes da biodiversidade, ao qual o leitor se reportará para maiores informações.

Finalmente, afastando-se das preocupações ambientais, mas sempre no plano “não monetário”, o capital social e os “ativos institucionais” que transmitimos às gerações futuras constituem outro elemento importante. Notamos que o painel UNECE/OCDE/Eurostat apresentado acima não propôs indicador desse tipo, não porque a questão não seja pertinente, mas, sobretudo em razão de uma falta de consenso sobre a maneira de mensurá-lo. O subgrupo 3 não estava em condições de explorar esta questão mais adiante, mas esforços nesse sentido permanecem, sem nenhuma dúvida, necessários.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Recomendação 4: Os aspectos ambientais da sustentabilidade merecem um acompanhamento em separado que se baseie em uma bateria de indicadores físicos selecionados com cuidado.

Quanto à sustentabilidade ambiental, as limitações das abordagens monetárias não implicam que esforços para valorizar em termos monetários os danos causados ao meio ambiente não sejam mais necessários: ao contrário, opor-se a qualquer forma de monetização resulta, muitas vezes, em fazer como se os bens ambientais não tivessem nenhum valor. Mas, o problema é que estamos longe de ser capazes de construir valores monetários para bens ambientais que, no nível agregado, possam racionalmente ser comparados aos preços de mercado de outros ativos. Considerando nosso estado de ignorância, o princípio da precaução legitima um acompanhamento em separado desses bens ambientais.

Na verdade, as razões fundamentais de um tratamento distinto das questões ambientais resultam diretamente das três mensagens formuladas anteriormente: trata-se de elementos para os quais as projeções são mais difíceis de produzir. Caracterizam-se por incertezas tecnológicas importantes e uma dificuldade real para apreciar o valor que as gerações futuras serão capazes de lhes atribuir. Um acompanhamento separado dos indicadores físicos correspondentes pode, portanto, ser pretendido, pelos menos neste estágio, como uma maneira simples de satisfazer a esta necessidade de um tratamento específico. Além disso, trata-se frequentemente de bens públicos mundiais, como no caso do clima. Tudo isto argumenta em favor de um acompanhamento em separado.

Resta saber agora quais indicadores de estoque/fluxo são os mais adaptados a este tipo de acompanhamento em separado.

A pegada ecológica era uma das opções que se tinha em vista. Em particular, contrariamente à poupança líquida ajustada, ela se concentra nas contribuições para a não sustentabilidade global, comunicando a mensagem de que a principal responsabilidade cabe aos países desenvolvidos. Entretanto, o subgrupo constatou suas limitações, e, principalmente, o fato de que ela está longe de ser um verdadeiro indicador físico das pressões sobre o meio ambiente: ela se baseia em certas escolhas de agregação que poderiam ser problemáticas. Na verdade, a maior parte das informações que ela transmite sobre as contribuições nacionais para a não sustentabilidade está contida em um indicador mais simples, a pegada de carbono, que é, portanto, um indicador bem melhor para monitorar as pressões humanas sobre o clima.

De modo mais geral, sobre esta questão dos indicadores físicos, um grupo de economistas não pode pretender a nenhuma vantagem comparativa. A discussão

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

referente às mensurações dos estoques que deveriam idealmente estar incluídas no micropainel que preconizamos, requer outras formas de perícia, antes de ser submetida ao debate público. O quadro 3.3 apresenta alguns exemplos da maneira pela qual este problema foi tratado recentemente por grupos ou comissões similares e propõe formas suplementares para o caso específico do aquecimento global.

Em resumo, nosso compromisso pragmático consiste em sugerir um pequeno painel, solidamente ancorado na lógica da abordagem da sustentabilidade pelos “estoques”, o qual combinaria:

Um indicador mais ou menos derivado da abordagem da riqueza no sentido amplo, « tornado verde » tanto quanto possível com base nos conhecimentos atuais, mas cuja principal função seria, todavia, enviar mensagens de alerta referentes à não sustentabilidade “econômica”. Esta não sustentabilidade econômica pode ser devida a uma baixa taxa de poupança ou a uma baixa taxa de investimentos na educação ou a um reinvestimento insuficiente dos rendimentos gerados pela extração de recursos fósseis (para os países fortemente tributários desta fonte de rendimentos).

Uma bateria de indicadores *físicos* selecionados com cuidado, focada em dimensões da sustentabilidade ambiental, já percebidas como significativas, ou capazes de se tornarem no futuro, e que permanecem difíceis de exprimir em termos monetários.

Os pontos de convergência entre este cenário e as conclusões de alguns outros relatórios mencionados no quadro 3.3 são tranquilizadores: indicam que, partindo da situação relativamente confusa descrita na segunda parte, evoluímos progressivamente para um quadro mais consensual para a compreensão das questões de sustentabilidade.

Resta a questão do guia de utilização deste painel. É preciso indicar bem claramente que nenhum conjunto limitado de números poderia pretender predizer com certeza o caráter sustentável ou não sustentável de um sistema extremamente complexo. O objetivo é preferentemente dispor de uma bateria de indicadores que lancem um “alerta” sobre situações que apresentem um forte risco de não sustentabilidade. Mas, o que quer que façamos, os painéis e os índices não são senão um elemento do debate. A maior parte dos esforços desenvolvidos para avaliar a sustentabilidade tem que se concentrar na melhoria dos conhecimentos sobre a maneira pela qual a economia e o meio ambiente interagem hoje e são capazes de fazê-lo no futuro. tem que se concentrar na melhoria dos conhecimentos sobre a maneira pela qual a economia e o meio ambiente interagem hoje e são capazes de fazê-lo no futuro.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Anexo 3.1 Lista revisada dos indicadores europeus de desenvolvimento sustentável

(Fonte: Eurostat, 2007).

Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Tema 1: Desenvolvimento socioeconómico			
1. Taxa de crescimento do PIB real por habitante	Subtema: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO		
	2. Investimentos brutos, por setor institucional.	3. Dispersão do PIB regional por habitante	
		4. Rendimento nacional líquido	
	6. Produtividade de mão de obra por hora de trabalho	5. Poupança bruta dos lares	
		Subtema: INVESTIMENTO, COMPETITIVIDADE E ECOEFICIÊNCIA	
		7. Despesa total para a Pesquisa e o Desenvolvimento	
		8. Taxa de câmbio efetiva real	
		9. <i>Faturamento estimado aos produtos inovadores, por setor</i>	
	10. <i>Efeitos da inovação sobre a eficiência material e energética*</i>		
	11. Intensidade energética		
	Subtema: EMPREGO		
12. Taxa de emprego total	13. Taxa de emprego, por sexo e por mais alto nível de ensino ou de formação atingida		
	14. Dispersão das taxas de emprego regionais		
	15. Taxa de desemprego, por sexo e por faixa etária		
Tema 2 : Consumo e produção sustentável			
1. Produtividade dos Recursos	Subtema: UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E RESÍDUOS		
	2. <i>Produção do conjunto dos resíduos*, por atividade económica e por PIB (aproximação: resíduos municipais gerados por habitante)</i>	3. Componentes do consumo interno de materiais	
		4. <i>Impacto ambiental do consumo de materiais*</i> (aproximação: consumo interno de materiais, por material)	
		5. Tratamento dos resíduos municipais, por tipo de método de	
		6. <i>Produção de resíduos perigosos, por atividade económica*</i>	
		7. Emissões de substâncias acidificantes agregadas, de precursores de ozônio e partículas por setor fonte e por PIB	
	Subtema : MODOS DE CONSUMO		
	8. Consumo elétrico por lar	9. Consumo final de energia, por setor	
		10. Consumo de certos alimentos, por habitante	
		11. Taxa de motorização	
	Subtema : MODOS DE PRODUÇÃO		
12. Empresas que dispõem de um sistema registado de « administração ambiental »	13. Atribuição de rótulos ecológicos		
	14. Zona que se beneficia de apoio agroambiental		
	15. Área agrícola com agricultura biológica		
	16. Índice de densidade do gado		
Tema 3 : Inclusão social			
1. Taxa de risco de pobreza, após transferências sociais	Subtema: POBREZA MONETÁRIA E CONDIÇÕES DE VIDA		
	2. Taxa de risco de persistência da pobreza	3. Taxa de risco de pobreza, por sexo, por faixa etária e por tipo de lar	
		4. Diferença relativa mediana no limiar de pobreza	
		5. Desigualdade de distribuição dos rendimentos	
	Subtema: ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO		
	6. Pessoas que vivem nos lares sem emprego, por faixa etária	7. Taxa de risco de pobreza, para as pessoas que trabalham	
		8. Taxa de desemprego total de longa duração	
		9. Diferença das remunerações entre homens e mulheres (não corrigida)	
	Subtema: EDUCAÇÃO		
	10. Jovens que deixaram prematuramente a escola	11. Taxa de risco de pobreza, por mais alto nível de educação	
		12. Pessoas com baixo nível de educação, por faixa etária	
13. Formação contínua			
14. <i>Baixo desempenho em leitura dos alunos*</i>			
15. <i>Competências em TIC*</i>			

* Indicadores em processo de desenvolvimento.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Tema 4: Mudanças demográficas			
1. Taxa de emprego dos trabalhadores idosos	Subtema: DÉMOGRAFIA		
	2. Expectativa de vida em 65 anos, por	3. Taxa de fertilidade total	
	Subtema: ADEQUAÇÃO DOS RENDIMENTOS DAS PESSOAS IDOSAS		
	5. Taxa de substituição agregada	4. Saldo migratório, por faixa de idade	
	Subtema: DURABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS		
	7. Dívida pública bruta consolidada	6. Taxa de risco de pobreza para as pessoas idosas de 65 anos e mais	
	8. Idade média de saída do mercado de trabalho		
Tema 5 : Saúde Pública			
1. Número de anos de vida com boa saúde e expectativa de vida ao nascer, por sexo	Subtema: SAÚDE E DESIGUALDADES DE SAÚDE		
	2. Taxa de óbitos devidos a doenças crônicas, por faixa etária	3. Número de anos de vida com boa saúde e expectativa de vida aos 65 anos, por sexo	
	Subtema: FATORES QUE INFLUENCIAM A SAÚDE		
	5. Taxa de incidência da salmonelose entre os humanos 6. Índice de produção de produtos químicos, por classe de toxicidade	7. <i>Pessoas com sobrepeso, por faixa etária*</i>	4. Taxa de óbitos por suicídio, por sexo e por faixa etária
		8. <i>Fumantes atuais, por sexo e por faixa etária*</i>	
		9. Exposição da população urbana à poluição do ar por partículas	
		10. Exposição da população urbana à poluição do ar pelo ozônio	
		11. <i>Proporção da população viva em lares que consideram que sofrem com o ruído*</i>	
		12. Acidentes graves de trabalho	
	Tema 6: Desenvolvimento sustentável		
	1. Emissões totais de gás de efeito-estufa 2. Consumo de energias renováveis	Subtema: MUDANÇA CLIMÁTICA	
		3. Emissões de gás de efeito-estufa, por setor	4. Intensidade de emissões de gás de efeito-estufa por consumo de energia
5. Projeções das emissões de gás de efeito-estufa			
6. Temperatura média na superfície da Terra			
Subtema: ENERGIA			
7. Dependência energética		8. Consumo interno bruto de energia, por tipo de combustível	
		9. Eletricidade proveniente das energias renováveis	
		10. Consumo de biocombustíveis por modo de transporte	
		11. Produção combinada de calor e eletricidade	
		12. Taxa de tributação implícita da energia	

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Tema 7: Transporte sustentável			
1. Consumo energético dos transportes	Subtema : CRESCIMENTO DO TRANSPORTE		
	2. Distribuição modal do transporte de frete	4. Volume do transporte de frete em relação ao PIB	
	3. Distribuição modal do transporte de passageiros	5. Volume do transporte de passageiros em relação ao PIB	
		6. Consumo energético, por modo de transporte	
	Subtema : PREÇO DOS TRANSPORTES		
	7. Preço do combustível rodoviário		
	Subtema: IMPACTO SOCIAL E AMBIENTAL DO TRANSPORTE		
	8. Emissões de gás de efeito-estufa, por modo de transporte	10. Média das emissões de CO ₂ , por km, devidas aos veículos particulares novos	
	9. Pessoas mortas nos acidentes rodoviários, por faixa etária	11. Emissões dos precursores de ozônio pelo transporte	
		12. Emissões de partículas pelo transporte	
	Tema 8: Recursos Naturais		
	1. Índice das aves comuns 2. Pesca nos estoques além dos limites biológicos de segurança	Subtema: BIODIVERSIDADE	
3. Suficiência dos locais designados sob a Diretriz Habitats e Aves da UE		4. <i>Lista vermelha das espécies europeias*</i>	
Subtema: RECURSOS DE ÁGUA DOCE			
5. Amostragem de água superficial e subterrânea		6. População ligada a sistemas de tratamento secundário das águas residuais	
		7. Demanda bioquímica de oxigênio nos rios	
Subtema: ECOSSISTEMAS MARINHOS			
8. <i>Concentração de mercúrio nos peixes e moluscos*</i>		9. Tamanho da frota de pesca	
Subtema : USO DOS SOLOS			
10. <i>Mudança no uso dos solos*, por categoria (em vez de: terrenos construídos)</i>		12. Árvores florestais danificadas pelo desfolhamento	
11. Floresta: aumento e desmatamento		13. <i>Excesso significativo da carga de nitrogênio</i>	

* Indicadores em processo de desenvolvimento.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Nível 1	Nível 2	Nível 3
Tema 9 : Parceria global		
1. Ajuda pública ao desenvolvimento (APD)	Subtema: GLOBALIZAÇÃO DAS TROCAS COMERCIAIS	
	2. Importações comunitárias provenientes dos países em desenvolvimento, por faixa de rendimento	3. Importações comunitárias provenientes dos países em desenvolvimento, por grupo de produtos
		4. Importações comunitárias provenientes dos países menos adiantados, por grupo de produtos
		5. Medida agregada de auxílio
	Subtema: FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
	6. Financiamento total da UE para o desenvolvimento, por tipo	7. Investimentos diretos estrangeiros para os países em desenvolvimento, por faixa de rendimento
		8. Ajuda pública ao desenvolvimento, por faixa de rendimento
		9. Ajuda pública ao desenvolvimento, não ligada
		10. Ajuda pública ao desenvolvimento, bilateral, destinada aos serviços e às infraestruturas sociais
		11. Ajuda pública ao desenvolvimento, bilateral, destinada à dívida
	Subtema: GESTÃO DOS RECURSOS GLOBAIS	
	12. Emissões de CO ₂ por habitante na UE e nos países em desenvolvimento	13. Ajuda pública ao desenvolvimento, bilateral, destinada ao abastecimento de água e à higiene
Tema 10 : Boa governança		
Subtema: COERÊNCIA E EFICÁCIA DAS POLÍTICAS		
1. Caso de infrações novas, por área política	2. Transposição da legislação comunitária, por área política	
Subtema: ABERTURA E PARTICIPAÇÃO		
3. Participação nas eleições parlamentares nacionais e da UE	4. Disponibilidade da administração <i>online</i>	
	5. Utilização da administração <i>online</i> pelos cidadãos	
Subtema: INSTRUMENTOS ECONÓMICOS		
6. Parte das taxas ambientais e das taxas sobre o trabalho nas receitas tributárias		

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Anexo 3.2 A medida do capital humano¹¹

Definição e importância

A avaliação da sustentabilidade de uma dada trajetória de desenvolvimento requer, idealmente, estimativas monetárias de todos os tipos de estoques de capital que concorrem para o bem-estar da população. Isto apresenta problemas de mensuração que ultrapassam aqueles inerentes aos recursos naturais e ambientais e que se estendem a todos os tipos de ativos não permutados nos mercados. É o caso do capital humano.

O capital humano se refere aos conhecimentos, às competências e às características, próprios a cada pessoa, e que facilitam a criação de diferentes formas de bem-estar (Keeley, 2008). Adam Smith falou do capital humano há mais de dois séculos, afirmando que a atividade econômica é alimentada, não por trabalhadores enquanto massa coletiva, mas por “aptidões úteis adquiridas pelos habitantes ou membros da sociedade”, e que estas aptidões, uma vez atingidas, formam “um capital fixo e realizado, por assim dizer, em cada indivíduo”. Desde a segunda metade do século XX, o capital humano desempenha um papel cada vez mais importante nas discussões sobre os fatores que influenciam o crescimento econômico, a pobreza e as desigualdades.

Os limites daquilo que se chama, por convenção, o capital humano nem sempre são bem definidos. O sistema educativo formal desempenha manifestamente um papel essencial na manutenção do acúmulo de capital humano. Todavia, este acúmulo pode igualmente refletir os processos de aprendizagem desenvolvidos fora das escolas, tais como a educação da primeira infância e o treinamento na empresa. A saúde pode igualmente ser considerada como um componente do capital humano, ainda que os problemas apresentados pela sua mensuração sejam distintos daqueles associados aos conhecimentos e às competências.

O capital humano apresenta numerosas vantagens: estas últimas são econômicas e sociais, e podem tanto voltar para a pessoa que fez o investimento nelas quanto para a comunidade à qual ela pertence. No plano econômico, as vantagens associadas ao investimento em capital humano tomam a forma de um aumento de rendimentos e sua capacidade de ganho para o indivíduo que faz o investimento: esta rentabilidade da educação aumentou fortemente no decorrer dos últimos decênios

¹¹ Este anexo foi redigido pelo Sr. Mira d’Ercole.

¹¹ Este anexo foi redigido pelo Sr. Mira d’Ercole.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

em numerosos países da OCDE, contribuindo para o aumento das desigualdades em matéria de rendimentos entre as pessoas que possuem diferentes níveis de educação. No nível acumulado, o investimento em capital humano constitui igualmente um fator essencial para o crescimento econômico, pela boa e simples razão que este crescimento se baseia, mais do que nunca, em avanços técnicos que exigem dos trabalhadores competências e qualificações mais avançadas. O investimento em capital humano tem igualmente benefícios sociais, tais como um aumento da expectativa de vida para as pessoas mais instruídas, uma baixa da fecundidade não desejada nos países menos desenvolvidos e uma maior participação na vida cívica e social.

Em razão destes diferentes benefícios e de seus vínculos com uma série de outras áreas (tais como a saúde, o trabalho remunerado e a assistência), a noção de capital humano entra no debate contemporâneo sob diversas formas: enquanto motor de crescimento econômico e da inovação, enquanto investimento para assegurar um acesso mais amplo ao emprego, aumentar os rendimentos e reduzir a pobreza, e enquanto trunfo que convém preservar e desenvolver, ao mesmo título que o capital natural e os outros tipos de recursos, para garantir o desenvolvimento sustentável.

A medida do capital humano: indicadores para as contas

Apesar de sua importância, a mensuração do capital humano continua difícil de ser realizada. É evidente, existem indicadores físicos (tais como a duração média da escolaridade para a população na idade ativa), mas suas limitações são significativas: por exemplo, eles ignoram as diferenças em matéria de competências entre as pessoas de mesmo nível de educação; eles não levam em conta o que as pessoas aprendem fora da escola, tanto na empresa quanto em contato com fluxos de informação mais acessíveis e mais amplos; e eles ignoram a quantidade de recursos (em termos de tempo e de dinheiro) que alimentam estes processos de aprendizagem. As mensurações diretas das competências das pessoas, geradas por meio de testes padronizados, fornecem igualmente indicadores importantes da “qualidade” das competências adquiridas. Todavia, aqueles atualmente disponíveis se limitam principalmente aos alunos de certa idade (15 anos, no caso do *Programa Internacional para o Acompanhamento das Aquisições dos Alunos* da OCDE). Estes indicadores físicos permitem comparar os desempenhos dos países na área da educação sob vários ângulos. Contudo, não dispõem de um quadro que permitiria estabelecer relações entre os diversos elementos que determinam o acúmulo de capital humano e avaliar sua contribuição por meio de um critério comum.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Embora a elaboração de tal quadro pudesse parecer uma tarefa pouco realista há somente alguns anos atrás, não é o caso hoje (Fraumeni, 2008). Contas completas e confiáveis podem ser estabelecidas para o capital humano por meio do mesmo quadro contábil utilizado para as estatísticas econômicas clássicas. Uma comissão da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos redigiu um relatório (Abraham e Mackie, 2005), que fornece informações práticas sobre o estabelecimento destas contas para um grande número de atividades não comerciais. Este relatório enfatiza a importância de desenvolver mensurações independentes tanto para os *inputs* como para os *outputs* das atividades não comerciais, e de quantificar os valores e os volumes de cada parte destas contas.¹² Na área do capital humano, estas contas poderiam ser, no início, limitadas à educação formal; depois, estendidas progressivamente a outros aspectos, tais como os investimentos destinados a preparar as crianças para a escolarização formal e aqueles destinados a manter e a desenvolver as competências das pessoas em idade ativa através do treinamento na empresa e da educação de adultos. “A educação formal”, no âmbito das contas não comerciais, engloba a utilização conjunta de *inputs* pelos lares e estabelecimentos escolares com a finalidade de produzir serviços educativos, por oposição à definição mais limitada do setor da educação no âmbito das contas nacionais, que ignora amplamente o papel dos lares privados na produção destes serviços.

Uma conta auxiliar global para a educação formal integraria os valores dos *inputs* e dos *outputs* destes processos de aprendizagem. Para isto, convém identificar os elementos mais importantes inscritos dos dois lados das contas e resolver os problemas de mensuração específicos.

- Quanto aos *inputs*, as categorias mais importantes são as despesas monetárias dos lares e das instituições educativas para o trabalho remunerado (docentes e pessoal de apoio), os *inputs* intermediários (o material, tal como os livros) e os *inputs* de capital (estabelecimentos escolares, equipamentos e *softwares*). Além dessas despesas, outros *inputs* vêm se acrescentar à produção de serviços educativos, tais como as horas não remuneradas dedicadas ao estudo pelos próprios alunos, pelos seus pais que dão ajuda em casa, e por outras pessoas e associações capazes de estimular a aprendizagem dos alunos com dificuldades específicas ou em áreas particulares (por exemplo, os tutores). A avaliação destes *inputs* em tempos não remunerados necessita, no plano do volume, de boas estimativas sobre a distribuição do tempo dedicado pelas pessoas (ou a partir das fontes administrativas, para o tempo passado pelos alunos em aula, ou a partir das

¹² Enquanto que, para as transações comerciais, as duas partes das contas devam se equilibrar (a diferença estatística fornece um indicador da qualidade geral dessas estimativas), importantes desequilíbrios podem sobrevir no caso de contas não comerciais, que podem ser devidos a erros na mensuração de todos os dados pertinentes ou nos preços dos diversos *outputs*.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

enquetes sobre o uso do tempo) e, no plano do valor, de estimativas de preços contábeis apropriadas para estes *inputs*. Segundo Abraham e Mackie (2005), os dados não comerciais viáveis de serem fornecidos por terceiros deveriam ser, no ideal, avaliados em função de seus custos de substituição (por exemplo, o tempo passado pelos pais a ajudar seus filhos a fazerem seus deveres deveria ser avaliado em relação ao salário de um professor particular que dá a mesma ajuda, eventualmente adaptado segundo as diferenças de competências e de esforços entre o prestador de serviço remunerado e o trabalhador não remunerado). Por outro lado, os *inputs* que exigem um tempo específico, tais como as horas de presença dos alunos em classe, devem, idealmente, ser avaliados em função dos custos de oportunidade (eventualmente ajustados ao valor da satisfação tirada de um trabalho não comercial).¹³

- Quanto aos *outputs*, o valor dos serviços educativos produzidos se mensura como a contribuição ao capital humano gerada pela educação. O capital humano aumentará, em virtude da educação, se esta última melhorar o nível de formação das pessoas, que são então melhor remuneradas e mais produtivas no trabalho. Os outros elementos passíveis de serem incluídos nos *outputs* são o efeito da educação sobre a produtividade não comercial (tais como os benefícios mais importantes de certas atividades de lazer, às quais as pessoas mais instruídas se dedicam) e, idealmente, os benefícios da educação para o conjunto da sociedade, especialmente aqueles que decorrem de cidadãos melhor informados, mais tolerantes, mais conscientes e capazes de entrar em interação com os outros.

A avaliação dos estoques de capital humano: a abordagem dos rendimentos atualizados durante toda a vida

Na prática, as contas globais do capital humano, mesmo quando estão limitadas à educação formal, deveriam ser elaboradas por etapas. Sob o ponto de vista do desenvolvimento sustentável, o interesse imediato da pesquisa parece ser mensurar o *estoque total* de capital humano por habitante e controlar a evolução deste estoque no tempo. Diferentes abordagens foram utilizadas para atingir este objetivo. Uma dentre elas considera as mensurações do estoque de capital humano como o “resíduo” de uma identidade contábil. Por exemplo, as estimativas do Banco Mundial, quanto ao “capital imaterial”, são calculadas como sendo a diferença entre uma mensuração total do estoque de capital (a soma atualizada das despesas médias de

¹³ A mensuração pela qual a sociedade estimula e avalia a aprendizagem dos jovens e os efeitos-classes dos outros alunos (que são formas de capital social) podem igualmente ser considerados como *inputs* que melhoram as experiências e as possibilidades de aprendizagem dos alunos. Todavia, não existe avaliação monetária desses efeitos.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

consumo nos últimos três anos, acumulada para um horizonte de 25 anos) e as estimativas dos valores dos recursos naturais, do capital físico e dos haveres financeiros (Banco Mundial, 2005). Paralelamente, outros autores mensuraram o capital humano, primeiramente, estimando um “rendimento do capital humano” (a diferença entre os rendimentos líquidos nacionais para um dado ano e os rendimentos líquidos dos recursos fixos, financeiros e naturais, a saber, as rendas extraídas dos recursos) e, em segundo lugar, mensurando o estoque de capital humano como o valor atual destes rendimentos de capital humano (Greaker, 2007). Todavia, estas estimativas “indiretas” do estoque de capital humano têm vieses devido a erros de mensuração que afetam o conjunto dos termos que definem estas identidades. Além disso, por construção, elas partem do princípio de que certas mensurações monetárias dos rendimentos ou do consumo permitem avaliar justamente o bem-estar humano.¹⁴

Ainda que essas abordagens possam ser úteis para fins de pesquisa, a maior parte dos profissionais na área da mensuração do capital humano privilegia uma medida “direta”, que se baseia nos rendimentos atualizados ao longo de toda a vida de cada indivíduo.¹⁵ Esta abordagem, apresentada pela primeira vez pelos Srs. Jorgenson e Fraumeni para os Estados Unidos (1989, 1992) se baseia em dados relativos aos rendimentos de pessoas com diferentes níveis de educação, assim como nas informações relativas aos efetivos por idade e por sexo, ao seu diploma mais elevado e à sua participação na população ativa. Em teoria, os ganhos salariais concedidos às pessoas com níveis de instrução diferentes são uma indicação de suas competências naturais e da seleção operada pelo sistema escolar, mais do que por efeito da educação sobre a melhoria da produtividade das pessoas. Na prática, a opinião segundo a qual os ganhos salariais traduzem principalmente os efeitos da educação sobre a melhoria da produtividade das pessoas é partilhada pela maior parte dos pesquisadores desta área.

Estimativas empíricas do capital humano, fundamentadas em variantes da abordagem dos rendimentos atualizados ao longo de toda a vida, já existem para vários países da OCDE, tais como a Austrália, o Canadá, a Nova Zelândia, a Noruega, a Suécia e os Estados Unidos. Ainda que estas estimativas difiram no que diz respeito a seu campo de aplicação (por exemplo, a população coberta, a consideração dos rendimentos não comerciais) e suas previsões (por exemplo, a taxa futura do crescimento real dos

¹⁴ Arrow *et al.* (2008) fornecem estimativas indiretas do capital humano para a China e os Estados Unidos, mensuradas como o produto de sua quantidade total (um componente da taxa média de nível escolar atingido em cada país e de sua população adulta) e de seu preço do aluguel (a soma atualizada da massa salarial de cada país por unidade de capital humano empregada, acumulada sobre o número médio de anos de trabalho restantes). Com base nestas estimativas, para a China e para os Estados Unidos, o aumento em capital humano e reprodutível (fixo e financeiro) ultrapassa largamente a perda proveniente da redução do capital natural.

¹⁵ Trata-se da conclusão obtida por ocasião de um workshop sobre a mensuração do capital humano, organizado pela OCDE e pela Fondazione Giovanni Agnelli, em 3 e 4 de novembro de 2008, em Turim, na Itália.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

rendimentos por nível de educação, a taxa utilizada para atualizar estes futuros fluxos de rendimentos), elas estão de acordo em mostrar que o valor do capital humano é essencial e bem mais importante que aquele dos tipos de capital clássicos. Em outros termos, as mensurações atualmente disponíveis quanto à riqueza total de um país, extraídas dos balanços nacionais produzidos pelos escritórios de estatística nacionais, não levam em conta o principal componente desta riqueza.¹⁶ As abordagens que se baseiam nos rendimentos atualizados ao longo de toda a vida permitem, igualmente, descrever a composição do capital humano segundo os diferentes níveis de diploma atingidos, o sexo e a idade (Tabela A.3.1), e analisar o ritmo do acúmulo de capital humano segundo diversos fatores, como o envelhecimento da população, o saldo migratório e a evolução em matéria de níveis de diploma atingido por diferentes grupos. A sensibilidade das estimativas acumuladas do capital humano pode igualmente ser verificada por várias hipóteses referentes ao crescimento futuro dos rendimentos e às taxas de atualização.

Tabela A.3.1 Estimativas do valor do capital humano na Austrália

	198	198	199	199	200
Homens					
Diploma de estudos superiores	42 917	52 562	92 185	127 009	161 362
<i>Licence</i>	244 123	315 558	448 212	607 439	733 190
Pessoal qualificado	840 709	943 680	1 039 949	1 143 195	1 259 752
Pessoal não qualificado	1 540 987	1 685 260	1 889 659	1 950 974	1 957 450
Total	2 668 736	2 997 060	3 470 005	3 828 618	4 111 754
Mulheres					
Diploma de estudos superiores	9 485	14 002	30 389	55 730	90 579
<i>Licence</i>	106 458	160 347	305 251	489 443	663 789
Pessoal qualificado	349 437	420 986	429 201	488 993	553 664
Pessoal não qualificado	1 251 790	1 353 062	1 569 421	1 623 914	1 616 411
Total	1 717 170	1 948 398	2 334 262	2 658 080	2 924 442
População inteira					
Total	4 385 906	4 945 457	5 804 266	6 486 698	7 036 196
<i>A título de informação</i>					
Capital gerado	2 057 912
Taxa do capital humano em relação aos ativos fixos	3,4

Fonte: Estimativas apresentadas por ocasião do *workshop* sobre a mensuração do capital humano, organizado pela OCDE e a Fondazione Giovanni Agnelli, em 3 e 4 de novembro de 2008, em Turim.

¹⁶ Por exemplo, as estimativas apresentadas por ocasião do *workshop* de Turim sugerem que o valor do capital humano (excluindo os rendimentos não comerciais) corresponde a cerca de 1,7 vezes aquele dos ativos fixos produzidos nos Estados Unidos, a 3,4 vezes na Austrália, a 4 vezes no Canadá e a 6 vezes na Noruega. Em razão de diferenças de hipóteses e de cobertura demográfica, estas estimativas não são comparáveis entre os países.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

A elaboração de contas do capital humano traria vários benefícios. Primeiramente, elas fornecem uma estimativa monetária única do capital humano, comparável entre os países e no tempo. Em segundo lugar, a possibilidade de dividir as variações do valor do capital humano segundo diversos fatores permitiria igualmente prever sua evolução futura, por exemplo, quando grupos mais idosos de pessoas menos instruídas são substituídas por outras mais instruídas. Finalmente, observando o conjunto dos *inputs* ligados à educação, estas contas favoreceriam o diálogo político entre os diferentes ministérios e órgãos competentes, em particular quando estas contas vão além do estágio da educação formal. As contas de capital humano fundamentadas em dados individuais poderiam igualmente possibilitar mensurar as desigualdades presentes em sua distribuição e atender às preocupações em matéria de igualdade de acesso e de resultados para as pessoas que apresentam características diversas. As perspectivas oferecidas por melhores mensurações nesta área são consideráveis. Para concretizá-las, será conveniente termos a contribuição da comunidade estatística de cada país, contratar investimentos para produzir estas estimativas em intervalos regulares e estimular a colaboração transnacional por meio de um plano por etapas (Fraumeni, 2008).

Anexo 3.3 Poupança líquida ajustada e ativos ambientais: alguns testes de sensibilidade

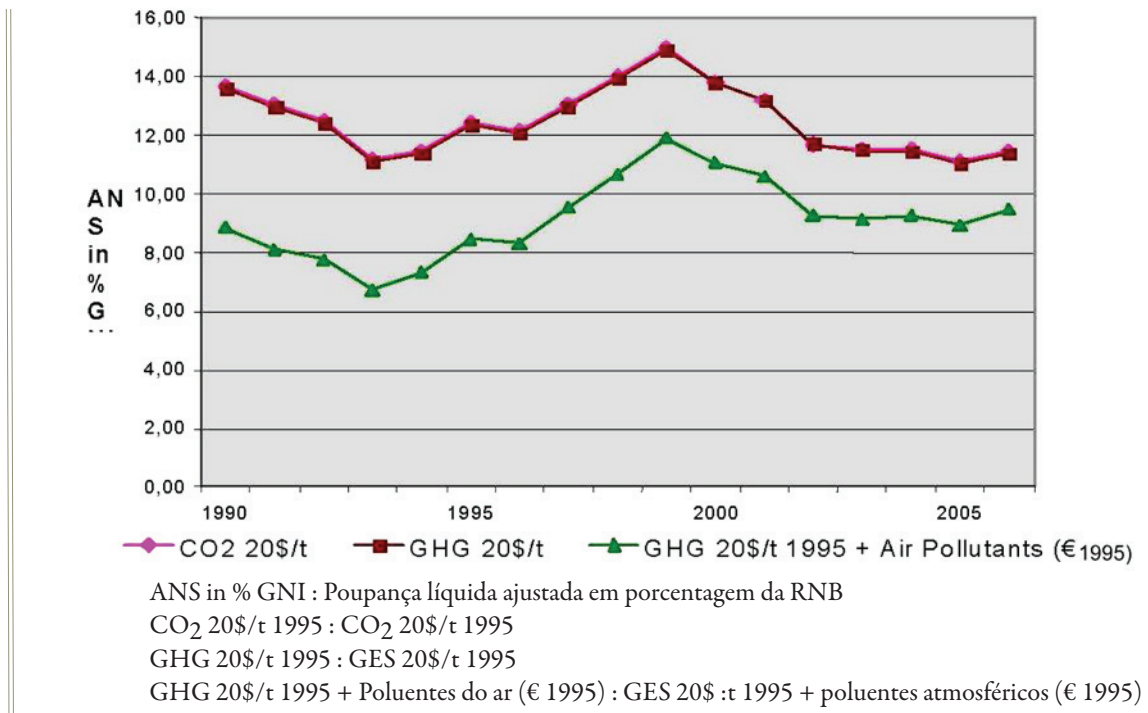
Como o texto destaca, a pertinência da abordagem pela poupança líquida ajustada depende fortemente *do que* é levado em conta (as diferentes formas de capitais transmitidos às gerações futuras), isto é, daquilo que está incluído na “riqueza ampliada”, assim como do *preço* utilizado para contabilizar e agregar o que é contado, em um contexto onde a valorização pelos mercados é imperfeita. O presente anexo examina a sensibilidade do índice às variantes destes dois fatores, concentrando-se nos recursos naturais.

Lacunas e pistas de melhoramentos: “o que contabilizamos”

As avaliações empíricas da poupança líquida ajustada padecem de um defeito importante: o ajuste em razão da degradação do meio ambiente é limitado aos danos causados pela poluição mundial ligada às emissões de dióxido de carbono. Os autores reconhecem que seus cálculos não levam em conta certas fontes importantes de degradação do meio ambiente, tais como a degradação das águas subterrâneas, a pesca além dos limiares de renovação e a degradação dos solos («Where is the Wealth of Nations», 2006, p. 154) e, com muito mais razão, a perda da biodiversidade. Não se trata de uma omissão voluntária, mas do resultado de uma falta de dados internacionais comparáveis.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Gráfico A.3.1 Outros danos gerados pela poluição atmosférica na França: principais efeitos de nível



Para realizar testes de sensibilidade em função da extensão dos danos devidos à poluição, concentramo-nos na França e reproduzimos os trabalhos de Nourry (2008). Estendemos os danos causados pelo CO₂ ao conjunto dos gases de efeito-estufa (GES) expressos em toneladas de equivalente CO₂ e reproduzimos a inclusão dos outros danos ligados ao dióxido de enxofre (SO₂), ao óxido de nitrogênio (NO_x), ao monóxido de carbono (CO) e aos compostos orgânicos voláteis (COV), em conformidade com Nourry (2008), assim como os danos ligados às emissões de materiais em partículas (PM₁₀) (Banco Mundial). As variáveis do custo marginal dos danos se baseiam em estudos anteriores realizados por Rabl e Spadaro (2001) e em cálculos de Nourry (2008): 5245 €/t de SO₂, 8093 €/t de NO_x, 970 €/t de CO, 5762 €/t de COV e 7265 €/t de PM₁₀.

Estes cálculos determinam importantes modificações do nível da poupança líquida ajustada final, como o ilustra o Gráfico A.3.1, referente à França. Contudo, este país registra ainda um valor positivo confortável para seu indicador de poupança

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

líquida ajustada. Em média, a poupança líquida ajustada “aumentada” é 3% inferior aos cálculos da poupança líquida ajustada padrão (com exclusão das PM_{10}) ou apenas 9% da RNB, em vez de 12,5% na origem.

Lacunas e pistas de melhoramentos: preços relativos

O outro fator-chave das estimativas existentes da poupança líquida ajustada é que elas são fundamentadas nos preços atuais dos recursos naturais esgotáveis. Em teoria, a utilização dos preços de mercado para avaliar os fluxos e os estoques só é pertinente no âmbito de mercados completos e concorrenciais, o que não é de toda a evidência o caso na realidade e, em particular, para os recursos naturais, para os quais os efeitos externos e as incertezas são flagrantes. Além disso, os preços de mercado das energias fósseis e de outros minerais experimentaram a tendência de flutuar fortemente nos últimos anos, determinando variações importantes da poupança líquida ajustada calculada em preços correntes do mercado.¹⁷

Por outro lado, concorrenciais ou não, a abordagem do Banco Mundial considera os preços atuais como uma mensuração pertinente para os períodos vindouros. Mas não se pode esperar que estes preços permaneçam estáveis. Segundo a regra de Hotelling, eles deverão aumentar à medida que os recursos se tornarem raros. Por consequência, estas mudanças deveriam ser contabilizadas enquanto ganhos em capital para os países exportadores e enquanto perdas correspondentes para os países importadores (sem deixar de permanecerem neutros em nível mundial), tal como destacados por Arrow *et al.* (2008).

Quanto à valorização das degradações ambientais, as coisas são ainda mais difíceis. Efetivamente, na falta de toda e qualquer avaliação pelo mercado, convém determinar “valores contábeis” pela modelagem das consequências no longo prazo de uma mudança dada do capital ambiental e a maneira pela qual ele influenciará o bem-estar futuro. Este aspecto é desenvolvido de maneira mais sistemática no texto. Só examinaremos aqui a sensibilidade da poupança líquida ajustada a diferentes valores numéricos para estes preços, concentrando-nos na estimativa dos preços das emissões de CO_2 , a saber, a estimativa do custo social marginal de uma tonelada de carbono suplementar. O debate sobre este assunto foi vivo e, por consequência, as estimativas do preço justo para o carbono são numerosas. Além disso, como

¹⁷ O método El-Serafy poderia ter sido utilizado a título subsidiário. Dietz *et al.* (2004, páginas 284-285) destacaram que os cálculos do Banco Mundial davam valores negativos extremamente importantes da poupança líquida ajustada para certos países exportadores de petróleo, em certos períodos (até - 30% para a Arábia Saudita, nos anos 1970), em outras palavras, um esgotamento quase total da riqueza deste país no espaço de somente algumas décadas. O método El-Serafy teria produzido valores bem mais realistas.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

a sustentabilidade supõe sempre uma visão do futuro, para a fixação dos preços das emissões de carbono, o objetivo é menos conhecer o custo atual destas emissões que determinar qual deverá ser seu preço amanhã.

Os gráficos seguintes apresentam os valores revisados da poupança líquida ajustada em relação a diferentes custos sociais marginais, utilizados ou propostos. A publicação original da poupança líquida ajustada estimava em 20 \$ (1995) o valor de uma tonelada de carbono (corrigido, para os anos seguintes, por um deflator do PIB). Uma atualização recente de Arrow *et al.* (2008) propunha um valor de 50 \$ por tonelada de carbono (2005). Na França, o governo se tem debruçado sobre a questão há vários anos, considerando que as escolhas públicas relativas aos investimentos do Estado levam efetivamente em conta os custos ambientais induzidos no relatório custo-benefício (Boiteux e Baumstrark, 1994 e 2001). Um estudo realizado por Boiteux propunha um valor de 100 € por tonelada de carbono em 2000 (ou 27 € por tonelada de CO₂). Uma recente atualização deste relatório (Quinet, 2008) tabulou em um valor de cerca de 370 € por tonelada de carbono em 2030, com uma taxa de atualização de 4 %. Por retroprojeção (N.T.: *backcasting*), obtém-se um valor de 45 € por tonelada de CO₂, em 2010.

Estas diferenças consequentes entre os preços mal influenciam a poupança líquida ajustada, como mostram os Gráficos. Efetivamente, as principais diferenças aparecem unicamente quando o preço por tonelada de Arrow *et al.* (2008) de 50 \$ dobrou, ou 100 € por tonelada na avaliação francesa oficial. As estimativas do preço só afetam o nível geral da poupança líquida ajustada marginalmente.

A parte interessante do relatório Quinet 2008 é aquela dedicada à trajetória prevista do custo das emissões de CO₂. Na hipótese de um aumento progressivo de 27 € por tonelada de CO₂ em 2000, ao valor alvo de 100 € por tonelada de CO₂ em 2030, várias previsões da poupança líquida ajustada podem ser calculadas segundo diferentes cenários.

Duas séries de hipóteses são apresentadas abaixo, a título de exemplo. Primeiramente, a poupança líquida ajustada (com exclusão da parte dos danos de CO₂) poderia continuar em 2006 a seguir a tendência observada desde 1990 ou voltar progressivamente a um valor (suposto) no longo prazo (equivalente à poupança líquida ajustada média, entre 1980 e 2006). Em segundo lugar, o relatório de intensidade (emissões de CO₂ por unidade de RNB) pode ainda decrescer neste horizonte, no ritmo observado desde 1990, ou estabilizar-se no nível de 2006 (menos provável). As estimativas se inscrevem, assim, em quatro cenários que seguem a mesma trajetória no que diz respeito ao preço do CO₂.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Gráfico A.3.2 Efeitos da estimativa dos danos do CO2: França

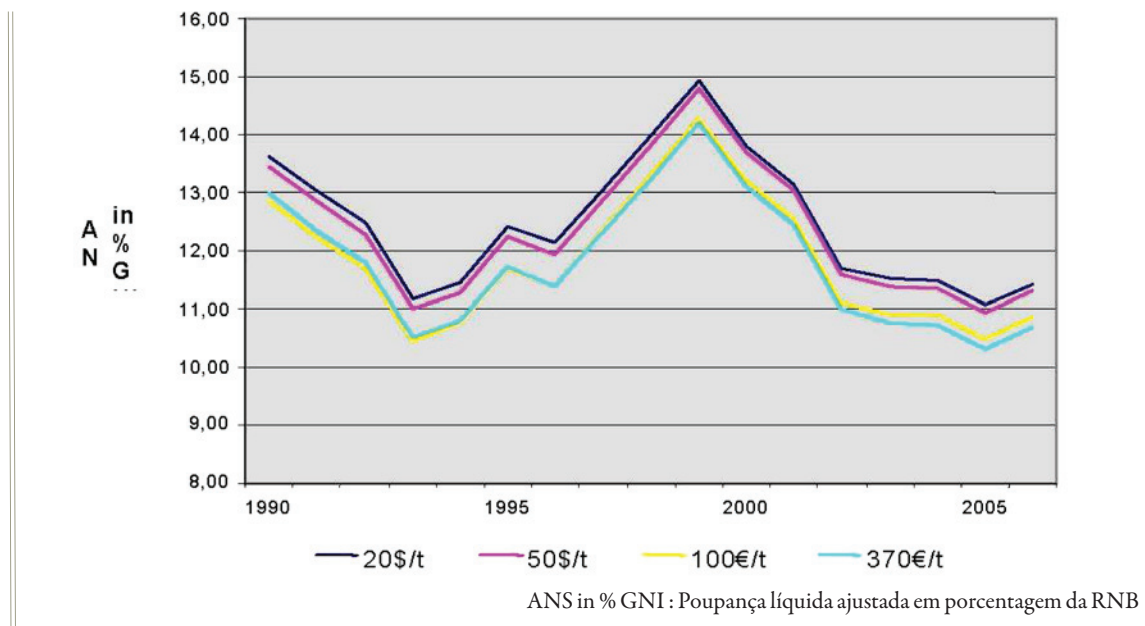
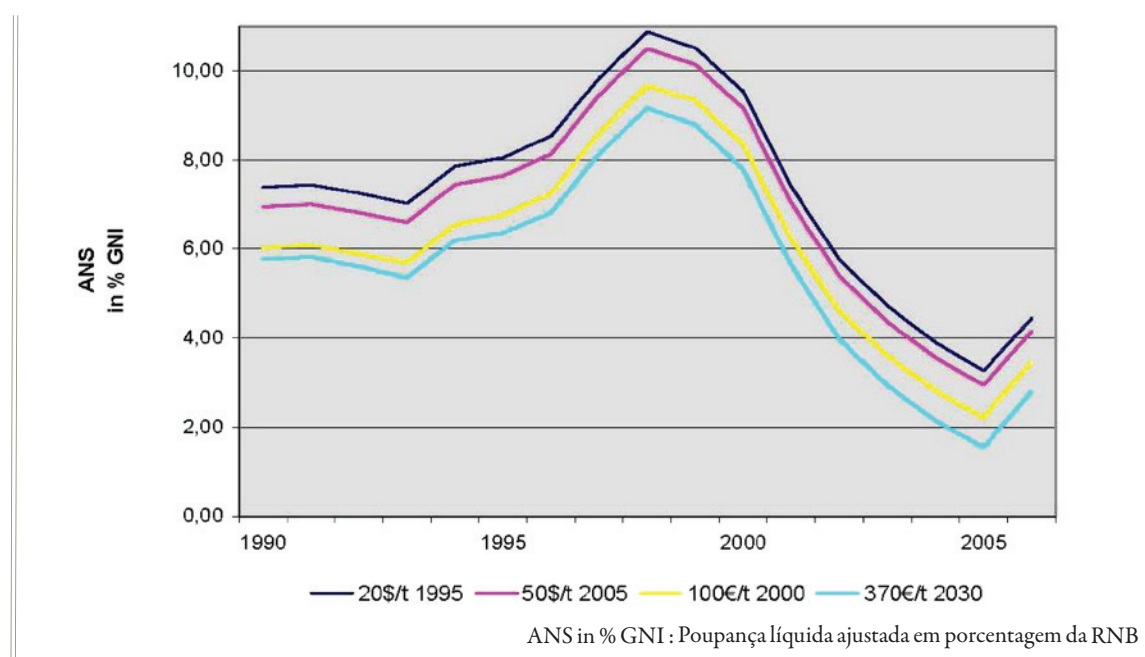


Gráfico A.3.3 Efeitos da avaliação dos danos do CO2: Estados Unidos



Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Gráfico A.3.4 Previsões da poupança líquida ajustada segundo diferentes cenários: França, 100 €/tonelada de CO2 em 2030

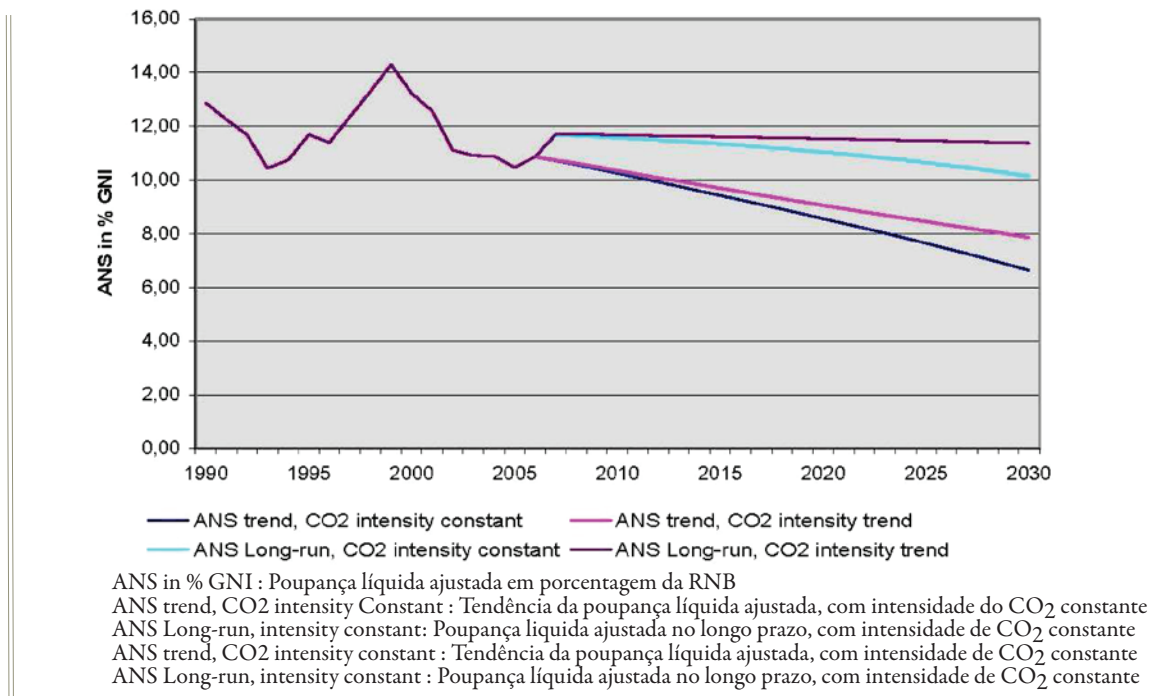
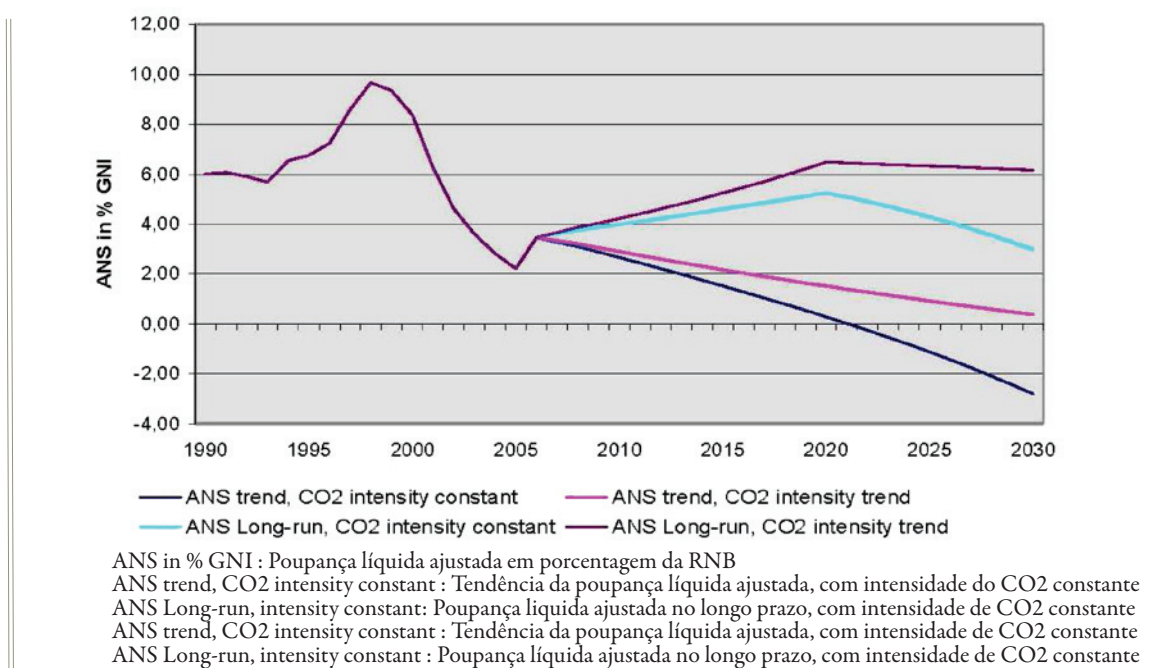


Gráfico A.3.5 Previsões da poupança líquida ajustada segundo diferentes cenários: Estados Unidos, 100 €/tonelada de CO2, em 2030



Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Uma vez mais, o resultado mais surpreendente é que, segundo o indicador da poupança líquida ajustada, para que os Estados Unidos atinjam o nível de não sustentabilidade em torno de 2020, é preciso a conjunção das duas hipóteses particularmente pessimistas (irrealistas?): devem ser reunidas uma taxa de intensidade de CO₂ constante e uma tendência à baixa da poupança bruta.

Críticas mais gerais

Pelo menos duas questões foram ignoradas até agora, quando elas requerem mais explicações.

Primeiramente, não tratamos da *incerteza*, um problema que só foi abordado parcialmente pelos últimos aperfeiçoamentos dos métodos (ver, em particular, Henry e Henry, 2002; Weitzman, 2007; Heal, 2008). A seção 3 do texto é dedicada a esta questão. Em segundo lugar, calculando a poupança líquida ajustada por país, omitimos a natureza amplamente mundial da sustentabilidade. Efetivamente, alguns poderiam mal perceber a mensagem veiculada pela poupança líquida ajustada sobre os países exportadores de recursos (por exemplo, o petróleo). A não sustentabilidade do caminho de crescimento destes países só é atribuível a uma taxa insuficiente de reinvestimento dos rendimentos gerados pela exploração do recurso natural, enquanto que o “consumo excessivo” dos países importadores não é absolutamente levado em conta. Os países desenvolvidos, geralmente pior dotados em recursos naturais, entretanto mais ricos em capital humano e físico que os países em desenvolvimento, apareceriam então, erroneamente, como sendo “sustentáveis”.

Em consequência, certos autores (Proops *et al.*, 1999) defenderam a ideia de imputar o consumo de recursos esgotáveis a seus consumidores finais, a saber, aos países importadores. Na verdade, se as escassezes relativas se refletissem totalmente nos preços pelos quais os recursos esgotáveis são vendidos nos mercados internacionais, não haveria nenhuma razão para proceder a tais ajustes. Toda e qualquer “despoupança” dos recursos naturais mundiais por parte dos consumidores finais é já a consideração em sua balança comercial, e cabe ao país exportador reinvestir uma parte suficiente do rendimento correspondente em outros ativos a fim de garantir sua própria sustentabilidade. Contudo, quando os preços não são determinados em mercados concorrenciais, esta constatação não é mais válida. Se o país importador pagar um preço menor por suas importações do que seria preciso, ele tem uma parte de responsabilidade na não sustentabilidade mundial que não se reflete no valor monetário de suas importações. Um nível demasiado baixo dos preços

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

permite ao país consumir excessivamente e transferir o custo no longo prazo de seu consumo excessivo ao país exportador. Há um hiato entre a sustentabilidade deste país e sua contribuição à sustentabilidade em escala mundial. É este hiato que explica precisamente a ineficiência *mundial* da trajetória do consumo.

Na verdade, a estimativa dos danos da poluição mundial levanta uma questão similar. Nosso objetivo é mensurar o desenvolvimento do bem-estar de um país em particular ou avaliar a contribuição de um dado país para a não sustentabilidade *mundial*? A diferença entre estes dois conceitos é ilustrada pelas abordagens opostas do Banco Mundial e de Arrow *et al.* (2008), em matéria de gestão das emissões de CO₂. Por um lado, o Banco Mundial imputou a cada país a totalidade dos custos de suas emissões de CO₂, em outras palavras, nesta situação de referência, todos os países devem pagar as consequências mundiais de suas próprias emissões. Arrow *et al.* (2008), por outro lado, examinam as emissões mundiais de CO₂ e calculam um indicador de poupança líquida ajustada medindo em que proporção cada país é afetado pelos danos comuns. Considerando que os poluidores principais (tais como os Estados Unidos) não serão os mais afetados pelo aquecimento global, as estimativas de Arrow apresentam efeitos (anti) redistributivos importantes.

Anexo 3.4 Complemento sobre a poupança líquida ajustada e a mudança climática

A tarefa do subgrupo era debater a questão da sustentabilidade. Esta questão confirma aquela da equidade intergeracional: se nos encontramos em situação não sustentável, então, há razões fortes para agir, para o bem das gerações futuras. Entretanto, este vínculo não é completamente unívoco e merece ser esclarecido. O caso do aquecimento global fornece um bom exemplo para discutir esses vínculos.

O ponto de partida é o que se poderia qualificar de “paradoxo do CO₂”. Por um lado, o relatório Stern (2006) defende fortemente uma ação rápida para evitar os efeitos negativos das emissões de CO₂ no longo prazo. Por outro lado, o Anexo 3 demonstra que, para os países desenvolvidos, é difícil integrar as emissões de CO₂ na poupança líquida agregada de maneira a enviar uma mensagem clara de não sustentabilidade. Isto necessitaria uma estimativa muito alta das emissões de CO₂, bem além dos números mais altos geralmente propostos na literatura e utilizados no relatório Stern. Esta constatação é ainda mais espantosa porque as duas abordagens empregam os mesmos conceitos, a saber, a atualização no longo prazo dos custos e dos benefícios. Quais são os verdadeiros vínculos entre estas duas abordagens?

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Começamos por uma revisão da maneira pela qual as consequências da mudança climática são geralmente avaliadas. Como tantas outras estimativas do impacto da mudança climática, o relatório Stern se baseia num modelo de avaliação integrado das interações ecoambientais, na espécie sobre o modelo PAGE (Hope, 2006). Outro modelo frequentemente empregado na literatura é o DICE (Nordhaus, 2007). Estes modelos permitem avaliar, sob um ponto de vista econômico, os danos ao meio ambiente. Nenhum deles repõe em discussão o fato de que estas consequências serão negativas, mas eles o exprimem com um alto grau de incerteza, o que corrobora a mensagem do presente relatório sobre a dificuldade de avaliar estes custos com um só número. O modelo PAGE, tal como utilizado por Stern, estima os danos em 2200, entre - 1% e - 35% do Produto Mundial Bruto previsto para este período. Esta faixa foi ela própria objeto de controvérsia: certos comentaristas acharam-na demasiado importante e outros demasiado otimistas, argumentando que ela subavalia um risco maior de distúrbio ecoambiental.

O problema, para o relatório Stern, foi traduzir estes dados em um número de destaque que sugira a extensão do problema. O problema é que, mesmo se esses custos são significativos, eles só ocorrerão num futuro longínquo, geralmente bem após 2050. A fim de traduzi-los em um só número que seja eloquente hoje, estes custos são convertidos em um equivalente de perda definitiva de bem-estar. Por meio de uma taxa de atualização de 1,4%, este equivalente atuarial varia entre - 5% e - 20% do Produto Mundial Bruto.

Que políticas poderiam contribuir para limitar esta perda? Um cálculo atuarial é utilizado para determinar se tais políticas merecem ser postas em prática. Uma medida de redução terá geralmente um custo imediato, mas gerará benefícios aumentando o nível de bem-estar de amanhã. É possível avaliar se os ganhos compensam os custos calculando a diferença entre suas somas descontadas. Este cálculo é sempre realizado em um horizonte que vai até 2200, e a escolha de uma taxa de atualização é crucial na espécie. Stern optou por um valor baixo, que justifica amplamente uma intervenção rápida, enquanto que outros autores argumentam em favor de medidas de redução mais graduais baseadas em valores superiores para a taxa de atualização. Nordhaus, por exemplo, escolheu um valor de 4,5 %.

Esta questão da taxa de atualização é aquela que uma grande parte do debate sobre o relatório Stern focalizou: numerosos autores sustentaram que a taxa de atualização escolhida por Stern era absurdamente baixa, bem inferior aos valores habituais das taxas de juros do mercado, e que ele atribuía, por consequência, um peso excessivo às inquietações suscitadas pelo futuro.

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

Entretanto, outros autores, aperfeiçoando a análise, forneceram razões suplementares para levar a sério a mensagem do relatório Stern (Heal, 2008, propõe um resumo geral). Um desses argumentos é que as taxas de juros do mercado não constituem um bom guia normativo para comparações na escala intergeracional, principalmente quando se estima que os mercados não funcionem eficazmente. Pode-se também pensar que o problema não é tanto aquele das consequências pretendidas nos cenários medianos, mas o risco de realização dos cenários mais extremos, o que remete ao princípio da precaução. Weitzman sugere que o verdadeiro valor da própria taxa de atualização pode ser incerto e que, no longo prazo, a prioridade deve ser dada ao mais baixo de todos os valores plausíveis. Outro ponto essencial é que a análise deve levar em conta a imperfeição da substituíbilidade entre os bens produzidos e o capital natural, uma característica ignorada tanto por Stern quanto por Nordhaus. Quando a substituíbilidade é imperfeita, as trajetórias de produção divergentes e as especificidades ambientais determinam modificações dos preços relativos que devem ser levadas em conta na análise da relação custo-benefício das políticas ambientais. A referência a uma taxa de atualização única não é mais possível, como sustentou antigamente Malinvaud (1953). Este ponto foi destacado por Guesnerie (2004), Sterner e Persson (2007), que mostraram que uma versão modificada do modelo DICE de Nordhaus, que integra este tipo de heterogeneidade, pode levar a conclusões que argumentam ainda mais em favor de uma intervenção sustentada e imediata do que o relatório Stern. Esta argumentação será mais desenvolvida em Guéant, Guesnerie e Lasry (2009, em andamento).

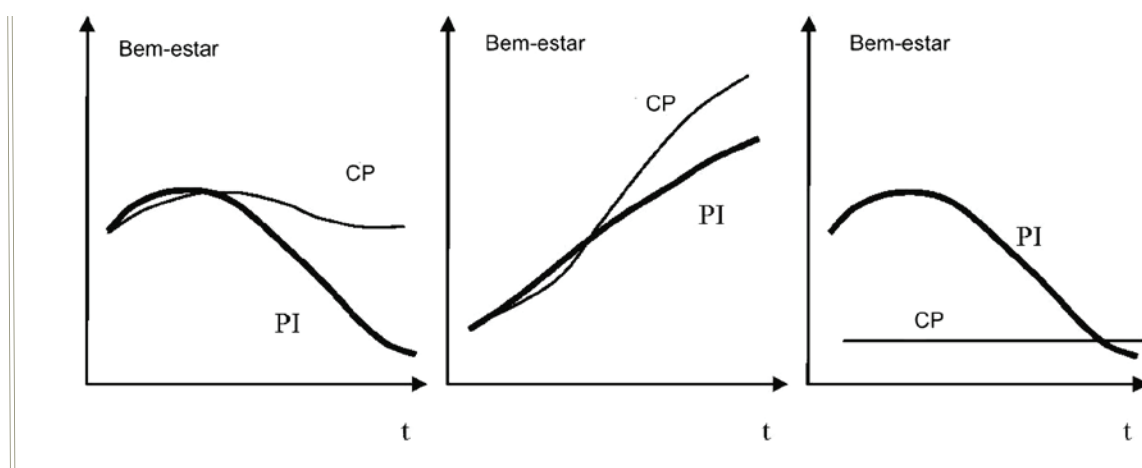
As considerações precedentes podem levar a entender que a oposição aparente entre as mensagens enviadas pela poupança líquida ajustada e pela análise da relação custo-benefício, tendo em vista uma intervenção imediata, só decorre de diferentes hipóteses de taxas de atualização. Entretanto, nada é menos evidente. Tal como ilustraram as simulações na seção 3.3, a escolha do fator de atualização para a poupança líquida ajustada ou para um quadro de riqueza ampliado não tem nenhuma incidência sobre a mensagem em matéria de desenvolvimento sustentável. A razão disso é que a não sustentabilidade é uma característica da trajetória do bem-estar atual, mais precisamente o fato de que ele tenderá a cair um dia ou outro abaixo de seu nível atual: ora, tal característica é independente do valor da taxa de atualização escolhida para elaborar a poupança líquida ajustada. Esta taxa de atualização terá incidência unicamente sobre o prazo de antecipação com o qual o indicador poderá prever o recuo do bem-estar (Fleurbacq, 2009).

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

As consequências são evidentes: se as recomendações que decorrem das análises do tipo Stern dependem do fator de atualização e se a sustentabilidade é uma característica da trajetória prevista em um perfil de bem-estar que é independente do fator em questão, isto significa que não pode haver qualquer conexão sistemática entre as mensagens extraídas das duas abordagens. Como isto é possível? A resposta a este paradoxo é que convém distinguir entre *a constatação* de que uma situação não é sustentável e *a preconização* de uma mudança de política que possa melhorar o bem-estar intergeracional.

Tomemos alguns exemplos para mostrar em que essas duas noções diferem. Todos os gráficos seguintes apresentam duas trajetórias para o bem-estar futuro. A curva representada em **negrito** corresponde ao cenário espontâneo de “política inalterada”, no qual nenhuma mudança de políticas ocorre. A curva fina representa o cenário de “mudança de política”, que reduz sistematicamente o bem-estar no curto prazo, mas contribui para melhorá-lo no longo prazo. As abreviaturas PI e CP são empregadas para qualificar esses dois cenários.

Gráfico A.3.6 Três cenários diferentes quanto à sustentabilidade e à oportunidade de uma mudança política



Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

O gráfico a esquerda apresenta uma configuração na qual as mensagens relativas à não sustentabilidade e à oportunidade de uma mudança de políticas serão coerentes. A trajetória do PI não é monótona. A não sustentabilidade deste cenário pode ser detectada suficientemente com antecedência, com o índice de poupança líquida ajustada fixando a taxa de atualização em um nível suficientemente baixo. O cenário do CP supõe custos baixos no curto prazo, que permitem restabelecer a sustentabilidade. A possibilidade de passar de um cenário para outro, para um planejador atual, depende da taxa de atualização escolhida, mas, para os perfis propostos, podemos esperar que esta mudança seja considerada como desejável mesmo para valores relativamente altos do fator de atualização. Neste caso, a mensagem do índice de poupança líquida ajustada aparecerá em conformidade com a política recomendada.

O segundo gráfico (no meio) reflete, mais ou menos, o cenário de referência do relatório Stern. Mesmo se ele prevê consequências negativas em grande escala da mudança climática sobre o bem-estar mundial, até - 35% do Produto Mundial Bruto em 2200, ele as aplica a uma trajetória de crescimento econômico contínuo, a um ritmo que contribuirá para melhorar o conforto das gerações futuras comparado com o nosso, apesar da mudança climática. Tal hipótese é, certamente, discutível, o que nos leva de volta ao debate sobre a incerteza no longo prazo. Por exemplo, os distúrbios climáticos poderiam determinar conflitos significativos ou distúrbios sociais que prejudicariam o capital físico e humano. Pode-se igualmente apresentar o argumento de que as extrapolações de produtividade se baseiam em estimativas com vieses que ignoram que os ganhos de produtividade recentes foram realizados precisamente em detrimento da qualidade ambiental. Admitamos aqui, entretanto, que esta hipótese de produtividade esteja correta. Neste caso, o cenário do PI passa no teste de sustentabilidade da poupança líquida ajustada. Contudo, isto não quer dizer que nada justifica a transição de um cenário a outro. Como no cenário precedente, o custo no curto prazo é modesto e as vantagens no longo prazo para o clima são consideráveis. Neste caso, o cenário do CP parecerá desejável, pelo menos para um planejador que não atualize o futuro em uma taxa excessivamente alta. Na espécie, todavia, o índice de poupança líquida ajustada não orienta o tomador de decisão política na boa direção.

O último cenário é exatamente o contrário do segundo; trata-se de um esquema pouco desejável, segundo o qual a sustentabilidade não está garantida, mas no qual este fato não é um motivo suficiente para intervir. A curva PI tem a mesma forma em corcova que no primeiro cenário. A sustentabilidade poderia ser restabelecida

Conclusão: principais mensagens e propostas de recomendações

acompanhando o cenário do CP, mas a um custo efetivamente mais alto para as gerações atuais, que conheceriam um estado próximo da fome generalizada. Segundo este esquema, só um nível muito alto de preocupação coletiva com as gerações futuras poderia estimular o planejador a se engajar em favor do cenário CP.

O cenário central mostra que não há necessariamente uma contradição entre calcular uma taxa positiva de poupança líquida ajustada – como o faz o Banco Mundial para numerosos países – e ser favorável a uma intervenção forte e imediata em matéria de mudança climática. Vimos que é difícil obter valores negativos para a poupança líquida ajustada, mesmo com valorizações das emissões de CO₂ próximas da ordem de grandeza utilizada no relatório Stern. Este ponto cria um dilema importante para os formuladores de decisões políticas. Podemos nos contentar com a mensagem de um indicador que diz que é possível não mudar de política (PI), quando pensamos que existem boas razões para intervir?

Diante deste dilema, uma resposta seria reforçar a sensibilidade do índice da poupança líquida ajustada aos problemas ambientais, concentrando-se nos cenários “pessimistas”, dito de outra forma, construir uma poupança líquida ajustada de “precaução”, com preços teóricos para os recursos naturais calculados de forma a refletirem o pior cenário.

Outra possibilidade seria abordar a mudança climática ou outras mudanças ambientais como um tema em si mesmo. Isto poderia ser feito no quadro ampliado da riqueza substituindo-se simplesmente a função objetiva por uma função que vise exclusivamente ao benefício ambiental sobre o qual desejamos nos concentrar, como é o caso na seção 3.4. Mas esta solução pode parecer demasiado formal. Pode, portanto, parecer mais apropriado empregar indicadores físicos *ad hoc* que comparem os estoques ou as emissões em relação aos valores-alvo pré-definidos.

O que quer que se ponha em prática, a poupança líquida ajustada padrão permanecerá útil: ela desempenha ainda seu papel de antecipação da não sustentabilidade ao nível “mundial”, mas estamos prevenidos de que não se trata de um guia suficiente para tomar as corretas decisões sobre assuntos precisos, quer esses últimos se refiram ao meio ambiente ou a outras áreas.

Abraham, K. and C. Mackie, eds. (2005), *Beyond the Market: Designing Nonmarket Accounts for the United States*, National Academy of Sciences, Washington D.C.

Afsa, C., D. Blanchet, V. Marcus, M. Mira d'Ercole, P.A. Pionnier, G. Ranuzzi, L. Rioux, and P. Schreyer (2008), "Survey of existing approaches to measuring socioeconomic progress", background paper for the first meeting of the CMEPSP.

Alfsen, K.H., J.L. Hass, H. Tao, and W. You (2006), "International experiences with 'green GDP'", Report 2006/32, Statistics Norway.

Arrow, K.J., P. Dasgupta, and K.G. Mäler (2003a), "Evaluating projects and assessing sustainable development in imperfect economies", *Environmental and Resource Economics*, 26: 647-685.

Arrow, K.J., P. Dasgupta, L. Goulder, G. Daily, P. Ehrlich, G. Heal, S. Levin, K.G. Mäler, S. Schneider, D. Starrett, and B. Walker (2004), "Are We Consuming Too Much?", *The Journal of Economic Perspectives*, 18 (3): 147-172

Arrow, K.J., P. Dasgupta, L.H. Goulder, K. Mumford and K. Oleson (2008), "China, the U.S., and Sustainability: Perspectives Based on Comprehensive Wealth", Working Paper No. 313, Stanford Center for International Development, Stanford University.

D'Autume, A. and K. Schubert (2008), "Le concept d'épargne véritable est-il adapté pour mesurer la durabilité du développement économique?" (O conceito de poupança verdadeira estará adaptado para medir a sustentabilidade do desenvolvimento econômico?), 12th Colloquium of the Association de Comptabilité Nationale.

Bovar, O., M. Demotes-Mainard, C. Dormoy, L. Gasnier, V. Marcus, and B. Tregouët (2008), "Les indicateurs de développement durable" (Os indicadores de desenvolvimento sustentável), *L'économie française: comptes et dossiers*, Edition 2008, INSEE.

Centre d'Analyse Stratégique (Centro de Análise Estratégica) (2009), "Approche économique de la biodiversité et des services liés aux écosystèmes: Contribution à la décision publique" (Abordagem econômica da biodiversidade e dos serviços ligados aos ecossistemas : contribuição à decisão pública), Report of the Working Group chaired by Bernard Chevassus-au-Louis, La Documentation Française.

Cobb, J. and H. Daly (1989), *For the common good, redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future*, Boston, Beacon Press.

Referências

Cobb, C.W. and J. Cobb (1994), *The green national product*, Lanham, University Press of America.

Commissariat Général au Développement Durable (2009), Une expertise de l’empreinte écologique-version provisoire, (Uma perícia da pegada ecológica-versão provisória) *Etudes et Documents*, no. 4, May.

Dasgupta, P. (2001), “Valuing objects and evaluating policies in imperfect economies”, *The Economic Journal*, 111: C1-C29.

David, M. (2008), “Potentialités et limites de l’approche en termes d’indicateurs de développement durable” (Potencialidades e limitações da abordagem em termos de indicadores de desenvolvimento sustentável), 12th Colloquium of the Association de Comptabilité Nationale.

Desai, M. (1994), “Greening the HDI?” in The New Economic Foundation (Eds), *Accounting for change*, MacGillivray.

Diamond, J. (2005), *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. New York: Viking Books (French Translation: *Effondrement. Comment les sociétés décident de leur disparition* (Colapso. Como as sociedades decidem seu desaparecimento), Gallimard, 2006).

Dietz, S. and E. Neumayer (2004), “Genuine savings: a critical analysis of its policy-guiding value”, *International Journal of Environment and Sustainable Development*, 3 (3/4): 276 – 292.

Dreze, J. and N. Stern (1990), “Policy Reform, Shadow Prices and Market Prices”, *Journal of Public Economics*, Vol. 42: 1-45.

Estes, R., M. Levy, T. Srebotnjak and A. de Shrebinin (2005), *2005 environmental sustainability index: benchmarking national environmental stewardship*, New Haven: Yale Center for Environmental Law and Policy.

Ewing, B., A. Reed, S. Rizk, A. Galli, M. Wackernagel and J. Kitzes (2008), *Calculation Methodology for the National Footprint Accounts*, 2008 Edition. Oakland: Global Footprint Network.

Fleurbaey, M. (2008), “Individual well-being and social welfare: some notes on the theory”, background paper for the first meeting of the CMEPSP.

- Fraumeni B. M. (2008), “Human Capital: From Indicators and Indexes to Accounts”, paper presented at the OECD / Fondazione Giovanni Agnelli Workshop on the Measurement of Human Capital, 3-4 November, Turin, Italy.
- Gadrey, J. and F. Jany-Catrice (2007), *Les nouveaux indicateurs de richesse* (Os novos indicadores de riqueza), 2nd edition, Repères-La Découverte.
- Guéant, O., R. Guesnerie and J.M. Lasry (2009), “Ecological intuition versus economic ‘reason’”, draft.
- Guesnerie, R. (2004), “Calcul économique et développement durable” (Cálculo econômico e desenvolvimento sustentável), *La Revue Economique*, 55(3): 363-382.
- Hamilton, K. (1996), “Pollution and Pollution Abatement in the National Accounts”, *Review of Income and Wealth*, vol. 42(1), 13-33.
- Hanley, N., I. Moffatt, R. Faichney and M. Wilson (1999), “Measuring sustainability: A time series of alternative indicators for Scotland”, *Ecological Economics*, 28:55-73.
- Hartwick, J.M. (1977), “Intergenerational Equity and the Investing of Rents from Exhaustible Resources”, *The American Economic Review*, 67 (5): 972-974.
- Heal, G. (1998), *Valuing the Future: Economic Theory and Sustainability*, Columbia University Press.
- Heal, G. and B. Bengt Kriström (2002), “Uncertainty and Climate Change”, *Environmental and Resources Economics*, 22, 3-39.
- Heal, G. (2005), “Intertemporal Welfare Economics and the Environment”, *Handbook of Environmental Economics*, Volume 3. Edited by K-G Mäler and J.R. Vincent, Elsevier, Chapter 21, 1105-1145.
- Heal, G. and B. Kriström (2005), “National income and the environment”, *Handbook of Environmental Economics*, Volume 3. Edited by K-G Mäler and J.R. Vincent, Elsevier, Chapter 21, 1148-1217.
- Heal, G. (2008a), “What do we know about the economics of climate change?”, Draft. Heal, G. (2008b), “Climate economics: a meta-review and some suggestions”, NBER Working Paper 3927.
- Henry, C. and M. Henry (2002), “Formalization and applications of the Precautionary Principle”, Working Paper, Laboratoire d’Économetrie de l’École Polytechnique.

Referências

Henry, C. and M. Henry (2002), “Formalization and applications of the Precautionary Principle”, Working Paper, Laboratoire d’Économetrie de l’École Polytechnique.

Henry, C. (2007), “Somewhat different ways, but the same destination. On some controversial points in the Stern report”, Working Paper, Laboratoire d’Économetrie de l’École Polytechnique.

Hotelling, H.J. (1931), “The Economics of Exhaustible Resources”, *The Journal of Political Economy*, 39 (2): 137-175.

Jollands, N., J. Lermitt and M. Patterson (2003), “The usefulness of aggregate indicators in policy making and evaluation: a discussion with application to eco-efficiency indicators in New Zealand”.

Jorgenson, D. W. and B. Fraumeni (1989), “The Accumulation on Human and Nonhuman Capital, 1948-1984, in R. E. Lipsey and H. S. Tice (eds.), *The Measurement of Saving, Investment, and Wealth*, University of Chicago Press, Chicago.

Jorgenson, D. W. and B. Fraumeni (1992), “The Output of the Education Sector”, in Griliches Z. (ed.), *Output Measurement in the Services Sector*, University of Chicago Press, Chicago.

Keeley B. (2008), *Human Capital: How what you know shapes your life*, OECD, Paris.

Lange, G.M and M. Wright (2004), “Sustainable development in mineral economies: the example of Botswana”, *Environment and Development Economics*, 9: 485-505.

Lasso de la Vega, M.C., A.M. Urrutia (2001), “HDPI: a framework for pollution sensitive human development indicators”, *Environment, Development and Sustainability* (3), 199-215.

Le Clézio, P. (2009), “L’empreinte écologique et les indicateurs du développement durable” (A pegada ecológica e os indicadores do desenvolvimento sustentável), Avis of the Conseil Economique, Social et Environnemental.

McDonald, G.W. and M.G. Patterson (2004), “Ecological Footprints and interdependencies of New Zealand regions”, *Ecological Economics*, 50 (1-2): 49-67

- Mäler, K.G., S. Aniyar and A. Jansson (2008), “Accounting for ecosystem services as a way to understand the requirements for sustainable development”, *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105 (28): 9501–9506.
- Malinvaud, E. (1953), “Capital accumulation and the efficient allocation of Resources”, *Econometrica* Vol 21 (2): 233-268
- Méda, D. (1999), *Qu'est-ce que la richesse?* (O que é a riqueza ?), Aubier.
- Moran, D., M. Wackernagel, J. Kitzes, S. Godfinger and A. Boutaud (2008), “Measuring sustainable development - Nation by Nation”, *Ecological Economics*, vol 64 (3), 470-474.
- Nordhaus, W. and J. Tobin (1973), “Is Growth Obsolete?” in *The Measurement of Economic and Social Performance*, National Bureau of Economic Research, 1973.
- Nordhaus, W.D. (2007a), “The Stern Review of the Economics of Climate Change”, *Journal of Economic Literature*, 45(3): 686-702.
- Nordhaus, W.D. (2007b), “Critical Assumptions in the Stern Review on Climate Change”, *www.sciencemag.org*, 317(13).
- Nourry, M. (2007), “La croissance économique est-elle un moyen de lutte contre la pollution?: Les enseignements de la courbe de Kuznets environnementale” (O crescimento econômico é um meio de combate à poluição?: Os ensinamentos da curva de Kuznets ambiental), *Revue française d'économie*, 21 (3): 137-176.
- Nourry, M. (2008), “Measuring sustainable development: Some empirical evidence for France from eight alternative indicators”, *Ecological Economics*, 67 (3): 441-456.
- Osberg, L. and A. Sharpe (2002), “An index of economic well-being for selected countries”, *Review of Income and Wealth*, September.
- Pearce, D.W. and G. Atkinson (1993), “Capital theory and the measurement of sustainable development: an indicator of weak sustainability”, *Ecological Economics*, 8(2): 103-108.
- Pezzey, J.C.V., N. Hanley, K. Turner and D. Tinch (2006), “Comparing augmented sustainability measures for Scotland: is there a mismatch?”, *Ecological Economics*, 57: 60-74.

Referências

Proops, J.L.R., G. Atkinson, B.F. v. Schlotheim and S. Simon (1999), “International trade and the sustainability footprint: a practical criterion for its assessment”, *Ecological Economics*, 28: 75-97.

Quinet, A. (sob a presidência de) (2008), *La valeur tutélaire du carbone* (O valor tutelar do carbono), Report of the Centre d’Analyse Stratégique.

Randall, A (2008), “Is Australia on a sustainability path? Interpreting the clues”, *The Australian Journal of Agricultural and Resource Economics*, 52, pp. 77–95

Repetto, R., W. Malgrath, M. Wells, C. Beer and F. Rossini (1989), *Wasting Assets: Natural Resources in the National Income Accounts*, World Resources Institute.

Samuelson, P.A. (1961), “The Evaluation of Social Income: Capital formation and Wealth”, *The Theory of Capital*, Proceedings of an IEA Conference, Lutz and Hague, eds. (New York: St. Martin’s Press).

Stern, N. (2006), “The Economics of Climate Change: The Stern Review”, H.M. Treasury, U.K.

Stern, N. (2008), “The economics of climate change”, *American Economic Review*, Papers and Proceedings, 2008

Stern, T. and M. Persson (2007), “An Even Sterner Review: Introducing Relative Prices into the Discounting Debate”, Discussion Paper, Resources for the Future.

Sukhdev P. (ed.) (2008), *The Economic of Ecosystems and Biodiversity*, Interim Report, European Community, 68 pp.

Talberth, J., C. Cobb and N. Slattery (2006), *The Genuine Progress Indicator 2006: a tool for sustainable development*, Redefining Progress, Oakland CA, (available at www.rprogress.org).

UNECE/OECD/Eurostat (2008), “Report on measuring sustainable development: statistics for sustainable development, commonalities between current practice and theory”, Working Paper ECE/CES/2008/29.

United Nations (2003), *Handbook of National Accounting: Integrated Environmental and Economic Accounting 2003*.

United Nations (2005), *Living Beyond Our Means: Natural Assets and Human Well-being*.

- Vanoli, A. (1995), “Reflections on environmental accounting issues”, *Review of income and wealth*, Series 41, Number 2.
- Vanoli A. (2005), *A History of National Accounting*, IOS Press. Viveret, P. (2002), *Reconsidérer la richesse*, Editions de L’Aube.
- Viveret, P (2002). *Reconsidérer la richesse* (Reconsiderar a riqueza), Editions de L’Aube.
- Wackernagel, M. and W. Rees (1995), *Our ecological footprint: reducing human impact on the earth*, New society publishers, The New Catalyst Bioregional Series, Gabriola Island, B.C.
- Weber, J.L. (2008), “Comptabilité des écosystèmes et de leurs services” (Contabilidade dos ecossistemas e de seus serviços), 12th Colloquium of the Association de Comptabilité Nationale.
- Weitzman, M.L. (1976), “On the Welfare Significance of National Product in a Dynamic Economy”, *Quarterly Journal of Economics*, 90, 156-162.
- Weitzman, M. (2007). “The Stern Review of the Economics of Climate Change”, *Journal of Economic Literature*, 45(3): 703-724.
- World Bank (2006), *Where is the Wealth of Nations? Measuring Capital in the 21st Century*. The World Bank, Washington D.C.”

FIAP
CIEP
SESI
SENAI
IEL

FIAP **SESI** **SENAI** **IEL**



OBSERVATÓRIOS